



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1881

Terça-feira - 01 de Dezembro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Anchieta	3	Gaspar	295	Ponte Serrada	477
Antônio Carlos	4	Grão Pará	299	Porto Belo	483
Ascurra	5	Guaramirim	300	Porto União	490
Balneário Piçarras	11	Guarujá do Sul	301	Presidente Nereu	492
Balneário Rincão	13	Herval d'Oeste	302	Rio dos Cedros	537
Benedito Novo	15	Ilhota	310	Rio do Sul	532
Biguaçu	17	Imarui	311	Salto Veloso	538
Blumenau	35	Imbituba	342	Santa Rosa do Sul	539
Bom Jesus do Oeste	45	Ipumirim	346	Santa Terezinha do Progresso	540
Bom Retiro	48	Irineópolis	351	Santiago do Sul	541
Botuvera	49	Itá	352	São Bento do Sul	542
Braço do Trombudo	50	Itapiranga	362	São Domingos	558
Brusque	99	Itapoá	364	São João do Oeste	559
Caçador	130	Ituporanga	367	São Joaquim	564
Campo Alegre	132	Joaçaba	368	São José	565
Campos Novos	149	Lages	378	São José do Cedro	571
Canoinhas	151	Leoberto Leal	382	São Lourenço do Oeste	572
Capinzal	169	Luzerna	387	São Miguel do Oeste	576
Catanduvas	170	Maracajá	392	Schroeder	577
Celso Ramos	171	Maravilha	396	Serra Alta	595
Cocal do Sul	172	Massaranduba	397	Siderópolis	597
Concórdia	178	Meleiro	399	Sombrio	599
Cordilheira Alta	184	Modelo	401	Tigrinhos	602
Coronel Martins	187	Mondai	404	Timbé do Sul	603
Correia Pinto	190	Monte Carlo	405	Timbó	607
Corupá	192	Navegantes	412	Treze Tilias	608
Curitibanos	228	Nova Trento	418	Trombudo Central	609
Dionísio Cerqueira	229	Novo Horizonte	419	Tunápolis	612
Doutor Pedrinho	230	Ouro	420	União do Oeste	615
Ermo	231	Ouro Verde	448	Urussanga	616
Eraldo Velho	232	Palhoça	456	Vidal Ramos	617
Faxinal dos Guedes	233	Palmitos	457	Videira	618
Flor do Sertão	234	Papanduva	460	Vitor Meireles	620
Forquilha	240	Passos Maia	461	Xanxerê	622
Fraiburgo	263	Penha	464	Xavantina	626
Garopaba	273	Pinheiro Preto	472	Xaxim	629
Garuva	288	Pomerode	473		

Consórcios

AGIR	630
ARIS	635
CIMCATARINA	637
CIMVI	637
CIS Nordeste	638
CIS/AMUREL	639
CIS/AMURES	639

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



O CIGA está em novo endereço!

Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307
Bairro Estreito, Florianópolis/SC

Rua General Liberato Bittencourt

Rua Olavo Bilac

Rua Humiatá

Rua Gercino Silva



Guaciara

Mac Shopping

Casas
da
Água

Rua Cel. Pedro Demoro



Consórcio de Informática
na Gestão Pública Municipal

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO FMS- 020_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 020/2015

A Gestora do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, Objetivando a Aquisição de aparelhos de ar condicionado Split para ser instalado na Unidade básica de Saúde da linha Café Filho, pago com recursos do PMAQ e de acordo com a proposta do FNS/MIN.SAUDE/PROP 11.243.552.0000/1130-4. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 10:00 horas do dia 14/12/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 01 de dezembro de 2015.
MAGLI GISELE ROSCETE
Gestora FMS

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 047-2015 - NOVO PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 047/2015 – NOVO PRAZO

O Prefeito Municipal em Exercício de Anchieta, Estado de Santa Catarina o Srº Pedro Luiz Pavan, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, considerando que no dia 30 de novembro de 2015 dia previsto para o julgamento do processo visando Registro de preço visando à contratação de empresa especializada na confecção de silagem, sendo que o município subsidiara 40% (quarenta por cento) do valor das horas terceirizadas, ficando a cargo do beneficiado o restante do valor, sendo limitado até o limite máximo de 24Hrs por inscrição estadual de produtor, por um período de 12 meses após a homologação, não compareceram nenhum interessado, designada nova data para a abertura das propostas no dia 14/12/2015 às 08:00 horas no mesmo local previsto no edital, para julgamento do mesmo. As demais cláusulas permanecem inalteradas. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 30 de novembro de 2015.
Pedro Luiz Pavan
Prefeito Municipal em Exercício

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 095/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 095/2015; Modalidade: Pregão Presencial nº 058/2015 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição de carpete em placas, incluindo entrega, instalação e garantia, destinada ao anfiteatro do centro cultural da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, Centro, Antônio Carlos, com recurso de convênio nº 792609/2013, firmado entre Governo Federal e o município de Antônio Carlos S/C, por intermédio da Caixa Econômica Federal. Entrega dos envelopes e abertura Dia 15 de dezembro 2015 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:00 as 13:00, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8617, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 01 de dezembro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

PORTARIA N 503/2015

PORTARIA N.º 503/2015

Nomeia Servidores Efetivos para Comporem a Comissão de Processo administrativo Disciplinar. e/ou sindicância

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município, bem como, os arts. 146 e seguintes da Lei Municipal 558/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

Resolve:

Art. 1º – Nomear os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e/ou Sindicância, ao objetivo de apurar eventual responsabilidade da servidora Rose Cristiane Telles, ocupante do cargo de Professor Licenciatura Plena 40 horas, matrícula nº. 1638, por suposta infração praticada no exercício de suas atribuições.

- Presidente: Carlice Benice Schmitz, ocupante do cargo de Contador, matrícula nº. 143;
- Membro: Carmen Lucia Pitz Rasveiler, ocupante do cargo de Professor com Pós-Graduação, matrícula nº. 622, e;
- Membro: Gisela Pauli Cardoso, ocupante do cargo de Professor com Pós-Graduação, matrícula nº. 421.

Art. 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 30 de novembro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

PORTARIA N 504/2015

PORTARIA N.º 504/2015

Dispõe sobre Afastamento Preventivo de servidor para abertura de Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município, bem como, o art. 144 e seguintes da Lei Municipal 558/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

Resolve:

Art. 1º – Afastar Preventivamente por um prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de sua remuneração, a Sra. Rose Cristiane Telles, inscrita no RG nº 3962178 SSP/SC e CPF sob o nº 000.890.547-92, funcionária pública investida no cargo de Professor Graduação e Licenciatura Plena 40 horas, tendo tomado posse em 01/09/2015 e que se encontra em Estágio Probatório, tendo em vista o requerimento protocolado pela Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nomeada para apurar supostos fatos em seu desfavor.

Art. 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 01 de dezembro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

PORTARIA N 505/2015

PORTARIA N.º 505/2015

Dispõe sobre retorno de servidor ao trabalho, e dá outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO que a Comissão do Processo administrativo Disciplinar instaurada pela Portaria nº. 419/2015 resolveu por encerrar o afastamento preventivo do funcionário Telmo Tonon Ribeiro;

CONSIDERANDO ainda que o prazo do afastamento preventivo disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município já se exauriu.

Resolve:

Art. 1º – Cancelar os efeitos da portaria nº. 475/2015, devendo o funcionário Telmo Tonon Ribeiro retornar as atividades desempenhadas na Unidade Básica de Saúde do município de Antônio Carlos nos horários já estabelecidos pela Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social Margarida Luzia Schmitz Kretzer.

Art. 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 01 de dezembro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 101 DE 2015

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 101/2015 ref. Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 24/2015

Contratante: Município de Ascurra

Contratadas: Terraplanagem Poffo Ltda.

Objeto: Execução de pavimentação com lajota de concreto sextavada e calçada em concreto (em parte da Rua Ribeirão São Paulo).

Valor: R\$ 270.753,38

Vigência: 30/11/2015 a 31/12/2015

Ascurra, 30 de novembro de 2015.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 166, de 26/11/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 166, de 26 de Novembro de 2015.

Altera o disposto nos artigos 8 e 11 da Lei Complementar 127, de 21 de maio de 2012 (Código Sanitário Municipal).

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 8º da Lei Complementar 127 de 21 de maio de 2012 passa a ter a seguinte redação:

"Os técnicos e fiscais efetivos de vigilância sanitária lotados na Secretaria Municipal de Saúde Pública, devidamente capacitados e credenciados pela Diretoria de Vigilância Sanitária Municipal ou, na falta desta, pela Secretaria de Saúde do Município ou, ainda, na impossibilidade desta, pela Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual, tem competência, no âmbito de suas atribuições, para exercerem as funções de vigilância e fiscalização sanitária". EMENDA MODIFICATIVA Nº 1

Art. 2º - O artigo 11º da Lei Complementar 127 de 21 de maio de 2012 passa a ter a seguinte redação:

"Nenhuma autoridade sanitária poderá exercer as atribuições do seu cargo sem possuir a credencial de identificação fiscal, fornecida pela Diretoria de Vigilância Sanitária Municipal ou, na falta desta, pela Secretaria de Saúde do Município ou, ainda, na impossibilidade desta, pela Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual". EMENDA MODIFICATIVA Nº 1

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 26 de novembro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,

Município de Ascurra em, 26 de novembro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

LEI COMPLEMENTAR Nº 167, de 27/11/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 167, de 27 de Novembro de 2015.

Altera Lei Complementar nº 118, de 19/11/2011 e cria Cargos no Quadro de Pessoal da Administração Municipal e dá outras providências.

MOACIR POLIDORO, PREFEITO MUNICIPAL DE ASCURRA.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica criado mais 01 (um) cargo de Assistente Social do GRUPO I – atividades de nível superior - SIGLA – ANS, com carga horária de 40 horas, do QUADRO GERAL DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO - Anexo II e Anexo III (incisos II e III do artigo 27 da LC nº 118, de 19/12/2011):

GRUPO I

ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

SIGLA - ANS

CARGOS	NÍVEIS	VAGAS	Carga Horária	Vencimento
Assistente Social	XLVI	01	40	R\$ 2.753,31

Anexo III

Art. 27, Inciso III

DESCRIÇÃO DO CARGO				
GRUPO OCUPACIONAL		ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	SIGLA	ANS
CARGO	ASSISTENTE SOCIAL			
NÍVEL	XLVI	AMPLITUDE DE REFERÊNCIAS	XLVI -1 a XLVIII-12	
CARGA HORÁRIA SEMANAL			40 (quarenta) horas semanais	
ATIVIDADES ESPECÍFICAS				
Planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como busca garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos Segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas.				
Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas.				
Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades.				
Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade.				
Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros.				
Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas.				
Executar outras atividades correlatas ou complementares determinadas pela chefia imediata.				
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NECESSÁRIA				
Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.				

Art. 2º - Fica pela presente lei, atualizados os ANEXO I – CARGOS EM COMISSÃO - (Art. 27, Inciso I da LC 118/2011; as tabelas do ANEXO II - GRUPO I, II, III e IV (Inciso II do Art. 27 LC118/2011);

Art. 3º- O Executivo Municipal, através de atos de sua competência, fará as alterações previstas nesta Lei, respeitadas às limitações impostas pela Lei Complementar 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor em na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 27 de novembro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 27 de novembro de 2015.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

ANEXO I

Art. 27, Inciso I

TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

GRUPO: DIREÇÃO SUPERIOR CÓDIGO: DSU

Quant.	Cargo	Carga Horária	Nível	Nível Referência
01		40		
01	Secretário de Administração e Planejamento	40	DSU-1	Lei própria
	Secretário de Educação, Desp., Cultura e Promoção Social			
01	Secretário da Saúde e Assistência Social	40	DSU-1	Lei própria
01	Secretário de Transportes e Serviços Urbanos	40	DSU-1	Lei própria
01	Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	40	DSU-1	Lei própria
01	Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo		DSU-1	Lei própria
	Assessor de Gabinete	40		
01	Assessor Jurídico	40	DSU-1	LII – 1
01		40	DSU-1	LII – 1

GRUPO: DIREÇÃO INTERMEDIÁRIA CÓDIGO: DIN

Quant.	Cargo	Carga Horária	Nível	Nível Referência
01	Assessor de Controle Interno	40	DIN-1	XLIX – 1
01	Chefe de Compras	40	DIN-1	XL – 1
03	Assessor Técnico	40	DIN-1	XLIII – 1
01	Diretor Cultural	40	DIN-1	XLIII – 1
01	Diretor de Esportes	40	DIN-1	XLIII – 1
01	Diretor Financeiro	40	DIN-1	XLIII – 1
02	Coordenador Educacional	40	DIN-1	XXVIII – 1
02	Assessor de Serviços de Órgãos Governamentais	40	DIN-1	XIX - 1

QUADRO GERAL DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO I

ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

SIGLA - ANS

CARGOS	NÍVEIS	VAGAS	Carga Horária	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Fonoaudiólogo	XXII	01	20	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo IV, que é parte integrante desta Lei.
Nutricionista	XXII	02	20	
Psicólogo	XXII	03	20	
Psicólogo	XLVI	01	40	
Engenheiro Florestal	XLIX	01	40	
Médico Veterinário	XXXIV	01	20	
Procurador	LII	02	40	
Engenheiro Civil	XLIX	01	40	
Supervisor de Recursos Humanos	XLVI	01	40	
Analista Financeiro	XLVI	01	40	
Auditor Fiscal	XLVI	01	40	
Médico Clínico Geral	XLVI	02	10	
Médico Ginecologista	LII	01	10	
Médico Pediatra	LII	01	10	
Farmacêutico	XLVII	01	40	
Assistente Social	XLVI	04	40	
Enfermeiro	XLIX	02	40	
Contador	XLIX	01	40	

GRUPO II

ATIVIDADES TÉCNICO-PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO

SIGLA - ATP

CARGOS	NÍVEIS	VAGAS	Carga Horária	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Auxiliar Administrativo	XIX	09	40	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo IV, que é parte integrante desta Lei.
Fiscal de Postura e Obras	XIX	01	40	
Fiscal de Vigilância Sanitária	XIX	01	40	
Agente de Vigilância Sanitária	XIII	01	40	
Atendente de Enfermagem (EM EXTINÇÃO)	XIII	03	40	
Técnico de Segurança do Trabalho	XL	01	40	
Atendente Geral	XIII	07	40	
Técnico de Enfermagem	XIII	08	40	
Agente de Combate à Endemias (Dengue)	VII	02	40	
Tesoureiro (EM EXTINÇÃO)	XL	01	40	
Super. de Adm. de Pessoal (EM EXTINÇÃO)	XL	01	40	
Fiscal de Tributos (EM EXTINÇÃO)	XL	01	40	
	XL	01	40	

GRUPO III

ATIVIDADES AUXILIARES

SIGLA – AAU

CARGOS	NÍVEIS	VAGAS	Carga Horária	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Auxiliar Veterinário (EM EXTINÇÃO)	XXII	01	40	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo IV, que é parte integrante desta Lei.
Crecheiras (EM EXTINÇÃO)	I	22	40	
Atendente de Educação infantil	IV	47	40	
Eletricista	XIX	01	40	
Auxiliar de Serviços Gerais	I	33	40	
Auxiliar de Educação	IV	03	40	
Atendente Veterinário	XVI	03	40	

GRUPO IV

TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

SIGLA – TSG

CARGOS	NÍVEIS	VAGAS	Carga Horária	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Motorista	XVI	22	44	Conforme detalhamento específico do cargo, constante no Anexo IV, que é parte integrante desta Lei.
Operador de Equipamentos	XIX	15	44	
Agente Operacional	I	28	44	
Guarda de Patrimônio Público	IV	02	44	
Oficial de Manutenção e Conservação	X	09	44	
Zelador (EM EXTINÇÃO)	I	04	44	
Merendeira (EM EXTINÇÃO)	I	03	40	
Operador de Maquina Retro Escavadeira (EM EXTINÇÃO)	XIII	****	44	
Operador de Maquina Trator de Pneu (EM EXTINÇÃO)	XIII	****	44	
Operador de Maquina Trator Esteira (EM EXTINÇÃO)	XIII	****	44	
Operador de Maquina Carreg. e Patrola (EM EXTINÇÃO)	XIII	****	44	

LEI Nº 1428, de 26/11/2015

LEI Nº 1428, de 26 de Novembro de 2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA / RUA PAULO ZONTA

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado "Rua Paulo Zonta", a via pública projetada SD 109, com início na Rua Benjamin Constant e término na Rua SD 206.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 26 de novembro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,

Município de Ascurra em, 26 de novembro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

LEI Nº 1429, de 26/11/2015

LEI Nº 1429, de 26 de Novembro de 2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA / RUA PREFEITO ANTONIO DALFOVO

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado "Rua Prefeito Antonio Dalfovo", a via pública projetada SD 108, com início na Rua Benjamin Constant e término na Rua SD 206.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 26 de novembro de 2015.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 26 de novembro de 2015.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

LEI Nº 1430, de 26/11/2015

LEI Nº 1430, de 26 de Novembro de 2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA / RUA INTENDENTE ANDREA POFFO

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado "Rua Intendente Andrea Poffo", a via pública projetada SD 107, com início na Rua Benjamin Constant e término na Rua SD 206.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 26 de novembro de 2015.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 26 de novembro de 2015.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

LEI Nº 1431, de 27/11/2015

LEI Nº 1431, de 27 de Novembro de 2015.

Autoriza Criação de Elemento de Despesa e Vínculo de Recurso.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n.º 1396, de 15/12/2014.

Art. 1º - Cria vínculo de recurso -18.100 - Operação Crédito Interna p/ Educação Básica, na Secretaria de Educação – 04.001 - no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ascurra, conforme quadro abaixo:

04.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.365.0040.1005	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DO ENSINO INFANTIL
4.0.00.00.00.00.00.00	Despesas de Capital
4.4.00.00.00.00.00.00	Investimentos
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas
18.100	Operação Crédito Interna p/ Educação Básica

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 27 de novembro de 2015.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 27 de novembro de 2015.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

LEI Nº 1432, de 27/11/2015

LEI Nº 1432, de 27 de Novembro de 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesco Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesco Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesco Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA JULIA BONELI E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA ONORATA ZONTA DALFOVO (Creches Municipais).

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesco Cidades, até o montante de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesco Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 27 de novembro de 2015.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 27 de novembro de 2015.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Balneário Piçarras

PREFEITURA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015 - FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial para registro de preços, Tipo Menor Preço por item, para aquisição de combustível para abastecimento de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde. Recebimento dos Envelopes até: 15/12/2015 às 09h. Data da Sessão Pública: 15/12/2015 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda no endereço acima citado, no horário das 8 as 12 e das 13:30 as 17:30h, ou no site balneariopicarrras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 30 de novembro de 2015. Lucimir Alcides Uller de Bittencourt – Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA 401/2015

PORTARIA N.º 401/2015

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, coloca a disposição do Serviço da Junta Militar, o servidor efetivo Sr. MOISÉS ALCELINO CONSTANCIO, brasileira, casado, maior, CI nº 2.511.403 SSP/SC, CPF nº 684.581.699-91, matrícula nº 1506, a partir da presente data.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 18 de novembro de 2015.

Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 18 de novembro de 2015.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 402/2015

PORTARIA N.º 402/2015

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a busca constante pela harmonização dos usos e costumes dos agentes públicos do Poder Executivo, bem como, visando ao fiel cumprimento do Princípio da Eficiência dos Serviços Públicos e do Princípio da Impessoalidade, onde o servidor é típico representante da Administração Pública Municipal, e, ainda, em respeito às crenças pessoais de qualquer natureza, tanto dos servidores quanto dos munícipes;

RESOLVE:

Art. 1º. - Regular o uso e a manutenção dos materiais de expediente, bem como, dos objetos de uso pessoal nos ambientes de trabalho geridos pela Administração Pública Municipal.

Art. 2º. Fica estabelecido que as salas e demais ambientes dos prédios da Prefeitura Municipal e das Secretarias Municipais terão visual eminentemente institucional, cabendo aos agentes públicos gerir seu local específico visando à identidade do ente público Município de Balneário Piçarras.

§1º Evitar-se-á a exposição de objetos de uso pessoal em todos os ambientes da Prefeitura Municipal e Secretarias Municipais, cabendo aos agentes públicos distinta disciplina, evitando-se a exposição pessoalíssima.

§2º Os computadores deverão ter papel de parede e proteção de tela institucionais, devidamente fornecidos pelo Setor de Informática.

§3º Após a finalização da jornada de trabalho o local deve permanecer limpo, as mesas asseadas e os procedimentos administrativos e judiciais devidamente acondicionados, bem como, os utensílios eletroeletrônicos devem ser desligados, visando-se à economia e correta utilização das verbas públicas.

§4º Aos fumantes cumpre o dever de evitar a poluição do ambiente e efetivamente despejar os restos de cigarro e demais objetos de fumo em lixeira de ideal acondicionamento.

Art. 3º. No ambiente externo dos prédios municipais, quando dos intervalos de trabalho, evitar-se-ão conversações fúteis e em volume de voz elevado.

Art. 4º. As dúvidas decorrentes da interpretação da presente norma serão sanadas pelos Secretários Municipais, bem como, pelo Chefe da Administração Pública Municipal.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor da data de sua publicação, ficando expressamente revogadas todas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Balneárias Piçarras (SC), 23 de novembro de 2015.

Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 23 de novembro de 2015.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2015 - PMBP/PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2015-PMBP - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Processo Licitatório nº 086/2015 - PMBP/Pregão Presencial nº 046/2015-PMBP - SRP

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, para aquisição de material de sinalização viária para manutenção das vias públicas do Município. Recebimento dos Envelopes até: 21/12/2015 às 09h. Data da Sessão Pública: 21/12/2015 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarrras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 30 de novembro de 2015. DEISY CRISTINE DA SILVA MARTINS - Secretária Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Sustentável.

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE CONCORRÊNCIA Nº. 080/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Concorrência Nº. 080/PMBR/2015

Tipo: MAIOR VALOR DE OUTORGA.

Data e horário da sessão de abertura: 05/01/2016 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, sn, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Concessão, da exploração dos Serviços Funerários do Município de Balneário Rincão, por um período de 5 (cinco), condicionada a outorga onerosa, em conformidade com a Lei Nº. 8.987/95 e subsidiariamente pela Lei Nº. 8.666/93, com a Legislação Municipal pertinente.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão – SC, 30 de Novembro de 2015.

VALBERTO BERKENBROCK

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

DECRETO MUNICIPAL Nº346

DECRETO MUNICIPAL nº346 de 20 de novembro de 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DE TERRA DE 14.247,208 M² COM AS CONFRONTAÇÕES E DELIMITAÇÕES DESCRITAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Santa Catarina, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso V do Artigo 84 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública para aquisição pelo Município, por doação, permuta ou desapropriação, uma área de 14.247,208 m², com as confrontações ao Norte 71,85 m com a AVENIDA GETÚLIO VARGAS, ao Sul 63,74 m com RUA RIO DE JANEIRO, Leste 214,77 m com RUA SEM DENOMINAÇÃO 19, Oeste 171,70 m com DUNAS APP e 18,91 m com terras de GELSON MAJÉ, tudo em conformidade com o memorial descritivo em anexo.

Art. 2º - A área acima descrita tem por finalidade a instalação de um horto florestal, assim como um pátio de máquinas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão/SC, 20 de novembro de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

PREFEITO MUNICIPAL

O presente Decreto foi registrado e publicado no mural da Sede da Prefeitura de Balneário Rincão/SC em 27/11/2015.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETARIO DE FINANÇAS

MEMORIAL DESCRITIVO

ÁREA DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

ÁREA (m²): 14.247,208 ESTADO: SANTA CATARINA

PERÍMETRO (m): 541,0389 MUNICÍPIO: BALNEÁRIO RINCÃO

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Partindo do ponto V01, situado no limite com AV. GETÚLIO VARGAS, definido pela coordenada 6.811.035,0101 m Norte e 672.763,9546 m Leste, seguindo com distância de 71,8539 m e azimuth plano de 138°25'41" chega-se ao ponto V02, deste confrontando neste trecho com RUA SEM DENOMINAÇÃO 19, seguindo com distância de 147,3720 m e azimuth plano de 228°27'48" chega-se ao ponto V03, deste confrontando neste trecho com RUA SEM DENOMINAÇÃO 19, seguindo com distância de 67,4048 m e azimuth plano de 249°15'18" chega-se ao ponto V04, deste confrontando neste trecho com RUA RIO DE JANEIRO, seguindo com distância de 63,7394 m e azimuth plano de 337°55'15" chega-se ao ponto V05, deste confrontando neste trecho com GELSON MAJÉ, seguindo com distância de 18,9100 m e azimuth plano de 62°33'25" chega-se ao ponto V06, deste confrontando neste trecho com APP - DUNAS, seguindo com distância de 32,8262 m e azimuth plano de 62°33'25" chega-se ao ponto V07, deste confrontando neste trecho com APP - DUNAS, seguindo com distância de 138,9326 m e azimuth plano de 48°17'15" chega-se ao ponto V01, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Balneário Rincão, 22 de julho de 2015.

Anderson Moreira Douglas

Engenheiro Agrimensor

Crea-SC 078108-2

EXTRATO DE ADITIVO - COOPERATIVA

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 023/PMBR/2015. OBJETO: ACRÉSCIMO DE FORNECIMENTO de aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 18/11/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. José Manoel Rabelo.

EXTRATO DE ADITIVO - LIZ

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato DATADO DE 17/02/2014. OBJETO: Decidem prorrogar o prazo de vigência por 12 (doze) meses, ou seja, de 01/01/2016 até 31/12/2016. ASSINATURA: 16/11/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Décio Góes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Carlito Mello de Liz.

EXTRATO DE ADITIVO - LOGOS ASSESSORIA

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 090/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 090/PMBR/2013, que prevê o termino em 27/11/2015, por mais 12 (Doze) meses, ou seja, até 27/11/2016, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças. ASSINATURA: 16/11/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Décio Góes - Prefeito Municipal e pela empresa a Sr.ª Ivete Geraldo.

EXTRATO DE ADITIVO - OEDING

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 029/FMS/2015. OBJETO: ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS de 100 horas de serviços de Assessoria Técnica especializada nas Áreas Contábil, Administrativo, Financeiro, Patrimonial e de Controle Interno do Fundo Municipal de Saúde, com aplicação de carga horária mensal variável a ser executado de acordo com as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 16/11/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Jorge Eyng.

EXTRATO DE ADITIVO - PONTO CERTO CTR. 146. PMBR.2014

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 146/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do PRAZO DE EXECUÇÃO que prevê o termino em 17/11/2015, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 17/11/2016 e do PERÍODO DE VIGÊNCIA, que prevê o termino em 30/07/2016, por mais 05 (cinco) meses, ou seja, até 30/12/2016, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos. ASSINATURA: 16/11/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Décio Góes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Miguel Machado.

EXTRATO DE ADITIVO - PONTO CERTO Nº 04

TERMO ADITIVO Nº. 04 ao Contrato Nº. 076/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do PRAZO DE EXECUÇÃO que prevê o termino em 20/11/2015, por mais 06 (seis) meses, ou seja, até 20/05/2016 e do PERÍODO DE VIGÊNCIA, que prevê o termino em 31/12/2015, por mais 06 (seis) meses, ou seja, até 30/06/2016, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos. ASSINATURA: 16/11/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Décio Góes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Miguel Machado.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO - TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 03 AO CTR.147.PMBR.14

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 03 ao Aditivo nº02 do Contrato Nº. 147/PMBR/2014. OBJETO: Retificação do aditivo supracitado da seguinte forma: onde se lê PERÍODO DE VIGÊNCIA, que prevê o termino em 30/10/2015, por mais 04 (quatro) meses, ou seja, até 30/02/2016, leia-se PERÍODO DE VIGÊNCIA, que prevê o termino em 30/10/2015, por mais 04 (quatro) meses, ou seja, até 02/03/2016, o apostilamento tornou-se necessário devido ao equívoco do Memorando recebido pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos. ASSINATURA: 19/11/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Décio Góes - Prefeito Municipal.

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 72/2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72/2015

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 72/2015

DATA: 30/11/2015 - HORÁRIO DE INÍCIO: 09:05 horas

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS)

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 000072/2015, com a presença do Pregoeiro JOÃO ULLER e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA, todos nomeados pela Portaria nº 157/2015. Compareceram ao certame, protocolando os envelopes necessários à realização do certame no setor de protocolo até o horário estipulado as empresas: FRIGORIFICO MENESTRINA LTDA, CNPJ: nº 04.577.916/0001-60; AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, CNPJ nº 05.919.156/0001-94; JK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA EPP, CNPJ nº 17.405.532/0001-01; ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME, CNPJ nº 21.593.746/0001-26; SUPERMERCADO FRONTAL LTDA, CNPJ nº 81.815.219/0001-40 e PANIFICADORA, CONFEITARIA E LANCHONETE DOS IMIGRANTES LTDA ME, CNPJ nº 07.092.148/0001-42.

As empresas participantes apresentaram seus credenciamentos em conformidade com o exigido no item 3.4 do edital, credenciando seus representantes legais conforme a seguir: FRIGORIFICO MENESTRINA LTDA, CNPJ: nº 04.577.916/0001-60, representada pela Sra. JANETE APARECIDA ODORIZZI MENESTRINA, Rg nº 1.246.114 e CPF nº 811.585.649-53; AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, CNPJ nº 05.919.156/0001-94, sem representante presente na sessão; JK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA EPP, CNPJ nº 17.405.532/0001-01, representada pelo Sr. JOSE NEI KOCH, Rg nº 2.905.995-0 e CPF nº 021.736.999-54; ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME, CNPJ nº 21.593.746/0001-26, sem representante presente na sessão; SUPERMERCADO FRONTAL LTDA, CNPJ nº 81.815.219/0001-40, representada pelo Sr. VENESIO HORNBURG, Rg nº 2.980.532 e CPF nº 821.724.049-34 e PANIFICADORA, CONFEITARIA E LANCHONETE DOS IMIGRANTES LTDA ME, CNPJ nº 07.092.148/0001-42, representada pela Sra. MARIVETE ABREU DA SILVA, Rg nº 2.992.269 e CPF nº 899.033.159-53. Foram analisadas as Declarações de Habilitação apresentadas pelas empresas acima mencionadas, e concluiu-se que as mesmas cumprem a exigência do item 3.5 do Edital. As licitantes AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, JK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA EPP, ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME e PANIFICADORA, CONFEITARIA E LANCHONETE DOS IMIGRANTES LTDA ME apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento

para serem rubricados. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços apresentados pelas empresas, os mesmos também foram disponibilizados a todos os presentes para serem rubricados. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio e inseridos os preços apresentados no sistema.

Após a análise das propostas, relativamente as imposições do Edital, todas foram consideradas classificadas, ficando a ordem de classificação inicial, conforme Anexo desta ATA.

Ato contínuo abriu-se a fase de lances verbais e de negociação direta com as licitantes, o qual transcorreu conforme relatório de lances em Anexo. Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura dos envelopes identificados como de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas nos seus respectivos itens vencidos. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim as licitantes melhores colocadas estão HABILITADAS, e portanto foram DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O Item 57 ficou prejudicado, pois não houve apresentação de propostas para o mesmo. O pregoeiro abre espaço aos credenciados presentes para manifestação. Não houve manifestação e os licitantes desistem, portanto, ao prazo recursal. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR os respectivos itens do presente certame às empresas vencedoras. Em seguida lavrou-se a presente Ata. Os representantes das licitantes optaram por não aguardarem a lavratura da presente ata, deixando portanto de assinar a mesma. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Benedito Novo, 30/11/2015, às 10:43 horas.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOAO ULLER Pregoeiro	ROSE C. L. MENGARDA Equipe de Apoio	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio
-------------------------	--	-------------------------------------

AVISO DE LICITAÇÃO PP 79/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº. 79/2015 - SRP

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09:00h do dia 14 de dezembro de 2015. ABERTURA: às 09:05h do dia 14 de dezembro de 2015. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br. Benedito Novo (SC), 30 de novembro de 2015.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PP 80/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº. 80/2015 - SRP

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE AGUA MINERAL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 11:00h do dia 14 de dezembro de 2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura. ABERTURA: às 11:05h do dia 14 de dezembro de 2015, na Sala de Reuniões, 2º Piso, no Prédio da Prefeitura de Benedito Novo. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br. Benedito Novo (SC), 01 de dezembro de 2015.
JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO 141/2014

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 141/2014

Referente: Processo Licitatório nº 77/2014

Contratada: POSTO DOIS IRMAOS LTDA

Objeto: REVISAR VALOR COMBUSTÍVEIS

Valor Total Contratado: R\$ 180.303,48

Vigência: 06/11/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 06/11/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

ANEXO DECRETO 210/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

ACOMPANHAMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO RELATIVO AO QUINTO BIMESTRE DE 2015									
ESPECIFICAÇÕES	ATÉ BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE			ATÉ O BIMESTRE		
	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA
PREFEITURA									
0.1.00.000 Recursos Ordinários	36.900,0	33.663,8	-3.236,2	8.750,0	7.124,4	-1.625,6	45.650,0	40.788,2	-4.861,8
0.1.01.000 Recursos de Impostos p/MDEB	7.192,0	6.686,6	-505,4	1.725,0	1.359,6	-365,4	8.917,0	8.046,2	-870,8
0.1.02.000 Recursos de Impostos p/ASPS	13.119,0	12.784,3	-334,7	3.160,0	2.818,3	-341,7	16.279,0	15.602,6	-676,4
0.1.03.000 Receita de Honorários Advocatícios	7,0	44,7	37,7	2,0	5,4	3,4	9,0	50,1	41,1
0.1.04.000 Cosip	2.371,0	2.875,5	504,5	730,0	761,2	31,2	3.101,0	3.636,7	535,7
0.1.05.000 Cide	0,0	8,9	8,9		24,2	24,2	0	33,1	33,1
0.1.06.000 Transferências do Salário Educação	889,0	1.209,5	320,5	215,0	250,4	35,4	1.104,0	1.459,9	355,9
0.1.07.000 Transferências Diretas do FNDE ref. PDDE	0,0		0,0	1,0	0	-1,0	1,0		-1,0
0.1.08.000 Transferências Diretas FNDE ref.PNAE-Ens.Fund	105,0	100,3	-4,7	36,0	30,6	-5,4	141,0	130,9	-10,1
0.1.09.000 Transferências Diretas FNDE ref. ao PNATE	18,0	36,1	18,1	6,0	11,7	5,7	24,0	47,8	23,8
0.1.10.000 Transferências Diretas FNDE ref. PNAE-Ens.Inf.	195,0	226,0	31,0	66,0	61,1	-4,9	261,0	287,1	26,1
0.1.11.000 Brasil Carinhoso - Merenda infantil	34,0		-34,0	12,0	0	-12,0	46,0		-46,0
0.1.12.000 Transferências de Rec. do FUNDEB - 89,93%	11.105,0	9.392,8	-1.712,2	2.806,0	2.255,0	-551,0	13.911,0	11.647,8	-2.263,2
0.1.13.000 Transferências de Rec. do FUNDEB - 10,07%	412,0	334,3	-77,7	107,0	82,8	-24,2	519,0	417,1	-101,9
0.1.16.000 Multas Previs. na Leg. de Trans - Polícia Civil	73,0	84,7	11,7	20,0	21,5	1,5	93,0	106,2	13,2
0.1.17.000 Multas Previs. na Leg.de Trans - Parte Pol. Militar	73,0	84,7	11,7	20,0	20,2	0,2	93,0	104,9	11,9
0.1.18.000 Multas Previs. na Leg. de Trans. - Parte PMB	97,0	113,8	16,8	27,0	27,1	0,1	124,0	140,9	16,9
0.1.19.000 Melhoria do Sistema Viário	39,0		-39,0	10,0	0	-10,0	49,0		-49,0
0.1.20.000 Eventos Festivos	0,0		0,0		0	0	0		0
0.1.26.000 Manutenção do FIA	0,0	15,5	15,5	1,0	87,6	86,6	1,0	103,1	102,1
0.1.33.000 Manutenção do FUNREBOM	193,0	381,2	188,2	48,0	81,6	33,6	241,0	462,8	221,8
0.1.34.000 Manutenção do FMDR	47,0	64,3	17,3	13,0	19,3	6,3	60,0	83,6	23,6
0.1.37.061 Piso de Alta Complexidade	80,0	20,0	-60,0	20,0	0	-20,0	100,0	20,0	-80,0
0.1.37.066 Índice de Gestão Descentralizada-Bolsa Família	47,0	36,1	-10,9	12,0	13,4	1,4	59,0	49,5	-9,5
0.1.37.069 Piso Básico Fixo-PAIF	96,0	36,0	-60,0	24,0	36,0	12,0	120,0	72,0	-48,0
0.1.37.070 Índice de Gestão Descentralizadas-SUAS	5,0		-5,0	2,0	0	-2,0	7,0		-7,0
0.1.37.072 Piso de Transição de Média Complexidade	8,0		-8,0	2,0	0	-2,0	10,0		-10,0
0.1.37.132 Piso Básico Variável II	0,0		0,0		0	0	0		0



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

0.1.37.141 Piso Fixo de Média Complexidade	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.37.160 Piso Variável de Média Complexidade	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.37.175 Cofinanciamento	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.37.198 Acessuas	72,0	2,4	-69,6	18,0	9,8	-8,2	90,0	12,2	-77,8
0.1.37.209 Serviços de Convivência e Fortalecimento do Vinv.	106,0	22,9	-83,1	28,0	,0	-28,0	134,0	22,9	-111,1
0.1.37.211 Piso Fixo de Média complexidade PAEFI	64,0		-64,0	16,0	43,7	27,7	80,0	43,7	-36,3
0.1.37.212 Piso Fixo de Média Complexidade MSE	16,0		-16,0	5,0	,0	-5,0	21,0		-21,0
0.1.37.213 Piso Fixo de Média Complexidade Abord Social	40,0	27,7	-12,3	10,0	-27,7	-37,7	50,0		-50,0
0.1.38.156 Co-Financiamento	68,0		-68,0	18,0	,0	-18,0	86,0		-86,0
0.1.38.175 Proteção Especial de Alta Complexidade	24,0		-24,0	14,0	,0	-14,0	38,0		-38,0
0.1.38.175 Co-Financ. Proteção de Média Complexidade	24,0		-24,0		,0	,0	24,0		-24,0
0.1.38.200 Benefícios Eventuais	8,0		-8,0	2,0	,0	-2,0	10,0		-10,0
0.1.38.210 Co-Financ. Proteção Social Básica	16,0		-16,0	5,0	,0	-5,0	21,0		-21,0
0.1.70.020 Conv. Ministério das Cidades-Hab.Popular	0,0	67,0	67,0		32,4	32,4	,0	99,4	99,4
0.1.70.021 Conv. Ministério Turismo-Sinaliz. e Portal Turist.	0,0	0,9	0,9		,0	,0	,0	,9	,9
0.1.70.022 Conv. Minist. Cidades - Implantação de Ciclovias	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.70.073 Conv.Minist.Agricultura-Form.da Patr.Agrícola	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.70.074 Conv.IPHAN-Restauração Casarão Wollinger	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.70.075 Conv.Minist.Desenv.Soc.-Centro Int.Assist.Soc.	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.70.090 Conv.Minist.Esportes-Construção Eptos Esportivos	0,0	471,8	471,8		11,9	11,9	,0	483,7	483,7
0.1.70.093 Conv.Minist. Cidades-Aquis.de Eptos Rodov.	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.70.094 Conv.Minist. Cidades-Pavimentação de Ruas	0,0	20,7	20,7		,0	,0	,0	20,7	20,7
0.1.70.097 Conv.Minist. Cidades- Drenagem Pluvial	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.70.098 Conv.Minist.Cidades- Drag.Rio e Fix.da Barra	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.70.134 Festa de Aniversário de Biguaçu	0,0	20,0	20,0		,0	,0	,0	20,0	20,0
0.1.70.137 Restauração do Mercado Público e Concha Acustica					167,3	167,3	,0	167,3	167,3
0.1.70.140 Conv.c/MEC- Ampl. Da Rede Fis. de Ens. Infantil	0,0	576,2	576,2		,0	,0	,0	576,2	576,2
0.1.70.201 - Cobertura de Quadra de Escola	0,0	98,3	98,3		,0	,0	,0	98,3	98,3
0.1.70.202-Conv.Minist.da Integração-Recup.de Danos Intem	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.70.206 Construção e Cobertura de Quadra de Esportes	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.71.012 Convenio SDR – Manut. Transporte Escolar	468,0	588,7	120,7	156,0	105,9	-50,1	624,0	694,6	70,6
0.1.71.030 Convênio SDR – Apoio e Realiz.de Eventos Econ	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.71.095 Convênio SDR – Pavimentação de Ruas	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.71.162 Festividades Carnavalescas	0,0	40,0	40,0		,0	,0	,0	40,0	40,0
0.1.71.147 Convenio SDR - Constr. de Eqtos de Segurança	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.71.157 Aquisição de Equipamentos Rodoviários	0,0	1.943,3	1.943,3		,0	,0	,0	1.943,3	1.943,3



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

0.1.71.172 Festividades Carnavalescas	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.80.000 Recursos Ordinários	195,0	224,1	29,1	60,0	55,7	-4,3	255,0	279,8	24,8
0.1.81.001 RDB – MDE/FUNDEB	16,0	45,6	29,6	4,0	4,2	,2	20,0	49,8	29,8
0.1.81.002 RDB – MDE /SALÁRIO EDUCAÇÃO	24,0	23,9	-0,1	8,0	5,1	-2,9	32,0	29,0	-3,0
0.1.81.003 RDB – CIDE/Infra Estrutura em Transporte	0,0	0,3	0,3		,3	,3	,0	,6	,6
0.1.81.004 RDB – PNAE-Merenda Escolar Ens.Fund...	0,0	1,7	1,7		,4	,4	,0	2,1	2,1
0.1.81.005 RDB – PNAE-Merenda Escolar Ens.Infant.	0,0	0,3	0,3		,0	,0	,0	,3	,3
0.1.81.006 RDB – PNATE – Transporte Escolar	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.81.008 RDB – Multa de Transito-Educ.Trans.Pol.Civil	0,0	8,0	8,0		2,7	2,7	,0	10,7	10,7
0.1.81.009 RDB – Multa de Transito-Educ.Trans.Pol.Militar	0,0	1,9	1,9		,7	,7	,0	2,6	2,6
0.1.81.010 RDB – Multa de Transito-Educ.Trans.Prefeitura	0,0	1,0	1,0		,7	,7	,0	1,7	1,7
0.1.81.011 RDB – Convênio Transporte Escolar	0,0	3,8	3,8		2,2	2,2	,0	6,0	6,0
0.1.81.058 RDB – Manutenção do FUNREBOM	0,0	4,7	4,7	1,0	1,2	,2	1,0	5,9	4,9
0.1.81.059 RDB – Manutenção do FIA	0,0	0,7	0,7		1,0	1,0	,0	1,7	1,7
0.1.81.067 RDB – Manutenção do FMA5	16,0	41,4	25,4	4,0	10,8	6,8	20,0	52,2	32,2
0.1.81.080 RDB – Manutenção do FMDR	0,0	1,4	1,4		,4	,4	,0	1,8	1,8
0.1.81.116 - Festividades Carnavalescas	0,0	0,4	0,4		,0	,0	,0	,4	,4
0.1.81.118 RDB – Outros Recursos Vinculados	92,0	371,3	279,3	24,0	83,8	59,8	116,0	455,1	339,1
0.1.82.013 Oper.Cred.Int.p/Prog. de Modern.Adm.Publica	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.82.089 Oper.Cred.Int. p/Programa Educação	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.82.096 Badesc. Pavimentação de Ruas	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.82.161 Badesc. Aquis.de Equipamentos Rodoviários	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.82.170 CEF – Pró-Transporte	0,0	55,6	55,6		645,8	645,8	,0	701,4	701,4
0.1.85.099 Veículos da Educação-Desp.de Cap.da Educ.	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.1.85.100 Outros Veic. Bens Mov.em Geral-Desp.Cap.Geral	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
SOMA	74.354,0	72.865,1	-1.488,9	18.188,0	16.249,7	-1.938,3	92.542,0	89.114,8	-3.427,2
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE									
0.2.20.000 ASPS Manutenção do FMS	32,0		-32,0	8,0	,0	-8,0	40,0		-40,0
0.2.27.000 ASPS – Tx. Fisc.de Vig. Sanitária	127,0	174,5	47,5	38,0	47,3	9,3	165,0	221,8	56,8
0.2.28.015 ASPS – Teto Mun.Rede de Urgência-UPA	1.440,0	1.411,3	-28,7	360,0	340,0	-20,0	1.800,0	1.751,3	-48,7
0.2.28.042 ASPS – Piso de Atenção Bás. (PAB Fixo)	1.100,0	1.035,4	-64,6	276,0	258,9	-17,1	1.376,0	1.294,3	-81,7
0.2.28.043 ASPS – Vigilância Sanitária	16,0		-16,0	4,0	,0	-4,0	20,0		-20,0
0.2.28.044 ASPS – Assist. Farmaceutica Básica	211,0	200,5	-10,5	54,0	50,2	-3,8	265,0	250,7	-14,3
0.2.28.045 – Ações de Vigilância Sanitária	4,0	19,7	15,7	2,0	6,3	4,3	6,0	26,0	20,0
0.2.28.046 ASPS – Agentes Com. de Saúde	918,0	807,1	-110,9	230,0	198,8	-31,2	1.148,0	1.005,9	-142,1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

0.2.28.047 ASPs – Saúde da Família	881,0	866,9	-14,1	222,0	220,9	-1,1	1.103,0	1.087,8	-15,2
0.2.28.048 ASPs – SAMU-Serv.Atendimento Mov.Urg.	172,0	245,7	73,7	44,0	43,8	-,2	216,0	289,5	73,5
0.2.28.049 ASPs – CEO-Centro Espec.Odontologica	79,0	79,2	0,2	20,0	19,8	-,2	99,0	99,0	,0
0.2.28.050 ASPs – Núcleo de Apoio a Saúde da Fam.	320,0	320,0	0,0	80,0	80,0	,0	400,0	400,0	,0
0.2.28.056 – Ações de Atenção Básica	464,0	450,0	-14,0	118,0	100,0	-18,0	582,0	550,0	-32,0
0.2.28.057 – Ações de Atenção Básica	48,0	54,0	6,0	12,0	12,0	,0	60,0	66,0	6,0
0.2.28.104 ASPs – Rede Brasil sem Miséria	40,0	41,5	1,5	10,0	10,0	,0	50,0	51,5	1,5
0.2.28.106 ASPs – Rede Cegonha	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.2.28.107 ASPs – Piso Fixo de Vig.e Prom.da Saúde	152,0	208,9	56,9	38,0	68,1	30,1	190,0	277,0	87,0
0.2.28.108 ASPs – Incet.Qualif.das Ações de Dengue	19,0		-19,0	6,0	,0	-6,0	25,0		-25,0
0.2.28.109 ASPs – Form.Inf.Crianças Vert.Esp.	8,0		-8,0	2,0	64,5	62,5	10,0	64,5	54,5
0.2.28.110 – Custeio de Academias de Saúde	24,0		-24,0	6,0	,0	-6,0	30,0		-30,0
0.2.28.111 Manutenção do Hospital de Biguaçu					1.248,4	1.248,4	,0	1.248,4	1.248,4
0.2.28.119 ASPs – Teto Mun.MAC Amb.e Hospitalar	1.158,0	906,5	-251,5	290,0	571,8	281,8	1.448,0	1.478,3	30,3
0.2.28.120 ASPs – Inc.ao Prog.Nac.HIV/AIDS e Outra	56,0	50,2	-5,8	14,0	-50,2	-64,2	70,0		-70,0
0.2.28.179 ASPs – Prog. Melh. Aces.Qualidade-PAB	864,0	705,5	-158,5	218,0	197,2	-20,8	1.082,0	902,7	-179,3
0.2.28.182 ASPs – Prog. Melh.Aces.Qualidade-CEO	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.2.28.184 ASPs – Saúde Bucal	106,0	124,9	18,9	28,0	31,2	3,2	134,0	156,1	22,1
0.2.28.187 ASPs – Rede Psico-Social	224,0	235,0	11,0	56,0	56,6	,6	280,0	291,6	11,6
0.2.28.193 - Programa Saúde na Escola	32,0		-32,0	8,0	11,0	3,0	40,0	11,0	-29,0
0.2.28.207 Ações de Atenção Básica	0,0	51,3	51,3		,0	,0	,0	51,3	51,3
0.2.28.203 ASPs – Comp.de Espec.Regionais	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.2.29.051 – ASPs – Ações de Vigilância Sanitária	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.2.29.052 ASPs – Assist. Farmaceutica Básica	174,0	66,4	-107,6	44,0	66,3	22,3	218,0	132,7	-85,3
0.2.29.053 ASPs – Centro Espec.Odontologica-CEO	24,0	26,0	2,0	8,0	13,9	5,9	32,0	39,9	7,9
0.2.29.054 ASPs – Co-Financiamento-PAB	273,0	309,9	36,9	70,0	86,3	16,3	343,0	396,2	53,2
0.2.29.112 Manutenção do Hospital de Biguaçu	0,0	1.099,1	1.099,1		,0	,0	,0	1.099,1	1.099,1
0.2.29.125 - MAC - Produção Ambulatorial Hospitalar	160,0	404,2	244,2	40,0	-279,7	-319,7	200,0	124,5	-75,5
0.2.30.000 ASPs – Prefeitura Munc.Gov.Celso Ramos	16,0		-16,0	4,0	,0	-4,0	20,0		-20,0
0.2.30.000 ASPs – Prefeitura Antônio Carlos	9,0		-9,0	4,0	,0	-4,0	13,0		-13,0
0.2.70.102 Convênio MS-UPA-Ampliação	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.2.70.176 Convênio MS-Const.UBS-Prado	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.2.70.180 - Reforma e Ampliação de UBS	0,0	119,0	119,0		,0	,0	,0	119,0	119,0
0.2.70.185 Construção do Hospital Regional	0,0	4.900,0	4.900,0		,0	,0	,0	4.900,0	4.900,0
0.2.70.208 Polos de Academia de Saúde	0,0	16,0	16,0		,0	,0	,0	16,0	16,0



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

0.2.71.055 Convênio SDR-Hospital de Biguaçu	0,0	3.103,2	3.103,2		-2.269,9	-2.269,9	,0	833,3	833,3
0.2.71.060 Aquisição de Equipamentos para o Hospital					2.269,8	2.269,8	,0	2.269,8	2.269,8
0.2.81.041 ASPS – RDB Recursos do FMS	58,0	294,1	236,1	17,0	68,3	51,3	75,0	362,4	287,4
0.2.85.101 Veículos da Saúde	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
SOMA	9.209,0	18.326,0	9.117,0	2.331,0	3.541,6	1.210,6	11.540,0	21.867,6	10.327,6
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE									
0.2.36.000 Manutenção Fundação Meio Ambiente	131,0	91,9	-39,1	36,0	28,8	-7,2	167,0	120,7	-46,3
0.2.70.136 Transferências da Eletrosul	0,0		0,0		,0	,0	,0		,0
0.2.81.082 RDB de Recursos da FAMABI	0,0	6,7	6,7	2,0	1,6	-4	2,0	8,3	6,3
SOMA	131,0	98,6	-32,4	38,0	30,4	-7,6	169,0	129,0	-40,0
PREVBIGUAÇU									
0.2.32.000 Pagamento de Inativos e Pensionistas	5.226,0	4.273,2	-952,8	986,0	1.074,6	88,6	6.212,0	5.347,8	-864,2
0.2.35.000 Contr.Patr.Serv.Ativo Civil – Intra-Orçam.	299,0	310,0	11,0	76,0	80,0	4,0	375,0	390,0	15,0
					,0	,0	,0		,0
0.2.81.040 Rem.dos Invest.RPPS-Renda Fixa	3.639,0	4.281,9	642,9	524,0	1.328,3	804,3	4.163,0	5.610,2	1.447,2
0.2.81.165 Rem dos Invest.RPPS-Renda Fixa	12,0	81,9	69,9	4,0	25,6	21,6	16,0	107,5	91,5
SOMA	9.176,0	8.947,0	-229,0	1.590,0	2.508,5	918,5	10.766,0	11.455,5	689,5
TOTAL GERAL	92.870,0	100.236,7	7.366,7	22.147,0	22.330,2	183,2	115.017,0	122.566,9	7.549,9

Biguaçu, 25 de novembro de 2015

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
Contadora – CRC/SC 028726/O-6

DECRETO Nº 210/2015

DECRETO Nº 210/2015 DE: 24 DE NOVEMBRO DE 2015.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2015.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 3514/2014 - LDO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 10.026.300,00 (dez milhões, vinte e seis mil e trezentos reais) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 5º Bimestre de 2015 em anexo a este decreto:

1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários – R\$ 4.407.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0202.04.122.0002.2009	Manutenção da Procuradoria Geral do Munic.	255.750,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	255.750,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.04.129.0002.1004	Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Arrecad.	54.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	14.200,00
4.4.90.00	Investimentos	40.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.11.334.0007.1026	Inclusão Digital	20.000,00
4.4.90.00	Investimentos	20.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.365.0003.2025	Oferta de Merenda Escolar	21.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	21.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.365.0003.1007	Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil	72.700,00
4.4.90.00	Investimentos	72.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.13.392.0003.2031	Ampliação e Manutenção da Biblioteca	19.600,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	19.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.04.122.0002.1002	Construção do Centro Administrativo Munic.	1.200.000,00
4.4.90.00	Investimentos	1.200.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.13.391.0009.1012	Restauração do Mercado Público	85.000,00
4.4.90.00	Investimentos	85.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.15.451.0009.1044	Revitalização de Praças	53.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	3.000,00
4.4.90.00	Investimentos	50.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.15.451.0009.1045	Pavimentação de Ruas	377.800,00
4.4.90.00	Investimentos	377.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.15.451.0009.1046	Implantação de Drenagem Pluvial	46.000,00
4.4.90.00	Investimentos	46.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.26.782.0007.2077	Conservação de Estradas Vicinais	68.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	68.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.15.452.0009.2082	Melhoria e Manutenção do Cemitério Público	19.300,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	19.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.15.452.0009.2083	Manutenção da Secretaria de Obras	84.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	84.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.15.452.0009.2086	Arborização de Espaços Públicos	12.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.452.0009.1050	Padronização de Calçadas	50.000,00
4.4.90.00	Investimentos	50.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.453.0009.1051	Constr. ou Ampliação de Abrigos de Passag.	200.000,00
4.4.90.00	Investimentos	200.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.452.0009.2087	Manutenção dos Serviços de Educação Trans.	210.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	210.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1001.04.122.0002.1042	Prevenção as Cheias	23.000,00
4.4.90.00	Investimentos	23.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1001.06.182.0009.1041	Recuperação de Danos Causados p/ intemp.	29.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	29.800,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1001.06.182.0009.2081	Manutenção do Fundo Municipal Def. Civil	23.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais - Intra	1.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1103.16.482.0006.1025	Biguaçu Meu Lar	150.000,00
4.4.90.00	Investimentos	150.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.241.0006.2053	Atendimento a Pessoa Idosa	55.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	55.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2054	Funcionamento e Manutenção do FIA	85.700,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	41.900,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais - Intra	5.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	38.300,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2063	Benefícios Eventuais	30.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2064	Benefícios de Prestação Continuada	15.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.16.482.0006.1025	Biguaçu meu Lar	29.200,00
4.4.90.00	Investimentos	29.200,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2066	Controle Social da Política de Assist. Social	16.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	16.400,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1201.22.661.0007.1031	Implantação de Distrito Industrial	30.000,00
4.4.90.00	Investimentos	30.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.812.0005.1015	Construção de Equipamentos Esportivos	100.050,00
4.4.90.00	Investimentos	100.050,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
9999.99.999.9999.9901	Reserva de Contingência	972.000,00
9.9.99.00	Reserva de Contingência	972.000,00

FONTE 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos para MDEB – R\$ 870.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.1005	Ampliação da Rede Física Ensino Fund.	50.000,00
4.4.90.00	Investimentos	50.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.365.0003.1007	Ampliação da Rede Física Ensino Infantil	257.000,00
4.4.90.00	Investimentos	257.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.13.392.0005.1014	Construção do Centro Integrado de Cultura	10.000,00
4.4.90.00	Investimentos	10.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.13.392.0005.1048	Construção de Portal Turístico	15.000,00
4.4.90.00	Investimentos	15.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.812.0005.1015	Construção de Equipamentos Esportivos	54.000,00
4.4.90.00	Investimentos	54.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.812.0005.1016	Reforma de Equipamentos Esportivos	53.100,00
4.4.90.00	Investimentos	53.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.812.0005.1015	Construção de Equipamentos Esportivos	316.950,00
4.4.90.00	Investimentos	316.950,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1901.28.843.0000.0003	Amortização de Dívidas	114.750,00
4.6.90.00	Amortização de Dívidas	114.750,00

FONTE 0.1.07.000000 – Transf. Diretas do FNDE – PDDE– R\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	1.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.000,00

FONTE 0.1.08.000000 – Transf. Diretas do FNDE – PNAE Fundamental– R\$ 10.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.306.0003.2017	Oferta de Merenda Escolar – Ens. Fund.	10.100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	10.100,00

FONTE 0.1.11.000000 – Brasil Carinhoso – Merenda Infantil– R\$ 46.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil	46.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	46.000,00

FONTE 0.1.12.000000 – Transferências de Recursos do FUNDEB – R\$ 2.263.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2019	Rem. Dos Profissionais do Magistério	2.263.200,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.263.200,00

FONTE 0.1.13.000000 – Transferências de Recursos do FUNDEB – R\$ 101.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	101.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	101.900,00

FONTE 0.1.19.000000 –Melhoria do Sistema Viário – R\$ 49.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.452.0009.2087	Manutenção dos serv. de Educação do Trans	49.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	49.000,00

FONTE 0.1.37.000061 – Piso de Alta Complexidade - R\$ 80.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	80.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	80.000,00

FONTE 0.1.37.000066 – IGD Bolsa Família - R\$ 9.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	9.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	9.500,00

FONTE 0.1.37.000069 – Piso Básico Fixo - PAIF R\$ 48.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2062	Proteção Social Básica	48.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	48.000,00

FONTE 0.1.37.000070 – Índice de Gestão Descentralizada - SUAS R\$ 7.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2061	Gestão de Política de Assistência Social	7.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	7.000,00

FONTE 0.1.37.000072 – Piso de Transição de Média Complexidade R\$ 10.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Piso especial de Média Complexidade	10.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00

FONTE 0.1.37.000198 – Acessuas – R\$ 77.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2061	Gestão de Política de Assistência Social	77.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	77.800,00

FONTE 0.1.37.000209 – Serv. Conv. Fortal. Vínculos – R\$ 111.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2055	Serv. De Conviv. E Fortalecimento de Vinc.	111.100,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	111.100,00

FONTE 0.1.37.000211 – Piso Fixo de Media Complexidade - PAEFI – R\$ 36.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Media Complexidade	36.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	36.300,00

FONTE 0.1.37.000212 – Piso Fixo de Media Complexidade - MSE – R\$ 21.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Media Complexidade	21.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	21.000,00

FONTE 0.1.37.000213 – Piso Fixo de Media Complexidade - Abordagem – R\$ 50.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Media Complexidade	50.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00

FONTE 0.1.38.000156 – Co-Financiamento – R\$ 86.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	86.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	86.000,00

FONTE 0.1.38.000175 – Co-Finan. Proteção de Media Complexidade – R\$ 62.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	62.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	62.000,00

FONTE 0.1.38.000200 – Benefícios Eventuais – R\$ 10.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
--------	---------------	-------

1101.08.244.0006.2063	Benefícios Eventuais	10.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00

FONTE 0.1.38.000210 – Co-Financ. Proteção Social Básica – R\$ 21.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2062	Proteção Social Básica	21.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	21.000,00

FONTE 0.1.81.000002 – MDE – Salário Educação – R\$ 3.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	3.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	3.000,00

2. UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.1.02.000000 – Recursos de Impostos ASPS – R\$ 676.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.812.0005.1018	Instalação de Academia ao Ar Livre	35.000,00
4.4.90.00	Investimentos	35.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.812.0005.2501	Apoio ao esporte Amador	65.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	65.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.813.0005.2051	Apoio ao Lazer Comunitário	99.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	99.000,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.23.695.0007.2075	Realização e Apoio a Eventos Promocionais	64.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	64.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1501.20.606.0007.1029	Implantação da Casa do Agricultor	26.450,00
4.4.90.00	Investimentos	26.450,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.1008	Construção do Hospital da Comarca	30.000,00
4.4.90.00	Investimentos	30.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	177.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	177.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2035	Ações de Saúde da Família – PABV/ESF	88.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	83.300,00
4.4.90.00	Investimentos	5.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2037	Ações de Saúde Bucal	16.000,00
4.4.90.00	Investimentos	16.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2040	Centro de Especialidades Odontológicas	10.000,00
4.4.90.00	Investimentos	10.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2041	SAMU	5.000,00
4.4.90.00	Investimentos	5.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.306.0004.2047	Biguaçu sem Miséria	8.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	8.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1901.28.843.0000.0003	Amortização de Dívidas	52.250,00
4.6.90.00	Amortização de Dívidas	52.250,00

FONTE 0.2.20.000000 – Manutenção do FMS – R\$ 40.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2033	Manutenção do FMS	40.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	40.000,00

FONTE 0.2.28.000015 – Teto Municipal Rede de Urgência - UPA – R\$ 48.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	48.700,00
4.4.90.00	Investimentos	48.700,00

FONTE 0.2.28.000042 – ASPS Piso de Atenção Básica – R\$ 81.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica	81.700,00
4.4.90.00	Investimentos	81.700,00

FONTE 0.2.28.000043 – Vigilância Sanitária - R\$ 20.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	20.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00

FONTE 0.2.28.000044 – ASPS Assist. Farm. Básica – R\$ 14.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2038	Ações de Assist. Farm. Básica	14.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	14.300,00

FONTE 0.2.28.000046 – ASPS - ACS – R\$ 142.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2036	Ações de ACS	142.100,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	142.100,00

FONTE 0.2.28.000047 – ASPS - SF – R\$ 15.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2035	Ações de SF	15.200,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	15.200,00

FONTE 0.2.28.000056 – ASPS – Ações de Atenção Básica – R\$ 32.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica – PABF	32.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	32.000,00

FONTE 0.2.28.000108 – Incent. Qualif. Das Ações de Dengue – R\$ 25.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	25.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	25.000,00

FONTE 0.2.28.000110 – Custeio de Academias de Saúde – R\$ 30.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.305.0004.1009	Inpl. E Manut. Polos de Academia de Saúde	30.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00

FONTE 0.2.28.000120 – Inc.ao Prog. Nac. HIV/AIDS e Outra – R\$ 70.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.305.0004.2046	Ações de Vig. Epid. E Ambiental em Saúde	70.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	70.000,00

FONTE 0.2.28.000179 – ASPS – PMAQ – R\$ 179.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2035	Ações de Saúde da Família	179.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	179.300,00

FONTE 0.2.28.000193 – ASPS – Programa Saúde na Escola – R\$ 29.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2035	Ações de Saúde da Família	29.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	29.000,00

FONTE 0.2.29.000052 – ASPS – Assist. Farmacêutica Básica – R\$ 85.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2038	Ações de Assist. Farmac. Básica	85.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	85.300,00

FONTE 0.2.29.000125 – MAC Produção Ambulatorial Hospitalar – R\$ 75.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2042	Manutenção das Ações de MAC	75.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	75.500,00

FONTE 0.2.30.000000 – Pref. Mun. Gov. Celso Ramos – R\$ 20.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2041	SAMU	20.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00

FONTE 0.2.30.000000 – Pref. Mun. Antonio Carlos– R\$ 13.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2041	SAMU	13.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	13.000,00

3. UNIDADE GESTORA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

FONTE 0.2.36.000000 – Manutenção da FAMABI– R\$ 46.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1701.18.543.008.2080	Manutenção da FAMABI, Preserv. Proteção	46.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	46.300,00

Art. 2º As fontes de recursos da Unidade Gestora Biguaçu prev que não alcançaram as metas de arrecadação não serão objeto de limitação de empenho, haja vista que o déficit apurado até o bimestre de referência poderá ser coberto pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurada no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 24 de novembro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 220/2015

DECRETO Nº 220/2015 DE: 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A OCUPAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MERCADO PÚBLICO DE BIGUAÇU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando a necessidade de definir, conceituar e identificar os espaços nos prédio do Mercado Público de Biguaçu, estabelecendo normas e procedimentos norteadores para a concessão dos mesmos à iniciativa privada,

DECRETA:

CAPÍTULO I**DO CONCEITO, OBJETIVO E FORMA DE CONTRATAÇÃO**

Art. 1º O Mercado Público de Biguaçu é bem pertencente ao patrimônio cultural da cidade, com inestimável importância histórica e cultural.

Art. 2º Os Boxes existentes no imóvel definidos no artigo anterior destinam-se a cultura, ao lazer, à comercialização de produtos artesanais da região, comercialização de alimentos e de produtos de utilidade doméstica, bem como para oferecimento de serviços de alimentação, afastada a possibilidade do comércio de qualquer produto no atacado.

Art. 3º A ocupação dos boxes do Mercado Público de Biguaçu pela iniciativa privada se dará através de Concessão de Uso ou Permissão de Uso a título precário, obedecidas as regras e exigências do Direito Administrativo.

§ 1º - A Concessão de Uso será sempre onerosa e por tempo determinado, nunca superior a 5 (cinco) anos, prorrogável por idêntico período.

§ 2º - A Permissão de Uso, sempre em caráter precário e por tempo determinado, poderá ser onerosa ou não, dependendo do interesse público.

Art. 4º Especificamente, os objetivos para o Mix-Ocupação dos espaços do Mercado Público de Biguaçu devem ser:

I - Manter a "alma" do Mercado Público, respeitando seus condicionantes históricos e estéticos;

II - Assegurar sua diversidade cultural;

III - Priorizar os usos tradicionais que conferem atratividade;

IV - Assegurar o espaço como local popular de encontro, lazer e gastronomia;

V - Consolidar o Mercado Público como um elemento de dinamização econômica e social do centro histórico;

VI - Valorizar os espaços priorizando as áreas de acordo com os usos, a análise econômica, logística de abastecimento e a estrutura original da edificação.

CAPÍTULO II**DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 5º a Administração do Mercado Público de Biguaçu fica a cargo da Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, a quem compete:

I - Exigir programas de excelência em qualidade, modernização e organização no funcionamento do Mercado;

II - Aplicar e exigir medidas que garantam ao munícipe ou visitante um local agradável, seguro e sanitariamente adequado;

III - Exigir dos Concessionários ou Permissionários o respeito às regras de comercialização e o bom atendimento a todos os usuários do ambiente;

IV - Exigir a comercialização de produtos sanitariamente seguros;

V - Exigir dos Concessionários e Permissionários obediência absoluta ao "Mix de Ocupação" que serviu de objeto à contratação;

VI - Manter rigoroso cadastro das ocupações, fiscalizando

permanentemente o cumprimento contratual em todos os seus termos;

VII - Zelar pela prática de atos que preservem o valor histórico, cultural e popular do Mercado Público de Biguaçu, exigindo de seus ocupantes eventuais restauração e ou readequação do bem público, com resgate imediato de eventuais danos quanto a estética da edificação;

VIII - Solicitar dos órgãos Federais, Estaduais e Municipais todo o auxílio eventualmente necessário para o cumprimento dos seus encargos;

IX - Instaurar procedimentos para apurar faltas ou denúncias, aplicando as penalidades previstas;

X - Resolver todos os demais casos omissos neste Decreto.

CAPÍTULO III**DOS RAMOS DE ATIVIDADES**

Art. 6º Os Concessionários ou Permissionários dos boxes, bancas e outros locais específicos do prédio do Mercado deverão operar rigorosamente dentro do ramo de atividade constante do instrumento de cessão ou permissão, obedecidas as normas do Direito Comercial e a setorização contratual, conforme estabelecido no Mix de Usos, parte integrante deste Decreto.

CAPÍTULO IV**DA SETORIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Art. 7º A setorização no Mercado será a do "Mix de Ocupação" que for previamente estabelecida pelo chefe do Poder Executivo Municipal e servir de anexo ao Processo de seleção para contratação. Sua distribuição tem por finalidade ordenar os boxes de acordo com os ramos de atividades e sistema de comercialização, obedecendo a critérios sanitários, de segurança, de fluxo, de acessibilidade e de demanda.

§ 1º - O horário de funcionamento do Mercado obedecerá as seguintes normas:

a) O box "SALA COMERCIAL", destinado à peixaria, funcionará de segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 18h ininterruptamente, e aos sábados das 08h às 13h, também ininterruptamente, podendo em períodos específicos, tais como "Semana Santa", "Corpus Christi", etc., ter horário alternativo autorizado pela SEMAD mediante prévio requerimento;

b) O box "BAR" funcionará de segunda-feira a sábado, das 09h às 18h ininterruptamente, além de, no período compreendido entre 1ª de novembro a 31 de março abrir aos domingos no mesmo horário, podendo, para qualquer período do ano, solicitar a prorrogação do horário de fechamento em até mais 4 (quatro) horas, devendo ser previamente autorizado pela SEMAD, sem prejuízo das autorizações junto à Polícia Civil.

c) Os boxes "01" a "07", destinados ao comércio de artesanatos e afins, funcionarão de segunda-feira a sexta-feira, das 09h às 18h ininterruptamente, e aos sábados das 08h às 13h, ininterruptamente, podendo em períodos específicos de movimento no comércio, tais como "Natal", "Páscoa", etc., ter horário alternativo e/ou prolongado autorizado pela SEMAD, mediante prévio requerimento.

d) Fica ainda estabelecido que o horário de carga e descarga se dará, preferencialmente, das 06h00 às 08h00, ou após às 19h30min.

§ 2º - Excepcionalmente, a SEMAD poderá autorizar a título precário e por prazo máximo de 30 (trinta) dias, a ocupação de área do Mercado, interna ou externa, para exposição de artigos e produtos específicos, ou realização de campanhas promocionais de interesse da população.

§ 3º - O "deck" anexo ao box "BAR" é de uso comum de todos os clientes dos demais boxes, contudo, caberá ao Concessionário ou Permissionário do box "BAR" adquirir as mesas e cadeiras para mobiliá-lo e zelar pela conservação e limpeza das mesmas, sendo expressamente proibido condicionar o consumo de produtos à

utilização das mesas e cadeiras.

§ 4º - A Municipalidade manterá sob sua posse, ou seja, não entregará à concessão ou permissão, 02 (duas) unidades de boxes, as quais serão destinadas a utilização institucional de quiosque de informações turísticas do Município de Biguaçu e outras atividades institucionais, a cargo, uso e gestão da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer – SECETUL.

Art. 8º Os boxes e outros locais específicos do Mercado não poderão sofrer alterações ou modificações em suas disposições, estrutura e "Mix de Ocupação", podendo a Administração autorizar somente, a requerimento do Concessionário ou Permissionário e às suas expensas, alterações e modificações necessárias à segurança e à estética do próprio municipal, desde que aprovados pela SEMAD.

Art. 9º Poderá ser permitida, também a título precário, a utilização do espaço fronteiriço do Box de bares e lanchonetes dentro de um limite prudencial que não prejudique a livre circulação dos usuários, mediante prévia solicitação do Concessionário ou Permissionário e após expressa autorização do Secretário Municipal da SEMAD.

§ 1º - A autorização de que trata o caput deste artigo, quando nos corredores internos dos prédios, só poderá ser permitida se respeitado o limite mínimo de 2 (dois) metros de largura para a circulação dos frequentadores, totalmente livre.

§ 2º - Para a colocação de mesinhas, cadeira guarda sóis ou exposição de mercadorias deverão ser utilizados equipamentos adequados e padronizados, respeitando-se a estética e as normas higiênicas-sanitárias vigentes, evitando-se improvisações.

§ 4º - Ao término de cada expediente, toda a estrutura ou mercadorias expostas fora do limite do Box deve ser recolhida.

§ 5º - Desobedecidas as normas descritas nos parágrafos anteriores, ou havendo interesse público a critério da SEMAD, a autorização de que trata este artigo deverá ser imediatamente cancelada.

CAPÍTULO V

DAS OBRIGAÇÕES DOS CONCESSIONÁRIOS OU PERMISSIONÁRIOS

Art. 10 - Os Concessionários ou permissionários deverão fixar, em local visível, placas identificativas, padronizadas por meio de portaria editada pela SEMAD, nas quais constarão, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- I - Nome e CNPJ da empresa;
- II - Ramo de Atividade Box;
- III - número do Boxe;

§ 1º - Os concessionários ou Permissionários deverão seguir as normas de propaganda visual.

§ 2º - A placa deverá ser afixada perpendicularmente à parede, observando as dimensões máximas de 0,60 m e 0,80 m, ficando limitada a uma só placa por comércio, proibindo-se com luzes em movimento.

Art. 11 - É obrigatória a indicação visível dos preços das mercadorias expostas à venda.

Art. 12 - Os boxes ou áreas adjacentes privativas de cada ocupação deverão ser mantidos pelos próprios Concessionários ou Permissionários em boas condições de uso, higiene e limpeza, utilizando-se material necessário para tal fim.

§ 1º - Caixarias e ou embalagens já utilizadas, bem como qualquer outro resíduo reciclável não poderão ser armazenadas, sob qualquer pretexto, nas áreas comuns internas ou externas do Mercado.

§ 2º - Todo o lixo orgânico somente poderá ser exposto à coleta no local determinado para tal finalidade com, no máximo, 1 hora de

antecedência ao horário previsto para a coleta regular de resíduos para aquela localidade, devendo, especialmente os Concessionários ou Permissionários dos boxes "BAR" e "SALA COMERCIAL" utilizarem-se de meios adequados para o acondicionamento deste lixo orgânico até o momento da exposição à coleta e também de meios que evitem qualquer tipo de vazamento de líquidos ou espalhamento de sólidos até a efetiva coleta.

Art. 13 - O Concessionário e ou Permissionário deverá reparar quaisquer danos ocasionados nas dependências do próprio municipal quando provenientes do uso ou comprovada sua culpabilidade para a causa do dano. Caso o responsável não tenha tomado as providências no prazo julgado necessário pela Administração, esta poderá proceder aos reparos exigidos, cobrando o preço correspondente do cessionário ou permissionário, inclusive judicialmente, se necessário, sem prejuízo das outras sanções regulamentares.

Art. 14 - O Concessionário ou Permissionário fica obrigado a apresentar, quando a Administração assim o exigir, todos os dados referentes as mercadorias que comercializa, tais como procedência, nome e endereço do remetente, quantidade, especificação e classificação do produto, etc..., sempre por meio do documento fiscal correspondente.

Art. 15 - O Concessionário ou Permissionário está obrigado a possuir todas as licenças necessárias à instalação e operação do seu negócio.

CAPÍTULO VI

DA REMUNERAÇÃO DE USO

Art. 16 - O contrato de Concessão de uso será obtido através processo licitatório e pela melhor oferta financeira pela contratação pretendida.

§ 1º - O edital de convocação estabelecerá o preço mínimo aceitável para a obtenção da Concessão mediante outorga e também da taxa mensal de uso.

§ 2º - O proponente vencedor deverá depositar o preço da proposta até o dia da efetiva contratação, em reais e em parcela única.

§ 3º - Havendo desistência tácita ou formal por parte do vencedor, serão chamados, sucessivamente, os demais proponentes na ordem de classificação, adjudicando em favor daquele que aceitar a contratação nas mesmas condições proposta pelo primeiro.

§ 4º - Considerar-se-á desistência tácita por parte do proponente quando, até a data da assinatura do contrato, não efetuar o recolhimento aos cofres públicos do preço ofertado no certame.

Art. 17 - O Concessionário fica obrigado, durante a ocupação, a pagar, por rateio mensal, as despesas pelo consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como pela limpeza, higienização, programas integrados de controle de pragas, manutenção e conservação, instalação e operação de sistema de sonorização e telefonia, de serviços informatizados, ou quaisquer outros encargos resultantes ao perfeito funcionamento dos equipamentos, sempre que a despesa se relacionar com espaços ou equipamentos de uso comum, bem como pelo pagamento mensal pela ocupação, a ser recolhido aos cofres do Município ou a quem for delegado, de acordo com o valor estabelecido no Edital Licitatório, atualizado anualmente.

§ 1º - O rateio de que trata o caput deste artigo será proporcional a área útil ocupada por cada Concessionário.

§ 2º - As despesas por melhorias somente serão rateadas e devidas pelos ocupantes do Mercado, quando previa e formalmente aprovadas pela maioria destes, o que poderá se dar em Assembléia Geral devidamente convocada pela Associação reconhecida pelo Poder Concedente como representante dos Concessionários.

§ 3º - O valor pela ocupação deverá ser recolhido aos Cofres Municipais até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

Art. 18 - O Edital de Licitação poderá excepcionar valores para as atividades reconhecidamente menos lucrativas e que forem de reconhecido interesse para o "Mix de Ocupação" do Mercado.

CAPÍTULO VII DA REVOGAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 19 - A permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo, observado o interesse público, face a precariedade do instrumento.

Art. 20 - A Concessão, por sua vez, poderá ser revogada quando comprovado:

- I - locação, sublocação, cessão, arrendamento total ou parcial ou transferência a terceiros da área cedida;
- II - falta de pagamento referente ao rateio ou ao preço de ocupação da área, por prazo superior a 60(sessenta) dias;
- III - prática, pelo titular da concessão, seus prepostos ou empregados, de:
 - a) atos de indisciplina, turbulentos, atentatórios à boa ordem e à moral;
 - b) ato configurativo de ilícito penal;
 - c) reincidência de infrações de caráter grave e gravíssimo, relativas à legislação sanitária vigente;
 - d) desacato às ordens administrativas.

Parágrafo Único - Antes da revogação da concessão de uso e a critério da Administração, poderão ser aplicadas, preventivamente, as seguintes penalidades:

I - advertência por escrito;

II - suspensão das atividades por prazo de até 7 (sete) dias, podendo ser aplicada em dobro em caso de reincidência.

Art. 21 - Nenhuma pena será aplicada sem o devido processo legal, garantindo-se ao infrator ampla defesa.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22 - Para o cumprimento de suas obrigações, o Secretário Municipal da SEMAD poderá nomear, por Portaria, Gestores, a quem lhes delegará competências.

Art. 23 - Fica proibido o comércio por ambulantes nas dependências ou entorno do prédio do Mercado.

Art. 24 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 2847/2015

PORTARIA nº 2847 de 30 de novembro de 2015

Nomeia servidor para exercer o cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Osmar José Martendal, brasileiro (a), para exercer o cargo em comissão de Diretor de Manutenção, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 12/11/2015.

Art. 2º O servidor opta pela remuneração normal, acrescida de 30% sobre seus vencimentos, observada a aplicação do inciso II do art. 146 da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/11/2015.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2848/2015

PORTARIA nº 2848 de 30 de novembro de 2015

Designa a comissão para que seja realizado Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Thiago Alexandre Pereira, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental, Marisete da Silva Rocha, ocupante do cargo efetivo de Advogado e Bernardo Heringer da Silva, ocupante do cargo efetivo de Advogado, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que, sob presidência do primeiro, seja realizado o Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelo servidor Sadi Gaspar Garcia, conforme CI nº 376/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2849/2015

PORTARIA nº 2849 de 30 de novembro de 2015

Designa a comissão para que seja realizado Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Thiago Alexandre Pereira, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental, Marisete da Silva Rocha, ocupante do cargo efetivo de Advogado e Eduardo Nau Rodrigues, ocupante do cargo efetivo de Motorista I, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que, sob presidência do primeiro, seja realizado o Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelo servidor Rosana das Neves, conforme Memorando nº e-6.934/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2850/2015

PORTARIA nº 2850 de 30 de novembro de 2015

Designa a comissão para que seja realizado Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Thiago Alexandre Pereira, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental, Marisete da Silva Rocha, ocupante do cargo efetivo de Advogado e Bernardo Heringer da Silva, ocupante do cargo efetivo de Advogado, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que, sob presidência do primeiro, seja realizado o Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelo servidor Rosana das Neves, conforme Memorando nº 470/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2851/2015

PORTARIA Nº 2851/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIANA ESTER BORGES COSTA, ocupante do Cargo efetivo de ENFERMEIRO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 10797/2015 em anexo nos períodos de 23/11/2015 a 02/12/2015.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2852/2015

PORTARIA Nº 2852/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA CLAUDIA FERREIRA MARTINS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções

laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 10798/2015 em anexo nos períodos de 24/11/2015 a 24/11/2015.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2853/2015

PORTARIA Nº 2853/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IARA MARIA CORDOVA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme processo nº 10781/2015 em anexo nos períodos de 23/11/2015 a 27/11/2015.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2854/2015

PORTARIA Nº 2854/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA CLAUDIA FERREIRA MARTINS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10696/2015 em anexo no período de 19/11/2015 a 20/11/2015.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2855/2015

PORTARIA Nº 2855/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JANAINA MULLER MENDES, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10802/2015 em anexo no período de 23/11/2015 a

26/11/2015.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2856/2015

PORTARIA Nº 2856/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA DAS GRAÇAS FARIAS, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10857/2015 em anexo no período de 25/11/2015 a 22/02/2016.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2857/2015

PORTARIA Nº 2857/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GUILHERME MULLER MARIA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10757/2015 em anexo no período de 23/11/2015 a 03/12/2015.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2858/2015

PORTARIA Nº 2858/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), RUI ANDRADE DOS SANTOS, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10727/2015 em anexo no período de 18/11/2015 a 02/12/2015.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2859/2015

PORTARIA Nº 2859/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FABIANA CONRADO, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10832/2015 em anexo nos períodos de 16/11/2015 a 20/11/2015 e de 24/11/2015 a 24/11/2015.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2860/2015

PORTARIA Nº 2860/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JANICE DA ROSA REGIS, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10754/2015 em anexo no período de 20/11/2015 a 04/12/2015.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2861/2015

PORTARIA Nº 2861/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MURIEL DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10744/2015 em anexo no período de 23/11/2015 a 02/12/2015.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2862/2015

PORTARIA Nº 2862/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VERA TERESA CIDADE DE JESUS, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10701/2015 em anexo nos períodos de 29/10/2015 a 29/10/2015, de 05/11/2015 a 05/11/2015 e de 09/11/2015 a 10/11/2015.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2863/2015

PORTARIA Nº 2863/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo efetiva de AUXILIAR DE VETERINÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10589/2015 em anexo nos períodos de 12/11/2015 a 13/11/2015, de 16/11/2015 a 19/11/2015 e de 20/11/2015 a 20/11/2015.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2864/2015

PORTARIA Nº 2864/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCELITE DA SILVA, ocupante do Cargo efetiva de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10589/2015 em anexo nos períodos de 21/10/2015 a 21/10/2015, de 09/11/2015 a 09/11/2015 e de 19/11/2015 a 20/11/2015.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2865/2015

PORTARIA Nº 2865/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA ISABEL CARDOSO, ocupante do Cargo efetiva de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 10705/2015 em anexo nos períodos de 18/11/2015 a 20/11/2015.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PP 237/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DO PP 237/2015 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 237/2015 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CECÍLIA ALAIDE DE CARVALHO ROSA, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 11/12/2015, até 13:45 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 11/12/2015, às 14:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8022.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

PP 238/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DO PP 238/2015 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 238/2015 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE BRIQUEDOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CECÍLIA ALAIDE DE CARVALHO ROSA, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 11/12/2015, até 15:15 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 11/12/2015, às 15:30 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8022.

Biguaçu, 30 de novembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.787/2015

DECRETO N. 10.787, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

ALTERA O DECRETO N. 8.613, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2008, QUE "ESTABELECE CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO DE LICENÇA-PRÊMIO CONVERTIDA EM PECÚNIA AOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 59, V, e 75, I, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e em conformidade com o disposto no §6º do art. 151 e o art. 288 da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º O caput dos arts. 4º e 8º do Decreto n. 8.613, de 1º de fevereiro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação, incluindo-se ao art. 8º os §§3º e 4º:

"Art. 4º No caso de optar pela conversão em pecúnia, deverá o servidor gozar o restante do período, observado o disposto no art. 153 da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007.

[...]

Art. 8º A ordem cronológica de que trata o art. 7º será excepcionada para atender pedido de pagamento de licença-prêmio em pecúnia ao servidor que apresentar as seguintes situações:

[...]

§3º Nas situações previstas nos incisos II, III, IV, V e VI, o servidor deverá comprovar a aplicação dos valores nos fins para os quais foram requeridos, no prazo de sessenta dias contados da data do pagamento, sob pena de, não o fazendo, responder pela restituição da quantia total ao erário.

§4º Promovida a restituição de que trata o §3º, o servidor poderá requerer novamente a conversão em pecúnia do mesmo período aquisitivo, observada a ordem cronológica de protocolização dos pedidos referida no art. 7º".

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 4º do Decreto n. 8.613, de 1º de fevereiro de 2008.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de novembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.871/2015

PORTARIA Nº 18.871, DE 22 DE JUNHO DE 2015.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 189/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

MAIRA HINKEL, nomeada através da Portaria nº 18.712, de 29 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

AMAUARI MARCOS DA SILVA, nomeado através da Portaria nº 18.712, de 29 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2011;

PATRICIA DOS SANTOS, nomeada através da Portaria nº 18.712, de 29 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

ESTER MAES CANZIANI, nomeada através da Portaria nº 18.712, de 29 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

MARIA ADALGIZA DE OLIVEIRA FEITOZA, nomeada através da Portaria nº 18.712, de 29 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

BRUNO ALEXANDRE MOSER, nomeado através da Portaria nº 18.757, de 13 de maio de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2011;

IEDA MARA SCHNEIDER KRANKEL, nomeada através da Portaria nº 18.757, de 13 de maio de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2011;

MICHELE TROMBELLI, nomeada através da Portaria nº 18.852, de 12 de junho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2011;

GRAZIELI APARECIDA DE SOUZA MADRUGA, nomeada através da Portaria nº 18.713, de 29 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

MARCIA LICHTENFELZ, nomeada através da Portaria nº 18.794, de 25 de maio de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

VINICIUS ORNEL DOS SANTOS, nomeado através da Portaria nº 18.713, de 29 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

REGINA LUCIA SANTOS RIBEIRO, nomeada através da Portaria nº 18.713, de 29 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Educador Social – Feminino, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

GUILHERME DE CAMPOS DOMINGUES, nomeado através da Portaria nº 18.713, de 29 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Infectologista, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

SIMONE ALBINO, nomeada através da Portaria nº 18.713, de 29 de abril de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

SULEINE SCHWANKE, nomeada através da Portaria nº 18.755, de 13 de maio de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

ISABEL CRISTINA TOMASELLI FERNANDES, nomeada através da Portaria nº 18.754, de 13 de maio de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

TELMA ALBERTINA DA SILVA DARAIO, nomeada através da Portaria nº 18.817, de 02 de junho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

ANGELITA ROSA, nomeada através da Portaria nº 18.818, de 02 de junho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

TRAUDI GRADE, nomeada através da Portaria nº 18.816, de 02 de junho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de junho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.271/2015

PORTARIA Nº 19.271, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.
CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

ANA LUIZA RHEE SCHULDT, do cargo de provimento efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar

de 10 de novembro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 7234/11/2015;

FLAVIA FRANCISCHELLI, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 10 de novembro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 7094/11/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de novembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.273/2015

PORTARIA Nº 19.273, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.
EXONERA STELA MARIA DA SILVA DESCHAMPS
DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA,
NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

STELA MARIA DA SILVA DESCHAMPS, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Educação Básica, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, nomeado pela Portaria nº 17.532, de 07 de fevereiro de 2014, no dia 23 de novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de novembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.274/2015

PORTARIA Nº 19.274, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.
NOMEIA PATRÍCIA LUEDERS PARA O EXERCÍCIO
DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE
EDUCAÇÃO BÁSICA, NA SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

PATRÍCIA LUEDERS, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Educação Básica, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no dia 24 de novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de novembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.275/2015

PORTARIA Nº 19.275, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

NOMEIA JESEBEL IARA AVANCINI PARA COMPOR O COMITÊ ARTICULADOR DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL REALIZADO NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS INTEGRANTES DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – FAIXA I.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014, do Ministério das Cidades, e com o Memorando DH nº 86/2015, de 12/11/2015, resolve:

NOMEAR, para compor o Comitê Articulador do Trabalho Técnico Social realizado nos Conjuntos Habitacionais Integrantes do Programa Minha Casa, Minha Vida – Faixa I, juntamente com os demais membros indicados pela Portaria nº 19.199, de 30 de outubro de 2015:

JESEBEL IARA AVANCINI, representante da Diretoria de Proteção Básica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de novembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.276/2015

PORTARIA Nº 19.276, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

NOMEIA ELIZABETH FERREIRA WERNER PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE BLUMENAU – COPE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no art. 5º, da Lei Complementar nº 794, de 19 de abril de 2011, e atendendo ao Memorando SEPLAN/COPE nº 089/2015, de 25/11/2015, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 794, de 19 de abril de 2011, para compor o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado de Blumenau – COPE:

ELIZABETH FERREIRA WERNER, representante titular da Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR, em substituição a VÂNIA MARIA GAYO, nomeada pela Portaria nº 17.612, de 12/03/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de novembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.277/2015

PORTARIA Nº 19.277, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

NOMEIA REPRESENTANTES PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 4º da Lei Complementar

nº 865, de 28 de setembro de 2012, e conforme Memorando nº 427/2015 – GABINETE SEMED, de 23/11/2015, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 865, de 28 de setembro de 2012, para compor o Conselho Municipal de Educação – CME:

DALVA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA e JACKSON MARCEL FREIBERG, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Social - SEMUDES, em substituição a ROSANE MARA MACIEL SILVA e EVANI OTÍLIA PEIXE, nomeadas pela Portaria nº 17.009, de 24 de maio de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de novembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.278/2015

PORTARIA Nº 19.278, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARCIA ARIETE FEUSER NUNES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

CONCEDER, de acordo com os art. 3º e 4º, da Lei nº 4.432/94, alterados pelas Leis nº 5.127/98, nº 6.523/04, nº 7.215/07, nº 7.522/10 e pela Lei Complementar nº 846/12 a gratificação especial pela participação na Estratégia de Saúde da Família – ESF, a seguinte servidora pública municipal:

MARCIA ARIETE FEUSER NUNES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, pela função de Serviço de Atendimento Domiciliar, a contar de 09 de novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de novembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.279/2015

PORTARIA Nº 19.279, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DISPENSAR

os servidores públicos municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, das seguintes funções gratificadas de confiança:

LUCIANA GRAMKOW, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Análise de Processos – Alvará Sanitário, FGC-40%, designada pela Portaria nº 16.874, de 12/04/2013, no dia 03 de novembro de 2015;

LUAN FELIPE DOS SANTOS, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor do Sistema de Informação – Vigilância Sanitária, FGC-30%, designada pela Portaria nº 16.874, de 12/04/2013, no dia 03 de novembro de 2015;

ELENICE BERTOTTI, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Procedimentos – Vigilância Sanitária, FGC-40%, designada pela Portaria nº 16.874, de 12/04/2013, no dia 03 de novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de novembro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.280/2015

PORTARIA Nº 19.280, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.
EXONERA RAFAEL EDUARDO ALTHOFF DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE PROMOÇÃO E MARKETING, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SECTUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

RAFAEL EDUARDO ALTHOFF, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Promoção e Marketing, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR, nomeado pela Portaria nº 16.506, de 02 de janeiro de 2013, no dia 23 de dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de novembro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.281/2015

PORTARIA Nº 19.281, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DISPENSAR

os servidores públicos municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, das seguintes funções gratificadas de confiança:

ALBERTO DO NASCIMENTO RUSSI, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Serviços Especiais, FGC-50%, designada pela Portaria nº 16.875, de 12/04/2013, no dia 20 de novembro de 2015;

ÂNGELA FABIANE KOLLING, Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Inclusão aos Cursos Profissionalizantes, FGC-20%, designada pela Portaria nº 19.154, de 09/10/2015, no dia 20 de novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de novembro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.282/2015

PORTARIA Nº 19.282, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR

os servidores públicos municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, para o exercício das seguintes Funções Gratificadas de Confiança, constantes do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 02/12/2014:

ALBERTO DO NASCIMENTO RUSSI, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, para a função de Assessor de Inclusão aos Cursos Profissionalizantes, FGC-20%, no dia 21 de novembro de 2015;

ÂNGELA FABIANE KOLLING, Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, para a função de Coordenador de Serviços Especiais, FGC-50%, no dia 21 de novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de novembro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.283/2015

PORTARIA Nº 19.283, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR

os servidores públicos municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, para o exercício das seguintes Funções Gratificadas de Confiança, constantes do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 02/12/2014:

LUAN FELIPE DOS SANTOS, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, para a função de Assessor de Análise de Processos – Alvará Sanitário, FGC-40%, no dia 04 de novembro de 2015;

KEOMA FILIPE RODRIGUES DOS SANTOS, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, para a função de Assessor do Sistema de Informação – Vigilância Sanitária, FGC-30%, no dia 04 de novembro de 2015;

FRANCIELE WIPPEL TARNOWSKI, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, para a função de Assessor de Procedimentos – Vigilância Sanitária, FGC-40%, no dia 04 de novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de novembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.284/2015

PORTARIA Nº 19.284, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXONERA NILTON ANTÔNIO SPENGLER DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SESUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

NILTON ANTÔNIO SPENGLER, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Iluminação Pública e Sinalização Viária, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, nomeado pela Portaria nº 16.518, de 02 de janeiro de 2013, no dia 01 de dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de novembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO CONVÊNIO - 1

EXTRATO – CONVÊNIO

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E

BEATRIZ MENDES TRIBESS

OBJETO: Conjugação de esforços para atendimento de crianças em Creche Domiciliar, condicionado as crianças de 0 a três anos para matrículas e matrículas novas visando atender a demanda reprimida, por meio do cadastro fila única; oferecer espaço alternativo de cuidado e Educação Infantil, com qualidade de atendimento; garantir uma modalidade de atendimento diferenciado, supervisionado e respaldado pela Estrutura do Processo da Educação Infantil do Município; e, caracterizar a Creche Domiciliar como espaço de experiências, de trocas e respeito.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

RECURSOS: As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Município e da Responsável da Creche, de acordo com o convênio.

PRAZO: De 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

DATA: 16 de novembro de 2015.

EXTRATO CONVÊNIO - 2

EXTRATO – CONVÊNIO

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E

ESMÉRIA SCHMITT KRAISCH

OBJETO: Conjugação de esforços para atendimento de crianças em Creche Domiciliar, condicionado as crianças de 0 a três anos para matrículas e matrículas novas visando atender a demanda reprimida, por meio do cadastro fila única; oferecer espaço alternativo de cuidado e Educação Infantil, com qualidade de atendimento; garantir uma modalidade de atendimento diferenciado, supervisionado e respaldado pela Estrutura do Processo da Educação Infantil do Município; e, caracterizar a Creche Domiciliar como espaço de experiências, de trocas e respeito.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

RECURSOS: As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Município e da Responsável da Creche, de acordo com o convênio.

PRAZO: De 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

DATA: 16 de novembro de 2015.

EXTRATO CONVÊNIO - 3**EXTRATO – CONVÊNIO**

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E

HILDA BERTOLDI

OBJETO: Conjugação de esforços para atendimento de crianças em Creche Domiciliar, condicionado as crianças de 0 a três anos para matrículas e matrículas novas visando atender a demanda reprimida, por meio do cadastro fila única; oferecer espaço alternativo de cuidado e Educação Infantil, com qualidade de atendimento; garantir uma modalidade de atendimento diferenciado, supervisionado e respaldado pela Estrutura do Processo da Educação Infantil do Município; e, caracterizar a Creche Domiciliar como espaço de experiências, de trocas e respeito.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

RECURSOS: As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Município e da Responsável da Creche, de acordo com o convênio.

PRAZO: De 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

DATA: 16 de novembro de 2015.

EXTRATO CONVÊNIO - 4**EXTRATO – CONVÊNIO**

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E

JANDIRA MULLER KRAUS

OBJETO: Conjugação de esforços para atendimento de crianças em Creche Domiciliar, condicionado as crianças de 0 a três anos para matrículas e matrículas novas visando atender a demanda reprimida, por meio do cadastro fila única; oferecer espaço alternativo de cuidado e Educação Infantil, com qualidade de atendimento; garantir uma modalidade de atendimento diferenciado, supervisionado e respaldado pela Estrutura do Processo da Educação Infantil do Município; e, caracterizar a Creche Domiciliar como espaço de experiências, de trocas e respeito.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

RECURSOS: As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Município e da Responsável da Creche, de acordo com o convênio.

PRAZO: De 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

DATA: 16 de novembro de 2015.

EXTRATO CONVÊNIO - 5**EXTRATO – CONVÊNIO**

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E

MAGALI REGINA HERTEL

OBJETO: Conjugação de esforços para atendimento de crianças em Creche Domiciliar, condicionado as crianças de 0 a três anos para matrículas e matrículas novas visando atender a demanda reprimida, por meio do cadastro fila única; oferecer espaço alternativo de cuidado e Educação Infantil, com qualidade de atendimento; garantir uma modalidade de atendimento diferenciado, supervisionado e respaldado pela Estrutura do Processo da Educação Infantil do Município; e, caracterizar a Creche Domiciliar como espaço de experiências, de trocas e respeito.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

RECURSOS: As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Município e da Responsável da Creche, de acordo com o convênio.

PRAZO: De 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

DATA: 16 de novembro de 2015.

EXTRATO CONVÊNIO - 6**EXTRATO – CONVÊNIO**

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E

ROSANE GARCIA

OBJETO: Conjugação de esforços para atendimento de crianças em Creche Domiciliar, condicionado as crianças de 0 a três anos para matrículas e matrículas novas visando atender a demanda reprimida, por meio do cadastro fila única; oferecer espaço alternativo de cuidado e Educação Infantil, com qualidade de atendimento; garantir uma modalidade de atendimento diferenciado, supervisionado e respaldado pela Estrutura do Processo da Educação Infantil do Município; e, caracterizar a Creche Domiciliar como espaço de experiências, de trocas e respeito.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

RECURSOS: As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Município e da Responsável da Creche, de acordo com o convênio.

PRAZO: De 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

DATA: 16 de novembro de 2015.

EXTRATO CONVÊNIO - 7

EXTRATO – CONVÊNIO

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E

SIRLEY TEREZINHA SARTORI PASTORE

OBJETO: Conjugação de esforços para atendimento de crianças em Creche Domiciliar, condicionado as crianças de 0 a três anos para matrículas e matrículas novas visando atender a demanda reprimida, por meio do cadastro fila única; oferecer espaço alternativo de cuidado e Educação Infantil, com qualidade de atendimento; garantir uma modalidade de atendimento diferenciado, supervisionado e respaldado pela Estrutura do Processo da Educação Infantil do Município; e, caracterizar a Creche Domiciliar como espaço de experiências, de trocas e respeito.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

RECURSOS: As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Município e da Responsável da Creche, de acordo com o convênio.

PRAZO: De 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

DATA: 16 de novembro de 2015.

EXTRATO CONVÊNIO - 8

EXTRATO – CONVÊNIO

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E

TERESINHA LUZ ULIANO

OBJETO: Conjugação de esforços para atendimento de crianças em Creche Domiciliar, condicionado as crianças de 0 a três anos para matrículas e matrículas novas visando atender a demanda reprimida, por meio do cadastro fila única; oferecer espaço alternativo de cuidado e Educação Infantil, com qualidade de atendimento; garantir uma modalidade de atendimento diferenciado, supervisionado e respaldado pela Estrutura do Processo da Educação Infantil do Município; e, caracterizar a Creche Domiciliar como espaço de experiências, de trocas e respeito.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

RECURSOS: As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Município e da Responsável da Creche, de acordo com o convênio.

PRAZO: De 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

DATA: 16 de novembro de 2015.

EXTRATO CONVÊNIO - 9

EXTRATO – CONVÊNIO

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E

VIRENE HEMMER

OBJETO: Conjugação de esforços para atendimento de crianças em Creche Domiciliar, condicionado as crianças de 0 a três anos para matrículas e matrículas novas visando atender a demanda reprimida, por meio do cadastro fila única; oferecer espaço alternativo de cuidado e Educação Infantil, com qualidade de atendimento; garantir uma modalidade de atendimento diferenciado, supervisionado e respaldado pela Estrutura do Processo da Educação Infantil do Município; e, caracterizar a Creche Domiciliar como espaço de experiências, de trocas e respeito.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

RECURSOS: As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Município e da Responsável da Creche, de acordo com o convênio.

PRAZO: De 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

DATA: 16 de novembro de 2015.

PORTARIA Nº 407/2015 - SEMUS

PORTARIA Nº 407/ 2015 / GABSEMUS

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

DESIGNAR

Para o Município de Blumenau, LUIZ CARLOS KRIEWall , como RESPONSÁVEL pela Diretoria do Bem Estar Animal da Secretaria Municipal de Saúde de Blumenau.

Secretaria Municipal de Saúde, em 27 de novembro de 2015.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 007/2015 - SEFAZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

PORTARIA No. 007/2015

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DE PRAZOS E RECESSO DAS ATIVIDADES PARA A UNIDADE DE JULGAMENTO SINGULAR E CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES.

ARLINDO BERNART, Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 199, inciso V, da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007 e ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES Secretário Municipal da Fazenda de Blumenau, resolvem:

SUSPENDER

Os prazos processuais e CONCEDER o recesso das atividades a partir de 21 de dezembro de 2015 a 04 de fevereiro de 2016, com base no artigo nº. 46 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes e artigo nº. 201 da Lei Complementar 632/2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de dezembro de 2015.

ARLINDO BERNART ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES

Presidente Secretário Municipal da Fazenda

RESOLUÇÃO CMAS Nº 49/2015

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 49/2015

APROVA A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, DO MÊS DE OUTUBRO DE 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Extraordinária realizada no dia 25 de novembro de 2015,

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº. 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução nº. 33, de 12 de Dezembro de 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS e que em seus artigos 84, 85 e 86 dispõe sobre a fiscalização dos Fundos de Assistência Social pelos Conselhos de Assistência Social.

- o parecer favorável da Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social - CPFAS, que analisou a Movimentação Financeira de Outubro de 2015, em reunião realizada no dia 11 de novembro de 2015, conforme consta no Relatório nº. 11/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Movimentação Financeira do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, do mês de Outubro de 2015 com os seguintes valores:

I – Receita de R\$ 510.768,45 (quinhentos e dez mil, setecentos e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) e Despesas de R\$ 617.157,40 (seiscentos e dezessete mil cento e cinquenta e sete reais e quarenta centavos);

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 25 de novembro de 2015.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 50/2015

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 50/2015

APROVA A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS REFERENTE AO PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E/OU INTRAFAMILIAR – CASA ELIZA.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Extraordinária realizada no dia 25 de novembro de 2015,

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº. 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução nº. 33, de 12 de Dezembro de 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS e que em seus artigos 84, 85 e 86 dispõe sobre a fiscalização dos Fundos de Assistência Social pelos Conselhos de Assistência Social.

- o parecer favorável da Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social - CPFAS, em reunião realizada no dia 11 de novembro de 2015, conforme consta no Relatório nº. 11/2015, à utilização do Recurso Federal referente ao Piso de Alta Complexidade I no Serviço de Acolhimento Institucional às mulheres vítimas de violência – Casa Eliza;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a aplicação dos Recursos Federais referente ao Piso de Alta Complexidade I no Serviço de Acolhimento Institucional às mulheres em situação de violência doméstica e/ou intrafamiliar – Casa Eliza;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 25 de novembro de 2015.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 47/2015

Resolução CMDCA Nº. 47/2015

APROVA A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA, REFERENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 2015, DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BLUMENAU – FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no art. 7º da Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações e de acordo com a deliberação da Plenária de 26 de novembro de 2015,

CONSIDERANDO:

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

- o parecer favorável da Comissão de Finanças e Captação, conforme consta no relatório da reunião, realizada em 18 de novembro do corrente ano, que analisou a Movimentação Financeira do mês de outubro de 2015;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em Plenária Ordinária realizada em 26 de novembro de 2015, conforme consta na Ata nº 18/2015, que aprovou a referida Movimentação Financeira,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Movimentação Financeira do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, do mês de outubro de 2015 como segue: valor total de R\$1.789.893,48(um milhão setecentos e oitenta e nove mil, oitocentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos), saldo reservado para ações de incentivo a guarda, defesa dos direitos de crianças/adolescentes e atividades do FIA no valor de R\$632.715,16(seiscentos e trinta e dois mil setecentos e quinze reais e dezesseis centavos) e um saldo livre no valor de R\$ 1.157.178,32(um milhão cento e cinquenta e sete mil cento e setenta e oito reais e trinta e dois centavos);

Parágrafo Único: Todos os valores seguem a deliberação do Conselho.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 26 de novembro de 2015.

Vanessa Raquel Cardoso

Coordenadora em Exercício do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 48/2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº48/2015

DISPÕE SOBRE A INSCRIÇÃO DO “PROGRAMA SEMILIBERDADE” DA ENTIDADE OPÇÃO DE VIDA NO CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações e de acordo com a Plenária Ordinária, realizada em 26 de Novembro de 2015,

CONSIDERANDO:

- que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA é o órgão a quem compete deliberar e exercer o controle do atendimento à crianças e adolescentes em todos os níveis, conforme previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA);

- a Resolução nº 017/2013, alterada pela Resolução nº 023/2013, que dispõe sobre o registro de Entidades Não-Governamentais; a inscrição de programas e serviços de atendimento à criança e ao adolescente de Entidades Governamentais e Não Governamentais a inscrição de projetos para obtenção de financiamento através de editais específicos, e sobre a certificação para captação de recursos, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para projetos de atendimento à criança e ao adolescente;

- a análise da Comissão de Normas e Registro – CNR , realizada nas reuniões de 05 de novembro e 19 de novembro de 2015;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente – CMDCA, em Plenária Ordinária, realizada no dia 26 de novembro de 2015;

RESOLVE

Art. 1º Aprovar a Inscrição do “Programa Semiliberdade” da entidade OPÇÃO DE VIDA no CMDCA”, sob nº67/2015, a contar de 26 de novembro de 2015 e término em 26 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 26 de Novembro de 2015.

Vanessa Raquel Cardoso

Coordenadora em Exercício do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Gestão 2013 - 2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 49/2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 49/2015

APROVA A REVOGAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 419, DE 24 DE OUTUBRO DE 2003, QUE CRIA A COMISSÃO DE ÉTICA PARA OS CONSELHOS TUTELARES E DETERMINA QUE A APURAÇÃO DAS INFRAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR SEJAM PROCESSADAS NO ÂMBITO DAS COMISSÕES DE SINDICÂNCIA E PROCESSOS DISCIPLINARES DO MUNICÍPIO.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Complementar Nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, no Regimento Interno aprovado pelo Decreto Municipal Nº 7.556, de 24 de novembro de 2003 e de acordo com a deliberação da Plenária Ordinária realizada em 26 de novembro de 2015,

CONSIDERANDO o artigo 47 da Resolução Nº 170, de 10 de dezembro de 2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que determina que compete a legislação local estabelecer o regime disciplinar aplicável aos membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que a mesma Resolução estabelece que processo administrativo para apuração das infrações éticas e disciplinares cometidas por membros do Conselho Tutelar deverá ser realizado por membros do serviço público municipal (§ 4º, do art. 47) e que o processo administrativo deve assegurar a imparcialidade dos responsáveis pela apuração (§ 2º, do art. 47), assegurando-se o direito ao contraditório e ampla defesa;

CONSIDERANDO ainda, que o §§ 1º e 3º, da Resolução 170/2014 disciplina que são aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar o regime disciplinar correlato aos servidores públicos se não houver legislação específica a respeito do assunto e que a apuração das infrações éticas e disciplinares de seus integrantes utilizará como parâmetro o disposto na legislação local aplicável aos demais servidores públicos;

CONSIDERANDO o Relatório da Comissão de Normas e Registros que sugere a revogação da LC 419/2003 e a reunião Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 26 de Novembro de 2015, que acata o mencionado relatório,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a revogação da Lei Complementar nº. 419, de 24 de outubro de 2003.

Art. 2º Determinar que a apuração das infrações disciplinares dos

membros do Conselho Tutelar deverá ser processada pelas Comissões de Sindicância e Processos Disciplinares, de que trata o Capítulo III da Lei Complementar 660, de 28 de novembro de 2007.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 26 de Novembro de 2015.

Vanessa Raquel Cardoso

Coordenadora em Exercício do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

RESOLUÇÃO COPE Nº 006/2015

RESOLUÇÃO Nº. 006, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

CONSTITUI COMISSÃO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO PARA BIÊNIO 2016-2018 E APROVA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Juliano Gonçalves, Presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural Edificado – COPE - no uso das atribuições que lhe confere o § 2º. do art. 8º, da Lei Complementar nº 794, de 19 de abril de 2011, considerando:

- o art. 7º, da Lei Complementar 794, de 19 de abril de 2011, que fixa, em dois anos, o prazo do mandato dos Conselheiros do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural Edificado – COPE;

- que para análise da documentação das entidades da sociedade civil interessadas em compor o COPE a legislação determina a constituição de uma comissão eleitoral, nos termos do art. 27, do Decreto Municipal 9.676, de 16 de abril de 2012;

- as determinações da reunião ordinária do COPE no dia 25 de novembro de 2015, resolve,

NOMEAR

A Comissão Eleitoral para análise da documentação das entidades da Sociedade Civil interessadas em compor o CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE BLUMENAU – COPE -, com os membros abaixo indicados, titulares e suplente, que deverão eleger, entre eles, seu presidente:

I – ELIS DUARTE DA SILVA – membro titular, representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU;

II – ARLON TONOLLI – membro titular, representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;

III – BRÁULIO MARIA SCHLOEGEL – membro titular, representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;

IV – ROBERTO SÉRGIO CUNHA – membro suplente, representante do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais - SECOVI

APROVAR

O Edital de Convocação para as eleições do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, determinando ainda sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de novembro de 2015

Juliano Gonçalves,

Presidente do Conselho Municipal de PRESERVAÇÃO do Patrimônio Cultural Edificado – COPE

RESOLUÇÃO COPE Nº 007/2015

RESOLUÇÃO COPE Nº. 007/2015

APROVA A CONCEPÇÃO E VOLUMETRIA DE PROJETO EM IMÓVEL CLASSIFICADO COMO P3.

O CONSELHO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE BLUMENAU, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis Complementares ns. 793 e 794, ambas de 19 de abril de 2011, e considerando a deliberação ocorrida na reunião ordinária do dia 25 de novembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar:

I – a concepção e volumetria do projeto arquitetônico de edificação de uso industrial do imóvel situado na Rua Prof. Hermann Lange, n. 1234, no Bairro Fidelis, cadastro de IPTU nº. 327187, classificado como P3, conforme Processo Administrativo nº. 2015/9319.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua homologação.

Blumenau, 26 de novembro de 2015.

JULIANO GONÇALVES

Presidente

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONVENIO Nº 29.01.038/2014 - FMAS

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONVÊNIO Nº 29.01.038/2014

PAR- TES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE DEFICIENTES FÍSICOS
-------------	--

Fica denunciado o Convênio nº. 29.01.038/2014, na forma prevista na cláusula décima terceira do convênio primitivo, cessando seus efeitos, direitos e deveres a partir de 15 de outubro de 2015.

DATA: 15 de outubro de 2015

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 2205/2015 - SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitação CONCORRÊNCIA 2205/2015

RP para execução de gabiões do tipo caixa, execução de serviços de sondagem, topografia e agrimensura, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 01 ano - SAMAE.

Contratadas:

Lote 01: Gabiões – Ramos Terraplanagem Ltda. – valor global de R\$ 178.992,00 (cento e setenta e oito mil novecentos e noventa e dois reais);

Lote 02 – Sondagem – Versal Engenharia e Consultoria Ltda. EPP – valor global de R\$ 202.157,00 (duzentos e dois mil cento e cinquenta e sete reais);

Lote 03 – Topografia - Solo Topografia e Georreferenciamento Eireli ME – valor global de R\$ 59.450,00 (cinquenta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

BASE LEGAL: Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Blumenau, 30 de Novembro de 2015.

Valdair José Matias

Diretor Presidente

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4781/2015

DECRETO MUNICIPAL 4781/15 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕEM SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2015 EXPEDIDA PELA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial àquelas contidas na Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º- Fica Decretada a regulamentação e a implantação integral do normativo contido na Instrução Normativa nº 001/2015, expedida pela Controladoria Interna do Município de Bom Jesus do Oeste, em todos os seus termos.

Parágrafo Único – O texto da Instrução Normativa 001/2015 é parte integrante do presente Decreto Municipal.

Art. 2º- As Secretarias e Departamentos da Administração Pública Municipal, por meio de seus respectivos gestores, devem adotar as medidas necessárias a implantação das normas contidas na Instrução Normativa 001/2015, ora regulamentada.

Art. 3º- Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE (SC), AOS 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2015 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

‘DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS E ROTINAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MÁQUINAS E SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A SUA RESPECTIVA COBRANÇA’

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso I do Art. 6, da Lei Municipal 500 de 20 de Dezembro de 2005, institui a Instrução Normativa conforme segue as orientações.

FINALIDADE

Art. 1º A presente Instrução Normativa dispõe sobre os procedimentos para agendamento, execução e cobrança dos serviços prestados com máquinas e servidores da administração pública, estabelecendo rotinas no âmbito do município de Bom Jesus do Oeste – SC.

ABRANGÊNCIA

Art. 2º A Instrução normativa abrange todas as Secretarias Municipais que tenham vinculação ao agendamento, execução e cobrança dos serviços prestados por máquinas e servidores da Administração Pública.

RESPONSABILIDADES

Art. 3º São responsabilidades da Controladoria Geral do município de Bom Jesus do Oeste:

I – Promover a divulgação e a implementação dessa Instrução Normativa, atualizando-a através de alterações nos procedimentos repassados pelos demais departamentos, assim como efetuar a fiscalização da sua aplicação;

II – Avaliar a eficácia dos procedimentos de controles inerentes a cada setor administrativo, através de Auditorias Internas programadas no plano de trabalho anual da Controladoria Geral.

Art. 4º São responsabilidades das Secretarias da Administração, Departamento de Tributação, Secretaria de Agricultura, Departamento de Estradas e Rodagens, Secretaria de Planejamento e Departamento de Vigilância Sanitária:

I – Atender às solicitações da unidade de Controle Interno, quanto ao fornecimento de informações e a participação no processo de atualização;

II – Alertar a unidade de Controle Interno sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

III - Cumprir fielmente as determinações da Instrução normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto a padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações, assim como, informar a unidade de Controle Interno à não aplicação da Instrução Normativa por parte de servidor, departamento ou Secretaria.

PROCEDIMENTOS

Art. 5º Para que se alcance um controle eficiente e eficaz dos serviços prestados por parte da Administração Pública deve-se seguir os seguintes procedimentos:

I - O Departamento de Tributação irá emitir Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa para todo o contribuinte interessado no agendamento de prestação de serviços por parte do Município de Bom Jesus do Oeste;

II – De posse da Certidão, obtida no departamento de Tributação, o contribuinte dirige-se a Secretaria de Agricultura para efetuar o agendamento do respectivo serviço, sendo que o mesmo será efetuado de acordo com a programação de agendamento.

a) Em relação aos agendamentos de serviços de terraplanagem para construção no perímetro urbano, deverá ser apresentado o alvará de construção para a efetivação do agendamento.

b) Se tratando de serviços de abertura e fechamento de fossas, deverá constar, junto a ordem de serviço, a autorização do setor de vigilância sanitária.

III – É de responsabilidade do Secretário ou Diretor da pasta, ou servidor por ele nomeado, efetuar a comunicação aos servidores dos serviços que devem ser prestados, conforme a ordem de agendamento, essa comunicação deverá ser feita através de ordem de serviço, para fins de autorização da prestação do serviço.

IV – O servidor, encarregado da execução da prestação de serviço, deverá preencher a via de controle dos serviços prestados, onde deverá conter as seguintes informações:

a) Serviços de hora máquina:

- Horímetro Inicial;
- Horímetro Final;
- Total de Horas;
- Serviço Prestado;
- Assinatura do Contribuinte; e
- Assinatura do operador.

b) Inseminação Artificial:

- Quantidade de Semens;
- Tipo de Semens;

- Valor Unitário e Total;
- Assinatura do Contribuinte; e
- Assinatura do Servidor.

V – O servidor, que efetuou o serviço, deverá entregar a Secretária de Agricultura, todos os controles preenchidos, assim como os anulados, para fins de alimentação do sistema Sicas Rural;

VI – A Secretaria de Agricultura deverá enviar ao Departamento de Tributação, no prazo máximo de 5 dias, os controles de serviço e de inseminação, para fins de alimentação do sistema AR - GovBR, e futura emissão das guias de pagamentos referente aos serviços prestados.

VII – O Departamento de Tributação fica responsável pela entrega das guias, assim como pelo controle de débitos e futura inscrição em dívida ativa.

Parágrafo Único: O servidor que descumprir com a ordem estabelecida nos Incisos I a VII será advertido, passível de instauração de processo administrativo para estabelecimento de responsabilidades e possíveis penas.

Art. 6. Esta Instrução Normativa entra em vigor após a aprovação por parte do Prefeito Municipal, através de publicação de Portaria autorizando a vigência da Instrução Normativa.

Bom Jesus do Oeste, aos 02 de Outubro de 2015.

JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Controle Interno

DECRETO Nº. 4782/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº. 4782/2015 de 30 de Novembro de 2015.

Cancela o Processo Licitatório nº 2520/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica cancelado o Processo de Licitação nº. 2520/2015, que tem por objeto a contratação de seguros de automóveis para o exercício de 2015/2016 por erro material.

Art. 2º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,
aos 30/11/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 160/2015 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 160/2015, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidores Municipais conforme relação:

Nome	Período Concessão	Matrícula	Dias Férias
Tarci Luiz Gebert	03/12/15 a 17/12/15	79-5	15
Lili Garmatz	21/12/15 a 19/01/16	509-6	30
Traudi Arendt Kerkhoff	21/12/15 a 04/01/16	564-9	15
Ediane F. da Silva Bruinsma	07/12/15 a 16/12/15	164-3	10

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 30 de Novembro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 161/2015 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 161/2015, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde de pessoa da Família a Servidora Municipal Sra. MARCIA MARIA CECOM, inscrita na matrícula sob nº 672-6, ocupante do cargo de Técnica em Higiene Dental, conforme Atestado Médico, no período de 25 de novembro de 2015 a 29 de novembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 30 de Novembro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 162/2015 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 162/2015, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORES MUNICIPAIS COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR Servidores Municipais contratados em caráter temporário (ACT 's), a partir do dia 18/12/2015, conforme relação:

Nome	Função	Matrícula
Cleusa Brietembach Mossmann	Professora	695-5
Claise Teresinha Kraemer Cerezolli	Professora	707-2
Elisane Julci Vargas	Professora	710-2
Elisane Julci Vargas	Professora	700-5
Adriane Weber dos Santos	Auxiliar de Ensino	708-0
Fabricao Scapin	Professor	705-6

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 30 de novembro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

MINUTA EDITAL TOMADA DE PREÇOS 04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
MINUTA EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 04/2015

O Município de Bom Retiro torna público Edital Tomada de Preço 04/2015, "contratação de empresa para Conclusão de uma escola com seis salas de aula, projeto piloto do FNDE-Projeto Espaço Educativo Urbano II". Abertura Tomada de Preço: dia 16/12/15 às 14h30min, na Prefeitura de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro. Maiores informações podem ser obtidas no Fone/Fax: (049) 32770183. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 01 de dezembro de 2015.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 24/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 24/2015

"CRIA O PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PROFESSOR DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, Estado de Santa Catarina,

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. A presente Lei Complementar, com lastro na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 2006 cria o Programa de Valorização e aperfeiçoamento do professor do Município de Botuverá, que se regerá pelos seus termos e disposições regulamentares.

Art.2º. Professor é o cargo definido pela Lei Municipal nº 1075/2010 (Plano de Carreira do Magistério), com Lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Art.3º. Os servidores efetivos, investidos no cargo de professor, ainda que estejam em estágio probatório, que possuam carga horária total de serviço público em mencionado cargo junto ao Poder Executivo de Botuverá, com jornada semanal inferior a 40(quarenta) horas, poderão, na forma disciplinada por Edital, de competência da Secretaria Municipal de educação, ampliar sua jornada de trabalho semanal até o limite de 40 (quarenta) horas semanais.

§1º - Para os servidores que já acumulem dois cargos de Professor na Rede Pública Municipal de Botuverá, será considerada a soma da jornada de trabalho semanal dos cargos de professor, para os fins de aferição do limitador contido no caput deste Artigo.

§2º - A ampliação de que trata a presente Lei Complementar, embora de caráter precário, ocorrerá por prazo indeterminado e somente cessará por motivos devidamente justificados que imponham a desnecessidade da ampliação da jornada de serviço laboral no educandário em que o servidor realiza suas atividades, dentre outras circunstâncias, quando:

- Houver diminuição no número de matrículas, no respectivo educandário;
- Houver extinção, suspensão, ou qualquer outro tipo de desativação do educandário;
- Extinção de programas na área da educação desenvolvidos na esfera Federal, Estadual ou Municipal;
- Avaliação de desempenho anual com nota inferior a sete(07).

Parágrafo Único: Para os casos previstos nas alíneas "a", "b" e "c" deste Artigo, o professor poderá pleitear transferência para outro educandário, caso haja vaga disponível.

§3º - O Edital deverá prever as situações em que ocorrerá a ampliação, bem como a quantidade máxima de ampliação, por educandário, para cada servidor interessado, consignando o número de vagas abertas em cada situação.

§4º - A ampliação acarretará aumento proporcional na remuneração do servidor (professor).

§5º - O Edital observará, como forma de classificação e/ou desempate, os seguintes critérios, obedecendo-se a ordem da escala abaixo:

a) Titulação:

Titulação	Pontos	Pontuação Máxima
Pós Graduação na área de educação	5 (cinco) Pontos	5 (cinco) Pontos
Mestrado na área de educação	10 (dez) pontos	10 (dez) pontos
Doutorado na área de educação	15 (quinze) pontos	15 (quinze) pontos

b) Cursos de Aperfeiçoamento:

Serão totalizadas as horas de aperfeiçoamento, na disciplina em que estiver postulando a ampliação da jornada de trabalho, considerando-se para tanto, apenas os apresentados e devidamente homologados pela Secretaria Municipal de Educação, nos últimos 4 anos.

Cursos de Aperfeiçoamento	Pontos (últimos quatro anos)
A cada 80h (oitenta horas)	1 (um) ponto.

Não serão consideradas frações.

c) Por Tempo de Serviço no cargo de professor:

Tempo em anos	Pontos	Pontuação Máxima
A cada 03 (três anos)	1(um) ponto	10 (dez) Pontos

Não serão consideradas frações.

d) Candidato com maior número de filhos dependentes (abaixo de 18 anos).

Devendo comprovar no ato do requerimento mediante juntada de cópia da certidão de nascimento dos filhos.

e) Candidato com maior idade.

Devendo comprovar no ato do requerimento mediante juntada de cópia da cédula de identidade.

Art.4º. Ao servidor investido em dois (02) cargos de provimento efetivo de professor (por concurso público), cuja jornada de trabalho semanal seja inferior a 40(quarenta) horas será permitido postular a unificação dos mesmos, em caráter permanente, para um cargo de 40(quarenta) horas semanais, desde que já tenha concluído seu estágio probatório nos dois cargos.

§1º - No caso de unificação a remuneração provisória do(a) servidor(a) será a soma de seus vencimentos anteriores, até que haja a primeira progressão com adaptação automática, quando desta, ao nível de vencimento dos benefícios do cargo de Professor.

Art.5º. Em nenhuma hipótese se admitirá decesso remuneratório, levando-se em conta a remuneração proporcional à jornada ampliada, para os casos de ampliação de jornada e o contido no artigo 4º para os casos de unificação.

Art.6º. Os professores "aposentados" ou "inativos", seja pelo Município de Botuverá, ou por outras esferas poderão ampliar sua jornada semanal de trabalho até o limite de 40 horas, considerando no limitador a carga horária da aposentaria.

Art.7º. As vagas temporárias para professor, que eventualmente vierem a surgir no decorrer de cada ano, serão ofertadas, primeiramente aos professores efetivos que tiverem condições de aumento de carga horária, usando-se como critérios para seleção o disposto no Art.3º, § 5º, da presente Lei.

Parágrafo Único: As vagas remanescentes, após a escolha dos professores efetivos, serão ofertadas a candidatos externos, por meio de processo seletivo.

Art.8º. As despesas oriundas da presente Lei Complementar correrão por conta das dotações consignadas no orçamento em vigor.

Art.9º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Botuverá, 27 de Novembro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 66/2015 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 76/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 66/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 14.12.2015, estará selecionando a melhor proposta Registro de Preços para aquisição de material de expediente para manutenção das diversas Secretarias do Município., informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br. Braço do Trombudo, em 30 de novembro de 2015. Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 57/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 57/2015

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial SRP nº 57/2015 e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 67/2015. Objeto: Aquisição de cestas natalinas conforme itens descritos no anexo I do Edital. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir:

EMPRESA	CNPJ	LOTE	R\$ VALOR
DISTRIBUIDORA TROMBUDENSE DE BEBIDAS LTDA ME	23.614.651/0001-22	1	14.718,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 01/12/2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº41/2015 PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 1/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016 Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Leite em pó integral, Preparado instantâneo, Lata de 400 gr. (9660)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	piracanjuba	0	7,3400	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	AURORA	0	7,3600	2
			CLEITON DE SOUZA (9401)	PIRACANJUB	0	8,2500	3
2	Açúcar refinado, Pacote de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8704)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	caravelas	0	11,9800	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ALTO ALEGRE	0	11,9900	2
			CLEITON DE SOUZA (9401)	CARAVELAS	0	13,3000	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CARAVELAS	0	13,3200	4
3	Café solúvel (vidro de 200 gr) (7435)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ouro	0	10,4500	1
			CLEITON DE SOUZA (9401)	OURO	0	10,4700	2
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	AMIGO	0	10,4900	3
4	Café torrado e moído, caca com 500 gr, embalado a vácuo, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de entalamento no máximo 30 dias. (9535)	CX	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ouro	0	8,9500	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	IGUACU	0	8,9800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 2/48

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			CLEITON DE SOUZA (9401)	OURO	0	9,0000	3
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	OURO	0	10,1500	4
5	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (13394)	LT	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PIRACANJUB	0	2,4500	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	piracanjuba	0	2,8000	2
			CLEITON DE SOUZA (9401)	PIRACANJUB	0	2,8000	3
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PIRACANJUB	0	2,8000	4
6	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor maracujá. (16830)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	maguari	0	5,4900	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	5,5000	2
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SULFRESH	0	5,5800	3
			CLEITON DE SOUZA (9401)	MAGUARY	0	5,5800	4
7	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor uva (16831)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	maguari	0	5,4900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/48

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

<p>Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	5,9000	2
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SULFRESH	0	5,9800	3
			CLETON DE SOUZA (9401)	MAGUARY	0	5,9800	4
8	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor laranja. (16832)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	maguari	0	5,4900	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	5,9000	2
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SULFRESH	0	5,9800	3
			CLETON DE SOUZA (9401)	MAGUARY	0	5,9800	4
9	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor abacaxi. (16833)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	maguari	0	5,4900	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	5,9000	2
			CLETON DE SOUZA (9401)	MAGUARY	0	5,9800	3
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SULFRESH	0	5,9800	4
10	Chá em sachê, no sabor CHÁ VERDE, LIMÃO E ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (7689)	CX	CLETON DE SOUZA (9401)	NEILAR	0	4,8700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 4/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - (9322)	BARAO	0	4,8800	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME - (9399)	neilar	0	4,9000	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (9303)	CHINES	0	4,9500	4
11	Chá em sachês, no sabor MAÇA E CANELA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7690)	CX	CLEITON DE SOUZA - (9401)	NEILAR	0	2,9700	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME - (9399)	neilar	0	2,9800	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - (9322)	BARAO	0	3,0500	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (9303)	CHINES	0	3,1000	4
12	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE E LARANJA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7691)	CX	CLEITON DE SOUZA - (9401)	NEILAR	0	2,9600	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME - (9399)	neilar	0	2,9700	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - (9322)	BARAO	0	2,9800	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (9303)	CHINES	0	3,1000	4
13	Chá em sachês, no sabor AMORA SILVESTRE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7694)	CX	CLEITON DE SOUZA - (9401)	NEILAR	0	2,9600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 5/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilar	0	3,0000	2
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CHINES	0	3,1000	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	3,1000	4
14	Chá em sachês, no sabor MAÇÃ, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7695)	CX	CLEITON DE SOUZA (9401)	NEILAR	0	2,9600	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilar	0	3,0000	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	3,1000	3
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CHINES	0	3,1000	4
15	Chá em sachês, no sabor CAMOMILA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7697)	CX	CLEITON DE SOUZA (9401)	NEILAR	0	2,9400	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	neilar	0	2,9600	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	3,1000	3
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CHINES	0	3,1000	4
16	Chá em sachês, no sabor CAPIM CIDREIRA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7698)	CX	CLEITON DE SOUZA (9401)	NEILAR	0	2,9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 6/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	3,0000	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	3,1000	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CHINES	0	3,1000	4
17	Chá em sachês, no sabor ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7699)	CX	CLETON DE SOUZA (9401)	NEILAR	0	2,9900	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	3,0000	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	3,1000	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CHINES	0	3,1000	4
18	Chá em sachês, no sabor PÊSSEGO, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7699)	CX	CLETON DE SOUZA (9401)	NEILAR	0	2,9900	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	3,0000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CHINES	0	3,1000	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	3,1000	4
19	Chá em sachês, no sabor HORTELÃ, caixa com 10 unidades com 1 (14730)	CX	CLETON DE SOUZA (9401)	NEILAR	0	2,9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/48

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nellar	0	3,0000	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (9303)	CHINES	0	3,1000	
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	3,1000	
20	Adoçante Dietético Líquido Ciclamato de Sodio e Sacarina Sódica Gotas 200ml (7703)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	adcoyl	0	5,3000	
			CLEITON DE SOUZA (9401)	MAGRO	0	5,3700	
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ASSUCRIM	0	5,3800	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (9303)	MAGRO	0	5,3900	
21	Bala mastigável, sabor iogurte de morango, pct de 700 gr. (14731)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	florestal	0	9,7000	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (9303)	7 BELO	0	9,7400	
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BALA	0	9,8700	
			CLEITON DE SOUZA (9401)	FLORESTAL	0	9,9900	
22	Bala com caramelo de leite, recheados com chocolate branco, pct de 750 gr. (14732)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	florestal	0	10,3000	
			CLEITON DE SOUZA (9401)	FLORESTAL	0	10,3600	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 8/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARCOR	0	10,3600	3
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BUTTER TOFI	0	10,3600	4
23	Bala caramelo de leite, recheados com creme sabor artificial de coco, pct de 750 gr. (14733)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	florestal	0	10,3000	1
			CLETON DE SOUZA (9401)	FLORESTAL	0	10,3600	2
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BUTTER TOFI	0	10,3600	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARCOR	0	10,3600	4
24	Bala caramelo, recheados com creme sabor artificial de caramelo de leite, pct de 750 gr. (14734)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	florestal	0	10,3000	1
			CLETON DE SOUZA (9401)	FLORESTAL	0	10,3600	2
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BUTTER TOFI	0	10,3600	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARCOR	0	10,3600	4
25	Bala caramelo com cacau recheado com creme sabor trufas, pct de 750 gr. (14735)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	florestal	0	10,3000	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARCOR	0	10,3600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/48

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif
			CLEITON DE SOUZA (9401)	FLORESTAL	0	10,3600	
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BUTTER TOFI	0	10,3600	
26	Bala caramelo de leite, recheados com creme sabor cappuccino, pct de 750 gr. (14736)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	florestal	0	10,3000	
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARCOR	0	10,3600	
			CLEITON DE SOUZA (9401)	FLORESTAL	0	10,3600	
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BUTTER TOFI	0	10,3600	
27	Bala caramelo com cacau, recheados com creme artificial de menta, pct de 750 gr. (14737)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	florestal	0	10,3000	
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARCOR	0	10,3600	
			CLEITON DE SOUZA (9401)	FLORESTAL	0	10,3600	
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BUTTER TOFI	0	10,3600	
28	Bala caramelo de leite, recheado com chocolate, pct de 750 gr. (14738)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	florestal	0	10,3000	
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARCOR	0	10,3600	
			CLEITON DE SOUZA (9401)	FLORESTAL	0	10,3600	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 10/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BUTTER TOFI	0	10,2600	4
29	Biscoito doce tipo caseiro, sabor nata, pct de 250 gr. (14739)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MASPA	0	5,5000	1
			CLEITON DE SOUZA (9401)	MASPA	0	5,8700	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CASAREDO	0	5,8800	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	prodasa	0	5,9600	4
30	Biscoito doce sortidos sabores amantigados, chocolate e recheado com chocolate pct de 400 gr. (14740)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MASPA	0	5,2700	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CASAREDO	0	5,2800	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	prodasa	0	5,3000	3
			CLEITON DE SOUZA (9401)	PRODASA	0	5,3700	4
31	Água mineral - galão retornável 20lt (sem frasco) (7704)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SANTA RITA	0	11,7400	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SANTA RITA	0	11,7400	2
32	Água mineral - galão retornável 20lt (com frasco) (7705)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SANTA RITA	0	18,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 11/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	SANTA RITA	0	18,5100	2
33	Copo descartável estrado, branco, com borda reborçada, em polipropileno ou poliestireno atóxico, forte, de 1ª qualidade, com capacidade para 180 ml, que atende a Norma ABNT NBR 14.265/2002, embalado em pacotes de 100 unidades. (15812)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	coposul	0	3,7000	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA BIRELI ME (8653)	MINAPLAST	0	3,7300	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	crystal copo	0	3,7500	3
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	COPOSUL	0	3,7600	4
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	COPOZAN	0	3,8000	5
			CLEITON DE SOUZA (9401)	COPO SUL	0	3,8000	6
34	Copo térmico isopor branco 180 ml pct c/25 unid. (14741)	PCT	JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8803)	COPOBRAS	0	5,3500	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ISOP	0	5,3800	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	copobraz	0	5,4000	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	coposul	0	5,5000	4
			CLEITON DE SOUZA (9401)	DART	0	5,5400	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 12/48

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	Fósforo, confeccionado em madeira de 1ª qualidade, acabamento perfeito, com ponta abrasiva, medindo aproximadamente 6 cm de comprimento total. Acondicionados em caixas resistentes contendo aproximadamente 40 palitos. (16813)	CX	JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	QUELUX	0	2,1300	
			CLETON DE SOUZA (9401)	FIAT LUX	0	2,1400	
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	fiat lux	0	2,1500	
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	Q. LUS	0	2,2000	
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	fiat lux	0	2,2000	
36	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 150mm de diâmetro. (7735)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLABOM	0	3,5800	
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MARTINS	0	3,5900	
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	master	0	3,6000	
			CLETON DE SOUZA (9401)	ZALEANA	0	3,7000	
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	martins	0	3,7000	
37	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 90mm de diâmetro. (7736)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MELITA	0	3,6000	
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	master	0	3,6000	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/48

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

<p>Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
			CLEITON DE SOUZA (9401)	ZALEANA	0	3,6800	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MARTINS	0	3,7000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	martins	0	3,7000	5
38	Palito de Dente de madeira, roliço. Embalagem: caixa com 100 unidades, com dados de identificação do produto e marca do fabricante. (14745)	CX	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABOARDE	0	0,7900	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	talge	0	0,8000	2
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8663)	GABOARDI	0	0,9000	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	gina	0	0,9000	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GINA	0	0,9100	5
			CLEITON DE SOUZA (9401)	GABOARDI	0	0,9100	6
39	Limpa fornos, 500 ml, removendo a gordura incrustada sem raspar, com aplicador interno, contendo sódio caustico como elemento (14746)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATIK	0	8,2000	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nobre	0	9,6000	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	aqualast	0	9,6000	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	9,7000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 14/48

<p>Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CLEITON DE SOUZA (9401)	PRATIK	0	9,7000	5
40	Lustra móveis em frasco de 200ml, com fragrância agradável. Composição química mínima: cera de carnaúba, ceras naturais, silicone, solvente e perfume, aplicação móveis e superfícies, (8653)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	pratik	0	2,9900	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8653)	WORKER	0	2,9900	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATIK	0	2,9900	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	despac	0	3,3000	4
41	Óleo de Peroba, frasco de 200ml, (12553)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	peroba	0	11,4800	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	peroba	0	11,4800	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	INDIO	0	11,5800	3
			CLEITON DE SOUZA (9401)	PEROBA	0	11,5800	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8603)	PRATIK	0	11,7600	5
42	Sabonete líquido com hidratante e glicerina nas fragrâncias envidoads, chá verde e tangerina com chá verde - frasco de 5 lt (7726)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8653)	VERDESAN	0	12,6900	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	12,7000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 15/48

Número do Registro de Preços: 41/2015	Data do Registro: 30/11/2015	Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.		

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	verdesan	0	14,4000	3
43	Alcool líquido - volume 46,2% - Frasco de 1 litro, conforme exigências do INMETRO (11674)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLOPS	0	3,6200	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	flips	0	4,2500	2
			BLUNAC DISTRIBUIDORA BIRELI ME (8853)	MEGA	0	4,3000	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	flips	0	4,3000	4
44	Alcool em gel, etílico hidratado 70º INPM, neutro, embalagem de 500 ml, ideal para limpeza em geral. Conforme exigências do INMETRO (14747)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	flips	0	4,2500	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLOPS	0	4,2600	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	flips	0	4,7000	3
			BLUNAC DISTRIBUIDORA BIRELI ME (8853)	MEGA	0	4,7500	4
45	Gelacendedor, ideal para churrasqueira, 80º INPM, embalagem de 600 ml. Conforme exigências do INMETRO (14748)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FLOPS	0	5,8900	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ILHA	0	5,8900	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	da ilha	0	5,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/48

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
46	Sapão em líquido cremoso concentrado 300 ml - especificação: limpador concentrado em líquido cremoso. Campo de aplicação: utilizado para a limpeza de superfícies esmaltadas, cromados, aço inox, porcelanas e louças, sem causar riscos. Composição química: tensioativos, abrasivos, conservantes, perfumes e água. Embalagem: frascos com 300 ml, rótulo contendo identificação com procedência, data de fabricação, validade, lote, precauções de uso, composição química e técnico responsável. (5677)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	pratik	0	2,9000	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	2,9200	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	sany	0	3,1000	3
47	Limpa vidros, tubos de 500 ml (16814)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8863)	DALHA	0	2,0000	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	da lha	0	2,0200	2
			CLEITON DE SOUZA (9401)	PRATIK	0	2,0300	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	RATIK	0	2,0400	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	2,2500	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nobre	0	2,2500	6
48	Cera líquida auto brilho, incolor, frasco com 750 ml. (12547)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GIRANDO SOL	0	7,5000	1
			CLEITON DE SOUZA (9401)	GIRANDO SOL	0	7,5500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 17/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8953)	GIRANDO SOL	0	7,6200	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	girando sol	0	7,7000	4
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRAVO	0	7,7000	5
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	girando sol	0	7,7000	6
49	Cera líquida autobrilho vermelha (750ml) (8549)	UND	JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GIRANDO SOL	0	7,5000	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8953)	GIRANDO SOL	0	7,6200	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	girando sol	0	7,7000	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRAVO	0	7,7000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	girando sol	0	7,7000	5
			CLETON DE SOUZA (9401)	GIRANDO SOL	0	7,7500	6
50	Cera em Pasta vermelha, lata de 400 gramas (14750)	LAT	JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ANDREIA	0	10,1500	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ANDREIA	0	10,1700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 18/48

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	andrea	0	10,1800	3
			CLEITON DE SOUZA (9401)	ANDREIA	0	10,2000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA-ME (9399)	andrea	0	10,2000	5
51	Detergente líquido, antibacteriano, testado dermatologicamente, que contém tensoativo biodegradável, 500 mL (12563)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRILHA SUL	0	1,5400	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	aqualast	0	1,5500	2
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI-ME (8663)	YPE	0	1,5800	3
52	Sabão em pó, caixa de 1kg, para roupas brancas e coloridas, de primeira linha. (12561)	CX	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	girando sol	0	5,4300	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI-ME (8663)	TIXAN	0	5,4400	2
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GIRANDO SOL	0	5,4700	3
53	Desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação bactericida, aroma lavanda, frasco de 2lt. (9369)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA-ME (9399)	sequinal	0	4,0600	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	verdesan	0	4,0600	2
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI-ME (8663)	VERDESAN	0	4,0700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 19/48

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

<p>Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CLETON DE SOUZA (9401)	SEQUINEL	0	4,0800	4
54	Amaciante de roupa, aspecto físico líquido viscoso, fragrância lavanda, aplicação amaciante de artigos têxteis, solúvel em água, de tubo com 2 litros. (9700)	UND	JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GIRANDO SOL	0	4,2900	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sequinel	0	4,3000	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	verdesan	0	5,3000	3
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8953)	LOURO	0	5,3400	4
			CLETON DE SOUZA (9401)	SEQUINEL	0	5,3800	5
55	Água Sanitária, composição química hidróxido de sódio e carbonato de sódio, princípio ativo: hipoclorito de sódio, teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5% p/p, aplicação lavável e alvejante de roupas, banheiros, pisos, tipo comum, frasco de 2 litros, acondicionadas em embalagem de papelão identificadas. (12542)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sequinel	0	4,2700	1
			CLETON DE SOUZA (9401)	SEQUINEL	0	4,2800	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	verdesan	0	4,3000	3
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8953)	ECOVILE	0	4,3700	4
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	TOP CLEAN	0	4,4000	5
56	Desodorante sanitário tipo pedra sanitária, perfumado - odores variados, embalados em calciane à prova de vazamento, com no mínimo 30g, com ação bactericida e aromatizante e suporte plástico. Prazo de validade de no mínimo 06 meses, e data de fabricação não superior a 60 dias, contados retroativamente da data de entrega do produto. (12562)	UND	JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SANY	0	0,9600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 20/48

<p>Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016 Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APRESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SANY	0	0,9800	2
			CLETON DE SOUZA (9401)	SANY	0	0,9700	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sany brl	0	1,1000	4
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	sany	0	1,1000	5
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (9653)	SANY	0	1,1000	6
57	Desodorizador ambiental em aerosol, sem CFC, essências suaves, efeito neutralizante, frasco de 400ml. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data da entrega do produto. (9705)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (9503)	ULTRA FRESH	0	9,9900	1
			CLETON DE SOUZA (9401)	GLADE	0	9,9700	2
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (9653)	BOM AR	0	10,0800	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	no ar	0	10,2000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	glade	0	10,2000	5
58	Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente com mini aerosol spray de 120ml. (7741)	UND	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	bom ar	0	15,2000	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	glade	0	15,4900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 21/48

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	UAU FRESH	0	15,4900	3
59	Refil de 12ml para Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente. Nas fragrâncias: alegria de infância, toque de frescor, lavanda, flores do campo, brisa fresca. (7742)	UND	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	born ar	0	11,2800	1
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	UAU FRESH	0	11,2900	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	glade	0	11,4300	3
60	Aparelho odorizador de ambiente automático com três ajustes de tempo de liberação de fragrância (5, 15 e 30min) podendo ser desligado quando desejar. Funcionamento a pilha. Acompanha 2 pilhas AA + um refil aerosol de 250ml nas fragrâncias lavanda e citrus. (7743)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA BIRELI ME (8953)	BOM AR	0	38,9500	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	born ar	0	39,0000	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	glade	0	40,0000	3
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	UAU FRESH	0	40,0000	4
61	Refil de 250ml para Aparelho odorizador de ambiente automático. Nas fragrâncias: lavanda e citrus. (7744)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA BIRELI ME (8953)	BOM AR	0	14,8500	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	born ar	0	15,0000	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	glade	0	15,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 22/48

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	UAU FRESH	0	15,0000	4
62	Espunja de limpeza, multiuso, dupla face, pacote contendo 1 und. 110mmx75mmx20mm, pacote de embalagem fechada, produto que garante alta durabilidade e limpeza. (12355)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8953)	BETANIN	0	0,7600	1
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BETANIN	0	0,7700	2
			CLEITON DE SOUZA (9401)	BRIU-HUS	0	0,7800	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	3m	0	0,8000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	betanin	0	0,8000	5
63	Espunja de limpeza, material li aço fina, abrasividade mínima, aplicação utensílio de alumínio, pacote com 8 unidades. (9689)	PCT	CLEITON DE SOUZA (9401)	INOVE	0	1,9200	1
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	INOVE	0	1,9800	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	alimin	0	1,9600	3
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8953)	INOVE	0	1,9900	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	inove	0	2,0000	5
64	Pano para limpeza tipo saco, duplo, lavado e alvejado, fone, grosso, com alta absorção, 100% algodão, de 1ª qualidade, Medidas mínima de 42cmx65cm. (16807)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8953)	MARTINS	0	4,0800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

Página: 23/48

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

<p>Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABELEI	0	4,0800	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	marlins	0	4,6000	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	marlins	0	4,6000	4
65	Pano Multiuso, pacote com 05 unidades, (12554)	PCT	CLETON DE SOUZA (9401)	MARTINS	0	4,9900	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SANY	0	5,0000	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	glin	0	5,0900	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	marlins	0	5,2000	4
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	MARTINS	0	5,2200	5
66	Pano de prato, 100% algodão, Medidas 45x70cm, com bainha, de 1ª qualidade, (12567)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MARTINS	0	4,3300	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	marlins	0	4,3400	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	marlins	0	4,3800	3
			CLETON DE SOUZA (9401)	MARTINS	0	4,3900	4
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8963)	MARTINS	0	4,5000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 24/48

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

<p>Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	Toalhas de papel interfolhadas, pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5 x 20,5 cm com 02 dobras, branco, extra luxo, De 1ª qualidade. (12574)	UND	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	IJHAPEL	0	9,9900	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	qualilux	0	10,0000	2
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8653)	QUAILUX	0	10,2500	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	qualilux	0	10,3000	4
			CLETON DE SOUZA (9401)	IDEALLE	0	10,3400	5
68	Papel toalha para cozinha, branco, macio, absorvente, folha dupla, picotado - Pacote com 2 rolos de 60 toalhas de 22 x 20 cm cada uma. (9675)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SORELA	0	3,2200	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	face a face	0	3,2300	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	dalmata	0	3,2400	3
69	Papel higiênico, cor branca, não reciclado, folha dupla, picotado, neutro, rolos com 60 m de comprimento e 10 cm de largura, pacote com 8 rolos. (9674)	PCT	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	folinho	0	6,1800	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DALMATA	0	6,1900	2
			CLETON DE SOUZA (9401)	FORINHO	0	6,2400	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	folinho	0	6,2500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 25/48

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

<p>Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
70	Papel higiênico rolo, macio, resistente, branco luxo - rolos com 300mt (7725)	RL	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8833)	QUALILUX	0	4,1900	1
			CLEITON DE SOUZA (9401)	IDEALLE	0	4,2000	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	jumbinho	0	4,2200	3
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8863)	QUALILUX	0	4,2400	4
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	qualilux	0	4,3000	5
71	Saco plástico para lixo, biodegradável capacidade 30 litros, pacote com 50 unidades, 59x62cm. Composição: Material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradáveis. De 1ª qualidade. (12550)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8833)	PEGA LIXO	0	12,8300	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8863)	NOSSOROLL	0	12,9400	2
			CLEITON DE SOUZA (9401)	NAVEPLAST	0	12,9900	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	super fortao	0	13,0000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	naveplast	0	13,2000	5
72	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 50 litros, pacote com 50 unidades, 63x80cm. De 1ª qualidade. (12559)	PCT	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	super fortao	0	16,9600	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	naveplast	0	16,9700	2
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8863)	NOSSOROLL	0	16,9800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 26/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PEGA LIXO	0	17,1500	4
			CLETON DE SOUZA (9401)	NAVEPLAST	0	17,1500	5
73	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 100 litros, pacote com 25 unidades, 75x105cm. De 1ª qualidade. (12558)	PCT	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	super fontao	0	17,0000	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8953)	NOSSOROLL	0	17,2800	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	naveplast	0	17,4000	3
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PEGA LIXO	0	17,4500	4
			CLETON DE SOUZA (9401)	NAVEPLAST	0	17,4500	5
74	Luva de borrachada, tamanho médio para limpeza, resistente, colorida, anti derrapante na face externa, moldada anatômicamente, com forração antialérgica. De 1ª qualidade. (16811)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8953)	VOLK	0	3,3000	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DANY	0	3,3100	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	talge	0	3,3200	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	noite	0	3,7000	4
75	Luva descartável, confeccionada em latex natural, sem adição de pigmentação, na cor natural, não esteril, sem talco, tamanho M. Caixa contendo 100 unidades (14753)	CX	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8953)	TALGE	0	24,3300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 27/48

<p>Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofert.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESCARPAC	0	24,3400	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	supermax	0	27,0000	3
76	Touca descartável, branca, tamanho único, pacote com 100 unidades, confeccionada em TNT (Tecido Não Tecido) para uso em refeitórios (14754)	CX	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8953)	TALGE	0	11,2300	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	talge	0	11,2400	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESCARPAC	0	11,2800	3
77	Vassoura de nylon com cerdas macias, cabo plástico de 22 cm, cerdas de 11,5 cm com plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo doméstica. (9711)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8953)	MARINGA	0	6,0800	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	haracem	0	6,0900	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFIO	0	6,1200	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	aracem	0	6,9000	4
78	Vassoura de palha, material de cerdas palha avermelhadas, cabo madeira, comprimento das cerdas de 40 a 50 cm, vassoura bem firme e forte, na palha amarrada 3 vezes com amarrão a cada 30 cm e na parte superior é amarrado com barbante com 3 camadas, para uso de limpeza em geral. (12568)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	haracem	0	14,9700	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8953)	COLONIAL	0	15,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 28/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COLONIAL	0	15,0700	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	colonial	0	15,6000	4
			CLETON DE SOUZA (9401)	HARACEM	0	15,8000	5
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	15,8300	6
79	Escoa de chilo, 26 x 5 x 3,5 cm, cercas de P.E.T, 0,50 mm, onduladas, Cabo de madeira plastificado. Para escovar tapetes e calçadas (14756)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	7,4000	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8953)	MARINGA	0	7,4300	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETAMIN	0	7,5000	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	haracem	0	7,7000	4
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	master	0	7,7000	5
			CLETON DE SOUZA (9401)	HARACEM	0	7,7800	6
80	Rodo passa cera, espuma de alta densidade, colada em base de plástico com cabo de madeira plastificado, ideal para passar cera e lavar pequenas áreas como pisos e paredes (14757)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8953)	MARINGA	0	6,8300	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	master	0	6,8400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 29/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
			CLEITON DE SOUZA (9401)	HARACEM	0	6,8900	3
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFIO	0	6,9000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	haracem	0	7,1000	5
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	7,1000	6
81	Rodete borracha, borracha com EVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 30 cm, com cabo. De 1ª qualidade. (12564)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8653)	MARINGA	0	5,8300	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	haracem	0	5,8400	2
			APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAFIO	0	5,8500	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9450)	do brasil	0	5,8900	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	6,0000	5
			CLEITON DE SOUZA (9401)	HARACEM	0	6,0200	6
82	Rodo de borracha, borracha com EVA duplo de 1,5 mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 60 cm, com cabo de 1" qualidade. (14750)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8653)	MARINGA	0	19,8200	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	19,8300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 30/48

<p>Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DESAPIO	0	19,9000	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	do brasil	0	20,0000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	haracem	0	20,1000	5
			CLETON DE SOUZA (9401)	HARACEM	0	20,1700	6
83	Super rodo absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico. Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em Aço Inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (6643)	UND	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	aktin	0	43,9600	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8653)	BETANIN	0	43,9600	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nobre	0	45,3000	3
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETAMIN	0	45,3000	4
			JUN COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BETANIN	0	45,3000	5
84	Refil para Super rodo absorvente em espuma feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28 cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (1297)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8653)	BETANIN	0	19,4700	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nobre	0	19,4800	2
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETAMIN	0	19,9900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 31/48

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

<p>Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	nobre	0	20,0000	4
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BETANIN	0	20,5000	5
85	Mop pó completo (amação, cabo e o refil) de 40 cm (9295)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nobre	0	24,9000	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	bratimpia	0	25,0000	2
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BETANIN	0	25,5000	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETAMIN	0	25,5000	4
86	Refil para Mop Pó de 40cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação é através do encaixe na armação de aço galvanizado. (9549)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nobre	0	18,4800	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETAMIN	0	18,4900	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	bratimpia	0	18,9000	3
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BETANIN	0	19,0000	4
87	Balde plástico/polipropileno 20 litros com alça de metal. (12588)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	arquiplast	0	7,9000	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARQ PLAST	0	7,9700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 32/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	arqplast	0	7,9800	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ARQPLAST	0	8,5500	4
88	Bacia de Plástico reforçada, plástico resistente, redonda de 6 litros (14761)	UND	CLEITON DE SOUZA (9401)	ARQPLAST	0	6,9900	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARQ PLAST	0	7,0000	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	arqplast	0	7,5000	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	arqplast	0	7,6000	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ARQPLAST	0	7,6600	5
89	Bacia de plástico reforçada, plástico resistente, redonda de 3,9 litros (14762)	UND	CLEITON DE SOUZA (9401)	ARQPLAST	0	5,9900	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARQ PLAST	0	6,0000	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	arqplast	0	6,9000	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	arqplast	0	6,9000	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ARQPLAST	0	6,9900	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 33/48

<p>Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
90	Saco plástico descartável 5 kg, 28x42 cm, transparente, específico para acondicionamento e congelamento de alimentos. Embalagem com 100 unidades cada pacote (14763)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	mega mil	0	4,9000	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	master	0	4,9500	2
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8663)	SOPLAST	0	4,9700	3
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MEGA MIL	0	5,0000	4
91	Saco plástico descartável 8 kg, 35x50 cm, transparente, específico para acondicionamento e congelamento de alimentos. Embalagem com 100 unidades cada pacote (14764)	PCT	CLEITON DE SOUZA (9401)	BOM PACK	0	5,8000	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8663)	SOPLAST	0	5,8200	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MEGA MIL	0	5,9000	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	mega mil	0	6,0000	4
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	master	0	6,0000	5
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BOMPACK	0	6,0300	6
92	Papel Alumínio, contendo um rolo de 45 cm x 7,5 metros (14765)	UND	CLEITON DE SOUZA (9401)	BOM PACK	0	5,9900	1
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8663)	SOPLAST	0	5,9900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 34/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MEGAMIL	0	6,0000	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	master	0	6,0000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	born pack	0	6,1000	5
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BOREDA	0	6,1400	6
93	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	L TRAPP & CIA LTDA (7649)	LIQUIGÁS	0	55,0000	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MINASGAS	0	56,0000	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)		0	56,0000	3
94	Bola de borracha branca nos nº 35, nº 36 nº 37, nº 38, nº 39, nº 40, nº 41, cano longo, especificações técnica, calçado de segurança, tipo bola, cano longo, cabedal em pvc, na cor branca, entressola de borracha, sem biqueira, forro sintético, alma de borracha, solado em poliuretano mono densidade, antiderrapante, palmilha lavável, antibacteriana, antimicrobiana, sem cadarço, sem gravação. (15055)	PAR	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sele leguas	0	50,4000	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	VULCABRAS	0	50,8800	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	fulcan	0	50,8900	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	7LEGUA	0	51,6600	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 35/48

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.

95	Escoe sanitária para banheiro de plástico resistente com suporte, cores diversas, altura 35 cm, profundidade 1230 cm, largura 14 cm (14768)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ARQPLAST	0	5,4000	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	elegantec	0	5,4600	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARQ PLAST	0	5,4700	3
			CLEITON DE SOUZA (9401)	HARACEM	0	5,4800	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	haracem	0	5,8500	5
96	Prato plástico descartável, tamanho Nº 03 com 18,0 cm com 10 unidades (14769)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COPOSUL	0	2,4900	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	master	0	2,5000	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	strawplast	0	2,5500	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	COPOZAN	0	2,6000	4
			CLEITON DE SOUZA (9401)	COPOSUL	0	2,6000	5
97	Água mineral 500ml sem gás (14770)	UND	CLEITON DE SOUZA (9401)	DA GUARDA	0	1,2000	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PURIS	0	1,2400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 36/48

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	IMPERATRIZ	0	1,5700	3
98	Água mineral 500ml com gás (14771)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (8322)	PURIS	0	1,3400	1
			CLETON DE SOUZA (9401)	DA GUARDA	0	1,3500	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	IMPERATRIZ	0	1,8700	3
99	Filme de Polister para assar em churrasqueira, microondas e forno convencional, rolo 60 cm x 5 metros (14772)	RL	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	born pack	0	6,4300	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (8322)	MEGA MIL	0	6,4400	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	master	0	6,5000	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BOREDA	0	6,6000	4
100	Escova dental infantil com cerdas de nylon macia com cabo reto de polipropileno. (9678)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA BIRELI ME (8953)	DENTALK	0	1,7700	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (8322)	SQ	0	1,7800	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	dentil	0	2,7500	3
101	Creme dental infantil com fluorativo, peso liq. 50 gramas a unidade. (12550)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA BIRELI ME (8953)	CONDOR	0	3,6500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 37/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
			CLEITON DE SOUZA (9401)	DENTIL	0	3,6800	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	123 BABY	0	3,6700	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	denil	0	3,6000	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DENTIL	0	3,8200	5
102	Limpador desengordurante concentrado spray 500 mL (12559)	UND	CLEITON DE SOUZA (9401)	PRATIK	0	4,5000	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	4,5300	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	aqualast	0	4,5400	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nobre	0	4,7900	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	4,7900	5
103	Sabão em barra glicerinado, neutro - Pacote de 1kg com 5 unidades de 200 g cada, (9701)	PCT	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8663)	YPE	0	7,5700	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	girando sol	0	7,5800	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ZAVASKI	0	7,6000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 38/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
104	Filtro Coador De Papel, Para Café, De 1ª Qualidade, Tamanho Nº 103, Em Caixas Com 30 Unidades. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses, e data de fabricação não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data da entrega do produto. (9702)	PCT	CLETON DE SOUZA (9401)	BRIGITTA	0	3,5000	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	melita	0	3,5400	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA-ME (9399)	3 corações	0	3,5500	3
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME (8903)	TRES CORAÇ	0	3,5900	4
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MELITA	0	3,6000	5
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI-ME (8953)	BRIGITA	0	3,6900	6
105	Estregão de aço (8225)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA-ME (9399)	sany-bril	0	1,9000	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	hamar	0	1,9700	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRIL-INOX	0	1,9900	3
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME (8903)	GAUCHO	0	2,1200	4
			CLETON DE SOUZA (9401)	INOVE	0	2,1200	5
106	Lenço umedecido, refil, testado dermatologicamente, pacote com 400 unidades. (12578)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI-ME (8953)	PIQUITUCHO	0	12,6800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 39/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016 Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FERINHA	0	12,7000	2
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BABY	0	12,7100	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	anjinho	0	12,8000	4
107	Sabonete sólido, branco, infantil, 60 gramas. (12580)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	123 BABY	0	2,0500	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SENSUS	0	2,1000	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sensus	0	2,1000	3
			CLETON DE SOUZA (9401)	ANJINHO	0	2,1500	4
108	Prendedor de roupa de plástico, pacote com 12 unidades. (12582)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ARQPLAST	0	2,2000	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	arqplast	0	2,2400	2
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SQ	0	2,2800	3
			CLETON DE SOUZA (9401)	ZAVASKI	0	2,2900	4
			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8863)	GABOARDI	0	2,3200	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 40/48

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
09	Pá de lixo uso domestica em plástico se prende ao cabo de vassoura, com acabamento de perfil em borracha recolhendo melhor a sujeira, 25x30cm. (12584)	UND	CLEITON DE SOUZA (9401)	HARACEM	0	3,5400	
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARQ PLAST	0	3,5600	
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	haracem	0	3,5600	
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	plavale	0	3,5700	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ARQPLAST	0	3,7500	
10	Lixa ferro, material oxidado de alumínio, tipo lixa papel ferro, apresentação folha, tipo grão nº:100, comprimento 280 mm, largura 215 mm, para fogão. (12586)	UND	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	3m	0	8,0000	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	3M	0	8,4200	
111	Toalha de banho em cor escura no mínimo 70x130cm. (12585)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	crisalina	0	10,5000	
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	via pano	0	10,8800	
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GABELEI	0	10,8900	
12	Escova de nylon multiuso. Formato ergonômico e texturizado para não escorregar da mão durante o uso. Ideal para limpeza de roupas.Suporte plástico e cerdas sintéticas. (15067)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA BIRELI ME (8953)	MARINGA	0	4,9200	
			CLEITON DE SOUZA (9401)	HARACEM	0	4,9300	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 41/48

Número do Registro de Preços: 41/2015		Data do Registro: 30/11/2015		Válido até: 30/11/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETAMIN	0	4,9900	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	haracem	0	5,1000	4
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	aktin	0	5,1000	5
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	5,1900	6
113	alvejante sem cloro, princípio ativo, tensoativo, estabilizante, sequestrante, perfume, corante e água. Embalagem com 2 litros. (15038)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	sequinel	0	6,6900	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	6,6800	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	ecoville	0	6,6900	3
114	Desentupidor em borracha para vaso sanitário, resistente, durável e prático. (15069)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8983)	MARINGA	0	13,4200	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	do brasil	0	13,4500	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	haracem	0	13,9000	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	13,9500	4
			CLETON DE SOUZA (9401)	HARACEM	0	13,9600	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 42/48

<p>Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
115	Concentrado anti mofo, embalagem contendo um 1 litro. Excelente para a limpeza em fornos. (15070)	UND	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	verdesan	0	10,0900	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	FLEX	0	10,1000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MAZAROLO	0	11,7800	3
116	Balde de plástico com alça de metal, capacidade de 10lt (7729)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARQ PLAST	0	6,9800	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	aroplast	0	6,9900	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	arquiplast	0	7,8000	3
117	Guardanapo de papel branco de mesa 33x33 cm.pct com 50 unds. (16816)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DALMATA	0	1,4700	1
			CLEITON DE SOUZA (9401)	DALMATA	0	1,4800	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	face a face	0	1,5300	3
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	POME	0	1,6000	4
			BLUNAC DISTRIBUIDORA BIRELI ME (8663)	FACE A FACE	0	1,9000	5
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	dalmata	0	1,9000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 43/48

Número do Registro de Preços: 41/2015	Data do Registro: 30/11/2015	Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.		

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
118	Mop pop completo (armação, cabo e o refil) de 80 cm) (16817)	UND	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	bralimpia	0	37,9000	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETAMIN	0	37,9900	2
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BETANIN	0	38,5000	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nobre	0	38,5000	4
119	Prato plástico descartável 21 cm, com 10 unidades. (16818)	PCT	CLETON DE SOUZA (9401)	COPOSUL	0	3,6000	1
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COPOSUL	0	3,6200	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	strawplast	0	4,1000	3
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	master	0	4,1000	4
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	COPOZAN	0	4,1500	5
120	Refil para Mop Pô de 80cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior contecionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação é através do encaixe na armação de aço galvaniza. (16819)	UND	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME (9455)	bralimpia	0	25,0800	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	nobre	0	25,0900	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETAMIN	0	25,3300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 41/2015

Página: 44/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BETANIN	0	25,3300	4
121	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 15 litros, pacote com 50 unidades composição: 39 cm x 58 cm. Material sintético e reciclável. Pigmentos e aditivos biodegradáveis. De 1ª qualidade. (16820)	PCT	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME (8863)	NOSSOROLL	0	29,8000	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OESTE	0	29,8200	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	super fortao	0	35,0000	3
122	Lixeira plástica 15 litros com tampa e pedal, basculante (16821)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARQ PLAST	0	28,9700	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	pasvale	0	28,9800	2
			CLEITON DE SOUZA (9401)	SANREMO	0	28,9900	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	arquiplast	0	30,0000	4
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SAN REMO	0	30,0000	5
123	Lixeira plástica 30 litros com tampa e pedal (16822)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARQ PLAST	0	78,9500	1
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	pasvale	0	78,9900	2
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SAN REMO	0	87,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 45/48

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

<p>Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016</p> <p>Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CLEITON DE SOUZA (9401)	SANREMO	0	87,0000	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	arquiplast	0	87,0000	5
124	Lixeira plástica com tampa vasculante, 50 litros. (16823)	UND	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	plavale	0	54,9700	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)		0	54,9800	2
			CLEITON DE SOUZA (9401)	SANREMO	0	56,3300	3
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SAN REMO	0	56,3300	4
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	arquiplast	0	56,3300	5
125	varal de chão com abas 1,50 cm em aço branco. (16824)	UND	BLUNAC DISTRIBUIDORA BIRELI ME (8953)	MOR	0	107,9600	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	orion	0	108,0000	2
			IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME (9455)	master	0	109,0000	3
			JUM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MOR	0	109,5000	4
126	Bala banana pct 700gr (11257)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	schumacher	0	9,7800	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OLIVEIRA	0	9,7900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 41/2015

Página: 46/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SCHUMACHE	0	9,9200	3
			CLEITON DE SOUZA (9401)	FLORESTAL	0	9,9200	4
127	Bolacha tipo caseira, nos sabores de polvilho e coco. Sendo fresco e feito de forma artesanal utilizar produtos naturais, sem conservantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13477)	KG	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MASPA	0	8,9900	1
			CLEITON DE SOUZA (9401)	MASPA	0	9,0000	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CASAREDO	0	9,0900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 47/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	maspa	0	9,1000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2015

Página: 48/48

Número do Registro de Preços: 41/2015 Data do Registro: 30/11/2015 Válido até: 30/11/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desclo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2015

PROCESSO Nº 64/2015

(7649) - I. TRAPP & CIA LTDA
(8903) - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME
(8963) - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME
(9113) - BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
(9322) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
(9399) - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME
(9401) - CLEITON DE SOUZA
(9455) - IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA-ME

Braço do Trombudo, 30 de Novembro de 2015.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10.395, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.395, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

Nomeia Comissão Especial para proceder avaliação de bens móveis, imóveis, obras ou serviços.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 68, de 05 de abril de 1998, RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial para proceder avaliação de bens móveis, imóveis, obras e serviços, objetivando possível dação em pagamento de débitos perante a Prefeitura Municipal de Brusque, dela integrando:

I - Representantes da Comissão Permanente de Licitação:

Rafael Luiz Pinto, Luiz Ganesini e Christiane dos Santos da Silva

II - 01 (um) representante do Clube de Engenharia e Arquitetura de Brusque – CEAB:

Marcio de Almeida Filho

III - 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - subseção de Brusque:

Dr. Diogo Rafael Cervi

IV - 01 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas:

Michel Gartner Belli

V - 01 (um) representante da Associação das Imobiliárias de Brusque;

Edilson Nascimento

Parágrafo único. A Comissão ora nomeada, após verificação dos bens móveis, imóveis, obras ou serviços, deverá exarar Laudo Circunstanciado de Avaliação, atribuindo por consenso um único preço firmado por todos os seus membros.

Art. 2º Os serviços prestados pela referida Comissão ocorrerão sem ônus para o Município e considerados de relevante interesse público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 6.445/09.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de novembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 2840/2015, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 2840/2015, de 24 de novembro de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 2398/2015 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 15/2015 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13, RESOLVE

Considerando, o grande número de pessoas ouvida para esclarecimento dos fatos;

Considerando, a dispensa no dia 22/10/2015 devido por motivo de força maior, devido a região do Vale do Itajaí estava passando por período de chuvas contínuas e enchentes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do(a) servidor(a) JEISIANE MARTINS DOS SANTOS ERTHAL, para apurar os fatos constantes da denúncia/memorando nº212/2015/ SEME/GP (datado de 21/09/ 2015), acompanhado de ata de reunião realizada em 17/09/2015, relatórios de Reflexão do Centro de Educação Infantil “ Emília Floriani de oliveira”, e Denúncia do Departamento de Recursos Humanos datado de 22/09/2015.

Art. 2º Prorrogar o afastamento preventivo da servidora EISIANE MARTINS DOS SANTOS ERTHAL do cargo por 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração, conforme art. 212 da Lei Complementar147/2009, tendo em vista as peculiaridades do caso, com base nos elementos colhidos da peça de denúncia, a fim de que se garanta a tramitação regular do feito;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 23/11/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 24 de novembro de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

EDITAL Nº 024/2015 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Processo Seletivo Simplificado– Edital nº 024/2015

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.270/98, 3248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de MONITOR ESCOLAR I e MONITOR ESCOLAR II, em caráter temporário a fim de atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação na Secretaria Municipal de Educação, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.

1.2- Os cargos, as vagas, carga horária, habilitação e remuneração estão especificados no quadro constante do item 7 deste edital.

1.3- O Processo Seletivo terá por critério de seleção a apresentação tempo de serviço e cursos de formação na área de educação.

1.5- O prazo de validade do presente Processo Seletivo será de um ano.

1.6- O presente processo seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos.

2- 2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO

MONITOR ESCOLAR I
Obrigatória Ensino Fundamental completo
MONITOR ESCOLAR II
Obrigatória Ensino Médio completo

3- DOS REQUISITOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

3.1 Monitor Escolar I

- 3.1.1- Ter formação no Ensino Fundamental completo;
 3.1.2 - A nacionalidade brasileira ou equiparada;
 3.1.3- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
 3.1.4 - Apresentar comprovante de quitação eleitoral;
 3.1.5- Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;
 3.1.6- Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;
 3.1.7- Ter sido aprovado em todas as etapas do processo seletivo;
 3.1.8- Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art.37, XVI, "c" da Constituição Federal;

3.2 Monitor escolar II

- 3.2.1 – Ter o Ensino Médio Completo;
 3.2.2 - Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;
 3.2.3 – Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, na data da contratação;
 3.2.4 - Estar em dia com as obrigações eleitorais;
 3.2.5 - Estar em dia com as obrigações militares (para sexo masculino);
 3.2.6 - Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;
 3.2.7. - Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art. 37, XVI, "c", da Constituição Federal.

4- DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES

- 4.1 O candidato deverá ler atentamente o Edital do Processo Seletivo;
 4.2 As inscrições serão realizadas no site da Secretaria de Educação (www.educacao.brusque.sc.gov.br), no período de 18:00h do dia 30 de novembro de 2015 às 14h do dia 09 de dezembro de 2015. Caso o candidato não tenha acesso a internet poderá realizar a inscrição em qualquer unidade escolar da rede municipal.
 4.3 Para inscrever no processo seletivo é requisito não ter punição em esfera administrativa, no âmbito municipal.
 4.4 O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas;
 4.5 Imprimir a ficha de inscrição;
 4.6 A Secretaria de Orçamento e Gestão não se responsabiliza por quaisquer problemas técnicos que possam provocar a "não inscrição do candidato", sendo este o único responsável por procurar meios para fazer a inscrição;
 4.7 Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

5. - DO PERÍODO, HORÁRIO, LOCAL DE ENTREGA E DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO

5.1. - Após a inscrição a documentação deverá ser entregue sob protocolo, nos dias 30 de novembro de 2015 ao dia 09 de dezembro de 2015, no horário das 08:00h às 11:30 e 13:30 às 17:00horas, junto ao CMID (Centro Municipal de Inclusão Digital), na Arena Brusque.

5.2. - O candidato inscrito deverá apresentar, uma cópia dos seguintes documentos, na seguinte ordem:

- a) Ficha de inscrição on-line;
 b) Certidão/atestado de tempo de serviço no magistério, Municipal, Estadual ou particular, expresso em anos e meses. No caso de tempo de serviço prestado para a Administração Pública Municipal de Brusque, esta poderá ser comprovada por meio da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social; considerado até a data de publicação do edital (até 30/10/2015).
 c) Curso de formação e/ou atualização nos segmentos ou disciplinas em que pretende atuar, frequentados nos anos de 2013, 2014 até a data de 30/10/2015; Não serão contabilizadas as horas de formação, de cursos de atualização e especialização em andamento;

6. - DA LISTA DE INSCRIÇÃO

6.1.- A lista dos candidatos inscritos será divulgada em 09 de dezembro de 2015, em ordem alfabética sem classificação, no site da Secretaria de Educação (www.educacao.brusque.sc.gov.br), bem como no Site da Prefeitura (www.brusque.sc.gov.br) e afixada no mural da Prefeitura.

6.2. - O candidato poderá interpor recurso do resultado da lista de inscrição, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) que deseja contestar sob pena de não ser admitido seu recurso, que deverá ser apresentado na Secretaria de Educação, Setor de Gestão de Pessoal, no dia 10 de dezembro de 2015.

6.3- A divulgação da lista de inscrições final será na data de 11 de dezembro de 2015, publicado através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: www.brusque.sc.gov.br, bem como em listas afixadas no mural da Prefeitura.

7- DOS CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

CARGO	VA-GAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	REMUNERAÇÃO
Monitor Escolar I	4 + C.R*	40 horas semanais	Ensino Fundamental Completo	R\$ 1.065,41 (R\$220,00 auxílio alimentação)
Monitor Escolar II	72 + C.R*	40 horas semanais	Ensino Médio Completo	R\$ 1.236,68 (R\$220,00 auxílio alimentação)

*Cadastro de Reserva

8- DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO

8.1. – Atribuições:

8.1.1 - MONITOR I

- ☐ Auxiliar as crianças no embarque e desembarque;
☐ Monitorar os estudantes durante a viagem de forma a evitar ou diminuir riscos de acidentes dentro e fora do veículo de transporte escolar;
☐ Executar outras funções inerentes ao cargo.

8.1.2- Monitor Escolar II (Educação Infantil / Educação Especial):

- Receber e entregar as crianças nos horários de entrada e saída, de forma planejada, agradável e acolhedora;
- Estabelecer laços de comunicação de ordem afetiva com as crianças;
- Zelar pela segurança física, higiênica e alimentar da criança;
- Dedicar-se exclusivamente ao atendimento das necessidades das crianças nos horários de alimentação;
- Manter-se junto às crianças durante todo o tempo de atendimento, evitando ausentar-se sem a devida comunicação à professora da sala;
- Auxiliar a professora nas providências, controle e cuidados com o material pedagógico e pertences das crianças;
- Acompanhar as crianças nas suas necessidades básicas e no período de repouso, mantendo-se alertas a todos os fatos e acontecimentos da sala;
- Informar à professora regente, fatos e acontecimentos relevantes ocorridos com a criança;
- Auxiliar na locomoção dos alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida, que necessitem de auxílio ou acompanhamento, garantindo a acessibilidade no espaço escolar ou em passeios e visitas de estudo.

9 - DA CLASSIFICAÇÃO

8.1 - A classificação dar-se-á, seguindo os critérios abaixo especificados:

a) Horas de curso de (formação) aperfeiçoamento:

	PONTOS
Para cada 16h de cursos realizados nos anos de 2013, 2014 e 2015 até 30/10/2015 na área de educação, com limite de 200 horas.	0,1

b) Tempo de serviço:

	PONTOS
Por mês de serviço em ambiente escolar público municipal, estadual e/ou privado considerado até 30/10/2015.	1,0

Obs: Não será computado tempo de serviço do servidor aposentado.

9.2- Para o cálculo da pontuação será utilizada a seguinte fórmula:

PF = PCA + PTS Na qual:

PF= Pontuação Final;

PCA = Pontuação dos cursos de aperfeiçoamento;

PTS = Pontuação do Tempo de Serviço;

9.3- Estará classificado o candidato que obter, no mínimo, 02 (dois) pontos.

9.4- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação

10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1- Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idosos nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.2- Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito

através dos seguintes critérios de desempate:

- a) Candidato que comprovar maior tempo de serviço público;
- b) Candidato casado ou sob regime de união estável.

10.2.1- A comprovação do estado civil especificado na letra "c" do item 10.1 dar-se-á pela apresentação da Certidão de Casamento no Registro Civil ou da Declaração de União Estável, devidamente registrada por Tabelionato.

11 - DO RESULTADO

11.1 - As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão publicadas no SITE da Prefeitura de Brusque (www.brusque.sc.gov.br) e da Secretaria Municipal de Educação - (www.educacao.brusque.sc.gov.br) e afixadas no mural da Secretaria Municipal de Educação no dia 17 de dezembro de 2015.

12 - DO RECURSO

12.1- O candidato poderá interpor recurso contra o resultado da classificação do Processo Seletivo. O recurso deverá ser entregue no setor de recursos humanos, no dia 18 de dezembro de 2015.

12.2- O recurso, cujo modelo encontra-se disponibilizado no Anexo V do presente Edital, para ser aceito deverá vir devidamente fundamentado e assinado pelo candidato, apontando com clareza o(s) ponto(s) da sua irrisignação, sob pena de ser preliminarmente indeferido

12.3- Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico, tampouco será aceito recurso fora do prazo, termos e horários especificados nos itens 9.1; todavia, poderá o candidato apresentá-lo por intermédio de procurador, munido de procuração com poderes específicos para tal ato, sem a qual não será admitida a interposição de recurso.

12.4 – A divulgação dos resultados finais será realizada dia 23 de dezembro de 2015.

13- DO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

13.1 Os candidatos classificados que irão ser contratados por esta municipalidade, serão contatados via telefone, para agendamento da data e local para a realização do exame médico admissional.

14- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Educação.

14.2- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

14.3- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.

14.4- O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

14.5- O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.

14.6- O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

14.7- A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações

em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

14.8- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 30 de novembro de 2015.

1. IVANOR DE MENDONÇA
Secretário Municipal da Educação

ANEXO I – EDITAL 024/2015

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade número _____, e inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins que, no exercício do cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/____/____.

Assinatura do Candidato.

ANEXO II – EDITAL 024/2015

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) da carteira de identidade número _____, inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins de de provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha contratação para o cargo de _____ deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/____/____.

Assinatura do Candidato.

ANEXO III - EDITAL 024/2015

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar

() Posso bens a declarar, conforme segue abaixo:				
Casa, apartamento ou terreno				
Endereço		Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
Veículo				

Tipo	Ano	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
Outros				

Fontes de renda

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Local e data: _____

Assinatura

ANEXO IV – EDITAL 024/2015

PROTOCOLO DE ENTREGA DOCUMENTOS

Nome do candidato: _____

Recebido em ____/____/____ por: _____

() Ficha de inscrição on-line;

() Certidão/atestado de tempo de serviço no magistério, Municipal, Estadual ou particular, expresso em anos e meses. No caso de tempo de serviço prestado para a Administração Pública Municipal de Brusque, esta poderá ser comprovada por meio da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social; considerado até a data de publicação do edital (até 30/11/2015).

() Curso de formação e/ou atualização nos segmentos ou disciplinas em que pretende atuar, frequentados nos anos de 2013, 2014 até a data de 30/11/2015; Não serão contabilizadas as horas de formação, de cursos de atualização e especialização em andamento;

ANEXO V - EDITAL 024/2015

2. FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO RECURSO

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO Nº _____, publicado pelo edital nº _____, realizado pela Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Brusque.

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____, requerimento da inscrição nº _____, para concorrer a uma vaga no Processo Seletivo Edital nº _____, a ser prestado para a Secretaria Municipal de Educação, para o cargo de _____, apresento recurso junto à Secretaria Municipal de Educação, contra decisão da Banca do referido Processo Seletivo.

I. Do objeto de recurso:

.....

 (explicitar a decisão que está contestando).

II. Dos argumentos do recurso:

.....

III. Dos anexos de suporte para recurso (opcional):

.....

Brusque, de de 2015

..... Assinatura do candidato

RECEBIDO em /...../

.....

DECRETO Nº 7.701, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO nº 7.701, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar e especial no Orçamento do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, devidamente autorizado pela Lei nº 3.942/15,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 1.732.500 (um milhão, setecentos e trinta e dois mil e quinhentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0005.2002Manutenção do Gabinete Prefeito e Assessoria

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 750,00

03.00 Procuradoria Geral do Município

03.001 Procuradoria Geral do Município

0014.0422.0210.2311Manutenção do Procon Municipal

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 3.100,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 4.150,00

0004.0062.0005.2005Manutenção da Procuradoria Geral do Município

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 140.700,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 1.300,00

04.00 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica

04.001 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica

0004.0122.0005.2308Manutenção das Ativ. da Secretaria de

Governo e Gestão Estratégica

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 44.100,00

05.00 Secretaria de Comunicação Social

05.001 Secretaria de Comunicação Social

0004.0131.0145.2006Manutenção da Secretaria de Comunicação Social

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 42.600,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 1.800,00

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0365.0020.2020Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 200.000,00

10.00 Secretaria Municipal de Turismo

10.001 Secretaria Municipal de Turismo

0023.0695.0170.2310Manutenção da Secretaria de Turismo

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 141.000,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.700,00

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 100.000,00

10.002 Fundo Municipal de Desenvovl. Turístico

0023.0695.0170.2237Infra Estrutura, Apoio e Fomento ao Desenvovl. Turístico

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 1.600,00

11.00 Secretaria de Desenvovl. Econômico Trabalho e Renda

11.001 Secretaria de Desenvovl. Econômico Trabalho e Renda

0022.0122.0165.2026Manut. Secretaria de Desenvovl. Econômico Trabalho e Renda

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 6.000,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 3.300,00

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0015.0451.0125.2036Manuência e Melhorias do Sistema Viário

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 13.800,00

0015.0452.0125.2037Manutenção Geral da Secretaria de Obras

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 21.500,00

0015.0452.0305.2040Manutenção e Implantação da Iluminação Pública

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 100,00

0015.0452.0305.2066Manutenção de Praças e Jardins
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 17.500,00
 14.00 Encargos Gerais do Município
 14.001 Encargos Gerais do Município
 0028.0846.0180.2048Pasep e Outras Obrigações Tributárias
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 100.000,00
 15.00 Secretaria de Assist. Social e Habitação
 15.001 Secretaria de Assist. Social e Habitação
 0008.0243.0108.2231Manut. Conselho Tutelar e dos Direitos da Criança
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 11.600,00
 15.003 Fundo Municipal Habitação e Interesse Social
 0004.0122.0005.2322Gestão Fundo – FHIS
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 10.300,00
 19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
 19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
 0004.0121.0010.2015Manutenção do Depto. De Finanças e Contabilidade
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 4.100,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 3.600,00
 0004.0122.0225.2008Manutenção do Depto. De Suprimentos, Compras e Licitações
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 8.300,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 7.700,00
 0004.0122.0225.2011Manutenção do Depto. De Recursos Humanos
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.000,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.800,00
 0004.0122.0005.2013Manutenção da Administração Geral
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 91.100,00
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 202.650,00
 0004.0126.0250.2033Manutenção do Centro de Tecnologia da Informação
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.500,00
 22.00 Fundação Municipal de Esportes
 22.001 Fundação Municipal de Esportes
 0027.0812.0070.2065Manut. Atividades da Fundação Municipal de Esportes
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 60.000,00
 23.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 23.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 0004.0452.0135.2318Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 4.600,00
 0006.0452.0325.2303Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 124.600,00
 23.00 Secretaria da fazenda
 23.001 Secretaria da fazenda
 0004.0129.0010.2014Manutenção do Depto. De Tributação e Fiscalização
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 32.000,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 54.050,00
 30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
 30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
 008.0244.0255.2250 Economia Solidária
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 10.000,00
 008.0244.0255.2325 Brusque Carinhosa
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 2.000,00
 008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 80.000,00
 008.0244.0255.2328 Alta Complexidade
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 13.000,00
 40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
 40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
 0018.0541.0160.2252Manut. Da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 110.000,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 6.100,00
 0023.0695.0170.2255Reforma e Manutenção do Teleférico
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 01.34.54 Transf. De Convênios da União - Outros
 VALOR R\$ 27.500,00
 65.00 Fundação Cultural de Brusque
 65.001 Fundação Cultural de Brusque
 0013.0122.0060.2221Manutenção Administrativa da Fundação Cultural
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 2.000,00
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1º deste decreto, decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0005.2002Manutenção do Gabinete Prefeito e Assessoria

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 38.000,00

02.003 Fundo Municipal de Defesa Civil

0006.0182.0230.2035Manutenção das Ações da Defesa Civil

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 19.000,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 4.000,00

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0365.0020.1005Construção, Ampliação e Reforma Escolas Esino Infantil

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 47.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 32.000,00

0012.0361.0025.1013Construção, Ampliação e Reformas Escolas Ensino Fundamental

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 34.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 52.000,00

0012.0361.0025.1008Ampliação, Construção de Ginásio e Quadras Cobertas

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 18.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 17.000,00

10.00 Secretaria Municipal de Turismo

10.001 Secretaria Municipal de Turismo

0023.0695.0170.2238Promoção e Divulgação de Feiras e Eventos

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 4.500,00

11.00 Secretaria de Desenvol. Econômico Trabalho e Renda

11.002 Depto. De Agricultura e Abastecimento

0020.0606.0155.2028Manut. Depto. De Agricultura e Apoio a Agricult. Familiar

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

11.002 Depto. Da Agricultura e Abastecimento

0020.0601.0155.2031Programa Produção e Dist. Sementes e Mudanças

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 6.000,00

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0015.0451.0125.2036Manutenção e Melhorias do Sistema Viário

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 300.000,00

4.4.90.00 Aplicação Diretas - Investimentos

0.1.34.54 Transf. De Convênios – União/Outros

VALOR R\$ 27.500,00

0015.0452.0305.2040Manutenção e Implantação da Iluminação Pública

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

0015.0452.0305.2066Manutenção de Praças e Jardins

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 10.000,00

0015.0452.0125.2037Manutenção Geral da Secretaria de Obras

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 100.000,00

0015.0451.0310.1001Obras de Infra Estrutura Urbana Projeto tapete Preto

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 93.000,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 20.000,00

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 307.000,00

15.00 Secretaria de Assist. Social e Habitação

15.003 Fundo Municipal Habitação e Interesse Social

0004.0122.0005.2322Gestão Fundo – FHIS

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 10.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 170.000,00

18.00 Controladoria Geral do Município

18.001 Controladoria Geral do Município

0004.0122.0005.2004Manutenção da Controladoria Geral do Município

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 2.000,00

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0004.0122.0195.2056Manutenção da Jsm e Tiro de Guerra

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 18.000,00

0004.0122.0005.2013Manutenção da Administração Geral

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 21.000,00

0004.0126.0250.2033Manutenção do Centro de Tecnologia da Informação

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.500,00

21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade

21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 130.000,00
22.00 Fundação Municipal de Esportes
22.001 Fundação Municipal de Esportes
0027.0812.0070.2065 Manut. Atividades da Fundação Municipal de Esportes
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 9.000,00
30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
008.0244.0255.2326 Gestão SUAS
3.1.91.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 105.000,00
50.00 Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade
50.001 Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade
0015.0122.0005.2018 Manut. Ativ. Do Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 85.000,00
65.00 Fundação Cultural de Brusque
65.001 Fundação Cultural de Brusque
0013.0122.0060.2221 Manutenção Administrativa da Fundação Cultural
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 12.000,00
75.00 Fundação Municipal de Meio Ambiente
75.001 Fundação Municipal de Meio Ambiente
00018.0122.0160.1197 Manutenção Fundo Municipal de Meio Ambiente
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 21.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de novembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 7.704, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015
DECRETO nº 7.704, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

Disciplina os Procedimentos para Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável de Ativos, Depreciação e Amortização dos Bens Móveis e Imóveis do Serviço Municipal de Água e Esgoto.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso I do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

e considerando o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 16.9, 16.10 e 19.10, que tratam da Depreciação, Amortização, Exaustão, Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público,

Considerando o disposto na Portaria STN nº 828/2011 e alterações posteriores, que trata dos prazos para implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público,

Considerando o disposto na Portaria STN nº 548/2015 e alterações posteriores, que trata dos prazos para implementação do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e,

Considerando a necessidade de implementação dos procedimentos contábeis padronizados aplicados ao Setor Público,

DECRETA:

Art. 1º Os bens móveis e imóveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso anteriormente a 01 de Janeiro de 2015 serão primeiramente reavaliados com base nos critérios constantes do Anexo I, e posteriormente depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil a que se refere o art. 2º deste Decreto.

Parágrafo único. Os bens móveis e imóveis recebidos por doação, bem como os localizados por ocasião do inventário e que estejam sem identificação patrimonial, serão avaliados e incorporados ao patrimônio através de tombamento, aplicando-se os critérios do art. 5º deste Decreto, iniciando-se a depreciação ou amortização a partir do seu registro no sistema de patrimônio.

Art. 2º Os bens móveis e imóveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso a partir de 01 de janeiro de 2015 serão depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil e taxas de depreciação e amortização previstos no Anexo II, dispensando-se a prévia reavaliação.

Parágrafo único. A depreciação e a amortização dos ativos devem iniciar quando os bens estiverem em condições de uso.

Art. 3º A reavaliação e a redução ao valor recuperável devem estimar a vida útil econômica dos bens móveis adquiridos em exercícios anteriores e/ou reavaliados com base nos seguintes parâmetros e índices:

I - Valor de referência de mercado, ou de reposição;

II - Estado físico do bem, de acordo com o disposto no Anexo I deste Decreto;

III - Capacidade de geração de benefícios futuros, em anos;

IV - Obsolescência tecnológica, em anos; e,

V - Desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não operacionais.

Parágrafo único. Em caráter excepcional, e formalmente justificado, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciados quando se tratar de bens singulares que possuam características de uso peculiares.

Art. 4º Os procedimentos de reavaliação ficam facultados para os bens que, por ocasião da vistoria, atenderem a, pelo menos, um dos requisitos a seguir:

I - Capacidade de vida útil inferior a 02 anos;

II - Com valor de mercado estimado inferior a R\$ 1.000,00; ou,

III - Inservíveis por ocasião de ociosidade, antieconomicidade ou irrecoverabilidade.

Parágrafo único. Os bens que ao final de sua vida útil estimada não forem baixados deverão ser reavaliados na forma prevista no art. 3º deste Decreto, reiniciando-se novo ciclo para depreciação ou amortização.

Art. 5º A reavaliação e a redução ao valor recuperável deverão ser realizadas no mínimo a cada 4 (quatro) anos, de modo a manter o patrimônio avaliado a valor justo, cuja referência é o valor de mercado, obedecendo os critérios mencionados no art. 3º deste Decreto.

Parágrafo único. A reavaliação poderá ocorrer em prazo distinto do previsto no caput, em caráter excepcional, nas seguintes situações:

I - Para os bens móveis e imóveis cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, a reavaliação ocorrerá anualmente;

II - Para os bens móveis que ainda estão em condições de uso, a reavaliação ocorrerá ao final do período de vida útil do bem, estimando-se sua vida útil remanescente;

III - Para os bens recebidos por doação ou transferência, a reavaliação ocorrerá concomitantemente à incorporação ao patrimônio, observando-se o disposto no art. 1º deste Decreto.

Art. 6º O método a ser utilizado para a depreciação dos bens será o de quotas constantes.

Art. 7º A Tabela de Depreciação dos Bens Móveis e Imóveis deverá ser aplicada a partir do exercício de 2015.

Art. 8º Os bens serão depreciados observando o nível e a classe constante na Tabela que visa atender o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

Art. 9º Para efeitos deste Decreto ficam expressos as definições abaixo:

I - Depreciação é a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

II - Vida útil econômica é o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo.

III - Valor residual é o montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação.

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de novembro de 2015

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

ANEXO I

CRITÉRIOS PARA REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

1) Veículo Automotor:

a) A Reavaliação será feita com base no valor de mercado, considerando as condições gerais de uso do veículo;

b) O valor de referência de mercado será obtido por meio da Tabela FIPE, o qual será confrontado com as condições gerais do veículo, que contemplará a avaliação dos itens relevantes do veículo, conforme Tabela abaixo:

Estado do Veículo	Percentual da Tabela FIPE
Ótimo – Perfeitas Condições	100%
Bom	80%
Regular	60%
Mau	30%
Péssimo	10%

2) Equipamentos e Mobiliários em Geral:

A Reavaliação necessitará de vistoria para avaliar o bem, utilizando a seguinte tabela:

Estado do Bem	Valor de Mercado por
Ótimo – Perfeitas Condições	100%
Bom	80%
Regular	60%
Mau	30%
Péssimo	10%

3) Bens Imóveis:

A Reavaliação necessitará de laudo emitido por avaliador de imóveis, utilizando a média de três avaliações.

ANEXO II

Tabela de Depreciação dos Bens Móveis e Imóveis

Bens Móveis

Nível Contábil	Classe de Bens / Descrição do Nível Contábil	Vida Útil Econômica (Anos)	Valor Residual %	% Ano
1.2.3.1.1.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	10	10	10,00
1.2.3.1.1.01.02	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	5	10	20,00
1.2.3.1.1.01.03	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	10	10	10,00
1.2.3.1.1.01.04	Aparelhos e Equipamentos para Esportes e Diversões	5	10	20,00
1.2.3.1.1.01.05	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10	10,00
1.2.3.1.1.01.06	Máquinas e Equipamentos Industriais	15	10	6,66
1.2.3.1.1.01.07	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10	10,00
1.2.3.1.1.01.08	Máquinas e Equipamentos Gráficos	10	10	10,00
1.2.3.1.1.01.09	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10	10,00
1.2.3.1.1.01.12	Equipamentos, Peças e Acessórios para Automóveis	5	10	20,00
1.2.3.1.1.01.13	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	5	10	20,00
1.2.3.1.1.01.16	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	5	10	20,00
1.2.3.1.1.01.18	Equipamentos de Proteção e Vigilância Ambiental	10	10	10,00
1.2.3.1.1.01.19	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agropecuários e Rodoviários	10	10	10,00
1.2.3.1.1.01.21	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10	10,00
1.2.3.1.1.01.99	Outras Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10	10	10,00
1.2.3.1.1.02.01	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10	20,00
1.2.3.1.1.02.02	Equipamentos de Tecnologia da Informação	5	10	20,00
1.2.3.1.1.03.01	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10	10,00
1.2.3.1.1.03.02	Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10	10,00
1.2.3.1.1.03.03	Mobiliário em Geral	10	10	10,00
1.2.3.1.1.03.04	Utensílios em Geral	10	10	10,00
1.2.3.1.1.04.01	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	5	10	20,00
1.2.3.1.1.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	0	0	0
1.2.3.1.1.04.03	Discotecas e Filmotecas	5	10	20,00
1.2.3.1.1.04.05	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	5	10	20,00
1.2.3.1.1.04.06	Obras de Arte e Peças para Exposição	0	0	0
1.2.3.1.1.04.99	Outros Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	15	10	6,66
1.2.3.1.1.05.01	Veículos em Geral	5	10	20,00
1.2.3.1.1.05.03	Veículos de Tração Mecânica	5	10	20,00
1.2.3.1.1.05.06	Embarcações	30	10	3,33
1.2.3.1.1.06.01	Peças e Conjuntos de Reposição em Geral	10	10	10,00
1.2.3.1.1.99.99	Outros Bens Móveis	10	10	10,00

Bens Imóveis

Nível Contábil	Classe de Bens / Descrição do Nível Contábil	Vida Útil Econômica (Anos)	Valor Residual %	% Ano
1.2.3.2.1.01.02	Imóveis Comerciais	35	30	2,85
1.2.3.2.1.01.03	Edifícios	35	30	2,85
1.2.3.2.1.02.05	Armazéns / Galpões / Silos	30	25	3,33
1.2.3.2.1.01.21	Estacionamento / Garagens	40	30	2,50
1.2.3.2.1.05.06	Sistema de Esgoto e/ou Sistema de Abastecimento de Água	50	20	2,00
1.2.3.2.1.05.07	Redes de Abastecimento de Energia	50	20	2,00
1.2.3.2.1.99.99.01	Administração Geral	50	20	2,00
1.2.3.2.1.99.99.02	Adutora	50	20	2,00
1.2.3.2.1.99.99.03	Captação Elevatória de Água	50	20	2,00

1.2.3.2.1.99.99.04	Estação de Tratamento de Água	50	20	2,00
1.2.3.2.1.99.99.05	Redes e Ramais de Água	50	20	2,00
1.2.3.2.1.99.99.06	Reservatório de Água	50	20	2,00
1.2.3.2.1.99.99.07	Unidades de Tratamento de Esgoto	50	20	2,00

DECRETO Nº 7.706, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO nº 7.706, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Prorroga até 15 de dezembro de 2015 o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, de que trata a Lei Complementar nº 234, de 06 de maio de 2015 e alterações.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso I, da Lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO o Decreto nº 7669/15, que estabeleceu a prorrogação do prazo para adesão ao Programa de Recuperação de Tributos do Município de Brusque – REFIS até o dia 30 de novembro de 2015, CONSIDERANDO o número de adesões dos contribuintes ao Programa;

CONSIDERANDO a procura por adesão ao Programa nos derradeiros dias de sua vigência; CONSIDERANDO os benefícios que o Programa REFIS tem trazido às pessoas físicas e jurídicas que passam por algum tipo de dificuldade financeira;

CONSIDERANDO que, de acordo com as informações repassadas pelo Setor de Arrecadação Tributária, subsiste a possibilidade de mais contribuintes aderirem ao Programa, o que importará a continuidade das vantagens acima mencionadas;

CONSIDERANDO que 2016 haverá eleições municipais, o que impedirá o Município implementar benefício fiscal, conforme previsto no § 10º do art. 73 da Lei nº 9.504/97;

CONSIDERANDO o permissivo legal de prorrogação constante no artigo 1º, § 4º da Lei Complementar 234/2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado até 15 de dezembro de 2015, o prazo para adesão ao Programa de Recuperação de Tributos do Município de Brusque – REFIS, instituído pela Lei Complementar nº 234/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/11/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de novembro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 7.665, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 7.665, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.831 de 17.12.14, a Lei nº 3.772 de 24.10.14, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 139.800,00 (Cento e trinta e nove mil e oitocentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

03.00 Procuradoria Geral do Município
03.001 Procuradoria Geral do Município
0004.0062.0005.2005 Manutenção da Procuradoria Geral do Município
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 40.000,00
09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0365.0020.1005 Construção Ampliação e Reforma Escolas Ensino Infantil
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 12.000,00
0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes

0.1.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 25.000,00
0012.0365.0335.2021 Manutenção de Creches
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes
0.1.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 21.000,00
10.00 Secretaria Municipal de Turismo
10.002 Fundo Munic. De Desenvolv. Turístico
0023.0695.0170.2237 Infra Estrutura, Apoio e Fomento ao Desenvolv. Turístico
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 25.000,00
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viária
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 8.000,00
23.00 Secretaria da Fazenda
23.001 Secretaria da Fazenda
0004.0129.0010.2014 Manutenção do Depto. De Tributação e Fiscalização
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 8.800,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

03.00 Procuradoria Geral do Município
03.001 Procuradoria Geral do Município
0004.0062.0005.2005 Manutenção da Procuradoria Geral do Município
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 40.000,00
10.00 Secretaria Municipal de Turismo
10.002 Fundo Munic. De Desenvolv. Turístico
0023.0695.0170.2237 Infra Estrutura, Apoio e Fomento ao Desenvolv. Turístico
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 25.000,00
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viária
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 8.000,00
23.00 Secretaria da Fazenda
23.001 Secretaria da Fazenda
0004.0129.0010.2014 Manutenção do Depto. De Tributação e Fiscalização
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 8.800,00

II - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Contábil	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2014
21.493-0	B.B PMB/Salário Educação	0.1.36.00 0.3.36.00	545.200,20 982.155,40
TOTAL	B.B PMB/Salário Educação	0.1.36.00/0.3.36.00	1.527.355,60
TOTAL GERAL			1.527.355,60

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	3.816,12
Restos à Pagar	0.1.36.00/0.3.36.00	574.563,99
TOTAL	0.1.36.00/0.3.36.00	578.380,11

TOTAL GERAL		578.380,11
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.36.00	948.975,49
Valor Utilizado Decreto nº 7605/2015		150.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7610/2015		150.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7619/2015		100.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7626/2015		200.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7652/2015		290.000,00
TOTAL		58.975,49

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22/09/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 22 de setembro de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDENCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador Geral do Município

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº. 7.668, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 7.668, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.831 de 17.12.14, a Lei nº 3.772 de 24.10.14, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 672.700,00 (Seiscentos e setenta e dois mil e setecentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0365.0335.2021 Manutenção de Creches
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes
0.3.37.08 Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso
VALOR R\$ 5.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes
0.3.37.08 Recursos Educação/Fnde - Apoio Creches -Brasil Carinhoso
VALOR R\$ 5.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes
0.1.89.00 Alienação de Bens Outros Programas
VALOR R\$ 600.000,00
65.00 Fundação Cultural de Brusque
65.001 Fundação Cultural de Brusque
0013.0122.0060.2221 Manutenção Administrativa da Fundação Cultural de Brusque
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 12.700,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 50.000,00
 65.00 Fundação Cultural de Brusque
 65.001 Fundação Cultural de Brusque
 0013.0122.0060.2221 Manutenção Administrativa da Fundação Cultural de Brusque
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 12.700,00

II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.89.00	Alienação de Bens Outros Programas
Valor Orçado	R\$ 3.500.000,00
Valor arrecadado até a data de 28/09/2015.	R\$ 5.731.106,47
Excesso de arrecadação até a data de 28/09/2015.	R\$ 5.731.106,47
Valor a Utilizar	R\$ 2.231.106,47

III - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Contábil	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2014
71.035	B.B PMB/Apoio as Creches/Brasil Carinhoso	0.1.62.04	283.817,10
TOTAL	B.B PMB/Apoio as Creches/Brasil Carinhoso	0.1.62.04	283.817,10
TOTAL GERAL			283.817,10

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.37.08/0.3.37.08	0,00
DDO à Pagar	0.1.37.08/0.3.37.08	0,00
Restos à Pagar	0.1.37.08/0.3.37.08	0,00
TOTAL	0.1.37.08/0.3.37.08	0,00
TOTAL GERAL		0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.37.08	283.817,10
TOTAL		283.817,10

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 28/09/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de setembro de 2015.
 ROBERTO PEDRO PRUDENCIO NETO
 Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
 Procurador Geral do Município

CRISTIANO BITTENCOURT
 Secretário de Orçamento e Gestão

EVANDRO CARNEIRO FLORA
 Chefe Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº. 7.705, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 7.705, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.831 de 17.12.14, a Lei nº 3.772 de 24.10.14, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais), para atender a programação abaixo especificada:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
 30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
 008.0244.0255.2326 Gestão SUAS
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 25.000,00

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social

30.001 Fundo Municipal de Assistência Social

008.0244.0255.2326 Gestão SUAS

3.1.91.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 25.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 30/11/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 30 de novembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDENCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JÚNIOR

Procurador Geral do Município

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete Do Prefeito

EDITAL Nº 022/2015 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 022/2015

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.270/98, 3248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de PROFESSOR, em caráter temporário a fim de atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação na Secretaria Municipal de Educação, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.

1.2- O Processo Seletivo terá por critério de seleção a apresentação de títulos, tempo de serviço e cursos de formação na área de educação.

1.3- O prazo de validade do presente Processo Seletivo será de 01(um) ano.

1.4- Considerando o disposto no art. 1º, V, da Lei Municipal 2.174/97, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público e considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu artigo 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável, e a necessidade da presença de professores nas unidades escolares é fundamental para o bom atendimento da população, o presente Processo Seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores.

2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO

2.1 – Preencher com os requisitos de escolaridade para cada cargo, conforme estipulado;

2.2 - Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

2.3 – Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, na data da contratação;

2.4 - Estar em dia com as obrigações eleitorais;

2.5 - Estar em dia com as obrigações militares (para sexo masculino);

2.6 - Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;

2.7. - Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art. 37, XVI, “c”, da Constituição Federal.

3- DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES

3.1 O candidato deverá ler atentamente o Edital do Processo Seletivo;

3.2 As inscrições serão realizadas exclusivamente no site da Secretaria de Educação (www.educacao.brusque.sc.gov.br), no período de 18:00h do dia 30 de novembro de 2015 às 14h do dia 09 de dezembro de 2015;

3.3 Para inscrever no processo seletivo é requisito não ter punição em esfera administrativa, no âmbito municipal.

3.4 Ao candidato é permitido inscrever-se para até 2 (dois) segmentos ou disciplinas.

3.5 O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas;

3.6 Imprimir a ficha de inscrição;

3.7 A Secretaria de Orçamento e Gestão não se responsabiliza por quaisquer problemas técnicos que possam provocar a “não inscrição do candidato”, sendo este o único responsável por procurar meios para fazer a inscrição;

3.8 Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

4- DOS CARGOS E DAS VAGAS

4.1- O Processo Seletivo visa a contratação para preencher as vagas temporárias para atuação nas áreas abaixo especificadas, para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores.

PROFESSORES HABILITADOS

Professor de Educação Infantil
85 vagas + C.R.

C.R= Cadastro de reserva

Ensino fundamental- Anos iniciais
35vagas + C.R.

C.R= Cadastro de reserva

PROFESSORES HABILITADOS**ENSINO FUNDAMENTAL: ANOS FINAIS**

Cargos	Vagas
Professor de Língua Portuguesa	3 vagas + C.R.
Professor de Matemática	7 vagas + C.R.
Professor de Historia	4 vagas + C.R.
Professor de Geografia	5 vagas + C.R.
Professor de Arte	16 vagas + C.R.
Professor de Língua Estrangeira Inglês	4 vagas + C.R.
Professor de Ensino Religioso / Filosofia	5 vagas + C.R.
Professor de Ciências	2 vagas + C.R.

C.R= Cadastro de reserva

PROFESSORES HABILITADOS**SEGMENTO: ENSINO MÉDIO**

Cargos	Vagas
Professor de Língua Portuguesa – Literatura Brasileira	1 vaga + C.R.
Professor de Língua Estrangeira – Inglês	1 vaga + C.R.
Professor de Língua Estrangeira – Espanhol	1 vaga + C.R.
Professor de Matemática	1 vaga + C.R.
Professor de História	1 vaga + C.R.
Professor Geografia	1 vaga + C.R.
Professor de Arte	1 vaga + C.R.
Professor de Química	1 vaga + C.R.
Professor de Física	1 vaga + C.R.
Professor de Biologia	1 vaga + C.R.
Professor de Filosofia	1 vaga + C.R.
Professor de Sociologia	1 vaga + C.R.
Professor de educação física	1 vaga + C.R.

C.R= Cadastro de reserva

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA- HABILITADO (Educação infantil e Ensino Fundamental)

Professor de Educação Física	30 vagas + C.R.
------------------------------	-----------------

C.R= Cadastro de reserva

EDUCAÇÃO ESPECIAL- HABILITADO

Professor de Educação Especial	3 vagas + C.R.
Professor de Educação Especial (intérprete)	1 vagas + C.R.

C.R= Cadastro de reserva

BIBLIOTECA

Cargos	Vagas
Professor para os Programas de Leitura e Pesquisa	10 vagas + C.R.

C.R.= Cadastro de reserva

EJA- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Cargos	Vagas
Professor de Língua Portuguesa – Literatura Brasileira	1 vaga + C.R.
Professor de Língua Estrangeira – Inglês	1 vaga + C.R.
Professor de Matemática	1 vaga + C.R.
Professor de História	1 vaga + C.R.
Professor Geografia	1 vaga + C.R.
Professor de Arte	1 vaga + C.R.
Professor de Religião/ Filosofia	1 vaga + C.R.
Professor de Ciências	1 vaga + C.R.

C.R.= Cadastro de reserva

5. - DA LISTA DE INSCRIÇÃO E DOS RECURSOS

5.1. - A lista dos candidatos inscritos será divulgada em 09 de dezembro de 2015, em ordem alfabética sem classificação, no site da Secretaria de Educação (www.educacao.brusque.sc.gov.br), bem como no Site da Prefeitura (www.brusque.sc.gov.br) e afixada no mural da Prefeitura.

5.2. - O candidato poderá interpor recurso do resultado da lista de inscrição, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) que deseja contestar sob pena de não ser admitido seu recurso, que deverá ser apresentado na Secretaria de Educação, Setor de Gestão de Pessoal, no dia 10 de dezembro de 2015.

5.3 - A lista dos candidatos inscritos pós o recurso será divulgada em 11 de dezembro de 2015, em ordem alfabética sem classificação, no site da Secretaria de Educação (www.educacao.brusque.sc.gov.br), bem como no Site da Prefeitura (www.brusque.sc.gov.br) e afixada no mural da Prefeitura.

6. - DO PERÍODO, HORÁRIO, LOCAL DE ENTREGA E DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO

6.1. - A documentação deverá ser entregue sob protocolo, nos dias 30 de novembro de 2015 ao dia 09 de dezembro de 2015, no horário das 08:00h às 11:30 e 13:30 às 17:00horas, junto ao CMID (Centro Municipal de Inclusão Digital), na Arena Brusque.

6.2. - A documentação a ser entregue deverá estar em envelope pardo no formato 26 x 36, com etiqueta colada no canto superior direito contendo o nome do candidato.

6.3. - O candidato inscrito deverá apresentar, uma cópia dos seguintes documentos, na seguinte ordem:

- Ficha de inscrição on-line;
- Certidão/atestado de tempo de serviço no magistério, Municipal, Estadual ou particular, expresso em anos e meses. No caso de tempo de serviço prestado para a Administração Pública Municipal de Brusque, esta poderá ser comprovada por meio da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social; considerado até a data de publicação do edital (até 30/10/2015).
- Certidão da Secretaria de Educação do Estado de origem ou chefia regional, quando se tratar de Magistério Público de outros Estados;
- Curso de formação e/ou atualização nos segmentos ou disciplinas em que pretende atuar, frequentados nos anos de 2013, 2014 até a data de 30/10/2015; Não serão contabilizadas as horas de formação, de cursos de atualização e especialização em andamento;
- Diploma ou Certificado de curso superior de licenciatura, diploma ou Certificado de curso de pós-graduação/doutorado na disciplina específica ou na área da educação, pós-graduação/mestrado na disciplina específica ou na área da educação, pós-graduação/especialização na disciplina específica ou na área da educação que pretende atuar, com os respectivos históricos escolares ou carteira do MEC, compatíveis com a disciplina e segmento que pretende atuar, ou declaração de conclusão de curso com a respectiva data de colação de grau emitida pela instituição formadora;

6.4. - Habilitação:

- Considera-se habilitado para o exercício do magistério, o candidato com Licenciatura em Pedagogia para os segmentos de Educação Infantil e Anos Iniciais para o qual fez a sua inscrição. Para os Anos Finais, EJA e Ensino Médio o candidato deverá apresentar Licenciatura nas Disciplinas Específicas para o qual fez a sua inscrição.
- Considera-se habilitado para o cargo de Professor com atuação nas salas de Informática Pedagógica, o candidato que tenha Licenciatura com habilitação em Informática ou que tenha Licenciatura, e especialização em Tecnologias Educacionais.
- Considera-se habilitado para o cargo de Professor para os Programas de Leitura e Pesquisa, o candidato que tenha Licenciatura em Pedagogia ou Licenciatura em Língua Portuguesa.
- Considera-se habilitado para o cargo de Professor com atuação na Educação Especial, o candidato que tenha Licenciatura em Educação Especial ou Licenciatura em Pedagogia com habilitação em Educação Especial ou Curso Licenciatura ou Normal Superior acompanhado de curso de especialização (pós-graduação) na área de Educação Especial, com carga horária de 360 horas/aulas.

7. - DA VALIDAÇÃO:

7.1- A Comissão realizadora do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de servidores para a Secretaria de Educação fará análise da documentação entregue, validando as inscrições.

8. - DA CLASSIFICAÇÃO

8.1.- A classificação dar-se-á, seguindo os critérios abaixo especificados:

8.2 - Não será computado "tempo de serviço no magistério", o tempo de serviço do servidor aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação;

8.3 - Para efeito de pontuação relativa ao tempo de serviço no magistério não será considerada sobreposição de tempo nos documentos apresentados;

8.4- a) Habilitação :

Especificação do Título	Comprovantes	Pontuação
Habilitação Licenciatura e doutorado na disciplina na área da educação e/ou disciplina específica	Diploma ou Certificado de pós-graduação/doutorado na área da educação e/ou disciplina específica.	70
Habilitação Licenciatura e mestrado na disciplina na área da educação e/ou disciplina específica	Diploma ou Certificado de pós-graduação/mestrado na área da educação e/ou disciplina específica.	60
Habilitação Licenciatura e especialização na disciplina na área da educação e/ou disciplina específica (com carga horária mínima de 360 horas)	Diploma ou Certificado de pós-graduação/especialização na área da educação e/ou disciplina específica.	50
Habilitação Licenciatura na área ou disciplina específica	Diploma ou Certificado de graduação.	40
Habilitação Licenciatura curta, na disciplina específica.	Diploma ou Certificado de graduação.	40
Habilitação Magistério (ensino médio)	Diploma ou Certificado de conclusão no Ensino Médio com habilitação em magistério.	15
Não habilitado, cursando graduação na área da educação ou disciplina específica a partir da 5ª fase	Declaração do corrente ano, relativa à frequência em curso superior de licenciatura, cujo curso seja na área e na disciplina que pretende atuar.	10
Não habilitado, cursando graduação na área da educação ou disciplina específica até 4ª fase	Declaração do corrente ano, relativa à frequência em curso superior de licenciatura, cujo curso seja na área e na disciplina que pretende atuar.	5
Não habilitado, graduados em cursos que não são de licenciatura	Diploma ou Certificado de conclusão de curso superior, que não seja de licenciatura.	5
Não habilitado, cursando graduação em cursos que não são de licenciatura a partir da 5ª fase	Declaração do corrente ano, relativa à frequência em curso superior.	4
Não habilitado, cursando graduação em cursos que não são de licenciatura até 4ª fase	Declaração do corrente ano, relativa à frequência em curso superior.	3

b) Horas de Curso

Descrição	Pontuação
Para cada 40h de curso de (formação) aperfeiçoamento na área de Educação, limitadas à 200 horas	1
Para cada 40h de curso de (formação) aperfeiçoamento na área de Educação, limitadas à 200 horas, na qualidade de instrutor.	2
Para candidatos inscritos na disciplina de Ensino Religioso, para cada 40h de curso de (formação) aperfeiçoamento na área de Educação sobre Direitos Humanos e/ou Ensino Religioso, limitadas à 200 horas	2

c) Tempo de Serviço no magistério

Descrição	Pontuação
Por mês de serviço de docência no magistério público municipal, estadual e/ou privado considerado até a data de publicação do edital ou até 30/10/2015	0,1

Obs: Não será computado tempo de serviço do servidor aposentado.

8.5 - Para cálculo da pontuação será utilizada a seguinte fórmula:

PF = PMH + PCA + PTS Na qual:

PF= Pontuação Final;

PMH = Pontuação de Maior Habilitação;

PCA = Pontuação dos cursos de aperfeiçoamento;

PTS = Pontuação do Tempo de Serviço;

9 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1- Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

9.2- Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios de desempate:

a) Maior habilitação na disciplina ou área em que pretende atuar;

b) Maior número de horas em curso vinculado ao segmento/disciplina que pretende atuar; c) Maior tempo de serviço no magistério.

d) Na persistência do empate o critério a ser utilizado será o maior tempo de serviço no magistério municipal.

10 - DO RESULTADO

10.1. - A divulgação do resultado preliminar do Processo Seletivo será no dia 17 de dezembro de 2015 a saber:

a) As listas dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão publicadas no site da Prefeitura de Brusque, site da Secretaria Municipal de Educação e afixadas no mural da Prefeitura em dois grupos distintos: grupo dos habilitados por segmento ou disciplina e o grupo não habilitado por segmento ou disciplina.

11 - DO RECURSO

11.1.- O candidato poderá interpor recurso contra o resultado da classificação preliminar do Processo Seletivo. O recurso deverá ser entregue na Secretaria Orçamento e Gestão setor de Recursos Humanos, sito na Praça das Bandeiras, nº 77, Centro, Brusque/SC (Sede da Prefeitura Municipal) , no dia 18 de dezembro de 2015, no seguinte horário: das 12h00min às 18h00min.

11.2. – O recurso, cujo modelo encontra-se disponibilizado no Anexo IV do presente Edital, para ser aceito deverá ser fundamentado e assinado pelo candidato, apontando com clareza o(s) ponto(s) da sua irresignação, sob pena de ser, preliminarmente, indeferido.

11.3. – Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico, tampouco será aceito recurso fora da data especificada no item 11.1; todavia, será admitida a interposição de recurso por intermédio de procurador, munido de procuração com poderes específicos para esse ato.

11.4.- A divulgação dos resultados finais será realizada no dia 23 de dezembro de 2015.

12 - DA REMUNERAÇÃO:

12.1.– Valor do Salário base para 40 horas semanais:

Habilitação	Valor
Licenciatura	R\$ 2.059,80 (mais R\$ 150,00 auxílio alimentação)
Licenciatura com pós-graduação Especialização em área afim	R\$ 2.368,76 (mais R\$ 150,00 auxílio alimentação)
Licenciatura com Mestrado em área afim	R\$ 2.724,08 (mais R\$ 150,00 auxílio alimentação)
Licenciatura com Doutorado em área afim	R\$ 2.860,28(mais R\$ 150,00 auxílio alimentação)
Habilitação em Magistério (normal médio)	R\$ 1.917,78(mais R\$ 150,00 auxílio alimentação)
Professor Não habilitado	R\$ 1.278,49 (mais R\$ 220,00 auxílio alimentação)

12.2. - Não haverá avanço funcional na vigência do contrato.

13- DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONTRATAÇÃO

13.1- O candidato deverá apresentar, no ato da contratação, CÓPIA dos seguintes documentos:

- CTPS (folhas da identificação);
- PIS;
- CPF;
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor;
- Comprovante de residência;
- Certidão de casamento ou nascimento conforme o caso;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Comprovação relativa a quitação militar;
- Certidão de quitação eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral (www.tre-sc.gov.br);
- Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (anexo I deste Edital);
- Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício do cargo ou função pública, fornecida pelo candidato (anexo II deste Edital);
- Declaração de bens (anexo III deste Edital);
- Certificado Escolar;
- Foto 3X4.

14 – DO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

14.1 Os candidatos classificados serão comunicados para agendamento da data e local para a realização do exame médico admissional, por ocasião da contratação.

15- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a

serem estabelecidos pela Secretaria de Educação.

15.2- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

15.3- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.

15.4- O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

15.5- O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.

15.6- O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

15.7- A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

15.8- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 30 de novembro de 2015.

1. IVANOR DE MENDONÇA
Secretário Municipal da Educação

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:				
Casa, apartamento ou terreno				
Endereço		Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
Veículo				
Tipo	Ano	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
Outros				

Fontes de renda

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Local e data: _____

Assinatura

ANEXO II

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade número _____, inscrito(a) no CPF sob o número

_____, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de _____ deste Poder.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque/SC, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

1.
2. ANEXO III
D E C L A R A Ç Ã O

_____, portador (a) da carteira de identidade número _____, inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos que no exercício de cargo ou função pública, não soufri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque/SC, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

ANEXO IV

2. FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO RECURSO

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO Nº _____, publicado pelo edital nº _____, realizado pela Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Brusque.

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____, requerimento da inscrição nº _____, para concorrer a uma vaga no Processo Seletivo Edital nº _____, a ser prestado para a Secretaria Municipal de Educação, para o cargo de _____, apresento recurso junto à Secretaria Municipal de Educação, contra decisão da Banca do referido Processo Seletivo.

I. Do objeto de recurso:

_____ (explicitar a decisão que está contestando).

II. Dos argumentos do recurso:

III. Dos anexos de suporte para recurso (opcional):

Brusque, de de 2015

_____ Assinatura do candidato

RECEBIDO em /...../

ANEXO V

PROTOCOLO DE ENTREGA DOCUMENTOS

NOME DO CANDITADO: _____

Recebido em ____/____/____ por: _____

() Ficha de inscrição on-line;

() Certidão/atestado de tempo de serviço no magistério, Municipal, Estadual ou particular, expresso em anos e meses. No caso de tempo de serviço prestado para a Administração Pública Municipal de Brusque, esta poderá ser comprovada por meio da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social; considerado até a data de publicação do edital (ou até 30/10/2015)

() Certidão da Secretaria de Educação do Estado de origem ou chefia regional, quando se tratar de Magistério Público de outros Estados;

() Curso de formação e/ou atualização nos segmentos ou disciplinas em que pretende atuar, frequentados nos anos de 2013, 2014 até a data 30/10/2015; Não serão contabilizadas as horas de formação, de cursos de atualização e especialização em andamento;

() Diploma ou Certificado de curso superior de licenciatura na disciplina específica ou na área da educação que pretende atuar, com os respectivos históricos escolares ou carteira do MEC, compatíveis com a disciplina e segmento que pretende atuar, ou declaração de conclusão

de curso emitida pela instituição formadora;

() Diploma ou Certificado de curso de pós- graduação / doutorado na disciplina específica ou na área da educação; pós-graduação/mestrado na disciplina específica ou na área da educação; pós-graduação/especialização na disciplina específica ou na área da educação que pretende atuar, com os respectivos históricos escolares ou carteira do MEC, compatíveis com a disciplina e segmento que pretende atuar, ou declaração de conclusão de curso emitida pela instituição formadora;

EDITAL Nº 023/2015 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 023/2015

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.270/98, 3248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário a fim de atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação na Prefeitura Municipal de Brusque, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.

1.2- Os cargos, as vagas, carga horária, habilitação e remuneração estão especificados no quadro constante do item 7 deste edital.

1.3- O exercício da função poderá exigir a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados, bem como a prestação de serviço externo e desabrigado; atendimento ao público.

1.4- O Processo Seletivo terá por critério de seleção o tempo de serviço em atividades correlacionadas ao cargo.

1.5- O prazo de validade do presente Processo Seletivo será de 01 (um) ano.

1.6- O presente processo seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores.

2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO

2.1- Ter ensino fundamental incompleto.

3- DO PERÍODO, HORÁRIO, LOCAL DE ENTREGA E DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO

3.1 O candidato deverá ler atentamente o Edital do Processo Seletivo;

3.2 As inscrições serão realizadas no site da Secretaria de Educação (www.educacao.brusque.sc.gov.br), no período de 18:00h do dia 30 de novembro de 2015 às 14h do dia 09 de dezembro de 2015. Caso o candidato não tenha acesso a internet poderá realizar a inscrição em qualquer unidade escolar da rede municipal.

3.3 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas.

3.4 O candidato inscrito deverá entregar sob protocolo, nos dias 30 de novembro de 2015 ao dia 09 de dezembro de 2015, no horário das 08:00h às 11:30 e 13:30 às 17:00horas, junto ao CMID (Centro Municipal de Inclusão Digital), na Arena Brusque, uma cópia dos seguintes documentos:

a) Ficha de inscrição;

b) Certidão de tempo de serviço/declaração ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (folhas que comprovem tempo de serviço), expresso em anos e meses considerado até a data de publicação do edital (30/10/15).

3.5 A Secretaria de Orçamento e Gestão não se responsabiliza por quaisquer problemas técnicos que possam provocar a “não inscrição do candidato”, sendo este o único responsável por procurar meios para fazer a inscrição.

3.6 Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

4- DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONTRATAÇÃO

4.1- O candidato deverá apresentar, no ato da contratação, CÓPIA dos seguintes documentos:

a) CTPS (folhas da identificação);

b) PIS;

c) CPF;

d) Carteira de Identidade;

e) Título de Eleitor;

f) Comprovante de residência;

g) Certidão de casamento ou nascimento conforme o caso;

h) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

i) Comprovação relativa a quitação militar;

j) Certidão de quitação eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral (www.tre-sc.gov.br);

- k) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (anexo I deste Edital);
 l) Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício do cargo ou função pública, fornecida pelo candidato (anexo II deste Edital);
 m) Declaração de bens (anexo III deste Edital);
 n) Certificado Escolar;
 o) Foto 3X4.

5- DA LISTA DE INSCRIÇÃO

5.1 - A lista dos candidatos inscritos será divulgada em 09 de dezembro de 2015, em ordem alfabética sem classificação, no Site da Prefeitura (www.brusque.sc.gov.br), e afixada no mural da Prefeitura.

4.2. - O candidato poderá interpor recurso do resultado da lista de inscrição, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) que deseja contestar sob pena de não ser admitido seu recurso, que deverá ser apresentado no Setor de Gestão de Pessoal, no dia 10 de dezembro de 2015.

4.3 - A lista dos candidatos inscritos pós o recurso será divulgada em 11 de dezembro de 2015, em ordem alfabética sem classificação, no site da Secretaria de Educação (www.educacao.brusque.sc.gov.br), bem como no Site da Prefeitura (www.brusque.sc.gov.br) e afixada no mural da Prefeitura.

6- DOS REQUISITOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

- 6.1- Ter o ensino fundamental incompleto, cuja comprovação dar-se-á por meio da apresentação do histórico escolar ou, no caso de candidato formado, pelo certificado de conclusão de curso;
 6.2 - A nacionalidade brasileira ou equiparada;
 6.3- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
 6.4 - Apresentar comprovante de quitação eleitoral;
 6.5- Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;
 6.6- Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;
 6.7- Ter sido aprovado em todas as etapas do processo seletivo;
 6.8- Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art.37, XVI, "c" da Constituição Federal;

7- DOS CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	REMUNERAÇÃO
Servente de Serviços Gerais	90+ C.R.	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto	R\$ 1065,41 (mais R\$ 220,00 auxílio alimentação)

C.R.= Cadastro de reserva

8- DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO

8.1- Servente de serviços gerais:

8.1.1 - Atribuições:

- Contribuir com a ordem e a limpeza das repartições públicas, no que se refere tanto à área interna quanto externa, através da limpeza e conservação dos mesmos, mantendo as condições de asseio e higiene requeridas, assim como realizar a limpeza de materiais, equipamentos, brinquedos, entre outros.
- Manter fora do alcance de crianças produtos químicos e utensílios que coloquem em risco a vida das mesmas quando atuando em escolas e/ou creches.
- Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.
- Preparar e servir café, contribuindo com o bem-estar dos indivíduos.
- Garantir a continuidade do processo de higienização e manutenção do ambiente e instalações, através do pedido, recepção, conferência, controle e distribuição do material de consumo, limpeza e outros, bem como através do seu correto uso e conservação.
- Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

9- DA CLASSIFICAÇÃO E DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

9.1- Estará classificado o candidato que comprovar, no mínimo, 02 (dois) meses de exercício no cargo para o qual se inscreveu, comprovando o tempo de trabalho por meio de declaração, certidão de tempo de serviço (em papel timbrado) devidamente assinada pelo responsável pela emissão do documento (considerado até 30/11/2015), ou cópia dos contratos registrados na CTPS.

9.2- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação, observando-se, para tanto, os critérios de pontuação especificados no quadro abaixo:

Tempo de Serviço	N. Pontos
01 (um) mês completo no cargo ou trabalho em atividade correlacionada ao cargo.	01 ponto

9.3- Será automaticamente desclassificado do certame o candidato que obteve rescisão de contrato de trabalho por justa causa, na Prefeitura Municipal de Brusque.

10- DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1- Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.2- Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios de desempate:

- a) Maior habilitação na disciplina ou área em que pretende atuar;
- b) Maior número de horas em curso vinculado ao segmento/disciplina que pretende atuar; c) Maior tempo de serviço no magistério.
- d) Na persistência do empate o critério a ser utilizado será o maior tempo de serviço no magistério municipal.

11. DO RESULTADO

10.1- As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão divulgadas no dia 17 de dezembro de 2015, através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: www.brusque.sc.gov.br, bem como em listas afixadas no mural da Prefeitura.

12- DOS RECURSOS E DO RESULTADO FINAL

12.1- A contar da data da divulgação do resultado (lista de classificados), o candidato terá 1 (um) dia útil para interpor recurso, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) em que deseja combater, sob pena de não ser admitido seu recurso, os quais deverão ser apresentados na Secretaria Orçamento e Gestão setor de Recursos Humanos, sito na Praça das Bandeiras, nº 77, Centro, Brusque/SC (Sede da Prefeitura Municipal), no seguinte horário: das 12h00min às 18h00min.

12.2- A divulgação do resultado final será na data de 23 de dezembro de 2015, publicado através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: www.brusque.sc.gov.br, bem como em listas afixadas no mural da Prefeitura.

13 – DO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

13.1 Os candidatos classificados serão comunicados, para agendamento da data e local para a realização do exame médico admissional, por ocasião da contratação.

14- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios legais.

14.2- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

14.3- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.

14.4- O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

14.5- O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.

14.6- O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

14.7- A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

14.8- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 30 de novembro de 2015.

1. IVANOR DE MENDONÇA

Secretário Municipal da Educação

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) da carteira de identidade número _____, inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins de de provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha contratação para o cargo de _____ deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/____/____.

Assinatura do Candidato.

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade número _____, e inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins que, no exercício do cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/____/____.

Assinatura do Candidato.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:				
Casa, apartamento ou terreno				
Endereço		Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
Veículo				
Tipo	Ano	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual
Outros				

Fontes de renda

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Local e data: _____

Assinatura

ANEXO IV

2. FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO RECURSO

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO Nº _____, publicado pelo edital nº _____, realizado pela Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Brusque.

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____, requerimento da inscrição nº _____, para concorrer a uma vaga no Processo Seletivo Edital nº _____, a ser prestado para a Secretaria

Municipal de Educação, para o cargo de, apresento recurso junto à Secretaria Municipal de Educação, contra decisão da Banca do referido Processo Seletivo.

I. Do objeto de recurso:

..... (explicitar a decisão que está contestando).

II. Dos argumentos do recurso:

III. Dos anexos de suporte para recurso (opcional):

Brusque, de de 2015

..... Assinatura do candidato

RECEBIDO em /...../

ANEXO V

PROTOCOLO DE ENTREGA DOCUMENTOS

NOME DO CANDIDATO: _____

Recebido em ____/____/____ por: _____

() Ficha de inscrição on-line;

() Certidão de tempo de serviço/declaração ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (folhas que comprovem tempo de serviço), expresso em anos e meses considerado até a data de publicação do edital (30/11/15).

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2015

Extrato de anulação. Pregão n. 078/2015. Processo licitatório n. 126/2015. Objeto: aquisição de combustíveis para o abastecimento da frota municipal. Fundamento legal: art. 49 da Lei 8.666/93; Súmulas n. 346 e 473 do STF. Brusque (SC), 24 de novembro de 2015. Signatário: Cristiano Bittencourt, Secretário de Orçamento e Gestão.

LEI Nº 3.942, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

LEI nº 3.942, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e especial no Orçamento do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 1.760.500,00 (um milhão, setecentos e sessenta mil e quinhentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0005.2002Manutenção do Gabinete Prefeito e Assessoria

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 750,00

03.00 Procuradoria Geral do Município

03.001 Procuradoria Geral do Município

0014.0422.0210.2311Manutenção do Procon Municipal

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 3.100,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 4.150,00

0004.0062.0005.2005Manutenção da Procuradoria Geral do Município

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 140.700,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.300,00
 04.00 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
 04.001 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
 0004.0122.0005.2308Manutenção das Ativ. da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 44.100,00
 05.00 Secretaria de Comunicação Social
 05.001 Secretaria de Comunicação Social
 0004.0131.0145.2006Manutenção da Secretaria de Comunicação Social
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 42.600,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.800,00
 09.00 Secretaria Municipal de Educação
 09.001 Secretaria Municipal de Educação
 0012.0365.0020.2020Manutenção da Educação Infantil
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
 VALOR R\$ 200.000,00
 10.00 Secretaria Municipal de Turismo
 10.001 Secretaria Municipal de Turismo
 0023.0695.0170.2310Manutenção da Secretaria de Turismo
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 141.000,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.700,00
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 100.000,00
 10.002 Fundo Municipal de Desenvovl. Turístico
 0023.0695.0170.2237Infra Estrutura, Apoio e Fomento ao Desenvovl. Turístico
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.600,00
 11.00 Secretaria de Desenvovl. Econômico Trabalho e Renda
 11.001 Secretaria de Desenvovl. Econômico Trabalho e Renda
 0022.0122.0165.2026Manut. Secretaria de Desenvovl. Econômico Trabalho e Renda
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 6.000,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 3.300,00
 13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 0015.0451.0125.2036Manuencão e Melhorias do Sistema Viário
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 13.800,00
 0015.0452.0125.2037Manutenção Geral da Secretaria de Obras
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 21.500,00
 0015.0452.0305.2040Manutenção e Implantação da Iluminação Pública
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 100,00
 0015.0452.0305.2066Manutenção de Praças e Jardins
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 17.500,00
 14.00 Encargos Gerais do Município
 14.001 Encargos Gerais do Município
 0028.0846.0180.2048Pasep e Outras Obrigações Tributárias
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 100.000,00
 15.00 Secretaria de Assist. Social e Habitação
 15.001 Secretaria de Assist. Social e Habitação
 0008.0243.0108.2231Manut. Conselho Tutelar e dos Direitos da Criança
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 11.600,00
 15.003 Fundo Municipal Habitação e Interesse Social
 0004.0122.0005.2322Gestão Fundo – FHIS
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 10.300,00
 19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
 19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
 0004.0121.0010.2015Manutenção do Depto. De Finanças e Contabilidade
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 4.100,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 3.600,00
 0004.0122.0225.2008Manutenção do Depto. De Suprimentos, Compras e Licitações
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 8.300,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 7.700,00
 0004.0122.0225.2011Manutençãodo Depto. De Recursos Humanos
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.000,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.800,00
 0004.0122.0005.2013Manutenção da Administração Geral
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 91.100,00
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 230.650,00
 0004.0126.0250.2033Manutençãodo Centro de Tecnologia da Informação
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.500,00
22.00 Fundação Municipal de Esportes
22.001 Fundação Municipal de Esportes
0027.0812.0070.2065Manut. Atividades da Fundação Municipal de Esportes
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 60.000,00
23.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
23.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0004.0452.0135.2318Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 4.600,00
0006.0452.0325.2303Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 124.600,00
23.00 Secretaria da fazenda
23.001 Secretaria da fazenda
0004.0129.0010.2014Manutenção do Depto. De Tributação e Fiscalização
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 32.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 54.050,00
30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
008.0244.0255.2250 Economia Solidária
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00
008.0244.0255.2325 Brusque Carinhosa
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.000,00
008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 80.000,00
008.0244.0255.2328 Alta Complexidade
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 13.000,00
40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
0018.0541.0160.2252Manut. Da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 110.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 6.100,00
0023.0695.0170.2255Reforma e Manutenção do Teleférico
01.34.54 Transf. De Convênios da União - Outros
VALOR R\$ 27.500,00
65.00 Fundação Cultural de Brusque
65.001 Fundação Cultural de Brusque
0013.0122.0060.2221Manutenção Administrativa da Fundação Cultural
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas

Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 2.000,00

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1º desta Lei, decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0005.2002Manutenção do Gabinete Prefeito e Assessoria

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 38.000,00

02.003 Fundo Municipal de Defesa Civil

0006.0182.0230.2035Manutenção das Ações da Defesa Civil

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 19.000,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 4.000,00

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0365.0020.1005Construção, Ampliação e Reforma Escolas Esino Infantil

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 47.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 32.000,00

0012.0361.0025.1013Construção, Ampliação e Reformas Escolas Ensino Fundamental

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 34.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 52.000,00

0012.0361.0025.1008Ampliação, Construção de Ginásio e Quadras Cobertas

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 18.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 17.000,00

10.00 Secretaria Municipal de Turismo

10.001 Secretaria Municipal de Turismo

0023.0695.0170.2238Promoção e Divulgação de Feiras e Eventos

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 4.500,00

11.00 Secretaria de Desenvol. Econômico Trabalho e Renda

11.002 Depto. De Agricultura e Abastecimento

0020.0606.0155.2028Manut. Depto. De Agricultura e Apoio a Agricultura Familiar

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00
 11.002 Depto. Da Agricultura e Abastecimento
 0020.0601.0155.2031 Programa Produção e Dist. Sementes e Mudas
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 6.000,00
 13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 300.000,00
 4.4.90.00 Aplicação Diretas - Investimentos
 0.1.34.54 Transf. De Convênios – União/Outros
 VALOR R\$ 27.500,00
 0015.0452.0305.2040 Manutenção e Implantação da Iluminação Pública
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.000,00
 0015.0452.0305.2066 Manutenção de Praças e Jardins
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 10.000,00
 0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 100.000,00
 0015.0451.0310.1001 Obras de Infra Estrutura Urbana Projeto tapete Preto
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 93.000,00
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 20.000,00
 3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 307.000,00
 15.00 Secretaria de Assist. Social e Habitação
 15.003 Fundo Municipal Habitação e Interesse Social
 0004.0122.0005.2322 Gestão Fundo – FHIS
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 10.000,00
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 170.000,00
 18.00 Controladoria Geral do Município
 18.001 Controladoria Geral do Município
 0004.0122.0005.2004 Manutenção da Controladoria Geral do Município
 4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 2.000,00
 19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
 19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
 0004.0122.0195.2056 Manutenção da Jsm e Tiro de Guerra
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 18.000,00
 0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 21.000,00
 0004.0126.0250.2033 Manutenção do Centro de Tecnologia da Informação
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.500,00
 21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 130.000,00
 22.00 Fundação Municipal de Esportes
 22.001 Fundação Municipal de Esportes
 0027.0812.0070.2065 Manut. Atividades da Fundação Municipal de Esportes
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 9.000,00
 0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 7.000,00
 30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
 30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
 008.0244.0255.2326 Gestão SUAS
 3.1.91.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 105.000,00
 50.00 Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade
 50.001 Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade
 0015.0122.0005.2018 Manut. Ativ. Do Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 85.000,00
 65.00 Fundação Cultural de Brusque
 65.001 Fundação Cultural de Brusque
 0013.0122.0060.2221 Manutenção Administrativa da Fundação Cultural
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 33.000,00
 75.00 Fundação Municipal de Meio Ambiente
 75.001 Fundação Municipal de Meio Ambiente
 00018.0122.0160.1197 Manutenção Fundo Municipal de Meio Ambiente
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 21.000,00

Art. 3º O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o art. 151 da Lei Orgânica do Município de Brusque.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de novembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
 Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.943, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

LEI nº 3.943, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

Institui a campanha de prevenção aos acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, denominada "Abril Verde", no âmbito do Município de Brusque.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no Município de Brusque, a campanha de prevenção de acidentes do trabalho e de doenças ocupacionais, denominada "Abril Verde", a ser realizada anualmente durante o mês de abril, com o objetivo de sensibilizar a população e a sociedade civil organizada quanto à importância da prevenção dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Parágrafo Único. O símbolo da campanha referida no caput deste artigo será um laço, na cor verde.

Art. 2º Durante o mês de campanha, o objetivo será divulgar os direitos relativos à Segurança e Medicina do Trabalho, assegurados pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que alterou o Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), e pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e Emprego, que aprovou as normas regulamentadoras sobre Segurança e Medicina do Trabalho.

Art. 3º O mês a ser realizado anualmente passa a integrar o calendário oficial de Datas e Eventos do Município de Brusque, ficando as atividades em razão da campanha "Abril Verde" livres e abertas às instituições públicas e privadas, entidades representativas que atuam na prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Parágrafo Único. Durante o mês de que trata esta Lei, o Poder Executivo poderá envidar esforços no sentido de articular, mobilizar e sensibilizar a sociedade civil organizada, bem como a população em geral, através de políticas públicas que levem ao debate e a sensibilizar o combate ao acidente de trabalho e doenças ocupacionais.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de novembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 2409/2015, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 2409/2015, de 24 de setembro de 2015.

""Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 012/2015, instaurado pela Portaria nº1990/2015 e dá outras providências."

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13, RESOLVE:

Considerando as dificuldades técnicas junto ao equipamento de informática do setor, bem como o decurso de tempo para sua regularização;

Considerando a disponibilidade / agendamento da Sala de Comissões, onde agregam-se, mediante programação, todas as demais Comissões Municipais);

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor da servidora ZILENE AVELINO DE CASTRO, vinculado(a) ao regime administrativo, ocupante do cargo de Servente de Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria de Educação desta Municipalidade, portador(a) do CPF nº 667.882.342-72, matrícula nº 690007-02, para apurar os fatos constantes do memorando nº 110/2015/SEME/GP, de 18/07/2015, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, bem como do despacho de 28/07/2015, exarado pelo Diretor de Recursos Humanos desta Municipalidade, tendente a apurar a autoria dos atos infracionais em desfavor do(a) servidor(a) supra-mencionado(a), bem como em verificação de que as condutas praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos 174 (São deveres do servidor), I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função), II (assiduidade), III (pontualidade), VI (observar as normas legais e regulamentares) e VII (cumprir as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais), que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário;

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de setembro de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 2830/2015, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 2830/2015, de 23 de novembro de 2015.

""Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 009/2015, instaurado pela Portaria nº 1989/2015 e dá outras providências."

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13, RESOLVE:

Considerando as dificuldades técnicas junto ao equipamento de informática do setor, bem como o decurso de tempo para sua regularização;

Considerando a disponibilidade / agendamento da Sala de Comissões, onde agregam-se, mediante programação, todas as demais Comissões Municipais);

Considerando o fato de a servidora ora indiciada encontrar-se residindo em Município diverso e com dificuldades de comunicação;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor da servidora SABRINA ABRAMOVICZ, ocupante do cargo de Educador Social, lotada na Secretaria de Educação desta Municipalidade, portadora do CPF nº 077.518.079-38, matrícula nº 4177622-01, para apurar os fatos constantes do memorando nº 004/2015, de 09/07/2015, encaminhado pela Diretoria do CEI EEF Alberto Pretti, bem como do despacho de 28/07/2015, exarado pelo Diretor de Recursos Humanos desta Municipalidade, tendente a apurar a autoria dos atos infracionais em desfavor da servidora supra-mencionada, bem como em verificação de que as condutas praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos 174 (São deveres do servidor), II (assiduidade) e III (pontualidade); e 175 (Ao servidor público é proibido), I (ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato), que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário;
Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de novembro de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.633

DECRETO Nº 6.633, de 30 de novembro de 2015.

Nomeia o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, de conformidade com a Lei nº 3.246, de 21/09/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMPCD, Biênio 2015/2017, de acordo com a Lei nº 3.246, de 21 de setembro de 2015:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

1) Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Titular: Isolete Renon Farias

Suplente: Laisa Regina Chaves

2) Secretaria Municipal de Educação

Titular: Luiz Eduardo Ruppel

Suplente: Luiza Samira Flores Alves

3) Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Vanessa Petrykowski

Suplente: Franciele Carline Zenaro

4) Fundação Municipal de Esportes

Titular: Lucianitta Furlanetto

Suplente: Laís Souza de Moraes

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

1) Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Caçador – APAS

Titular: Paulo Assis Crasnhak Filho

Suplente: Rubens Ribeiro

2) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caçador – APAE

Titular: Neide Trento Yoshida

Suplente: Silmara de Lourdes de Moraes

3) Associação dos Deficientes Visuais Aurélia Bertotto- ADVAB

Titular: Marilene Ruppel Mantovani

Suplente: Samantha Pereira

4) Associação Caçadorenses dos Deficientes Físicos- ACADEF

Titular: Maximino A. da Silva

Suplente: Itamar Sela

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de novembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PARECER COMED Nº 27

Interessado: Autorização de Funcionamento - Creches da Ass. Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS		UF: SC
Assunto: Renovação da autorização de funcionamento da Instituição de Ensino		
Relatora: Maria Clarice Sarturi		
Processo: 007/2015		
Parecer nº 027/2015	Comissão Comissão de Educação Infantil	Aprovado em: 05/11/2015

I. Histórico

Após solicitação do Conselho Municipal de Educação, a Instituição de Ensino encaminhou na data de 31/08/2015 o processo com a documentação para renovação da autorização de funcionamento das Creches: Professor Pardal- situada na Vila Santa Catarina; Pedacinho de Céu - Bairro Martello; Cinderela - Bairro dos Municípios; Educar é Tudo - situada no Bairro Berger; Tio Patinhas - Bairro Gioppo; Pequeno Príncipe - Bairro Berger, Minnie - Bairro Bello e Peter Pan - situada no distrito de Taquara Verde. Essas creches são atendidas pela Instituição ACEIAS, mediante convênio mantido com a prefeitura Municipal de Caçador.

II. Análise

No Mês de agosto a Instituição ACEIAS encaminhou ao Conselho, a documentação solicitada para análise. Sendo feita a análise dos documentos, a Comissão de Educação Infantil está de acordo com o autorização de funcionamento das creches acima citadas, pois constatou-se que os documentos apresentados, estão em conformidade com a Resolução do COMED nº 001/2009, conforme Capítulo II artigo 4º. Portanto as creches: Professor Pardal- situada na Vila Santa Catarina; Pedacinho de Céu - Bairro Martello; Cinderela - Bairro dos Municípios; Educar é Tudo - situada junto à Empresa Viposa no Bairro Berger; Tio Patinhas - Bairro Gioppo; Pequeno Príncipe - Bairro Berger, Minnie - Bairro Bello e Peter Pan - situada no distrito de Taquara Verde, encontram-se legalmente regularizadas para funcionar pelo período de quatro anos a contar da data de publicação deste parecer.

A Instituição responsável ACEIAS fica ciente de que deve renovar anualmente os documentos constantes abaixo e passará por visitas in loco no decorrer do período da autorização. A documentação deve ser devidamente encaminhada ao Conselho Municipal de Educação no início de cada ano letivo.

ü Laudo dos Bombeiros,
ü Alvará de Licença da Prefeitura,
ü Alvará da Vigilância Sanitária,
ü Quadro de funcionários atualizados com as respectivas Carteirinhas de Saúde.

III. Voto da Relatora

A relatora é de PARECER FAVORÁVEL à renovação de funcionamento das creches atendidas pela ACEIAS de Caçador: Professor Pardal- situada na Vila Santa Catarina; Pedacinho de Céu - Bairro Martello; Cinderela - Bairro dos Municípios; Educar é Tudo - situada junto à Empresa Viposa no Bairro Berger; Tio Patinhas - Bairro Gioppo; Pequeno Príncipe - Bairro Berger, Minnie - Bairro Bello e Peter Pan - situada no distrito de Taquara Verde. Este parecer é válido pelo prazo de quatro anos a contar da data de sua publicação.

IV. Decisão do Plenário

Nos termos da Análise, o plenário é de PARECER FAVORÁVEL, ao voto da relatora em 05 de novembro de 2015.

Caçador, 05 de novembro de 2015.

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 130/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 130/2015

TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA.

A Secretaria Municipal de Administração de Campo Alegre, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao interesse público vigente, nos termos da Lei Federal 8.666/93, resolve alterar o Contrato 06/2015, originado do processo licitatório nº 121/2014, modalidade Pregão Presencial, sistema de Registro de Preços, nos seguintes aspectos:

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE e de outro lado a empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, fica convencionado seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ACRESCIMO DE QUANTITATIVO

Acréscimo ao contrato nº 06/2015, a quantidade de 1.023 litros de Óleo Diesel S10, ao valor unitário de R\$ 2,898, totalizando o acréscimo de R\$ 2.964,65, que serão empenhados nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	07.00	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade	07.02	Divisão de Desenvolvimento Econômico
Função	23	Comércio de Serviços
Subfunção	694	Serviços Financeiros
Programa	26	Desenvolvimento e Crescimento Econômico
Projeto	2.109	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Órgão	05.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	05.06	Serviço de Manutenção do Salário Educação
Função	12	Educação
Subfunção	365	Educação Infantil
Programa	13	Salário Educação
Projeto	2.805	Manter e Coordenar Atividades Específicas da Educação
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Esta alteração se faz nos moldes da Lei Federal 8.666/93, e alterações. As demais cláusulas do contrato nº 06/2015 permanecem inalteradas e em vigor.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre - SC, 27 de novembro de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	HANS HARTWIG GEHRMANN Rudipel Rudnick Petróleo Ltda CONTRATADA
---	--

ATA PREGÃO 105/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 105/2015)

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292 reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak munhoz, Pregoeira Municipal e Ana Flávia Marciniak, membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 105/2015, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gasolina comum, óleo diesel, óleo 2 T e óleo motor. Materiais que serão utilizados para manutenção da frota municipal, veículos da Polícia Militar (Convênio Radiopatrulha), Corpo de Bombeiros e roçadeiras de grama (para manutenção de praças e jardins) no exercício 2016. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: AUTO POSTO JK LTDA (CNPJ: 76.856.822/0001-30) e POSTO PLANALTO LTDA (CNPJ: 82.767.575/0001-07). As empresas

licitantes não apresentaram documento que comprova o enquadramento da empresa como micro empresa ou empresa de pequeno porte para valer-se da Lei Complementar 123/2006. As licitantes apresentaram a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação. Passou-se ao credenciamento do licitante, sendo Sr. João Alaor Neneve Cordeiro, representante da empresa AUTO POSTO JK LTDA e Sr. Johni Nogueira representante da empresa POSTO PLANALTO LTDA. Procedeu-se a abertura dos envelopes das propostas. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM, com fixação de valor máximo unitário. Passou-se para a fase de lances conforme valores unitários apresentados na tabela abaixo:

ITEM 01

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICA-ÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Posto Planalto Ltda	3,56	3,52	1ª	Habilitada
Auto Posto JK Ltda	3,569	3,525	----	-----

ITEM 02

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICA-ÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Posto Planalto Ltda	2,92	2,909	1ª	Habilitada
Auto Posto JK Ltda	2,929	2,91		

ITEM 03

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICA-ÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Auto Posto JK Ltda	3,00	3,00	1ª	-----

ITEM 04

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICA-ÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Posto Planalto Ltda	19,90	18,90	1ª	-----
Auto Posto JK Ltda	20,00	19,00	----	---

ITEM 05

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICA-ÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Posto Planalto Ltda	27,90	25,90	1ª	-----
Auto Posto JK Ltda	28,00	26,00	----	---

ITEM 06

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICA-ÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Posto Planalto Ltda	22,90	22,90	1ª	-----
Auto Posto JK Ltda	23,00	23,00	----	---

ITEM 07

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICA-ÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Posto Planalto Ltda	2,70	2,48	1ª	-----
Auto Posto JK Ltda	2,80	2,49	----	---

Em seguida foi aberto o envelope nº 02 "documentos", das licitantes classificadas nos itens. Estando de acordo com o exigido no Edital, a Pregoeira declara a empresa AUTO POSTO JK LTDA vencedora do item 03 e a empresa Posto Planalto Ltda vencedora dos itens: 1,2,4,5,6,7 do Processo Licitatório em epígrafe. Não houve manifestação de intenção de recurso. Nada mais a tratar, encerrou-se a sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA PREGÃO 106/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 106/2015)

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292 reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal e Irineu Woitskovski Júnior, membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 106/2015, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de 91.0000

litros de óleo diesel S10 e 171.000 litros de óleo diesel S500, para manutenção da frota municipal, no exercício 2016. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Rudipel Rudnick Petróleo Ltda (CNPJ 75.415.075/0002-13). A empresa licitante não apresentou documento que comprova o enquadramento da empresa como micro empresa ou empresa de pequeno porte para valer-se da Lei Complementar 123/2006. A licitante apresentou a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação. Passou-se ao credenciamento do licitante, sendo Sr. Hans Hartwig Gehrmann, representante da empresa Rudipel Rudnick Petróleo Ltda. Procedeu-se a abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL, com fixação de valor máximo unitário. A empresa licitante apresentou proposta inicial com o valor global de R\$ 747.940,00 passando aos lances verbais a licitante concedeu desconto, fechando a proposta em R\$ 742.700,00 conforme valores unitários apresentados abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO FIXADO	VALOR INICIAL	VALOR APÓS LANCES
01	91.000	LITRO	Óleo diesel S10	2,92	265.720,00	263.900,00 (2,90 unit.)
02	171.000	LITRO	Óleo diesel S500	2,82	482.220,00	478.800,00 (2,80 unit.)

Em seguida foi aberto o envelope nº 02 "documentos", da empresa primeira classificada. Estando de acordo com o exigido no Edital, o Pregoeiro declara a empresa Rudipel Rudnick Petróleo Ltda vencedora do Processo Licitatório em epígrafe. Não houve manifestação de intenção de recurso. Nada mais a tratar, encerrou-se a sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

DECRETO Nº 9.428 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.428 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, NOMEIA COMISSÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando as informações contidas no Processo Administrativo nº 1523/2015, fls. 03 à 06, acerca de ato, em tese, do Servidor Público Municipal D.A.C., Matrícula Funcional nº 000822, Registro no Sistema sob nº 955493, ocupante do Cargo Público de Motorista e exercendo a Função de Motorista de Transporte de Pessoas;

Considerando que, ao que parece, a autoria e materialidade dos fatos já resta apontada, ainda que minimamente, mas que necessitam de melhor certificação;

Considerando os atos materializados até aqui detém presunção relativa de veracidade;

Considerando ainda, que o interesse maior da Administração Pública Municipal enquanto julgadora de possíveis ilícitos administrativos é a busca da verdade sem prejuízo aos garantidos direitos Constitucionais dos Servidores Públicos Municipais;

É de cautela a instauração do devido Processo Sindicante, uma vez que é o instrumento adequado a apurar a participação do sindicato e de eventuais demais sujeitos ativos, fatos ou cláusulas excludentes que apontem a real ocorrência dos fatos;

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de Setembro de 2002, em seu Capítulo X; DECRETA:

Art.1º) Fica Instaurada Sindicância Administrativa de cunho investigativo, para apurar a veracidade das informações contidas no Processo Administrativo nº 1523/2015 de 25 de Novembro 2015, como também de novos fatos conexos que surgirem inclusive no decorrer do apuratório;

Art.2º) Ficam designados para compor a Comissão da Sindicância Administrativa os seguintes Servidores, efetivos e estáveis, sob a Presidência do primeiro:

PATRICK ONGHERO, detentor da Matrícula Funcional nº 000609 e Registro no Sistema sob nº 955897, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Administração;

MARLI AUGUSTIN, detentor da Matrícula Funcional nº 000379 e Registro no Sistema sob nº 832910, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Finanças;

GABINETE DO PREFEITO

IVONEI FRIEDRICH, detentor da Matrícula Funcional nº 338 e Registro no Sistema sob nº 351650, ocupante do Cargo Público de Motorista e exercendo a Função de Motorista Veículos Leves, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Art.3º) A Comissão deverá observar o que dispõe o Estatuto do Servidor Público Municipal acerca dos procedimentos a serem adotados na presente sindicância, especialmente o disposto no Art. 247 do referido diploma legal, podendo, inclusive, garantir aos sujeitos apresentação de razões, tudo devidamente materializado por escrito.

Art.4º) Os membros da Comissão de que trata o Art. 2º deste Decreto, reunir-se-ão na Sala de Reuniões no Prédio "Manoel Vieira Piske" Anexo da Sede Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco nº 292, Centro neste Município.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de Novembro de 2015.

Art.6º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 30 de Novembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.429 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.429 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação.	
12.365.0013.2.805 -	Manter e Coordenar Atividades Especificas da Educação Infantil	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial de Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação.	
12.365.0013.2.805 -	Manter e Coordenar Atividades Especificas da Educação Infantil	
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 30 de Novembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.301 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.301 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias ao Servidor Público Municipal, LUIZ SILDONIR CARDOSO, Matrícula Funcional nº 000041, Registro no Sistema sob nº 393000, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional II, exercendo a Função de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo 26 de Outubro de 2013 a 25 de Outubro.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 01 de Dezembro de 2015 á 20 de Dezembro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
30 de Novembro de 2015.RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito MunicipalLUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
30 de Novembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito MunicipalLUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 01/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito**PORTARIA Nº 12.302 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.302 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015
CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.


Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público, CRISTIANO CARDOSO DE CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000573, Registro no Sistema sob nº 954745, ocupante do Cargo Público de Odontólogo, exercendo a Função de Odontólogo II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, Licença por motivo de doença, pelo período 23 de Novembro de 2015 a 31 de Março de 2016.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal – Poder Executivo Municipal a partir de 23 de Novembro de 2015 a 07 de Dezembro de 2015, o período de 08 de Dezembro de 2015 a 31 de Março de 2016 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 23 de Novembro de 2015.

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO-5º BIMESTRE - 2015


 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015 Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Orçamentárias		Estágios da Receita Orçamentária					
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO (a-c)	
		-	-	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Receitas Orçamentárias		-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		33.132.736,37	33.132.736,37	5.412.464,12	16,34	27.450.969,83	82,85
RECEITAS CORRENTES		31.080.596,29	31.080.596,29	5.264.750,20	16,94	26.923.638,68	86,63
RECEITA TRIBUTÁRIA		3.440.866,33	3.440.866,33	570.855,32	16,59	3.459.121,29	100,53
Impostos		2.653.133,92	2.653.133,92	526.046,65	19,83	2.872.106,18	108,25
Taxas		777.732,41	777.732,41	43.661,20	5,61	581.001,42	74,70
Contribuição de Melhoria		10.000,00	10.000,00	1.147,47	11,47	6.013,69	60,14
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		1.457.489,60	1.457.489,60	304.635,33	20,90	1.439.218,41	98,75
Contribuições Sociais		857.489,60	857.489,60	144.211,42	16,82	691.713,05	80,67
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico		600.000,00	600.000,00	160.423,91	26,74	747.505,36	124,58
Contribuição de Iluminação Pública		-	-	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL		1.973.018,26	1.973.018,26	573.252,50	29,05	2.139.071,88	108,42
Receitas Imobiliárias		3.451,77	3.451,77	432,00	12,52	672,00	19,47
Receitas de Valores Mobiliários		1.969.566,49	1.969.566,49	572.820,50	29,08	2.138.399,88	108,57
Receita de Concessões e Permissões		-	-	-	-	-	-
Compensações Financeiras		-	-	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público		-	-	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos		-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais		-	-	-	-	-	-
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
Receita da Produção Vegetal		-	-	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados		-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias		-	-	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral		-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação		-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção		-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais		-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS		1.124.509,29	1.124.509,29	200.558,35	17,84	1.013.866,77	90,16
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		22.372.855,07	22.372.855,07	3.496.056,78	15,49	16.383.095,45	82,17
Transferências Intergovernamentais		22.015.725,07	22.015.725,07	3.398.148,94	15,44	16.134.557,98	82,37
Transferências de Instituições Privadas		25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	4.185,82	16,74
Transferências do Exterior		-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas		5.000,00	5.000,00	-	-	-	-
Transferências de Convênios		327.130,00	327.130,00	67.907,84	20,76	244.321,65	74,69
Transferências para o Combate à Fome		-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		711.857,74	711.857,74	149.391,92	20,99	489.294,88	68,73
Multas e Juros de Mora		137.808,46	137.808,46	101.911,92	73,95	208.102,41	151,01
Indenizações e Restituições		303.587,51	303.587,51	23.783,70	7,83	130.346,46	42,94
Receita da Dívida Ativa		270.069,70	270.069,70	23.696,30	8,77	138.216,57	51,18
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS		-	-	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas		392,07	392,07	-	-	12.627,44	3.220,71
RECEITAS DE CAPITAL		2.052.140,08	2.052.140,08	147.713,82	7,20	527.331,15	25,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00	-	0,00	-

Documento gerado em 28/11/2015 10:35:19

Página 1 de 11

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 5º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						SALDO (a-c)
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	2.140,08	2.140,08	0,00		49.350,00	2.305,99	-47.209,92
Alienação de Bens Móveis	2.140,08	2.140,08			49.350,00	2.305,99	-47.209,92
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.050.000,00	2.050.000,00	147.713,92	7,21	477.981,15	23,32	1.572.018,85
Transferências Intergovernamentais	50.000,00	50.000,00	97.718,10	195,44	190.211,60	380,42	-140.211,60
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	2.000.000,00	2.000.000,00	49.995,82	2,50	287.769,55	14,39	1.712.230,45
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Ativ. Prov. de Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.825.645,46	1.825.645,46	288.057,05	15,78	1.493.428,05	81,80	332.218,81
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	34.958.381,83	34.958.381,83	5.700.521,17	16,31	28.944.398,48	82,80	6.013.983,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	34.958.381,83	34.958.381,83	5.700.521,17	16,31	28.944.398,48	82,80	6.013.983,35
DEFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	34.958.381,83	34.958.381,83	5.700.521,17	16,31	28.944.398,48	82,80	6.013.983,35
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)			2.315.200,94		2.315.096,94		
Supervir Financeiro			2.155.200,94		2.155.200,94		
Reabertura de Créditos Adicionais			160.000,00		159.896,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Orçamentárias	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	Estágios da Despesa Orçamentária						DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)
			DESPESAS EMPENHADAS	SALDO (a) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO (b) = (b-c)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	No Bimestre	Até o Bimestre (e)				
Despesas Orçamentárias										
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VI)	33.096.221,57	38.293.481,62	4.511.440,92	26.787.081,41	11.525.480,21	4.882.298,38	24.064.888,15	14.228.592,47	23.995.794,69	0,00
DESPESAS CORRENTES	30.608.215,34	3.729.712,06	24.952.944,43	5.705.270,91	4.963.107,14	22.970.098,52	7.638.118,82	22.901.046,98	22.901.046,98	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.700.988,13	14.737.448,00	2.242.721,71	11.277.073,81	3.460.433,08	2.244.677,51	11.272.221,01	3.460.265,08	11.217.152,14	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	148.688,84	109.828,58	-2.176,67	109.828,58	18.081,74	83.948,84	16.261,74	93.648,84	93.648,84	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.468.538,37	14.889.165,47	13.576.002,94	2.244.837,83	2.482.597,59	11.804.228,67	4.156.811,50	11.556.028,98	11.556.028,98	
DESPESAS DE CAPITAL	4.208.688,61	5.140.311,01	781.727,84	1.865.036,36	4.264.274,03	219.179,84	1.084.772,83	5.094.126,39	1.084.772,83	0,00
INVESTIMENTOS	3.946.087,78	5.862.100,52	792.824,84	1.599.827,15	4.262.273,37	177.150,46	871.592,13	5.010.508,39	871.592,13	

siconfi

Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ:


Exercício: 2015

Período de referência: 5º bimestre

Despesas Orçamentárias	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (a-f)	Estágios da Despesa Orçamentária		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO (i) = (h-f)		
						No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
INVESTIMENTOS FINANCEIROS									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	296.797,83	267.210,49	-11.086,90	265.209,83	2.000,06	42.029,38	223.180,50	44.026,99	223.180,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	219.214,21	219.214,21	0,00		219.214,21				219.214,21
RESERVA DO RPPS	1.316.721,06	1.316.721,06			1.316.721,06				1.316.721,06
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (x)	1.892.160,26	1.926.863,54	288.423,28	1.383.428,52	537.455,32	288.423,28	1.383.428,52	537.455,32	1.383.428,52
SUBTOTAL DAS DESPESAS (x) = (x) + (x)	34.958.381,83	40.214.345,46	4.799.864,20	28.151.409,93	12.062.935,53	5.170.710,26	25.448.297,87	14.786.047,79	25.579.213,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (REFINANCIAMENTO) (x)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas									
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (x) = (x) + (x)	34.958.381,83	40.214.345,46	4.799.864,20	28.151.409,93	12.062.935,53	5.170.710,26	25.448.297,87	14.786.047,79	25.579.213,21
SUPERÁVIT (xii)				962.896,36			3.586.188,81		29.014.388,43
TOTAL (xiii) = (x) + (xii)	34.958.381,83	40.214.345,46	4.799.864,20	29.014.386,46	5.170.710,26	29.014.386,46		54.350.611,69	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao


Receitas Intra Orçamentárias		Estágios da Receita Intra-Orçamentária					
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO (a-c)	
		-	-	No Bimestre (b)	% (b/a)		Até o Bimestre (c)
Receitas Intra Orçamentárias							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		1.825.645,46	1.825.645,46	288.057,05		1.493.428,65	
RECEITAS CORRENTES		1.825.645,46	1.825.645,46	288.057,05		1.493.428,65	
RECEITA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00	0,00		0,00	
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		1.710.031,46	1.710.031,46	288.423,28		1.383.428,65	
Contribuições Sociais		1.710.031,46	1.710.031,46	288.423,28	16,87	1.383.428,65	80,90
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL		0,00	0,00	0,00		0,00	
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00		0,00	
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00		0,00	
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre	

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						SALDO (a-c)
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	115.614,00	115.614,00	-366,23		110.000,00		5.614,00
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições			-22.366,23				
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	115.614,00	115.614,00	22.000,00	19,03	110.000,00	95,14	5.614,00
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Intra-Orçamentárias	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária						DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)
			DESPESAS EMPENHADAS	SALDO (f) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO (i) = (g-i)				
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	No Bimestre	Até o Bimestre (g)				
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	1.862.180,26	1.820.863,84	288.423,28	1.383.426,52	537.455,32	288.423,28	1.383.426,52	537.455,32	1.383.426,52	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.862.180,26	1.820.863,84	288.423,28	1.383.426,52	537.455,32	288.423,28	1.383.426,52	537.455,32	1.383.426,52	0,00
DESPESA DE CAPITAL	1.862.180,26	1.820.863,84	288.423,28	1.383.426,52	537.455,32	288.423,28	1.383.426,52	537.455,32	1.383.426,52	0,00



Systema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2015

Período de referência: 5º bimestre


Despesa Intra-Orçamentária	Exatidão da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (I)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (II)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (II) = (I-I)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (I-I)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (I)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)
			No Bimestre	Até o Bimestre (I)		No Bimestre	Até o Bimestre (I)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										



Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 5º bimestre


RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	


 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias


Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS				Execução de Despesa				SALDO (c) = (a-b)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (c)	% (c/total c)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	33.086.221,27	38.255.461,02	4.511.440,82	26.707.061,41	69,59		11.525.483,21	4.882.288,38	24.094.883,15	64,56	14.238.382,47	0,00
Legislação	650.000,00	650.000,00	62.514,83	467.500,00	1,74		201.987,11	88.613,01	477.233,16	1,88	215.766,84	0,00
Ação Legislativa												
Controle Externo	650.000,00		62.514,83	467.500,00	1,74		201.987,11	88.613,01	477.233,16	1,88	215.766,84	
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária												
Defesa do Interesse Público no Processo Judicial												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa do Orden Jurídico												
Representação Judicial e Extrajudicial												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Administração	2.023.472,57	3.200.027,19	381.502,28	2.760.533,32	9,92		407.455,07	485.939,63	2.542.483,08	9,96	607.544,11	0,00
Planejamento e Organização												
Administração Geral	2.028.819,82	3.231.954,44	265.472,70	1.995.553,13	7,09		326.461,31	329.975,42	1.836.448,94	7,22	485.504,50	
Administração Financeira	821.101,75	862.521,75	115.029,58	768.718,19	2,80		73.803,56	155.584,21	687.771,14	2,74	164.730,61	
Controle Interno												
Normalização e Fiscalização												
Tecnologia da Informação												
Ordenamento Territorial												
Formação de Recursos Humanos	23.051,00	15.551,00	0,00	6.262,00	0,03		7.288,00	0,00	8.262,00	0,03	7.288,00	
Administração de Recursos												
Administração de Compras e Serviços												
Comunicação Social												
Demais Subfunções												
Defesa Nacional	17.128,00	6.423,00	0,00	0,00	0,00		6.423,00	0,00	0,00	0,00	6.423,00	0,00
Defesa Area												
Defesa Naval												
Defesa Terrestre												
Administração Geral												
Demais Subfunções	17.128,00	6.423,00					6.423,00				6.423,00	
Segurança Pública	260.027,42	866.453,01	176.487,25	200.733,23	1,04		358.717,78	74.494,29	151.385,49	0,58	508.165,52	0,00
Policiamento	93.148,80	216.863,13	6.933,71	73.136,17	0,36		142.737,86	7.132,05	59.304,32	0,22	160.558,81	
Defesa Civil	166.878,62	444.589,88	169.553,54	226.596,06	0,78		225.980,92	47.362,24	92.081,17	0,36	248.541,71	
Informação e Inteligência												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas												
Cooperação Internacional												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Auxílio Social	715.102,70	882.947,45	98.339,99	673.204,23	2,39		209.743,22	126.342,68	622.742,39	2,45	260.205,06	0,00
Auxílio aos Menores												
Auxílio ao Portador de Deficiência	250,00	1.204,15	0,00	790,00	0,00		504,15	0,00	790,00	0,00	504,15	
Auxílio à Criança e ao Adolescente	248.274,20	287.121,10	54.118,94	215.476,52	0,77		61.644,78	36.404,58	203.500,27	0,80	82.770,75	
Auxílio à Comunidade	465.178,40	584.622,20	72.216,07	458.027,69	1,62		127.594,29	89.938,12	416.602,82	1,64	165.520,16	
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Providência Social	4.516.554,26	4.516.554,26	394.657,02	1.818.277,07	6,46		2.698.287,19	391.085,05	1.790.375,29	7,04	2.726.188,97	0,00
Providência Social												
Providência de Regime Estatutário	4.516.554,26	4.516.554,26	394.657,02	1.818.277,07	6,46		2.698.287,19	391.085,05	1.790.375,29	7,04	2.726.188,97	
Providência Complementar												
Providência Especial												
Administração Geral												

 siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	Execução de Despesa								SALDO (a) - (b+c)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (d)
			DESPESAS EMPENHADAS				DESPESAS LIQUIDADAS					
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	SALDO (c) - (d+e)	No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)			
Demais Subfunções												
Saúde	6.947.723,03	7.754.080,84	1.078.238,70	5.987.489,06	21,30	1.756.613,78	1.105.172,03	5.274.869,47	20,73	2.479.213,37	0,00	
Atenção Básica	4.468.015,81	4.868.897,73	716.239,43	3.551.512,30	12,44	1.365.385,43	682.494,70	5.337.402,98	13,11	1.532.494,85		
Auxílio-farmacêutico e Ambulatorial	1.111.046,00	1.262.496,00	397.222,27	1.263.742,27	4,49	29.104,23	238.495,48	1.010.362,71	3,87	262.453,79		
Suprimento Farmacêutico e Terapêutico	1.109.630,22	1.372.195,06	28.263,26	1.108.158,79	4,11	216.044,27	223.490,05	871.251,81	3,45	500.943,25		
Vigilância Sanitária	46.312,70	89.991,05	6.963,98	28.467,17	0,03	73.998,26	2.370,09	16.688,87	0,07	80.382,10		
Vigilância Epidemiológica	27.258,80	109.172,00	18.308,35	41.828,83	0,15	67.343,67	6.308,54	28.748,10	0,11	80.424,40		
Alimentação e Nutrição	14.910,00	10.910,00	2.002,68	8.743,10	0,03	2.166,90	2.082,88	8.375,10	0,03	2.534,90		
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador												
Relações de Trabalho												
Emprego/Qualidade												
Fomento ao Trabalho												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Educação	8.597.788,70	11.231.114,86	1.294.234,26	9.385.782,30	20,43	2.945.363,57	1.588.970,30	7.716.153,70	30,32	3.214.991,10	0,00	
Educação Fundamental	5.108.654,58	6.735.094,18	723.232,63	5.685.014,18	20,12	1.072.076,98	1.081.846,51	5.176.865,27	20,34	1.558.205,91		
Educação Médio												
Educação Profissional												
Educação Superior												
Educação Infantil												
Educação de Jovens e Adultos	3.058.214,10	4.145.601,34	442.897,30	3.280.319,70	8,14	1.855.382,34	415.420,80	2.237.118,54	8,79	1.808.483,40		
Educação Especial												
Educação Básica												
Administração Geral												
Demais Subfunções	301.920,00	350.418,74	39.094,53	332.518,40	1,18	17.893,34	62.094,63	332.141,89	1,19	48.276,85		
Cultura	502.857,85	484.059,69	62.191,28	411.797,54	1,45	72.302,15	63.549,10	387.685,58	1,82	96.274,11	0,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico												
Oficina Cultural	502.857,85	484.059,69	62.191,28	411.797,54	1,45	72.302,15	63.549,10	387.685,58	1,82	96.274,11		
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Outros de Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Coletivos e Interligações Sociais												
Outros Individuais, Coletivos e Difusos												
Auxílio-farmacêutico e Ambulatorial												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Urbanismo	4.368.693,94	4.738.538,33	698.180,16	3.439.343,15	8,74	2.279.208,17	465.286,98	2.968.628,87	8,05	2.688.692,30	0,00	
Infra-estrutura Urbana	651.600,00	1.005.472,22	187.450,03	716.860,25	2,55	288.581,03	147.653,54	652.781,02	2,57	352.691,20		
Saneamento Urbano	3.746.259,90	3.733.066,10	510.694,13	1.742.352,86	6,19	1.990.713,24	257.253,44	1.386.847,95	5,49	2.336.218,15		
Transportes Coletivos Urbanos												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Habituação	13.623,00	2.987,15	0,00	2.987,15	0,01	0,00	0,00	2.987,15	0,01	0,00	0,00	
Habituação Rural												
Habituação Urbana	13.623,00	2.987,15	0,00	2.987,15	0,01	0,00	0,00	2.987,15	0,01	0,00	0,00	
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Saneamento	1.280.281,25	1.613.375,13	109.765,38	1.426.653,60	5,06	187.721,53	240.898,17	1.208.533,87	4,75	404.841,46	0,00	
Saneamento Básico Rural												
Saneamento Básico Urbano	1.280.281,25	1.613.375,13	109.765,38	1.426.653,60	5,06	187.721,53	240.898,17	1.208.533,87	4,75	404.841,46		
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Qualidade Ambiental	76.541,84	55.891,70	-10,78	55.880,92	0,20	10,78	904,93	39.717,22	0,16	16.174,48	0,00	
Preservação e Conservação Ambiental	76.541,84	55.891,70	-10,78	55.880,92	0,20	10,78	904,93	39.717,22	0,16	16.174,48		
Controle Ambiental												
Recuperação de Áreas Degradadas												
Recursos Hídricos												
Minerologia												
Administração Geral												
Demais Subfunções												

 siconfi Sistema de Informações Contábil e Financeiro do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS				Execução de Despesa				SALDO (d) - (e-h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (Total (e))	% (Total (d))	No Bimestre	Até o Bimestre (f)	% (dTotal (f))	% (dTotal (d))		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico												
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia												
Órgão do Desenvolvimento Científico e Tecnológico												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Agricultura	673.126,15	620.366,13	38.885,12	478.210,41	1,70	147.150,72	55.553,48	404.856,41	1,83	160.469,72	0,00	0,00
Promoção da Produção Vegetal	5.362,50											
Promoção da Produção Animal												
Defesa Sanitária Vegetal												
Defesa Sanitária Animal												
Abastecimento												
Estabelecimento	687.773,65	620.366,13	38.885,12	478.210,41	1,70	147.150,72	55.553,48	404.856,41	1,83	160.469,72	0,00	0,00
Inspeção												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regulamentação												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Indústria	40.692,00	35.222,40	0,00	35.222,40	0,13	0,00	5.025,80	30.196,60	0,12	5.025,80	0,00	0,00
Promoção Industrial	40.692,00	35.222,40	0,00	35.222,40	0,13		5.025,80	30.196,60	0,12	5.025,80		
Produção Industrial												
Miningeração												
Proteção Industrial												
Normalização e Qualidade												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Comércio e Serviços	180.882,74	225.227,18	187.128,72	315.462,18	1,11	11.778,00	23.742,43	128.246,34	0,50	188.887,31	0,00	0,00
Promoção Comercial	11.889,63	5.000,00	0,00	5.000,00	0,02	0,00	1.000,00	4.000,00	0,02	600,00		
Comercialização												
Comércio Exterior												
Serviços Financeiros	70.000,00	72.322,50	4.418,04	60.804,18	0,22	11.418,31	7.189,27	51.357,44	0,20	28.965,06		
Turismo	89.270,11	247.914,68	182.717,68	247.937,96	0,88	306,69	25.554,16	70.402,45	0,28	177.432,26		
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Fixas												
Telecomunicações												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia												
Energia Elétrica												
Pedágio												
Recomendações												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Transporte	737.210,08	807.343,31	22.361,20	797.982,59	2,83	10.140,72	105.238,04	778.750,26	3,06	28.584,05	0,00	0,00
Transporte Aéreo												
Transporte Rodoviário	737.210,08	807.343,31	22.361,20	797.982,59	2,83	10.140,72	105.238,04	778.750,26	3,06	28.584,05		
Transporte Ferroviário												
Transporte Hidroviário												
Transportes Especiais												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Desporto e Lazer	125.022,24	154.744,50	22.888,18	151.516,75	0,54	3.225,75	33.848,36	138.066,01	0,54	16.676,49	0,00	0,00
Desporto de Rendimento												
Desporto Cultural	85.481,84	120.950,65	21.778,38	117.886,45	0,42	2.870,20	32.827,35	104.738,51	0,41	16.222,14		
Lazer	39.540,40	33.793,85	1.111,80	33.538,30	0,12	205,55	911,00	33.337,50	0,13	496,35		
Administração Geral												
Demais Subfunções												



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado


Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2015

Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			Execução de Despesa			SALDO (d) = (a-b)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total (c))	No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (e/Total (d))		
Encargos Especiais	116.100,00	388.861,33	-13.375,57	284.485,66	1,01	3.000,00	32.880,00	293.600,00	1,03	24.000,00
Reforçamento de Dívida Interna	104.940,40	158.178,39	-13.375,57	157.178,39	0,56	2.000,00	22.000,00	135.178,39	0,53	24.000,00
Reforçamento de Dívida Externa										
Serviço de Dívida Interna	124.243,52	127.682,83	0,00	127.682,27	0,45	0,00	0,00	127.682,27	0,50	0,00
Transferências										
Outros Encargos Especiais										
Transferências para a Educação Básica										
Demais Subfunções										
Reserva de Contingência	219.214,21	219.214,21			0,00				219.214,21	
Reserva de RPPS										
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (g)	1.802.100,26	1.920.883,84	288.420,28	1.363.428,52	4,91	537.455,32	288.420,28	1.363.428,52	5,44	537.455,32
TOTAL (g) = (f + g)	34.608.381,85	42.214.345,45	4.789.894,20	28.151.409,00	100,00	12.082.925,53	5.170.710,28	25.448.207,87	100,00	14.786.947,50

 <small>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</small> TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	31/10/2015
Notas Explicativas	-

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by LUANA TALITA ROCHA:04854775998 Date: 2015.11.28 11:37:50 BRST Perfil: Contador Responsável Instituição: Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC
Assinatura: 2

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Campos Novos

PREFEITURA

REPÚBLICA LEI 4225/15 - ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE

REPUBLICADA EM 27/11/2015

LEI Nº 4.225/2015 DE 25/11/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do SAMAE, no valor de R\$ 359.268,01 (trezentos e cinquenta e nove mil duzentos e sessenta e oito reais e um centavo) nos projetos/atividades abaixo discriminado:

ENTIDADE: 09 – SAMAE CAMPOS NOVOS

ÓRGÃO: 17 – SAMAE – SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO

UNIDADE: 01 – SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

PROJETO ATIVIDADE: 1.037 – Reequipamento do Sistema de Esgoto e Tratamento de Resíduos

Elemento de despesa: 18 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0603 - aplicações diretasR\$ 15.000,00

ENTIDADE: 09 – SAMAE CAMPOS NOVOS

ÓRGÃO: 17 – SAMAE – SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO

UNIDADE: 01 – SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

PROJETO ATIVIDADE: 1.039 – Obras, Reformas e Ampliações do Departamento Administrativo do SAMAE

Elemento de despesa: 06 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0603 - aplicações diretasR\$ 254.268,01

ENTIDADE: 09 – SAMAE CAMPOS NOVOS

ÓRGÃO: 17 – SAMAE – SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO

UNIDADE: 01 – SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

PROJETO ATIVIDADE: 2.060 – Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Água

Elemento de despesa: 22 - 3.1.90.00.00.00.00.00.0603 - aplicações diretasR\$ 90.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes rubricas orçamentárias do orçamento do município:

ENTIDADE: 09 – SAMAE CAMPOS NOVOS

ÓRGÃO: 17 – SAMAE – SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO

UNIDADE: 01 – SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

PROJETO ATIVIDADE: 1.035 – Reequipamento do Departamento Administrativo do SAMAE

Elemento de despesa: 02 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0603 - aplicações diretasR\$ 13.000,00

ENTIDADE: 09 – SAMAE CAMPOS NOVOS

ÓRGÃO: 17 – SAMAE – SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO

UNIDADE: 01 – SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

PROJETO ATIVIDADE: 1.038 – Obras, Ampliação, e Reformas no Sistema de Captação, Trat. e Distr. De Agua

Elemento de despesa: 05 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0603 - aplicações diretasR\$ 346.268,01

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 25 de Novembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS**EXT. CT. 35/2015**

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

Termo do primeiro aditivo ao contrato cno nº. 03/2015
CONTRATO CNO – 35/2015

DATA DE ASSINATURA: 25 de Novembro de 2015.

OBJETO: Aquisição de 75kg de remediador biológico a base de culturas microbianas a ser utilizado no tratamento de esgoto referente a aditivo de 25% do contrato original.

CONTRATADA: Equilíbrio Ambiental Tratamento de Efluentes Ltda.

VALOR: Fica aditivado o valor de R\$ 7.425,00 relativo a 25% do valor original do contrato.

PRAZO: 25.11.2015 à 31.12.2015.

Campos Novos – SC, 25 de Novembro de 2015

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

EXT. TP. 08/2015

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:
1-LICITAÇÃO Nº 31/2015 – TOMADA DE PREÇO Nº 08/2015, tipo MENOR PREÇO POR GLOBAL.

2-OBJETO: Contratação de empresa de engenharia (pessoa jurídica) para a reforma e adequação das instalações existentes da sede do SAMAE, (almoxarifado, oficina, sala de chefias cozinha e demais dependências para suprir a necessidade da autarquia. A obra compreende todos os materiais e serviços constantes no memorial descritivo quantitativos, termo de referencia e projetos anexos, obra localizada na rua Caetano Carlos, nº. 466, centro no município de Campos Novos – SC

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA:As 09:00 hs do dia 16/12/2015, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 304/2015

DECRETO Nº. 304/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVES DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.475 de 16/12/2014 – LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2015, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 01: Câmara de Vereadores

Unidade 01.01: Câmara de Vereadores

Função 1: Legislativa

Subfunção 32: Controle externo

Programa 1: Legislativo eficiente

Atividade 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 50.000,00

Recursos 602 – Rec. ordinários

Atividade 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 40.000,00

Recursos 602 – Rec. ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 01: Câmara de Vereadores

Unidade 01.01: Câmara de Vereadores

Função 01: Legislativa

Subfunção 32: Controle externo

Programa 1: Legislativo eficiente

Atividade 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 90.000,00

Recursos 602 – Rec. ordinários

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 16 de novembro 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento, em 16/11/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 305/2015

DECRETO Nº. 305/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS."

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.717 de 18/11/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.717 de 18/11/2015, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social

Função 8: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária

Programa 10: Assistência social responsável

Atividade 2.069 – Manutenção do Conselho Tutelar

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 2.200,00

Recursos 10000 – Recursos ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social

Função 8: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência comunitária

Programa 10: Assistência social responsável

Atividade 2.069 – Manutenção do Conselho Tutelar

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 2.200,00

Recursos 10000 – Recursos ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de novembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/11/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 306/2015

DECRETO Nº. 306/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.718 de 18/11/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.718 de 18/11/2015, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.024 – Manutenção e ampliação da iluminação pública
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 250.000,00
Recursos 10800 – Contribuição para COSIP

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2014 e a tendência de arrecadação do exercício de 2015, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
10800	2.043.300,00	2.293.300,00	250.000,00
TOTAL			250.000,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de novembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/11/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 307/2015

DECRETO Nº. 307/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO."

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.719 de 18/11/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o artigo 1º da Lei 5.719 de 18/11/2015, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 14: Fundação Municipal de Esportes e Lazer
 Unidade 14.01: Fundação Municipal de Esportes e Lazer
 Função 27: Desporto e Lazer
 Subfunção 812: Desporto comunitário
 Programa 16: Esporte como qualidade de vida
 Atividade 2.032 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 40.000,00
 Recursos 30000 – Recursos Ordinários – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – superávit	40.000,00
TOTAL		40.000,00

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de novembro de 2015.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/11/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 308/2015

DECRETO Nº. 308/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 327,58 m² (Trezentos e vinte e sete metros e cinquenta e oito décimos quadrados), procedido por KARLA DE PAULA E SILVA PEREIRA, situado na Rua Paulo Artner, no Bairro Industrial Nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 36.368, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 30 com área de 297,80 m² e lote nº 37 com área de 29,78 m² (este lote só pode ser vendido ao confrontante), ambos pertencentes à quadra nº 02, conforme requerimento protocolado sob nº. 7530/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de novembro de 2015.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/11/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 309/2015

DECRETO Nº. 309/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.720 de 19/11/2015, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.720 de 19/11/2015, no valor de até R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino fundamental
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 2.007 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 386.629,91
 Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Atividade 2.007 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 203.331,91
 Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Atividade 2.007 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 29.549,59
 Recursos 13600 – Salário Educação – FNDE

Subfunção 365: Educação Infantil
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 2.008 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 324.545,00
 Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Atividade 2.008 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 5.943,59
 Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 365: Educação infantil
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 2.008 – Manutenção e desenvolvimento da educação infantil
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 650.000,00
 Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Subfunção 361: Ensino Fundamental
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 2.005 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 29.549,59
 Recursos 13600 – Salário Educação – FNDE

II)
 Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração Finanças e Orçamento

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração Finanças e Orçamento
 Função 28: Encargos especiais
 Subfunção 846: Outros encargos especiais
 Programa 3: Modernização Administrativa
 Atividade 0.003 – Precatórios e Sentenças Judiciais
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 120.450,41

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

III)

Órgão 10: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Unidade 10.01: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Função 18: Gestão ambiental

Subfunção 541: Preservação e conservação ambiental

Programa 14: Meio ambiente sustentável

Atividade 2.053 – Ações de coleta e destino de resíduos sólidos

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 150.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 19 de novembro de 2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/11/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 310/2015

DECRETO Nº. 310/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 2.118,78 m² (Dois mil, cento e dezoito metros e setenta e oito décimos quadrados), procedido por EVALDO WERNER LEMOS, situado na Rua Rodolfo Emilio Hengst, no Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 17.370, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 03 com área de 333,25 m², lote nº 62 com área de 1.452,28 m² (este só pode ser vendido ao confrontante) e lote nº 63 com área de 333,25 m², todos pertencentes à quadra nº 603, conforme requerimento protocolado sob nº. 6331/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de novembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/11/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 316/2015

DECRETO Nº. 316/2015

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA AS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR INUNDAÇÕES (COBRADE 1.2.1.0.0).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de CANOINHAS - SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, pelo inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e pela Instrução Normativa/MI no 01, de 24 de agosto de 2012,

Considerando que:

- A ocorrência das inundações ocasionadas pelas fortes chuvas que caíram nos últimos 90 dias, atingiram o Município;
- Existe previsão de chuvas para os próximos 90 dias, o que poderá agravar o cenário atual;
- O volume de chuvas ocasionou inundações e prejuízos na agricultura, prejudicando a colheita da safra de inverno, bem como postergando plantio da safra de verão, além de prejuízos com as culturas já plantadas e danificação na malha viária urbana e rural do Município;
- Em decorrência do desastre, existe dificuldade de acesso e de circulação do tráfego, devido às inundações e comprometimentos das ruas localizadas em área urbana e em estradas rurais com a destruição de pontes e bueiros, prejudicando o transporte escolar, de insumos e produtos agrosilvopastoris, conforme FIDE em anexo;
- A recomendação da Comissão de Defesa Civil Municipal – COMDEC, que avaliou e quantificou os efeitos das chuvas, em acordo com a IN/MI Nº 01/2012, é favorável à declaração de Situação de Emergência;
- Concorre como critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e a previsão da continuidade do cenário de chuvas no Município para os próximos dias, podendo, causar demais problemas à população.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada a existência de situação anormal e caracterizada como Situação de Emergência, em virtude do desastre classificado e codificado como inundações (COBRADE 1.2.1.0.0), desencadeado pelo excesso de chuvas que atingiram as áreas do Município contidas no Formulário de Informações de Desastre e demais documentos anexos a este Decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres e reabilitação do cenário e reconstrução, após adaptado à situação real desencadeada pelas inundações.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a

coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC.

Parágrafo único: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se às autoridades administrativas e aos agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco eminente:

I – Penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II – Usar da propriedade inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos a mesma.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único: O prazo de validade deste Decreto poderá ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de novembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 30/11/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.721/2015

LEI Nº. 5.721 DE 24/11/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Função 23: Comércio e serviços
 Subfunção 691: Promoção comercial
 Programa 4: Desenvolvimento sustentável
 Atividade 1.028 – Aquisição de terreno p/ ações de desenvolvimento econômico
 4.5.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 31.311,89
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários
 II)
 Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social
 Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social
 Função 8: Assistência social
 Subfunção 244: Assistência comunitária
 Programa 10: Assistência social responsável
 Atividade 2.009 – Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 18.688,11
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 07: Secretaria Municipal de Assistência Social
 Unidade 07.01: Secretaria Municipal de Assistência Social
 Função 8: Assistência social
 Subfunção 244: Assistência comunitária
 Programa 10: Assistência social responsável
 Atividade 1.050 – Construção do CRAS
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 50.000,00
 Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas, 24 de novembro de 2015.
 LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 24/11/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
 Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.722/2015

LEI Nº. 5.722 DE 26/11/2015

“INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono o seguinte:
 LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a

promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, colocação de meio fio, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados nas Ruas:

a) Rua Alfredo Mayer, no trecho compreendido entre a Rua Vereador Guilherme Prust e a Rua Adolfo Bading, localizada no Bairro Campo d'Água Verde, com extensão de 834,13 metros lineares (Anexo I – área de influência direta);

b) Rua Reneau Cubas, no trecho compreendido entre a Avenida Senador Ivo de Aquino e a Rua Alvaro Soares Machado, localizada no Bairro Industrial nº.01, com extensão de 840,00 metros lineares (Anexo II – área de influência direta);

c) Rua Paulo Ritzmann, no trecho compreendido entre a Rua Pastor George Weger e a Rua São José, localizada no Bairro Boa Vista, com extensão de 388,57 metros lineares (Anexo III – área de influência direta);

d) Rua Rodolfo Scheide, no trecho compreendido entre a Rua Henrique Sorg e a Rua Emílio Scholtz, localizada no Bairro Jardim Esperança, com extensão de 1.029,07 metros lineares (Anexo IV - área de influência direta).

§1º - O custo total/orçamento estimado (considerando a extensão das vias – Anexos I, II, III e IV), no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, correspondem aos valores de:

a) R\$ 1.131.559,58 (um milhão, cento e trinta e um mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), do trecho da Rua Alfredo Mayer;

b) R\$ 963.621,92 (novecentos e sessenta e três mil, seiscentos e vinte e um reais e noventa e dois centavos), da Rua Reneau Cubas;

c) R\$ 573.670,23 (quinhentos e setenta e três mil, seicentos e setenta reais e vinte e três centavos), do trecho da Rua Paulo Ritzmann;

d) R\$ 1.316.642,77 (um milhão, trezentos e dezesseis mil, seiscentos e quarenta e dois reais e setenta e sete centavos), da Rua Rodolfo Scheide.

§2º - No que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Canoinhas e por meio de financiamento obtido junto ao BADESC – Agência Catarinense de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos

abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – Publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Canoinhas, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

- I – a situação do terreno na zona de influência;
- II – sua testada e área;
- III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

- I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;
- II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;
- III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;
- IV – local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;
- V – prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em três vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II – local e data da expedição;

III – identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV – incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V – prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI – assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As três vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira, para o notificado;

II – a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

III – a terceira, para o relatório do notificante.

Art. 11. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II - Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado até 72 (setenta e duas) parcelas mensais, independente da renda familiar ou valor econômico da empresa, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso;

§ 1º. Ao contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar comprovadamente não exceder 03 (três) salários mínimos, o Secretário de Finanças, ou quem este delegar, poderá autorizar o pagamento do crédito consolidado em até 100 (cem)

prestações mensais e sucessivas, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado.

§ 2º. É facultado ao contribuinte recolher, sob a forma de antecipação e com base no custo estimado para execução, o valor total ou parcial do tributo a ser lançado, antes da conclusão da obra pública de que trata esta Lei.

I – Aos contribuintes que optarem pela antecipação prevista neste parágrafo será garantida a atualização monetária, além dos juros de até 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor recolhido;

II – Na determinação do valor final da contribuição de melhoria a ser lançada, serão consideradas as antecipações efetuadas na forma das disposições deste parágrafo, sem prejuízo do direito da apuração na esfera administrativa de eventuais créditos em favor de qualquer das partes, sujeito ativo ou sujeito passivo da relação tributária havida.

§ 3º. Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado:

I – O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 4º. O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005).

§ 1º. A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º. Na hipótese de reparcelamento autorizado em lei, o crédito tributário correspondente à contribuição de melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo único. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema), o que será analisado pela Autoridade Administrativa de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido no caput deste artigo e, mediante requerimento administrativo, para os demais casos.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 17. A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo

não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I – 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias;
II – 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias;
III – 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I – no ato do recebimento do tributo;
II – no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;
III – sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 18. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação mensal do INPC/IBGE, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 19. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia, do mês seguinte ao do vencimento do débito.

Art. 20. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Canoinhas é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º. Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior

que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 21. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o titular do órgão fazendário, e em segunda, o Conselho Municipal dos Contribuintes.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 22. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 23. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 24. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I – pessoalmente, por aposição do “ciente” no processo;
II – pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,
III – por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 25. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I – tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;
II – for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;
III – estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 26. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 27. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 28. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Conselho Municipal de Contribuintes, observados os prazos e demais normas previstas no Código

Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 29. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal).

Art. 30. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 31. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.
§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 32. Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I a X) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Art. 33. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Canoinhas.

Art. 34. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Canoinhas, 26 de novembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/11/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.723/2015

LEI Nº. 5.723 DE 26/11/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI

FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 30.311,89 (trinta mil, trezentos e onze reais e oitenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Função 23: Comércio e serviços

Subfunção 691: Promoção comercial

Programa 4: Desenvolvimento sustentável

Atividade 2.065 – Manutenção do Parque de Exposições Ouro Verde

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 30.311,89

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 30.311,89 (trinta mil, trezentos e onze reais e oitenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 08: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Unidade 08.01: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Função 23: Comércio e serviços

Subfunção 691: Promoção comercial

Programa 4: Desenvolvimento sustentável

Atividade 1.028 – Aquisição de terreno p/ ações de desenvolvimento econômico

4.5.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 30.311,89

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas, 26 de novembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/11/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.724/2015

LEI Nº. 5.724 DE 26/11/2015

"AUTORIZA ATLETAS A REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE CANOINHAS EM COMPETIÇÕES DE NÍVEL ESTADUAL, AUTORIZA CUSTEAR VALORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte: LEI

Art. 1º - Ficam autorizados a representar o Município de Canoinhas, no "55º JOGOS ABERTOS DE SANTA CATARINA – FASE ESTADUAL" os atletas abaixo nominados:

I – Atletas modalidade karatê:

- a) André Paulo Simões da Matta;
- b) André Ramon Flenik;
- c) Patrick Alves da Cruz Trindade;
- d) Thiago Dobrefuop;
- e) Thomas Felipe Bianek Barbosa;

II- Atletas modalidade Futsal

- a) Diego Rodrigo Teixeira de Souza Nantes Pael;
- b) Jocimar Jubanski;
- c) David Gustavo Pereira de Souza;
- d) Carlos Eduardo Martins;
- e) Andre Luis Mader;
- f) Anderson Rodrigo Martins;
- g) Adilson de Jesus Filho;
- h) Cássio Felipe Dalla Cort;
- i) Augusto Willian Voigt;
- j) Ioshimi Shirano Neto;
- k) Victor Roberto Fink;
- l) Guilherme Zakalusny;
- m) Gustavo Grilo Barros;
- n) Leonel Antonio Forteski;
- o) Wellington Barbosa Cidade;

III- Atletas modalidade Bolão -23 Masculino:

- a) Julio Erhardt;
- b) Moacir Scheuer;
- c) Alvacir Jose Wendt;
- d) Mauro Cezar Bechel;
- e) João Carlos Rodrigues;
- f) Marcelo Erhardt;
- g) Jacson Laercio Bechel;
- h) Jose Roberto Kresinski Filho;
- i) Jackson Lucio Wendt;
- j) Dson Marciel Lanke;
- k) Ricardo Erhardt;
- l) Tiago Erhardt;
- m) Walter Rolf Prust;
- n) Ricardo José Krzezinski;
- o) Felipe Eduardo Flenik;
- p) Jailson Alves Ribeiro;
- q) Wilson Alex Cornelsen Fernandes;
- r) Lucas Erhardt Rodrigues;

III- Atletas modalidade Bolão -23 Feminino:

- a) Renate Hedler dos Santos
- b) Rita Cassia Krauss Witt
- c) Juraci Terezinha Rodrigues
- d) Dolores Steilein Correa
- e) Josete Maria Zaniolo Trevisani
- f) Marion Thiem Scheuer
- g) Sandra Mara Tauchek
- h) Vania Rosa Wisniewski Krezesinski

- i) Regina Maria Tauchek Wisniewski
- j) Salete Teresinha Weinert Tyska
- k) Eni Maria Wendt
- l) Karina de Cassia Kohler Wendt

Art. 2º - Fica autorizada a Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a custear as despesas relativas ao transporte dos representantes, conforme os dias, cidades e valores a seguir:

I – Dia 10 á 18 de dezembro de 2015, 55º Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC Fase Estadual na cidade de Joaçaba/SC, incluindo as despesas das principais refeições (café da manhã, almoço e jantar) no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), e despesas emergenciais no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas – 3.3.90.00.00.00.00.00.0001.000, Atividade 2032, dotação 7.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 26 de novembro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/11/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.725/2015

LEI Nº. 5.725 DE 26/11/2015

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR TERRENO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte: LEI

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a alienar por financiamento, através do FROHAB, os seguintes imóveis pertencentes ao Patrimônio Municipal:

I. O terreno urbano com a área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), constituído pelo lote nº. 05 (cinco), quadra nº.1344, situado nessa cidade, no Bairro Campo D'água Verde, registrado sob a matrícula nº. 27.807 no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Canoinhas;

II. O terreno urbano com a área de 443,75 m² (quatrocentos e quarenta e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), constituído pelo lote número 05 (cinco), quadra número 1345, Loteamento Campo da Água Verde, devidamente registrado sob nº 34.607 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas.

III. O terreno urbano com a área de 821,30 (oitocentos e vinte e um metros e trinta decímetros quadrados) constituído pelo lote número 03 (três), Loteamento do Elza, devidamente registrado na matrícula nº 38.676 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas.

Art. 2º – Os imóveis referenciados na presente Lei serão destinados às famílias de baixa renda, devidamente cadastradas na Secretaria Municipal de Habitação, que fará a seleção das famílias

beneficiadas conforme critérios expedidos pelo Conselho Gestor do FROHAB.

Art. 3º – Para serem beneficiadas pela presente Lei, as famílias de baixa renda deverão cumprir os requisitos legais, fixados pelo Conselho Gestor do FROHAB (Fundo Rotativo Habitacional), residir no Município de Canoinhas e não possuírem outro imóvel.

Art. 4º – Caberá ao Conselho Gestor do FROHAB (Fundo Rotativo Habitacional), estabelecer a forma de pagamento e os critérios de parcelamento.

I - O valor fixado para comercialização do imóvel não poderá exceder ao seu valor venal.

II - Os recursos provenientes da venda do referido imóvel serão sugeridos pelo FROHAB.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 26 de novembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/11/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.726/2015

LEI Nº. 5.726 DE 26/11/2015

“AUTORIZA ATLETAS A REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE CANOINHAS EM COMPETIÇÕES DE NÍVEL ESTADUAL, AUTORIZA CUSTEAR VALORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Ficam autorizados a representar o Município de Canoinhas, no “15º JOGOS DA JUVENTUDE CATARINSE 2016- OLESC” os atletas abaixo nominados:

I – Atletas

- a) Vitor Mariano Ribeiro;
- b) Mateus Conceição de Castro;
- c) Rian Felipe da Campos Mendes;
- d) Luiz Gustavo Scheuer Schuh;
- e) Jaciara Aparecida Caetano de Lima;
- f) Heloisa Fernanda Padilha dos Santos;
- g) Liliane Matsuzawa Figueredo;
- h) Juliana Pereira;
- i) Jenifer Alice de Almeida dos Santos;

II- Observador Técnico

André Paulo Simões de Mata

III- Chefe da Delegação

- a) Dimas Antonio Chagas
- b) Roseliane Tibes de Souza

Art. 2º - Fica autorizada a Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a custear as despesas relativas ao transporte, alimentação e demais despesas necessárias dos representantes, conforme os dias,

idades e valores a seguir:

I – Dia 25 de novembro á 05 de dezembro de 2015, a equipe de Karatê Masculino e Feminino da FMEL a representar o município nos “15º JOGOS DA JUVENTUDE CATARINSE 2016- OLESC” na cidade de Jaraguá do Sul/SC, incluindo as despesas das principais refeições (café da manhã, almoço e jantar) no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), e despesas emergenciais no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas–3.3.90.00.00.00.00.00.0001.000, Atividade 2032, dotação 7.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 26 de novembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/11/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.727/2015

LEI Nº. 5.727 DE 26/11/2015

cria cargo de instrutor de violino e violoncelo para atuação junto a estrutura funcional do município de canoinhas e adota outras providências.

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar 01 (uma) vaga de instrutor de violino e violoncelo junto à estrutura funcional da Fundação Cultural, com carga horária será de 20 (vinte) horas semanais, sendo a vaga de provimento mediante aprovação em hábil concurso público, com vencimentos constantes ao código 28 – instrutor nível médio (20 horas), no valor de R\$ 753,48 (setecentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos) .

Art. 2º - O cargo criado pela presente Lei será regido pela Lei Municipal nº 2.305/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas).

Art. 3º - As despesas constantes da presente Lei, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 26 de novembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/11/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.728/2015

LEI Nº. 5.728 DE 26/11/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 66.430,58 (sessenta e seis mil, quatrocentos e trinta reais e cinquenta e oito centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social
Função 8: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência comunitária
Programa 10: Assistência social responsável
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Mun. de Assistência Social
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 66.430,58
Recursos 63570 – Transf. FNAS IGD Bolsa Família - superávit

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 66.430,58 (sessenta e seis mil, quatrocentos e trinta reais e cinquenta e oito centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social
Função 8: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência comunitária
Programa 10: Assistência social responsável
Atividade 2.041 – Manutenção e ações do Fundo Mun. de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 66.430,58
Recursos 63570 – Transf. FNAS IGD Bolsa Família - superávit

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas, 26 de novembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/11/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.729/2015

LEI Nº. 5.729 DE 26/11/2015

"AUTORIZA O REPASSE DE SUBVENÇÃO SOCIAL AO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover repasse no exercício financeiro de 2015, a título de subvenção social à entidade abaixo relacionada:

I – Hospital Santa Cruz de Canoinhas, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.192.096/0001-64, até o valor de R\$ 256.500,00 (duzentos e cinquenta e seis mil e quinhentos reais), destinado a cobrir as despesas com material hospitalar, medicamentos, despesas com pessoal e encargos sociais, material de expediente, material de limpeza e outros materiais e serviços que concorram para manutenção das atividades da referida entidade.

Art. 2º. O valor a ser objeto de repasse à entidade constante no artigo 1º, poderá ser repassado em parcela única ou ainda dividido em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º. A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da Entidade, não forem cumpridos os Planos de Trabalho apresentados, ou não forem apresentadas às prestações de contas, serão suspensos os repasses dos recursos incondicionalmente.

Parágrafo Único. A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela Entidade inadimplente às sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º. É vedada a realização de despesas em data anterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, e posterior à data de vigência do mesmo, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64.

§1º. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº4.320/64, a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000 e ainda, no que couber, as Instruções Normativas de números 13 e 14, e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§2º. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela Entidade, contados do ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes de termos de ajuste com esta municipalidade.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 256.500,00 (duzentos e cinquenta e seis mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.062 – Apoio ao HSCC

3.3.50.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 256.500,00

Recursos 30000 – Recursos Ordinários – Superávit

Art. 6º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 256.500,00 (duzentos e cinquenta e seis mil e quinhentos reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2014, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
30000	Recursos ordinários – superávit	256.500,00
TOTAL		256.500,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 7º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas, 26 de novembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/11/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.730/2015

LEI Nº. 5.730 DE 26/11/2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº. 5.474/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº. 5.475/2014) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 314.000,00 (trezentos e quatorze mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos Canoinhenses

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.50.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 220.000,00

Recursos 10001 – Remuneração Rec. Ordinários

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.50.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 14.000,00

Recursos 20600 – Transf. Conv. Mun. BVT p/atendimento P.A.

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 30.000,00

Recursos 23850 – Rec. Produção MAC – SUS União.

Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 50.000,00

Recursos 23856 – Rec. Bloco MAC – SUS União – FAEC.

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação até o valor de R\$ 314.000,00 (trezentos e quatorze mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2014 e a tendência de arrecadação do exercício de 2015, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2015 (A) + Excessos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
10001	443.500,00	663.500,00	220.000,00
20600	137.500,00	151.500,00	14.000,00
23850	7.969.450,00	7.999.450,00	30.000,00
23856	187.000,00	237.000,00	50.000,00
TOTAL			314.000,00

Fonte: SMAFO/2015

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas, 26 de novembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/11/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 123/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 201/15

HOMOLOGAÇÃO: 30/11/15

CONTRATADO: SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 86.847,31 (oitenta e seis mil oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e um centavos)

DATA: 30/11/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 201/15

HOMOLOGAÇÃO: 30/11/15

CONTRATADO: MERCADO ODACHOWOSKI LTDA - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 119.398,69 (cento e dezenove mil trezentos e noventa e oito reais e sessenta e nove centavos)

DATA: 30/11/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 201/15

HOMOLOGAÇÃO: 30/11/15

CONTRATADO: AP OESTE COMÉRCIO LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 53.440,49 (cinquenta e três mil quatrocentos e quarenta reais e quarenta e nove centavos)

DATA: 30/11/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 20/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PUBLICAÇÃO DA RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 20/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMS 32/2015

O Município de Canoinhas, inscrito no CNPJ sob. n.º 11.206.680/0001-10, comunica retificação da homologação do Pregão Presencial n.º FMS 20/2015, tendo em vista que os itens 01 e 02, de forma equivocada, foram desclassificadas pelo sistema, portanto na referida homologação, após inclusão dos itens 01 e 02, o valor homologado da despesa que era: R\$ 2.181,20 (dois mil cento e oitenta e um reais e vinte centavos), passará a ser R\$ 2.981,20 (dois mil novecentos e oitenta e um reais e vinte centavos)

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 40/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 226/2015

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 40/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18/12/2015, às 11h00min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, PARA O PROVIMENTO DE CARGOS, NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 10h45min do dia 18/12/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FIA 01/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FIA 01/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FIA 01/2015

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FIA 01/2015. Data de assinatura: 24/11/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DA PALESTRANTE DANIELLY BORGUEZAN DOS SANTOS PARA CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES ELEITOS DURANTE A ELEIÇÃO UNIFICADA, CONFORME SOLICITAÇÃO ATRAVÉS DO OFÍCIO DO CMDCA Nº 117/2015, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, ESTADO DE SANTA CATARINA E DANIELLY BORGUEZAN DOS SANTOS. Valor: R\$ 1.520,00 (mil quintos e vinte reais). O contrato terá vigência a partir de sua assinatura até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMC 03/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMC 03/2015

FUNDAÇÃO CULTURAL HELMY WENDT MAYER

ESTADO DE SANTA CATARINA

A Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer, do Município de

Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 02.216.925/0001-08, sito à Rua Vidal Ramos, 632 - Centro, torna público o termo de Contrato n.º FMC 03/2015. Data do Contrato: 11/05/2015. Contratada: ASSOCIAÇÃO NOVOS TALENTOS, CNPJ: 13.455.056/0001-82. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE BANDA MUSICAL DE MARCHA, COM NO MÍNIMO 40 COMPONENTES PARA APRESENTAÇÕES A SEREM REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratante: Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer, CNPJ: 02.216.925/0001-08. Valor do Contrato: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais). Prazo de vigência: 31/12/2015. Processo Licitatório nº FMC 03/2015, modalidade de Pregão Presencial nº FMC 02/2015.

Alfredo Eike Bach

Presidente

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 28/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 28/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 28/2015. Data de assinatura: 19/10/2015. Contratado: D & G PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, CNPJ: 15.638.217/0001-07. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTAIS CIRURGICOS PARA O HOSPITAL SANTA CRUZ E UNIDADE DE ATENDIMENTO DA SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME RELAÇÃO E PROPOSTA DE CONVENIO 13362, DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DE SANTA CATARINA. Valor: R\$ 4.029,00 (quatro mil e vinte e nove reais). Vigência: 30/06/2016. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 31/2015. PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 19/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 29/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 29/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 29/2015. Data de assinatura: 19/10/2015. Contratado: CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - ME, CNPJ: 07.626.776/0001-60. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTAIS CIRURGICOS PARA O HOSPITAL SANTA CRUZ E UNIDADE DE ATENDIMENTO DA SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME RELAÇÃO E PROPOSTA DE CONVENIO 13362, DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DE SANTA CATARINA Valor: R\$ 30.840,00 (trinta mil oitocentos e quarenta reais). Vigência: 30/06/2016. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 31/2015. PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 19/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 30/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 30/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro,

torna público o contrato n.º FMS 30/2015. Data de assinatura: 19/10/2015. Contratado: WEM Equipamentos Eletrônicos Ltda, CNPJ: 54.611.678/0001-30. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTAIS CIRURGICOS PARA O HOSPITAL SANTA CRUZ E UNIDADE DE ATENDIMENTO DA SAÚDE, DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CONFORME RELAÇÃO E PROPOSTA DE CONVENIO 13362, DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DE SANTA CATARINA. Valor: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais). Vigência: 30/06/2016. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 31/2015. PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 19/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 31/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 31/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMS 31/2015. Data de assinatura: 19/10/2015. Contratado: MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA. ME, CNPJ: 05.021.932/0001-34. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTAIS CIRURGICOS PARA O HOSPITAL SANTA CRUZ E UNIDADE DE ATENDIMENTO DA SAÚDE, DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CONFORME RELAÇÃO E PROPOSTA DE CONVENIO 13362, DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DE SANTA CATARINA. Valor: R\$ 6.640,00 (seis mil seiscentos e quarenta reais). Vigência: 30/06/2016. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 31/2015. PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 19/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 160/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 160/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 160/2015. Data de assinatura: 26/10/2015. Contratada: LUCAS FREITAS SAMPAIO CNPJ n.º 15.001.020/0001-54. Objeto Contratado: REALIZAÇÃO DE 04 APRESENTAÇÕES DE TEATRO DE BONECOS NOS DIAS 27,28,29 E 30 DE OUTUBRO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor : R\$ 4.638,00 00 (quatro mil seiscentos e trinta e oito). Vigência:30/06/2016.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 161/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 161/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 161/2015. Data de assinatura: 27/10/2015. Contratada: MVFO EIRELI - EPP CNPJ n.º 09.647.056/0001-07. Objeto Contratado:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR O PROJETO DE TRABALHO SOCIAL - PTS - NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV - NO AMBITO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO, COM O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PROPOSTAS EM PROJETO DE REASSENTAMENTO, RECONSTRUÇÃO, MELHORIAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NO LOTEAMENTO VILA VERDE, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor : R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil). Vigência:30/09/2016. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 146/2015. TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 30/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 163/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 163/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 163/2015. Data de assinatura: 29/10/2015. Contratada: AUDATEX BRASIL LTDA CNPJ n.º 02.144.891/0001-85. Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA AUDATEX VERSÃO LIGHT OP – PARA O PERÍODO DE 12 MESES. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor : R\$7.998,02 (sete mil novecentos e noventa e oito reais e dois centavos). Vigência:28/10/2016. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 208/2015. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 23/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 164/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 164/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 164/2015. Data de assinatura: 29/10/2015. Contratada: ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA E PRIVADA LTDA - EPP CNPJ n.º 17.688.208/0001-48. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA O PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA O ANO LETIVO DE 2016, EM UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CANOINHAS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor : 18.300,00 (dezoito mil e trezentos reais),. Vigência:30/06/2016. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 178/2015. TOMADA DE PREÇOS N.º 32/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 165/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 165/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 165/2015. Data de assinatura: 05/11/2015. Contratada: ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA CNPJ n.º 11.796.575/0001-89. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA DESTINADOS A ILUMINAÇÃO DECORATIVA NATALINA DO NATAL FELIZ 2015, EM AREAS PUBLICAS DO MUNICIPIO DE CANOINHAS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor : R\$ 97.600,00 (noventa e sete mil seiscientos reais). Vigência:30/06/2016. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 206/2015 CARTA CONVITE N.º 04/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

FMS CONTRATO 0078/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0078/2015		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZACAO LTDA - EPP		
Valor : 1.700,00 (um mil e setecentos reais)		
Vigência : Início: 30/11/2015 Término: 30/11/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2015 Processo_Licitatório.....: 00035 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de um Ar Condicionado para uso no ESF do Loteamento São Luiz		
Capinzal, 30 de Novembro de 2015		

PMC CONTRATO 0281/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0281/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: METALURGICA PIOVEZAN LTDA - ME

Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)

Vigência : Início: 27/11/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 42/2015 Processo_Licitatório.....: 000175 / 2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada no fornecimento de pinheiros com estrutura de ferro para serem utilizados na Decoração do Natal das Estrelas Capinzal 2015

Capinzal, 30 de Novembro de 2015

PMC TERMO ADITIVO 001/2015 C246

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo Nº : TA 001/2015 C246 - Contrato Nº: 0246/2014		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: GRATT ADMINISTRADORA DE BENS S A		
Valor : 0,00 (zero)		
Vigência : Início: 26/11/2015 Término: 28/11/2016		
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 32/2014 Processo_Licitatório.....: 000161 / 2014		
Recursos : Dotação:		
Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 28/11/2016, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico.		
Capinzal, 30 de Novembro de 2015		

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/41/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/41/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0445/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de produtos químicos para atendimento das Estações de Tratamento de Água (ETA) e de Tratamento de Esgoto (ETE), durante o exercício de 2016.

TIPO: Menor Preço Por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 11 de dezembro de 2015.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br

simaecao.sc.gov.br

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 01 de dezembro de 2015.

Francieli da Rosa

Pregoeira

Catanduvas

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
Nº 001/2015

A Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas/SC, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO GLOBAL com a finalidade de selecionar propostas conforme abaixo descrito:

Legislação: Rege-se a presente licitação pela Lei Federal nº 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores; Lei Complementar nº 123/2006; e demais legislações aplicáveis.

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos no edital e em seu Anexo I.

Abertura: A abertura da licitação ocorrerá no dia 14/12/2015, com recebimento dos envelopes até às 14:15 horas e abertura da sessão às 14:30 horas, na sede da Câmara de Vereadores de Catanduvas/SC, situada na Rua Severiano Guerreiro, Centro, Catanduvas/SC, CEP: 89.670-000.

Informações Complementares: O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Câmara de Vereadores de Catanduvas/SC, situada na Rua Severiano Guerreiro, Centro, Catanduvas/SC, Cep: 89.670-000, no horário das 08:00 às 12h e das 13:30 às 17:30 horas, de Segunda à Sexta-Feira ou pelo site www.camaracatanduvas.sc.gov.br no link transparência/licitações.

Catanduvas/SC, 30 de novembro de 2015.

MONALISA RUARO
PRESIDENTE

Celso Ramos**PREFEITURA****CONTRATO 110/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 70/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 06/2015

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação da Atracção Artística Os Peraltas para apresentação musical.

Contratante: Município de Celso Ramos.

Contratada: Marcos Andre Annes ME

Valor: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

Período de vigência: 30 dias.

Fundamento legal: Art. 25, inciso III da Lei nº 8.66/93 e alterações posteriores.

Inês Terezinha Pegoraro Schons

Prefeita Municipal

CONTRATO 111/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 71/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 07/2015

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação da Atracção Artística Papai Noel em sua cidade.

Contratante: Município de Celso Ramos.

Contratada: Griball Ltda ME – Grupo Pró Bem

Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Período de vigência: 30 dias.

Fundamento legal: Art. 25, inciso III da Lei nº 8.66/93 e alterações posteriores.

Inês Terezinha Pegoraro Schons

Prefeita Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

LEI N. 1.287

LEI Nº 1.287, de 19 de novembro de 2015.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016 DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2016, em conformidade com o Plano Plurianual - PPA 2014/2017, serão elaboradas e executadas observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais, incluindo as disposições sobre as metas de Resultado Primário, Resultado Nominal e demais Relatórios de Gestão e metas estabelecidas pela LRF;
- II – as prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2016 extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III – a estrutura dos orçamentos da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, do SAMAE e dos Fundos e Fundações Municipais;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária e relativa a arrecadação;
- VIII – as disposições gerais.

I – DAS METAS FISCAIS

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para 2016 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, constantes desta Lei, sendo:

- I – Demonstrativo I – Metas Anuais;
- II – Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III – Demonstrativo III- Das Metas Fiscais Atuais comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- IV – Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- V – Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI – Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS (sem valores a informar face à vinculação ao RGPS);
- VII – Demonstrativo VI-a Projeção Atuarial do RPPS (sem valores a informar face à vinculação ao RGPS);

VIII – Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX – Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X – Anexo I – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas – Total das Receitas;

XI – Anexo II – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas – Total das Despesas;

XII – Anexo III – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XIII – Anexo IV – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XIV – Anexo V – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas anuais para o Montante da Dívida;

XV – Anexo VI – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVI – Anexo VII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências;

XVII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

XVIII – Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio;

XIX – Demonstrativo das Metas Fiscais por Ações; e

XX – Relatório das Metas e Prioridades das despesas por Programas.

Parágrafo único. O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social e o Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, não se aplicam, em função da adoção pelo Município do Regime Geral da Previdência Social.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016
Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas e demonstradas no Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2016 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categoria de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS
Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
II – ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
III – atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
IV – projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
V – operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
VI – unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
VII – receita ordinária: aquela prevista para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
VIII – execução física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
IX – execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
X – execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.
XI – receita não financeira: receita total do exercício, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito, de alienação de ativos, de aplicações no mercado financeiro e de amortização de empréstimos;
XII – despesa não financeira: despesa total do exercício, excluídas as provenientes de juros e amortização da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de títulos de capital já integralizado.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estes, com a identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 303/2005 e alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo seus Fundos e Fundações Municipais e a Autarquia e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e ao Orçamento Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 303/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2016. (Art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2016. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2016. (Art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º Os anexos de que trata este artigo poderão ser apresentados

de forma individualizada, conjunta ou conjugada entre os diversos anexos, de forma a diminuir as informações repetidas e/ou irrelevantes.

§ 2º O Orçamento Geral do Município poderá ser apresentado por modalidade de aplicação, evidenciando as Fontes de Recursos, na forma prevista nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura Municipal e como Unidade Gestora o SAMAE e cada Fundo e Fundação com orçamento e contabilidade próprios.

§ 4º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada Projeto/Atividade.

§ 5º O orçamento dos Fundos Municipais descentralizados por força legal, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 6º Os Fundos Municipais cujo funcionamento orçamentário e financeiro de menor volume não exigir sua descentralização, a critério de seus Gestores e do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderão integrar ao orçamento geral da Prefeitura, apresentado em destaque as respectivas receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 8º A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentário conterá as informações básicas sobre a forma utilizada para as estimativas das receitas e as fixações das despesas.

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “1.00” – Ordinários, do orçamento fiscal.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10. Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo o Poder Legislativo e o Poder Executivo, a Autarquia e seus Fundos e Fundações. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

§ 1º O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento do disposto no artigo 100 da Constituição Federal e demais dispositivos relacionados ao pagamento de precatórios.

§ 2º O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento de estado de calamidade e situações de emergência, e para o atendimento dos dispositivos da Medida Provisória 494/2010 e do Decreto Federal 7.257/2010.

Art. 11. Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Artigo 7º, X desta Lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegados a Agente Político ou servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a Agente Político ou servidor Municipal.

Art. 12. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal colocará à disposição dos interessados legalmente constituídos, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13. Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações: (Art. 9º da LRF).

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito e alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos; II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas; III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e IV – Dotação para material de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação, para implementação, ou não, do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo VIII do artigo 2º desta Lei, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO VII do artigo 2º desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17. Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, proporcionalmente ao montante estabelecido no Plano Plurianual. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos

fiscais imprevistos, podendo ser utilizados os saldos remanescentes para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para atendimento de despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e atendimento dos riscos fiscais demonstrados no ANEXO VII do artigo 2º desta Lei. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, serem utilizados na proporção de 1/12 do saldo, mediante autorização legislativa, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação; a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer, ou estiver garantido, o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000;

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual, os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada, cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF);

§ 3º Os recursos provenientes de operação de crédito, recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito especial ou suplementar.

Art. 21. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constantes do Demonstrativo VII, do art. 2º desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 22. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá, em qualquer caso, de autorização em lei específica ou lei geral que a regule. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º Não se aplicam os dispositivos desse artigo, para os casos das contribuições devidas às entidades municipalistas e consórcios intermunicipais em que o Município for associado ou consorciado.

§ 2º Nas transferências de recursos, parcerias com o setor privado

e outras modalidades análogas serão observados, no que couber, as disposições da Lei Federal 13.019/2014 (Lei das Parcerias Voluntárias).

§ 3º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, ou até 20 de dezembro do exercício fiscal, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 23. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 farão parte do processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 24. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados em anexo próprio, descrito no artigo 2º desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 25. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando previstos recursos na lei orçamentária e firmados por convênios, acordos ou ajustes previamente autorizados pelo Poder Legislativo. (Art. 62 da LRF)

Art. 26. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 27. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto/Atividade ou Operação Especial, somente poderá ser feita mediante autorização legislativa.

Art. 28. Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 29. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do

ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 30. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – Anexo VI, e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e o cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 31. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32. A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado o limite de endividamento estabelecido pelo Senado Federal e demais disposições pertinentes, na forma prescrita na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 33. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 34. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 32 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta Lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35. O Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura administrativa ou de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal e da legislação eleitoral. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei do orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 36. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).

§ 1º Quando as despesas com pessoal excederem ao limite prudencial estabelecido na LRF, poderão ser realizadas horas extras somente para os serviços de transporte escolar e transporte de enfermos, bem como para o atendimento de calamidade pública ou situação de emergência, devidamente homologada pela Defesa Civil Estadual.

§ 2º Em qualquer circunstância, serão realizadas horas extras somente com prévia autorização da autoridade competente, justificado o interesse público e comprovada a excepcionalidade da despesa.

Art. 37. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF)

I – eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;
II – eliminação das despesas com horas extras;
III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
V – acordo para demissão voluntária, em conformidade com a legislação municipal.

Art. 38. Para efeito desta Lei e dos registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra, referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Cocal do Sul, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não os "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF)

Art. 40. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF)

Art. 41. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

Art. 42. Alteração de alíquotas, bases de cálculo e normas tributárias do Município não poderão ser realizadas pela Administração Municipal sem prévia autorização legislativa, verificados os princípios constitucionais vigentes.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43. Ficam inseridas as seguintes ações no PPA 2014 a 2017:

- Ação 2.063 – Manutenção dos Serviços de Gestão e Controle, no Programa 08 – Proteção Social, com o valor de R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais) para LDO 2016;
- Ação 2.065 – Manutenção dos Programas de Benefícios Eventuais, no programa 08 – Proteção Social, com o valor de R\$ 111.000,00 (cento e onze mil reais) para LDO 2016;
- Ação 2.062 – Manutenção do Fundo Municipal do Idoso, no Programa 08 – Proteção Social, com o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para LDO 2016;
- Ação 2.66 – Manutenção das Ações do Conselho Municipal de Saúde, no Programa Saúde e Cidadania, com o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para LDO 2016;
- Ação 2.068 – Manutenção do Fundo Especial da Procuradoria do Município, no Programa Administração Geral Financeira e Planejamento, com o valor R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para LDO 2016;
- Ação 2.064 – Manutenção do FMDU, no programa Serviços de Utilidade Pública, com o valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para LDO 2016.

Parágrafo único. As Ações acima especificadas, passam integrar as metas físicas e financeiras do PPA 2014/2017.

Art. 44. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, observados, no que couberem, os dispositivos da Constituição Federal, que a apreciará e a devolverá para sanção até ao final do exercício de 2015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 45. O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei própria, poderá conceder incentivos e benefícios econômico-fiscais a empresas para a instalação de novas indústrias, desde que sejam comprovadas vantagens sociais entre outras, a geração de emprego e renda, bem como, de incremento de recursos do retorno de tributos federais, estaduais e municipais ao próprio Município.

Art. 46. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, e de situações provenientes de atos comprovadamente involuntários ao ordenador primário das despesas municipais.

Art. 47. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Art. 48. Por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo, as Destinações de Recursos poderão ser alteradas, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade, em especial quando originárias de intervenções do Tribunal de Contas e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 49. No decorrer do exercício de 2016, na forma da legislação em vigor e verificado o interesse público, o Município poderá instituir fundos, fundações, autarquias, empresas públicas, secretarias e órgãos na administração direta e indireta, bem como extinguir ou alterar o funcionamento de fundos, fundações, secretarias e órgãos já existentes.

Art. 50. No exercício de 2016 e seguintes o Município adotará os procedimentos contábeis e patrimoniais estabelecidos pela Portaria N.º 828/2011 do Ministério da Fazenda e regulamentos internos que se fizerem necessários.

Art. 51. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 19 de novembro de 2015.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº. 223/2015

RESOLUÇÃO Nº. 223/2015, de 25 de novembro de 2015.
CONCEDE PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO AO SERVIDOR LUIZ CARLOS GONÇALVES, TÉCNICO EM CONTABILIDADE DO QUADRO DE PESSOAL DA CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, ROSENY CITTADIN BARBOSA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede progressão por tempo de serviço ao servidor pública municipal Luiz Carlos Gonçalves, integrante do cargo de Técnico em Contabilidade do quadro de servidores efetivos da Casa Legislativa, com o avanço automático de uma referência para a imediatamente subsequente, a contar de 04 de dezembro de 2015, atingindo a referência Nº. 25, com fundamento no artigo 11, Caput III, da Lei Nº. 784 de 30 e março de 2007.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir de 04 de dezembro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, 25 de novembro de 2015.
ROSENY CITTADIN BARBOSA JOÃO GERALDO ECHELI
Presidente da Câmara 1º Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução nesta Secretaria, no Mural da Prefeitura, e no DOM aos vinte e cinco dias do mês de novembro dois mil e quinze.

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2015 - FMS

Objeto: Aquisição de veículo e motocicletas para o Fundo Municipal de Saúde conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08h e 15min do dia 11/12/2015.

Início da Sessão: dia 11/12/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 30 de novembro de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2015-FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2015 - FMAS

Objeto: Contratação de empresa, para prestação de serviços de atendimento, auxílio e orientação das crianças e adolescentes acolhidas no Abrigo Lar Anjo Gabriel, durante o ano de 2016, com recurso oriundo do convênio com o Governo Estadual repasse Fundo a Fundo (Abrigo Custeio) e Governo Federal (PAC I), conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 14/12/2015.

Abertura: dia 15/12/2015 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 30 de novembro de 2015.

LAURI GARBOSSA

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

EXTRATO DO CONTRATO Nº 301/2015 -PMC

Contrato Nº : 301/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FLORICULTURA CUBRA BEM NATURAL LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 115/2015

Objeto : Prestação de serviço de decoração, vigilância, locação de fantasias e materiais para alegorias, locação de estrutura de presépio, locação de plantas e locação de banheiros químicos para o evento da Parada Natalina, na programação do Sonho de Natal 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 10/11/2015 Término: 10/04/2016

Assinatura : 10/11/2015

Valor R\$: 18.950,00 (Dezoito Mil e Novecentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903401000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903914000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903923000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 302/2015 -PMC

Contrato Nº : 302/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 110/2015

Objeto : Aquisição de formulários impressos para o FUMAS/SEMAS e blocos de autuações e notificações de trânsito para Polícia Militar com convênio nº 029/2015 Rádio Patrulha, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 11/11/2015 Término: 09/02/2016

Assinatura : 11/11/2015

Valor R\$: 3.055,70 (Três Mil, Cinquenta e Cinco Reais e Setenta Centavos)

Dotação : 29 - 04.003.2351.333903016000000.01000003

Dotação : 192 - 12.001.2043.333903016000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 303/2015 -PMC

Contrato Nº : 303/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 110/2015

Objeto : Aquisição de formulários impressos para o FUMAS/SEMAS e blocos de autuações e notificações de trânsito para Polícia Militar com convênio nº 029/2015 Rádio Patrulha, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 11/11/2015 Término: 09/02/2016

Assinatura : 11/11/2015

Valor R\$: 1.210,00 (Um Mil e Duzentos e Dez Reais)

Dotação : 29 - 04.003.2351.333903016000000.01000003

Dotação : 192 - 12.001.2043.333903016000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 304/2015 -PMC

Contrato Nº : 304/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : TEJO TEATRO DE JOAÇABA
Licitação : Pregão Presencial 116/2015
Objeto : Contratação de empresa para organização do evento para abertura do Sonho de Natal 2015 com Papai Noel e ajudante de Papai Noel devidamente caracterizado, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 11/11/2015 Término: 09/02/2016
Assinatura : 11/11/2015
Valor R\$: 10.500,00 (Dez Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903923000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 305/2015 -PMC

Contrato Nº : 305/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : JONAS FERNANDO RIFFEL 08555612977
Licitação : Pregão Presencial 112/2015
Objeto : Aquisição de troféus para premiação dos participantes do 5º encontro de Antigomobilistas evento que faz parte do Sonho de Natal de Concórdia nos dias 5 e 6 de dezembro 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 12/11/2015 Término: 12/02/2016
Assinatura : 12/11/2015
Valor R\$: 2.625,00 (Dois Mil e Seiscentos e Vinte e Cinco Reais)

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903199000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 306/2015 -PMC

Contrato Nº : 306/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : GVA TRANSPORTES E TURISMO LTDA
Licitação : Dispensa de Licitação 52/2015
Objeto : Transporte de passageiros, para a locomoção dos agricultores e técnicos da SEMADRA para participarem de visita técnica na área de extensão rural, nas cidades de Urussanga - SC e Nova Veneza - SC, a ser realizada nos dias 13(treze) a 15(quinze) de novembro de 2015, em percurso de ida e volta.De acordo com a Lei Complementar Nº 134/97, do Programa de Profissionalização Rural.
Vigência : Início: 13/11/2015 Término: 31/12/2015
Assinatura : 12/11/2015
Valor R\$: 2.530,00 (Dois Mil e Quinhentos e Trinta Reais)

Dotação : 105 - 07.002.2303.333903999000000.01000004

EXTRATO DO CONTRATO Nº 307/2015 -PMC

Contrato Nº : 307/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : TEJO TEATRO DE JOAÇABA
Licitação : Dispensa de Licitação 53/2015
Objeto : Prestação de serviços artísticos de empresa especializada para realização do desfile de rua denominado Parada Natalina dentro do evento Sonho de Natal 2015.
Vigência : Início: 13/11/2015 Término: 11/02/2016
Assinatura : 13/11/2015
Valor R\$: 44.643,00 (Quarenta e Quatro Mil e Seiscentos e Quarenta e Três Reais)

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903923000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 308/2015 -PMC

Contrato Nº : 308/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP
Licitação : Pregão Presencial 114/2015
Objeto : Aquisição de camisetas, gorros de Papai Noel, balas mastigáveis e água mineral para o evento da parada natalina e para a casa do Papai Noel na programação do Sonho de Natal 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 13/11/2015 Término: 13/02/2016
Assinatura : 13/11/2015
Valor R\$: 79,95 (Setenta e Nove Reais e Noventa e Cinco Centavos)

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903007000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903023000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 309/2015 -PMC

Contrato Nº : 309/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : COMÉRCIO DE DOCES ROSITO LTDA - ME
Licitação : Pregão Presencial 114/2015
Objeto : Aquisição de camisetas, gorros de Papai Noel, balas mastigáveis e água mineral para o evento da parada natalina e para a casa do Papai Noel na programação do Sonho de Natal 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 13/11/2015 Término: 13/02/2016
Assinatura : 13/11/2015
Valor R\$: 2.935,50 (Dois Mil, Novecentos e Trinta e Cinco Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903007000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903023000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 310/2015 -PMC

Contrato Nº : 310/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : GREIZIANE CONFECÇÕES LTDA - ME
Licitação : Pregão Presencial 114/2015
Objeto : Aquisição de camisetas, gorros de Papai Noel, balas mastigáveis e água mineral para o evento da parada natalina e para a casa do Papai Noel na programação do Sonho de Natal 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 13/11/2015 Término: 13/02/2016
Assinatura : 13/11/2015
Valor R\$: 2.840,00 (Dois Mil e Oitocentos e Quarenta Reais)

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903007000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903023000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 311/2015 -PMC

Contrato Nº : 311/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : CETRIC CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS, INDS E COMS DE CHAPECO LTDA
Licitação : Pregão Presencial 118/2015
Objeto : Contratação de Empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação de resíduos líquidos classe I sólidos e lodos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 17/11/2015 Término: 17/11/2016

Assinatura : 17/11/2015
Valor R\$: 13.190,00 (Treze Mil e Cento e Noventa Reais)
Dotação : 176 - 11.001.2041.333903928000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 312/2015 -PMC

Contrato Nº : 312/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : GEVAL TRATORES E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA
Licitação : Pregão Presencial 105/2015
Objeto : Aquisição de equipamentos agrícolas novos, para distribuição nas comunidades do interior, cumprindo solicitação das mesmas através do orçamento participativo, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 18/11/2015 Término: 18/02/2017
Assinatura : 18/11/2015
Valor R\$: 4.995,00 (Quatro Mil e Novecentos e Noventa e Cinco Reais)
Dotação : 97 - 07.001.2026.344905240000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 313/2015 -PMC

Contrato Nº : 313/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : JEAN PYER VIVIAN EIRELI ME
Licitação : Pregão Presencial 105/2015
Objeto : Aquisição de equipamentos agrícolas novos, para distribuição nas comunidades do interior, cumprindo solicitação das mesmas através do orçamento participativo, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 18/11/2015 Término: 18/02/2017
Assinatura : 18/11/2015
Valor R\$: 41.999,97 (Quarenta e Um Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Sete Centavos)
Dotação : 97 - 07.001.2026.344905240000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 314/2015 -PMC

Contrato Nº : 314/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : MAURA JUSTINA GRANDO SCHUMACHER
Licitação : Pregão Presencial 105/2015
Objeto : Aquisição de equipamentos agrícolas novos, para distribuição nas comunidades do interior, cumprindo solicitação das mesmas através do orçamento participativo, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 18/11/2015 Término: 18/02/2017
Assinatura : 18/11/2015
Valor R\$: 29.900,00 (Vinte e Nove Mil e Novecentos Reais)
Dotação : 97 - 07.001.2026.344905240000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 315/2015 -PMC

Contrato Nº : 315/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : CASA DO PICA PAU LTDA EPP
Licitação : Pregão Presencial 105/2015
Objeto : Aquisição de equipamentos agrícolas novos, para distribuição nas comunidades do interior, cumprindo solicitação das mesmas através do orçamento participativo, conforme especificações

constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 18/11/2015 Término: 18/02/2017
Assinatura : 18/11/2015
Valor R\$: 49.200,00 (Quarenta e Nove Mil e Duzentos Reais)
Dotação : 97 - 07.001.2026.344905240000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 316/2015 -PMC

Contrato Nº : 316/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : DIMÁQUINAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Licitação : Pregão Presencial 105/2015
Objeto : Aquisição de equipamentos agrícolas novos, para distribuição nas comunidades do interior, cumprindo solicitação das mesmas através do orçamento participativo, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 18/11/2015 Término: 18/02/2017
Assinatura : 18/11/2015
Valor R\$: 29.449,80 (Vinte e Nove Mil, Quatrocentos e Quarenta e Nove Reais e Oitenta Centavos)
Dotação : 97 - 07.001.2026.344905240000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 317/2015 -PMC

Contrato Nº : 317/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : MARCIO MARCELO ZIMMERMANN E CIA LTDA
Licitação : Pregão Presencial 105/2015
Objeto : Aquisição de equipamentos agrícolas novos, para distribuição nas comunidades do interior, cumprindo solicitação das mesmas através do orçamento participativo, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 18/11/2015 Término: 18/02/2017
Assinatura : 18/11/2015
Valor R\$: 1.450,00 (Um Mil e Quatrocentos e Cinquenta Reais)
Dotação : 97 - 07.001.2026.344905240000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 318/2015 -PMC

Contrato Nº : 318/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : MEPEL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Licitação : Pregão Presencial 105/2015
Objeto : Aquisição de equipamentos agrícolas novos, para distribuição nas comunidades do interior, cumprindo solicitação das mesmas através do orçamento participativo, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 18/11/2015 Término: 18/02/2017
Assinatura : 18/11/2015
Valor R\$: 23.300,00 (Vinte e Três Mil e Trezentos Reais)
Dotação : 97 - 07.001.2026.344905240000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 319/2015 -PMC

Contrato Nº : 319/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SPERANDIO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Licitação : Pregão Presencial 105/2015
Objeto : Aquisição de equipamentos agrícolas novos, para distribuição nas comunidades do interior, cumprindo solicitação das

mesmas através do orçamento participativo, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 18/11/2015 Término: 18/02/2017

Assinatura : 18/11/2015

Valor R\$: 160.000,00 (Cento e Sessenta Mil Reais)

Dotação : 97 - 07.001.2026.344905240000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 320/2015 -PMC

Contrato Nº : 320/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TECNOSAFRA SISTEMAS MECANIZADOS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 105/2015

Objeto : Aquisição de equipamentos agrícolas novos, para distribuição nas comunidades do interior, cumprindo solicitação das mesmas através do orçamento participativo, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 18/11/2015 Término: 18/02/2017

Assinatura : 18/11/2015

Valor R\$: 116.000,00 (Cento e Dezesesseis Mil Reais)

Dotação : 97 - 07.001.2026.344905240000000.01000001

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 6/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONCORRENCIA Nº 6/2015 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra rodoviária, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra), de revitalização da Rua Tancredo de Almeida Neves, localizada neste Município, com recursos oriundos do convênio com Governo do Estado, FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS - FUNDAM e recursos próprios, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: BRITTER RODOVIAS LTDA representada pelo Senhor BRUNO MÁRCIO RODRIGUES. Ressalva-se que a licitante foi formalmente convocada para participar da presente sessão, através da publicação no DOM/SC edição número 1879 do dia vinte e sete de novembro de dois mil e quinze. Foi aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, sendo que o envelope contendo a proposta de preço foi minuciosamente examinado pelos membros da comissão e representante legal presente, os quais constataram que o mesmo estava intacto. Assim procedeu-se sua abertura, sendo que a proposta foi conferida e rubricada pelos membros da Comissão de Licitação e representante legal presente, constatando que a licitante atendeu aos requisitos constantes no subitem 6.1 do instrumento convocatório. Por conseguinte foi apurada a seguinte classificação: a licitante BRITTER RODOVIAS LTDA apresentou sua proposta de preços com o valor total de R\$ 2.521.168,07 (Dois milhões e quinhentos e vinte e um mil e cento e sessenta e oito reais e sete centavos), cotado acima do preço máximo estipulado no item 9.1 do edital. Em decorrência do exposto no subitem 8.5, alínea "a", "8.5. Serão desclassificadas as propostas que: a) Ultrapassarem os preços máximos fixados no item 9 deste edital", restando assim DESCLASSIFICADA. Por não haver outras propostas válidas, a licitação restou FRACASSADA.

Concórdia, SC, 30 de novembro de 2015.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente da C.P.L

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TOMADA DE PREÇO Nº 23/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Tomada de Preços Nº 23/2015 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para reforma da edificação que abriga o Lar Anjo Gabriel, localizada na Travessa Bonassi, 127, bairro Imigrantes, neste município, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material, mão de obra), com recursos do governo do estado e próprios, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação e classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: Apresentaram-se para participar do certame as empresas: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP representada pelo senhor Gustavo Balbinot, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP representada pelo senhor Jaison Sulenta, ANTONIO LUIS TOBIAS ME representada pela senhorita Michele Tobias e PASCAL CONSTRUTORA, ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA representada pelo senhor Gabriel Sady Sperandio, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP representada pelo senhor Humberto Eduardo Pille, e a empresa SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME sem representantes neste ato. Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, os Envelopes apresentados pelas licitantes foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representantes legais presentes, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro dos prazos fixados no Edital. Em seguida, procedeu-se à abertura dos Envelopes nº 01 – Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representantes legais presentes. Contando-se que as licitantes BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP, ANTONIO LUIS TOBIAS ME, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, PASCAL CONSTRUTORA, ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA e SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME apresentaram suas documentações de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital e sendo assim foram julgadas HABILITADAS. Ficou ressalvado, ainda, que será verificada a autenticidade dos documentos de habilitação emitidos através da Internet e que têm sua aceitação condicionada à verificação nos web sites dos respectivos órgãos emissores. As empresas BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP, ANTONIO LUIS TOBIAS ME, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP e SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME comprovaram através da Certidão Simplificada da Junta Comercial, documento este, exigido no subitem 5.1.2 do Edital, que são Micro-empresas (ME), ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Ressalva-se que as empresas BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP, ANTONIO LUIS TOBIAS ME, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP e PASCAL CONSTRUTORA, ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA renunciaram expressamente ao direito de recorrer do julgamento da fase de habilitação bem como ao respectivo prazo recursal referente a esta fase através da assinatura desta ata, e a licitante SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME através de termo de renúncia relativo à fase de habilitação encaminhado via e-mail. Ressalva-se que os documentos de Acervo Técnico das licitantes foram analisados

e aprovados pela Arquiteta Urbanista, a Senhora Crisithiele Kuhn Vendrusculo CAU A-53.135-9 pertencente ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal. Procedeu-se assim a abertura do envelope 2- PROPOSTA DE PREÇOS, e foi apurada a seguinte classificação: a licitante ANTONIO LUIS TOBIAS ME sagrou-se vencedora do certame com o menor preço global de R\$ 73.553,66 (setenta e três mil quinhentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos), a licitante SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME ficou em segundo lugar com o preço global de R\$ 78.639,44 (setenta e oito mil seiscentos e trinta e nove reais e quarenta e quatro centavos), a licitante KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP ficou em terceiro lugar com o preço global de R\$ 79.748,85 (setenta e nove mil setecentos e quarenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), a licitante PASCAL CONSTRUTORA, ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA ficou em quarto lugar com o preço global de R\$ 79.906,12 (setenta e nove mil novecentos e seis reais e doze centavos), a licitante ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP ficou em quinto lugar com o preço global de R\$ 81.768,68 (oitenta e um mil setecentos e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos) e a licitante BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP ficou em sexto lugar com o preço global de R\$ 85.746,26 (oitenta e cinco mil setecentos e quarenta e seis reais e vinte e seis centavos). Ressalva-se que o preço cotado pela licitante vencedora ficou abaixo do preço máximo estipulado no item 9.1 do Edital. De destacar que será verificada a conformidade da Planilha Orçamentária apresentada pela licitante vencedora. Ressalva-se que as empresas BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP, ANTONIO LUIS TOBIAS ME, ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP e PASCAL CONSTRUTORA, ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA renunciam expressamente ao direito de recorrer do julgamento da fase de classificação bem como ao respectivo prazo recursal referente a esta fase através da assinatura desta ata, e a licitante SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME através de termo de renúncia relativo à fase de classificação encaminhado via e-mail. O processo seguirá para adjudicação e posterior homologação do objeto lícitado.

Concórdia, SC, 27 de novembro de 2015.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da C.P.L

LEI Nº 4.820, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015. **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

LEI Nº 4.820, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

Autoriza o Município celebrar convênios com Entidades; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar convênio com as seguintes entidades:

I – Associação de Moradores de Fragosos, inscrita no CNPJ sob nº 12.683.095/0001-74, objetivando a conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores de Fragosos e região, local para desenvolvimento social e esportivo, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II – Associação de Moradores de Presidente Kennedy, inscrita no CNPJ sob nº 02.624.055/0001-06, objetivando a conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores de Presidente Kennedy e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

III – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Concórdia – APAE, inscrita no CNPJ sob nº 83.076.232/0001-50, objetivando a conjunção de esforços no sentido de propiciar atendimento da clientela da Rede Municipal de Ensino que necessite de atendimento especial, podendo o Município participar com o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

IV – Juventus Futebol Clube, inscrito no CNPJ sob nº 80.627.417/0001-18, objetivando a conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores da comunidade de Cachimbo e região, local para desenvolvimento social e esportivo, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

V – Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia – COPÉRDIA, inscrita no CNPJ sob nº 83.573.212/0001-95, objetivando a conjunção de esforços, no sentido de facilitar o acesso dos agricultores às novas tecnologias e incentivar a difusão do turismo de eventos, mediante a realização do Show Tecnológico Rural do Oeste Catarinense – TECNOESTE, podendo o Município fornecer:

- a) 200m³ (duzentos metros cúbicos) de brita;
- b) 200m³ (duzentos metros cúbicos) de pedrisco;
- c) 80 (oitenta) horas-máquina de caminhão caçamba;
- d) 20 (vinte) horas-máquina de rolo compactador;
- e) 20 (vinte) horas-máquina de motoniveladora;
- f) 30 (trinta) horas-máquina de retroescavadeira;

VI – Centro de Tradições Gaúchas Fronteira da Querência, inscrito no CNPJ sob nº 83.575.175/0001-54, objetivando a conjunção de esforços para incentivo e difusão da cultura tradicionalista gaúcha, possibilitando melhoramentos no estacionamento da Entidade, podendo o Município fornecer:

- a) 20 (vinte) horas-máquina de trator de esteira;
- b) 10 (dez) horas-máquina de motoniveladora;
- c) 20 (vinte) horas-máquina de escavadeira hidráulica;
- d) 20 (vinte) horas-máquina de caminhão caçamba.

Art. 2º Fica o Município, pela Fundação Municipal de Esportes – FMEC, autorizado a celebrar convênio com o Esporte Clube Cultural de Santo Antônio, inscrito no CNPJ sob nº 80.633.738/0001-25, objetivando a conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Santo Antônio e população em geral, o incentivo à prática do desporto amador e social em seus diversos segmentos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 3º Fica o Município, pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária – FUMDEAGRO, autorizado a celebrar convênio com as seguintes entidades:

I – Associação de Moradores da Barra do Tigre, inscrita no CNPJ sob nº 01.487.220/0001-54, objetivando a conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Tigre e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota, podendo o Município participar com o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

II – Associação de Moradores de Planalto, inscrita no CNPJ sob nº 01.647.800/0001-61, objetivando a conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores de Planalto e região, aumento

da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota, podendo o Município participar com o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais);

III – Associação de Moradores de Presidente Kennedy, inscrita no CNPJ sob nº 02.624.055/0001-06, objetivando a conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores de Presidente Kennedy e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota, podendo o Município participar com o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 4º Fica alterada a expressão: “realização do ‘1º Mutirão de Castração’ que tem por finalidade a castração cirúrgica de cães e gatos” para: “manutenção das atividades da Entidade”, constante no art. 1º da Lei nº 4.784, de 20 de julho de 2015, que autoriza o Município, pelo Fundo Municipal de Saúde – FMS, celebrar convênio com a Sociedade Concordiense de Ajuda e Proteção Animal – CON ANIMAL.

Art. 5º As ações e obrigações das partes serão fixadas nos Termos de que trata esta Lei.

Art. 6º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de novembro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 541/2015

DECRETO Nº 541 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, COM BASE NO DECRETO Nº 345/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1134/2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) o qual será utilizado para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.011 – Manutenção das Ações e projetos da Secretaria da Infraestrutura.
Modalidade de Aplicação: 339000 - 106
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 40.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.032 – Ampliação e Manutenção do Sistema Municipal de Água..
Modalidade de Aplicação: 339000 - 112
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 40.000,00

Art. 2º - Considerando o Decreto nº 345/2015 que declara em situação anormal, caracterizada como situação de emergência na área do município afetada pela enxurrada (cobrade 1.2.2.0.0), os recursos para atender a Suplementação de que trata o art. 1º são provenientes da reserva de contingência.

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Adm., Faz, e Planejamento.
Modalidade de Aplicação: 999000 - 05
Fonte de Recursos: 10.00 – Reserva de Contingência – R\$ 80.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 16 de novembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em Data Supra

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 555/2015

DECRETO Nº 555 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1134/2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 221.000,00 (duzentos e vinte e um mil reais) o qual será utilizado para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.017 – Manutenção da Educação Básica.
Modalidade de Aplicação: 339000 - 22
Fonte de Recursos: 10.58 – Vinculados – R\$ 25.000,00

Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.022 – Manutenção do Fundeb.
Modalidade de Aplicação: 339000 - 29
Fonte de Recursos: 10.18 – Vinculados – R\$ 190.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.051 – Manutenção do Nasf e Co-financiamento - Estado.
Modalidade de Aplicação: 319000 - 33
Fonte de Recursos: 17.64 – Vinculados – R\$ 6.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos do provável excesso de arrecadação do orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 23/11/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 26 de novembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em Data Supra

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 557/2015

DECRETO Nº 557 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. ELIANE GRACIANI, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 27 de novembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 558/2015

DECRETO Nº 558 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. ADRIANA MARTINI ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 27 de novembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO NR. 551/2015

DECRETO Nº 551/2015

"ATRIBUI ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, inc. IV, da Lei Orgânica Municipal c/c Art. 27 da Lei Complementar nº 93/2013:

DECRETA

Art. 1º Atribui Adicional de Responsabilidade ao Servidor Municipal MADIAN GLEICON ROMANINI, matrícula n. 633402, ocupante do cargo de Procurador Jurídico, na ordem de 30% (trinta por cento) sobre seu vencimento base, para, além das demais atividades do cargo, responder pela direção da Procuradoria Geral de Cordilheira Alta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, comunique-se e publique-se.

Cordilheira Alta, SC, 25 de novembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

**EXTRATO EDITAL PROCESSO 117/2015 -
ASSESSORIA CONTÁBIL E PROJETOS**

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de acordo com a Lei 8.666/93 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 117/2015.

Tomada de Preço n. 06/2015.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviço de treinamento e assessoria para a administração pública municipal, na área contábil, financeira e controle interno e contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria na área administrativa, prospecção de fontes de recursos, elaboração de planos de trabalho e projetos para captação de recursos na esfera estadual e federal, para o exercício de 2016.

Entrega dos Envelopes: até às 08:00 horas do dia 16/12/2015.

Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 16/12/2015.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 24 de novembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL PROCESSO 118/2015 - SERVIÇO MÉDICO

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pelo prefeito municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de acordo com a Lei 8.666/93 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 118/2015.

Tomada de Preço n. 07/2015.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de Empresas especializadas para prestação de serviço médico clínico geral, ginecologista e obstetra e fisioterapeuta.

Entrega dos Envelopes: até às 10:00 horas do dia 16/12/2015.

Abertura dos Envelopes: 10:15 horas do dia 16/12/2015.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 24 de novembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL PROCESSO 121/2015 - MERENDA ESCOLAR

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n.121/2015

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 70/2015

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para preparo da merenda escolar para o primeiro semestre 2016.

Entrega dos Envelopes: até às 08:00 horas do dia 11/12/2015

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 11/12/2015

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 27 de novembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 224 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 224 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 73.529,53 (setenta e três mil quinhentos e vinte e nove reais e cinquenta e três centavos) na seguinte Programação de despesa:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	16	01.0018	47.615,89

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.062 – Manutenção da Educação Infantil				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	27	01.0018	25.913,64

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 73.529,53 (setenta e três mil quinhentos e vinte e nove reais e cinquenta e três centavos) da seguinte Programação de despesas:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.0661 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	15	01.0019	47.615,89

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.0661 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	26	01.0019	25.913,64

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 16 de novembro de 2015.

JONES EMANUEL MARASCHIN
Prefeito Municipal em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 225 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 225 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	04	01.0002	5.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
31.90.00.00.00	Aplicações Diretas	02	01.0002	5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 16 de novembro de 2015.
JONES EMANUEL MARASCHIN
Prefeito Municipal em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 226 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 226 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº.641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) na seguinte Programação de despesa:

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0031.2.061 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	17	01.0036	6.000,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.0036. Salário Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 16 de novembro de 2015.
JONES EMANUEL MARASCHIN
Prefeito Municipal em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

**ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2015 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015

O Município de Coronel Martins - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 14 de Dezembro de 2015, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para a contratação temporária, de caráter excepcional e não continuada de serviços técnicos especializados de empresa com registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC para prestação de serviços de consultoria e assessoria contábil, financeira e patrimonial. Os envelopes deverão ser entregues até às 10:00 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011,

Coronel Martins (SC), 01 de Dezembro de 2015.
JONES EMANUEL MARASCHIN
Prefeito Municipal em Exercício

**ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2015 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 SISTEMA DE
REGISTRO DE PREÇOS - SRP**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

O Município de Coronel Martins - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 15 de Dezembro de 2015, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, o presente pregão tem como objeto o registro de preço para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção mecânica, funilaria e pintura, eletricidade, bombas e bicos e estofaria e tapeçaria para as secretarias do Município. Os envelopes deverão ser entregues até às 09:00 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011,

Coronel Martins (SC), 01 de dezembro de 2015.
JONES EMANUEL MARASCHIN
Prefeito Municipal em Exercício

Correia Pinto

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO CONTRATO 34/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO

PREGÃO 34/2015

Instrumento:

Contrato nº 529 – FUNREBOM

Contrato nº 528 – FHMCP

Contrato nº 527 – FMAS

Contrato nº 526 – FMS

Contrato nº 525 – PMCP

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2015. Considerando que tem-se possível a alteração no valor dos itens requeridos, consoante se verifica da exposição de motivos e solicitação de aditivo, cuja solicitação é aceita, e ficam os itens fixados em:

Item 56 - R\$ 17,36

Item 57 – R\$ 17,99

Item 58 – R\$ 15,36

Item 59 – R\$ 19,44

Item 60 – R\$ 17,50

Item 61 – R\$ 13,80

Item 63 – R\$ 15,18

Item 81 – R\$ 7,35

Item 111 – R\$ 9,50

Item 116 – R\$ 6,57

C.A. FURTADO – ME

CNPJ: 19.791.650/0001-20

Correia Pinto/SC 30 de Novembro de 2015

VÂNIO FORSTER – Prefeito Municipal

EXTRATO ADITIVO CONTRATO - PR 72/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO

PREGÃO 72/2014

Instrumento:

Contrato nº 539 – FUNREBOM

Contrato nº 538 – FHMCP

Contrato nº 537 – FMEC

Contrato nº 534 – PMCP

Contrato nº 536 – FMAS

Contrato nº 535 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM E ADITIVADA, ETANOL, DIESEL, OLEO LUBRIFICANTE, FILTRO DE LUBRIFICANTE, FILTRO DE COMBUSTIVEL, FILTRO PURIFICADOR DE AR, GRAXA, SOLUPÃ E SHAMPOO AUTOMOTIVO PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2015. Considerando a clausula sexta do Contrato Administrativo nº 043/2015, a solicitação de reajuste pela empresa contratada, o parecer jurídico nº 249/2015 e autorização pelo chefe do Poder Executivo, e fica fixado em:

Item 60 R\$ 3,224 Gasolina Comum

Item 61 R\$ 3,235 Gasolina Aditivada

Item 63 R\$ 2,721 Óleo Diesel

Item 64 R\$ 3,752 Óleo Diesel S10.

POLI IPIRANGA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES

LTDA

CNPJ: 04.574.952/0001-70

Correia Pinto/SC 30 de Novembro de 2015

VÂNIO FORSTER – Prefeito Municipal

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO 12/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO

PREGÃO 12/2014 - FMS

Instrumento:

Contrato nº 531 – FMS

Contrato nº 530 – FHMCP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMACIA BASICA, UNIDADES BASICAS DE SAUDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO. PARA O ANO DE 2015. Considerando que tem-se possível a alteração no valor do item requerido, consoante se verifica da exposição de motivos e solicitação de aditivo, cuja solicitação é aceita, e fica o item 34 AZITROMICINA 500MG fixado em R\$0,38, eis que observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/94, Capítulo III, Seção III, da alteração dos Contratos.

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

CNPJ: 81.706.251/0001-98

Correia Pinto/SC 30 de Novembro de 2015

VÂNIO FORSTER – Prefeito Municipal

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO 12/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO

PREGÃO 12/2014 - FMS

Instrumento:

Contrato nº 532 – FMS

Contrato nº 533 – FHMCP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMACIA BASICA, UNIDADES BASICAS DE SAUDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO. PARA O ANO DE 2015. Considerando que tem-se possível a alteração no valor dos itens requeridos, consoante se verifica da exposição de motivos e solicitação de aditivo, cuja solicitação é aceita, e fica o item 45 HIOSCINA + DIPIRONA 10MG/25MG fixado em R\$0,37, e o item 225 PARACETAMOL 75MG – COMP. Fixado em R\$ 0,06, eis que observado o disposto na Lei Federal nº 8.666/94, Capítulo III, Seção III, da alteração dos Contratos.

MAURO MARCIANO COM DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ: 94.894.169/0001-86

Correia Pinto/SC 30 de Novembro de 2015

VÂNIO FORSTER – Prefeito Municipal

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO 34/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO

PREGÃO 34/2015

Instrumento:

Contrato nº 519 – PMCP

Contrato nº 520 – FMS

Contrato nº 521 – FMA SP MCP

Contrato nº 522 - FMEC

Contrato nº 523 – FHMCP

Contrato nº 524 – FUNREBOM

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2015. Considerando que tem-se possível a alteração no valor do item requerido, consoante se verifica da exposição de motivos e solicitação de aditivo, cuja solicitação é aceita, e fica o item fixado em: Item 08 AÇUCAR REFINADO 5KG – R\$ 10,43

SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP

CNPJ: 81.839.425/0001-90

Correia Pinto/SC 30 de Novembro de 2015

VÂNIO FORSTER – Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 09/2015 FMS/FHMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL 09/2015 – FMS E FHMCP

REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO. Tipo: Menor preço por item. Abertura dos envelopes: 11/12/2015 às 08:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:30 às 17:30hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 01 de dezembro de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

NATHASA AMARAL PEREIRA

Presidente da Comissão de Licitação

Corupá

PREFEITURA

LEI Nº 2197/15

LEI Nº 2197/15

DA NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS QUE ENUMERA DA LEI 1939/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Altera caput o artigo 10 da Lei nº 1939/2009, que passa a vigorar com a seguinte redação e acrescenta o § 5º:

Art. 10 – O valor devido mensalmente a título de ISS pelas micro-empresas optantes pelo Simples Nacional que auferiram receita bruta, no ano-calendário anterior, igual ou inferior ao valor definido no § 18, do art. 18, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em valores fixos, conforme tabela abaixo:

Receita bruta auferida no ano anterior	Valor de ISS devido por mês
Até R\$ 60.000,00	R\$ 50,00
De R\$ 60.000,01 a R\$ 120.000,00	R\$ 100,00
De R\$ 120.000,01 a R\$ 180.000,00	R\$ 150,00

[...]

§ 5º – Para as empresas que se enquadrarem entre o limite máximo previsto entre a primeira e segunda faixa de receitas brutas anuais constantes dos Anexos III a VI, as mesmas deverão recolher ISSQN de acordo com as demais empresas optantes do simples nacional.

Art. 2º – Altera o artigo 12 da Lei nº 1939/2009 e cria os §§ 1º a 4º, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12 - Os escritórios contábeis optantes pelo Simples Nacional recolherão o ISSQN em valores fixos, através de guia de recolhimento do próprio município, conforme determina o art. 18, §22-A, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, na proporção de 20 (vinte) UFRM's por mês para cada sócio, profissional ou funcionário do escritório.

§ 1º – Do somatório de sócios, profissionais e funcionários serão excluídas as funcionárias que atuem exclusivamente como faxineiras e/ou diaristas.

§ 2º – A Fazenda Municipal fiscalizará se o número de sócios, profissionais e funcionários informados pelos escritórios contábeis confere e, sendo constatada falsidade de informações ou omissão dos dados nos termos do parágrafo anterior, serão tomadas as seguintes providências:

- lançamento do imposto devido; e,
- aplicação de multa de 2000 UFRMs.

Art. 3º – Revoga o art. 14 da Lei nº 1939/2009.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 26 de novembro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e seis dias do mês de novembro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

LEI Nº 2198/15

LEI Nº 2198/15

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CORUPÁ A EFETUAR O PROTESTO DE CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, DISPENSA O AJUIZAMENTO DE EXECUÇÕES FISCAIS DE BAIXO VALOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a enviar para protesto, as certidões de dívida ativa dos créditos tributários e não-tributários do Município, constituídos na forma da legislação em vigor, independentemente do valor, bem como os títulos executivos judiciais condenatórios de quantia certa transitados em julgado. Parágrafo único. A cobrança da dívida ativa poderá ser efetivada administrativamente, judicialmente ou por meio de protesto, podendo ser adotada uma ou outra isolada ou cumulativamente, sem benefício de ordem.

Art. 2º Compete ao Município de Corupá, por meio da Secretaria de Administração e Fazenda e da Assessoria Jurídica, levar a protesto os seguintes títulos:

I - a Certidão da Dívida Ativa (CDA) emitida pela Fazenda Pública Municipal em favor do Município de Corupá, independentemente do valor do crédito, e cujos efeitos do protesto alcançarão, também, os responsáveis tributários apontados no artigo 135 da Lei Federal nº 5.172, de 25.10.1966 (Código Tributário Nacional), desde que seus nomes constem da Certidão de Dívida Ativa;

II - a sentença judicial condenatória de quantia certa em favor do Município de Corupá, desde que transitada em julgado, independentemente do valor do crédito.

§ 1º Efetivado o protesto sem que o devedor tenha, no prazo legal, quitado o débito, a Assessoria Jurídica fica autorizada a ajuizar a ação executiva do título em favor do Município, ou, sendo o caso, a requerer o prosseguimento da fase de cumprimento de sentença, com todos os valores devidamente atualizados, sem prejuízo da manutenção do protesto no cartório competente.

§ 2º Uma vez quitado integralmente ou parcelado o débito pelo devedor, inclusive dos honorários advocatícios dos emolumentos cartorários e das custas judiciais, o Município de Corupá requererá a baixa do protesto ao Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos, bem como a extinção ou a suspensão da ação de execução eventualmente ajuizada.

§ 3º Na hipótese de descumprimento do parcelamento o Município de Corupá fica autorizado a levar a protesto a integralidade do valor remanescente apurado e devido.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no § 3º, as parcelas inadimplidas de parcelamentos concedidos pela Administração Tributária poderão ser levadas a protesto, individualmente, mediante expedição de certidão específica relativa a parcela não paga.

Art. 3º Cabe à Secretaria de Administração e Fazenda com a Assessoria Jurídica efetuar o controle de legalidade dos títulos que serão levados a protesto nos termos da legislação vigente.

Art. 4º O Município de Corupá fica autorizado a efetuar o protesto dos respectivos títulos, nas ações de execução fiscal em curso, bem como nas sentenças judiciais que se encontram em fase de cumprimento de sentença na data da publicação desta lei, observado o disposto no artigo 2º.

Art. 5º Somente ocorrerá o cancelamento do protesto após o pagamento total da dívida, incluídas as custas judiciais, honorários advocatícios e emolumentos cartorários ou o parcelamento daquela.

Art. 6º Em consonância com o art. 472, §7º do Código Tributário Municipal (LC nº 010/2009) fica a Assessoria Jurídica autorizada a não ajuizar execuções de créditos tributários de baixo valor, considerando-se como tal o montante correspondente ao salário mínimo nacional.

Parágrafo Único – O limite previsto no caput deve ser considerado em relação a cada sujeito passivo, depois de somados todos os débitos que possua inscritos em dívida ativa do Município.

Art. 7º A autorização de que trata o art. 6º não impede a cobrança administrativa, o protesto extrajudicial, bem como inscrição do devedor no cadastro de inadimplentes Municipal.

Art. 8º Os créditos tributários ou não tributários, inscritos em dívida ativa, os quais não estejam em situação de suspensão ou interrupção prescricional, após o decurso do prazo de 05 (cinco) anos de sua constituição definitiva, cujas execuções não tenham sido ajuizadas, por força do valor mínimo para tanto exigido, ou por falta de requisito formal, serão cancelados.

Art. 9º. O chefe do executivo poderá, mediante Decreto, regulamentar o disposto nesta Lei.

Parágrafo Único – Cabe a Assessoria Jurídica e ao Secretário Municipal de Administração e Fazenda, mediante portaria, a expedição de normas complementares para o cumprimento desta Lei e seu regulamento.

Art. 10. Convênio a ser firmado com os Cartórios de Protesto locais regulará a remessa e retirada dos títulos, bem como dos respectivos valores.

§ 1º Os tabelionatos fornecerão ao Município de Corupá, mensalmente ou quando solicitado, certidão, em forma de relação, dos protestos vigentes, dos retirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada, da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa ou outro meio, nem mesmo parcialmente.

§ 2º A certidão na forma de relação será fornecida gratuitamente, sem nenhum ônus para o Município de Corupá, e os tabelionatos serão responsáveis pelas informações que enviarem.

§ 3º A apresentação a protesto poderá ser realizada por meio eletrônico.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, em 26 de novembro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e seis dias do mês de novembro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

LEI Nº 2199/15

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br**LEI Nº 2199/15****APROVA O PLANO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE CORUPÁ/SC E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º É aprovado o Plano Municipal de Educação – PME de Corupá com Vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta lei, na forma do Anexo único, com vistas ao cumprimento do disposto na Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.

Art. 2º O Município de Corupá, em articulação com a sociedade civil, procederá as avaliações periódicas da implementação do Plano Municipal de Educação.

§ 1º O Poder Legislativo, por intermédio da Comissão de Educação, acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação.

§ 2º A avaliação realizar-se-á bianualmente a partir de vigência desta Lei, por meio do Conselho Municipal de Educação e/ou Fórum Permanente de Educação de Corupá em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, cabendo à Câmara de Vereadores aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

§ 3º As alterações decorrentes dos processos de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Corupá, deverão estar alinhadas com as determinações das metas e estratégias nacionais definidas no Plano Nacional de Educação em vigor.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

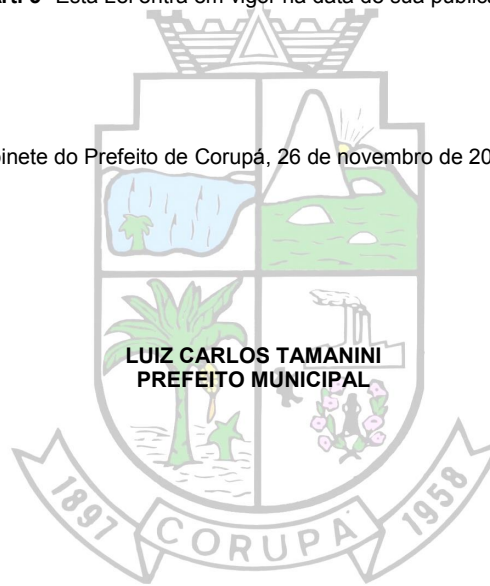
www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

Art. 3º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 4º Os Poderes Municipais, Executivo e Legislativo, empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 26 de novembro de 2015..



Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e seis dias do mês de novembro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

ANEXO ÚNICO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC

METAS E ESTRATÉGIAS DO PLANO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Estratégias de implementação	Responsável	Prazo	Origem dos recursos
1.1 Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta e estabelecer, no primeiro ano de vigência do plano municipal de educação, normas, procedimentos e prazos para a definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creche.	Secretaria Municipal de Educação	A partir da aprovação do PME	Sem custos.
1.2 Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas às normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reconstrução de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil.	Secretaria Municipal de Educação	A partir da aprovação do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
1.3 Implantar até o segundo ano de vigência do Plano Municipal de Educação, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada dois anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.	Secretaria Municipal de Educação	Até dezembro 2017	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
1.4 Promover a formação inicial e continuada dos(as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.	Secretaria Municipal de Educação	A partir da aprovação do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
1.5 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao	Secretaria Municipal de Educação	A partir da aprovação do PME	Sem custos.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de zero a cinco anos.			
1.6 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta de atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
1.7 Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até três anos de idade.	Secretaria Municipal de Educação; Secretaria da Saúde e Assistência Social.	Durante a vigência do PME	Sem custos.
1.8 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de zero a cinco anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do(a) aluno(a) de seis anos de idade no ensino fundamental.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
1.9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Sem custos.
1.10 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até três anos. O município realizará e publicará a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria da Saúde e Assistência Social	Durante a vigência do PME	Sem custos.
1.11 Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as	Secretaria Municipal	Durante a vigência	Fundeb, Salário

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

crianças de zero a cinco anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.	de Educação	do PME	Educação e/ou Recursos próprios.
Meta 2: Universalizar o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos, para toda população de 06 (seis) à 14 (quatorze) anos, e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua esta etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste plano municipal de educação.			
Estratégias de implementação	Responsável	Prazo	Origem dos recursos
2.1 O município, deverá, até o final do 2º(segundo) ano de vigência deste PME (Plano Municipal de Educação), elaborar e encaminhar ao Conselho Municipal de Educação, precedida de consulta pública Municipal proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os(as) alunos(as) do ensino fundamental e a implantação que configurarão a base municipal comum curricular do ensino fundamental.	Secretaria Municipal de Educação	Até dezembro de 2017	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
2.2 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos(as) alunos(as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.	Secretaria Municipal de Educação Conselho Tutelar	Durante a vigência do PME	Sem custos.
2.3 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, igreja, associação de moradores, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.	Secretaria Municipal de Educação Assistência Social e Conselho Tutelar	Durante a vigência do PME	Sem custos.
2.4 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, bem como promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos(as) dentro e fora dos espaços escolares,	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.			
2.5 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.	Secretaria Municipal de Educação e Conselho tutelar	Durante a vigência do PME	Sem custos.
2.6 Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
2.7 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental garantida a qualidade para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
2.8 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

Estratégias de implementação	Responsável	Prazo	Origem dos recursos
3.1 Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagem, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.	Secretaria de Estado da Educação	Até dezembro 2016	Recursos Estaduais aplicáveis em educação.
3.2 Garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, saúde e meio ambiente, integrada ao currículo escolar.	Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
3.4 Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental,	Secretaria	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

por meio do acompanhamento individualizado do(a) aluno(a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira com sua idade.	Municipal de Educação		Educação e/ou Recursos próprios.
3.5 Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das pessoas com deficiência.	Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência dos PNE/PEE/PME	Recursos Estaduais aplicáveis em educação.
3.6 Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários(as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos da assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude.	Secretaria de Estado da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência dos PNE/PEE/PME	Sem custos.
3.7 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) à 17(dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e a juventude.	Secretaria de Estado da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência dos PNE/PEE/PME	Sem custos.
3.8 Fomentar programas de educação e de cultura para a população adulta, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar e para a faixa etária de 15(quinze)à 17 (dezessete) anos como complementação de estudos.	Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência dos PNE/PEE/PME	Recursos Estaduais aplicáveis em educação.
3.9 Redimensionar a oferta do ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos(as) alunos(as).	Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência dos PNE/PEE/PME	Recursos Estaduais aplicáveis em educação.
3.10 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas dos profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.	Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência dos PNE/PEE/PME	Recursos Estaduais aplicáveis em educação.
3.11 Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou	Secretaria de Estado da	Durante a vigência dos	Sem custos.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.	Educação	PNE/PEE/PME	
3.12 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.	Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência dos PNE/PEE/PME	Recursos Estaduais aplicáveis em educação.
3.13 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.	Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência dos PNE/PEE/PME	Sem custos.
Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.			
Estratégias de implementação	Responsável	Prazo	Origem dos recursos
4.1 Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos(as) estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.	Governo Federal	Durante a vigência do PNE	Fundeb.
4.2 Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
4.3 Implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado de qualidade nas escolas.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

4.4 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Município e do Estado.
4.5 Estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Município e do Estado.
4.6 Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Município e do Estado.
4.7 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
4.8 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

especializado.	Educação		Município e do Estado.
4.9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Município e do Estado.
4.10 Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Município e do Estado.
4.11 Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam às especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Município e do Estado.
4.12 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Município e do Estado.
4.13 Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e	Secretaria Municipal de Educação Secretaria	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues.	Estadual da Educação		próprios do Município e do Estado.
4.14 Definir, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Até dezembro de 2017	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Município e do Estado.
4.15 Promover, por meio de parcerias entre saúde, educação e órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Município e do Estado.
4.16 Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Sem custos.
4.17 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Município e do Estado.
4.18 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Município e do

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino.			Estado.
4. 19 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Município e do Estado.
Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.			
Estratégias de implementação	Responsável	Prazo	Origem dos recursos
5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
5.2 Instituir instrumentos municipais de avaliação periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, anualmente, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem seus respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
5.3 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Sem custos.
5.4 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
5.5 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

alfabetização.			
5.6 Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
5.7 Pais/responsáveis pelos (as) alunos (as) devem acompanhar as atividades escolares por eles (as) realizadas e levá-los (as) às atividades de apoio pedagógico e de atendimento especializado.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
5.8 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura, bem como implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, programas de incentivo à leitura.	Secretaria Municipal de Educação	Até dezembro de 2017	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.			
Estratégias de implementação	Responsável	Prazo	Origem dos recursos
6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
6.2 Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
6.3 Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

tempo integral.			
6.4) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
6.5 Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
6.6 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
6.7 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.

Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

IDEB	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	3,7	3,7	4,3	4,7	5,0	5,2

Estratégias de implementação	Responsável	Prazo	Origem dos recursos
7.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental, respeitada a diversidade regional, estadual e local.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
7.2 Assegurar que:	Secretaria		Fundeb,

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;	Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Item a - Até 2020 Item b – até 2015	Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
b) no último ano de vigência deste PME, todos os (as) estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.			
7.3 Constituir, em colaboração entre a União, o Estado e o Município, indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
7.4 Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
7.5 Atualizar e acompanhar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
7.6 Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

			Município.
7.7 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil e o ensino fundamental e incentivar práticas pedagógicas que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
7.8 Garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
7.9 Universalizar, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Até dezembro 2020	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
7.10 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
7.11 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
7.12 Institucionalizar políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do	Fundeb, Salário

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.	Secretaria de Estado da Educação	PME	Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
7.13 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
7.14 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
7.15 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
7.16 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
7.17 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
7.19 Estabelecer políticas de estímulo às	Secretaria	Durante a	Fundeb,

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.	Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	vigência do PME	Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
---	---	-----------------	---

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Estratégias de implementação	Responsável	Prazo	Origem dos recursos
8.1 Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados.	Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Recursos do governo Estadual.
8.2 Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
8.3 garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
8.4 Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com o Estado, para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Sem custos.
8.5 Garantir a oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do	Fundeb, Salário Educação e/ou

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

acesso e permanência na sua própria comunidade.	Secretaria de Estado da Educação	PME	Recursos próprios do Estado e do Município.
8.6 Fomentar a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nessa meta.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
Meta municipal 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.			
Estratégias de implementação	Responsável	Prazo	Origem dos recursos
9.1 Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Até dezembro 2016	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
9.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Sem custos.
9.3 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
9.4 realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Sem custo.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

9.5 Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Sem custos.
9.6 Apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as).	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
9.7 Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
META 10: Apoiar junto às esferas nacional e estadual a oferta de matrículas de educação de jovens e adultos, na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio, até ao final da vigência do Plano.			
Estratégias de implementação	Responsável	Prazo	Origem dos recursos
10.1 Permanecer integrado ao Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos em conjunto com o Estado e União.	Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação.
10.2 Contribuir com a expansão das matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
10.3 Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando suas	Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

especificidades.			
10.4 Fomentar a criação de oportunidades profissionais aos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
10.5 Aderir ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
10.6 Contribuir com o Estado e a União na diversificação do currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico, adequando-os às características desses estudantes.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios do Estado e do Município.
10.7 Contribuir com a União e Estado na produção de material didático, o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola.	Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação.
10.8 Colaborar para a garantia da formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.	Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação.
10.9 Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.	Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação.
10.10 Promover campanhas para busca ativa de jovens e adultos que se encontram fora da escola, em parceria com a secretaria municipal de assistência social.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

	Estado da Educação		educação.
10.11 Ampliar o programa de transporte escolar para os estudantes do EJA para cursarem o curso profissionalizante em outras cidades.	Secretaria Municipal de educação em parceria com a Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Recursos próprios e de convênios com o Estado.
10.12 Acompanhar e identificar estudantes do EJA em situação de vulnerabilidade social e encaminhá-los a serviço de assistência social do município, a fim de possibilitar auxílio para a conclusão de seu curso técnico profissionalizante.	Secretaria Municipal de educação em parceria com a Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Sem custos.
10.13 Firmar parcerias com instituições públicas e privadas (SESI, SENAI, SENAC, IFSC) que ofereçam cursos técnicos profissionalizantes aos estudantes da EJA.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria de Estado da Educação	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação
META 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da expansão no segmento público.			
Estratégias de implementação	Responsável	Prazo	Origem dos recursos
11.1 Articular, junto ao Governo do Estado e União, política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais da educação profissional com a criação de uma escola técnica neste município.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação.
11.2 Auxiliar o Estado e a União na oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação.
11.3 Auxiliar o Estado na expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, assegurado padrão de qualidade.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

11.4 Contribuir, quando possível, com a reestruturação das escolas de educação profissional existentes em municípios limítrofes, levando-se em consideração as especificidades de cada curso, a necessidade de máquinas e equipamentos, implementos didáticos e tecnológicos, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos, a fim de oferecer vagas aos estudantes deste município por meio de convênios.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação.
11.5 Apoiar o Estado na promoção da expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude deste município.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação.
11.6 Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação.
11.7 Contribuir com o Estado na expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio para o público da educação especial.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação.
11.8 Cooperar com o Estado e a União no aprimoramento dos programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes, bem como estender estes programas aos estudantes de cursos técnicos de nível médio, com vistas a sua conclusão.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação.
11.9 Adotar em parceria com o Estado e a União, políticas afirmativas para reduzir as desigualdades étnico-raciais para o acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação.
11.10 Gerar, coletar, analisar e disponibilizar a entidades públicas e privadas consultas aos dados produzidos pelo município com o objetivo de desenhar tendências de cursos a serem oferecidas pelas instituições	Secretaria Estadual da Educação Secretaria	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

especializadas em educação profissional.	Municipal de Educação		
11.11 Fomentar e garantir estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação.
11.12 Identificar o jovem e adulto carente do EJA quando matriculado em cursos técnicos profissionalizantes, em situação de risco, e encaminhá-lo ao serviço de assistência social do município para as medidas cabíveis.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação.
11.13 Firmar parcerias com instituições públicas e privadas (SESI, SENAI, SENAC, IFSC) que ofereçam cursos técnicos profissionalizantes, para também disponibilizarem vagas aos estudantes na modalidade de EJA.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação.
11.14 Fomentar e incentivar o contato entre universidades e instituições de cursos técnicos da região com as escolas de ensino médio deste município, com vistas a possibilitar ao estudante uma visão ampla do contexto e oferta de trabalho, incentivando-o a cursar o ensino superior nas modalidades de licenciatura, bacharelado ou tecnólogo.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos estaduais aplicáveis na educação.
META 12: Articular com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 40% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.			
Estratégias de implementação	Responsável	Prazo	Origem dos recursos
12.1 Contribuir com a União e o Estado, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso ao ensino superior por meio da graduação.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos próprios e Recursos estaduais.
12.2 Mapear a demanda e fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos próprios e Recursos estaduais.
12.3 Ampliar e garantir a oferta de bolsas de	Secretaria	Durante a	Recursos

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

estudos para graduação (totais ou parciais) aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica, com critérios para sua concessão definidos previamente em Plano de Carreira para Magistério.	Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	vigência do PME	próprios e Recursos estaduais.
12.4 Criar/manter/ampliar políticas de assistência estudantil de acesso e permanência ao ensino superior para a população considerada economicamente carente, regulamentadas em leis próprias.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos próprios e Recursos estaduais.
12.5 Incentivar as instituições de educação superior particulares a aderir e participar dos programas de apoio financeiro do Governo Federal, a fim de possibilitar o acesso de estudantes ao ensino superior.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos próprios e Recursos estaduais.
12.6 Assegurar, na forma da lei, condições de acessibilidade às pessoas da educação especial, nas instituições de ensino superior.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos próprios e Recursos estaduais.
12.7 Cooperar com o Estado e a União na manutenção e ampliação dos programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação latu sensu, em âmbito nacional.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos próprios e Recursos estaduais.
12.8 Auxiliar a União, o Estado e a iniciativa privada na divulgação de programas de concessão de bolsas de estudos a estudantes que queiram cursar o ensino superior no exterior, concedendo-lhes todas as orientações necessárias para acesso, permanência e conclusão de seus estudos.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos próprios e Recursos estaduais.
12.9 Fomentar e estimular por meio de campanhas nas universidades a participação de estudantes deste município em cursos de iniciação científica, visando a sua permanência e conclusão de seus estudos, bem como inserindo-os desde cedo na prática da pesquisa científica em diversas áreas do conhecimento, assegurando o futuro científico, tecnológico e humanístico do município.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos próprios e Recursos estaduais.
META 13: Apoiar articulação com a União e o Estado, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.			

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

Estratégias de implementação	Responsável	Prazo	Origem dos recursos
13.1 Mediar a articulação com a União e o Estado, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos próprios e Recursos estaduais.
Meta 14: Fomentar, em articulação com o Estado e União para a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 04 (quatro) mestres e 02 (dois) doutores, até ao final da vigência do plano, contribuindo assim, com a meta nacional e estadual.			
Estratégias de implementação	Responsável	Prazo	Origem dos recursos
14.1 Articular em parceria com o Estado e a União, a expansão do financiamento da pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento, possibilitando assim o acesso dos professores da rede pública municipal a pós-graduação em nível de mestrado e doutorado por meio de bolsas de estudo via FAPESC e CAPES.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos próprios e Recursos estaduais.
14.2 Fomentar, em parceria com a União, Estado ou iniciativa privada, políticas de assistência estudantil assegurando aos estudantes considerados economicamente carentes, bolsas de estudos em nível de pós-graduação stricto sensu, regulamentada em leis própria.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos próprios e Recursos estaduais.
14.3 Ofertar bolsas de estudos de pós-graduação stricto sensu aos professores e demais profissionais da educação básica das redes públicas municipais de ensino, regulamentadas em lei própria.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos próprios e Recursos estaduais.
14.4 Incentivar e colaborar com o Estado e a União estimulando a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade da região de mata atlântica evitando o desmatamento, bem como a gestão de recursos hídricos existentes em nossa região para mitigação dos efeitos das cheias e deslizamentos de encostas.	Secretaria Estadual da Educação Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Recursos próprios e Recursos estaduais.
14.8 Conceder licença aos professores da rede pública municipal para a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação stricto sensu, tanto no Brasil como no exterior, sem que haja perda ou prejuízo em seus vencimentos durante todo o período do	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação, e/ou Recursos próprios.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

respectivo curso, cabendo ao estudante obedecer a outros critérios a serem definidos no Plano de Carreira.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política municipal de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunidade, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada (art. 61 da LDB).

Estratégias de implementação	Responsável	Prazo	Origem dos recursos
15.1 Promover, em regime de cooperação entre União, o Estado, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação MEC	Até dezembro 2016	Fundeb, Salário educação, e/ou Recursos próprios municipais e estaduais.
15.2 Apoiar o acesso ao financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação. Recursos próprios municipais e estaduais.
15.3 Instituir e consolidar uma plataforma eletrônica em âmbito municipal, com dados de formação de todos os professores da rede pública municipal, para organizar a demanda/oferta de matrículas em cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação em Corupá.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação MEC	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios municipais e estaduais.
15.4 Articular com as instituições de nível superior, formadoras de profissionais para educação básica, de forma a promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura, garantindo a renovação pedagógica, com foco no aprendizado do estudante.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios municipais e estaduais.
15.5 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios municipais e estaduais.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

15.6 Incentivar programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício na rede pública municipal.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios municipal e estadual.
15.7 Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do sistema municipal de ensino.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios municipal e estadual.
15.8 Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios municipal e estadual.
15.9 Consolidar política de formação continuada prevista para o município.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios municipal e estadual.
15.10 Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica e infantil, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios municipal e estadual.
15.11 Fomentar a produção de material didático, a criação de metodologias específicas e a elaboração de instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação inicial e continuada de docentes da rede pública.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios municipal e estadual.
15.12 Instituir, em regime de colaboração entre o Estado e o Município, forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios municipal e

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

			estadual.
15.13 Criar e oferecer programas de capacitação para o desenvolvimento de produções de projetos nas escolas da rede municipal de ensino.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios municipal e estadual.
15.14 Criar políticas e programas de formação continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade, cidadania e orientação sexual, para a promoção dos direitos e dos deveres sociais.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios municipal e estadual.
15.15 Ampliar e incentivar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios municipal e estadual.
15.16 Possibilitar a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios municipal e estadual.
15.17 Criar e incentivar programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e, ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios municipal e estadual.
15.18 Oferecer e estimular a participação dos docentes da rede municipal de educação em programas de formação continuada em Libras e Braille.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios.
META 16: Formar 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.			
Estratégias de implementação	Responsável	Prazo	Origem dos recursos
16.1 Realizar, em regime de colaboração, o	Secretaria	Durante a	Fundeb, Salário

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Município.	Municipal de Educação Secretaria Estadual da educação	vigência do PME	educação e/ou Recursos próprios municipal e estadual.
16.2 Consolidar política municipal de formação, em nível de pós-graduação, de professores da educação básica, definindo diretrizes municipais, áreas prioritárias, instituições formadoras.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios.
16.3 Implementar e consolidar um permanente programa, definido em legislação, de afastamento remunerado dos professores e profissionais do Sistema Municipal de Ensino, para cursar pós-graduação, considerando as necessidades mais urgentes.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios.
16.4 Garantir a oferta de bolsas de estudo integral de pós-graduação dos professores e demais profissionais do Sistema Municipal de Ensino.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios.
16.5 Criar legislação específica para a oferta de bolsas de estudo integral de pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica e infantil.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios municipal e estadual.
16.6 Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos.	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Estadual da educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário educação e/ou Recursos próprios municipal e estadual.
Meta 17: valorizar os (as) profissionais do magistério do Sistema Municipal de Ensino de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste Plano Municipal de Educação.			
Estratégias de implementação	Responsável	Prazo	Origem dos recursos
17.1 Inserir-se, por iniciativa da Secretaria Municipal da Educação, até o final do primeiro ano de vigência do PNE, no fórum permanente, com representação da União, do Estado, do Município (Conselhos Municipais, Sindicato, Câmara de Vereadores, Associação Comercial, APPs) e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Sem custos.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

17.2 Constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.	Secretaria Municipal de Educação e Fórum Municipal da Educação	Até 2017	Sem custos.
17.3 Implementar, no âmbito municipal, atualização constante dos planos de Carreira para os (as) profissionais do magistério da rede pública de educação, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.	Secretaria Municipal de Educação e Fórum Municipal da Educação	Durante a vigência do PME	Sem custos.
Meta 18: Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a reestruturação do plano de Carreira para os (as) profissionais da educação básica, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.			
Estratégias de implementação	Responsável	Prazo	Origem dos recursos
18.1 Estruturar a rede pública municipal de educação de modo que, até o final da vigência deste Plano Municipal de Educação, 80 % (oitenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.	Secretaria Municipal de Educação Administração Municipal Fórum Permanente da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
18.2 Garantir, na rede pública de educação, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.	Secretaria Municipal de Educação	Durante a vigência do PME	Sem custos.
18.3 Assegurar, no Plano de Carreira dos profissionais da educação do município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu.	Secretaria Municipal de Educação Administração Municipal Fórum Permanente da Educação	Durante a vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
18.4 Realizar anualmente, a partir do terceiro ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, por iniciativa da Secretaria	Secretaria Municipal de Educação	A partir de 2018	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

Municipal da Educação, em regime de colaboração, o censo dos (as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério.	Administração Municipal Fórum Permanente da Educação		próprios.
18.5 Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação do sistema de ensino para subsidiar os órgãos competentes na reestruturação e atualização do plano de Carreira.	Secretaria Municipal de Educação	A partir da vigência do PME	Sem custos.
18.6 Estabelecer ações e propor políticas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	Secretaria Municipal de Educação Administração Municipal Fórum Permanente da Educação	A partir do segundo ano de vigência do PME	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
18.7 Incluir, no plano de carreira, a oferta de profissionais habilitados na área da psicologia, fonoaudiologia, psicopedagogia, serviço social e da saúde, para assessorar os profissionais da educação.	Secretaria Municipal de Educação Administração Municipal Fórum Permanente da Educação	A partir de 2018	Fundeb, Salário Educação e/ou Recursos próprios.
META 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União, Estado e Município para tanto.			
Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo	Origem dos Recursos
19.1 Criar e Consolidar no Sistema Municipal de Ensino normas de gestão democrática, com a participação da comunidade.	Secretaria Municipal de Educação	Até dezembro 2016	Fundeb, Salário Educação, e/ou Recursos próprios.
19.2 Estimular a constituição e o fortalecimento de Grêmios Estudantis e Associações de Pais e Professores.	Secretaria Municipal de Educação	Até dezembro 2017	Fundeb, Salário Educação, e/ou Recursos próprios.
19.3 Apoiar técnica e financeiramente as Unidades Escolares no processo de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico.	Secretaria Municipal de Educação	Até dezembro 2016	Fundeb, Salário Educação, e/ou Recursos próprios.
19.4 Implantar, em 100% das escolas, Conselhos Escolares, garantindo sua construção e participação de maneira democrática.	Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação	Até dezembro 2016	Fundeb, Salário Educação, e/ou Recursos próprios.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

19.5 Ensajar condições físicas e materiais para que o Conselho Municipal de Educação possa exercer suas funções de maneira autônoma.	Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação	Até dezembro 2017	Fundeb, Salário Educação, e/ou Recursos próprios.
19.6 Viabilizar a revisão na lei regulamentadora do Conselho Municipal de Educação.	Conselho Municipal de Educação	Até dezembro 2016	Fundeb, Salário Educação, e/ou Recursos próprios.
19.7 Proporcionar aos Conselhos Municipais ligados à Educação condições de analisar, diagnosticar e emitir pareceres técnicos a respeito da realidade educacional da cidade.	Secretaria Municipal de Educação e Conselhos Municipais ligados à Educação	Até dezembro 2017	Fundeb, Salário Educação, e/ou Recursos próprios.
19.8 Garantir que o processo de escolha dos Conselheiros dos Conselhos Municipais ligados à Educação seja realizado seguindo os princípios da participação democrática.	Secretaria Municipal de Educação e Conselhos Municipais ligados à Educação	Até dezembro 2017	Fundeb, Salário Educação, e/ou Recursos próprios.
19.9 Garantir a capacitação e formação permanente dos Conselheiros dos Conselhos Municipais ligados à Educação.	Secretaria Municipal de Educação e Conselhos Municipais ligados à Educação	Até dezembro 2017	Fundeb, Salário Educação, e/ou Recursos próprios.
META 20: Acompanhar a evolução o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.			
Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo	Origem dos Recursos
20.1 Acompanhar a evolução das discussões e regulamentação dos percentuais previstos nesta meta de modo a atendê-la plenamente.	Secretaria Municipal de Educação	Até o final da vigência do PME	Próprios, além de recursos estaduais e da União.
20.2 Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial aquelas decorrentes do Artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do artigo 75 da lei 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade.	Secretaria Municipal de Educação	Até o final da vigência do PME	Próprios, além de recursos estaduais e da União.
20.3 Otimizar a destinação de recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino,	Secretaria Municipal de	Até o final da vigência do	Próprios, além de recursos

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - juridico@corupa.sc.gov.br

em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212 da Constituição Federal.	Educação	PME	estaduais e da União.
20.4 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, capacitando os membros dos conselhos escolares e CACS-FUNDEB, contando estes ainda com a colaboração da Secretaria de Educação e do Tribunal de Contas do Estado.	Secretaria Municipal de Educação	Até o final da vigência do PME	Próprios, além de recursos estaduais e da União.
20.5 Viabilizar a divulgação das prestações de contas em linguagem mais acessível para a população, a partir da aprovação do PME.	Secretaria Municipal de Educação	Até o final da vigência do PME	Próprios, além de recursos estaduais e da União.
20.6 Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, formação e valorização do magistério e maior organização escolar.	Secretaria Municipal de Educação	Até o final da vigência do PME	Próprios, além de recursos estaduais e da União.
20.7 Garantir a aplicação dos recursos destinados à manutenção, reformas e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada, com espaços diferenciados, ventilação, iluminação, condições sanitárias e acessibilidade.	Secretaria Municipal de Educação	Até o final da vigência do PME	Próprios, além de recursos estaduais e da União.
20.8 Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio de aplicabilidade deste PME, os quais deverão considerar a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino do município.	Secretaria Municipal de Educação	Até o final da vigência do PME	Próprios, além de recursos estaduais e da União.
20.9 Assegurar a devida aplicação dos percentuais destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino em todos seus níveis e modalidades.	Secretaria Municipal de Educação	Até o final da vigência do PME	Próprios, além de recursos estaduais e da União.
20.10 Realizar e divulgar estudos sobre os recursos aplicados na educação básica nas suas diferentes etapas e modalidades, buscando a melhoria da eficiência e a garantia da qualidade do respectivo atendimento.	Secretaria Municipal de Educação	Até o final da vigência do PME	Próprios, além de recursos estaduais e da União.
20.11 Assegurar que todas as unidades escolares do município atendam aos padrões de qualidade estabelecidos no PME.	Secretaria Municipal de Educação	Até o final da vigência do PME	Próprios, além de recursos estaduais e da União.

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e seis dias do mês de novembro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE LEILÃO Nº 10/2015

EDITAL DE LEILÃO Nº 10/2015

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO - COINCO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 359, devidamente inscrito na CNPJ sob nº 04.695.617/0001-20, neste ato representado por seu Presidente Senhor Domingos Scariot Júnior, Prefeito do município de Santa Cecília, no uso de suas atribuições, na forma do que dispõe a Lei No. 8.666 de 21.06.93, tornam público que a partir das 09:00 horas do dia 16/12/2015, no Escritório do COINCO, sito Rua Barão do Rio Branco, 359, Centro, se acha aberta licitação na modalidade de leilão, destinado a alienação do bem móvel de acordo com as condições previstas neste edital. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem na sede administrativa do COINCO, no horário de expediente.

Curitibanos, 30 de Novembro de 2015.

Domingos Scariot Júnior Fábio Pellizzaro
Presidente do COINCO Assessor Jurídico

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA DIGITAL PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 16/12/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 16/12/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 27 de Novembro de 2015.

Kleberon Luciano Lima Diego Sebem Wordell
Presidente do Fundo Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE LAVADORAS PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEO MUNICIPAIS DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 16/12/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 16/12/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 27 de Novembro de 2015.

Kleberon Luciano Lima Diego Sebem Wordell
Presidente do Fundo Pregoeiro

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 53/2015

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 53/2015

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, SC neste ato representado por seu Presidente de Fundo, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço POR Item, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONSTRUÇÃO DE MURO E REFORMA DE PISO NO NÚCLEO MUNICIPAL TERESA LEMOS PRETO E REFORMA DA COZINHA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALFREDO LEMSER, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 17/12/2015, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 17/12/2015, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br

Curitibanos, 30 de Novembro de 2015.

Kleberon Luciano Lima Diego Sebem Wordell
Presidente do Fundo Presidente da CPL

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta a licitação Pregão n. 123/2015. Objeto: Aquisição Catalisador e abraçadeira para o veículo do transporte escolar do Município. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 11/12/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 01/12/2015.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta a licitação Pregão n. 124/2015. Objeto: Transporte de atletas para participação de jogos abertos de Santa Catarina. Entrega da documentação e propostas até as 10:00 horas do dia 11/12/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 01/12/2015.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. 34/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 34/2015

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço" Por Item, objetivando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E DEMAIS MÁQUINAS DESTA MUNICIPALIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2016, conforme anexo do edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 15/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 14/12/2015, Hora: 08h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 14/12/2015, Hora: 09h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 30 de novembro de 2015.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

Ermo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 37/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 37/2015 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando o fornecimento de Gêneros Alimentícios para serem utilizados no preparo da merenda escolar dos alunos do Ensino Infantil, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) durante o exercício de 2016, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 07:30, hs do dia 11/12/2015 e abertura às 07:45 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:00 hs às 12:00 hs, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 031/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório n° 053/2015

Edital de Pregão Presencial n° 031/2015

Objeto: Aquisição de um transformador novo para poste de 225KVA, 25KV, 380/220V

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 11/12/2015.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na integra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CONTRATO 0132/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0132/2015

Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes

Contratado: Banda Portal dos Sul Ltda Me

Objeto: Contratação de show para abertura oficial da semana natalina do distrito da Barra Grande.

Valor: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0071/2015, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0001/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 26 de novembro de 2015.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO 0134/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0134/2015

Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes

Contratado: Enio Endeler Me

Objeto: Contratação de show para abertura oficial da semana natalina do município

Valor: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0073/2015, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0002/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de novembro de 2015.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

CONTRATOS_1 DIVERSOS SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0020/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Adeval Bike Papelaria E Bazar Ltda Me

Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais diversos destinados a secretaria de assistência social.

Valor: R\$ 1.783,60 (mil setecentos e oitenta e três reais e sessenta centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0009/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0009/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de novembro de 2015.

FERNANDA DE CAMPOS

DIRETORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0021/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Jandira Capellaro Rodrigues e cia Ltda Me.

Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais diversos destinados a secretaria de assistência social.

Valor: R\$ 8.043,25 (oito mil quarenta e três reais e vinte e cinco centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0009/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0009/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de novembro de 2015.

FERNANDA DE CAMPOS

DIRETORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0022/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda Me

Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais diversos destinados a secretaria de assistência social.

Valor: R\$ 1.681,85 (mil seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0009/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0009/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de novembro de 2015.

FERNANDA DE CAMPOS

DIRETORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

Inexigibilidade nº 0002/2015

Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes

Objeto: Contratação de show para abertura oficial da semana natalina do município.

Valor: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0073/2015, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0002/2015

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de novembro de 2015.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Flor do Sertão

PREFEITURA

DECRETO Nº 111/2015

	DECRETO N.º 111/2015
	INSTITUI A CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE FLOR DO SERTÃO - CAISAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.

CONSIDERANDO que o direito à alimentação foi incluído no art. 6º da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010, como direito social;

CONSIDERANDO o art. 7º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada;

CONSIDERANDO o art. 11 do Decreto Federal nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, que regulamenta a citada lei, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN e estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

CONSIDERANDO o art. 2º, V, do Decreto Federal nº 6.272, de 23 de novembro de 2007, que dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA;

CONSIDERANDO o art. 1º, VII, Decreto Federal nº 6.273, de 23 de novembro de 2007, que cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional;

CONSIDERANDO o art. 3º e seguintes da Resolução nº 9 - CAISAN, de 13 de dezembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos e o conteúdo dos termos para a adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

CONSIDERANDO a Lei nº 631/2015 de 25 de março de 2015, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, Lei nº 632/2015 de 25 de março de 2015 que cria o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e o Decreto nº 072/2015 de 24 de junho de 2015, que aprova o seu regimento interno;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN do município de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da administração pública municipal afetos à área de segurança alimentar e nutricional, com as seguintes competências:

I - elaborar, a partir das diretrizes emanadas do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando

diretrizes, metas e fontes de recursos, bem como instrumentos para sua execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

II - coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante interlocução permanente com o COMSEA e os órgãos executores de ações e programas de SAN;

III - acompanhar as propostas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual;

IV - monitorar e avaliar, de forma integrada, a destinação e aplicação de recursos em ações e programas de interesse da segurança alimentar e nutricional no Plano Plurianual e nos Orçamentos Anuais;

V - apresentar relatórios e informações ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

VII - solicitar informações de quaisquer órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal para o bom desempenho de suas atribuições;

VIII - assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do COMSEA pelos órgãos de governo que compõem a CAISAN municipal, apresentando relatórios periódicos;

IX - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno em consonância com a Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 e os Decretos nº 6272, ambos de novembro de 2001 e o Decreto nº 7272 de 25 de agosto de 2010.

Art. 2º A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será implementada por meio do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser construído intersetorialmente pela Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, com base nas prioridades estabelecidas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir das deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo Único - O Plano Municipal de SAN deverá:

I - conter análise da situação nacional de segurança alimentar e nutricional;

II - ser quadrienal;

III - dispor sobre os temas previstos no parágrafo único do Art. 22 de Decreto nº 7272/2010, entre outros temas apontados pelo COMSEA e pela Conferência Municipal de SAN;

IV - explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades afetos à Segurança Alimentar e Nutricional;

V - incorporar estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar e nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero;

VI – definir seus mecanismos de monitoramento e avaliação.

Art. 3º A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Flor do Sertão - CAISAN poderá solicitar informações de quaisquer órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Flor do Sertão - CAISAN será composta pelos representantes Governamentais titulares e suplentes no COMSEA, de que trata a Lei nº 631/2015 de 25 de março de 2015, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA.

Parágrafo Único - A presidência da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Flor do Sertão - CAISAN será exercida pelo representante da Secretaria Municipal de Assistência Social no COMSEA, de que trata a Lei nº 631/2015 de 25 de março de 2015, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA.

Art. 5º A programação e a execução orçamentária e financeira dos programas e ações que integram a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 6º A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Flor do Sertão - CAISAN poderá instituir comitês técnicos com a atribuição de proceder à prévia análise de ações específicas.

Art. 7º A secretaria executiva da CAISAN deve ser exercida pelo órgão governamental que a preside, sendo o secretário executivo indicado pelo titular da pasta, e designado por ato do Chefe do Executivo.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 30 dias do mês de novembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DECRETO Nº. 110

	DECRETO N.º 0110/2015
	SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n.º 0623/2014.

DECRETA:

ART. 1º- Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria de Saúde, a importância de R\$37.583,28 (trinta e sete mil quinhentos e oitenta e três reais e vinte e oito centavos) na dotação orçamentária seguinte:

06.00 – SECRETARIA DE SAÚDE
06.01 – Fundo Municipal de Saúde
10.301 – Atenção Básica
10.301.0014 – Saúde Preventiva

10.301.0014.2.045 – Manutenção da Academia da Saúde	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	37.583,28
Fonte: 0133 – Transf. Convênio União/Saúde	
TOTAL DA FONTE	37.583,28

ART. 2º - Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo 1º são provenientes do excesso de arrecadação verificado na fonte de recursos 0133 até a presente data.

ART. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos nove dias do mês de novembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

LEI Nº 649/2015

LEI Nº. 649/2015

ESTIMA RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Flor do Sertão para o exercício de 2016 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 12.453.933,60 (doze milhões quatrocentos e cinquenta e três mil novecentos e trinta e três reais e sessenta centavos), sendo R\$ 8.188.531,60 (oito milhões, cento e oitenta e oito mil, quinhentos e trinta e um reais e sessenta centavos) do Orçamento Fiscal, R\$ 4.126.970,00 (quatro milhões cento e vinte e seis mil, novecentos e setenta reais) do Orçamento da Seguridade Social e R\$ 138.432,00 (cento e trinta e oito mil quatrocentos e trinta e dois reais) do Orçamento de Investimentos.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2016 estima a receita em R\$ 12.453.933,60 (doze milhões quatrocentos e cinquenta e três mil novecentos e trinta e três reais e sessenta centavos), fixa as despesas do Poder Legislativo e Executivo em R\$ 521.600,00 (quinhentos e vinte e um mil e seiscentos reais) e R\$ 11.932.333,60 (onze milhões novecentos e trinta e dois mil, trezentos e trinta e três reais e sessenta centavos) respectivamente.

§ 1º- A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	VALOR
1.1 Receita Tributária	366.950,00
1.2 Receita de Contribuições	42.000,00
1.2 Receita Patrimonial	49.680,00
1.3 Receita Agropecuária	1.100,00

1.4 Receita de Serviços	68.200,00
1.5 Transferências Correntes	11.846.248,00
1.6 Outras Receitas Correntes	24.755,60
2. RECEITAS DE CAPITAL	
2.1 Alienação de Bens	55.000,00
2.2 Transferência de capital	0,00
T O T A L	12.453.933,60

§ 2º - A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional - programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
01 - CÂMARA MUNICIPAL	521.600,00
02 - GABINETE DO PREFEITO	426.100,00
03 - SECR. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO	1.469.800,00
04 - SECRETARIA MUN.DA FAZENDA	388.400,00
05-SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO CULTURA ESP. LAZER	2.745.482,00
06 - SECR. MUNICIPAL DE SAÚDE	3.006.300,00
07 - SECR. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.073.670,00
08 - SECR. MUN. AGRIC.MEIO AMBIENTE	946.300,00
09-SECR. MUN.INFRA-ESTRUT. TRANSP.DES. URBANO	1.866.281,60
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
T O T A L	12.453.933,60

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
01 - LEGISLATIVA	521.600,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	1.803.700,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	28.600,00
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.018.670,00
10 - SAÚDE	2.976.300,00
12 - EDUCAÇÃO	2.490.550,00
13 - CULTURA	15.000,00
15 - URBANISMO	476.281,60
16 - HABITAÇÃO	55.000,00
17 - SANEAMENTO	30.000,00
20 - AGRICULTURA	946.300,00
22 - INDÚSTRIA	320.000,00
26 - TRANSPORTE	1.390.000,00
27 - DESPORTO E LAZER	239.932,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	132.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
T O T A L	12.453.933,60

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	5.950.300,00
3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	5.435.551,60
DESPESAS DE CAPITAL	
4.4.00.00 - Investimentos	1.058.082,00
4.6.00.00 - Amortização da Dívida	0,00
9.9.99.99 - Reserva de Contingência	10.000,00
TOTAL	12.453.933,60

Art. 3º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 - Intempéries	10.000,00
2 - Epidemias	0,00
3 - Frustração na Cobrança da Dívida	0,00
S O M A	10.000,00

Parágrafo Único - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 5º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir por decreto créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Art. 7º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 9º - Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 10 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 11 A presente Lei vigorará durante o exercício de 2016, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão,
aos 27 dias do mês de Novembro de 2015.

ROGERIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário da Administração

PORTARIA Nº 223/2015

	PORTARIA Nº 223/2015
	CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Funcionaria Municipal MARIA DE LOURDES CARDOSO, ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 01/12/2015 a 30/12/2015, relativo ao período aquisitivo 03/14 a 03/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Dezembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 224/2015

	PORTARIA Nº 224/2015
	INTERROMPE FÉRIAS REGULAMENTAR A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria INTERROMPIDO O PERÍODO DE FÉRIAS REGULAMENTAR concedido à servidora Municipal ROSE CARMEN BINOTTO, concedida através da portaria nº 218/2015, retornando as atividades em 01/12/2015 conforme solicitação do Secretário Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Dezembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 225/2015

	PORTARIA Nº 225/2015
	EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria EXONERADA a Servidora Municipal IVETE GRAEEF FREIBERGER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - A demissão de que trata esta portaria dar-se-á em razão de a servidora ter solicitada exoneração voluntária.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Dezembro de 2015.

ROGÉRIO PERIN Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

LEI Nº 650/2015**Prefeitura Municipal de Flor do Sertao - Patr
Itens por Situacao - Patrimonial****Pag: 00001****Situacao: 6 - INUTILIZADO**

Codigo	Placa	Fornecedor	UG	Localizacao	Valor em 30/11/2015	Nota Fiscal	Proc.Lic.
Aquisicao	Aquisicao	Descricao		Classificacao	Valor de Aquisicao	Est.Cons.	
04-INUTILIZADO							
90	90	1-ISA INFORMATICA LTDA - ME	0000	33-INSERVIVEL	120,00	000054	
31/01/1997		CADEIRA GIRATORIA TECIDO COR PRETA.	390-A1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARI	228,00	4	001/1997
110	110	5-VIMOVEIS COMERCIO DE MOVEIS	0000	33-INSERVIVEL	136,00	000323	
02/10/1997		MESA EM PADRAO CEREJEIRA C/ 03 GAV.	390-A1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARI	136,00	4	001/1997
114	114	5-VIMOVEIS COMERCIO DE MOVEIS	0000	33-INSERVIVEL	136,00	000323	
02/10/1997		MESA EM PADRAO CEREJEIRA C/ 03 GAV.	390-A1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARI	136,00	4	001/1997
115	115	5-VIMOVEIS COMERCIO DE MOVEIS	0000	33-INSERVIVEL	136,00	000323	
02/10/1997		MESA EM PADRAO CEREJEIRA C/ 03 GAV.	390-A1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARI	136,00	4	001/1997
244	244	5-VIMOVEIS COMERCIO DE MOVEIS	0000	33-INSERVIVEL	70,00	000433	
17/06/1997		MESA PARA MICRO COMPUTADOR.	390-A1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARI	97,50	4	
295	295	15-MAQDIMA FERRAMENTAS E EQUIP	0000	33-INSERVIVEL	12,00	001649	
08/04/1997		CHAVE FIXA ESPECIAL 36X41	370-A1.2.3.1.1.01.09	MAQUINAS,	18,00	4	
718	718	5-VIMOVEIS COMERCIO DE MOVEIS	0000	33-INSERVIVEL	80,00	864	
09/02/1999		ARMARIO 02 PORTAS, COM CHAVE EM CER	390-A1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARI	219,00	4	
925	925	52-IVAN TOMAZONI	0000	33-INSERVIVEL	1.512,00	000120	
01/02/2001		IMPRESSORA LASER, HP 1100.	384-A1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMEN	1.512,00	4	
1189	1189	9-COMERCIO DE MAQUINAS OESTE L	0000	33-INSERVIVEL	110,00	003043	
13/06/2002		MESA M-3 C/ 3 GAVETAS 150 CINZA	390-A1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARI	150,00	4	
1215	1215	108-DENTAL GORGES LTDA	0000	33-INSERVIVEL	2.530,00	000611	
10/04/2002		APARELHO DE PROFILAXIA PROF-2 C/ 02	364-A1.2.3.1.1.01.03	APARELHOS	2.950,00	4	
1721	1721	118-ADILSON PEDRO ORO ME	0000	33-INSERVIVEL	140,00	35	
11/06/2003		FORNO ELETRICO MARCA NARDELI MODELO	388-A1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS	238,00	4	
1724	1724	120-MHNET INFORMATICA LTDA	0000	33-INSERVIVEL	250,00		
07/05/2003		MICRO COMPUTADOR PENTIUM 4 COM 2,4	384-A1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMEN	3.227,68	4	13/2003
1797	1797	11-MAVITEL TELECOMUNICACOES LT	0000	33-INSERVIVEL	170,00		
21/09/2005		Aparelho de telefone sem fio marca	363-A1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS	282,00	4	
1813	1813	134-TIM SUL S/A	0000	33-INSERVIVEL	120,00		
16/08/2005		Aparelho celular movel MOTOROLLA V5	363-A1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS	272,00	1	
1860	1860	140-Ministerio da Saude (doaca	0000	33-INSERVIVEL	100,00		
10/04/2006		Microcomputador com Modem e estabil	384-A1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMEN	2.902,58	4	
1864	1864	140-Ministerio da Saude (doaca	0000	33-INSERVIVEL	280,50		
10/04/2006		Mesa para microcomputador marca Bal	390-A1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARI	280,50	4	
1865	1865	140-Ministerio da Saude (doaca	0000	33-INSERVIVEL	100,00		
10/04/2006		Microcomputador NDTA-P500/TB007 com	384-A1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMEN	2.600,00	4	
2128	2128	118-ADILSON PEDRO ORO ME	0000	33-INSERVIVEL	90,00	355	
15/06/2007		APARELHO TELEFONICO SEM FIO INTELBR	363-A1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS	130,00	4	
2233	2233	41-INPOPOINT INFORMATICA LTDA	0000	33-INSERVIVEL	250,00	3389	
14/05/2008		MICROCOMPUTADOR PROC. DUAL CORE E21	384-A1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMEN	2.489,00	4	CONVITE 7
2236	2236	41-INPOPOINT INFORMATICA LTDA	0000	33-INSERVIVEL	230,00	3192	
08/04/2008		SWITCH 10/100 INTELBRAS 24 PORTAS	363-A1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS	380,00	4	
2340	2340	41-INPOPOINT INFORMATICA LTDA	0000	33-INSERVIVEL	1.390,00	4805	
20/01/2009		NOTEBOOK LG DUAL CORE T3200/1GB/160	384-A1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMEN	2.918,00	4	
2353	2353	118-ADILSON PEDRO ORO ME	0000	33-INSERVIVEL	30,00	551	
09/03/2009		APARELHO TELEFONE INTELBRAS PLENO B	363-A1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS	55,00	4	
2462	2462	119-D. M. EQUIPAMENTOS LTDA	0000	33-INSERVIVEL	120,00	2621	
25/11/2010		APARELHO CELULAR LG GS107 PTU/VERME	363-A1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS	174,00	1	
2576	2576	151-VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVR	0000	33-INSERVIVEL	118,60	20254	
22/02/2011		BICICLETA 18 MARCHAS MEGA BIKE	401-A1.2.3.1.1.05.01	VEICULOS	118,60	4	
2578	2578	186-REGIS DIOGO METZ ME.	0000	33-INSERVIVEL	510,00	52	
16/03/2011		APARELHO CELULAR SANSUNG MODELO GT-	363-A1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS	699,00	1	
2730	2730	118-ADILSON PEDRO ORO ME	0000	33-INSERVIVEL	1.780,00	4985	
27/12/2012		NOTEBOOK COM 4GB/HD 320GB/CAM/14/DV	384-A1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMEN	2.260,00	1	30
2913	2913	118-ADILSON PEDRO ORO ME	0000	33-INSERVIVEL	30,00	91	
12/09/2013		TELEFONE SANTEL C/FIO DELTA GRAFITE	363-A1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS	50,00	4	026
Total		Qtde Itens: 27,00			10.551,10		
					24.658,86		
Total		Qtde Geral de Itens: 27,00			10.551,10		
					24.658,86		

FPcetil - Patrimonio Publico - Emissao: 30/11/2015 as 16h6min (2)

LEI Nº. 650/2015**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR BAIXA E DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta Lei, a doar para a Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Padre Luis Muhl de Flor do Sertão(SC), os bens móveis inservíveis constantes na relação de bens em anexo.

Parágrafo único - Os bens móveis constantes da presente Lei estão inservíveis aos objetivos da administração pública em vista da impossibilidade de recuperá-los, quando não, em vista do alto custo de eventuais recuperações que se tornam acima do valor de mercado.

Art. 2º - O estado de conservação dos bens foi determinado pelo responsável pelo departamento de Patrimônio da Prefeitura através de visita in loco.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado ainda a efetuar a baixa dos Bens em anexo a presente Lei, do Patrimônio Público Municipal.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão, aos 27 dias do mês de Novembro de 2015.

ROGERIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário da Administração

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº. 083 DE 20 DE ABRIL 2015.

DECRETO Nº. 083 DE 20 DE ABRIL 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I da Lei Municipal nº 2.025 de 12 de novembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2015, no valor de R\$ 133.912,67 (cento e trinta e três mil, novecentos e doze reais, sessenta e sete centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 – Secretaria de Educação

2.013 – Manutenção Centros Educação Infantil

228 – 3390.00.06.96 – Aplicações Diretas
.....R\$ 67.307,20

2.015 – Manutenção Educação Fundamental

244 – 3390.00.003.01 – Aplicações Diretas
.....R\$ 28.746,25

Órgão 07 – Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

1.017 – Abertura Avenidas, Pavim, Manutenção, Drenagem Ruas e Estradas Municipais

240 – 4490.00.06.94 – Aplicações Diretas
.....R\$ 23.311,53

2.032 – Manutenção da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

235 – 3390.00.06.95 – Aplicações Diretas
.....R\$ 11.545,91

236 – 3390.00.03.00 – Aplicações Diretas
.....R\$ 3.001,78

TOTAL
.....R\$ 133.912,67

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2014, conforme saldo das contas nº 27.925-0, 26.999-9, 647.010-8, 27.606-5, 27.323-6, agência do Banco do Brasil S/A e da Caixa Econômica Federal.

TOTAL
.....R\$ 133.912,67

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, do exercício de 2015, no valor de R\$ 184.499,90 (cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais, noventa centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde - Forquilha

2.050 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

082 – 3190.00.03.02 – Aplicações Diretas
.....R\$ 62.098,00

2.051 – Manutenção Programa de Saúde Mental - CAPS

083 – 3190.00.06.65 – Aplicações Diretas
.....R\$ 8.587,90

2.053 – Manutenção Programa Agentes Comunitários Saúde - PACS

086 – 3190.00.06.64 – Aplicações Diretas
.....R\$ 14.909,99

2.054 – Manutenção Programa Saúde da Família - ESF

087 – 3190.00.06.64 – Aplicações Diretas
.....R\$ 17.007,54

2.060 – Manutenção Programa Núcleo Apoio a Saúde Família - NASF

085 – 3190.00.06.64 – Aplicações Diretas
.....R\$ 48.893,09

2.062 – Manutenção Programa SAMU

084 – 3190.00.06.57 – Aplicações Diretas
.....R\$ 11.353,08

2.064 – Manutenção Programa Melhoria do Acesso e Qualidade – PMAQ

088 – 3190.00.06.64 – Aplicações Diretas
.....R\$ 21.650,30

TOTAL
.....R\$ 184.499,90

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º, será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2014, conforme saldo das contas nº 45.000-6, 20.997-X, 22-5, 25-0, 23-3, 624.003-1 e 33-0, agência do Banco do Brasil S/A e da Caixa Econômica Federal.

TOTAL
.....R\$ 184.499,90

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 20 de abril de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 085 DE 27 DE ABRIL 2015.

DECRETO Nº. 085 DE 27 DE ABRIL 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I e V da Lei Municipal nº 2.025 de 12 de novembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2015, no valor de R\$ 42.432,00 (quarenta e dois mil, quatrocentos e trinta e dois reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 07 – Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

1.019 – Aquis. Área, Const. Amp. Edif. Públicas, Centros

Comunitários, Centros Convivência, Múltiplo Uso
112 – 4490.00.01.95 – Aplicações Diretas
.....R\$ 29.999,30

Órgão 08 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
1.008 – Aquis. Área, Const. Sedes Esportivas, Quadras Poliesportivas, Implantação Academias Populares
234 – 4490.00.03.00 – Aplicações Diretas
.....R\$ 2.432,70

Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência Social
2.049 – Manutenção Proteção Social Básica e Especial - FEAS
232 – 3390.00.06.52 – Aplicações Diretas
.....R\$ 10.000,00

TOTAL
.....R\$ 42.432,00

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2014, conforme saldo das contas nº 27.556-5, 26.851-8, agência do Banco do Brasil S/A e na despesa 112 foi utilizado o crédito referente ao Convênio 2014TR003067, na conta 27.608-1.

TOTAL
.....R\$ 42.432,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 27 de abril de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 27 de abril de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 171/PMF/2015

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 171/PMF/2015

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 171/PMF/2015, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA 2ª ETAPA DA CAPELA MORTUÁRIA DO CEMITÉRIO MUNICIPAL RECANTO DA PAZ, DO BAIRRO SATURNO, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, COM ÁREA DE 211,21M², COMPREENDENDO MATERIAL, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS.

Às nove horas do dia trinta do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 171/PMF/2015. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que as empresas FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP e CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Protocolo desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes

n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o engenheiro civil Sr. Leandro Arns Back. Assim, por estar tudo em conformidade com o disposto do edital, as mesmas foram habilitadas para a próxima fase – da Proposta de Preços (envelope 02). As empresas participantes renunciaram expressamente o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. Decide esta comissão em dar continuidade a este processo licitatório com a abertura da segunda etapa. Aberto o envelope nº. 02 da Proposta de Preço, os preços globais apresentados foram: FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, R\$ 110.639,02 (cento e dez mil seiscentos e trinta e nove reais e dois centavos); PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, R\$ 98.929,00 (noventa e oito mil novecentos e vinte e nove reais); CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP, R\$ 114.356,95 (cento e quatorze mil trezentos e cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos). A proposta de menor valor global é pertencente à empresa PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, foi conferida pela comissão e estava de acordo com as condições do edital. Assim, decidiu-se por declarar a empresa PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP como vencedora deste processo licitatório. As empresas licitantes renunciaram expressamente o prazo para interposição de recurso da fase de Proposta configurando sua decadência. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 30 de novembro de 2015.

VALDECIR TISCOSKI KEND BERNARDO TROMBIM
Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão

RENATA PEREIRA FRITZEN LEANDRO ARNS BACK
Membro da Comissão Engenheiro Civil

PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP
Barbara Arns Back

LEI Nº 2.140, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

LEI Nº 2.140, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

ESTIMA AS RECEITAS E FIXA AS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE FORQUILHINHA-FORQUILHINHA-APREV, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DE FORQUILHINHA, DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL AMBIENTAL DE FORQUILHINHA E CÂMARA DE VEREADORES, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Forquilha para o exercício de 2016 estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 88.450.000,00 (oitenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta reais), da seguinte forma:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 61.095.000,00 (sessenta e um milhões, noventa e cinco mil reais);

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 27.355.000,00 (vinte e sete milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil reais).

**DO ORÇAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS DOS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO**

Art. 2º O Orçamento Anual dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Forquilha, para o exercício financeiro do ano 2016, estima à receita em R\$ 75.205.000,00 (setenta e cinco milhões, duzentos e cinco mil reais) e fixa a despesa da Prefeitura Municipal em R\$ 57.410.000,00 (cinquenta e sete milhões, quatrocentos e dez mil reais) e uma transferência financeira extra-orçamentária para a Câmara de Vereadores, Fundação e Fundos Municipais de R\$ 17.795.000,00 (dezesete milhões, setecentos e noventa e cinco mil reais), da seguinte forma: I - Transferência Financeira Extra Orçamentária para o Fundo Municipal de Saúde: R\$ 11.780.000,00 (onze milhões, setecentos e oitenta mil reais);

II - Transferência Financeira Extra Orçamentária para o Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente: R\$ 2.735.000,00 (dois milhões, setecentos e trinta e cinco mil reais);

III - Transferência Financeira Extra Orçamentária para a Fundação Municipal Ambiental: R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

IV - Transferência Financeira Extra Orçamentária para a Câmara Municipal de Vereadores: R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais).

V - Transferência Financeira Extra Orçamentária para o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Art. 3º A Receita referida no artigo anterior será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, com os seguintes desdobramentos:

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA		VALOR EM R\$
1-	Receitas Correntes	78.220.000,00
	Receita Tributária	12.100.000,00
	Receita de Contribuições	1.100.000,00
	Receita Patrimonial	695.000,00
	Receita de Serviços	430.000,00
	Transferências Correntes	58.225.000,00
	Outras Receitas Correntes	5.670.000,00
2 -	Receitas de Capital	5.720.000,00
	Operações de Crédito	1.500.000,00
	Alienação de Bens	210.000,00
	Transferências de Capital	4.010.000,00
9 -	Deduções da Receita Corrente	(8.735.000,00)
9.7 -	Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	(8.735.000,00)
	Total Geral da Receita	75.205.000,00

Art. 4º A Despesa referida no artigo 2º, será realizada segundo a apresentação dos Anexos previstos na Lei 4.320/64, que são parte integrante desta Lei, por Órgãos, Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Elementos de Despesa, distribuídos da seguinte maneira:

I -	DESPESAS POR ÓRGÃOS	VALOR EM R\$
	02 – Gabinete do Prefeito	1.350.000,00
	03 – Secretaria de Planejamento	495.000,00
	04 – Secretaria de Administração e Finanças	7.955.000,00
	05 – Secretaria de Educação	23.180.000,00
	07 – Secretaria de Infraestrutura	17.030.000,00
	08 – Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo.	3.085.000,00
	09 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico	405.000,00
	11 – Fundo Municipal Man. Reeq. Corpo Bombeiro	350.000,00
	12 – Fundo Municipal de Habitação	115.000,00
	13 – Fundo Municipal de Assistência Social	2.185.000,00
	14 – Fundo Municipal Direito da Criança e Adolescente	240.000,00
	15 – Encargos Especiais	1.000.000,00
	99 – Reserva de Contingência	20.000,00

	Total Orçamentário	57.410.000,00
	Transf. Financeira F.M. Saúde	11.780.000,00
	Transf. Financeira F.M. Agric. e Meio Ambiente	2.735.000,00
	Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental	450.000,00
	Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores	2.700.000,00
	Transf. Financeira Fundo Municipal de Assistência ao Servidor	130.000,00
	Total Extra-Orçamentário	17.795.000,00
	Total Geral da Despesa	75.205.000,00
II -	DESPESAS POR FUNÇÕES	VALOR EM R\$
	04 – Administração	9.755.000,00
	06 – Segurança Pública	350.000,00
	08 – Assistência Social	2.425.000,00
	12 – Educação	23.180.000,00
	13 – Cultura	650.000,00
	15 – Urbanismo	8.840.000,00
	16 – Habitação	415.000,00
	18 – Gestão Ambiental	50.000,00
	22 – Indústria	105.000,00
	26 – Transporte	8.185.000,00
	27 – Desporto e Lazer	2.435.000,00
	28 – Encargos Especiais	1.000.000,00
	99 – Reserva de Contingência	20.000,00
	Total Orçamentário	57.410.000,00
	Transf. Financeira F.M. Saúde	11.780.000,00
	Transf. Financeira F.M. Agric. e Meio Ambiente	2.735.000,00
	Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental	450.000,00
	Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores	2.700.000,00
	Transf. Financeira Fundo Municipal de Assistência ao Servidor	130.000,00
	Total Extra-Orçamentário	17.795.000,00
	Total Geral da Despesa	75.205.000,00
III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	000 – Encargos Especiais	1.000.000,00
	002 – Gestão Administrativa Superior	1.845.000,00
	003 – Administração Geral e Finanças	7.910.000,00
	004 – Aeroporto Regional Diomício Freitas	45.000,00
	005 – Educação Infantil	6.840.000,00
	006 – Ensino Fundamental	15.725.000,00
	007 – Ensino Médio, Profissionalizante e Superior	310.000,00
	008 – Educação Especial	305.000,00
	009 – Esporte é Vida	1.155.000,00
	010 – Assistência Social Geral	2.185.000,00
	013 – Desenvolvimento Urbano	15.420.000,00
	014 – Edificações Públicas	2.075.000,00
	015 – Desenvolvimento Econômico	405.000,00

	016 – Desenvolvimento Turístico e Cultura	1.930.000,00
	017 – Assist. Fdo. Municipal Direitos Criança e Adolescente	240.000,00
	999 – Reserva de Contingência	20.000,00
	Total Orçamentário	57.410.000,00
	Transf. Financeira F.M. Saúde	11.780.000,00
	Transf. Financeira F.M. Agric.e Meio Ambiente	2.735.000,00
	Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental	450.000,00
	Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores	2.700.000,00
	Transf. Financeira Fundo Municipal de Assistência ao Servidor	130.000,00
	Total Extra-Orçamentário	17.795.000,00
	Total Geral da Despesa	75.205.000,00
IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	VALOR EM R\$
	DESPESAS CORRENTES	44.665.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	23.408.000,00
	Transf. a Consórcios Públicos	25.000,00
	Aplicações Diretas	21.118.000,00
	Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçamentárias	2.265.000,00
	Juros e Encargos da Dívida	101.000,00
	Aplicações Diretas	101.000,00
	Outras Despesas Correntes	21.156.000,00
	Transf. a Estados e ao Distrito Federal	200.000,00
	Transf. a Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos	2.545.000,00
	Transf. a Consórcios Públicos	25.000,00
	Aplicações Diretas	18.356.000,00
	Aplicações Diretas Decorrente de Op.entre Órgãos	30.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	12.725.000,00
	Investimentos	11.815.000,00
	Transf. a Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos	10.000,00
	Transf. a Consórcios Públicos	1.000,00
	Aplicações Diretas	11.804.000,00
	Amortização da Dívida	910.000,00
	Aplicações Diretas	910.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00
	Reserva de Contingência	20.000,00
	Total Orçamentário	57.410.000,00
	Transf. Financeira F.M. Saúde	11.780.000,00
	Transf. Financeira F.M. Agric. e Meio Ambiente	2.735.000,00
	Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental	450.000,00
	Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores	2.700.000,00
	Transf. Financeira Fundo Municipal de Assistência ao Servidor	130.000,00
	Total Extra-Orçamentário	17.795.000,00
	Total Geral da Despesa	75.205.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º O Orçamento da Seguridade Social do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, para o exercício financeiro de 2016, estima à receita em R\$ 5.720.000,00 (cinco milhões, setecentos e vinte mil reais) e uma Transferência Financeira da Prefeitura Municipal de Forquilha de R\$ 11.780.000,00 (onze milhões, setecentos e oitenta mil reais) e fixa a despesa em R\$ 17.500.000,00 (dezesete milhões e quinhentos

mil reais).

§ 1º A Receita do Orçamento da Seguridade Social a que se refere este artigo, será proveniente de suas receitas próprias advindas do Estado e da União, com Transferências Financeiras da Prefeitura Municipal de Forquilha de acordo com a seguinte composição:

	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1 -	Receitas Correntes	5.590.000,00
	Receita Patrimonial	150.000,00
	Transferências Correntes	5.380.000,00
	Outras Receitas Correntes	60.000,00
2 -	Receitas de Capital	130.000,00
	Alienação de Bens	30.000,00
	Transferência de Capital	100.000,00
	Total Orçamentário	5.720.000,00
3-	Transf. Financ.Extra-Orçamentário da PMF	11.780.000,00
	Total Geral da Receita	17.500.000,00

§ 2º A Despesa do Orçamento da Seguridade Social a que se refere este artigo, é fixada segundo discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção e Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas será destacada por Função de Governo e por Natureza da Despesa e uma transferência financeira extra-orçamentária de contribuições patronal ao Fundo Municipal de Seguridade Social, da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	17 – Fundo Municipal de Saúde	17.490.000,00
	99 – Reserva de Contingência	10.000,00
	Total Geral da Despesa	17.500.000,00
II -	DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$
	10 – Saúde	17.490.000,00
	99 – Reserva de Contingência	10.000,00
	Total Geral da Despesa	17.500.000,00
III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	118 – Forquilha Município Saudável	17.490.000,00
	199 – Reserva de Contingência	10.000,00
	Total Geral da Despesa	17.500.000,00
IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
	DESPESAS CORRENTES	16.990.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	12.185.000,00
	Transferências a Consórcios Públicos	45.000,00
	Aplicações Diretas	10.850.000,00
	Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçamentárias	1.290.000,00
	Outras Despesas Correntes	4.805.000,00
	Transf. A Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos	5.000,00
	Transferências a Consórcios Públicos	455.000,00

	Aplicações Diretas	4.345.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	500.000,00
	Investimentos	500.000,00
	Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00
	Aplicações Diretas	495.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	10.000,00
	Total Geral da Despesa	17.500.000,00

**DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
E MEIO AMBIENTE**

Art. 6º O Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Forquilha, para o exercício financeiro de 2016, estima a Receita em R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) e uma transferência financeira extra orçamentária de R\$ 2.735.000,00 (dois milhões, setecentos e trinta e cinco mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 2.860.000,00 (dois milhões, oitocentos e sessenta mil reais).

§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias e com Transferências Financeiras da Prefeitura Municipal de Forquilha de acordo com a seguinte composição:

	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1 -	Receitas Correntes	85.000,00
	Receita Patrimonial	5.000,00
	Receita Agropecuária	60.000,00
	Transferências Correntes	15.000,00
	Outras Receitas Correntes	5.000,00
2 -	Receitas de Capital	40.000,00
	Transferências de Capital	40.000,00
	Total Orçamentário	125.000,00
3-	Transf. Financeira Extra Orçamentária	2.735.000,00
	Total Geral da Receita	2.860.000,00

§ 2º A Despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	18 – Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	2.855.000,00
	99 – Reserva de Contingência	5.000,00
	Total Geral da Despesa	2.860.000,00

II -	DESPESA POR FUNÇÃO DO GOVERNO	VALOR EM R\$
	18 – Gestão Ambiental	100.000,00
	20 – Agricultura	2.755.000,00
	99 – Reserva de Contingência	5.000,00
	Total Geral da Despesa	2.860.000,00
III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$

	111 – Desenvolvimento Rural	2.855.000,00
	199 – Reserva de Contingência	5.000,00
	Total Geral da Despesa	2.860.000,00
IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
	DESPESAS CORRENTES	2.405.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	1.300.000,00
	Aplicações Diretas	1.200.000,00
	Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçamentárias	100.000,00
	Outras Despesas Correntes	1.105.000,00
	Transf. Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	50.000,00
	Aplicações Diretas	1.055.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	450.000,00
	Investimentos	450.000,00
	Aplicações Diretas	450.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
	Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	5.000,00
	Total Geral da Despesa	2.860.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE FORQUILHINHA-FORQUILHINHA-REV

Art. 7º O Orçamento de Seguridade Social do Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Forquilha - FORQUILHINHA-REV, para o exercício financeiro de 2016, estima a Receita de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais).

§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias, de acordo com a seguinte composição:

	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1-	Receitas Correntes	4.200.000,00
	Receita de Contribuições	1.270.000,00
	Receita Patrimonial	2.900.000,00
	Outras Receitas Correntes	30.000,00
	Receitas Correntes – Intra-Orçamentárias	2.300.000,00
	Receitas de Contribuições – Intra-Orçamentárias	2.300.000,00
	Total Geral da Receita	6.500.000,00

§ 2º A despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção e Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	19 – Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Forquilha - FORQUILHINHA-REV	6.500.000,00
	Total Geral da Despesa	6. 500.000,00
II -	DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$
	09 – Previdência Social	6.500.000,00
	Total Geral da Despesa	6. 500.000,00

III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	119 – Previdência ao Segurado	6.500.000,00
	Total Geral da Despesa	6. 500.000,00
IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
	DESPESAS CORRENTES	6.400.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	300.000,00
	Aplicações Diretas	300.000,00
	Outras Despesas Correntes	6.100.000,00
	Transf. A Inst. Privadas Sem Fins Lucr.	100.000,00
	Aplicações Diretas	6.000.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00
	Investimentos	100.000,00
	Aplicações Diretas	100.000,00
	Total Geral da Despesa	6. 500.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE FORQUILHINHA

Art. 8º O Orçamento de Seguridade Social do Fundo Municipal de Assistência dos Servidores Municipais de Forquilha para o exercício financeiro de 2016, estima a Receita de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) e uma transferência financeira extra orçamentária de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 930.000,00 (novecentos e trinta mil reais).

§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias, de acordo com a seguinte composição:

	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1-	Receitas Correntes	620.000,00
	Receita de Contribuições	520.000,00
	Receita Patrimonial	95.000,00
	Outras Receitas Correntes	5.000,00
	Receitas Correntes – Intra-Orçamentárias	180.000,00
	Receitas de Contribuições – Intra-Orçamentárias	180.000,00
2-	Transf. Financeira Extra Orçamentária	130.000,00
	Total Geral da Receita	930.000,00

§ 2º A despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção e Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	20 – Fundo de Assistência Social dos Servidores Municipais de Forquilha	930.000,00
	Total Geral da Despesa	930.000,00
II -	DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$
	08 – Assistência Social	930.000,00
	Total Geral da Despesa	930.000,00

III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	120 – Assistência Social ao Servidor Municipal	930.000,00
	Total Geral da Despesa	930.000,00
IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
	DESPESAS CORRENTES	880.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	200.000,00
	Aplicações Diretas	200.000,00
	Outras Despesas Correntes	680.000,00
	Aplicações Diretas	680.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00
	Investimentos	50.000,00
	Aplicações Diretas	50.000,00
	Total Geral da Despesa	930.000,00

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL AMBIENTAL DE FORQUILHINHA

Art. 9º O Orçamento Fiscal da Fundação Municipal Ambiental de Forquilha, para o exercício financeiro de 2016, estima a Receita em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e uma transferência financeira extra orçamentária de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais).

§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias e com Transferências Financeiras da Prefeitura Municipal de Forquilha de acordo com a seguinte composição:

	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1-	Receitas Correntes	90.000,00
	Receita Tributária	69.000,00
	Receita Patrimonial	1.000,00
	Transferências Correntes	10.000,00
	Outras Receitas Correntes	10.000,00
2 -	Receitas de Capital	10.000,00
	Transferências de Capital	10.000,00
	Total Orçamentário	100.000,00
2-	Transf. Financeira Extra Orçamentária	450.000,00
	Total Geral da Receita	550.000,00

§ 2º A Despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	21 – Fundação Municipal Ambiental de Forquilha	550.000,00
	Total Geral da Despesa	550.000,00
II -	DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$

	18 – Gestão Ambiental	550.000,00
	Total Geral da Despesa	550.000,00
III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	112- Recuperação do Meio Ambiente	550.000,00
	Total Geral da Despesa	550.000,00
IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
	DESPESAS CORRENTES	520.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	335.000,00
	Aplicações Diretas	305.000,00
	Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias	30.000,00
	Outras Despesas Correntes	185.000,00
	Aplicações Diretas	185.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00
	Investimentos	30.000,00
	Aplicações Diretas	30.000,00
	Total Geral da Despesa	550.000,00

**DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL
DE FORQUILHINHA**

Art. 10. O Orçamento do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA para o exercício de 2016 estima a Transferência Financeira Recebida da Prefeitura em R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, conforme abaixo especificado:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/a CÂMARA MUNICIPAL	2.700.000,00
TOTAL:	2.700.000,00

§ 2º A Despesa do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	01 – Poder Legislativo	2.700.000,00
	Total Geral	2.700.000,00
II -	DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$
	01 – Legislativo	2.700.000,00
	Total Geral	2.700.000,00
III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	101 – Processo Legislativo	2.700.000,00

	Total Geral	2.700.000,00
IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
	DESPESAS CORRENTES	2.300.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	2.000.000,00
	Aplicações Diretas	1.870.000,00
	Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias	130.000,00
	Outras Despesas Correntes	300.000,00
	Aplicações Diretas	300.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	400.000,00
	Investimentos	400.000,00
	Aplicações Diretas	400.000,00
	Total Geral da Despesa	2.700.000,00

Art. 11. Os valores previstos para cada projeto e atividade, representam uma previsão de custo que a administração municipal pretende executar ao longo do exercício, respeitando os limites fixados por elementos da despesa em cada unidade orçamentária, podendo ser utilizados os seus saldos orçamentários ou não, dentro de cada projeto e atividade ou operações especiais às dotações de um elemento de despesa para outro.

Art. 12. Os valores orçamentários do FUNREBOM, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, do Fundo Municipal de Habitação e do Fundo Municipal de Assistência Social estão contidos no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, destacados nos respectivos órgãos e unidades orçamentárias.

Art. 13. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar por ato próprio:

I - Abrir créditos adicionais suplementares durante a execução orçamentária, até o limite de cinquenta por cento do total da despesa fixada nesta Lei, para a Prefeitura, Fundação e para cada Fundo Municipal, utilizando como fonte de recursos, as disponibilidades caracterizadas no artigo 43, § 1º, itens de I a IV, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964, excluindo-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas durante o exercício;

II – Utilizar os recursos da Reserva de Contingência, de conformidade com o disposto no Anexo de Riscos Fiscais da LDO, no que se refere ao atendimento de passivos contingentes e outros eventos fiscais imprevistos, inclusive a suplementares elementos de despesas/modalidades de aplicação orçadas a menor.

III – Corrigir os saldos dos Orçamentos pelo IGPM da Fundação Getulio Vargas (FGV), através de Decreto do Executivo.

IV – Efetuar transposições de valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes e de capital/modalidades de aplicações, alocados nas atividades e/ou projetos pertencentes ao mesmo Órgão ou Secretaria Municipal, até o limite de seu saldo.

V – Utilizar os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações.

VI – Celebrar Convênio com o Governo Federal e Estadual, por intermédio de seus órgãos da administração direta e indireta, objetivando a realização de obras e serviços de interesse do Município.

VII – Realizar Operações de Créditos para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 14. As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 15. Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 16. Faz parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº. 4.320/64 e os ANEXOS I à XV vinculados ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17. Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.902/2013 de 25 de Setembro de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 2.118/2015 de 20 de Agosto de 2015 e nos Anexos da Lei Orçamentária/2016, que se fizerem necessários em função de transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará durante o exercício financeiro de 2016.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de novembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de novembro de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	8.000.000,00	8.000.000,00	5.425.538,34	67,82
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.600.000,00	2.600.000,00	2.175.284,55	83,66
1.1.1- IPTU	2.000.000,00	2.000.000,00	1.732.389,33	86,62
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	250.000,00	250.000,00	179.594,30	71,84
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	350.000,00	350.000,00	266.803,47	76,23
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(3.502,55)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	800.000,00	800.000,00	893.578,94	111,70
1.2.1- ITBI	800.000,00	800.000,00	923.026,19	115,38
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(29.447,25)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.400.000,00	3.400.000,00	1.763.032,90	51,85
1.3.1- ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	1.685.728,65	56,19
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	200.000,00	200.000,00	41.481,01	20,74
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	200.000,00	200.000,00	36.367,65	18,18
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(544,41)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.200.000,00	1.200.000,00	593.641,95	49,47
1.4.1- IRRF	1.200.000,00	1.200.000,00	593.641,95	49,47
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	40.575.000,00	40.575.000,00	27.427.795,50	67,60
2.1- Cota-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	11.351.162,94	63,06
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.000.000,00	18.000.000,00	11.351.162,94	63,06
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	19.500.000,00	19.500.000,00	13.849.576,83	71,02
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	115.000,00	115.000,00	57.516,98	50,01
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	450.000,00	450.000,00	213.382,85	47,42
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	25.040,13	250,40
2.6- Cota-Parte IPVA	2.500.000,00	2.500.000,00	1.931.115,77	77,24
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	48.575.000,00	48.575.000,00	32.853.333,84	67,63
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	940.000,00	940.000,00	1.102.968,07	117,34
5.1- Transferências do Salário-Educação	850.000,00	850.000,00	1.015.019,28	119,41
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	65.000,00	65.000,00	48.985,10	75,36
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	25.000,00	25.000,00	38.963,69	155,85
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	770.000,00	770.000,00	355.915,65	46,22
6.1- Transferências de Convênios	770.000,00	770.000,00	355.915,65	46,22
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	820.500,00	820.500,00	580.226,45	70,72
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.530.500,00	2.530.500,00	2.039.110,17	80,58

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	8.115.000,00	8.115.000,00	5.485.575,07	67,60
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.600.000,00	3.600.000,00	2.270.232,29	63,06
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.900.000,00	3.900.000,00	2.769.914,49	71,02
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	23.000,00	23.000,00	11.503,39	50,01
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	90.000,00	90.000,00	42.676,17	47,42
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	5.007,97	250,40
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	500.000,00	500.000,00	386.240,76	77,25
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	11.280.000,00	11.280.000,00	9.061.643,54	80,33
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	11.200.000,00	11.200.000,00	8.964.075,60	80,04
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	80.000,00	80.000,00	97.567,94	121,96
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	3.085.000,00	3.085.000,00	3.478.500,53	112,76
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

26/11/2015 14:04:43

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	6.800.000,00	6.775.000,00	4.937.717,94	72,88	4.937.717,94	72,88	
13.1- Com Educação Infantil	2.030.000,00	2.030.000,00	1.929.007,50	95,03	1.929.007,50	95,03	
13.2- Com Ensino Fundamental	4.770.000,00	4.745.000,00	3.008.710,44	63,41	3.008.710,44	63,41	
14- OUTRAS DESPESAS	4.480.000,00	4.510.536,48	3.046.362,15	67,54	3.042.668,15	67,46	
14.1- Com Educação Infantil	2.910.000,00	2.910.000,00	2.003.376,88	68,84	1.999.682,88	68,72	
14.2- Com Ensino Fundamental	1.570.000,00	1.600.536,48	1.042.985,27	65,16	1.042.985,27	65,16	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	11.280.000,00	11.285.536,48	7.984.080,09	70,75	7.980.386,09	70,71	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR		
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							
16.1 - FUNDEB 60%					0,00		
16.2 - FUNDEB 40%					0,00		
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00		
17.1 - FUNDEB 60%					0,00		
17.2 - FUNDEB 40%					0,00		
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00		
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					7.980.386,09		
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					54,49		
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					33,58		
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					11,93		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR		
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00		
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00		
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³		12.143.750,00	12.143.750,00	8.213.333,46	67,63		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL		5.740.000,00	5.740.000,00	4.375.931,27	76,24	4.338.492,12	75,58
23.1- Creche		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL		11.060.000,00	11.065.536,48	7.521.554,15	67,97	6.885.614,33	62,23
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		6.340.000,00	6.345.536,48	4.051.695,71	63,85	4.051.695,71	63,85
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		4.720.000,00	4.720.000,00	3.469.858,44	73,51	2.833.918,62	60,04
25- ENSINO MÉDIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR		0,00	0,00	11.668,35	0,00	11.668,35	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)		16.800.000,00	16.805.536,48	11.909.153,77	70,86	11.235.774,80	66,86
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					3.478.500,53		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					97.567,94		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00		
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO A) ENSINO					-		
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.576.068,47		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					7.648.037,98		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					23,28		
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		875.000,00	875.000,00	519.881,11	59,41	438.820,69	50,15
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		285.000,00	387.022,37	158.239,16	40,89	146.352,16	37,81
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)		1.160.000,00	1.262.022,37	678.120,27	53,73	585.172,85	46,37
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)		17.960.000,00	18.067.558,85	12.587.274,04	69,67	11.820.947,65	65,43

26/11/2015 14:04:43

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		8.964.075,60	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		97.567,94	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		9.061.643,54	0,00

FORQUILHINHA, 26/11/2015

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito MunicipalMÁRITY EYNG NUERNBERG
Contadora CRC/SC 37.916/O-0JADNA COLOMBO PEREIRA
Controle Interno CRC/SC 29.204/O-6

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

26/11/2015 14:04:43

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	80.720.000,00	80.720.000,00	10.273.381,76	12,73	55.041.307,09	68,19	25.678.692,91
RECEITAS CORRENTES	75.720.000,00	75.720.000,00	9.363.680,24	12,37	50.771.691,54	67,05	24.948.308,46
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.669.000,00	10.669.000,00	715.818,85	6,71	6.316.729,11	59,21	4.352.270,89
IMPOSTOS	7.000.000,00	7.000.000,00	666.804,80	9,53	4.901.291,91	70,02	2.098.708,09
TAXAS	3.369.000,00	3.369.000,00	36.606,30	1,09	1.309.466,07	38,87	2.059.533,93
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	300.000,00	300.000,00	12.407,75	4,14	105.971,13	35,32	194.028,87
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.370.000,00	2.370.000,00	442.361,28	18,67	2.096.249,17	88,45	273.750,83
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.420.000,00	1.420.000,00	309.465,67	21,79	1.398.817,88	98,51	21.182,12
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	950.000,00	950.000,00	132.895,61	13,99	697.431,29	73,41	252.568,71
RECEITA PATRIMONIAL	3.496.000,00	3.496.000,00	610.137,70	17,45	2.946.382,01	84,28	549.617,99
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.496.000,00	3.496.000,00	610.137,70	17,45	2.946.382,01	84,28	549.617,99
RECEITA AGROPECUÁRIA	50.000,00	50.000,00	5.967,50	11,94	28.941,90	57,88	21.058,10
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	50.000,00	50.000,00	5.967,50	11,94	28.941,90	57,88	21.058,10
RECEITA DE SERVIÇOS	360.000,00	360.000,00	20.775,88	5,77	192.528,81	53,48	167.471,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	54.405.000,00	54.405.000,00	7.103.844,53	13,06	36.888.877,90	67,80	17.516.122,10
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	53.665.000,00	53.665.000,00	6.978.515,08	13,00	36.531.001,86	68,07	17.133.998,14
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	100.000,00	100.000,00	200,00	0,20	1.960,39	1,96	98.039,61
TRANSF. DE CONV.	640.000,00	640.000,00	125.129,45	19,55	355.915,65	55,61	284.084,35
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.370.000,00	4.370.000,00	464.774,50	10,64	2.301.982,64	52,68	2.068.017,36
MULTAS E JUROS DE MORA	882.500,00	882.500,00	73.623,77	8,34	452.148,92	51,24	430.351,08
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	269.500,00	269.500,00	12.462,41	4,62	375.790,22	139,44	-106.290,22
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.206.000,00	1.206.000,00	145.535,30	12,07	561.485,70	46,56	644.514,30
RECEITAS DIVERSAS	2.012.000,00	2.012.000,00	233.153,02	11,59	912.557,80	45,36	1.099.442,20
RECEITAS DE CAPITAL	5.000.000,00	5.000.000,00	909.701,52	18,19	4.269.615,55	85,39	730.384,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	29.350,00	20,96	110.650,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	29.350,00	22,58	100.650,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.160.000,00	4.160.000,00	909.701,52	21,87	4.240.265,55	101,93	-80.265,55
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.160.000,00	4.160.000,00	909.701,52	21,87	4.240.265,55	101,93	-80.265,55
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.280.000,00	2.280.000,00	431.272,89	18,92	1.953.320,66	85,67	326.679,34

Continua 1/4

26/11/2015 14:01:46

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.280.000,00	2.280.000,00	431.272,89	18,92	1.953.320,66	85,67	326.679,34
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	83.000.000,00	83.000.000,00	10.704.654,65	12,90	56.994.627,75	68,67	26.005.372,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	83.000.000,00	83.000.000,00	10.704.654,65	12,90	56.994.627,75	68,67	26.005.372,25
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	83.000.000,00	83.000.000,00	10.704.654,65	12,90	56.994.627,75	68,67	26.005.372,25
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.991.494,80	—	—	2.430.839,23	—	—
Superávit Financeiro	—	2.991.494,80	—	—	2.430.839,23	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	79.600.000,00	84.308.291,03	7.151.130,77	54.581.753,80	29.726.537,23	9.794.965,27	50.450.712,29	33.857.578,74	49.055.509,54
DESPESAS CORRENTES	65.000.000,00	66.029.566,88	6.025.826,61	43.046.081,95	22.983.484,93	8.321.411,72	40.003.265,43	26.026.301,45	38.841.362,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.738.000,00	32.384.346,79	4.460.908,40	22.044.355,59	10.339.991,20	4.468.182,24	22.037.081,75	10.347.265,04	21.825.157,51
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	660.000,00	460.000,00	278,89	37.180,06	422.819,94	278,89	37.180,06	422.819,94	37.180,06
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.602.000,00	33.185.220,09	1.564.639,32	20.964.546,30	12.220.673,79	3.852.950,59	17.929.003,62	15.256.216,47	16.979.024,96
DESPESAS DE CAPITAL	14.560.000,00	18.238.724,15	1.125.304,16	11.535.671,85	6.703.052,30	1.473.553,55	10.447.446,86	7.791.277,29	10.214.147,01
INVESTIMENTOS	11.960.000,00	15.798.724,15	942.386,66	10.112.449,99	5.686.274,16	1.290.636,05	9.024.225,00	6.774.499,15	8.790.925,15
Amortização da Dívida	2.600.000,00	2.440.000,00	182.917,50	1.423.221,86	1.016.778,14	182.917,50	1.423.221,86	1.016.778,14	1.423.221,86

Continua 2/4

26/11/2015 14:01:46

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	79.600.000,00	84.308.291,03	7.151.130,77	54.581.753,80	29.726.537,23	9.794.965,27	50.450.712,29	33.857.578,74	49.055.509,54
RESERVA DE CONTINGENCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.400.000,00	3.356.500,00	429.498,24	2.037.196,64	1.319.303,36	429.498,24	2.037.196,64	1.319.303,36	1.821.358,68
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	83.000.000,00	87.664.791,03	7.580.629,01	56.618.950,44	31.045.840,59	10.224.463,51	52.487.908,93	35.176.882,10	50.876.868,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	83.000.000,00	87.664.791,03	7.580.629,01	56.618.950,44	31.045.840,59	10.224.463,51	52.487.908,93	35.176.882,10	50.876.868,22
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	375.677,31	—	—	4.506.718,82	—	56.994.627,75
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	83.000.000,00	87.664.791,03	7.580.629,01	56.994.627,75	—	10.224.463,51	56.994.627,75	—	107.871.495,97

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)	2.280.000,00	2.280.000,00	431.272,89	18,92	1.953.320,66	85,67	326.679,34
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.280.000,00	2.280.000,00	431.272,89	18,92	1.953.320,66	85,67	326.679,34
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.280.000,00	2.280.000,00	431.272,89	18,92	1.953.320,66	85,67	326.679,34
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	180.000,00	180.000,00	19.698,90	10,94	91.652,19	50,92	88.347,81
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.100.000,00	2.100.000,00	411.573,99	19,60	1.861.668,47	88,65	238.331,53

Continua 3/4

26/11/2015 14:01:46

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	3.400.000,00	3.356.500,00	429.498,24	2.037.196,64	1.319.303,36	429.498,24	2.037.196,64	1.319.303,36	1.821.358,68
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.400.000,00	3.356.500,00	429.498,24	2.037.196,64	1.319.303,36	429.498,24	2.037.196,64	1.319.303,36	1.821.358,68

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 5.085.972,01

FORQUILHINHA, 26/11/2015

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

MÁRITY EYNG NUERNBERG
Contadora CRC/SC 37.916/O-0

JADNA COLOMBO PEREIRA
Controle Interno CRC/SC 29.204/O-6

26/11/2015 14:01:46

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	79.600.000,00	84.308.291,03	7.151.130,77	54.581.753,80	96,40	29.726.537,23	9.794.965,27	50.450.712,29	96,12	33.857.578,74
Legislativa	2.380.000,00	2.380.000,00	296.678,41	1.666.089,70	2,94	713.910,30	326.864,83	1.633.934,42	3,11	746.065,58
Ação Legislativa	2.380.000,00	2.380.000,00	296.678,41	1.666.089,70	2,94	713.910,30	326.864,83	1.633.934,42	3,11	746.065,58
Administração	8.680.000,00	8.748.840,40	855.439,14	6.124.482,52	10,82	2.624.357,88	1.041.850,59	5.805.927,85	11,06	2.942.912,55
Planejamento e Orçamento	380.000,00	380.000,00	54.268,60	264.152,85	0,47	115.847,15	55.108,48	264.152,85	0,50	115.847,15
Administração Geral	8.300.000,00	8.368.840,40	801.170,54	5.860.329,67	10,35	2.508.510,73	986.742,11	5.541.775,00	10,56	2.827.065,40
Segurança Pública	300.000,00	300.000,00	-2.855,63	130.789,23	0,23	169.210,77	17.358,97	88.949,70	0,17	211.050,30
Policimento	300.000,00	300.000,00	-2.855,63	130.789,23	0,23	169.210,77	17.358,97	88.949,70	0,17	211.050,30
Assistência Social	2.965.000,00	3.241.079,15	256.077,83	1.602.557,65	2,83	1.638.521,50	306.098,92	1.487.140,27	2,83	1.753.938,88
Assistência à Criança e ao Adolescente	240.000,00	240.000,00	0,00	315,20	0,00	239.684,80	0,00	315,20	0,00	239.684,80
Assistência Comunitária	2.025.000,00	2.301.079,15	160.891,73	1.182.980,52	2,09	1.118.098,63	210.912,82	1.067.563,14	2,03	1.233.516,01
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	700.000,00	700.000,00	95.186,10	419.261,93	0,74	280.738,07	95.186,10	419.261,93	0,80	280.738,07
Providência Social	5.765.000,00	5.765.000,00	194.944,37	753.672,85	1,33	5.011.327,15	185.611,33	713.949,04	1,36	5.051.050,96
Providência do Regime Estatutário	5.765.000,00	5.765.000,00	194.944,37	753.672,85	1,33	5.011.327,15	185.611,33	713.949,04	1,36	5.051.050,96
Saúde	15.135.000,00	15.709.867,89	1.363.280,06	11.034.287,57	19,49	4.675.580,32	2.063.667,04	10.182.338,65	19,40	5.527.529,24
Atenção Básica	14.940.000,00	15.484.867,89	1.358.951,07	10.883.396,05	19,22	4.601.471,84	2.053.803,90	10.080.721,41	19,21	5.404.146,48
Vigilância Sanitária	85.000,00	85.000,00	3.995,00	26.387,44	0,05	58.612,56	2.340,67	16.884,04	0,03	68.115,96
Vigilância Epidemiológica	110.000,00	140.000,00	333,99	124.504,08	0,22	15.495,92	7.522,47	84.733,20	0,16	55.266,80
Educação	18.495.000,00	18.697.800,99	2.304.215,84	13.712.964,16	24,22	4.984.836,83	2.715.604,71	12.694.257,45	24,19	6.003.543,54
Alimentação e Nutrição	835.000,00	835.000,00	33.953,46	754.297,84	1,33	80.702,16	153.670,28	649.324,80	1,24	185.675,20
Ensino Fundamental	11.945.000,00	12.045.778,62	1.353.627,14	8.406.524,09	14,85	3.639.254,53	1.600.181,39	7.530.229,57	14,35	4.515.549,05
Ensino Profissional	125.000,00	125.000,00	0,00	110.000,00	0,19	15.000,00	22.000,00	110.000,00	0,21	15.000,00
Ensino Superior	125.000,00	125.000,00	18.301,87	88.132,24	0,16	36.867,76	18.301,87	88.132,24	0,17	36.867,76
Educação Infantil	5.160.000,00	5.262.022,37	854.873,37	4.115.739,99	7,27	1.146.282,38	877.991,17	4.078.300,84	7,77	1.183.721,53
Educação Especial	305.000,00	305.000,00	43.460,00	238.270,00	0,42	66.730,00	43.460,00	238.270,00	0,45	66.730,00
Cultura	650.000,00	650.000,00	224.112,78	566.980,16	1,00	83.019,84	408.975,07	526.290,24	1,00	123.709,76
Difusão Cultural	650.000,00	650.000,00	224.112,78	566.980,16	1,00	83.019,84	408.975,07	526.290,24	1,00	123.709,76
Urbanismo	7.900.000,00	8.462.622,98	587.193,23	6.986.093,20	12,34	1.476.529,78	1.151.422,63	6.305.637,56	12,01	2.156.985,42
Infra-Estrutura Urbana	460.000,00	210.000,00	0,00	22.960,40	0,04	187.039,60	9.114,82	17.501,74	0,03	192.498,26
Serviços Urbanos	7.440.000,00	8.252.622,98	587.193,23	6.963.132,80	12,30	1.289.490,18	1.142.307,81	6.288.135,82	11,98	1.964.487,16
Habitação	415.000,00	415.000,00	25.087,09	136.454,92	0,24	278.545,08	25.087,09	136.454,92	0,26	278.545,08
Habitação Urbana	415.000,00	415.000,00	25.087,09	136.454,92	0,24	278.545,08	25.087,09	136.454,92	0,26	278.545,08
Gestão Ambiental	715.000,00	724.112,92	36.838,46	219.308,34	0,39	504.804,58	40.535,33	219.308,34	0,42	504.804,58
Serviços Urbanos	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00

Continua 1/3

26/11/2015 14:02:33

Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	79.600.000,00	84.308.291,03	7.151.130,77	54.581.753,80	96,40	29.726.537,23	9.794.965,27	50.450.712,29	96,12	33.857.578,74
Gestão Ambiental	715.000,00	724.112,92	36.838,46	219.308,34	0,39	504.804,58	40.535,33	219.308,34	0,42	504.804,58
Preservação e Conservação Ambiental	140.000,00	140.000,00	419,93	1.561,24	0,00	138.438,76	419,93	1.561,24	0,00	138.438,76
Controle Ambiental	525.000,00	534.112,92	36.418,53	217.747,10	0,38	316.365,82	40.115,40	217.747,10	0,41	316.365,82
Agricultura	3.345.000,00	4.240.293,03	161.972,13	2.009.011,66	3,55	2.231.281,37	247.659,49	1.927.311,44	3,67	2.312.981,59
Extensão Rural	3.345.000,00	4.240.293,03	161.972,13	2.009.011,66	3,55	2.231.281,37	247.659,49	1.927.311,44	3,67	2.312.981,59
Indústria	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
Promoção Industrial	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
Transporte	7.175.000,00	9.316.724,76	490.592,83	7.063.146,74	12,47	2.253.578,02	824.497,27	6.258.641,38	11,92	3.058.083,38
Transporte Aéreo	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Transporte Rodoviário	7.130.000,00	9.271.724,76	490.592,83	7.063.146,74	12,47	2.208.578,02	824.497,27	6.258.641,38	11,92	3.013.083,38
Desporto e Lazer	2.385.000,00	2.711.948,91	188.133,90	1.185.442,35	2,09	1.526.506,56	270.311,67	1.080.098,28	2,06	1.631.850,63
Desporto Comunitário	1.730.000,00	2.012.510,52	188.133,90	1.098.320,06	1,94	914.190,46	270.311,67	1.033.431,38	1,97	979.079,14
Lazer	655.000,00	699.438,39	0,00	87.122,29	0,15	612.316,10	0,00	46.666,90	0,09	652.771,49
Encargos Especiais	3.150.000,00	2.800.000,00	169.420,33	1.390.472,75	2,46	1.409.527,25	169.420,33	1.390.472,75	2,65	1.409.527,25
Outros Encargos Especiais	3.150.000,00	2.800.000,00	169.420,33	1.390.472,75	2,46	1.409.527,25	169.420,33	1.390.472,75	2,65	1.409.527,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.400.000,00	3.356.500,00	429.498,24	2.037.196,64	3,60	1.319.303,36	429.498,24	2.037.196,64	3,88	1.319.303,36
Legislativa	120.000,00	120.000,00	12.372,78	62.813,89	0,11	57.186,11	12.372,78	62.813,89	0,12	57.186,11
Ação Legislativa	120.000,00	120.000,00	12.372,78	62.813,89	0,11	57.186,11	12.372,78	62.813,89	0,12	57.186,11
Administração	700.000,00	700.000,00	99.449,43	469.664,06	0,83	230.335,94	99.449,43	469.664,06	0,89	230.335,94
Administração Geral	700.000,00	700.000,00	99.449,43	469.664,06	0,83	230.335,94	99.449,43	469.664,06	0,89	230.335,94
Assistência Social	35.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Assistência Comunitária	35.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Saúde	955.000,00	941.500,00	161.927,61	760.312,11	1,34	181.187,89	161.927,61	760.312,11	1,45	181.187,89
Atenção Básica	955.000,00	941.500,00	161.927,61	760.312,11	1,34	181.187,89	161.927,61	760.312,11	1,45	181.187,89
Educação	1.460.000,00	1.460.000,00	144.153,83	694.572,12	1,23	765.427,88	144.153,83	694.572,12	1,32	765.427,88
Ensino Fundamental	820.000,00	820.000,00	67.878,06	336.558,47	0,59	483.441,53	67.878,06	336.558,47	0,64	483.441,53
Educação Infantil	640.000,00	640.000,00	76.275,77	358.013,65	0,63	281.986,35	76.275,77	358.013,65	0,68	281.986,35
Gestão Ambiental	30.000,00	30.000,00	1.984,82	9.333,62	0,02	20.666,38	1.984,82	9.333,62	0,02	20.666,38
Controle Ambiental	30.000,00	30.000,00	1.984,82	9.333,62	0,02	20.666,38	1.984,82	9.333,62	0,02	20.666,38
Agricultura	100.000,00	100.000,00	9.609,77	40.500,84	0,07	59.499,16	9.609,77	40.500,84	0,08	59.499,16
Extensão Rural	100.000,00	100.000,00	9.609,77	40.500,84	0,07	59.499,16	9.609,77	40.500,84	0,08	59.499,16

Continua 2/3

26/11/2015 14:02:33

Município de FORQUILHINHA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.400.000,00	3.356.500,00	429.498,24	2.037.196,64	3,60	1.319.303,36	429.498,24	2.037.196,64	3,88	1.319.303,36
Agricultura	100.000,00	100.000,00	9.609,77	40.500,84	0,07	59.499,16	9.609,77	40.500,84	0,08	59.499,16
Extensão Rural	100.000,00	100.000,00	9.609,77	40.500,84	0,07	59.499,16	9.609,77	40.500,84	0,08	59.499,16
TOTAL (III) = (I + II)	83.000.000,00	87.664.791,03	7.580.629,01	56.618.950,44	100,00	31.045.840,59	10.224.463,51	52.487.908,93	100,00	35.176.882,10

FONTE:

FORQUILHINHA, 26/11/2015

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito MunicipalMÁRITY EYNG NUERNBERG
Contadora CRC/SC 37.916/O-0JADNA COLOMBO PEREIRA
Controle Interno CRC/SC 29.204/O-6

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

26/11/2015 14:02:33

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL NOVEMBRO/2014 A OUTUBRO/2015**Município de FORQUILHINHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2014 A OUTUBRO/2015**

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	5.488.312,57	6.104.667,83	5.958.063,34	5.307.741,85	5.508.303,15	7.426.527,40	5.798.432,54	5.754.016,90	5.207.642,83	4.946.601,64	4.988.886,34	5.388.689,75	67.837.885,84	83.820.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	355.758,19	495.768,27	379.791,85	488.955,85	803.740,96	2.171.472,19	485.473,87	484.415,95	417.426,89	394.752,16	381.055,97	334.761,88	7.238.416,05	10.659.000,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	982,06	210.874,41	1.271.359,05	72.039,94	72.960,18	66.598,71	19.825,93	13.622,04	1.224,46	1.728.886,78	2.000.000,00
I.R.R.F.	70.979,84	87.868,70	37.276,72	26.636,01	75.666,09	57.250,93	55.993,60	69.323,76	67.892,16	73.667,94	99.010,43	30.924,31	752.490,49	1.200.000,00
I.S.S.	201.965,50	200.990,66	199.839,00	179.111,19	179.534,18	156.263,88	176.454,29	180.221,85	148.670,48	148.149,04	146.229,84	170.710,49	2.088.140,80	3.000.000,00
I.T.B.I.	70.185,62	93.704,02	64.446,84	64.380,33	127.001,99	95.967,15	75.773,43	79.256,13	71.909,08	109.780,76	94.458,83	110.624,40	1.057.468,58	800.000,00
Outras Receitas Tributárias	52.655,63	113.204,69	78.229,30	215.847,27	207.565,29	593.631,18	85.212,61	83.274,03	62.356,46	43.328,49	27.735,83	21.273,22	1.581.428,40	3.659.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	64.539,05	60.907,36	167.812,94	181.274,69	198.438,40	299.509,04	216.372,00	232.581,80	223.086,75	224.312,27	221.858,82	220.525,46	2.251.696,58	2.370.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	261.445,60	167.395,05	363.615,09	245.850,82	299.220,89	359.231,70	377.886,83	293.583,32	281.092,10	115.763,56	148.185,29	461.952,41	3.375.222,66	3.496.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.553,20	1.892,40	1.723,40	1.590,40	2.485,50	2.931,00	3.879,00	2.826,10	2.884,50	4.654,50	4.091,00	1.876,50	33.387,50	50.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.110,23	6.992,70	17.399,56	56.247,95	27.421,55	17.744,83	15.281,81	12.785,53	12.765,44	12.106,26	15.241,12	5.534,76	234.801,74	360.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.389.366,73	4.876.344,17	4.798.291,92	4.139.050,08	3.954.874,74	4.354.329,05	4.500.432,33	4.323.910,74	4.123.549,29	4.060.825,02	4.023.107,65	4.096.074,15	51.743.163,87	62.520.000,00
Cota Parte do F.P.M.	1.147.376,65	1.845.447,49	1.398.449,89	1.427.546,39	1.039.757,86	1.122.174,25	1.379.961,32	1.200.706,24	889.085,31	1.039.847,46	866.927,30	986.706,92	14.343.987,08	18.000.000,00
Cota Parte do I.C.M.S.	1.606.202,35	1.545.602,07	1.537.588,69	1.366.499,69	1.365.689,53	1.469.664,85	1.395.498,89	1.393.951,80	1.330.217,22	1.277.813,25	1.333.705,55	1.379.037,36	17.001.381,25	19.500.000,00
Cota Parte do I.P.V.A.	156.283,09	111.347,70	89.330,76	125.958,32	189.428,43	202.274,61	198.710,85	232.315,33	230.601,53	230.529,62	201.923,59	230.042,73	2.196.746,56	2.500.000,00
Cota Parte do ITR	887,01	142,47	0,00	14,10	187,90	167,44	235,06	29,42	217,22	1.039,02	7.494,27	16.695,70	28.089,61	10.000,00
Outras Transferências Correntes	592.039,46	576.304,17	784.659,44	313.496,26	476.586,56	581.963,06	554.205,04	573.112,50	789.465,89	602.455,95	744.844,19	561.792,98	7.150.925,50	10.745.000,00
Transferências da LC 61/1989	25.178,86	24.844,21	31.510,34	18.747,13	18.391,00	19.261,43	21.729,04	20.896,94	19.066,08	20.287,19	20.229,57	23.464,13	263.405,92	450.000,00
Transferências da LC 61/1996	5.821,78	11.643,56	0,00	0,00	0,00	23.006,78	5.751,70	5.751,70	5.751,70	5.751,70	5.751,70	5.751,70	74.982,32	115.000,00
Transferências do FUNDEB	865.577,53	859.992,50	956.752,80	886.788,19	864.833,46	935.815,63	944.430,43	897.346,81	859.143,34	883.110,83	842.231,48	893.622,63	10.689.645,63	11.200.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	359.499,57	396.367,88	229.426,57	196.771,05	225.121,11	311.310,59	179.196,70	403.913,46	146.338,56	134.177,87	195.368,49	267.964,59	3.045.398,44	4.355.000,00
DEDUÇÕES (II)	688.558,81	776.396,16	714.797,03	697.252,81	653.108,40	719.665,30	747.477,48	734.079,87	649.826,10	672.127,27	642.445,14	683.798,25	8.361.851,27	9.590.000,00
Compensação Fincas entre Regimes Previdência	0,00	0,00	1.749,23	1.858,20	1.858,20	1.858,20	1.858,20	1.858,20	0,00	0,00	0,00	1.441,42	12.481,65	15.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	65.845,98	134.608,98	68.007,35	82.140,27	92.161,42	94.219,20	101.403,72	117.492,08	106.447,74	113.172,56	109.341,18	107.429,79	1.192.270,27	1.000.000,00
Contribuição Assist.Médica Servidores/RPPS/SMAS	34.388,64	51.007,57	33.664,72	25.800,60	36.399,04	38.278,20	43.856,39	44.016,83	48.390,79	43.901,30	45.897,76	46.796,94	492.398,78	420.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	588.323,89	590.781,61	611.375,73	587.752,94	522.690,74	567.309,70	600.359,15	570.708,56	494.987,57	515.053,41	487.206,20	528.131,07	6.684.680,57	8.115.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.799.754,06	5.328.269,67	5.243.266,31	4.610.489,04	4.855.193,75	6.706.862,10	5.050.955,06	5.019.941,23	4.557.816,43	4.274.474,37	4.346.441,20	4.704.890,53	59.476.034,57	74.270.000,00
FONTE:														
FORQUILHINHA	26/11/2015													
VANDERLI ALEXANDRE	MÁRITY EYNG NIERNBERG	JADNA COLOMBO PEREIRA												
Prefeito Municipal	Controlador CRC/SC 37.916/O-0	Controlador Interno CRC/SC 29.204/O-6												

26/11/2015 14:04:24

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DA REPUBLICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 0021A-2015 DOM.2

Republicação Edital de Tomada de Preços Nº 0021A/2015 – PMF
Processo Administrativo Licitatório nº 0223/2015

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 0021/2015A – PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de serviços para conclusão da construção da Unidade Básica de Saúde, localizada na Avenida Edson Luiz Chelli, no Bairro das Nações, com fornecimento do material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 18.12.2015. Abertura do Certame: No mesmo dia às 14:15 horas. Recursos: 1.440 – Recursos Federais – Transferência Fundo a Fundo – proposta nº 10496741000113002. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ou no Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 30 de novembro de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito Municipal.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0049_2015 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0230/2015 – PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0049/2015 – PMF

Objeto: Inexigibilidade de licitação com fulcro no Art. 25, inc. III, da lei nº 8.666/93 visando a contratação do Papai Noel do Brasil através da empresa "ELIO M. LAZZAROTTO – ME" para apresentação durante as festividades de final de ano "Natal No Lago", que acontecerá no dia 19 de dezembro de 2015, a partir das 20:00 horas ao lado do Centro de Eventos. Contratada: ELIO M. LAZZAROTTO – ME – Inscrição no CNPJ sob Nº 16.674.364/0001-02. Valor e pagamento: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) até 21.12.2015. Fundamento Legal: Art. 25, inc. III da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 30 de novembro de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DE RETIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0047_2015 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0227/2015 – PMF
AVISO DE RETIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0047/2015 – PMF

FICA RETIFICADO O OBJETO DO AVISO DA INEXIGIBILIDADE Nº 0047/2015, PUBLICADO NO DOM DO DIA 26/11/2015, ALTERADO PARA: Objeto: Inexigibilidade de licitação com fulcro no Art. 25, inc. III, da lei nº 8.666/93 visando a contratação de show artístico com o grupo "CHARLA DE GALPÃO" diretamente da empresa BI SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA, empresa de representação exclusiva, que se apresentará na data de 31/12 do corrente ano na Praça Maria Frey, durante as festividades de fim de ano. Contratada: BI SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA ME – Inscrição no CNPJ sob

Nº 11.739.076/0001-50. Valor e pagamento: R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais) até 31.12.2015. Fundamento Legal: Art. 25, inc. III da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 30 de novembro de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito

DECRETO Nº 250/2015

DECRETO Nº 250, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

REAJUSTA O VALOR DA COMPLEMENTAÇÃO DO VALE ALIMENTAÇÃO PREVISTO NA LEI MUNICIPAL Nº. 2275/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido no artigo 3º, da Lei Municipal n. 2106/2011 c/c artigo 1º da Lei Municipal n. 2275/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica reajustado o valor da complementação do Vale Alimentação previsto no artigo 1º-A, da Lei Municipal nº. 2275/2014, que passa a ser de R\$ 76,13 (setenta e seis reais e treze centavos) a ser pago até o dia 20 do mês de Dezembro de 2015.

Art. 2º. O reajuste tem por base o Índice Nacional de Preços do Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no período de junho de 2013 a maio de 2014, nos termos do artigo 3º, da Lei Municipal n. 2106/2011.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC., 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 252/2015

DECRETO Nº 252, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei Nº 2276, de 05 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2015 no valor de R\$ 39.773,68 (trinta e nove mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta e oito centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
20.606.0015.2.034 – Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.9270 (289)	R\$	39.473,68
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
26.782.0018.2.041 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.9264 (287)	R\$	300,00
Total	R\$	39.773,68

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta dos Convênios TR 1748e TR 1525 celebrados entre o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Videira e o Município de Fraiburgo, tendo como objeto respectivamente, o atendimento das Ações Antigranizo no Município de Fraiburgo e Recuperação das Estradas no Interior do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 30 DE SETEMBRO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 253/2015

DECRETO Nº 253, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2015, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.023 – Manutenção da Atenção Básica		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0416 (22)	R\$	18.000,00
TOTAL	R\$	18.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.023 – Manutenção da Atenção Básica		

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0416 (26)	R\$	18.000,00
TOTAL	R\$	18.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 254/2015

DECRETO Nº 254, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2015 no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações:

06.00 – Secretaria de Finanças		
06.01 – Secretaria de Finanças		
04.123.0004.2.011 – Manutenção da secretaria de Finanças		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (40)	R\$	100.000,00
07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (67)	R\$	76.400,00
12.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
12.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
22.661.0024.2.051 – Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (40)	R\$	23.600,00
08.00 – Secretaria de saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.023 – Manutenção da Atenção Básica		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0447 (107)	R\$	150.000,00
Total	R\$	350.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4172101020100 – Cota-Parte do FPM	R\$	200.000,00
4242101080000 – Transf. De Rec. do SUS – Equipamentos	R\$	150.000,00
TOTAL	R\$	350.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 003-2015 (ESCOLHA VAGAS ASG E AAN) 2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 003/2015

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2016, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DOS EDITAIS DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0020/2015.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0020/2015, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0020/2015 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2016:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
01	Agente de Serviços Gerais (feminino)	1º ao 25º	30/11/2015 às 8 horas
02	Auxiliar de Alimentação e Nutrição (feminino)	1º ao 20º	30/11/2015 às 13h30min

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2016.

1.4 – O contrato administrativo estabelecerá carga horária de 40 horas semanais.

1.5 – Todas as demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0020/2015 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados nos termos do item 4.6, do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0020/2015, que estabelece: "O candidato poderá ser antecipadamente notificado para providenciar os documentos necessários para sua possível contratação, sem que isso gere qualquer tipo de compromisso ou vínculo com o Município de Fraiburgo".

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I - Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);

p) Carteira de saúde atualizada

2.3 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.4 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 27 de novembro de 2015.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

EXTRATO EDITAL ACT Nº 0028-2015 - CONTADOR

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0028 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a função pública de Contador. O preenchimento de vagas será para o ano de 2016, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 1º a 18 de dezembro de 2015, das 12:30 às 17:30, em dia de expediente (excetuados sábado, domingo, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 30 de novembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2273/2015

PORTARIA Nº 2273, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GLECI MARIA VANZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 386.076.899-91, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de novembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2274/2015

PORTARIA Nº 2274, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna 162/2015, do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOÃO ALBINO DE BARROS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 352.666.009-34, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE GABINETE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de novembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2275/2015

PORTARIA Nº 2275, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de SONIA MARIA ALVES PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 098.018.839-36, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de novembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2276/2015

PORTARIA Nº 2276, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FRANCIANE GOMES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.105.969-84, na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de novembro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 251/2015

DECRETO Nº 251, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

**DIVULGA A NOVA CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA
CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0022, DE 05 DE
OUTUBRO DE 2015.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a nova classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0022 de 05 de outubro de 2015, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0022 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Guarda do Patrimônio** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **1** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Guarda do Patrimônio (masculino)**

				<i>CrITÉrios de Desempate</i>				
				1º	2º	3º	4º	5º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	91	MIGUEL DE SOUZA	32	10	7	2	NÃO	18/09/1973
2	5	VILSON MENEGAZZO	32	10	7	0	NÃO	12/08/1966
3	31	SELMO LUCIANO DE OLIVEIRA	31	10	6	3	NÃO	24/02/1977
4	8	ANTONIO JOSÉ DA SILVA	30	8	7	2	NÃO	03/09/1970
5	42	GILBERTO ANTUNES DE LIMA	30	8	7	1	NÃO	23/10/1970
6	87	JOSÉ CARLOS LANGARO	26	4	7	0	NÃO	13/10/1972
7	103	DEIVID DE LIMA	24	6	3	2	NÃO	20/11/1985
8	10	ADEMIR ESGANZELA	22	10	7	2	NÃO	10/09/1970
9	12	DEJANDIR CAMARGO	22	10	7	2	NÃO	09/09/1974
10	96	PAULO SÉRGIO RODRIGUES	22	4	3	1	NÃO	24/02/1979
11	9	PEDRO EURICO CHAVES DE OLIVEIRA	22	0	7	1	NÃO	04/11/1958
12	26	RONALDO MASSENO	21	4	2	0	NÃO	31/10/1990
13	35	ALEXON CHAVES	20	10	5	1	NÃO	17/08/1987
14	20	GASPARINO ALONSO	19	10	4	1	NÃO	15/06/1950
15	102	ALISSON ALEXANDRE BOAVENTURA	19	4	0	2	NÃO	30/08/1988
16	82	ALÍPIO ADAUTO MACHADO	17	10	7	2	NÃO	08/09/1959
17	40	ADILSE ELEODORO ALVES	17	10	7	1	NÃO	03/10/1975
18	65	LUIS DA COSTA RAYZER	17	10	7	0	NÃO	18/04/1962
19	18	MARCELO ANTUNES	15	10	5	2	NÃO	20/08/1986
20	15	JOÃO FRANCISCO RODRIGUES DE BARROS	15	10	5	0	NÃO	02/09/1958
21	24	ADEMIR ALEXANDRE KUHN	15	0	0	2	NÃO	03/04/1985
22	90	GELSON COELHO DA SILVA	15	0	0	0	NÃO	29/10/1977

segunda-feira, 30 de novembro de 2015

Página 1 de 4

23	63	DENIR SETTI	15	0	0	0	NÃO	01/07/1981
24	88	ROMILDO DOS SANTOS RIBEIRO DAMACENO	15	0	0	0	NÃO	20/04/1993
25	79	JULIANO ELSINGA COROLESQUI	15	0	0	0	NÃO	27/05/1993
26	44	RENATO FORTUNA DA SILVA	14	6	3	1	NÃO	10/04/1988
27	60	ENORI RONNAU	14	4	5	0	NÃO	12/11/1961
28	33	EDSON WALDER	13	8	0	0	NÃO	22/02/1992
29	66	PEDRO ARCANGELO PEREIRA	13	6	7	0	NÃO	10/09/1951
30	59	VALDECIR FUNINI	13	0	3	0	NÃO	24/01/1975
31	48	PAULO CESAR ANTUNES	12	8	4	3	NÃO	28/12/1970
32	11	JOHN NATHAN ANTUNES DE LIMA	12	0	2	0	NÃO	22/11/1991
33	19	ADEMIR SOUZA PONTE	11	4	7	0	NÃO	29/03/1954
34	97	MARCELINO PEDRO SEVERGNINI	11	4	7	0	NÃO	07/04/1955
35	6	ANTONIO LUIZ BLEICHVHL	11	4	7	0	NÃO	24/02/1966
36	37	ARCELINO SANTIAGO	10	8	2	0	NÃO	24/01/1954
37	46	CLAUDINEI CORDEIRO	10	8	2	0	NÃO	10/06/1972
38	16	MAYCON TIAGO DA SILVA MORAIS	10	0	0	1	NÃO	18/03/1992
39	32	FERNANDO DOS SANTOS	10	0	0	1	NÃO	27/10/1992
40	99	ALUIR FRANCISCO DE GOIS	10	0	0	0	NÃO	09/10/1987
41	23	ISMAEL PAZ DA SILVA	10	0	0	0	NÃO	06/02/1992
42	43	DANIEL SILVA DE OLIVEIRA	10	0	0	0	NÃO	23/11/1992
43	49	ADAIR CARDOSO LOPES	9	4	0	0	NÃO	25/05/1962
44	98	GIOVANI GUGIEL	9	4	0	0	NÃO	15/12/1994
45	51	ANTONIO MACARIO DE LARA	8	8	0	0	NÃO	21/03/1957
46	22	JOHNATAN BERNADINO DA SILVA COLDEBELLA	8	0	3	2	NÃO	25/11/1991
47	41	JOÃO DE PROENÇA	7	4	3	0	NÃO	24/12/1960
48	29	ALCEDIR ANTONIO RALDI	7	0	2	0	NÃO	24/08/1965
49	47	ADILSON DE LIMA MILANI	7	0	2	0	NÃO	26/03/1993
50	30	PAULO MOACIR NUNES PIRES	6	6	0	0	NÃO	12/08/1959
51	3	JEFFERSON JULIANO MACHADO CARLIN	6	0	1	0	NÃO	16/02/1988
52	100	ALESSANDRO WOJAKIEVICE	5	0	0	1	NÃO	03/12/1978
53	92	VITOR TIAGO BRITO DA SILVA	5	0	0	1	NÃO	21/02/1991
54	94	ALEXANDRE STEIL GARCIA	5	0	0	0	NÃO	29/06/1977
55	69	ADILSON TRINDADE	5	0	0	0	NÃO	28/11/1987
56	73	JOÃO ADILSON PALHANO	5	0	0	0	NÃO	30/07/1991
57	64	ADEMIR MARTINS CHAVES	5	0	0	0	NÃO	15/04/1993
58	85	CLEBERTON DO NASCIMENTO	5	0	0	0	NÃO	27/05/1993
59	93	EVANDRO PROENCO DE SOUZA	5	0	0	0	NÃO	17/10/1994

60	62	LEANDRO CZARNOBAY DOS SANTOS	5	0	0	0	NÃO	26/08/1996
61	45	JOSÉ INÁCIO DA SILVA	4	4	0	3	NÃO	07/07/1970
62	67	THIAGO SILVEIRA FILHO	3	0	3	0	NÃO	23/07/1954
63	58	PAULO ROBERTO PEREIRA	3	0	3	0	NÃO	22/11/1966
64	28	AIRTON DOS SANTOS ORTIZ	3	0	3	0	NÃO	10/12/1973
65	25	JAIR ALVES	3	0	3	0	NÃO	30/01/1984
66	68	EDISON MARCOS WEBER	2	0	2	2	NÃO	26/08/1975
67	14	ADAO BERNABE DE OLIVEIRA	2	0	2	1	NÃO	01/08/1962
68	55	ADENILSON SILVA	2	0	2	1	NÃO	24/03/1983
69	4	TEODORO DOMINGUES	2	0	2	0	NÃO	18/02/1950
70	1	ADAO VIEIRA PADILHA	2	0	2	0	NÃO	12/09/1950
71	53	VILSON CARREIRO MORELO	2	0	2	0	NÃO	14/12/1954
72	50	DARI ALVES PEREIRA	2	0	2	0	NÃO	12/06/1956
73	83	NELSON CORDEIRO	2	0	2	0	NÃO	11/10/1959
74	2	JOSÉ CARLOS ANTUNES	2	0	2	0	NÃO	27/04/1961
75	13	PEDRO TADEU DE OLIVEIRA	2	0	2	0	NÃO	28/10/1962
76	21	OLINDO JOSÉ FIGUEIREDO NUNES	1	0	1	0	NÃO	11/09/1957
77	34	CELSON ALVES DE RAMOS	0	0	0	3	NÃO	25/08/1972
78	74	JOÃO MARIA CALHAN DE FIGUEIREDO	0	0	0	3	NÃO	15/07/1984
79	101	SEBASTIÃO LOPES	0	0	0	1	NÃO	22/03/1984
80	71	AIRTON FERREIRA	0	0	0	1	NÃO	03/06/1986
81	72	EVERALDO FERMINO DOS SANTOS	0	0	0	1	NÃO	09/09/1990
82	84	SIDNEI BORGES	0	0	0	1	NÃO	01/08/1991
83	77	JOSÉ WALMOR DE MELLO	0	0	0	0	NÃO	12/02/1951
84	61	OSNI AQUES	0	0	0	0	NÃO	13/12/1952
85	89	ANTONIO GERMANO DE SOUZA	0	0	0	0	NÃO	02/05/1954
86	81	VALDIR GOIS DE SOUZA	0	0	0	0	NÃO	22/01/1956
87	75	ANTONIO FURLANETTO	0	0	0	0	NÃO	24/08/1957
88	36	JOÃO MARIA GONZAGA	0	0	0	0	NÃO	01/07/1958
89	70	VALDEMAR RIBEIRO DOS SANTOS	0	0	0	0	NÃO	12/08/1963
90	76	ANTONIO CLAUDIO PEREIRA	0	0	0	0	NÃO	16/11/1965
91	7	ADIR PONCIANO RIBEIRO	0	0	0	0	NÃO	30/08/1966
92	57	HORALINO FIGUEIREDO FRANÇA	0	0	0	0	NÃO	03/03/1967
93	52	VALDECIR MOREIRA DOS SANTOS	0	0	0	0	NÃO	08/12/1983
94	56	DAVID CARREIRO MORELO	0	0	0	0	NÃO	05/05/1985
95	78	JOÃO CARLOS POLINÁRIO DA SILVA	0	0	0	0	NÃO	26/01/1988
96	27	LUIS ANTONIO CAVALHEIRO	0	0	0	0	NÃO	10/02/1988

97	95	ADRIANO DOS SANTOS	0	0	0	0	NÃO	26/02/1991
98	38	CLEBER OLIVEIRA DOS SANTOS	0	0	0	0	NÃO	07/02/1994
99	54	ALISSON AQUES	0	0	0	0	NÃO	19/08/1995
100	86	JOÃO ANDRÉ PROENCIO	0	0	0	0	NÃO	02/09/1995
101	17	GABRIEL LOPES PEDROSO	0	0	0	0	NÃO	05/08/1997
102	80	ADRINEI SELIAS VAZ	0	0	0	0	NÃO	19/09/1997
103	39	ERIK FIGUEIREDO DO AMARAL	0	0	0	0	NÃO	14/10/1997

Garopaba

PREFEITURA

1ª ERRATA EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2015

Ato 001/CP/ED/001/15

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público a primeira retificação do edital conforme segue:

1. No Anexo I do edital a nomenclatura e os requisitos/habilitação dos cargos de nível superior - Professor Licenciatura 20h e 40h e Professor Artes 20h e 40h, passam a ter o seguinte teor:

CARGO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO
Professor com Licenciatura (20h)	Curso superior completo com Licenciatura em Pedagogia
Professor com Licenciatura (40h)	Curso superior completo com Licenciatura em Pedagogia
Professor Artes (20h)	Curso superior completo com Licenciatura e Artes
Professor Artes (40h)	Curso superior completo com Licenciatura e Artes

2. No Anexo I do edital o vencimento mensal do cargo de Técnico em Enfermagem passa a vigorar da seguinte forma:

CARGO	VENCIMENTO
Técnico em Enfermagem	R\$ 1.007,60

3. As demais normas do edital permanecem inalteradas.

Garopaba, 26 de Novembro de 2015
Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PE059/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 059/2015
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARTICIPAÇÃO ME/EPP

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo para aquisição de peças de reposição para computadores de uso da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba e Tablets e Smartphone para uso do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 15h00min do dia 11/12/2015. A sessão pública será realizada a partir das 15h10min do dia 11/12/2015, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 30 de novembro de 2015.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PR025/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2015

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando o Registro de Preço pelo período de 12 meses para serviços de Buffet e fornecimento de marmitas conforme a necessidade da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 11/12/2015. A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 11/12/2015, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba - SC, 30 de novembro de 2015.
Paulo Sergio de Araújo
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 68/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 68/2015
PMG

Ata nº. 68/2015; Processo nº.134/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: CLAUDIA DE BONA ME. Objeto: Registro de preço para contratação parcelada de serviços de caminhão prancha e retro escavadeira, para uso da Secretária de Infra Estrutura e Serviços Urbanos no desenvolvimento das atividades de manutenção de vias no município de Garopaba.. Valor: R\$ 52.500,00; Data da Assinatura: 30/11/2015.

PORTARIA N.º 1001/2015.

PORTARIA N.º 1001, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos

termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ROSILENE RODRIGUES, Merendeira, matrícula funcional n.º 0029, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 17/11/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 17/11/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1003/2015.

PORTARIA N.º 1003, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 17/11/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor ALESSANDRO PREDEBON FRANCO, Matrícula Funcional n.º 5693, concedidas através da Portaria n.º 935/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 17/11/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2015

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1005/2015.

PORTARIA N.º 1005, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES

PARTICULARES, sem remuneração, nos termos do art. 123, da Lei n.º 1000/2005, a servidora ROSA JOAQUINA DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 0071, pelo período de 6 (seis) meses, a partir de 30/11/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1006/2015.

PORTARIA N.º 1006, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor RAFAEL DE SOUZA, Contador, Matrícula n.º 3271, o valor de R\$ 270,65 (duzentos e setenta reais com sessenta e cinco centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 809/2010, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 03/11/2015, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 1008/2015.

PORTARIA N.º 1008, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 026/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro de 2009, a servidora SILVIA MARIA VIEIRA PORTO, ocupante do cargo de professor 40 horas, matrícula n.º 4675, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 30/11/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1009/2015.

PORTARIA N.º 1009, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 027/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro de 2009, a servidora CINARA RICARDO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de professor 40 horas, matrícula n.º 4655, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 30/11/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 926/2015.

PORTARIA N.º 926, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIA VALÉRIA TEIXEIRA, Professora, matrícula funcional n.º 3852, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 29/10/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 29/10/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 927/2015.

PORTARIA N.º 927, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor SIDINEI MARQUES, Matrícula Funcional n.º 3704, referente à 2014/2015, no período de 03/11/2015 à 02/12/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de novembro de 2015

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 928/2015.

PORTARIA N.º 928, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidas através da Portaria n.º 730/2015 e suspensas através da Portaria n.º 786/2015, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor LUIZ CARLOS GASPAS, Matrícula Funcional n.º 4999, no

período de 03/11/2015 à 12/11/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 929/2015.

PORTARIA N.º 929, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) KARLA GONÇALVES DE LIMA TASCA, Contrato n.º 117/2015, em 03/11/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 930/2015.

PORTARIA N.º 930, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor MARCIO PONCIANO, Matrícula Funcional n.º 0755, referente a 2006-2011, no período de 18/11/2015 à 17/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 931/2015.

PORTARIA N.º 931, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor STEFANO SILVEIRA, Matrícula Funcional n.º 5675, referente à 2014/2015, no período de 16/11/2015 à 05/12/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 932/2015.

PORTARIA N.º 932, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, á Servidora MARIA DE ABREU SOUZA, Matrícula Funcional n.º 0099, referente à 2014/2015, no período de 10/11/2015 à 29/11/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 933/2015.

PORTARIA N.º 933, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ALICE LOBO, Matrícula Funcional n.º 0087, referente à 2014, no período de 16/11/2015 à 30/11/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 934/2015.

PORTARIA N.º 934, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidas através da Portaria n.º 880/2014 e suspensas através da Portaria n.º 947/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor MICHELE FERNANDES DE SÁ, Matrícula Funcional n.º 5110, no período de 03/11/2015 à 17/11/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 935/2015.

PORTARIA N.º 936, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) EDUARDO ILBE CASAGRANDE PERRARO, Contrato n.º 293/2014, em 15/11/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 937/2015.

PORTARIA N.º 937, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidas através da Portaria n.º 195/2015 e suspensas através da Portaria n.º 306/2015, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora ELIETE GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 5272, no período de 16/11/2015 à 30/11/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 938/2015.

PORTARIA N.º 938, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora LUZIA PONCIANO PEREIRA, matrícula funcional n.º 3754, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 25 de outubro de 2015, por motivo de falecimento da mãe.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 25/10/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 939/2015.

PORTARIA N.º 939, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIANA DA SILVA, Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional n.º 0794, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 18/10/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 18/10/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 940/2015.

PORTARIA N.º 940, DE 06 DE NOVEMBRO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA VALÉRIA TEIXEIRA, Professora, matrícula funcional n.º 3852, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 29/10/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 29/10/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 941/2015.

PORTARIA N.º 941, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) FABRICIO URNAU, Médico, matrícula funcional n.º 6105, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a

partir de 08/11/2015, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 942/2015.

PORTARIA N.º 942, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ANDREA JEANINE TECCHIO, Professora, matrícula funcional n.º 5960, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 09/11/2015, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 943/2015.

PORTARIA N.º 943, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) JULIA MARIA SOARES RAGGI, Contrato n.º 315/2015, em 02/11/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem efeitos retroativos a 02/11/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 944/2015.

PORTARIA N.º 944, 10 DE NOVEMBRO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSÁLIA DA SILVEIRA LOURENÇO, Auxiliar de enfermagem, matrícula funcional n.º 0401, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 24/11/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 945/2015.

PORTARIA N.º 945, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de

remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora FERNANDA KAROLINE VIANNA, Psicóloga, matrícula funcional n.º 5980, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 03/11/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 03/11/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 946/2015.

PORTARIA N.º 946, 11 DE NOVEMBRO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) SILVIA MARIA VIEIRA PORTO, Professora, matrícula funcional n.º 4675, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 04/11/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/11/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 947/2015.

PORTARIA N.º 947, 11 DE NOVEMBRO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) GISELE CRISTINA ROSSI

RODRIGUES, Servente matrícula funcional n.º 3959, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 22/10/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/10/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 948/2015.

PORTARIA N.º 948, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER LICENÇA-PRÊMIO, em 10/11/2015, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, do servidor JULIANO MATTANA, Matrícula Funcional n.º 3712, concedidas através da Portaria n.º 851/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem efeitos retroativos a 10/11/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 949/2015.

PORTARIA N.º 949, 11 DE NOVEMBRO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA DAS DORES SIRINO MARIA COSTA, Servente matrícula funcional n.º 0039, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 27/10/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 27/10/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de novembro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 950/2015.

PORTARIA N.º 950, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado dos cargos de Enfermeiro, Técnico em Enfermagem e Vigilante, no período de Novembro de 2015:

MATRICULA	Nome
6107	Adão de Souza
6251	Adriana Bessa da Silva
6046	Aldemir Marques dos Santos
5779	Ana Cristina Almeida da Silva de Oliveira
3764	Ana Maria de Souza Roecker
5804	Atanásio Gonçalves Filho
6211	Carlos Eduardo de Abreu
6100	Clemir Zanelato
5800	Danúbia Cascaes lopes
5830	Fabíula Rodrigues Garcia
5784	Giselle de Souza Silva
6102	Luciane dos Santos
6181	Maria Aparecida Bernardino Fernandes
3759	Maria Aparecida dos Santos
5831	Maria Raimunda Miranda Dos Santos
3643	Rozilda de Amorim
6158	Simone Feitosa dos Reis
6247	Priscila Gonçalves Bernardi
6262	Tais Chagas da Veiga
3595	Sueli Terezinha dos Santos
6248	Vanessa Marcia Ragievicz Tabaczinski

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/11/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de novembro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal
PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 951/2015.

PORTARIA N.º 951, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 11/11/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora LORENA BERNARDO DE ABREU, Matrícula Funcional n.º 4277, concedidas através da Portaria n.º 871/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de novembro de 2015

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 952/2015.

PORTARIA N.º 952, 12 DE NOVEMBRO 2015.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JANETE ZEFERINA TEIXEIRA, Merendeira, matrícula funcional n.º 0781 contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 12/11/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias,

o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 957/2015.

PORTARIA N.º 957, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos da servidora LORENA BERNARDO DE ABREU, Agente Administrativo, Matrícula n.º 4277, o valor de R\$ 443,19 (quatrocentos e quarenta e três e dezenove centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 416/2014, conforme cálculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 03/11/2015, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 959/2015.

PORTARIA N.º 959, DE 17 DE NOVEMBRO 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSILENE RODRIGUES, Merendeira matrícula funcional n.º 0029, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 17/11/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 960/2015.

PORTARIA N.º 960, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SILVIA MARIA VIEIRA PORTO, Professora, matrícula funcional n.º 4675, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 04/11/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/11/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 961/2015.

PORTARIA N.º 961, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora

DALVA DE SOUZA GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 0403, referente à 2013/2014, no período de 01/12/2015 à 20/12/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 962/2015.

PORTARIA N.º 962, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 11 (onze) dias, concedidas através da Portaria n.º 995/2014 e suspensas através da Portaria n.º 1057/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora SIMONE VERA WOLFF, Matrícula Funcional n.º 4248, no período de 01/12/2015 à 11/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 963/2015.

PORTARIA N.º 963, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos

termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JANETE ZEFERINA TEIXEIRA, Merendeira, matrícula funcional n.º 0781, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 01/11/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/11/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 964/2015.

PORTARIA N.º 964, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOSÉ PEREIRA, Matrícula Funcional n.º 3701, referente à 2012/2013, no período de 01/12/2015 à 30/12/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 965/2015.

PORTARIA N.º 965, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidas através da Portaria n.º 457/2015 e

suspensas através da Portaria n.º 545/2015, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor EDEGAR FURTADO RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 3838, no período de 25/11/2015 à 09/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 966/2015.

PORTARIA N.º 966, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ROSÁLIA DA SILVEIRA LOURENÇO, Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional n.º 0401, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 28/10/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 28/10/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 967/2015.

PORTARIA N.º 967, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIA DAS DORES SIRINO MARIA COSTA, Servente, matrícula funcional n.º 0039, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 40 (quarenta) dias, a partir de 13/10/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/10/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 968/2015.

PORTARIA N.º 968, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ARTUR GUIMARÃES VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 5684, referente à 2014/2015, no período de 23/11/2015 à 22/12/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 969/2015.

PORTARIA N.º 969, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora

NEREIDA MONTEIRO, Matrícula Funcional n.º 3727, referente à 2013/2014, no período de 30/11/2015 à 29/12/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 970/2015.

PORTARIA N.º 970, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) EDMILSON CUNHA OLIVEIRA, Auxiliar de Conservação e Manutenção, matrícula funcional n.º 6144, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 17/11/2015, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 17/11/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 971/2015.

PORTARIA N.º 971, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal

n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LÍDIA SANTANA SOARES DA SILVA, Servente, matrícula funcional n.º 5817, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 28/11/2015, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 972/2015.

PORTARIA N.º 972, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) ADILSON DO NASCIMENTO, Contrato n.º 416/2014, em 23/11/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 973/2015.

PORTARIA N.º 973, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos da servidora VIVIAN SCHROTER, Agente Administrativo, Matrícula n.º 0428, o valor de

R\$ 229,29 (duzentos e vinte nove reais com vinte nove centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 973/2015, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 03/11/2015, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 979/2015.

PORTARIA N.º 979, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidas através da Portaria n.º 539/2014 e suspensas através da Portaria n.º 599/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor JORGE LUIZ GONÇALVES REIMBRETCH, Matrícula Funcional n.º 3736, no período de 08/12/2015 à 22/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 980/2015.

PORTARIA N.º 980, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 20/11/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora MARIA DE ABREU SOUZA, Matrícula Funcional n.º 0099, concedidas através da Portaria n.º 932/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/11/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de novembro de 2015

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 981/2015.

PORTARIA N.º 981, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) DANÚBIA CASCAES LOPES, Contrato n.º 431/2014, em 22/11/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem efeitos retroativos a 22/11/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 982/2015.

PORTARIA N.º 982, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE DESTITUIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 1.533/2011 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. DESTITUIR, nos termos do art. 36, Capítulo, XV, da Lei Municipal n.º 1.533/2011, ROBERTA PIRES LEGUISSAMO, CPF n.º 065.775.649-06 das funções de Conselheira Tutelar em 30/11/2015.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 36, inciso I, da Lei n.º 1533/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de novembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 169/2015

DECRETO Nº. 169, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015

“DISPÕE SOBRE O REGIMENTO GERAL DA VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE GARUVA”

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

CAPÍTULO I - DA CONVOCAÇÃO, REALIZAÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1º - A VI Conferência Municipal da Cidade, convocada através do Edital de Convocação, de 28 de outubro de 2015, será realizada às 19 horas do dia 01 de dezembro de 2015, na sede da Câmara de Vereadores de Garuva, e terá os seguintes objetivos:

I – eleger e dar posse aos membros do Conselho da Cidade, ou CONCIGA.

II - deliberar sobre os princípios, diretrizes, estratégias e objetivos propostos na revisão do Plano Diretor Municipal;

III - discutir e deliberar sobre as eventuais propostas de alterações à Minuta referida no inciso II, inclusive as oriundas do Edital de Consulta Pública de 28 de outubro de 2015;

IV – apresentar a Minuta de Projeto de Lei decorrente do processo de Revisão do Plano Diretor;

Parágrafo Único - O término da Conferência está previsto para as 22:00 horas, podendo, a critério da plenária, e caso a apreciação das propostas não esteja concluída, prorrogar a duração da Conferência.

CAPÍTULO II – DOS PARTICIPANTES

Art. 2º - São Participantes da Conferência:

I - os membros da gestão 2013-2015 do Conselho da Cidade, ou CONCIGA;

II - os Setores da sociedade civil organizada, em especial:

a) movimentos populares e trabalhadores por suas entidades sindicais;

b) empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

c) entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais;

d) organizações não governamentais;

III - os gestores, administradores públicos e legislativos;

IV - todos os demais cidadãos interessados.

§1º - Todos os participantes da conferência maiores de 16 (dezeses) anos, credenciados terão direito a voz e voto.

§ 2º - Os demais participantes da conferência terão direito a voz.

CAPÍTULO III - DO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 3º - As ações destinadas ao planejamento, organização e funcionamento da Conferência serão coordenadas por uma Comissão Preparatória Municipal, composta por:

I – Executivo Municipal:

a) Paulo Afonso da Rocha;

b) Anselmo Maoski;

c) Marcelo Eduardo Person;

d) Cesar Cassius Mocker;

II – Legislativo Municipal: Jose Carlos Schutz

III – Sociedade Civil:

a) Eduardo Nascimento – representante da ACIG;

b) Adriana Isabel Felicio – representante das Associações de Moradores;

c) Gilberto Haas – representante da Sociedade Civil Voluntária;

d) Adolar Froehlich – representante da Associação de Produtores Rurais;

e) Rolf Rothbarth - representante da Associação de Produtores Rurais;

f) Ronald Roeder – representante do Sindicato dos produtores Rurais;

g) Vera Lucia Golin Gross – representante da Sociedade Civil Voluntária;

IV - Amunesc

Art. 4º - Compete à Comissão Preparatória:

I - prestar apoio à Prefeitura Municipal em todas as ações necessárias à realização da Conferência;

II - coordenar o processo de recebimento e sistematização das eventuais propostas de alteração à Minuta referida no inciso II do art. 1.º;

III - definir a Mesa Coordenadora da Conferência;

IV – Elaborar e Aprovar o Regimento Geral da Conferência;

V- Elaborar o Regulamento Interno da Conferência submetendo-o a aprovação pela plenária da Conferência, no início do evento.

§ 1º - A Mesa Coordenadora, referida no inciso III do caput, deverá:

I - ser composta por cinco membros integrantes da Comissão Preparatória escolhida por consenso entre seus membros, sendo eles:

a) Marcelo Eduardo Person;

b) Jose Carlos Schutz;

c) Adolar Frolich;

d) Eduardo Nascimento;

e) Amunesc.

II - ser presidida pelo membro representante do Executivo municipal, Marcelo Eduardo Person.

Art. 5º - Compete à Mesa Coordenadora da Conferência:

I - promover a leitura e aprovação do Regulamento Interno da Conferência pelos participantes da mesma;

II - instalar os trabalhos da Conferência e conduzi-los, de acordo com o disposto neste Regimento;

III - garantir a apresentação, pela equipe técnica da Prefeitura e da UNISOCIESC dos principais aspectos da minuta de Revisão do Plano Diretor e das propostas de alteração referidas no inciso II do art. 4.º;

IV - promover a discussão e deliberação sobre a apresentação referida no inciso III;

V - prestar esclarecimentos quando solicitados, resolver questões de ordem e de encaminhamento de propostas;

VI - coordenar a eleição e dar posse à nova gestão do CONCIGA;

VII - consolidar relatório da Conferência;

VIII - resolver os casos omissos deste Regimento.

Parágrafo Único - Será facultado à Mesa Coordenadora solicitar a colaboração dos demais integrantes da Comissão Preparatória presentes à Conferência, delegando-lhes atribuições específicas, que auxiliem no cumprimento deste Regimento.

CAPÍTULO IV - DA ELEIÇÃO DO CONCIGA

Art. 6º - O Presidente da Mesa Coordenadora conduzirá a eleição dos novos conselheiros do CONCIGA, em número de vinte e cinco titulares e vinte e cinco suplentes, respeitada a proporcionalidade de 60% da Sociedade Civil e 40 % do Poder Público, conforme estabelecido na Lei Complementar 31/2006 que atendendo o disposto no art. 3º do Decreto n.º 133 de 12 de agosto de 2014, seguirá

as seguintes etapas:

I – Fará a leitura da lista dos dez membros titulares e dez membros suplentes do poder público indicados através de ofício;

II – Verificará a existência de lista tríplice indicados pela sociedade civil organizada, dos quais, 01 (um) dos indicados da lista tríplice será escolhido por votação na VI Conferência Municipal de Garuva, respeitados os diversos segmentos como segue:

a) Movimentos populares

1) Associações locais de moradores, representante das diversas regiões geoeconômicas de forma a contemplar todas as localidades do município e em atividade;

b) Trabalhadores por suas entidades sindicais e associativas:

1) Sindicato do Trabalhadores Rurais;

2) Sindicato dos Servidores Públicos e ou Associação dos Servidores Públicos.

c) Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

1) Representantes indicados pela Associação Empresarial, Comercial e Industrial de Garuva nos segmentos:

a) Industrial;

b) Comercial;

c) Serviços;

d) Minerário.

d) Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais;

1) OAB

e) Organizações não governamentais ligadas ao escopo do CONCI-GA e com atuação efetiva há mais de 4 (quatro) anos no município;

1) APAE

2) Associação Lírio Amarelo e ou Clube do Idoso

3) Rotary Club

III - Sociedade Civil Voluntária até completar o quadro de representantes da Sociedade Civil:

- por manifestação da (o) cidadã (o) voluntária (o);

- por indicação ou convite de Conselheira (o) em atividade.

§ 1º : As pessoas da sociedade civil que se candidatarem a uma vaga no CONCI-GA deverão residir neste município e ter domicílio eleitoral nesta Comarca, em período não inferior a 01 (um) ano.

§ 2º : Com o objetivo de garantir ampla participação a carta com a indicação, mencionada no art. 3º do Decreto n.º 133 de 12 de agosto de 2014, poderá ainda ser recebida no dia da Conferência até o início do processo eleitoral da eleição dos membros do CONCI-GA.

Art. 7º - As propostas de alteração à Minuta referida no inciso II do art. 1.º serão apresentadas por escrito, em formulário próprio, referido no Anexo deste Regimento, devendo conter, no mínimo:

I - indicação dos dispositivos, conteúdos de mapas ou de demais anexos da Minuta que são objeto de proposta de alteração;

II - identificação de sua natureza supressiva, modificativa ou aditiva;

III - proposta de alternativa para redação de dispositivo ou de conteúdo de mapa e de demais anexos;

IV - justificativa da proposta;

V - identificação e assinatura do proponente.

Parágrafo Único - O formulário referido no caput:

I - será disponibilizado a qualquer interessado, na quantidade que este desejar;

II - poderá ser obtido em meio impresso na sede da Prefeitura municipal ou em meio digital, através do site da mesma.

Art. 8º - O processo de discussão e deliberação sobre a Minuta

referida no inciso II do art. 1.º observará os seguintes procedimentos:

I - a apreciação da Minuta pela plenária será feita na forma do inciso III do art. 5.º e com base nos conteúdos oriundos da sistematização dos formulários;

II - a apreciação referida no inciso I deverá seguir a ordem numérica dos dispositivos indicados nos formulários sistematizados;

III - a Mesa Coordenadora informará à Plenária quais são as propostas de alteração decorrentes da sistematização dos formulários e abrirá a discussão;

IV - no momento do debate, será admitida a apresentação de proposta aglutinativa, em substituição à totalidade ou a parte das propostas inicialmente apresentadas, mediante concordância de seus autores;

V - para o debate, será garantido um tempo de 2 (dois) minutos para uma manifestação favorável à proposta e um outro, também de 2 (dois) minutos, para uma manifestação contrária.

VI - o autor terá preferência para manifestar-se favoravelmente à proposta, seguido dos demais presentes, conforme a ordem de inscrição;

VII - poderá a Mesa Coordenadora, mediante aprovação pela Plenária, garantir mais uma inscrição para manifestação favorável e uma outra contrária à proposta, também no tempo de 2 (dois) minutos para cada uma;

VIII - encerradas as manifestações favoráveis e contrárias à proposição, a Mesa Coordenadora passará à deliberação acerca da proposta sob discussão;

IX - a deliberação será feita por meio de votação aberta pelos participantes, que deverão se manifestar de forma favorável ou contrária à proposta.

CAPÍTULO V - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 9º - As despesas para a realização da Conferência correrão por conta dos recursos orçamentários próprios do Município.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Encerrados os trabalhos da Conferência, a comissão preparatória se responsabilizará pela:

I - sistematização, divulgação e publicação dos resultados;

II - redação da minuta final do projeto de lei do Plano Diretor a ser encaminhado à tramitação legislativa.

Art. 11. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

ANEXO

Formulário para Alteração na Minuta de Revisão do projeto de Lei do Plano Diretor do Município de Garuva

Dispositivo que se propõe alterar:

Natureza da Alteração:

() – Supressiva : exclusão do texto proposto.

() – Modificativa : alteração do texto proposto.

() – Aditiva : acréscimo ao texto proposto.

Texto proposto para a nova redação:

Justificativa:

Identificação e assinatura do autor da proposta:

Data _____

DECRETO Nº 176/2015

DECRETO Nº. 176 de 30 de novembro de 2015

"Dispõe sobre a exoneração do senhor Valdir Celso Fiedler, do cargo comissionado de Secretário de Administração, Planejamento e Finanças."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica exonerado, o senhor VALDIR CELSO FIEDLER, do cargo comissionado de Secretário de Administração, Planejamento e Finanças – CC1, subordinado ao Gabinete do Prefeito, nomeado através do Decreto Nº 022/2014 de 31 de janeiro de 2014.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 30 de novembro de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 177/2015

DECRETO Nº. 177 de 30 de novembro de 2015

"Dispõe sobre a nomeação do servidor Iolando de Assis, para o cargo comissionado de Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica nomeado, o servidor IOLANDO DE ASSIS, portador de CPF nº 618.330.889-72, para cargo comissionado de Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças – CC1, subordinado ao Gabinete do Prefeito.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 01 de dezembro de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 91/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 91, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

"Dispõe sobre a criação de cargos públicos de provimento efetivo com a conseqüente alteração da lei 45/2009, e a transposição de regime celetista para estatutário dos empregos públicos criados pela Lei nº 46/2009 e dá outras providências".

O POVO DO MUNICÍPIO DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art.1º Esta Lei disciplina a criação de cargos públicos de provimento efetivo e a transposição de regime celetista para estatutário dos empregos públicos criados pela Lei Complementar n. 46, de 16 de outubro de 2009.

Art. 2º Fica instituído por esta Lei o Plano de reenquadramento dos empregos públicos para cargos públicos, dispondo sobre os correspondentes quadros funcionais, forma de provimento, denominação, número de vagas e remuneração respectivas.

Parágrafo Único – Serão extintos, na forma regulamentada por esta Lei, todos os empregos públicos criados pela Lei Complementar nº 46 de 16 de outubro de 2009.

Art. 3º Na conformidade das disposições seguintes, pela presente Lei são criados os cargos públicos que passam a integrar a estrutura orgânica funcional da Administração Municipal, elencados nos Anexos adiante enunciados.

CAPÍTULO II**DOS CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

Art. 4º Os novos cargos públicos de provimento efetivo e os criados para os empregados públicos que optarem pela transposição de regime celetista para estatutário, na forma desta Lei, são aqueles elencados no Anexo I desta Lei, que integrarão o Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Anexo III, da Lei Complementar 45 de 15 de outubro de 2009, com a discriminação das correspondentes classes funcionais, denominação, níveis, número de cargo, padrão e valores de vencimentos e gratificações.

Art. 5º As especificações das classes funcionais, na conformidade do Anexo I desta lei, contêm:

I – denominação da classe funcional;

II – padrão de vencimentos;

III – nível de acesso;

IV – valor do vencimento;

V – descrição sumária de atribuições e responsabilidades, e descrição analítica das atividades;

VI – condições de trabalho – jornada laboral, e demais requisitos pertinentes.

CAPÍTULO III**DOS EMPREGOS EM EXTINÇÃO**

Art. 6º Os atuais empregados públicos municipais que, na forma da Lei, venham a optar pelo regime estatutário instituído pela Lei Complementar nº 01/98 ou a que porventura venha a substituí-la, serão reenquadrados no plano de classificação de cargos instituídos pelo presente diploma legal.

§ 1º O reenquadramento desses empregados públicos optantes observará:

I – Correspondência entre o emprego público anteriormente exercido e a nova categoria funcional;

II – Enquadramento da nova classe, nível, padrão ou referencia congênere, em razão dos requisitos de escolaridade e grau de complexidade das atribuições do cargo.

§ 2º O reenquadramento nos cargos criados pela presente Lei é aquele elencado no Anexo II deste diploma.

Art. 7º Os atuais empregados públicos do Município, a que se refere a presente Lei, que deixarem de optar na forma do artigo anterior, integrarão quadro especial de cargos em extinção, na forma do Anexo III da presente Lei, cujos respectivos empregos são declarados excedentes, tornando-se automaticamente extintos para todos os efeitos na medida em que vagarem.

Parágrafo Único – Referido empregados público permanecerão com os mesmos direitos e vantagens conferidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, à qual continuam submetidos e regidos para todos os fins e efeitos.

TÍTULO II**CAPÍTULO ÚNICO****DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 8º A transposição de regime dos empregados públicos, referidos na presente Lei, ocorrerá mediante termo de opção, na forma do Anexo IV, devidamente preenchido pelo empregado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do início de vigência da presente Lei.

§ 1º Os empregados públicos que, por alguma hipótese, estiverem

afastados do exercício de suas atividades deverão preencher o termo de opção quando de seu retorno, iniciando o prazo a partir desta data.

§ 2º Os empregados públicos que por ventura forem admitidos após a vigência da presente Lei deverão realizar a opção referida no caput, iniciando a contagem do prazo na data de sua admissão.

§ 3º A transposição de regime celetista para estatutário entrará em vigor no 1º dia do mês subsequente ao mês que encerrou o prazo definido no caput, formalizado por meio de portaria de nomeação no cargo público reenquadrado nos termos desta Lei.

§ 4º Para os empregados públicos previstos nos § 1º e § 2º o início da transposição de regime será o da data da realização do termo de opção.

Art. 9º O empregado público que optar pela transposição de regime, definida por esta Lei, deverá submeter-se à avaliação de desempenho em estágio probatório, a partir da data de seu reenquadramento no cargo público.

Art. 10 – Computar-se-á o tempo de serviço anteriormente prestado ao Município, em razão do emprego público, unicamente para fins de concessão do adicional por tempo de serviço, período de férias, gratificação natalina.

Art. 11 – Os reajustes dos vencimentos definidos nesta Lei ocorrem na mesma forma dos demais vencimentos dos servidores públicos municipais.

Art. 12 – As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 13º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

ANEXO I

QUADRO DOS CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Denominação do Cargo: Médico (Clínico Geral)

Requisitos para Provimento: Graduação no Curso de Medicina e Registro no Conselho Regional de Medicina.

Número de Cargos: 04

Carga Horária: 220 h/mês

Padrão Básico de vencimento: Anexo V da LC 45/2009

Nível de Acesso: Especialista Superior I – Anexo III da LC 45/2009

Atribuições: Compete ao MÉDICO:

Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área restrita; Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: infância, adolescência, adulto e idoso; Realizar consultas e procedimentos na USF e quando necessário, no domicílio; Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção da atenção básica, definidas na norma operacional da assistência à saúde; Aliar e atuar clínica à prática da saúde coletiva; Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como o de hipertensos, de diabéticos e de saúde mental; Realizar o pronto atendimento médico nas urgências; Encaminhar aos serviços de maior complexidade quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento de referência e contra-referência; Indicar internação hospitalar; Solicitar exames complementares; Verificar e atestar óbito; Conhecer a realidade das famílias, pelas quais são responsáveis, com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas; Identificar os problemas de saúde e situações de riscos mais comuns aos quais aquela população está exposta; Elaborar, com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde; Executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância à saúde e de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo da vida; Valorizar a relação com o usuário e cada família, para criação de vínculo de confiança, de afeto e de respeito; Realizar visita domiciliar de acordo com o planejamento; Resolver os problemas de saúde no nível de atenção básica; Garantir acesso à continuidade

do tratamento, dentro de um sistema de referência e contra-referência para os casos de maior complexidade ou que necessitem de internação hospitalar; Prestar assistência integral à população adstrita, respondendo à demanda de forma continuada e racionalizada; Coordenar, participar de e/ou organizar grupos de educação para a saúde; Promover ações intersectoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade, para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados; Fomentar a participação popular, discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direito à saúde e a suas bases legais; Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos conselhos locais de saúde; Auxiliar na implantação nacional de saúde; Executar outras tarefas afins.

Denominação do Cargo: Enfermeiro

Requisitos para Provimento: Graduação no Curso de Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem.

Número de Cargos: 04

Carga Horária: 220 h/mês

Padrão Básico de vencimento: Anexo V da LC 45/2009

Nível de Acesso: Especialista Superior – Anexo III da LC 45/2009

Atribuições: Compete ao ENFERMEIRO:

Realizar cuidados diretos de Enfermagem urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada; Realizar consultas de enfermagem, solicitar exames complementares, conforme protocolos estabelecidos nos programas; Planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a USF; Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo da vida: infância, adolescência, adulto e idoso; No nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária; Realizar ações de saúde em diferentes ambientes na USF e, quando necessário, no domicílio; Realizar as atividades correspondentes às áreas prioritárias de intervenção na atenção básica, definidas nas normas operacionais básicas da saúde; Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; Organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas como hipertensos, de diabéticos e de saúde mental; Supervisionar e coordenar ações para capacitação dos agentes comunitários de saúde, de auxiliares de enfermagem e técnicos de enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções; Conhecer a realidade das famílias, pelas quais são responsáveis, com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas; Identificar os problemas de saúde e situações de riscos mais comuns aos quais aquela população está exposta; Elaborar, com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde; Executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância à saúde e de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo da vida; Valorizar a relação com o usuário e cada família, para criação de vínculo de confiança, de afeto e de respeito; Realizar visita domiciliar de acordo com o planejamento; Resolver os problemas de saúde no nível de atenção básica; Garantir acesso à continuidade do tratamento, dentro de um sistema de referência e contra-referência para os casos de maior complexidade ou que necessitem de internação hospitalar; Prestar assistência integral à população adstrita, respondendo à demanda de forma continuada e racionalizada; Coordenar, participar de e/ou organizar grupos de educação para a saúde; Promover ações intersectoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade, para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados; Fomentar a participação popular, discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direito à saúde e a suas bases legais; Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos conselhos locais de saúde; Auxiliar na implantação nacional de saúde; Executar outras tarefas afins.

Denominação do Cargo: Odontólogo

Requisitos para Provimento: Graduação no Curso de Odontologia e registro no Conselho Regional de Odontologia.

Número de Cargos: 03

Carga Horária: 220 h/mês

Padrão Básico de vencimento: Anexo V da LC 45/2009

Nível de Acesso: Anexo III da LC 45/2009

Atribuições: Compete ao ODONTOLOGO:

Realizar levantamento epidemiológico para tratar o perfil de Saúde; Realizar os procedimentos clínicos definidos na norma operacional básica do Sistema Único de Saúde - NOB/SUS 96 - e na norma operacional básica da assistência à saúde - NOAS 2001/2002; Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população adstrita; Encaminhar e orientar os usuários que apresentarem problemas mais complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento; Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Prescrever medicamentos e outras orientações, na conformidade dos diagnósticos efetuados; Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência; Executar as ações de assistência integral, aliando a atuação clínica à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupos específicos, de acordo com planejamento local; Coordenar ações coletivas voltadas para a promoção e prevenção em saúde bucal; Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para ações coletivas; Capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas à saúde bucal; Conhecer a realidade das famílias, pelas quais são responsáveis, com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas; Identificar os problemas de saúde e situações de riscos mais comuns aos quais aquela população está exposta; Elaborar, com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde; Executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância à saúde e de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo da vida; Valorizar a relação com o usuário e cada família, para criação de vínculo de confiança, de afeto e de respeito; Realizar visita domiciliar de acordo com o planejamento; Resolver os problemas de saúde no nível de atenção básica; Garantir acesso à continuidade do tratamento, dentro de um sistema de referência e contra-referência para os casos de maior complexidade ou que necessitem de internação hospitalar; Prestar assistência integral à população adstrita, respondendo à demanda de forma continuada e racionalizada; Coordenar, participar de e/ou organizar grupos de educação para a saúde; Promover ações intersectoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade, para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados; Fomentar a participação popular, discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direito à saúde e a suas bases legais; Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade de nos conselhos locais de saúde; Auxiliar na implantação nacional de saúde; Executar outras tarefas afins.

Denominação do Cargo: Técnico de Enfermagem

Requisitos para Provimento: Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem com registro no Conselho Regional de Enfermagem.

Número de Cargos: 06

Carga Horária: 220 h/mês

Padrão Básico de vencimento: Anexo V da LC 45/2009

Nível de Acesso: Carreira Técnico – Anexo III da LC 45/2009

Atribuições: Compete ao TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

Realizar procedimentos de enfermagem dentro das suas competências técnicas e legais; Realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes, USF e nos domicílios, dentro do planejamento de ações traçado pela equipe; Preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamentos nas Unidades de Saúde da Família; Zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamentos e de dependências das Unidades de Saúde da Família, garantindo o controle de direção; Realizar busca ativa de casos, como tuberculose, hanseníase e demais doenças de cunho epidemiológico; no nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária; Realizar

ações de educação em saúde aos grupos de patologias específicas e as famílias de risco, conforme planejamento das Unidades de Saúde da Família; Conhecer a realidade das famílias, pelas quais são responsáveis, com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas; Identificar os problemas de saúde e situações de riscos mais comuns aos quais aquela população está exposta; Elaborar, com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde; Executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância à saúde e de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo da vida; Valorizar a relação com o usuário e cada família, para criação de vínculo de confiança, de afeto e de respeito; Realizar visita domiciliar de acordo com o planejamento; Resolver os problemas de saúde no nível de atenção básica; Garantir acesso à continuidade do tratamento, dentro de um sistema de referência e contra-referência para os casos de maior complexidade ou que necessitem de internação hospitalar; Prestar assistência integral à população adstrita, respondendo à demanda de forma continuada e racionalizada; Coordenar, participar de e/ou organizar grupos de educação para a saúde; Promover ações intersectoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade, para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados; Fomentar a participação popular, discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direito à saúde e a suas bases legais; Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos conselhos locais de saúde; Auxiliar na implantação nacional de saúde; Executar outras tarefas afins.

Denominação do Cargo: Auxiliar de Enfermagem

Requisitos para Provimento: Ensino Fundamental Completo com Curso de Auxiliar de Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem

Número de Cargos: 06

Carga Horária: 220 h/mês

Padrão Básico de vencimento: Anexo V da LC 45/2009

Nível de Acesso: carreira Auxiliar – Anexo III da LC 45/2009

Atribuições: Compete ao AUXILIAR DE ENFERMAGEM:

Realizar procedimentos de enfermagem dentro das suas competências técnicas e legais; Realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes, USF e nos domicílios, dentro do planejamento de ações traçado pela equipe; Preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamentos nas Unidades de Saúde da Família; Zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamentos e de dependências das Unidades de Saúde da Família, garantindo o controle de direção; Realizar busca ativa de casos, como tuberculose, hanseníase e demais doenças de cunho epidemiológico; no nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária; Realizar ações de educação em saúde aos grupos de patologias específicas e as famílias de risco, conforme planejamento das Unidades de Saúde da Família; Conhecer a realidade das famílias, pelas quais são responsáveis, com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas; Identificar os problemas de saúde e situações de riscos mais comuns aos quais aquela população está exposta; Elaborar, com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde; Executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância à saúde e de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo da vida; Valorizar a relação com o usuário e cada família, para criação de vínculo de confiança, de afeto e de respeito; Realizar visita domiciliar de acordo com o planejamento; Resolver os problemas de saúde no nível de atenção básica; Garantir acesso à continuidade do tratamento, dentro de um sistema de referência e contra-referência para os casos de maior complexidade ou que necessitem de internação hospitalar; Prestar assistência integral à população adstrita, respondendo à demanda de forma continuada e racionalizada; Coordenar, participar de e/ou organizar

grupos de educação para a saúde; Promover ações intersetoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade, para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados; Fomentar a participação popular, discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direito à saúde e a suas bases legais; Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos conselhos locais de saúde; Auxiliar na implantação nacional de saúde; Executar outras tarefas afins.

Denominação do Cargo: Auxiliar de Saúde Bucal

Requisitos para Provimento: Ensino Fundamental, Curso de Auxiliar de Saúde Bucal e Registro no Conselho Regional de Odontologia

Número de Cargos: 04

Carga Horária: 220 h/mês

Padrão Básico de vencimento: Anexo V da LC 45/2009

Nível de Acesso: Carreira Auxiliar – Anexo III da LC 45/2009

Atribuições: Compete ao AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL:

Proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados; Sob supervisão do cirurgião dentista ou do THD, realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como prevenção de placa bacteriana, escovação supervisionada, orientações de escovação, uso de fio dental; Preparar e organizar o instrumental e materiais (sugador, espelho, sonda) necessários para o trabalho; Instrumentalizar o cirurgião dentista ou THD durante a realização de procedimentos clínicos (trabalho a quatro mãos); Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos; Agendar o paciente e orientá-los quanto ao retorno e à preservação do tratamento; Acompanhar e desenvolver trabalhos com a Equipe de Saúde da Família no tocante à Saúde Bucal; Conhecer a realidade das famílias, pelas quais são responsáveis, com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas; Identificar os problemas de saúde e situações de riscos mais comuns aos quais aquela população está exposta; Elaborar, com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde; Executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância à saúde e de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo da vida; Valorizar a relação com o usuário e cada família, para criação de vínculo de confiança, de afeto e de respeito; Realizar visita domiciliar de acordo com o planejamento; Resolver os problemas de saúde no nível de atenção básica; Garantir acesso à continuidade do tratamento, dentro de um sistema de referência e contra-referência para os casos de maior complexidade ou que necessitem de internação hospitalar; Prestar assistência integral à população adstrita, respondendo à demanda de forma continuada e racionalizada; Coordenar, participar de e/ou organizar grupos de educação para a saúde; Promover ações intersetoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade, para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados; Fomentar a participação popular, discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direito à saúde e a suas bases legais; Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos conselhos locais de saúde; Auxiliar na implantação nacional de saúde; Executar outras tarefas afins.

ANEXO II

QUADRO DE REENQUADRAMENTO FACULTATIVO

Reenquadramento de Empregos Públicos nos Cargos Públicos

EMPREGO ANTERIOR	CARGO PÚBLICO DE REENQUADRAMENTO PREVISTO
Médico	Médico
Enfermeiro	Enfermeiro
Odontólogo	Odontólogo
Técnico de Enfermagem	Técnico de Enfermagem
Auxiliar de Enfermagem	Auxiliar de Enfermagem

Auxiliar de Saúde Bucal	Auxiliar de Saúde Bucal
-------------------------	-------------------------

ANEXO III

QUADRO DE EMPREGOS EM EXTINÇÃO

Empregos Excedentes de Empregados Públicos

EMPREGOS EXCEDENTES
Médico
Enfermeiro
Odontólogo
Técnico de Enfermagem
Auxiliar de Enfermagem
Auxiliar de Saúde Bucal

ANEXO IV

TERMO DE OPÇÃO DE TRANSPOSIÇÃO DE REGIME

Exmº. Sr.

Prefeito Municipal

Garuva/SC

Eu, _____

Matricula nº _____, ocupante do emprego público: _____ abaixo assinado (a), portador (a) do CPF nº _____, residente e domiciliado (a) na Rua/Av. _____

_____, nº _____,

Bairro _____,

Cidade _____

Cep: _____

Fone: _____

Venho declarar a minha vontade a respeito da opção de transposição de regime jurídico celetista para regime jurídico estatutário:

() Quero transpor de regime jurídico celetista para regime jurídico estatutário, submetendo-me ao cumprimento do devido estágio probatório;

() Não quero transpor de regime jurídico celetista para regime jurídico estatutário.

Garuva, _____ de _____ de 201____

Assinatura do Servidor

LEI Nº 1914/2015

LEI Nº 1914, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

"Dá o nome de Vereador Arcentino Benkendorf ao prédio construído com o objetivo de abrigar a Feira Livre".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – O Poder Executivo dará o nome de Vereador Arcentino Benkendorf ao prédio público construído com o objetivo de abrigar a Feira Livre.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

José Chaves

Prefeito Municipal

RESULTADO FINAL EDITAL Nº 08/2015**RESULTADO DA 1ª ETAPA - TESTE SELETIVO Nº 008/2015 - CUIDADOR**

A Comissão do Teste Seletivo 008/2015 homologa e torna público o Resultado da 1ª Etapa do Teste Seletivo, conforme estabelecido no edital.

Nº Inscr.	Candidato	Prova Objetiva	Redação	Média
06	Leci Mencatto	7,0	8,7	7,9
11	Lídia Alves dos Santos	10,0	5,6	7,8
14	Francielle Nascimento Lopes Rocha	9,0	6,3	7,7
10	Ana Maria Silva	8,0	6,6	7,3
05	Flavia Valéria C. Pereira	9,0	5,4	7,2
09	Sheylla Marcela Corrêa	7,0	7,3	7,2
18	Cleonir Matoso de Paula	8,0	6,2	7,1
01	Elaine Nogueira Ferreira	7,0	5,7	6,4
13	Adriane Aparecida da Cruz	8,0	4,6	6,3
04	Joice da Silva	7,0	5,3	6,2
19	Tamiris Luiza de Souza	6,0	5,8	6,0
08	Dilian Keli Machado	6,0	5,6	5,8
17	Ana Carolina de Paula	7,0	4,4	5,7
07	Dilvia Ribeiro de Souza	6,0	4,1	5,1

OBS – Os inscritos que não estão relacionados na Tabela acima não alcançaram média 5,0.

2ª Etapa – Os candidatos que obtiveram média acima de 7,0 (sete), deverão comparecer ao Teste Psicológico que será realizado na Secretaria de Desenvolvimento Social, Rua Padre José Novack, 1047, Centro – Garuva/SC, na data de 03/12/2015 as 8:30 horas.

Garuva, 30 de novembro de 2015.

Eduardo dos Santos Licetti

Presidente da Comissão

Portaria Nº 154/2015

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 29/2015

RESOLUÇÃO Nº 29/2015

Dispõe sobre férias aos servidores do Poder Legislativo Municipal.

Considerando o Recesso Legislativo no mês de Janeiro.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva usando de suas atribuições legais com base no artigo 50, paragrafo 3º II do Regimento Interno, Resolve;

Art. 1º - Férias do dia 02 de Janeiro de 2015 à 31 de Janeiro de 2015, para os servidores do Poder Legislativo, cujo período aquisitivo esteja completo.

§ 1º - Não serão contemplados com as férias previstas neste Decreto os servidores admitidos há menos de 06 (seis) meses.

§ 2º - Os servidores com período aquisitivo igual ou superior a 06 (seis) meses gozarão de férias conforme proporcionalidade, com início em 02 de Janeiro de 2015.

Art. 2º - As férias mencionadas não se aplicam ao servidor José Carlos Schutz, cujo período corresponderá de 02 a 21 de janeiro/ 2015, em face das necessidades do cumprimento dos prazos e obrigações legais, das atividades do Poder Legislativo.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, em 25 de novembro de 2015.

Reginaldo Mews Rosa

Presidente da Mesa

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 254/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 254/2015

OBJETO: Contratação de serviços contínuos de vigilância patrimonial desarmada. ENVELOPES até às 9h do dia 11/12/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min, Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br, ou para consulta no Depto. de Compras do Município.

Gaspar (SC), 01/12/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 253/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 253/2015

OBJETO: Contratação de instituição especializada para elaboração e realização de Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do quadro de servidores da administração direta e indireta do Município. CONTRATADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM (33.645.482/0001-96). VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 12.000,00 (doze mil reais). BASE LEGAL: Art. 24, XIII, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 30 de novembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

LEI Nº 3675, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

LEI Nº 3675, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

REVOGA OS CAPÍTULOS V E VI E SEUS ANEXOS DA LEI Nº 2.803, DE 10 DE OUTUBRO DE 2006, QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o Capítulo V, que "Dispõe sobre o Plano de Mobilidade Urbana e do Sistema Viário", da Lei nº 2.803, de 10 de outubro de 2006, que "Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Gaspar e dá outras providências", suprimindo os artigos 67 ao 126.

Parágrafo único. Ficam suprimidos os Anexos 5, 6, 7, 8 e 9, Tabelas 5, 6 e 7, Relações 1 e 2 e Detalhes 1, 2 e 3, apontados no artigo 69 e que fazem parte do Capítulo V, da Lei nº 2.803, de 10 de outubro de 2006.

Art. 2º Fica revogado o Capítulo VI, que trata "Da Ampliação do Perímetro Urbano", suprimindo o artigo 127 e o Mapa Anexo 3 da Lei nº 2.803, de 10 de outubro de 2006, a Lei nº 3.179, de 21 de dezembro de 2009, e o artigo 1º da Lei nº 3.638, de 19 de maio de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando

as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 23 de novembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

LEI Nº 3677, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

LEI Nº 3677, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

FIXA A DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O perímetro urbano do Município de Gaspar passa a vigorar em conformidade com o Mapa do Perímetro Urbano que acompanha a presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as Leis Municipais nº 1.596, de 27 de maio de 1996, nº 2.306, de 18 de dezembro de 2002 e o Anexo 3 da Lei nº 2.803, de 10 de outubro de 2006, e demais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 23 de novembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO = PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015.**

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO.

DATA: 30/11/2015. HORÁRIO: 14h00min.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 04/2015.

OBJETO: Aquisição, através de compra, de equipamentos de informática, novos, para atender as necessidades da Câmara de Vereadores de Gaspar, conforme as quantidades e características técnicas descritas no ANEXO IV - Proposta de Preços, e no ANEXO I – Termo de Referência do Edital 004/2015.

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, às catorze horas, realizou-se na sala de reuniões do prédio sede da Câmara de Vereadores de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, em Gaspar, Santa Catarina, sessão pública para o recebimento e julgamento de propostas e documentos relativos à licitação na modalidade Pregão Presencial nº 04/2015, que tem por objeto aquisição, através de compra, de equipamentos de informática, novos, para atender as necessidades da Câmara de Vereadores de Gaspar, conforme as quantidades e características técnicas descritas no ANEXO IV - Proposta de Preços, e no ANEXO I – Termo de Referência do Edital 004/2015. Presentes ao ato estiveram o Pregoeiro, servidor Jorge Luiz Matos de Oliveira e os membros da Equipe de Apoio, servidores Janete da Silva, Marcelo Peterson Pereira e Rui Donisete de Gois Vieira, todos designados pela Resolução nº 06, de autoria da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, firmada em 30/1/2015. Assim, na data e horário acima descritos, o Pregoeiro alertou que seria permitido o uso de aparelhos de celular. Compareceram à sessão pública do Pregão e entregaram os Envelopes de n. 1 e 2 as licitantes, MARCELO WEINRICH EPP, inscrita no CNPJ sob n. 13.984.763.0001-66, neste ato representada pelo senhor HERIVELTO HERMENEGILDO, inscrito no CPF sob n. 501.365.189-15, Carteira de Identidade nº 150.8626, TELEFONE DE CONTATO: (47) 9922-8429/(047) 3056 - 5669; WEIKAN TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 09.159.503/0001-89, neste ato representada pelo senhor LAURO RUBENS FUGII, inscrito no CPF sob n. 036.296.519-68, Carteira de Identidade nº 843.940/SSP PR, TELEFONE DE CONTATO: (48) 9982-4473/(48) 3258-2300. Iniciando os trabalhos, o Pregoeiro procedeu ao credenciamento das licitantes. Todas foram credenciadas e o Pregoeiro declarou findo o credenciamento, conforme item 13.2.3 do Edital. Em seguida, o Pregoeiro passou à fase de abertura e análise das propostas de preços. Quanto ao ITEM 1, do ANEXO IV do Edital, todas as licitantes foram classificadas, havendo VINTE E DOIS LANCES, sendo declarada vencedora a empresa WEIKAN TECNOLOGIA LTDA ao valor final de R\$ R\$ 2.920,00 (dois mil novecentos e vinte reais), por unidade, conforme anexos. Quanto ao ITEM 2, do ANEXO IV do Edital, todas as licitantes foram classificadas havendo apenas um lance da empresa MARCELO WEINRICH EPP, sendo esta declarada vencedora ao valor de R\$ 324,99 (trezentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos), por unidade, conforme anexos. Após, o Pregoeiro procedeu à abertura do envelope de Habilitação das licitantes. Os documentos apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação estava em conformidade com o exigido no Edital, sendo todas habilitadas. O Pregoeiro abriu espaço às licitantes para possíveis impugnações. Não houve manifestação. As licitantes desistiram do prazo recursal. Por fim, o Pregoeiro ADJUDICOU os objetos do certame conforme a classificação final e acima descrita. Em seguida a sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura desta ATA. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da Ata, que foi achada conforme. Nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro encerrou a reunião às 15h23, cuja Ata vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos credenciados das licitantes, que permaneceram até o final dos trabalhos.

Jorge Luiz Matos de Oliveira
Pregoeiro

Janete da Silva
Membro da Equipe de Apoio

Marcelo Peterson Pereira
Membro da Equipe de Apoio

Rui Donisete de Gois Vieira
Membro da Equipe de Apoio

MARCELO WEINRICH EPP HERIVELTO HERMENEGILDO
WEIKAN TECNOLOGIA LTDA
LAURO RUBENS FUGII

CONCURSO PÚBLICO 01/2015

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR/SC

CONCURSO PÚBLICO 01/2015

EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA

José Hilário Melato, Presidente da CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica e o Regimento Interno, torna público o Edital de abertura para realização de Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do quadro de pessoal da CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR/SC, que se regerá pela Lei Orgânica do Município, Leis nº 1305/1991 e 3.653/2015 e demais normas estabelecidas neste Edital.

A coordenação técnico/administrativa do Concurso Público será de responsabilidade do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

Nível Superior	Carga Horária Semanal	Vencimentos	Valor de inscrição	Vagas
AGENTE ADMINISTRATIVO	40h	3.365,47	83,00	01
AGENTE DE COMUNICAÇÃO	40h	2.404,52	83,00	01
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	40h	2.374,33	83,00	01
PROCURADOR JURÍDICO	40h	4.722,29	83,00	01

As inscrições serão realizadas no período 04/12/2015 à 15/01/2016 pela internet no site www.ibam-concursos.org.br

Edital Completo: Disponível na internet www.ibam-concursos.org.br e no mural da Câmara de Vereadores de Gaspar/SC.
Informações pelo tel. (47) 3041-6262.

Data das provas: 14/02/2016.

Gaspar, 30/11/2015.

José Hilário Melato

Presidente da CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR /SC

EXTRATO CONTRATO N.º 013/2015

CÂMARA MUNICIPAL GASPAR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N.º 013/2015

ORIGEM: PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

CONTRATADO: GILSON DA SILVA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CESSÃO DE USO DO SISTEMA DE VOTAÇÃO PARA AS ELEIÇÕES "VEREADOR MIRIM 2015"; ADEQUAÇÃO DAS TELAS DO SISTEMA PARA O ANO CORRENTE; ALIMENTAÇÃO DOS DADOS DOS CANDIDATOS PARA O SISTEMA; INSTALAÇÃO DO PROGRAMA NOS LOCAIS DE VOTAÇÃO UTILIZANDO DESLOCAMENTO PRÓPRIO E SUPORTE PRESENCIAL DURANTE TODO O PERÍODO NO DIA DA VOTAÇÃO.

VALOR: R\$ 1985,00

DATA: 05/11/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO = PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

O Presidente da CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR/SC, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas aplicáveis.

RESOLVE:

HOMOLOGAR a decisão do Pregoeiro Jorge Luiz Matos de Oliveira, referente ao Processo de Licitação nº 004/2015, Pregão Presencial nº 004/2015, para a aquisição, através de compra, de equipamentos de informática, novos, para atender as necessidades da Câmara de Vereadores de Gaspar, nos moldes estabelecidos no Termo de Referência, as empresas:

Itens I do Termo de Referência – Empresa WEIKAN TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 09.159.503/0001-89; e

Item II do Termo de Referência: Empresa MARCELO WEINRICH EPP, inscrita no CNPJ sob n. 13.984.763.0001-66.

Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, para convocação das empresas vencedoras do certame para a devida contratação e, havendo recusa, observar-se-ão as penas do artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/02.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gaspar/SC, 30 de novembro de 2015.

José Hilário Melato

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

SAMAE - GASPAR**PORTARIA N. 89 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015**

PORTARIA N. 89 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO INTEGRAL AO SERVIDOR MARCELO MARQUES PEREIRA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de Licença-Prêmio Integral ao servidor Marcelo Marques Pereira, ocupante do cargo efetivo de Encarregado referente ao período aquisitivo de 08/04/2010 a 07/10/2015, que será gozada a partir de 01/12/2015 a 28/02/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 30 de novembro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 082/2015 - ORÇAMENTO

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000082/15 de 30 de Novembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS	
14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	
(025)3.3.90.00.00.00.00.2.037-0157 - Aplicacoes Diretas	1.856,00
Total Suplementação:	1.856,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS	
14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	
(021)3.1.90.00.00.00.00.2.037-0157 - Aplicacoes Diretas	981,00
(023)3.3.50.00.00.00.00.2.037-0157 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	875,00
Total Anulação:	1.856,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de Novembro de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 30 de Novembro de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

CONTRATO Nº 16/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015 – FMS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2015 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

Contratado: JAVEL JARAGUÁ VEÍCULOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA inscrito no CNPJ nº 79.501.862/0001-58, com sede na Avenida Prefeito Waldemar Grubba, nº 3.097, Vila Lalau, município de Jaraguá do Sul /SC.

Valor: R\$ 215.200,00 (duzentos e quinze mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: 20/11/2015 até 31/12/2015.

Guaramirim (SC), 20 de novembro de 2015.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 39/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 011/2013 –PMG.

Processo Licitatório: 39/2013 – PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: Locação de imóvel para as instalações do CEJA (Centro de Educação Jovens e Adultos), localizado na Rua 28 de agosto, nº 4014, Avaí no Município de Guaramirim.

Contratada: Maria de Aguiar Tres, devidamente inscrita no CPF nº 077.092.699-15 e RG 1.139.453, com endereço na Rua 28 de agosto, nº 4014, Avaí, Guaramirim – SC.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato original , considerando caso fortuito provocado pelo impacto na arrecadação. Alterando o valor mensal para R\$ 6.164,00 (seis mil cento e sessenta e quatro reais), perfazendo o total de R\$ 36.984,00 (trinta e seis mil e novecentos e oitenta e quatro reais), pelo período de 6 (seis) meses.

b) A vigência contratual permanecerá a vigência do contrato original.

Data da Assinatura: 16/11/2015 Vigência 31/03/2016.

GUARAMIRIM (SC), 30/11/2015

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF TA 05 85/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 85/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 64/2014 – TOMADA DE PREÇO Nº. 10/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de execução constante na Clausula Primeira do Quarto Termo Aditivo de 04 de dezembro de 2015 até 04 de março de 2016, bem como fica prorrogado o prazo de vigência do contrato previsto na Clausula Nona de 01 de janeiro de 2016 ate 31 de dezembro de 2016 (execução de Pavimentação Asfáltica em C.B.U.Q., sinalização e drenagem pluvial, com área total de 10.568,71 m² na Rua Maranhão, Rua Paraná e Rua Leo Rippel, Avenida João Pessoa e Rua Dulce Schmidt Kuhn, município de Guarujá do Sul)

Guarujá do Sul, SC, 30 de novembro de 2015.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL - TC 01/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL

Que faz nos autos do Processo Licitatório n. 61/2014, modalidade Concorrência n. 02/2014, o Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, com sede Rua Paraná, 338, representado por seu Prefeito Municipal Sr. José Carlos Foiatto, já melhor qualificados no Termo de Concessão n. 01/2014, firmado com a empresa MARISA MARTINS 03815850932, tendo por objeto a outorga onerosa da concessão dos serviços públicos de exploração de sala do Terminal Rodoviário, composto de sala de vendas de passagem, dois banheiros, com aproximadamente 103,71 m² e área coberta destinada aos box de estacionamento para ônibus, com área de 374 m², totalizando uma área de 477, 71 m², situado na Avenida João Pessoa, centro de Guarujá do Sul, nos seguintes termos:

I – Fica rescindido o Termo de Concessão n. 01/2014, de 18 de dezembro de 2014, firmados com a empresa MARISA MARTINS 03815850932, tendo em vista o comprovado descumprimento do Termo de Concessão, conforme Relatório, quanto a Clausula Oitava – Do Funcionamento e Manutenção.

Guarujá do Sul, em 30 de novembro de 2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Herval d'Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO A CONCESSÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A CONCESSÃO
DE DIREITO REAL DE USO
DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE SC, pessoa jurídica de direito privado interno, com sede administrativa sito na Rua Nereu Ramos, n. 389, Centro, na cidade de Herval d' Oeste, CNPJ sob nº 82939430/0001-38, representada neste ato pelo Prefeito Municipal NELSON GUINDANI, brasileiro, casado, residente na cidade de Herval d' Oeste (SC), CPF nº. 501.589.459-72, e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO ESTAÇÃO LUZERNA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 95.996.203/0001-96, neste ato devidamente representada por sua Presidente, Sr. SERGIO LUIZ RECALCATI, brasileiro, casado, residente na cidade de Herval d' Oeste (SC), CPF nº 534.275.139-04, RG 11/R 1705974 a primeira doravante denominada simplesmente CONCEDENTE, e a segunda CONCESSIONÁRIA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, na qualidade de que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo originalmente estabelecido pela Lei Complementar 182/2005 alterada pela Lei Complementar 0195/2005, por igual período, passando o mesmo a ter sua vigência dentro do seguinte novo período: 08/03/2016 à 08/03/2026.

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições pactuadas no convênio originário são ratificadas e permanecem em vigor, como se aqui estivessem transcritas.

E por estarem justas e acertadas as partes firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para os mesmo fins de direito.

Herval D' Oeste (SC), 30 de novembro de 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval D' Oeste

SERGIO LUIZ RECALCATI
Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO ESTAÇÃO LUZERNA.

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____

NOME: _____
CPF: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017A/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017A/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 29 de outubro de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dez dias do mês de novembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual aquisição de materiais em acrílico e placas identificadoras para as diversas ESFS do Município pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ Nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor LEONARDO MASCARELLO, Prefeito em exercício e a empresa COLOMBO ACRÍLICOS LTDA. ME., inscrita no CNPJ Nº 03.409.052/0001-04 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
2	PLACA DE ACRÍLICO RETA, DIMENSÃO 40X12 MM, ESPESSURA 2,4MM, IMPRESSÃO DE TINTA VINÍLICA E FUNDO DE TINTA AUTOMOTIVA (ATÉ 6 CORES). FIXAÇÃO COM FITA DUPLA FACE, TODAS AS PLACAS COM O NOME DOS SETORES DIFERENTES.	PLACRIL	UND	120	30,00	3.600,00
7	CHAVEIRO EM ACRÍLICO COM RECORTE A LASER E IMPRESSÃO EM SERIGRAFIA. TAMANHO 80X53MM E ESPESSURA DE 3 MM	PLACRIL	UND	1.500	4,63	6.945,00
TOTAL						10.545,00

Herval d'Oeste, em 10 de novembro de 2015

LEONARDO MASCARELLO

Prefeito em exercício

CPF nº 042.842.899-18

Pelo Município

diego colombo

Sócio administrador

CPF nº 052.500.339-89

Pela Empresa

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF nº 687.857.399-87

VERA LUCIA BILIBIO

CPF nº 600.730.049-87

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017B/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017B/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 29 de outubro de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dez dias do mês de novembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual aquisição de materiais em acrílico e placas identificadoras para as diversas ESFS do Município pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ Nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor LEONARDO MASCARELLO, Prefeito em exercício e a empresa MRP3 COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA., inscrita no CNPJ Nº 09.434.112/0001-25 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo da servidora Claudia Maria Schreider, nomeada para este fim através da Portaria nº 900/2015, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
1	PLACA DE ACRÍLICO VERMELHO COM RECORTE A LASER DIMENSÃO 1180X770MM COM ESPESSURA DE 8MM. JÁ INSTALADA, COM HASTE DE FIXAÇÃO.	MRP3	UND	01	601,00	601,00
3	PLACA DE ACRÍLICO RETA, DIMENSÃO 700X700 MM, ESPESSURA DE 3MM, IMPRESSÃO DE TINTA VINÍLICA E FUNDO DE TINTA AUTOMOTIVA (ATÉ 6 CORES). COLADO SOBRE A PLACA 04 DISPLAYS DE ACRÍLICO HORIZONTAL, DIMENSÃO 300X210MM, ESPES-SURA DE 2,4 MM CADA. FIXAÇÃO COM 4 PARAFUSOS DE CALOTA, TODAS AS PLACAS COM NOMES DIFERENTES.	MRP3	UND	20	365,00	7.300,00
4	PLACA DE ACRÍLICO RETA, DIMENSÃO 1000X600 MM, ESPESSURA DE 6 MM, COM PLOTAGEM DE ADESIVO NA FRENTE E NO VERSO DA PLACA. SENDO NA FRENTE ADESIVO RECORTADO COM OS NOMES DOS FUNCIONÁRIOS E OS CARGOS QUE OCUPAM. FIXAÇÃO COM 4 ALONGADORES, DE 25MM DE DIÂMETRO E 25MM DE AFASTAMENTO DA PAREDE.	MRP3	UND	1	500,00	500,00
5	PLACA DE ACRÍLICO RETA, DIMENSÃO 1000X600 MM, ESPESSURA DE 6 MM, COM PLOTAGEM DE ADESIVO NA FRENTE E NO VERSO DA PLACA. SENDO NA FRENTE ADESIVO RECORTADO COM OS NOMES DOS SERVIÇOS OFERECIDOS NO ESF. FIXAÇÃO COM 4 ALONGADORES, DE 25MM DE DIÂMETRO E 25MM DE AFASTAMENTO DA PAREDE.	MRP3	UND	1	465,00	465,00

6	PLACA DE ACM PARA IDENTIFICAÇÃO EXTERNA DOS ESFS, DIMENSÃO 3000X1000 MM, ESPESSURA DE 3 MM, COM PLOTAGEM DE ADESIVO. FIXAÇÃO COM 6 PÍTONS DE ALUMÍNIO.	MRP3	UND	1	1.010,00	1.010,00
8	CRACHÁ DE PVC LAMINADO, TAMANHO 54X86MM, ESPESSURA DE 0,76 MM, IMPRESSÃO A LASER COLORIDO NA FRENTE, E IMPRESSÃO DADOS EM PRETO NO VERSO. SISTEMA DE REP. ARTE A SER ELABORADA PELA EMPRESA VENCEDORA	MRP3	UND	30	14,50	435,00
TOTAL						10.311,00

Herval d'Oeste, em 10 de novembro de 2015

LEONARDO MASCARELLO

Prefeito em exercício

CPF nº 042.842.899-18

Pelo Município

marcio rodrigo pinto

Sócio administrador

CPF nº 630.948.519-91

Pela Empresa

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF nº 687.857.399-87

VERA LUCIA BILIBIO

CPF nº 600.730.049-87

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020A/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020A/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 05 de NOVEMBRO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dez dias do mês de novembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual aquisição de tubos de concreto, meio fio de concreto e blocos vazados de concreto simples para alvenaria, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ Nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor LEONARDO MASCARELLO, Prefeito em exercício e a empresa CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ nº 75.493.908/0001-83 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do servidor Gilmar José Dri nomeado pela Portaria nº 1.009/2015 nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
1	Tubo de concreto 200mm PS2	CONCRETOS Cr\$	UND	500	21,80	10.900,00
2	Tubo de concreto 300mm PS2	CONCRETOS Cr\$	UND	1000	28,80	28.800,00
3	Tubo de concreto 400mm PS2	CONCRETOS Cr\$	UND	1500	38,50	57.750,00
4	Tubo de concreto 500mm PS2	CONCRETOS Cr\$	UND	2500	62,50	156.250,00
5	Tubo de concreto 600mm PS2	CONCRETOS Cr\$	UND	1700	79,40	134.980,00
6	Tubo de concreto 800mm ca1 PA1	CONCRETOS Cr\$	UND	600	220,00	132.000,00
7	Tubo de concreto 1000mm ca1 PA1	CONCRETOS Cr\$	UND	50	308,00	15.400,00
10	Tubo de concreto 2000mm ca2 PA1	CONCRETOS Cr\$	UND	30	1.370,00	41.100,00
11	Meio fio de concreto, peça com dimensão 0,65 x 0,30 x 0,10 mt.	CONCRETOS Cr\$	UND	500	18,50	9.250,00
12	Bloco de concreto 14x19x39cm	CONCRETOS Cr\$	UND	5.000	2,60	13.000,00
TOTAL						599.430,00

Herval d'Oeste, em 10 de novembro de 2015.

LEONARDO MASCARELLO Prefeito em exercício CPF nº 042.842.899-18 Pelo Município	FERNANDO REGENSBURGER Sócio administrador CPF nº 196.410.609-53 Pela Empresa
Testemunhas:	
RUBENS ANTONIO CORREIA CPF nº 687.857.399-87	VERA LUCIA BILIBIO CPF nº 600.730.049-87

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020B/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020B/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 05 de NOVEMBRO de 2016, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dez dias do mês de novembro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual aquisição de tubos de concreto, meio fio de concreto e blocos vazados de concreto simples para alvenaria, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ Nº 82.939.430/0001-38 neste ato representada pelo senhor LEONARDO MASCARELLO, Prefeito em exercício e a empresa PRÉ MOLDADOS MARAVILHA LTDA, inscrita no CNPJ nº 86.739.364/0001-03 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2015, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do servidor Gilmar José Dri nomeado pela Portaria nº 1.009/2015 nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
8	Tubo de concreto 1200mm ca2 PA1	PRÉ MOLDADOS MH	UND	30	572,00	17.160,00
9	Tubo de concreto 1500mm ca2 PA1	PRÉ MOLDADOS MH	UND	30	810,00	24.300,00
TOTAL						41.460,00

Herval d'Oeste, em 10 de novembro de 2015.

LEONARDO MASCARELLO Prefeito em exercício CPF nº 042.842.899-18 Pelo Município	VITOR DEBASTIANI Sócio administrador CPF nº 430.966.629-91 Pela Empresa
Testemunhas:	
RUBENS ANTONIO CORREIA CPF nº 687.857.399-87	VERA LUCIA BILIBIO CPF nº 600.730.049-87

PORTARIA Nº 1273/2015

PORTARIA Nº 1273/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 30 de novembro de 2015, do servidor RUBENS ANTONIO CORREIA (Matr. 2878), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível – 9, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Novembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1274/2015

PORTARIA Nº 1274/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE,

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO / CONTRIBUIÇÃO, do Servidor ANTONIO BORGES DOS SANTOS (matr. nº 212), ocupante do cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Classe – "P"; conforme Certidão nº 20022040.1.00001/15-7 de 13/02/2015, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, referente aos períodos de 01/09/1975 a 31/12/1976; de 22/08/1978 a 02/04/1979; de 01/03/1982 a 07/08/1982; de 14/09/1982 a 28/02/1990 (totalizando 09 anos, 10 meses e 05 dias) ao período de 01/03/1990 a 30/11/2015 (totalizando 25 anos, 09 meses e 11 dias), conforme Certidão nº 148 de 24/11/2015, expedida pela Prefeitura de Herval d' Oeste e homologada pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste – IPREVI-HO; e, ao período certificado pela Prefeitura, averba-se o período de 180 dias de tempo ficto relativo a uma licença-prêmio não usufruída (de acervo até 19/12/1998), referente ao período aquisitivo compreendido entre 14/09/1992 a 13/09/1997, com fundamento nas Leis Complementares nº 1.157/1990 e nº 006/1994; gerando um cômputo parcial de 26 anos, 03 meses e 06 dias de efetivo Tempo de Contribuição; perfazendo para fins de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição – Comum, um cômputo geral de 36 anos, 01 mês e 06 dias de tempo de contribuição.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 30 de novembro de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d' Oeste

PORTARIA Nº 1275/2015

PORTARIA Nº 1275/ 2015

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição – Comum ao Servidor Público Municipal ANTONIO BORGES DOS SANTOS e DECLARAR a vacância do cargo ocupado, o qual exercia as funções inerentes ao cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais do Quadro Geral de Carreira deste Município, Matrícula nº 212, Nível 3, Referência "P", 40 horas semanais, com fundamento nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a partir de 01 de dezembro de 2015.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 01 de Dezembro de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d' Oeste

TERMO DE REAJUSTE Nº 023/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d' Oeste"

CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CNPJ/MF 11.836.472/0001-03

Empresa: DI Savoya Pizzaria Ltda - Me

Endereço: Av. Barão do Rio Branco, nº 515

CONTRATADA

TERMO de reajuste Nº 023/2015 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

Pelo presente instrumento, a FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46 neste ato

representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa DI Savoya Pizzaria Ltda - Me, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no CNPJ/MF Nº 11.836.472/0001-03, estabelecida na Av. Barão do Rio Branco, nº 515, Centro, Joaçaba, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhora Rosana Bueno de Oliveira, brasileira, portador CPF nº 095.184.788-05, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo do Contrato nº 054/2014, que tem por objeto fornecimento de refeições para usuários e funcionários, da Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello – UPA 24 horas, em decorrência do Processo Licitatório nº 063/2014, na Modalidade de Pregão Presencial nº 028/2014 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto a revisão dos valores contratados para fornecimento de refeições para usuários e funcionários, da Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello – UPA 24 horas no importe de +8,358 %, (IGP-M – FGV) em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, o qual foi devidamente comprovado e justificado no processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Será concedido reajuste a tais itens, conforme índice registrado no mês de setembro (IGP-M – FGV) conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR ATUAL	VALOR COM REAJUSTE
1	Refeições para a UPA 24 Horas, composta por um tipo de carne, dois tipos de saladas, arroz, feijão e macarrão todos os dias mais um prato alternativo que deverá ser feito rodízio durante a semana. acompanhado de um copo de suco ou refrigerante. (Almoço e jantar)	UND	R\$ 14,90	R\$ 16,14

Este reajuste passa a vigorar após a assinatura e publicação deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas da Contrato nº 054/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 25 de novembro de 2015.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante		Rosana Bueno de Oliveira Sócio Administrador CPF: 095.184.788-05 Contratada
Testemunhas:		
Vera Lucia Bilibio CPF: 600.730.049-87		Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO DE REAJUSTE Nº 024/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE RODEIO
CNPJ/MF 01.266.924/0001-05
Empresa: DIAG SERVIÇOS TÉCNICOS EM RADIOLOGIA E IMAGINOLOGIA LTDA - EPP
Endereço: Rua São Pedro, nº 32
CONTRATADA

TERMO de reajuste Nº 024/2015 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

Pelo presente instrumento, a FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa DIAG SERVIÇOS TÉCNICOS EM RADIOLOGIA E IMAGINOLOGIA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito

privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 01.266.924/0001-05, estabelecida na Rua São Pedro, nº 32, Rodeio, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Sócio Procurador, Senhor Jorge Chiodini, brasileira, portador CPF nº 453.750.979-15, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo do Contrato nº 051/2014, que tem por objeto prestação de serviços técnicos de radiologia na Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24 horas para a realização de exames radiológicos, em decorrência do Processo Licitatório nº 058/2014, na modalidade de Tomada de Preços nº 011/2014 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto a revisão dos valores contratados para prestação de serviços técnicos de radiologia na Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24 horas no importe de +8,358 %, (IGP-M – FGV) em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, o qual foi devidamente comprovado e justificado no processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Será concedido reajuste a tais itens, conforme índice registrado no mês de setembro (IGP-M – FGV) conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE MENSAL	VALOR ATUAL	VALOR COM REAJUSTE
1	Prestação de serviços técnicos de radiologia na Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24 horas para a realização de exames radiológicos	UND	R\$ 18.000,00	R\$ 19.504,58

Este reajuste passa a vigorar após a assinatura e publicação deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas da Contrato nº 051/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 25 de novembro de 2015.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante		Jorge Chiodini Procurador CPF: 453.750.979-15 Contratada
Testemunhas:		
Vera Lucia Bilibio CPF: 600.730.049-87		Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TERMO DE REAJUSTE Nº 025/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CNPJ/MF 81.389.025/0001-20

Empresa: Lavadiske Automatic Ltda -Me

Endereço: Rua Domingos Machado De Lima, nº 84

CONTRATADA

TERMO de reajuste Nº 025/2015 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

Pelo presente instrumento, a FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Lavadiske Automatic Ltda -Me, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 81.389.025/0001-20, estabelecida na Rua Domingos Machado De Lima, nº 84, Centro, Concórdia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhora Vivian Sartoretto Longo, brasileira, portador CPF nº 016.327.889-00, doravante denominada CONTRATADA,

resolvem celebrar o presente Termo Aditivo do Contrato nº 048/2014, prestação de serviços de lavanderia de roupas de ambientes de saúde, com lavagem e esterilização de roupas nas Unidades Básicas de Saúde UBS e da Unidade de Pronto Atendimento UPA 24, em decorrência do Processo Licitatório nº 057/2014, na modalidade de Pregão Presencial nº 025/2014 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto a revisão dos valores contratados para prestação de serviços técnicos de radiologia na Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24 horas no importe de +8,358 %, (IGP-M – FGV) em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, o qual foi devidamente comprovado e justificado no processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Será concedido reajuste a tais itens, conforme índice registrado no mês de setembro (IGP-M – FGV) conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE MENSAL	VALOR ATUAL	VALOR COM REAJUSTE
1	Prestação de serviços de Lavanderia de roupas de ambiente de saúde compreendendo lavagem, higienização, dobragem e embalagem de roupas, coleta e entrega em tempo devidamente programado em todas as Unidades de Saúde do município.	KG	R\$ 4,95	R\$ 5,36

Este reajuste passa a vigorar após a assinatura e publicação deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas da Contrato nº 048/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 25 de novembro de 2015.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante		Vivian Sartoretto Longo Sócio Administrador CPF: 016.327.889-00 Contratada
Testemunhas:		
Vera Lucia Bilibio CPF: 600.730.049-87		Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2015

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO

Contratação em regime de empreitada por preço unitário de empresa(s) especializada(s) para a Pavimentação Asfáltica – Recapeamento em CBUQ na Rua Senador Euzébio, município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra ENTREGA DOS ENVELOPES Até às 13:30 horas do dia 16/12/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO R\$ 30.081,46 (trinta mil oitenta e seis reais e quarenta e seis centavos).

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra e seus anexos estão disponíveis no site : www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional, para aqueles que tiverem interesse o Edital e os projetos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 30 de novembro de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PRG 053 - 2015 FMS - REGISTRO DE PREÇO - OXIGÊNIO MEDICINAL

PROCESSO Nº. 318/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2015 – FMS

REGISTRO DE PREÇO

Fundo Municipal de Saúde

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
-------	--------------------------------------

TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
------	------------------------------

OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE OXIGENIO MEDICINAL, conforme Anexo I do Edital.
--------	--

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 14/12/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 14/12/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 7.892/2013, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006, Lei Complementar Nº 147/2014 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

ALEX MIRANDA

PREGOEIRO OFICIAL

Ilhota, 01 de dezembro de 2015.

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº. 124, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO GP Nº 124/2015 de 26 de novembro de 2015.

Abre Crédito Adicional Suplementar – Anulação de Dotação no Orçamento Programa de 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA CAMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, PREFEITO MUNICIPAL DE IMARUÍ: no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de IMARUÍ e autorização contida na Lei Municipal nº 1.839/2014, de 23 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

01 – Órgão 01 - CAMARA MUNICIPAL DE IMARUI
01.01.0 – CAMARA DE VEREADORES
01.01.01 – Ação Legislativa
01.01.01.031.0001 – PROCESSO LEGISLATIVO
01.031.0001.2.001 – MANUTENÇÃO DA CAMARA DE VEREADORES
4.4.90.00.00.00.00.00.01.01.0000 – Aplicações Diretas 60.000,00

Total Suplementação: R\$ 60.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

01 – Órgão 01 - CAMARA MUNICIPAL DE IMARUI
01.01.0 – CAMARA DE VEREADORES
01.01.01 – Ação Legislativa
01.01.01.031.0001 – PROCESSO LEGISLATIVO
01.031.0001.2.001 – MANUTENÇÃO DA CAMARA DE VEREADORES
3.1.90.00.00.00.00.00.01.01.0000 – Aplicações Diretas 25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.01.0000 – Aplicações Diretas 35.000,00

Total Anulação: R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Imarui, 26 de Novembro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ, AOS 26/11/2015.

DECRETO Nº. 125, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO GP Nº. 125, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO DE REMOÇÃO E ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DO MAGISTÉRIO PUBLICO MUNICIPAL.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imarui, no uso de suas atribuições, em especial a disposição contida no art. 61, VI da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a existência de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público e o Município de Imarui com o objetivo de ajustar a contratação de ACT's para o ano letivo de 2016;

CONSIDERANDO que compete ao Município à realização de processo de alteração de carga horários de membros do magistério público municipal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 13 da Lei Complementar n.003, de 26 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO o Edital n.002/2015.

DECRETA:

Art.1º Fica nomeada a Comissão de Concurso de Remoção e Alteração de Carga Horária dos membros do magistério público municipal, conforme segue:

I – Lélia Regina de Souza Raimundo – representante do Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude - PRESIDENTE.

II – Vania de Souza Silveira - representante da supervisão escolar da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude – SECRETÁRIA.

III - Vanderléia Ivete Mattos – representante do Setor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude – MEMBRO.

Art. 2º A Comissão realizará seus trabalhos em estrita obediência ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, regulamento e Edital específicos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Imarui, 30 de novembro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Publicado Diário Oficial dos Municípios – DOM.

RREO 5º BIMESTRE (ANEXO 1)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	25.019.440,92	25.019.440,92	4.738.542,72	18,94	18.933.196,80	75,67
RECEITA TRIBUTÁRIA	22.801.363,20	22.801.363,20	3.463.182,72	15,19	17.597.947,54	77,18
IMPOSTOS	2.193.246,00	2.193.246,00	129.331,14	5,90	770.878,01	35,15
TAXAS	1.721.440,00	1.721.440,00	108.800,14	6,32	543.416,72	31,57
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	424.000,00	424.000,00	20.471,00	4,83	227.201,29	53,59
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	47.806,00	47.806,00	60,00	0,13	260,00	0,54
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	477.000,00	477.000,00	91.471,72	19,18	516.939,90	108,37
RECEITA PATRIMONIAL	477.000,00	477.000,00	91.471,72	19,18	516.939,90	108,37
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	39.750,00	39.750,00	62.542,46	157,34	233.265,89	586,83
RECEITA AGROPECUÁRIA	39.750,00	39.750,00	62.542,46	157,34	233.265,89	586,83
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	15.900,00	15.900,00	2.743,20	17,25	6.011,60	37,81
RECEITA DE SERVIÇOS	15.900,00	15.900,00	2.743,20	17,25	6.011,60	37,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	636,00	636,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.341.735,20	19.341.735,20	2.905.681,68	15,02	15.462.457,28	79,94
TRANSF. DE CONV.	19.284.813,20	19.284.813,20	2.896.127,81	15,01	15.417.525,62	79,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	56.922,00	56.922,00	10.553,87	18,54	44.931,66	78,94
MULTAS E JUROS DE MORA	733.096,00	733.096,00	271.412,52	37,02	608.394,86	82,99
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	18.020,00	18.020,00	11.840,26	65,71	52.733,05	292,64
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	7.420,00	7.420,00	233.815,99	3.151,16	293.743,34	3.958,81
RECEITAS DIVERSAS	548.550,00	548.550,00	12.760,97	2,33	64.588,10	11,77
RECEITAS DE CAPITAL	2.218.077,72	2.218.077,72	1.275.360,00	57,50	1.335.249,26	60,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.530,00	2.000.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000.530,00	2.000.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	42.400,00	42.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	42.400,00	42.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	175.147,72	175.147,72	1.275.360,00	728,16	1.335.249,26	762,36
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	175.147,72	175.147,72	1.275.360,00	728,16	1.335.249,26	762,36
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	25.019.440,92	25.019.440,92	4.738.542,72	18,94	18.933.196,80	75,67
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continua 2/3

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	25.019.440,92	32.585.684,88	2.634.178,50	22.300.506,88	10.285.178,00	3.763.843,12	18.288.120,89	14.297.563,99	16.594.728,74
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	645.075,91	—	18.933.196,80
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	25.019.440,92	32.585.684,88	2.634.178,50	22.300.506,88	—	3.763.843,12	18.933.196,80	—	35.527.925,54

FONTE:

IMARUI, 30/11/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 5º BIMESTRE (ANEXO 10)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/10/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

RREO 5º BIMESTRE (ANEXO 11)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)	R\$ 1,00
RECEITAS					
RECEITA DE CAPITAL					
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		42.400,00	0,00	42.400,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		42.400,00	0,00	42.400,00	0,00
TOTAL		42.400,00	0,00	42.400,00	0,00
DESPESAS					
(APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)					
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)	
		0,00		0,00	0,00
FONTE:					

RREO 5º BIMESTRE (ANEXO 12)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

**RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.263.630,00	2.263.630,00	598.367,37	26,43
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.017.600,00	1.017.600,00	176.929,11	17,39
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	212.000,00	212.000,00	114.277,85	53,90
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	281.642,00	281.642,00	181.133,28	64,31
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	210.198,00	210.198,00	71.076,48	33,81
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.120,00	2.120,00	2.073,39	97,80
Dívida Ativa dos Impostos	532.650,00	532.650,00	29.454,16	5,53
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.420,00	7.420,00	23.423,10	315,68
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.860.340,00	11.860.340,00	9.879.651,02	83,30
Cota-Parte FPM	7.950.000,00	7.950.000,00	6.802.588,61	85,68
Cota-Parte ITR	10.600,00	10.600,00	32.034,52	302,21
Cota-Parte IPVA	636.000,00	636.000,00	563.836,82	88,65
Cota-Parte ICMS	3.180.000,00	3.180.000,00	2.628.699,15	82,66
Cota-Parte IPT-Exportação	68.900,00	68.900,00	41.435,02	60,14
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	14.840,00	14.840,00	11.056,90	74,51
Desoneração ICMS (LC 87/96)	14.840,00	14.840,00	11.056,90	74,51
TOTAL DAS RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	14.123.970,00	14.123.970,00	10.478.018,39	74,19

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	82.362,00	82.362,00	442.360,00	537,09
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	45.580,00	45.580,00	82.013,17	179,93
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	127.942,00	127.942,00	524.373,17	409,85

**DESPESAS COM SAÚDE
(Por Grupo de Natureza da Despesa)**

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.952.093,43	5.948.610,30	4.800.823,49	80,70	4.478.395,97	75,28
Pessoal e Encargos Sociais	2.710.950,00	3.134.163,62	2.365.357,92	75,47	2.365.357,92	75,47
Outras Despesas Correntes	2.241.143,43	2.814.446,68	2.435.465,57	86,53	2.113.038,05	75,08
DESPESAS DE CAPITAL	1.985.136,20	2.457.580,82	1.569.915,09	63,88	226.660,89	9,22
Investimentos	1.985.136,20	2.457.580,82	1.569.915,09	63,88	226.660,89	9,22

Continua 1/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	1.985.136,20	2.457.580,82	1.569.915,09	63,88	226.660,89	9,22
	1.985.136,20	2.457.580,82	1.569.915,09	63,88	226.660,89	9,22
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.937.229,63	8.406.191,12	6.370.738,58	75,79	4.705.056,86	55,97
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/V)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.443.901,60	5.791.073,09	4.305.024,18	67,57	2.710.202,74	57,60
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.443.901,60	5.613.165,26	4.129.323,60	64,82	2.620.094,44	55,69
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	177.907,83	175.700,58	2,76	90.108,30	1,92
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.443.901,60	5.791.073,09	4.305.024,18	67,57	2.710.202,74	57,60
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.493.328,03	2.615.118,03	2.065.714,40	32,43	1.994.854,12	42,40
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5}						19,04
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI) - (15 x IIIb)/100] ⁶						423.151,36

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00	0,00	0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
		-	-	-	-	-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	6.901.719,63	8.298.708,35	6.307.297,22	99,00	4.652.862,96	98,89
Vigilância Sanitária	12.720,00	30.625,33	16.021,47	0,25	14.606,80	0,31
Vigilância Epidemiológica	22.790,00	76.857,44	47.419,89	0,74	37.587,10	0,80
Outras Subfunções	10.600,00	10.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.947.829,63	8.416.791,12	6.370.738,58	100,00	4.705.056,86	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[M(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO 5º BIMESTRE (ANEXO 13)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

IMARUI , 30/11/2015

RREO 5º BIMESTRE (ANEXO 14)

Município de IMARUI - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		25.019.440,92		
Previsão Atualizada		25.019.440,92		
Receitas Realizadas		18.933.196,80		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.402.005,41		
DESPESAS				
Dotação Inicial		25.019.440,92		
Créditos Adicionais		7.566.243,96		
Dotação Atualizada		32.585.684,88		
Despesas Empenhadas		22.300.506,88		
Despesas Liquidadas		18.288.120,89		
Despesas pagas		16.594.728,74		
Superavit Orçamentário		645.075,91		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		22.300.506,88		
Despesas Liquidadas		18.288.120,89		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		21.248.748,73		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-403.256,46	0,00
Resultado Primário		0,00	954.854,69	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.178.936,57	220,00	467.986,83	710.729,74
EXECUTIVO	1.178.936,57	220,00	467.986,83	710.729,74
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	613.175,89	41.555,48	438.143,75	133.476,66
EXECUTIVO	613.175,89	41.555,48	438.143,75	133.476,66
TOTAL:	1.792.112,46	41.775,48	906.130,58	844.206,40
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.452.684,80	25%	23,41
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.149.561,97	60%	66,27
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.000.530,00	
Despesa de Capital Líquida		1.517.013,00	7.777.524,89	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de IMARUI - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	42.400,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.994.854,12	15,00	19,04
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RREO 5º BIMESTRE (ANEXO 2)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)											RS 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		%	%	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)				No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.019.440,92	32.585.684,88	2.634.178,50	22.300.506,88	100,00	100,00	10.285.178,00	3.763.843,12	18.288.120,89	14.297.563,99	
	890.000,00	890.000,00	110.156,13	605.646,13	2,72	2,72	284.353,87	115.613,53	591.661,26	298.338,74	
	890.000,00	890.000,00	110.156,13	605.646,13	2,72	2,72	284.353,87	115.613,53	591.661,26	298.338,74	
	248.040,00	236.040,00	29.321,50	154.329,40	0,69	0,69	81.710,60	29.321,50	153.964,40	82.075,60	
	248.040,00	236.040,00	29.321,50	154.329,40	0,69	0,69	81.710,60	29.321,50	153.964,40	82.075,60	
	5.515.361,99	6.179.507,04	220.010,38	3.770.621,87	16,91	16,91	2.408.885,17	571.419,70	3.630.061,00	2.549.446,04	
	119.356,00	138.335,05	15.994,07	108.691,97	0,49	0,49	29.643,08	16.746,57	107.319,97	31.015,08	
	419.230,00	432.170,00	51.547,30	349.795,74	1,57	1,57	82.374,26	54.898,78	346.941,68	85.228,32	
	4.683.049,99	4.683.395,99	367.075,45	2.764.847,71	12,40	12,40	1.918.548,28	483.689,84	2.637.763,50	2.045.632,49	
	31.270,00	28.770,00	3.736,06	21.393,15	0,10	0,10	7.376,85	3.736,06	21.393,15	7.376,85	
	212.000,00	212.000,00	5.907,50	81.393,30	0,36	0,36	130.606,70	12.347,45	72.142,70	139.857,30	
	50.456,00	684.836,00	-224.250,00	444.500,00	1,99	1,99	240.336,00	0,00	444.500,00	240.336,00	
	54.802,00	37.302,00	5.150,44	18.710,83	0,08	0,08	18.591,17	1.774,44	13.874,83	23.427,17	
	54.802,00	37.302,00	5.150,44	18.710,83	0,08	0,08	18.591,17	1.774,44	13.874,83	23.427,17	
	622.008,00	789.333,89	60.696,42	462.933,04	2,08	2,08	326.400,85	92.729,87	432.763,18	356.570,71	
	12.720,00	12.720,00	0,00	1.940,00	0,01	0,01	10.780,00	0,00	1.940,00	10.780,00	
	8.596,00	11.930,00	4.831,42	9.513,02	0,04	0,04	2.416,98	4.831,42	9.513,02	2.416,98	
	161.650,00	112.650,00	11.077,84	61.253,72	0,27	0,27	51.396,28	11.537,11	61.253,72	51.396,28	
	431.420,00	651.821,89	44.787,16	390.226,30	1,75	1,75	261.595,59	76.361,34	360.056,44	291.765,45	
	7.632,00	212,00	0,00	0,00	0,00	0,00	212,00	0,00	0,00	212,00	
	6.937.229,63	8.458.191,12	714.326,96	6.370.738,58	28,57	28,57	2.087.452,54	831.326,58	4.705.056,86	3.753.134,26	
	6.901.719,63	8.350.708,35	679.880,54	6.307.297,22	28,28	28,28	2.043.411,13	799.147,06	4.652.862,96	3.697.845,39	
	12.720,00	30.625,33	1.143,93	16.021,47	0,07	0,07	14.603,86	2.892,83	14.606,80	16.018,53	
	22.790,00	76.857,44	33.302,49	47.419,89	0,21	0,21	29.437,55	29.286,69	37.587,10	39.270,34	
	80.878,00	1.114.785,25	14.017,72	71.800,31	0,32	0,32	1.042.984,94	14.017,72	71.800,31	1.042.984,94	
	80.878,00	1.114.785,25	14.017,72	71.800,31	0,32	0,32	1.042.984,94	14.017,72	71.800,31	1.042.984,94	
	7.022.669,60	9.466.949,42	1.044.457,68	7.209.328,45	32,33	32,33	2.257.620,97	1.576.444,80	6.281.762,10	3.185.187,32	
	331.631,60	390.069,90	-59.684,73	382.927,98	1,72	1,72	7.141,92	85.616,27	332.506,53	57.563,37	
5.246.152,00	7.388.629,66	876.371,47	5.640.476,93	25,29	25,29	1.748.152,73	1.251.674,84	4.786.897,88	2.601.731,78		
21.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1.423.686,00	1.564.765,41	210.179,85	1.128.654,45	5,06	5,06	436.110,96	214.363,25	1.121.154,45	443.610,96		
0,00	123.484,45	17.591,09	57.269,09	0,26	0,26	66.215,36	24.790,44	41.203,24	82.281,21		
106.212,00	76.712,00	-3.101,44	47.519,72	0,21	0,21	29.192,28	1.898,56	47.519,72	29.192,28		
106.212,00	76.712,00	-3.101,44	47.519,72	0,21	0,21	29.192,28	1.898,56	47.519,72	29.192,28		

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	25.019.440,92	32.585.684,88	2.634.178,50	22.300.506,88	100,00	3.763.843,12	18.288.120,89	14.297.563,99
Infra-Estrutura Urbana	2.050.886,00	2.694.141,11	361.315,60	1.811.122,48	8,12	408.254,51	1.762.704,96	931.436,15
Serviços Urbanos	34.238,00	54.318,00	52.261,06	52.261,06	0,23	52.261,06	52.261,06	2.056,94
Energia Elétrica	1.635.578,00	2.047.058,00	196.381,11	1.211.397,72	5,43	225.860,97	1.162.989,20	884.068,80
Saneamento	381.070,00	592.765,11	112.673,43	547.463,70	2,45	130.132,48	547.454,70	45.310,41
Saneamento Básico Urbano	334.970,00	379.502,83	0,00	102.154,33	0,46	5.115,50	63.918,04	315.584,79
Gestão Ambiental	100.266,00	22.887,50	129,15	17.380,65	0,08	1.790,75	2.370,75	20.516,75
Preservação e Conservação Ambiental	100.266,00	22.887,50	129,15	17.380,65	0,08	1.790,75	2.370,75	20.516,75
Agricultura	413.930,00	613.930,00	43.703,93	320.933,42	1,44	87.061,41	292.132,94	321.797,06
Extensão Rural	413.930,00	613.930,00	43.703,93	320.933,42	1,44	87.061,41	292.132,94	321.797,06
Comércio e Serviços	80.560,00	129.940,00	8.855,70	89.745,04	0,40	10.605,70	85.795,03	44.144,97
Turismo	80.560,00	129.940,00	8.855,70	89.745,04	0,40	10.605,70	85.795,03	44.144,97
Transporte	144.372,00	1.223.287,02	7.830,00	1.093.208,49	4,90	3.960,00	3.960,00	1.219.327,02
Infra-Estrutura Urbana	109.286,00	356.055,44	7.830,00	276.208,49	1,24	3.960,00	3.960,00	352.095,44
Promoção da Produção Agropecuária	29.044,00	424,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	424,00
Transporte Rodoviário	6.042,00	886.807,58	0,00	817.000,00	3,66	0,00	0,00	886.807,58
Desporto e Lazer	364.255,70	220.175,70	17.308,33	154.334,14	0,69	12.508,55	148.775,51	71.400,19
Desporto Comunitário	364.255,70	220.175,70	17.308,33	154.334,14	0,69	12.508,55	148.775,51	71.400,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	25.019.440,92	32.585.684,88	2.634.178,50	22.300.506,88	100,00	3.763.843,12	18.288.120,89	14.297.563,99

FONTE:

IMARUI , 30/11/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA Prefeito Municipal	PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR Chefe de Auditoria e Controle Interno	MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES Contadora CRC/SC 030561/O-1
---	---	--

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO 5º BIMESTRE (ANEXO 3)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2014 A OUTUBRO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	TOTAL (ULT. 12 MES)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.785.491,96	2.287.780,59	2.203.235,30	1.873.501,30	1.865.611,32	1.886.172,09	1.981.664,75	2.074.531,74	1.990.972,68	1.887.118,80	1.804.914,84	2.006.163,07	23.630.148,24
RECEITA TRIBUTÁRIA	55.677,59	123.286,74	47.754,28	22.827,36	30.828,18	28.991,99	33.060,96	188.035,44	181.912,86	103.135,70	76.844,83	52.486,31	2.193.246,34
IPTU	4.192,94	8.733,16	2.950,87	47,23	132,43	0,00	0,00	70.272,41	78.451,61	17.745,36	4.547,26	4.791,94	189.855,21
IPR.F	0,00	0,00	0,00	0,00	4.419,82	3.684,17	6.648,47	5.122,48	5.108,67	5.257,48	5.190,62	6.642,87	42.054,58
I.S.S.	10.157,56	78.175,45	13.304,49	9.925,09	12.155,28	15.056,17	12.124,64	20.410,54	20.792,64	33.456,35	24.713,81	18.594,27	281.642,29
Outras Receitas Tributárias	3.600,37	5.814,11	12.696,92	8.582,75	9.020,00	6.690,00	4.600,00	4.140,00	6.123,63	27.480,00	29.398,70	5.765,85	123.692,33
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	37.726,72	25.574,02	18.402,00	4.272,29	5.100,65	3.581,65	9.687,85	88.030,01	73.435,41	24.216,51	12.994,44	16.701,38	323.783,93
RECEITA PATRIMONIAL	36.413,21	72.367,36	94.149,79	52.511,28	43.588,23	48.395,59	47.351,05	45.992,41	47.350,82	46.171,00	45.075,03	46.396,69	682.004,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	15.468,56	18.853,82	18.884,23	17.231,54	21.538,51	21.722,68	23.125,73	21.471,22	23.922,58	23.338,94	24.794,96	37.747,51	477.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	4.100,00	1.425,00	655,00	140,00	770,00	829,80	203,20	254,00	101,60	304,80	1.016,00	1.727,20	15.930,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.634.498,82	2.051.145,93	2.031.813,79	1.754.052,46	1.841.522,84	1.753.442,75	1.855.205,51	1.776.162,21	1.690.328,12	1.681.833,08	1.817.451,92	1.638.114,75	21.124.030,18
Cota-Parte do FPM	655.043,81	1.054.541,43	799.114,21	815.740,81	594.147,34	641.242,44	788.546,34	686.117,85	601.016,57	594.186,55	518.628,97	553.832,53	8.312.773,85
Cota-Parte do ICMS	291.787,06	281.055,51	290.388,14	295.749,06	259.854,03	279.333,82	284.330,96	253.303,52	255.717,00	245.943,04	256.387,57	265.102,02	3.180.000,00
Cota-Parte do IPVA	36.557,70	26.725,52	29.933,99	30.897,44	58.098,82	64.719,06	55.927,18	62.322,04	71.042,33	62.385,37	62.247,86	57.202,73	636.000,00
Cota-Parte do ITR	1.900,68	975,40	294,85	393,05	83,97	166,10	1.057,18	283,77	652,11	537,00	3.827,18	2.644,51	10.600,00
Outras Transferências Correntes	240.202,69	281.093,65	404.256,82	169.473,22	271.145,17	287.827,70	243.557,67	297.776,88	305.465,87	309.136,79	328.490,24	249.620,09	3.389.910,59
Transferências da LC 61/1989	4.668,32	4.806,26	6.119,08	3.640,43	3.571,05	3.740,16	4.219,31	4.018,91	3.702,23	3.893,35	3.928,16	4.555,34	68.900,00
Transferências da LC 87/1996	1.097,32	2.194,64	0,00	0,00	0,00	4.422,76	1.105,69	1.105,69	1.105,69	1.105,69	1.105,69	1.105,69	14.259,86
Transferências do FUNDEC	402.611,24	400.013,52	501.306,70	466.158,45	454.617,46	491.330,71	486.459,19	471.708,75	451.626,32	484.225,29	442.736,25	469.751,04	4.197.600,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	22.313,78	20.691,94	9.988,21	26.738,66	127.295,56	13.399,28	32.717,29	42.189,46	47.356,60	37.347,28	38.731,91	231.680,61	733.096,00
DEDUÇÕES (II)	198.336,77	207.134,59	225.149,84	223.683,99	183.151,85	198.736,67	223.037,75	201.426,15	191.295,33	181.561,58	164.596,49	183.288,50	2.305.288,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	198.336,77	207.134,59	225.149,84	223.683,99	183.151,85	198.736,67	223.037,75	201.426,15	191.295,33	181.561,58	164.596,49	183.288,50	2.305.288,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.570.155,19	2.080.646,00	1.978.085,46	1.649.817,31	1.682.459,47	1.687.435,42	1.758.627,00	1.873.105,59	1.799.677,35	1.715.557,22	1.640.318,15	1.822.864,57	22.801.363,20

FONTE:

RREO 5º BIMESTRE (ANEXO 4)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS		R\$ 1,00
				Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DESPESAS					
	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)					
	ADMINISTRAÇÃO					
	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00

APORTES REALIZADOS

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		0,00
Plano Financeiro		0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00
Recursos para Formação de Reserva		0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00
Plano Previdenciário		0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Valor		0,00
-------	--	------

BENS E DIREITOS DO RPPS

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Caixa	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2015		2014	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (MII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de IMARUI - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

RREO 5º BIMESTRE (ANEXO 5)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Ago 2015 (B)	Em 31 Out 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.594.905,15	2.387.200,67	2.346.019,54
DEDUÇÕES (II)	2.486.005,79	1.762.197,23	2.640.376,64
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.135.308,81	3.408.271,46	4.496.275,50
Demais Haveres Financeiros	-36.127,13	14.794,13	14.794,13
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	613.175,89	1.660.868,36	1.870.692,99
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	108.899,36	625.003,44	-294.357,10
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	282.374,86	282.374,86	282.374,86
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-173.475,50	342.628,58	-576.731,96

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2015 (C - A)
VALOR	-919.360,54	-403.256,46

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Ago 2015 (B)	Em 31 Out 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

RREO 5º BIMESTRE (ANEXO 6)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	22.761.613,20	17.364.681,65	15.409.137,48
Receita Tributária	2.193.246,00	770.878,01	664.912,34
I.P.T.U.	1.017.600,00	176.929,11	150.737,53
I.S.S.	281.642,00	181.133,28	153.115,79
I.T.B.I.	212.000,00	114.277,85	92.235,51
I.R.R.F.	210.198,00	71.076,48	71.167,74
Outras Receitas Tributárias	471.806,00	227.461,29	197.655,77
Receita de Contribuição	477.000,00	516.939,90	329.517,75
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	477.000,00	516.939,90	329.517,75
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	39.750,00	233.265,89	139.814,76
(-) Aplicações Financeiras	39.750,00	233.265,89	139.814,76
Transferências Correntes	19.341.735,20	15.462.457,28	14.117.230,35
F.P.M.	6.381.200,00	5.282.071,13	4.929.997,48
I.P.V.A	525.760,00	451.070,28	406.517,50
I.C.M.S.	2.569.440,00	2.102.960,17	1.960.285,30
Convênios	56.922,00	44.931,66	179.127,16
Outras Transferências Correntes	9.808.413,20	7.581.424,04	6.641.302,91
Demais Receitas Correntes	749.632,00	614.406,46	297.477,04
Dívida Ativa	548.550,00	64.588,10	35.769,43
Diversas Receitas Correntes	201.082,00	549.818,36	261.707,61
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.218.077,72	1.335.249,26	144.390,00
Operações de Crédito (III)	2.000.530,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	42.400,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	175.147,72	1.335.249,26	144.390,00
Convênios	175.147,72	1.335.249,26	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	144.390,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	175.147,72	1.335.249,26	144.390,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	22.936.760,92	18.699.930,91	15.553.527,48

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	23.238.146,99	17.806.254,29	14.908.501,49	16.771.107,89	13.611.254,98
Pessoal e Encargos Sociais	12.921.519,78	9.596.973,71	8.625.968,66	9.591.873,71	8.621.294,75
Juros e Encargos da Dívida (IX)	180.260,00	80.827,37	68.505,23	80.827,37	68.505,23
Outras Despesas Correntes	10.136.367,21	8.128.453,21	6.214.027,60	7.098.406,81	4.921.455,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	23.057.886,99	17.725.426,92	14.839.996,26	16.690.280,52	13.542.749,75
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	9.294.537,89	4.494.252,59	986.650,38	1.517.013,00	745.336,57
Investimentos	8.764.037,89	4.032.035,29	641.111,97	1.054.795,70	399.798,16
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	530.500,00	462.217,30	345.538,41	462.217,30	345.538,41
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	8.764.037,89	4.032.035,29	641.111,97	1.054.795,70	399.798,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	53.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	31.874.924,88	21.757.462,21	15.481.108,23	17.745.076,22	13.942.547,91

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-8.938.163,96	-3.057.531,30	72.419,25	954.854,69	1.610.979,57
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

RREO 5º BIMESTRE (ANEXO 7)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS					RS 1,00																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (1)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												

Município de MARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS				Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (0)									
EXECUTIVO									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	266.044,91	347.130,98	438.143,75	41.555,48	133.476,66	135.766,08	1.043.170,49	220,00	844.206,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	220.615,44	277.295,84	362.680,27	41.555,48	99.675,53	48.075,01	870.759,66	220,00	657.865,27
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	133,00	20,00	0,00	113,00	0,00	1.861,12	0,00	1.974,12
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	7.365,67	0,00	3.915,00	0,00	3.450,67	0,00	0,00	0,00	3.450,67
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	527,90	0,00	527,90
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.055,24	0,00	1.274,66	780,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.999,31	0,00	2.999,31
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	340,92	0,00	100,92	0,00	240,00	0,00	0,00	0,00	240,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	12.088,48	11.630,48	0,00	438,00	0,00	10.127,48	0,00	2.733,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	349,00	0,00	349,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	16.313,29	12.447,29	0,00	3.866,00	0,00	11.050,96	0,00	4.733,00
SECRETARIA DE DESENV. RURAL, PESCA E MEIO	25.903,20	0,00	1.613,20	0,00	24.290,00	0,00	0,00	0,00	24.290,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PE	0,00	3.241,90	2.048,00	0,00	1.193,90	0,00	51.125,10	0,00	41.476,56
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	150,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	0,00	2.288,10	2.288,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	9.829,60	0,00	1.612,50	0,00	8.217,10	0,00	0,00	0,00	8.217,10
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	0,00	1.113,20	0,00	0,00	1.113,20	0,00	0,00	0,00	1.113,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	1.206,28	0,00	1.206,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	0,00	982,50	982,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	3.785,37	0,00	3.785,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	0,00	583,68	583,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	432,80	0,00	432,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	0,00	43.313,52	43.313,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	41.743,95	0,00	39.188,95	0,00	2.555,00	0,00	0,00	0,00	2.555,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	0,00	2.760,06	2.760,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	275,70	0,00	275,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	0,00	3.862,80	3.862,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	2.654,50	0,00	385,00	0,00	2.269,50	0,00	0,00	0,00	2.269,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	0,00	12.795,60	12.795,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	1.210,45	0,00	1.210,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	0,00	38.300,12	26.280,12	0,00	11.020,00	0,00	0,00	0,00	11.020,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	538,80	0,00	538,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	0,00	1.319,02	1.319,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	3.252,57	0,00	3.252,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	0,00	4.439,00	4.439,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	705,00	0,00	705,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.389,91	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	222,50	0,00	0,00	0,00	222,50	0,00	0,00	0,00	48,09
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	0,00	325,00	325,00	0,00	0,00	0,00	57.692,23	0,00	222,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	369,31	0,00	369,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	0,00	111,20	111,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	150,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	146.651,33	0,00	62.191,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	0,00	25,80	25,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	150,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	0,00	129,00	129,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E.	2.629,50	628,00	547,00	0,00	2.710,50	0,00	6.674,00	0,00	7.999,56
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.	67.174,77	14.012,08	5.966,72	0,00	8.025,36	0,00	967.371,81	220,00	275.828,68
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	456,00	650,00	36.450,79	27.475,38	3.248,60	46.708,54	0,00	0,00	46.708,54
			0,00	0,00	1.106,00	5.192,04	5.241,36	0,00	1.155,32

R\$ 1,00

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS	RS 1,00
PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	266.044,91	347.130,98	438.143,75	41.555,48	133.476,66	135.766,08	1.043.170,49	511.811,01	467.986,83	220,00	710.729,74	844.206,40	
EXECUTIVO													
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMARUI	5.886,12	6.433,66	5.329,66	0,00	7.002,12	0,00	15.123,56	3.551,24	3.106,24	0,00	12.017,32	19.019,44	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	225,00	0,00	55,00	0,00	170,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	1.752,82	1.752,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	19,50	0,00	0,00	0,00	19,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,50	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	1.096,36	1.096,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	25,00	0,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	266,99	266,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	15,00	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	565,03	305,03	0,00	260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.299,00	0,00	10,00	0,00	1.289,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.289,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	1.282,29	1.282,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	295,00	0,00	0,00	0,00	295,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	295,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	438,17	68,17	0,00	373,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	373,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	280,00	0,00	280,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	295,00	0,00	0,00	295,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	295,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.343,12	0,00	25,00	0,00	2.318,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.318,12	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	688,00	0,00	0,00	688,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	688,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	641,00	0,00	121,00	0,00	520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	520,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	69,00	0,00	0,00	69,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	585,50	0,00	45,00	0,00	540,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	540,50	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.123,56	3.551,24	3.106,24	0,00	12.017,32	12.017,32	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	170,00	0,00	0,00	0,00	170,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMARUI	39.531,35	63.401,48	70.133,82	0,00	32.799,01	86.691,07	157.287,27	109.485,66	109.485,66	0,00	134.492,68	167.291,69	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	63.401,48	46.858,87	0,00	16.542,61	0,00	157.287,27	109.485,66	109.485,66	0,00	47.801,61	64.344,22	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	39.531,35	0,00	23.274,95	0,00	16.256,40	86.691,07	0,00	0,00	0,00	0,00	86.691,07	102.947,47	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I + II):	266.044,91	347.130,98	438.143,75	41.555,48	133.476,66	135.766,08	1.043.170,49	511.811,01	467.986,83	220,00	710.729,74	844.206,40	

ONTE:

FONTE:

RREO 5º BIMESTRE (ANEXO 8)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.263.630,00	2.263.630,00	598.367,37	26,43
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.554.490,00	1.554.490,00	224.121,92	14,42
1.1.1- IPTU	1.017.600,00	1.017.600,00	176.929,11	17,39
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	530,00	530,00	985,22	185,89
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	530.000,00	530.000,00	25.224,11	4,76
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	6.360,00	6.360,00	20.983,48	329,93
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	212.000,00	212.000,00	114.277,85	53,90
1.2.1- ITBI	212.000,00	212.000,00	114.277,85	53,90
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	286.942,00	286.942,00	188.891,12	65,83
1.3.1- ISS	281.642,00	281.642,00	181.133,28	64,31
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.590,00	1.590,00	1.088,17	68,44
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.650,00	2.650,00	4.230,05	159,62
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.060,00	1.060,00	2.439,62	230,15
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	210.198,00	210.198,00	71.076,48	33,81
1.4.1- IRRF	210.198,00	210.198,00	71.076,48	33,81
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.860.340,00	11.860.340,00	9.879.651,02	83,30
2.1- Cota-Parte FPM	7.950.000,00	7.950.000,00	6.602.588,61	83,05
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.950.000,00	7.950.000,00	6.602.588,61	83,05
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.180.000,00	3.180.000,00	2.628.699,15	82,66
2.3- ICMS-Desoneração – LC. nº87/1996	14.840,00	14.840,00	11.056,90	74,51
2.4- Cota-Parte IP-Exportação	68.900,00	68.900,00	41.435,02	60,14
2.5- Cota-Parte ITR	10.600,00	10.600,00	32.034,52	302,21
2.6- Cota-Parte IPVA	636.000,00	636.000,00	563.836,82	88,65
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	14.123.970,00	14.123.970,00	10.478.018,39	74,19
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	836.191,60	836.191,60	795.924,35	95,18
5.1- Transferências do Salário-Educação	434.600,00	434.600,00	522.112,87	120,14
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	119.631,60	119.631,60	202.784,00	169,51
5.4- Transferências Diretas - PNAE	69.960,00	69.960,00	70.127,48	100,24
5.5- Outras Transferências do FNDE	212.000,00	212.000,00	900,00	0,42
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	424,00	424,00	678.000,00	159.905,66
6.1- Transferências de Convênios	424,00	424,00	678.000,00	159.905,66
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	39.750,00	39.750,00	83.449,02	209,93
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	876.365,60	876.365,60	1.557.373,37	177,71
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.305.288,00	2.305.288,00	1.975.928,15	85,71
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.568.800,00	1.568.800,00	1.320.517,48	84,17
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	610.560,00	610.560,00	525.738,98	86,11
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.968,00	2.968,00	2.211,33	74,51
10.4- Cota-Parte IP-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.600,00	10.600,00	8.287,02	78,18
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.120,00	2.120,00	6.408,80	302,21
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	110.240,00	110.240,00	112.768,54	102,29
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.208.200,00	4.208.200,00	4.752.614,04	112,94
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.197.600,00	4.197.600,00	4.711.020,16	112,23
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.600,00	10.600,00	41.593,88	392,40
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.892.312,00	1.892.312,00	2.735.092,01	144,54
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.349.600,00	4.134.751,03	3.149.561,97	76,17	3.149.561,97	76,17
13.1- Com Educação Infantil	1.079.080,00	1.334.080,00	1.012.818,01	75,92	1.012.818,01	75,92
13.2- Com Ensino Fundamental	2.270.520,00	2.800.671,03	2.136.743,96	76,29	2.136.743,96	76,29
14- OUTRAS DESPESAS	848.000,00	1.564.627,22	1.412.685,07	90,29	1.412.685,07	90,29
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	848.000,00	1.564.627,22	1.412.685,07	90,29	1.412.685,07	90,29
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.197.600,00	5.699.378,25	4.562.247,04	80,05	4.562.247,04	80,05
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1 - FUNDEB 60%						
16.2 - FUNDEB 40%						
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					4.562.247,04	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					66,27	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					29,72	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					4,01	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015²					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	3.530.992,50		3.530.992,50	2.619.504,60	74,19	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.400.280,00	1.418.555,61	1.075.344,51	75,81	1.070.644,51	75,47
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.099.020,00	5.313.003,26	4.384.467,73	82,52	4.158.726,18	78,27
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.118.520,00	4.365.298,25	3.549.429,03	81,31	3.549.429,03	81,31
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	980.500,00	947.705,01	835.038,70	88,11	609.297,15	64,29
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.499.280,00	6.731.558,87	5.459.812,24	81,11	5.229.370,69	77,68
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.735.092,01	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					41.593,88	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					=	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					=	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.776.685,89	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.452.684,80	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					23,41	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	434.600,00	556.173,69	368.737,41	66,30	291.517,66	52,41
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	735.958,00	1.664.762,51	939.681,73	56,45	386.263,98	23,20
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.170.558,00	2.220.936,20	1.308.419,14	58,91	677.781,64	30,52
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.669.838,00	8.952.495,07	6.768.231,38	75,60	5.907.152,33	65,98

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		4.711.020,16	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		41.593,88	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		4.752.614,04	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RREO 5º BIMESTRE (ANEXO 9)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	2.000.530,00	0,00			2.000.530,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	9.294.537,89	4.494.252,59	1.517.013,00	0,00	4.800.285,30
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	9.294.537,89	4.494.252,59	1.517.013,00	0,00	4.800.285,30
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-7.294.007,89	-4.494.252,59	-	-	-2.799.755,30

FONTE:

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 174/2015

EDITAL SEAGP Nº 174/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 002/2011, divulgado através do Edital nº 002/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 002/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 01 de Dezembro a 31 de Janeiro de 2016, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 30 de novembro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 174/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Técnico em enfermagem
Claudiomiro Silveira Rosa

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ERRATA - PREGÃO Nº. 05/2015 (SEAST - ADOLESC)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEAST

ERRATA

COMUNICADO: Onde se lê "menor preço por item", referente ao Edital do Pregão nº 05/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 27 de Novembro de 2015, ler-se-á "menor preço por lote".

Imbituba, 01 de Dezembro de 2015.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ERRATA DE PREGÃO Nº. 71/2015 (PMI - SETEC)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI

ERRATA

COMUNICADO: Onde se lê "Michela da Silva Freitas", referente ao Extrato de Publicação do Pregão nº 71/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 26 de Novembro de 2015, ler-se-á "Paulo Junchem Sefton".

Imbituba, 01 de Dezembro de 2015.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO Nº. 33/2015 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEAST

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial, COMUNICA a todos os interessados, que fica suspenso por tempo indeterminado, o Edital do Pregão Presencial nº. 33/2015, Processo Licitatório nº 39/2015, para revisão do Edital.

Imbituba, 01 de Dezembro de 2015.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

PORTARIA PMI/GGP Nº 617/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 617, de 30 de novembro de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira em função gratificada de Coordenadora Técnica do Laboratório de Análises Clínicas, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora de carreira abaixo descrita, na função gratificada de Coordenadora Técnica do Laboratório de Análises Clínicas, adstrita ao Departamento de Serviços de Referência em Saúde, da Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, conforme exposto.

COORDENADORA – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Coordenadora Técnica do Laboratório de Análises Clínicas	SEMUSA	Karyne Pulita	009.594.519-94	01/12/2015

Art. 2º A servidora de carreira nomeada para a função gratificada de Coordenadora, perceberá gratificação de 33% (trinta e três por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, II da LC nº 4.514/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de dezembro de 2015.

Imbituba, 30 de novembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA SEDUC/PMI Nº 010, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

PORTARIA SEDUC/PMI Nº 010, de 30 de novembro de 2015.

Nomeia os coordenadores e os membros das Comissões do Fórum Municipal de Educação de Imbituba e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando:

O Decreto de nº 044 de 18 de abril de 2013, que institui o Fórum Municipal de Educação de Imbituba,

A portaria PMI/SEDUC nº 009 de 19 de novembro de 2015, que institui e nomeia as comissões do Fórum Municipal de Educação de Imbituba;

RESOLVE:

Art.1º Ficam nomeados para compor as Comissões permanentes de Monitoramento e Sistematização, bem como a de Mobilização e Divulgação do Fórum Municipal de Educação os representantes dos órgãos e entidades determinados no artigo 4º da portaria 009 de 19 de novembro de 2015.

Art. 2º O Fórum Municipal de Educação terá um Coordenador Geral e um coordenador para cada comissão permanente.

Art. 3º Fica designado como Coordenador Geral das Comissões permanentes do Fórum Municipal de Educação o Secretário (a) Municipal de Educação.

Art. 4º A Comissão permanente de Monitoramento e Sistematização do Fórum Municipal de Educação, será compostas por representantes titulares e suplentes a seguir, sendo que o primeiro terá o encargo de coordená-la:

Comissão de Monitoramento e Sistematização

- 01-Fabiane Correia do Nascimento;
- 02- Ana Júlia Rodrigues;
- 03- Andreia Pacheco da Rosa Candido;
- 04- Cleber da Silva Pacheco;
- 05- Eliane T. Leal do Nascimento;
- 06- Jane Mere Martins;
- 07- Liliane de Souza Miguel;
- 08- Luciana dos Santos Guassu;
- 09- Magali Aparecida Vieira;
- 10- Mara Mirian Ribeiro Fernandes;
- 11- Mariléia Soares Tomé;
- 12- Marília Mendonça;

- 13- Marivone Mendonça Damázio;
- 14- Nilcéia Conceição Lopes;
- 15- Ronaldo Pires;
- 16- Rosália Maria de S. Sgrott;
- 17- Simone Hipólito Martins;
- 18- Tânia Bittencourt Mota Alves;
- 19-Valdirene Dias Gonçalves;
- 20- Vera Lúcia do Nascimento Mota;

Art.5º A Comissão permanente de Mobilização e Divulgação do Fórum Municipal de Educação, será compostas por representantes titulares e suplentes a seguir, sendo que o primeiro terá o encargo de coordená-la:

Comissão de Mobilização e Divulgação

- 01- Rozenilda Matos Rodrigues da Rosa;
- 02- Adriana de Souza Miguel;
- 03- Anderson Teixeira;
- 04 - Antonio Fernando Louzada Brasil;
- 05- Cláudio dos Reis Satiro;
- 06- Cleria Leandro Reis;
- 07- Cristiane Torkask Espezim;
- 08- Dayane Luiz;
- 09- Débora C. Alves;
- 10- Fabiana de Jesus;
- 11- Gilberto Alves de Bittencourt;
- 12- Gláucia Maindra;
- 13- João Batista Laurindo;
- 14- José de Oliveira Cardoso Junior;
- 15- Luana Piemontez Petrassen;
- 16- Luiz Alberto Butter;
- 17- Maria Eliete Pereira;
- 18- Moisés Freitas da Rosa;
- 19- Silvia Cristina B. Vieira;

Art. 6º Na sua estrutura, as Comissões do Fórum Municipal de Educação criará Grupos de trabalhos temporários – GTT (organizados para atender urgências) conforme artigo 7º da portaria 009 de 19 de novembro de 2015.

Art. 7º As funções e atribuições de cada comissão e de seus coordenadores estarão registradas em seu regimento interno.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de novembro de 2015.

MICHELA DA SILVA FREITAS

Secretária Municipal de Educação

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2015(PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 127/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica, que realizará às 14:00 horas do dia 17 de dezembro de 2015, licitação na modalidade de Tomada de Preços tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa para implantação da drenagem, pavimentação com peças pré-moldadas de concreto - pcc, sinalização viária e acessibilidade-passeio público, na rua Jovino Tomé Marques, situada no Bairro Arroio - Imbituba/SC. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 01 de dezembro de 2015

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal SEAPI

RESOLUÇÃO 004 CMDCA - RESULTADO FINAL CONSELHO TUTELAR

RESOLUÇÃO Nº004/2015 - C.M.D.C.A.

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Imbituba.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IMBITUBA – CMDCA/2014-2016, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 4.110/2012, RESOLVE:

I - Informar a todos que, após a divulgação do resultado do pleito, não foram interpostos recursos.

II – Tornar público e homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015.

I - Total de eleitores: 2.742

II - Total de votos válidos: 2.732

III - Total de votos em branco: 05

IV - Total de votos nulos: 05

Art. 2º Total de votos por candidato:

Nome do Candidato	Nº. de Votos	Classificação
Letícia Thiesen Higino	588	1º
Dayane Luiz	554	2º
Luiz Alberto Butter	362	3º
Karina Kosmim	347	4º
Fabricia Nascimento Siqueira	339	5º
Cilea Mendes Marques	200	6º
Joel Luiz Pires	137	7º
Sinara Fraga Freitas Lima	122	8º
Ana Paula Jorge Fraga	83	9º

Art. 3º Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

I- Letícia Thiesen Higino

II- Dayane Luiz

III- Luiz Alberto Butter

IV- Karina Kosmim

V- Fabricia Nascimento Siqueira

Art. 4º Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

I- Cilea Mendes Marques

II- Joel Luiz Pires

III- Sinara Fraga Freitas Lima

IV- Ana Paula Jorge Fraga

Art. 5º A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes, dar-se-á no dia 02/01/2016, às 15:00 horas, na sala de reuniões do Paço Municipal, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, no centro de Imbituba/SC.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de novembro de 2015.

Marivone Mendonça Damázio

Presidente do CMDCA

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 433/2015 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ILEI CARMEM FRIGERI, Matrícula 2428-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1.143.854-1 e do CPF 501.624.469-34, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 272/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 30 de novembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos.

ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DO PL 60, TP 6-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2015 - TP
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 60/2015 Data do Processo: 22/10/2015
<div style="text-align: right;">Folha: 1/1</div>	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica (mão de obra + material) de parte da Rua João Pedro Haas (prolongamento indicado em projeto), com a área de 2.608,00m2, conforme Projeto, Planilha e Memorial Descritivo, anexo ao Edital.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 40/2015 (Sequência: 1)

Ao(s) 12 de Novembro de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 062/2015, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 60/2015, Licitação nº. 6/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA neste ato representado pelo Srº VOLNEI JORVANI FABRICIO.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- No dia e hora previsto, a Comissão de Licitação Permanente, nomeada através da Portaria nº 062/2015, reuniu-se para abertura do presente certame licitatório. Apresentaram-se para participar desse embate licitatório as empresas: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA neste ato sem representante presente e SETEP CONSTRUÇÕES S.A neste ato representado pelo Srº VOLNEI JORVANI FABRICIO. Abertos os trabalhos, o presidente cumprimenta a todos os presentes e dá início ao certame licitatório. Ato continuo o Presidente apresenta os envelopes contendo a documentação e a proposta, devidamente lacrados, que foram rubricados pela comissão de licitação e representante da empresa presente. Dando continuidade ao embate licitatório foram abertos os envelopes contendo a documentação, o qual foi conferido pela Comissão de licitação e representante presente. Após a análise criteriosa da documentação, constatou-se que as empresas acima transcritas apresentaram a documentação conforme os requisitos mínimos fixados no presente Edital, estando, portanto habilitadas para prosseguir nas fases subsequentes do presente embate licitatório. Porém considerando que as empresas acima citadas não apresentaram o Termo de Renúncia Relativo ao Julgamento da Fase de Habilitação, abre-se prazo de 5(cinco) dias úteis para interposição de recursos, conforme artigo 109 parágrafo 6º da Lei 8.666/93. Comunica-se desta forma todas as empresas. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão e representante da empresa presente.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Ipumirim, 12 de Novembro de 2015

COMISSÃO:

LAUDECIRO FRANCIO	- - Presidente da Comissão de Licitação
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
ROSELI SALETE ZANATTA	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO PL 60, TP 6-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2015 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 60/2015 Data do Processo: 22/10/2015
Folha: 1/1	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica (mão de obra + material) de parte da Rua João Pedro Haas (prolongamento indicado em projeto), com a área de 2.608,00m2, conforme Projeto, Planilha e Memorial Descritivo, anexo ao Edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 41/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 20 de Novembro de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 062/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 60/2015, Licitação nº 6/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: No dia e hora marcada, foi dado prosseguimento ao presente embate licitatório. A Comissão de Licitação da início a abertura dos envelopes contendo as Propostas Comerciais das empresas SETEP CONSTRUÇÕES S.A e CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA, sendo que neste ato nem uma das empresas se encontram com representante presente. Em seguida a comissão da início a abertura das propostas, onde as mesmas foram rubricadas e conferidas pela Comissão de Licitação. Após análise criteriosa das propostas constatou-se que todas as empresas estavam em conformidade com o presente Edital. Declara-se vencedora a empresa CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA, com o valor de R\$ 123.139,84 (cento e vinte e três mil, cento e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos). Segue anexo quadro comparativo de preço das empresas acima mencionadas, que é parte integrante do presente certame. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão.

Participante: 8584 - CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	pavimentação asfáltica (mão de obra + material) de parte da Rua João Pedro Haas (prolongamento indicado em projeto), com a área de 2.608,00m2, conforme Projeto, Planilha e Memorial Descritivo, anexo ao Edital.	SER	1,00		0,0000	123.139,84	123.139,84
Total do Participante —————>							123.139,84
Total Geral —————>							123.139,84

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 20 de Novembro de 2015

COMISSÃO:

LAUDECIRO FRANCIO - - Presidente da Comissão de Licitação

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

ROSELI SALETE ZANATTA - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS REFERENTE O PL 60, TP 6-2015/PM

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM
Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor)

Processo / Ano: 60/2015		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:		123.139,84				
Licitação.....: 6/2015 - TP										
Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia										
Objeto.....: Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica (mão de obra + material) de parte da Rua João Pedro Haas (prolongamento indicado em projeto), com a área de 2.608,00m2, conforme Projeto, Planilha e Memorial Descritivo, anexo ao Edital.										
Item	Material	Nome do Material	Un.Med.	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Fornecedor....: 7144 - SETEP CONSTRUÇÕES S.A										
1	01-01-25067	pavimentação asfáltica (mão de obra + material),	SER		1,00	0,0000	127.154,1400	127.154,14	Perdeu	
					Total do Fornecedor-->		127.154,14			
Fornecedor....: 8584 - CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA										
1	01-01-25067	pavimentação asfáltica (mão de obra + material),	SER		1,00	0,0000	123.139,8400	123.139,84	Venceu	
					Total do Fornecedor-->		123.139,84			
Ipumirim, Em/...../.....										
LAUDEIR FRANCO - - Presidente da Comissão										
JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO										
ROSELI SALETE ZANATTA - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO										
CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO										

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO REFERENTE O PL 60, TP 6-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2015 - TP
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 60/2015 Data do Processo: 22/10/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 60/2015
b) Licitação Nr.: 6/2015-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 30/11/2015
e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica (mão de obra + material) de parte da Rua João Pedro Haas (prolongamento indicado em projeto), com a área de 2.608,00m², conforme Projeto, Planilha e Memorial Descritivo, anexo ao Edital.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA (8584)

1 pavimentação asfáltica (mão de obra + material) de parte da Rua João Pedro Haas (prolongamento indicado em projeto), com a área de 2.608,00m ² , conforme Projeto, Planilha e Memorial Descritivo, anexo ao Edital.	SER	1,00	0,0000	123.139,84	123.139,84
					Total do Fornecedor: 123.139,84
					Total Geral: 123.139,84

Ipumirim, 30 de Novembro de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

CÂMARA MUNICIPAL

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA.

Nos termos do que determina o artigo 48 inciso I da Lei Complementar 101/2000, e o artigo 191 § 3.º do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Irineópolis –SC, convida a população e todos os interessados para participarem de Audiência Pública, visando discutir a Lei Orçamentária Anual de 2016. A Audiência Pública será realizada no Plenário da Câmara de Vereadores de Irineópolis no dia 07 de dezembro de 2015 as 17h00min horas.

Publique-se.

Sala das Comissões, em 16/11/2015

Presidente: VALDIR MARAFIGO

Relator: CLÁUDIO JOSÉ FRANZ

Membro : ALCIDES NEI WAGNER

HOSPITAL Bom Jesus

RESOLUÇÃO 22/2015

RESOLUÇÃO NR. 022/2015

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e, amparada no que dispõe o Art. 2º, inciso V da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR WANDERLEIA COCHINSKI, nascida em 11.06.1978, portadora do CPF nº 032.906.279-42, RG. nº 8.565.207-9, SESP/PR, para no período de 01.12.2015 a 31.12.2015, exercer as atividades de Técnica de Enfermagem (40h/sem) junto ao Hospital Municipal Bom Jesus, conforme Contrato de Trabalho Temporário nº 02/2015, visando suprir necessidades temporárias e emergenciais, em substituição à servidora que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01.12.2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, 01 de dezembro de 2015.

WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS

Presidente.

Itá

PREFEITURA

DECRETO 078/2015

DECRETO Nº 078, de 30 de Setembro de 2015.

“Fixa escala de sobreaviso dos profissionais médicos e profissionais de enfermagem para o mês de Outubro de 2015 e dá outras providências.”

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de fixar a escala de sobreaviso dos médicos e profissionais de enfermagem para o mês de Outubro de 2015;

Considerando que é necessária a publicação para que os munícipes tenham conhecimento antecipado da escala;

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada para o mês de Outubro de 2015, a escala de sobreaviso dos médicos e profissionais de enfermagem na forma do anexo único deste decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 30 de Setembro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário de Administração e Fazenda

ESCALA DE SOBREAVISO DE ENFERMAGEM 2015

Período: 01 a 31 de Outubro de 2015

Andréia-88323299

Andreza -9902 -4788/91517372 Clarice – 99219901 Eni- 8829 4457

Edite-88270415 Nêvio-99842500

Isabel-8878 1090 Nádia - 99824018

Data	Plantão	Horário do meio dia	Suporte	Para os Eventos
1/ Outubro- Quinta	Eni		Edite	
2/ Outubro - Sexta	Isabel		Nádia	
3/ Outubro - Sábado	Clarice		Andréia	
4/ Outubro - Domingo	Andreza		Edite	
5/ Outubro - Segunda	Eni		Nádia	
6/ Outubro - Terça	Isabel		Andréia	
7/ Outubro - Quarta	Clarice		Edite	
8/ Outubro- Quinta	Andreza	Isabel	Nádia	
9/ Outubro - Sexta	Eni		Andréia	
10/ Outubro - Sábado	Isabel		Edite	
11/ Outubro - Domingo	Clarice		Nádia	
12/ Outubro - Segunda	Andreza		Andréia	
13/ Outubro - Terça	Eni		Edite	
14/ Outubro - Quarta	Isabel		Nádia	
15/ Outubro- Quinta	Clarice		Andréia	
16/ Outubro - Sexta	Andreza	Isabel	Edite	
17/ Outubro - Sábado	Eni		Nádia	
18/ Outubro - Domingo	Isabel		Andréia	
19/ Outubro - Segunda	Clarice		Edite	
20/ Outubro - Terça	Andreza	Isabel	Nádia	
21/ Outubro - Quarta	Eni		Andréia	
22/ Outubro- Quinta	Isabel		Edite	
23/ Outubro - Sexta	Clarice		Nádia	
24/ Outubro - Sábado	Andreza		Andréia	
25/ Outubro - Domingo	Eni		Edite	

26/ Outubro - Segunda	Isabel		Nádia	
27/ Outubro - Terça	Clarice		Andréia	
28/ Outubro - Quarta	Andreza	Isabel	Edite	
29/ Outubro- Quinta	Eni		Nádia	
30/ Outubro – Sexta	Isabel		Andréia	
31/ Outubro – Sábado	Clarice		Edite	

ESCALA DE SOBREAVISO DE ENFERMAGEM HORÁRIO DE ESF OUTUBRO 2015

Período: 01 DE Outubro A 31 DE Outubro

HORÁRIO: 07:30 HS AS 11:30 HS

13:00 HS AS 17:00 HS

ISABEL: 8878-1090 ANDREZA: 9902-4788

Data	MANHÃ	TARDE
1/ Outubro- Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
2/ Outubro - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
3/ Outubro - Sábado		
4/ Outubro - Domingo		
5/ Outubro - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
6/ Outubro - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
7/ Outubro - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
8/ Outubro- Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
9/ Outubro - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
10/ Outubro - Sábado		
11/ Outubro - Domingo		
12/ Outubro - Segunda		
13/ Outubro - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
14/ Outubro - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
15/ Outubro- Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
16/ Outubro - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
17/ Outubro - Sábado		
18/ Outubro - Domingo		
19/ Outubro - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
20/ Outubro - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
21/ Outubro - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
22/ Outubro- Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
23/ Outubro - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
24/ Outubro - Sábado		
25/ Outubro - Domingo		
26/ Outubro - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
27/ Outubro - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
28/ Outubro - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
29/ Outubro- Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
30/ Outubro – Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
31/ Outubro – Sábado		

ESCALA SOBREAVISO MÉDICO 2015

Período: 01 a 31 de Outubro de 2015

Médicos: Dr. MÁRCIO STUMPF – Stumpf Clínica Médica Ltda. 88339570

Dra. IZABEL P. DALCIN – Clínica Psicomédica Ltda. 99892162

Drª Rosângela Pelizza – 8802-1670 Guilherme Dos Santos – 48-91734580

Arlindo Barzotto: 99891413

Data	Clínica Médica Responsável
1/ Outubro- Quinta	Rosângela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
2/ Outubro - Sexta	Rosângela Pelizza (11:30 as 13:00) Guilherme dos Santos(17:00 as 07:30 hs)
3/ Outubro - Sábado	Rosângela Pelizza (07:30 as 07:30 hs)
4/ Outubro - Domingo	Izabel Dalcin (07:30 as 07:30 hs)
5/ Outubro - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
6/ Outubro - Terça	Rosângela Pelizza (11:30 as 13:00) Guilherme dos Santos(17:00 as 07:30 hs)
7/ Outubro - Quarta	Rosângela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
8/ Outubro- Quinta	Rosângela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
9/ Outubro - Sexta	Rosângela Pelizza (11:30 as 13:00) Guilherme dos Santos(17:00 as 07:30 hs)
10/ Outubro - Sábado	Guilherme dos Santos (07:30 as 07:30 hs)
11/ Outubro - Domingo	Guilherme dos Santos (07:30 as 07:30 hs)

12/ Outubro - Segunda	Izabel Dalcin (07:30 as 07:30 hs)
13/ Outubro - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
14/ Outubro - Quarta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
15/ Outubro- Quinta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
16/ Outubro - Sexta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00) Guilherme dos Santos(17:00 as 07:30 hs)
17/ Outubro - Sábado	MÁRCIO STUMPF (07:30 as 07:30 hs)
18/ Outubro - Domingo	Izabel Dalcin (07:30 as 07:30 hs)
19/ Outubro - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
20/ Outubro - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
21/ Outubro - Quarta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
22/ Outubro- Quinta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
23/ Outubro - Sexta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00) Guilherme dos Santos(17:00 as 07:30 hs)
24/ Outubro - Sábado	Guilherme dos Santos (07:30 as 07:30 hs)
25/ Outubro - Domingo	Guilherme dos Santos (07:30 as 07:30 hs)
26/ Outubro - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
27/ Outubro - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
28/ Outubro - Quarta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
29/ Outubro- Quinta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
30/ Outubro – Sexta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00) Guilherme dos Santos(17:00 as 07:30 hs)
31/ Outubro – Sábado	MÁRCIO STUMPF (07:30 as 07:30 hs)

DECRETO 091/2015

DECRETO Nº 091, de 30 de Outubro de 2015.

“Fixa escala de sobreaviso dos profissionais médicos e profissionais de enfermagem para o mês de Novembro de 2015 e dá outras providências.”

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de fixar a escala de sobreaviso dos médicos e profissionais de enfermagem para o mês de Novembro de 2015;

Considerando que é necessária a publicação para que os munícipes tenham conhecimento antecipado da escala;

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada para o mês de Novembro de 2015, a escala de sobreaviso dos médicos e profissionais de enfermagem na forma do anexo único deste decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 30 de Outubro de 2015.

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA
Secretário de Administração e Fazenda

ESCALA SOBREAVISO MÉDICO 2015

Período: 01 a 30 Novembro de 2015

Médicos: Dr. MÁRCIO STUMPF – Stumpf Clínica Médica Ltda. 88339570

Dra. IZABEL P. DALCIN – Clínica Psicomédica Ltda. 99892162

Drª Rosangela Pelizza – 8802-1670 Guilherme Dos Santos – 48-91734580

Arlindo Barzotto: 99891413 Gustavo Andreis - 99951585

Data	Clínica Médica Responsável
1/Novembro - Domingo	MÁRCIO STUMPF (07:30 as 07:30 hs)
2/Novembro - Segunda	ARLINDO BARZOTTO (07:30 as 07:30 hs)
3/Novembro - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
4/Novembro - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
5/Novembro - Quinta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
6/Novembro - Sexta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00) Guilherme dos Santos(17:00 as 07:30 hs)
7/Novembro – Sábado	Guilherme dos Santos (07:30 as 07:30 hs)
8/Novembro - Domingo	ARLINDO BARZOTTO (07:30 as 07:30 hs)

9/Novembro - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
10/Novembro - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
11/Novembro - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
12/Novembro - Quinta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
13/Novembro - Sexta	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
14/Novembro – Sábado	MÁRCIO STUMPF (07:30 as 07:30 hs)
15/Novembro - Domingo	Izabel Dalcin (07:30 as 07:30 hs)
16/Novembro - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
17/Novembro - Terça	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
18/Novembro - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
19/Novembro - Quinta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
20/Novembro - Sexta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
21/Novembro – Sábado	Rosangela Pelizza (07:30 as 19:30) Gustavo Andreis (19:30 as 07:30 hs)
22/Novembro - Domingo	Gustavo Andreis (07:30 as 19:30) Arlindo Barzotto (19:30 as 07:30 hs)
23/Novembro - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
24/Novembro - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
25/Novembro - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
26/Novembro - Quinta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
27/Novembro - Sexta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00) Guilherme dos Santos(17:00 as 07:30 hs)
28/Novembro – Sábado	Guilherme dos Santos (07:30 as 07:30 hs)
29/Novembro - Domingo	Izabel Dalcin (07:30 as 07:30 hs)
30/Novembro - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)

ESCALA DE SOBREAVISO DE ENFERMAGEM 2015

Período: 01 a 30 de Novembro de 2015

Andréia-88323299

Andreza -9902 -4788/91517372 Clarice – 99219901 Eni- 8829 4457

Edite-88270415 Névio-99842500

Isabel-8878 1090 Nádia - 99824018

Data	Plantão	Horário do meio dia	Suporte	Para os Eventos
1/Novembro - Domingo	Andreza		Nádia	
2/Novembro - Segunda	Eni		Andréia	
3/Novembro - Terça	Isabel		Edite	
4/Novembro - Quarta	Clarice		Nádia	
5/ Novembro - Quinta	Isabel		Andréia	
6/ Novembro - Sexta	Eni		Edite	
7/ Novembro – Sábado	Clarice		Nádia	
8/Novembro - Domingo	Clarice		Andréia	
9/Novembro - Segunda	Andreza		Edite	
10/Novembro - Terça	Eni		Nádia	
11/Novembro - Quarta	Clarice		Andréia	
12/ Novembro - Quinta	Clarice		Edite	
13/ Novembro - Sexta	Andreza		Nádia	
14/ Novembro – Sábado	Eni		Andréia	
15/Novembro - Domingo	Eni		Edite	
16/Novembro - Segunda	Clarice		Nádia	
17/Novembro - Terça	Andreza		Andréia	
18/Novembro - Quarta	Eni		Edite	
19/ Novembro - Quinta	Eni		Nádia	
20/ Novembro - Sexta	Clarice		Andréia	
21/ Novembro – Sábado	Andreza		Edite	
22/Novembro - Domingo	Eni		Nádia	
23/Novembro - Segunda	Andreza		Andréia	
24/Novembro - Terça	Clarice		Edite	
25/Novembro - Quarta	Andreza		Nádia	
26/ Novembro - Quinta	Eni		Andréia	
27/ Novembro - Sexta	Andreza		Edite	
28/ Novembro – Sábado	Clarice		Nádia	
29/Novembro - Segunda	Andreza		Andréia	
30/Novembro - Terça	Eni		Edite	

ESCALA DE SOBREAVISO DE ENFERMAGEM HORÁRIO DE ESF NOVEMBRO 2015

Período: 01 DE Novembro A 30 DE Novembro

HORÁRIO: 07:30 HS AS 11:30 HS

13:00 HS AS 17:00 HS

ISABEL: 8878-1090 ANDREZA: 9902-4788

Data	MANHÃ	TARDE
1/ Novembro - Domingo		
2/ Novembro - Segunda		
3/ Novembro - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
4/ Novembro - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
5/ Novembro - Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
6/ Novembro - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
7/ Novembro - Sábado		
8/ Novembro - Domingo		
9/ Novembro - Segunda	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
10/ Novembro - Terça	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
11/ Novembro - Quarta	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
12/ Novembro - Quinta	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
13/ Novembro - Sexta	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
14/ Novembro - Sábado		
15/ Novembro - Domingo		
16/ Novembro - Segunda	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
17/ Novembro - Terça	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
18/ Novembro - Quarta	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
19/ Novembro - Quinta	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
20/ Novembro - Sexta	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
21/ Novembro - Sábado		
22/ Novembro - Domingo		
23/ Novembro - Segunda	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
24/ Novembro - Terça	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
25/ Novembro - Quarta	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
26/ Novembro - Quinta	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
27/ Novembro - Sexta	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
28/ Novembro - Sábado		
29/ Novembro - Domingo		
30/ Novembro - Segunda	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)

DECRETO 099/2015

DECRETO Nº 099, de 30 de novembro de 2015.

Dispõe sobre a adoção de turno único de trabalho em repartições municipais e dá outras providências.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 69, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e nos termos do artigo 18 de da Lei Complementar nº 35/2006, de 11 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, das autarquias e das fundações públicas municipais e combinado com inciso XIV do artigo 7º da Constituição Federal,

Considerando a edição do Decreto Municipal nº 069/2015 que disciplinou que o Turno Único seria "executado das 07h00min às 13h00min, de segunda-feira a sexta-feira apenas nas seguintes repartições: Secretaria Municipal de Transportes, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, exceto no que diz respeito aos serviços administrativos".

Considerando que a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos concluiu pela necessidade do desenvolvimento de suas atividades durante os períodos matutino e vespertino, não realizando portanto, a partir de 01 de Dezembro do corrente ano, o turno único.

DECRETA:

Art. 1º Fica adotado Turno Único de trabalho nas repartições municipais de Itá.

§ 1º O Turno Único de que trata este artigo será executado das 07h00min às 13h00min, de segunda-feira a sexta-feira apenas nas seguintes repartições: Secretaria Municipal de Transportes e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, exceto no que diz respeito aos serviços administrativos.

§ 2º Poderão ser feitas horas-extras apenas mediante expressa autorização do Secretário ou Responsável de cada Secretaria, sendo que estas serão contabilizadas no banco de horas.

Art. 2º Eventuais alterações no cumprimento do horário de expediente deverão ser comunicadas aos servidores, pelos Secretários, até o dia anterior à alteração.

Art. 3º Somente serão realizados os serviços particulares que estiverem devidamente regulamentados nos programas do Município.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de 01 de Dezembro de 2015, podendo ser revogado, se necessário e em razão de interesse público.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 30 de Novembro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

DIVA LÚCIA BAIOTTO CORREA DA SILVA

Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO 100/2015

DECRETO Nº 100, de 30 de Novembro de 2015.

"Fixa escala de sobreaviso dos profissionais médicos e profissionais de enfermagem para o mês de Dezembro de 2015 e dá outras providências."

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de fixar a escala de sobreaviso dos médicos e profissionais de enfermagem para o mês de Dezembro de 2015;

Considerando que é necessária a publicação para que os munícipes tenham conhecimento antecipado da escala;

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada para o mês de Dezembro de 2015, a escala de sobreaviso dos médicos e profissionais de enfermagem na forma do anexo único deste decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 30 de Novembro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

DIVA LÚCIA BAIOTTO CORREA DA SILVA

Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

ESCALA DE SOBREAVISO DE ENFERMAGEM HORÁRIO DE ESF DEZEMBRO 2015

Período: 01 DE DEZEMBRO A 31 DE DEZEMBRO

HORÁRIO: 07:30 HS AS 11:30 HS

13:00 HS AS 17:00 HS

ISABEL: 8878-1090 ANDREZA: 9902-4788

Data	MANHÃ	TARDE
1/ Dezembro- Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
2/ Dezembro - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
3/ Dezembro - Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
4/ Dezembro - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
5/ Dezembro - Sábado		
6/ Dezembro - Domingo		
7/ Dezembro - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
8/ Dezembro- Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
9/ Dezembro - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
10/ Dezembro - Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
11/ Dezembro - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
12/ Dezembro - Sábado		
13/ Dezembro - Domingo		
14/ Dezembro - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
15/ Dezembro- Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
16/ Dezembro - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)

17/ Dezembro - Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
18/ Dezembro - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
19/ Dezembro - Sábado		
20/ Dezembro - Domingo		
21/ Dezembro - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
22/ Dezembro- Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
23/ Dezembro - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
24/ Dezembro - Quinta		
25/ Dezembro - Sexta		
26/ Dezembro - Sábado		
27/ Dezembro - Domingo		
28/ Dezembro - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
29/ Dezembro- Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
30/ Dezembro - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
31/ Dezembro - Quinta		

ESCALA DE SOBREAVISO DE ENFERMAGEM 2015

Período: 01 a 31 de Dezembro de 2015

Andréia-88323299

Andreza -9902 -4788/91517372 Clarice – 99219901 Eni- 8829 4457

Edite-88270415 Névio-99842500

Isabel-8878 1090 Nádia - 99824018

Data	Plantão	Horário do meio dia	Suporte	Para os Eventos
1/ Dezembro - Terça	Clarice		Nádia	
2/ Dezembro - Quarta	Clarice		Andréia	
3/ Dezembro - Quinta	Andreza		Edite	
4/ Dezembro - Sexta	Eni		Nádia	
5/ Dezembro - Sábado	Isabel		Andréia	
6/ Dezembro - Domingo	Clarice		Edite	
7/ Dezembro - Segunda	Andreza	Isabel	Nádia	
8/ Dezembro - Terça	Eni		Andréia	
9/ Dezembro - Quarta	Isabel		Edite	
10/ Dezembro - Quinta	Clarice		Nádia	
11/ Dezembro - Sexta	Andreza	Isabel	Andréia	
12/ Dezembro - Sábado	Eni		Edite	
13/ Dezembro - Domingo	Isabel		Nádia	
14/ Dezembro - Segunda	Clarice		Andréia	
15/ Dezembro - Terça	Andreza	Isabel	Edite	
16/ Dezembro - Quarta	Eni		Nádia	
17/ Dezembro - Quinta	Isabel		Andréia	
18/ Dezembro - Sexta	Clarice		Edite	
19/ Dezembro - Sábado	Andreza		Nádia	
20/ Dezembro - Domingo	Eni		Andréia	
21/ Dezembro - Segunda	Isabel		Edite	
22/ Dezembro - Terça	Clarice		Nádia	
23/ Dezembro - Quarta	Andreza	Isabel	Andréia	
24/ Dezembro - Quinta	Eni		Edite	
25/ Dezembro - Sexta	Isabel		Nádia	
26/ Dezembro - Sábado	Clarice		Andréia	
27/ Dezembro - Domingo	Andreza		Edite	
28/ Dezembro - Segunda	Eni		Nádia	
29/Dezembro - Terça	Isabel		Andréia	
30/ Dezembro - Quarta	Clarice		Edite	
31/Dezembro - Quinta	Andreza		Nádia	

ESCALA SOBREAVISO MÉDICO 2015

Período: 01 a 31 de Dezembro de 2015

Médicos: MÁRCIO STUMPF – Stumpf Clínica Médica Ltda. 88339570

IZABEL P. DALCIN – Clínica Psicomédica Ltda. 99892162

Rafaela Radavelli – 99918544

Rosângela Pelizza – 8802-1670 Guilherme Dos Santos – 48-91734580

Data	Clínica Médica Responsável
1/ Dezembro - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
2/ Dezembro - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)

3/ Dezembro - Quinta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
4/ Dezembro - Sexta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
5/ Dezembro - Sábado	MÁRCIO STUMPF (07:30 as 07:30 hs)
6/ Dezembro - Domingo	ARLINDO BARZOTTO (07:30 as 07:30 hs)
7/ Dezembro - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
8/ Dezembro - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
9/ Dezembro - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
10/ Dezembro - Quinta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
11/ Dezembro - Sexta	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
12/ Dezembro - Sábado	RAFAELA RADAVELLI (07:30 as 07:30 hs)
13/ Dezembro - Domingo	Izabel Dalcin (07:30 as 07:30 hs)
14/ Dezembro - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
15/ Dezembro - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
16/ Dezembro - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
17/ Dezembro - Quinta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
18/ Dezembro - Sexta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00) Guilherme dos Santos (17:00 as 07:30)
19/ Dezembro - Sábado	Guilherme dos Santos (07:30 as 07:30 hs)
20/ Dezembro - Domingo	Guilherme dos Santos (07:30 as 07:30 hs)
21/ Dezembro - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
22/ Dezembro - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
23/ Dezembro - Quarta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
24/ Dezembro - Quinta	ARLINDO BARZOTTO (07:30 as 19:30) RAFAELA RADAVELLI (19:30 As 07:30 hrs)
25/ Dezembro - Sexta	RAFAELA RADAVELLI (07:30 as 07:30 hs)
26/ Dezembro - Sábado	Izabel Dalcin (07:30 as 07:30 hs)
27/ Dezembro - Domingo	Izabel Dalcin (07:30 as 07:30 hs)
28/ Dezembro - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
29/ Dezembro - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
30/ Dezembro - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
31/ Dezembro - Quinta	IZABEL DALCIN / MÁRCIO STUMPF (07:30 as 07:30 hs)

EXTRATO ADITIVO FOSCARINI E ITACON

Aditivo Nº : 2º Contrato Nº: 59/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 24/11/2015 Término: 23/01/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2015

Objeto : Aditivo de prazo devido a solicitação da empresa

justificando a grande precipitação pluviométrica nos últimos meses, o que afetou o bom andamento do trabalho.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 9º Contrato Nº: 128/2014

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: ITACON ENGENHARIA E OBRAS LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 24/11/2015 Término: 21/06/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014

Objeto : Aditivo de prazo devido aos recursos desta obra serem

oriundos de Convênio com o FUNDAM, e que já foram encaminhados os

documentos para prestação de contas, mas ainda não houve a aprovação

pelo órgão cedente do recurso.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA ADITIVO COPERDIA

7º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 001/2014, PL 069/2014

PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 041/2014

OBJETO: Reajuste do valor da Gasolina comum

VALOR REAJUSTADO: R\$ 3,74 (três reais e setenta e quatro centavos) por litro;

OBJETO: Reajuste do valor do óleo diesel S10

VALOR REAJUSTADO: R\$ 3,12 (três reais e doze centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 30/11/2015 Término: 31/12/2015

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

PROJETOS IDOSOS

Município de Itá – SC

Fundo Municipal de Direito do Idoso

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Número do projeto: 011/ 2015

Proponente: Município de Itá – CNPJ: 83.024.240/0001-53

Fundo Municipal de Direito do Idoso – CNPJ: 20.963.037/0001-22

Título: Manutenção do Centro de Idosos do Município de Itá – SC.

Valor aprovado: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Data de aprovação: 12/11/2015

Número da ata: 020/2015

Itá – SC, 30 de novembro de 2015.

Altair Schwingel

Presidente do Conselho Municipal

Tania Maria Valmorbida

Gestora do Fundo Municipal

PROJETOS IDOSOS

Município de Itá – SC

Fundo Municipal de Direito do Idoso

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Número do projeto: 013/ 2015

Proponente: Município de Itá – CNPJ: 83.024.240/0001-53

Fundo Municipal de Direito do Idoso – CNPJ: 20.963.037/0001-22

Título: Atenção à Saúde do Idoso.

Valor aprovado: R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

Data de aprovação: 12/11/2015

Número da ata: 020/2015

Itá – SC, 30 de novembro de 2015.

Altair Schwingel

Presidente do Conselho Municipal

Tania Maria Valmorbida

Gestora do Fundo Municipal

PROJETOS IDOSOS

Município de Itá – SC

Fundo Municipal de Direito do Idoso

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Número do projeto: 012/ 2015

Proponente: Município de Itá – CNPJ: 83.024.240/0001-53

Fundo Municipal de Direito do Idoso – CNPJ: 20.963.037/0001-22

Título: Aquisição de veículo para deslocamento nas atividades sociais, culturais e educativas semanalmente com idosos da área rural e urbana do Município de Itá – SC.

Valor aprovado: R\$ 42.096,00 (quarenta e dois mil e noventa e seis reais).

Data de aprovação: 12/11/2015

Número da ata: 020/2015

Itá – SC, 30 de novembro de 2015.

Altair Schwingel

Presidente do Conselho Municipal

Tania Maria Valmorbida

Gestora do Fundo Municipal

PROJETOS IDOSOS

Município de Itá – SC

Fundo Municipal de Direito do Idoso

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Número do projeto: 010/ 2015

Proponente: Município de Itá – CNPJ: 83.024.240/0001-53

Fundo Municipal de Direito do Idoso – CNPJ: 20.963.037/0001-22

Título: Adequação das instalações do Centro de Convivência e Lazer de Linha Pindorama.

Valor aprovado: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Data de aprovação: 12/11/2015

Número da ata: 020/2015

Itá – SC, 30 de novembro de 2015.

Altair Schwingel

Presidente do Conselho Municipal

Tania Maria Valmorbida

Gestora do Fundo Municipal

PROJETOS IDOSOS

Município de Itá – SC

Fundo Municipal de Direito do Idoso

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Número do projeto: 008/ 2015

Proponente: Município de Itá – CNPJ: 83.024.240/0001-53

Fundo Municipal de Direito do Idoso – CNPJ: 20.963.037/0001-22

Título: Práticas de medicina alternativa no atendimento de fisioterapia aos idosos do Município de Itá – SC.

Valor aprovado: R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais).

Data de aprovação: 12/11/2015

Número da ata: 020/2015

Itá – SC, 30 de novembro de 2015.

Altair Schwingel

Presidente do Conselho Municipal

Tania Maria Valmorbida

Gestora do Fundo Municipal

PROJETOS IDOSOS

Município de Itá – SC

Fundo Municipal de Direito do Idoso

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Projeto aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Número do projeto: 009/ 2015

Proponente: Município de Itá – CNPJ: 83.024.240/0001-53

Fundo Municipal de Direito do Idoso – CNPJ: 20.963.037/0001-22

Título: Adequação das instalações do Centro de Convivência e Lazer de Rio Engano.

Valor aprovado: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Data de aprovação: 12/11/2015

Número da ata: 020/2015

Itá – SC, 30 de novembro de 2015.

Altair Schwingel

Presidente do Conselho Municipal

Tania Maria Valmorbida

Gestora do Fundo Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 092/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS – FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2015 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e CIAMED – Distribuidora de Medicamentos LTDA
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preços 043/2014–FMS.
OBJETO: Aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 4.060,00.
VIGÊNCIA: 06 de fevereiro de 2016.
Itapiranga – SC., 17 de novembro de 2015.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS.

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 230 A 242/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 230/2015
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2015
PARTES: Município de Itapiranga e A.E.M. Oeste Comercial LTDA – ME
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 003/2015.
OBJETO: Alteração qualitativa do item nº 40 do pregão para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município
VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2016.
Itapiranga – SC., 09 de novembro de 2015
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 231/2015
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Companhia Ultragás S.A.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 006/2015.
OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro dos item nº 02 do pregão para aquisição de cargas de gás "GLP" P-45 e P-13, para entrega parcelada, destinadas a manutenção das escolas municipais de ensino fundamental, infantil, creches e para as diversas secretarias desta municipalidade
VALOR: R\$ 1.452,36
VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2016.
Itapiranga – SC., 10 de novembro de 2015
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa A1
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 161/2015.
OBJETO: Aquisição de piso cerâmico, destinado para reforma das salas da prefeitura.
VALOR: R\$ 2.242,50
VIGÊNCIA: 17 de novembro de 2016.
Itapiranga – SC., 17 de novembro de 2015
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 233/2015
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Herta A. Vogt - ME
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 003/2015.
OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro dos item nº 11, 13, 32 e 52 do pregão para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.
VALOR: R\$ 8.207,35
VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2016.
Itapiranga – SC., 18 de novembro de 2015
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2015
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2015
PARTES: Município de Itapiranga e AP Oeste Distribuidora E Comércio De Alimentos LTDA EPP
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 003/2015.
OBJETO: Alteração qualitativa do item nº 02 do pregão para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.
VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2016.
Itapiranga – SC., 19 de novembro de 2015
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Comércio de Equipamentos para Telecomunicações Nedel LTDA EPP
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 163/2015.
OBJETO: Aquisição de Equipamentos Diversos Destinados para o Corpo de Bombeiros de Itapiranga, através do FUNREBOM
VALOR: R\$ 3.138,00
VIGÊNCIA: 20 de novembro de 2016.
Itapiranga – SC., 20 de novembro de 2015
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 236/2015
PARTES: Município de Itapiranga e JV-ITECH Informática Tecnologia e Impressão LTDA ME
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 163/2015.
OBJETO: Aquisição de Equipamentos Diversos Destinados para o Corpo de Bombeiros de Itapiranga, através do FUNREBOM
VALOR: R\$ 2.550,00
VIGÊNCIA: 20 de novembro de 2016.
Itapiranga – SC., 20 de novembro de 2015
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 237/2015
3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 276/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Combustíveis Itapiranga LTDA
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 164/2014.
OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 01 do pregão para aquisição de óleo diesel S500, óleo diesel S10 e gasolina comum, destinados para abastecimento de máquinas e veículos desta municipalidade, para o ano 2015.
VALOR: R\$ 2.041,54
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.
Itapiranga – SC., 24 de novembro de 2015
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 238/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Chico Elétrica LTDA - ME
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 165/2015.
OBJETO: Aquisição de materiais elétricos destinados para manutenção das instalações elétricas das diversas secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 217.196,45

VIGÊNCIA: 24 de novembro de 2016.

Itapiranga – SC., 24 de novembro de 2015

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 239/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa A1

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 165/2015.

OBJETO: Aquisição de materiais elétricos destinados para manutenção das instalações elétricas das diversas secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 2.854,90

VIGÊNCIA: 24 de novembro de 2016.

Itapiranga – SC., 24 de novembro de 2015

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 240/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Delvalle Materiais Elétricos LTDA - ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 165/2015.

OBJETO: Aquisição de materiais elétricos destinados para manutenção das instalações elétricas das diversas secretarias desta municipalidade.

VALOR: R\$ 80.961,39

VIGÊNCIA: 24 de novembro de 2016.

Itapiranga – SC., 24 de novembro de 2015

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 241/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Potencia Som e Informática LTDA - ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 167/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.

VALOR: R\$ 38.066,50

VIGÊNCIA: 26 de novembro de 2016.

Itapiranga – SC., 26 de novembro de 2015

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 242/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Mauro Petzold - ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 167/2015.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.

VALOR: R\$ 28.042,00

VIGÊNCIA: 26 de novembro de 2016.

Itapiranga – SC., 26 de novembro de 2015

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 031/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

CONTRATOS – FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2015 – FMS

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2014 - FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Construtora Bem Te Vi LTDA

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 08/2014 - FMS

OBJETO: Alteração qualitativa e supressão de valores da Tomada de Preços para execução em regime de empreitada global dos serviços para construção da unidade básica de saúde fronteira, conforme repasse fundo a fundo do fundo nacional da saúde, programa de aceleração do crescimento - PAC 2

VALOR SUPRIMIDO: R\$ 35.057,69

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga – SC, 24 de novembro de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DOS CONTRATOS 136 A 139/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

CONTRATOS – PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2015

TERMO DE DOAÇÃO

PARTES: Município de Itapiranga e Estado de Santa Catarina - Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

OBJETO: Doação em caráter definitivo, de bens/materiais, para uso exclusivo do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Itapiranga – SC. 11 de novembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2015

PARTES: Município de Itapiranga e CONSAD

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 034/2015

OBJETO: Pagamento relativo a prestação de serviços de inspeção executados pelo CONSAD.

VALOR: R\$ 2.586,35

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015

Itapiranga – SC. 17 de novembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2015

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL

PARTES: Município de Itapiranga e CONSAD

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 034/2015

OBJETO: Descontinuação dos serviços do SISBI/SUASA/POA, prestados pelo CONSAD pautada no item 9.1 do Contrato nº 021/2015, que faculta a rescisão contratual a qualquer tempo por mútuo acordo entre as partes..

Itapiranga – SC. 17 de novembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2015

TERMO DE PERMISSÃO DE USO

PARTES: Município de Itapiranga e GABRIEL KLEIN 11203435932

OBJETO: Permissão de uso de Bilheteria para venda de passagem com área de 8,14 m² com duas antessalas para depósito com área de 4,76 m² cada, perfazendo área total de 17,66 m², identificada como sala 02, localizada no Terminal Rodoviário Pedra Vermelha.

VALOR MENSAL: R\$ 275,00

VIGÊNCIA: 30 de janeiro de 2016

Itapiranga – SC. 25 de novembro de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA - LEILÃO Nº 02/2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	30/11/2015	Horário: 10h:30m
Licitação /Modalidade	LEILÃO PROCESSO	Nº 02/2015 Nº 79/2015

OBJETO:

Alienação bens móveis considerados inservíveis de 6 (seis) veículos, caracterizados por: 01 (um) GM/Corsa GL 1.6, 01 (um) GM/Astra GL, 01 (um) Fiat/Uno Mille Fire, 01 (um) Fiat/Fiorino Flex, 01 (um) VW/Gol CL, 01 (um) VW/Masca Granmini W120, com objetivo de renovação da frota municipal. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação conforme Decreto Municipal nº 2394/2015, como apoio ao Leilão, e Leiloeiro Oficial, o Sr. Fabiano Valore Siqueira, conforme Decreto Municipal nº 2553/2015. Observando que a Licitação em julgamento foi publicada em Diário Oficial dos Municípios, Jornal de grande circulação no Estado "A Notícia", mural público municipal e site oficial do Município no dia 09/11/2015 a fim de ampla divulgação. Protocolaram envelopes as seguintes pessoas físicas:

Ordem	Nome	CPF	Protocolo
1	MANOEL DA SILVEIRA	613.213.119-15	1056
2	LEANDRO DA SILVA	056.621.189-06	1057
3	EDVALDO SPANHOL	545.547.979-34	1058
4	IBRAHIN DONIZETTI DE OLIVEIRA	328.123.029-68	1059
5	DORIVAL ROBERTO NABOSNE	717.404.579-00	1060
6	ANDERSON RODRIGO CORREA	007.089.349-78	1061
7	DIOMAR PEDRO TEIDER	863.556.279-87	1062

Iniciada a sessão o Leiloeiro Oficial Municipal com os membros da Comissão Permanente de Licitação, e os licitantes presentes rubricaram o envelope de proposta e os documentos que compõe o credenciamento. Em seguida foram analisados os documentos apresentados em razão do credenciamento e rubricados por todos os membros e os presentes, verificando-se que todos os presentes atenderam as exigências do edital, sendo credenciados para a próxima fase do Leilão. Na sequência, foram abertos os envelopes de PROPOSTAS, os quais foram achados conforme, iniciando posteriormente a fase de lances, chegando aos seguintes valores:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MELHOR LANCE	ARREMATANTE
1	Veículo GM/Corsa GL 1.6 - Placa: GBG-0327	R\$ 1.700,00	MANOEL DA SILVEIRA
2	Veículo GM/Astra GL - Placa: AJJ-4659	R\$ 2.500,00	MANOEL DA SILVEIRA
3	Veículo Fiat/Uno Mille Fire - Placa: MCF-9895	SEM INTERESSADOS	
4	Veículo Fiat/Fiorino Flex - Placa: MKM-8230	R\$ 3.080,00	MANOEL DA SILVEIRA
5	Veículo VW/Gol CI 1.6 MI - Placa: HZM-9666	R\$ 1.600,00	MANOEL DA SILVEIRA
6	Veículo VW/Masca Granmini W120 - Placa: MEJ-0872	R\$ 10.520,00	DIOMAR PEDRO TEIDER

Por solicitação dos arrematantes, as guias para pagamento foram emitidas com data de vencimento para dia 01/12/2015, sendo salientado pelo Leiloeiro Oficial que a documentação e a liberação dos veículos será efetuada em até 10 (dez) dias após o pagamento da guia, conforme cláusula 9.1. do edital, e que o comprovante de pagamento deverá ser enviado por email: licitações@itapoa.sc.gov.br, ao Setor de Licitações e Contratos. Os arrematantes neste momento firmam o compromisso de pagamento através da emissão da guia de recolhimento com descrição do certame identificada nominalmente a ser paga em banco. Desta forma fica adjudicado provisoriamente o certame, ficando no aguardo do termo definitivo de arrematação. Em seguida a reunião foi suspensa pelo tempo necessário a lavratura da presente ata que foi lida e assinada pelos membros da CPL e pelos representantes das empresas presentes que concordam com todo o exposto. Nada mais havendo a tratar a sessão foi encerrada.

FERNANDA CRISTINA ROSA APOIO/MEMBRO CPL	FABIANO VALORE SIQUEIRA LEILOEIRO OFICIAL MUNICIPAL	ISABELA RAICK DUTRA POHL APOIO/MEMBRO CPL
--	--	--

LICITANTES PRESENTES:

MANOEL DA SILVEIRA CNPJ/MF Nº 613.213.119-15	LEANDRO DA SILVA CNPJ/MF Nº 056.621.189-06
EDVALDO SPANHOL CNPJ/MF Nº 545.547.979-34	IBRAHIN DONIZETTI DE OLIVEIRA CNPJ/MF Nº 328.123.029-68
DORIVAL ROBERTO NABOSNE CNPJ/MF Nº 717.404.579-00	ANDERSON RODRIGO CORREA CNPJ/MF Nº 007.089.349-78
DIOMAR PEDRO TEIDER CNPJ/MF Nº 863.556.279-87	

DECRETO MUNICIPAL Nº 2600/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL nº 2600/2015

Data: 27 de novembro de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso V da Lei Municipal nº 559/2014 - LOA 2015, e considerando CI/DO/81/2015, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, referente ao Convênio nº 2015TR1854, celebrado com o Estado de Santa Catarina, perfazendo o montante de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), conforme segue:
Suplementação

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.03 Fundo de Saneamento Básico

001705120010.2086 Manutenção e Preservação do Rio Saí Mirim

33390 Aplicações Diretas (503) FR 26405
..... R\$ 150.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 27 de novembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2601/2015 ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL NO 2601/2015

Data: 27 de Novembro de 2015

ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando ofício nº 23/2015 do Conselho Municipal de Educação de Itapoá .

DECRETA

Art.1º Fica alterado o item 7, do Art. 1º do Decreto Municipal nº 2537/2015, que passa a ter a seguinte redação:

Representantes Indicados:

7. Da APAE

a) Elaine Cristina Alves Titular

b) Marlene Amâncio Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 27 de Novembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2602/2015 NOMEIA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL NO 2602/2015

Data: 30 de novembro de 2015

NOMEIA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a Sra. ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO, no cargo de Secretária Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de novembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2604/2015 INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL NO 2604/2015

Data: 30 de novembro de 2015

Institui o Fórum Municipal permanente de Educação de Itapoá e dá outras providências.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade de institucionalizar mecanismos de planejamento educacional participativo que garantam o diálogo como método e a democracia como fundamento;

Considerando a C.I. Nº 914/2015 datada de 19 de novembro de 2015, da Secretaria Municipal de Educação,

DECRETA

Art. 1º Fica instituído o Fórum Municipal Permanente de Educação de Itapoá – FMPE, permanente, do Sistema Municipal de Ensino de Itapoá, com a finalidade de realizar a 2ª Etapa do Fórum Municipal de Educação de Itapoá (Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação), bem como, a implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Estadual e Nacional de Educação.

Parágrafo Único – O Fórum Municipal Permanente de Educação é um órgão constituído por representantes de órgão e entidades públicas governamentais e não governamentais e da sociedade civil, com atuação e abrangência no município de Itapoá.

Art. 2º. Compete ao Fórum Municipal Permanente de Educação, devidamente assessorado pela Comissão Executiva:

I. Participar do processo de concepção, implementação, monitoramento e avaliação da política municipal de educação;

II. Zelar para que o fórum e a conferência de educação do Município estejam articulados à Conferência Nacional de Educação;

III. Acompanhamento na avaliação dos processos e resultados do Plano Municipal de Educação;

IV. Acompanhar indicadores educacionais, articulando-se com observatórios de monitoramento de indicadores disponíveis;

V. Coordenar a discussão e sistematizar as contribuições sobre temáticas relevantes à educação por ocasião de reuniões do fórum, sessões especiais e outros eventos;

VI. Acompanhar e avaliar a implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação;

VII. Realizar outras ações pertinentes.

Art. 3º. Os membros do Fórum Municipal Permanente de Educação de Itapoá, são:

a) André Geraldo Brauer - Presidente do Fórum de Educação de Itapoá;

b) Rosana Maria de Lima Brauer - Representante da Secretaria de

Educação de Itapoá;
c) Sandra Dani Benck - representante do Conselho Municipal de Educação de Itapoá.

Art. 4º. O Fórum terá acesso às informações e estatísticas educacionais, necessárias para o bom desempenho de seu trabalho.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de novembro de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PORTARIA SMS NO 018/2015

PORTARIA SMS NO 018/2015

Data: 27 de novembro de 2015.

ALTERA MEMBRO DA PORTARIA 16/2015 ONDE INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE SINDICÂNCIA DE RITO SUMÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CRISTIAN ANGELO GRASSI, Secretário Municipal de Saúde de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 018/2007, de 28 de dezembro de 2007.

RESOLVE,

Art.1º Alterar Membro da Portaria nº 16/2015 onde Institui e Nomeia comissão para condução de Sindicância de rito sumário - Processo nº 02/2015, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 018/2007, de 28 de dezembro de 2007. A Comissão Sindicante, será constituída pelos seguintes servidores:

§ 1º Em substituição a servidora Priscila Araújo Carneiro, insere-se a comissão a servidora JANINE DE OLIVEIRA OLIVEIRA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 26 de novembro de 2015.

CRISTIAN ANGELO GRASSI

Secretário de Saúde

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ - IPESI

PORTARIA 970/2015 - REVISÃO APOSENTADORIA

PORTARIA N.º 970/2015

"Dispõe sobre a Revisão do benefício de Aposentadoria Por Invalidez concedida ao servidor ODENIR DA SILVA"

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais, considerando o §19º, e Inciso I do § 20 do artigo 67 art. 67 da Lei Complementar Municipal 41/2014, resolve:

Art. 1º - Revisar os proventos de aposentadoria por invalidez do servidor ODENIR DA SILVA, efetivo no cargo de Motorista Nível III Referência "E", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento ao §19 e Inciso I, §20 do artigo 67 da Lei Complementar Municipal 41/2014.

Art.2º - O Valor de aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido em até 20% (vinte por cento), mediante parecer social e perícia médica específica, sendo que o acréscimo não poderá, quando somado ao valor do benefício, exceder a remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria..

Art. 3º - O Valor reajustado passa de R\$ 1.298,59 (Um mil duzentos e noventa e oito reais e cinquenta e nove centavos) para R\$ 1.627,18 (Um mil seiscentos e vinte e sete reais e dezoito centavos), conforme processo administrativo do IPESI nº 2015.03.01083R1, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 27 de novembro de 2015.

Iara Cristine de Oliveira Hoepfner

Diretora Executiva

Decreto Municipal 2352/2015

Homologo:

Sérgio Ferreira de Aguiar

Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 474, de 30 de novembro de 2015.

DECRETO Nº 474, de 30 de novembro de 2015.

“HOMOLOGA PARECER 06/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA, Prefeita do Município de Ituporanga em exercício, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais que lhe foram conferidas e de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1.752, de 04 de dezembro de 1997 e suas alterações, analisado o Parecer do Conselho Municipal de Educação – CME:

DECRETA

Art. 1º - Fica homologado o Parecer 06/2015, de 11 de novembro de 2015, do Conselho Municipal de Educação – CME, com a finalidade de aprovar a alteração de itens na Instrução Normativa nº 1/2013 de Curso de Aperfeiçoamento para Maior carga horária de cursos de atualização e aperfeiçoamento relacionados com a Educação nos últimos três anos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 30 de novembro de 2015.

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita do Município em exercício

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.869 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.869 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO - FUNDEB, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata a Lei nº 3.574, de 13 de março de 2007 e alterações, fica assim constituído:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Cheila Sachetti – titular
Daniela Mattos – suplente

Rafael Martini Veiga – titular
Ligia Adriane Darold da Silva – suplente

REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Marisete Machado Zagonel – titular
Elizete Servegnini – suplente

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Jeferson Krug – titular
Emanuel Darold da Silva – suplente

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Dione Cielo Padilha – titular
Denise Lazarotto – suplente

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Clarice Maria Peccin Enderle – titular
Roseli Maria Lago – suplente

Wilson Jose Muller – titular
Lucinéia Brandão – suplente

REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Rubia Karen Provensi – titular
Loeri José Luvison – suplente

Neli de Sousa – titular
Sandra Jungues Tonial – suplente

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Daniela Borsoi Dalla Lasta – titular
Daiana Antunes de Oliveira – suplente

REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

Rosane Salete de Lima – titular
Janaina Foscarini – suplente

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 26 de novembro de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO CONTRATO 80/2015/FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 80/2015/FMS

PL 24/2015/FMS – TP 3/2015/FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA (81.301.350/0001-90).

OBJETO: contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para adequações da área externa da Unidade Básica de Saúde do Bairro Vila Remor, na Rua Rosa Heberle, Município de Joaçaba, SC.

VALOR CONTRATADO: R\$ 112.067,11 (cento e doze mil, sessenta e sete reais e onze centavos), sendo:

R\$ 67.240,67 (sessenta e sete mil, duzentos e quarenta reais e sessenta e sete centavos), correspondente ao material e meio mecânico e

R\$ 44.826,84 (quarenta e quatro mil, oitocentos e vinte e seis reais e oitenta e quatro centavos), correspondente aos serviços.

VIGÊNCIA: 135 (cento e trinta e cinco) dias, contados da data de recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, na forma da lei.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.014 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ESF - FMS

3 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas

40 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0002 – Aplicações Diretas

62 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0038 – Aplicações Diretas

FISCAL DO CONTRATO: DENIR NARCIZO ZULIAN

DATA DE ASSINATURA: 27/11/2015.

Paula Giovana Kleber

Secretária Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PL 24/2015/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2015/FMS

A Secretária de Saúde Paula Giovana Kleber, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 24/2015/FMS – TP 3/2015/FMS, nos seguintes termos:

Objeto: A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para adequações da área externa da Unidade Básica de Saúde do Bairro Vila Remor, na Rua Rosa Heberle, Município de Joaçaba, SC.

- Empresa Vencedora:

FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Valor total contratado: R\$ 112.067,11 (cento e doze mil, sessenta e sete reais e onze centavos), sendo:

Ø R\$ 67.240,27 (sessenta e sete mil, duzentos e quarenta reais e vinte e sete centavos), correspondente ao material e meio mecânico e

Ø R\$ 44.826,84 (quarenta e quatro mil, oitocentos e vinte e seis reais e oitenta e quatro centavos), correspondente aos serviços.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 27 de novembro de 2015.

PAULA GIOVANA KLEBER

Secretaria- FMS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 271/2015- RECEBIDA EM 15/11/2015

ORDEN DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 271/2015

Autorizo por meio desta, a empresa STRAHL CONSTRUÇÕES EIRELI – ME, CNPJ/MF nº 20.554.701/0001-80 a executar os serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma corretiva e preventiva da Escola Municipal NUPERAJO, localizada na BR 282, Km 396, Linha Abatti, neste Município, com vistas ao alojamento de atletas participantes dos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC, de acordo com o Processo de Licitação nº 94/2015/PMJ – Convite nº 8/2015/PMJ, homologado no dia 18/11/2015. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 71.222,05 (setenta e um mil, duzentos e vinte e dois reais e cinco centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 269/2015/PMJ, de 18 de novembro de 2015. O prazo de início é em até 05 (cinco) dias contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço e deverá a obra ser executada impreterivelmente até o dia 05 de dezembro de 2015.

Joaçaba (SC), 19 de novembro de 2015.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: _____

RAFAEL LASKE

Prefeito

Contratada: STRAHL CONSTRUÇÕES EIRELI – ME

Representante: VAGNER KAEFER

Assinatura e carimbo _____

CPF: 006.874.719-58

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

HOMOLOGAÇÃO PL 24/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2015 - TP Processo Administrativo: 24/2015 Processo de Licitação: 24/2015 Data do Processo: 13/10/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 24/2015
b) Licitação Nr.: 3/2015-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 27/11/2015
e) Data da Adjudicação: 27/11/2015 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para adequações da área externa da Unidade Básica de Saúde do Bairro Vila Remor, na Rua Rosa Heberle, Município de Joaçaba, SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA (7540)

1 Execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para adequações da área externa da Unidade Básica de Saúde do Bairro Vila Remor, na Rua Rosa Heberle, Município de Joaçaba, SC - conforme projetos, memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico-financeiro	VB	1	-	112.067,11	112.067,11
--	----	---	---	------------	------------

Total do Fornecedor: 112.067,11

Total Geral: 112.067,11

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.014.4.4.90.00.00.00.00 (3), 1.014.4.4.90.00.00.00.00 (40), 1.014.4.4.90.00.00.00.00 (62)

Joaçaba, 27 de Novembro de 2015.

GESTOR FMS

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 038/2015 - LICENÇA PREMIO MÁRCIO**

RESOLUÇÃO Nº 038/2015 DE 30 DE NOVEMBRO 2015

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do Servidor MARCIO ROBERTO PICCOLI, Contador, conforme requerimento protocolizado e deferido em 30 de novembro de 2015, referente ao período de 28 de novembro de 2013 a 28 de novembro de 2014, nos termos do art. 57, §2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004 c/c art. 80 e 80-A da Lei Complementar nº 76/2003.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 30 de novembro de 2015.

LUIZ VASTRES

Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO ADITIVO 04/2015 - RÁDIO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 04/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 001/2014.

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA – SC

CONTRATADA: RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA – EPP.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato de Prestação de Serviços n. 01/2014 assinado em 10 de fevereiro de 2014 oriundo do Processo de Licitação nº 001/2014 - Edital de Pregão Presencial nº 001/2014, homologado no dia 10/02/2014, cujo objeto é "A prestação, pela CONTRATADA, de serviços radiofônicos com frequência modulada (FM) e abrangência comprovada no Município de Joaçaba, visando à transmissão integral das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara de Vereadores de Joaçaba; a veiculação semanal, às sextas-feiras, de um programa de 10 (dez) minutos produzido pela jornalista da Casa, com 3 (três) chamadas durante o dia da programação normal da emissora e, ainda, 200 (duzentas) inserções produzidas pela emissora e veiculadas nos dias de realização de sessão na Câmara de Vereadores de Joaçaba" com fundamento no art. 57, II da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITAMENTO DA CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016, totalizando 34 (trinta e quatro) meses de vigência. CLÁUSULA SEGUNDA - As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 13/11/2015.

LUIZ VASTRES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

TERMO ADITIVO 09/2015 - MAC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 09/2015

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 005/2012.

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA – SC.

CONTRATADA: M. A. C. COMPUTAÇÃO GRÁFICA LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato de Prestação de Serviços n. 05/2012 assinado em 25 de abril de 2012, oriundo do Processo de Licitação nº 006/2012, Pregão Presencial n. 03/2012, homologado no dia 16/04/2012, cujo objeto é a "Hospedagem de web site da Câmara de Vereadores de Joaçaba; prestação de serviço de manutenção do web site para gerenciamento de seu conteúdo; disponibilização de link e serviço de transmissão on line e ao vivo das sessões da Câmara de Vereadores de Joaçaba" com fundamento no art. 57, IV da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITAMENTO DA CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO - O prazo do contrato original fica prorrogado até 25 de abril de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016, totalizando 48 (quarenta e oito) meses de vigência. CLÁUSULA SEGUNDA: As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 26/11/2015.

LUIZ VASTRES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

TERMO ADITIVO 10/2015 - INVIOSAT

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA - SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 10/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 010/2013.

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA – SC.

CONTRATADA: INVIOSAT SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato de Prestação de Serviços n. 10/2013 assinado em 11 de outubro de 2013 oriundo do Processo de Licitação nº 10/2013 e Edital de Pregão Presencial nº 004/2013, homologado no dia 09/10/2013, cujo objeto é "a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de segurança patrimonial preventiva privada, através de monitoramento eletrônico e atendimento com veículo automotor tático móvel, central de operações e utilização de agentes de segurança e, ainda, o comodato e monitoramento de quatro câmeras de segurança com sistema de acionamento infra vermelho para a nova sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba, situada na Av. Tiradentes, Bairro Vila Pedrini, Joaçaba - SC" com fundamento no art. 57, II da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITAMENTO DA CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016, totalizando 39 (trinta e nove) meses de vigência. CLÁUSULA SEGUNDA: DO REAJUSTE DE VALOR - Os valores contratados ficam reajustados pelo índice IGPM/FGV acumulado em 8,3588% correspondente aos últimos doze meses, sendo: I – o reajuste incidirá sobre o valor de R\$ 257,36 (duzentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos) referente ao comodato dos equipamentos (item 2) e R\$ 257,36 (duzentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos) referente ao monitoramento eletrônico de sistema de alarme e câmeras e atendimento de ocorrências (item 3) mensais; II – considerando o item I acima, o valor mensal pago à CONTRATADA passa a ser de R\$ 278,87 (duzentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos) referente ao comodato dos equipamentos (item 2) e R\$ 278,87 (duzentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos) referente ao monitoramento eletrônico de sistema de alarme e câmeras

e atendimento de ocorrências (item 3) mensais; III – o valor total do contrato para o exercício de 2016 será de R\$ 6.692,88 (seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e oitenta e oito centavos).
CLÁUSULA TERCEIRA - As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 26/11/2015.

LUIZ VASTRES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

TERMO ADITIVO 11/2015 - OI SA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA - SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 11/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 011/2014.

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA – SC

CONTRATADA: OI S.A.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato de Prestação de Serviços n. 011/2014 assinado em 20 de agosto de 2014, oriundo do Processo de Licitação nº 014/2014, Pregão Presencial n. 011/2014, homologado em 12/08/2014, cujo objeto é “a contratação de empresa especializada para a prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, em conformidade com as especificações técnicas constantes nesse contrato e no edital de Processo de Licitação nº 14/2014 e Edital de Pregão Presencial nº 11/2014” com fundamento no art. 57, II da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITAMENTO DA CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2016, a contar de 01 de janeiro de 2016, totalizando 28 (vinte e oito) meses de vigência. CLÁUSULA SEGUNDA – As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 26/11/2015.

LUIZ VASTRES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

CREDENCIAMENTO 0001/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO JHL 0004/2015

PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0074/2015

PROTOCOLO JHL 3283/2015

CREDENCIAMENTO 0001/2015

Objeto: O presente Credenciamento tem por objeto a contratação de Leiloeiro Oficial, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, para realização de Leilão Público Simultâneo Presencial e On-Line dos bens patrimoniais móveis e não patrimoniais, inservíveis, pertencentes ao SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até o dia 11/01/2016 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 11/01/2016 às 14:20 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 01/12/2015 a 11/01/2016.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 30 de novembro de 2015.

Aluir Flemming

Diretor Presidente do SIMAE.

ERRATA PREGÃO 0050/2015 - SIMAE

ERRATA

SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SC.

Pregão Presencial JHL 0050/2015

Licitação nº 0068/2015

Protocolo 3180/2015

A Sr. Diretor Presidente do SIMAE torna público aos interessados a alteração do Edital de Licitação Pregão Presencial n.º 0050/2015, nos seguintes termos:

1ª Alteração – Itens 1.3 e 1.4.

Fica alterada a data de entrega dos envelopes e abertura da licitação ficando da seguinte forma:

Envelope nº 1 (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação)

ü Data/Hora: até às 14h:00 do dia 11/12/2015

ü Local: SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – Rua Tiradentes, nº 123 - Bairro: Centro, Joaçaba/SC – CEP: 89.600-000.

1.4 – Abertura da Sessão

ü Data/Hora: dia 11/12/2015 às 14h:20min.

ü Local: SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – Rua Tiradentes, nº 123 - Bairro: Centro, Joaçaba/SC – CEP: 89.600-000.

2ª Alteração – Item 5, subitem 5.2, alínea f).

Foi alterada a alínea f), ficando da seguinte forma:

f) Deverão ser apresentados junto com a proposta os seguintes documentos, para atender ao estabelecido no art. 13 da Portaria 2.914/11, seguindo o disposto no item 6 da nota informativa nº 157/DSAST/SVS/MS/2014:

ü Laudo de atendimento aos requisitos de saúde (LARS), conforme Anexo I da Nota informativa nº 157/DSAST/SVS/MS/2014, juntamente com relatório de conformidade de produtos químicos para tratamento de água emitido por laboratório que possua no mínimo reconhecimento da conformidade aos princípios das Boas Práticas de Laboratório por parte do Inmetro.

ü Comprovação de Baixo Risco a Saúde pelo uso de produtos químicos em tratamento de água para consumo humano (CBRS).

3ª Alteração – Item 14.13 do edital e cláusula 5.13 do contrato.

Foram retirados os dois itens.

Joaçaba, 30 de Novembro de 2015.

Aluir Flemming

Diretor Presidente do SIMAE

BALANCETE FINANCEIRO OUTUBRO DE 2015**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Outubro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.458.057,06	ORÇAMENTÁRIAS	1.499.446,11
RECEITA PATRIMONIAL	105.980,78	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.423.798,59
RECEITA DE SERVIÇOS	1.317.214,43	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	383.158,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.356,09	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	509.659,08
RECEITA DE SERVIÇOS	18.501,94	INVESTIMENTOS	530.980,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3,82	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	75.647,52
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	75.647,52
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.673.121,06	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.646.196,50
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	165.113,23	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	160.265,13
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.508.007,83	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.485.931,37
SALDOS ANTERIORES	9.648.628,99	SALDOS ATUAIS	9.634.164,50
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	9.549.561,21	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	9.570.523,99
BANCO C/ MOVIMENTO	96.021,58	BANCO C/ MOVIMENTO	60.576,31
POUPANÇA	3.046,20	POUPANÇA	3.064,20
TOTAL	12.779.807,11	TOTAL	12.779.807,11

JOACABA, 30/11/2015

ALUIR FLEMMING
Diretor Presidente

CESAR AUGUSTO MACIEL RIBEIRO
Contador CRC SC 039259/O-8

HOMOLOGAÇÃO PR 0047/2015 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 47/2015 - PR
	Processo Administrativo: 64/2015 Processo de Licitação: 64/2015 Data do Processo: 05/11/2015

Folha: 1/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 64/2015
b) Licitação Nr.: 47/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 26/11/2015
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL A SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA URBANO DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

Aluir Flemming - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 47/2015 - PR Processo Administrativo: 64/2015 Processo de Licitação: 64/2015 Data do Processo: 05/11/2015
	Folha: 2/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

BERMAD BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (7243)

1 VALVULA DE CONTROLE AUTO OPERADA HIDRAULICAMENTE ATRAVES DE CAMARA DUPLA E ATUADOR DO TIPO DIAFRAGMA. O CORPO SERA DO TIPO GLOBO COM FORMATO EM Y E FABRICADO A PARTIR DE FERRO FUNDIDO NODULAR CONFORME COM A NORMA ASTM A 536 GRAU 65 45 12 OU SIMILAR. A VALVULA A SER OFERTADA AO SIMAE DEVERA TER AS FUNCOES DE REDUTORA DE PRESSAO E RETENÇÃO. OS ELEMENTOS CONSTITUINTES DA VALVULA DEVERAO TER AS SEGUINTE CARACTERISTICAS CONSTRUTIVAS: DIAFRAGMA FABRICADO A PARTIR DE BORRACHA NATURAL BUNA N OU BORRACHA NATURAL REFORCADA COM NYLON, EIXO FABRICADO EM AÇO INOXIDAVEL, LIGA NO MINIMO CONFORME A NORMA ABNT NBR 5601 LIGA ABNT 304 (EQUIVALENTE A LIGA AISI 304), MOLA FABRICADA A PARTIR DE LIGA DE AÇO INOXIDAVEL CONFORME COM A NORMA DA ABNT NBR 5601 LIGA ABNT 302 (IDENTICA A LIGA AISI 302) E TUBULAÇÕES DE INTERLIGAÇÃO NO MINIMO EM LIGA DE COBRE, AS VEDAÇÕES DEVERAO SER DE BORRACHA NATURAL. OUTRAS CARACTERISTICAS TECNICAS DA VALVULA: APRESENTAR MANOMETRO DE CONTROLE COM CAIXA FABRICADA EM AÇO INOXIDAVEL E ENCHIMENTO COM GLICERINA. O CIRCUITO HIDRAULICO DEVERA DISPOR DE PILOTO DE CONTROLE DE PRESSAO COM VALVULA DO TIPO AGULHA OU DISPOSITIVO EQUIVALENTE E FILTRO DE PROTEÇÃO. OS PILOTOS DEVERAO SER FABRICADOS A PARTIR DE LIGA DE BRONZE E PREFERENCIALMENTE SEUS COMPONENTES INTERNOS SERAO DE AÇO INOXIDAVEL. O REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO DO CORPO E DA TAMPA DA VALVULA SERA EXECUTADO POR MEIO DE PINTURA A PO, UTILIZANDO TINTA EPOXI (COM CERTIFICAÇÃO DE SER ISENTA DE PRODUTOS QUE CONTAMINEM A AGUA TRATADA) E O PROCESSO DE APLICAÇÃO SERA O ELETROSTATICO, GERANDO UMA ESPESURA DE CAMADA DE REVESTIMENTO MINIMA DE 90 MICRA, SENDO DESEJAVEL QUE ESTA CAMADA SEJA PELO MENOS 250 MICRA PARA MAIOR PROTEÇÃO. AS EXTREMIDADES DA VALVULA SERAO DO TIPO FLANGEADAS E OS FLANGES DEVERAO TER AS DIMENSOES PREVISTAS NA NORMA DA ABNT NBR 7675, CLASSE DE PRESSAO PN 10 (MINIMO), DN 50MM (2"). DEVERA SER FORNECIDO JUNTO COM A VALVULA UM KIT DE VEDAÇÃO SOBRESSALENTE PARA FUTURA MANUTENÇÃO PARA CADA UNIDADE SOLICITADA. - Marca: VALLOY	PÇ	2,00	0,0000	1.342,00	2.684,00
---	----	------	--------	----------	----------

Aluir Flemming - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 47/2015 - PR Processo Administrativo: 64/2015 Processo de Licitação: 64/2015 Data do Processo: 05/11/2015
	Folha: 3/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

BERMAD BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (7243)

2 VALVULA DE CONTROLE AUTO OPERADA HIDRAULICAMENTE ATRAVES DE CAMARA DUPLA E ATUADOR DO TIPO DIAFRAGMA. O CORPO SERA DO TIPO GLOBO COM FORMATO EM Y E FABRICADO A PARTIR DE FERRO FUNDIDO NODULAR CONFORME COM A NORMA ASTM A 536 GRAU 65 45 12 OU SIMILAR. A VALVULA A SER OFERTADA AO SIMAE DEVERA TER AS FUNCOES DE REDUTORA DE PRESSAO E RETENÇÃO. OS ELEMENTOS CONSTITUINTES DA VALVULA DEVERAO TER AS SEGUINTE CARACTERISTICAS CONSTRUTIVAS: DIAFRAGMA FABRICADO A PARTIR DE BORRACHA NATURAL BUNA N OU BORRACHA NATURAL REFORCADA COM NYLON, EIXO FABRICADO EM AÇO INOXIDAVEL, LIGA NO MINIMO CONFORME A NORMA ABNT NBR 5601 LIGA ABNT 304 (EQUIVALENTE A LIGA AISI 304), MOLA FABRICADA A PARTIR DE LIGA DE AÇO INOXIDAVEL CONFORME COM A NORMA DA ABNT NBR 5601 LIGA ABNT 302 (IDÊNTICA À LIGA AISI 302), DISCO TIPO V PORT E TUBULAÇÕES DE INTERLIGAÇÃO NO MÍNIMO EM LIGA DE COBRE, AS VEDAÇÕES DEVERAO SER DE BORRACHA NATURAL. OUTRAS CARACTERISTICAS TECNICAS DA VALVULA: APRESENTAR MANOMETRO DE CONTROLE COM CAIXA FABRICADA EM AÇO INOXIDAVEL E ENCHIMENTO COM GLICERINA. O CIRCUITO HIDRAULICO DEVERA DISPOR DE PILOTO DE CONTROLE DE PRESSAO COM VALVULA DO TIPO AGULHA OU DISPOSITIVO EQUIVALENTE E FILTRO DE PROTEÇÃO. OS PILOTOS DEVERAO SER FABRICADOS A PARTIR DE LIGA DE BRONZE E PREFERENCIALMENTE SEUS COMPONENTES INTERNOS SERAO DE AÇO INOXIDAVEL. O REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO DO CORPO E DA TAMPA DA VALVULA SERA EXECUTADO POR MEIO DE PINTURA A PO, UTILIZANDO TINTA EPOXI (COM CERTIFICAÇÃO DE SER ISENTA DE PRODUTOS QUE CONTAMINEM A AGUA TRATADA) E O PROCESSO DE APLICAÇÃO SERA O ELETROSTATICO, GERANDO UMA ESPESSURA DE CAMADA DE REVESTIMENTO MINIMA DE 90 MICRA, SENDO DESEJAVEL QUE ESTA CAMADA SEJA PELO MENOS 250 MICRA PARA MAIOR PROTEÇÃO. AS EXTREMIDADES DA VALVULA SERAO DO TIPO FLANGEADAS E OS FLANGES DEVERAO TER AS DIMENSOES PREVISTAS NA NORMA DA ABNT NBR 7675, CLASSE DE PRESSAO PN 10 (MINIMO), DN 75MM (3"). DEVERA SER FORNECIDO JUNTO COM A VALVULA UM KIT DE VEDAÇÃO SOBRESSALENTE PARA FUTURA MANUTENÇÃO PARA CADA UNIDADE SOLICITADA. - Marca: VALLOY	PÇ	2,00	0,0000	1.740,00	3.480,00
---	----	------	--------	----------	----------

Aluir Flemming - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 47/2015 - PR Processo Administrativo: 64/2015 Processo de Licitação: 64/2015 Data do Processo: 05/11/2015
	Folha: 4/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

BERMAD BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (7243)

3 VALVULA DE CONTROLE AUTO OPERADA HIDRAULICAMENTE ATRAVES DE CAMARA DUPLA E ATUADOR DO TIPO DIAFRAGMA. O CORPO SERA DO TIPO GLOBO COM FORMATO EM Y E FABRICADO A PARTIR DE FERRO FUNDIDO NODULAR CONFORME COM A NORMA ASTM A 536 GRAU 65 45 12 OU SIMILAR. A VALVULA A SER OFERTADA AO SIMAE DEVERA TER AS FUNCOES DE REDUTORA DE PRESSAO E RETENÇÃO. OS ELEMENTOS CONSTITUINTES DA VALVULA DEVERAO TER AS SEGUINTE CARACTERISTICAS CONSTRUTIVAS: DIAFRAGMA FABRICADO A PARTIR DE BORRACHA NATURAL BUNA N OU BORRACHA NATURAL REFORCADA COM NYLON, EIXO FABRICADO EM AÇO INOXIDAVEL, LIGA NO MINIMO CONFORME A NORMA ABNT NBR 5601 LIGA ABNT 304 (EQUIVALENTE A LIGA AISI 304), MOLA FABRICADA A PARTIR DE LIGA DE AÇO INOXIDAVEL CONFORME COM A NORMA DA ABNT NBR 5601 LIGA ABNT 302 (IDENTICA A LIGA AISI 302), DISCO TIPO V PORT E TUBULAÇÕES DE INTERLIGAÇÃO NO MINIMO EM LIGA DE COBRE, AS VEDAÇÕES DEVERAO SER DE BORRACHA NATURAL. OUTRAS CARACTERISTICAS TECNICAS DA VALVULA: APRESENTAR MANOMETRO DE CONTROLE COM CAIXA FABRICADA EM AÇO INOXIDAVEL E ENCHIMENTO COM GLICERINA. O CIRCUITO HIDRAULICO DEVERA DISPOR DE PILOTO DE CONTROLE DE PRESSAO COM VALVULA DO TIPO AGULHA OU DISPOSITIVO EQUIVALENTE E FILTRO DE PROTEÇÃO. OS PILOTOS DEVERAO SER FABRICADOS A PARTIR DE LIGA DE BRONZE E PREFERENCIALMENTE SEUS COMPONENTES INTERNOS SERAO DE AÇO INOXIDAVEL. O REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO DO CORPO E DA TAMPA DA VALVULA SERA EXECUTADO POR MEIO DE PINTURA A PO, UTILIZANDO TINTA EPOXI (COM CERTIFICAÇÃO DE SER ISENTA DE PRODUTOS QUE CONTAMINEM A AGUA TRATADA) E O PROCESSO DE APLICAÇÃO SERA O ELETROSTATICO, GERANDO UMA ESPESSURA DE CAMADA DE REVESTIMENTO MINIMA DE 90 MICRA, SENDO DESEJAVEL QUE ESTA CAMADA SEJA PELO MENOS 250 MICRA PARA MAIOR PROTEÇÃO. AS EXTREMIDADES DA VALVULA SERAO DO TIPO FLANGEADAS E OS FLANGES DEVERAO TER AS DIMENSOES PREVISTAS NA NORMA DA ABNT NBR 7675, CLASSE DE PRESSAO PN 10 (MINIMO), DN 100MM (4"). DEVERA SER FORNECIDO JUNTO COM A VALVULA UM KIT DE VEDAÇÃO SOBRESALENTE PARA FUTURA MANUTENÇÃO PARA CADA UNIDADE SOLICITADA. - Marca: VALLOY	PÇ	1,00	0,0000	2.237,00	2.237,00
---	----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 8.401,00
Total Geral: 8.401,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (37) Saldo: 143.466,70

Aluir Flemming - Diretor Presidente

Lages

PREFEITURA

EXTRATO ARP 19/2015 PML PP 133 2015 BANXAP

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2015

PROCESSO Nº 268/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa para Locação de Banheiros Químicos para o Natal Felicidade 2015, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE TURISMO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 133/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 28.474,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e quatro reais), sendo:

BANXAP BANHEIROS MÓVEIS LTDA – ME CNPJ 07.341.479/0001-79 – AV. SÃO PEDROD. 770D AS A BAIRROO PRESIDENTE MEDICE – CHAPECÓ/SC – CEP 89.801-301

Lages/SC 16 de novembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 20/2015 PP 134 2015 PML MDJ

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2015

PROCESSO Nº 267/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Segurança Privada para o evento Feira de Artesanato 2015, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato..

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE TURISMO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 134/2015;

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 64.043,04 (sessenta e quatro mil e quarenta e três reais e quatro centavos), sendo

MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILANCIA LTDA – ME CNPJ 10.392.048/0001-46 – RUA AGENOR AMADOR FERNANDES 292 BAIRRO TEREZA CRISTINA – IÇARA/SC CEP 88.820-000

Lages/SC 16 de novembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 21/2015 PP 132/2015 PML ART

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2015

PROCESSO Nº 269/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa para Locação de Stands para Feira de Artesanato e o Natal Felicidade 2015, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE TURISMO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 132/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 4.830,00 (quatro mil oitocentos e trinta reais), sendo:

ART GRUPO LTDA – ME – CNPJ 07.204.812/0001-06 – RUA JOSÉ JOÃO BARCELOS 1465 COND. 01 – BAIRRO BELA VISTA – PALHOÇA/SC CEP 88.132-770

Lages/SC 16 de novembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 21/2015 PP 132/2015 PML LEGO

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2015

PROCESSO Nº 269/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa para Locação de Stands para Feira de Artesanato e o Natal Felicidade 2015, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE TURISMO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 132/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 11.270,00 (onze mil duzentos e setenta reais), sendo:

LEGO FREITAS LTDA – ME CNPJ 05.645.469/0001-00 – RUA JOÃO STOLLMEIER, 158 BAIRRO RIBEIRÃO REVOLVER PRESIDENTE GETULIO/SC CEP 89.150-000

Lages/SC 16 de novembro de 2015.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 21/2015 PP 22 FMAS BAGATOLI

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015
PROCESSO Nº 31/2015
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o CREAS, Centro Pop e Abrigo Municipal da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 5.257,99 (cinco mil duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e nove centavos), sendo BAGATOLI COMERCIO DE MÓVEIS LTDA ME INSCRITA NO CNPJ N.º 82.777.301/0001-90, COM SEDE RUA CECÍLIO RODRIGUES, 136 – SEMINÁRIO – CEP 89.190-000 – TAIÓ/SC

Lages/SC 11 de novembro de 2015.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 21/2015 PP 22 FMAS CELIA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015
PROCESSO Nº 31/2015
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o CREAS, Centro Pop e Abrigo Municipal da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 3.405,50 (três mil quatrocentos e cinco reais e cinquenta centavos), sendo CELIAREGINAWSANI-ME, INSCRITANO CNPJ: 04.195.853/0001-87

COM SEDE A AVENIDA BEIRA RIO, 730 – BAIRRO CENTRO – CEP 88450-000 – ALFREDO WAGNER/SC

Lages/SC 11 de novembro de 2015.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 21/2015 PP 22 FMAS JLM

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015
PROCESSO Nº 31/2015
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o CREAS, Centro Pop e Abrigo Municipal da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 6.282,90 (seis mil duzentos e oitenta e dois reais e noventa centavos), sendo JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 13.965.228/0001-68, ESTABELECIDNA AV. 24 DE OUTUBRO, S/ Nº - CENTRO, BOM RETIRO/SC – CEP. 88.680-000

Lages/SC 11 de novembro de 2015.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 21/2015 PP 22 FMAS KLEBER

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015
PROCESSO Nº 31/2015
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o CREAS, Centro Pop e Abrigo Municipal da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 173,00 (cento e setenta e três reais), sendo

KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 11.118.645/0001-40, ESTABELECIDNA AV. LUIZ DE CAMÕES,

911 – LOJA 04 – CORAL, LAGES/SC – CEP. 88.523-000

Lages/SC 11 de novembro de 2015.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 21/2015 PP 22 FMAS PARTNER

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

PROCESSO Nº 31/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o CREAS, Centro Pop e Abrigo Municipal da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 39.152,00 (trinta e nove mil cento e cinquenta e dois reais), sendo

PARTNER COMERCIAL LTDA ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 08.234.845/0001-53, ESTABELECIDO NA RUA. PAPANDUVA, 08 – ESQUINA COM A RUA JARAGUÁ DO SUL – PETROPOLIS, LAGES/SC – CEP. 88.505-366

Lages/SC 11 de novembro de 2015.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 21/2015 PP 22 FMAS SANDRO

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

PROCESSO Nº 31/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o CREAS, Centro Pop e Abrigo Municipal da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 3.167,79 (três mil cento e sessenta e sete reais e setenta e nove centavos), sendo

SANDRO VILMAR PIRES, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 09.253.952/0001-91, COM SEDE A RUA JOÃO TEÓFILO DEUCHER,

29 – CENTRO – CEP 88680-000 – BOM RETIRO/SC

Lages/SC 11 de novembro de 2015.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 21/2015 PP 22 FMAS SUPRIMOVEIS

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

PROCESSO Nº 31/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o CREAS, Centro Pop e Abrigo Municipal da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 3.149,50 (três mil cento e quarenta e nove reais e cinquenta centavos), sendo

SUPRIMÓVEIS LTDA - EPP INSCRITA NO CNPJ Nº 04.563.256/0001-68, COM SEDE RUA CORONEL BUCHELLE, 646 SALA 01 – CENTRO – TIJUCAS/SC CEP 88.200-000

Lages/SC 11 de novembro de 2015.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2015**

DISPENSA DE LICITAÇÃO DL Nº. 03/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 20/2015

A CÂMARA DE VEREADORES DE LAGES, sito à Rua Otacílio Vieira da Costa , 280, centro Lages (SC), inscrito no CNPJ sob o nº. 83.509.547/0001-44, através da Comissão Permanente de Licitação torna público que pretende contratar mediante Dispensa de Licitação o seguinte objeto: Contratação de serviço de prestação exclusiva da ECT com remessa e transporte de correspondência para o período de 60 (sessenta) meses contados a partir da assinatura do contrato. Leva ao conhecimento dos interessados que com base no Artigo 24, inciso VIII da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, procedeu a Dispensa de Licitação visando a Contratação da Empresa: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. CNPJ nº. 34.028.316/0028-23, atendidas as condições do § 4º, do artigo 57, da Lei Federal nº. 8.666/93. No valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) anuais.

Câmara Municipal de Lages – SC, 25 de novembro de 2015.
ADILSON RODRIGUES APPOLINÁRIO
PRESIDENTE

Leoberto Leal

PREFEITURA

LEI N.º 1.194/2015

LEI N.º 1.194, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

“ALTERA ANEXO DE METAS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2014/2017 COM INCLUSÃO DE NOVAS AÇÕES”.

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal/SC, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo de Metas do Plano Plurianual – PPA 2014/2017, aprovado pela Lei Municipal nº 991/2013, referente ao Programa 06 – Saúde com Excelência, fica acrescido das seguintes ações e respectivos valores:

Ações	Valores		
	2016	2017	TOTAL
2.056 - Funcionamento e Manutenção da Estratégia da Família – ESF	156.000,00	156.000,00	312.000,00
2.057 - Funcionamento e Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde – PACS	207.880,00	207.880,00	415.760,00
2.058 - Funcionamento e Manutenção do Programa Saúde Bucal – Estratégia de Saúde da Família – ESF Odonto	61.700,00	61.700,00	123.400,00
2.059 - Funcionamento e Manutenção do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	185.200,00	185.200,00	370.400,00
2.060 - Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF União	96.000,00	96.000,00	192.000,00
TOTAL	446.080,00	446.080,00	1.413.560,00

Art. 2º Para a execução da ação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação da ação/Atividade n.º 2.016 – Atenção Básica – Comp. Piso de Atenção Básica Variável – PAB Variável, constante no Anexo de Metas do Plano Plurianual – PPA 2014/2017, aprovado pela Lei Municipal nº 991/2013.

Art. 3º Ficam alterados anexos e demonstrativos do Plano Plurianual, bem como os textos legais, afetados pela alteração proposta nesta lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 1º de dezembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.195/2015

LEI N.º 1.195, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional especial no Orçamento da Seguridade Social, até o valor de R\$ 2.800,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.800,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	2.800,00
Função	10	Saúde	2.800,00
Sub-função	301	Atenção Básica	2.800,00
Programa	06	Saúde com Excelência	2.800,00
Atividade	2.047	Atenção Básica – Componente Piso de Atenção Básica Fixo – PABF	2.800,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.800,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.800,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.800,00
Fonte de Recursos	0.3.0038.8	Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Piso de Atenção Básica Fixo – PAB Fixo	2.800,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL			2.800,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação da dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.800,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	2.800,00

Função	10	Saúde	2.800,00
Sub-função	301	Atenção Básica	2.800,00
Programa	06	Saúde com Excelência	2.800,00
Atividade	2.047	Atenção Básica – Componente Piso de Atenção Básica Fixo – PABF	2.800,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	2.800,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	2.800,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.800,00
Fonte de Recursos	0.3.0038.8	Transferências do SUS- Bloco Atenção Básica – Piso de Atenção Básica Fixo – PAB Fixo	2.800,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			2.800,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 1º de dezembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.196/2015

LEI Nº 1.196, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal, até o valor de R\$ 152.500,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	4.500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	4.500,00
Função	08	Assistência Social	4.500,00
Sub-função	243	Assistência à Criança e ao Adolescente	4.500,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	4.500,00
Projeto/Atividade	2.050	Funcionamento e Manutenção do Conselho Tutelar	4.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.500,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.500,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	4.500,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	122.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	122.000,00
Função	12	Educação	122.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	116.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	116.000,00
Projeto/ Atividade	2.006	Remuneração de Profissionais do Magistério – Ensino Fundamental (60%)	116.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	116.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	116.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	111.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	81.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação	35.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	6.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	6.000,00
Projeto/ Atividade	2.007	Remuneração de Profissionais do Magistério – Ensino Infantil (60%)	6.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	1.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0018	Transferências do FUNDEB	6.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1.000,00
Função	26	Transporte	1.000,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	1.000,00

Programa	0009	Revitalização das Estradas	1.000,00
Projeto/Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da STOSU	1.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	1.000,00
Fonte de Recursos	0.1.000	Recursos Ordinários	1.000,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	25.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	25.000,00
Função	20	Agricultura	25.000,00
Sub-função	606	Extensão Rural	25.000,00
Programa	11	Revitalização da Agricultura Familiar	25.000,00
Projeto/Atividade	2.030	Manutenção e Funcionamento da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	25.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	25.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	25.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	17.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	8.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	25.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			152.500,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	15.000,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	15.000,00
Função	04	Administração	15.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	15.000,00
Programa	0002	Gestão com Excelência	15.000,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do(a) Prefeito(a)	15.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	15.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	15.000,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos ordinários	15.000,00
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	10.000,00
Função	04	Administração	10.000,00
Sub-função	122	Administração Geral	10.000,00
Programa	03	Gestão Geral e Administrativa	10.000,00
Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	10.000,00
Função	08	Assistência Social	2.000,00
Sub-função	243	Assistência à Criança e ao Adolescente	2.000,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	2.000,00
Projeto/Atividade	2.050	Funcionamento e Manutenção do Conselho Tutelar	2.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	2.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	2.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.000,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	2.000,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	85.500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	85.500,00
Função	12	Educação	85.500,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	25.500,00
Programa	0004	Educação é Tudo	25.500,00
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental	25.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	25.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	25.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	25.500,00

Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	25.500,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	60.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	60.000,00
Projeto/ Atividade	2.009	Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil	60.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	60.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	60.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	60.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	60.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.500,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.500,00
Função	08	Assistência Social	2.500,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	2.500,00
Programa	07	Vivendo com Amor	2.500,00
Atividade	2022	Apoio à Famílias Carentes	2.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.500,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.500,00
Fonte de Recursos	0.1.000	Recursos Ordinários	2.500,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1.000,00
Função	15	Urbanismo	37.500,00
Sub-função	451	Infra-Estrutura Urbana	37.500,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	37.500,00
Atividade	1.026	Pavimentação de Ruas	37.500,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	37.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	37.500,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	37.500,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	37.500,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			152.500,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 1º de dezembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.197/2015

LEI N.º 1.197, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento da Seguridade Social, até o valor de R\$ 69.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	69.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	69.000,00
Função	10	Saúde	69.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	69.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	69.000,00
Projeto/ Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – FMS	60.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	60.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	60.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	60.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos – Saúde	60.000,00
Atividade	2.016	Atenção Básica – Componente Piso de Atenção Básica Variável – PABV	9.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	9.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	9.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	7.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos – Saúde	9.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	69.000,00
------------------------------	-----------

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	49.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	49.000,00
Função	10	Saúde	49.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	49.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	49.000,00
Projeto/ Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS	49.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	49.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	40.000,00
Categoria Econômica	3.1.00.00.00	Despesas com pessoal e Encargos Sociais	9.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	9.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos – Saúde	49.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
Função	08	Assistência Social	20.000,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	20.000,00
Programa	07	Vivendo com Amor	20.000,00
Atividade	2022	Apoio à Famílias Carentes	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recursos	0.1.000	Recursos Ordinários	20.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			69.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 1º de dezembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.198/2015

LEI Nº 1.198, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM ENTIDADE MANTENEDORA DO "ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ALBERTINA BERKENBROCK", DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com Instituição sem fins lucrativos mantenedora do "Acolhimento Institucional Albertina Berckenbrock", instalado em Vidal Ramos/SC, o qual realiza serviço sócio assistencial de alta complexidade, na modalidade acolhimento institucional para crianças e adolescentes que tenham seus direitos ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e em razão da sua conduta.

Art. 2º Este convênio será por tempo indeterminado, conforme recomendação da 1ª Promotoria de Justiça e Juízo da Infância e Juventude da Comarca de Ituporanga, através do Inquérito Civil SIG/MP: 06.2011.002784-4.

Art. 3º Os valores fixados estão contidos no Anexo I, parte integrante desta Lei, o qual prevê os custos fixos para o município de Leoberto Leal em R\$ 2.548,52 (dois mil, quinhentos e quarenta e oito reais e cinquenta e dois centavos) mensais, podendo ser somado o valor variável de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais por criança ou adolescente acolhido.

Art. 4º As despesas constantes nesta Lei Municipal poderão ter seus valores nominais reajustados anualmente, observando-se o percentual de variação de mercado.

Art. 5º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações do Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 6º Revogam-se as disposições contrárias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 1º de dezembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

CONTRATO PML Nº 156.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 156/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 092/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 060/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de novembro do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – HOBI S/A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO, pessoa jurídica de direito privado situada a Autovia João Paulo Reolon, nº 2105, Bairro São Gabriel na cidade de União da Vitória/PR, CEP 84.600-000 inscrita no CNPJ sob o nº 81.639.791/0001-04 neste ato representada pelo diretor de controladoria WILSON JOSÉ SCHMITT, portador da cédula de identidade nº 1.165.514 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 057.251.009-87, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 092/2015 na modalidade de Pregão Presencial nº 060/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição, de forma parcelada, de areia média, destinada a serviços, reparos e consertos realizados pelas diversas Secretarias da Prefeitura de Luzerna, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	100,00	TON	AREIA MÉDIA (retirada na empresa)	31,00	3.100,00
2	100,00	TON	AREIA MÉDIA (entregue no município)	65,00	6.500,00

O FORNECEDOR 1 – HOBI S/A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 9.600,00 (nove mil seiscentos reais);

1.2. O item, objeto desta licitação, deverá ser entregue de forma parcelada, de acordo com a demanda e solicitação do setor municipal competente.

1.3. O item 01 deverá ser fornecido no estabelecimento do FORNECEDOR, cuja distância máxima deverá ser de até 170 (cento e setenta) quilômetros da sede da Prefeitura de Luzerna/SC, sito na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro.

1.4. A Prefeitura de Luzerna compromete-se em enviar um veículo até o estabelecimento do FORNECEDOR para que esta proceda ao carregamento de areia, na quantidade previamente solicitada.

1.5. Em caso de proponente vencedora, cuja distância exceda a 170 (cento e setenta) quilômetros da sede da Prefeitura de Luzerna/SC, sito na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, o frete correrá única e exclusivamente a expensas do FORNECEDOR.

1.6. A areia deverá ser de primeira qualidade, sem resquícios que quaisquer outros materiais.

1.7. A adjudicação dos itens descritos no Anexo ao FORNECEDOR e a contratação com o mesmo, ficará restrita à comprovação pelo Município das condições estabelecidas na presente ata de registro de preço.

1.8. O item 02 deverá o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 03 (três) dias contados da data da solicitação, no Centro de Eventos São João Batista, sito na Rua Vigário Frei João, Centro, Luzerna/SC, destinado às adequações na quadra de vôlei de areia para o 55º Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC.

1.9. A Contratante deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referente à entrega do item 02 inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital, sem custos adicionais.

1.10. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.11. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.12. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca do produto enviado, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.14. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pelo FORNECEDOR, vedada, portanto, a terceirização dos mesmos.

1.15. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.16. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.17. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.18. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado no item Forma de Execução;

4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja

corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir

as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1.As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

Elemento – 3.3.90.00.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação – Outras Despesas Correntes

Categoria Economia – 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade – 1101.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Atividade- 0803.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 27 de novembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE TESTEMUNHAS: 1. _____	WILSON JOSÉ SCHMITT HOBI S/A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO FORNECEDOR 1 2. _____
--	---

DECRETO 2151

DECRETO Nº 2151 de 30 de novembro de 2015.

"DELEGA RESPONSABILIDADE À GEORGEO ALMEIDA ME (APRENDER.COM) PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, EDITAL Nº 001/2015 e PROCESSO SELETIVO, EDITAL Nº 006/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art.1º- Fica DELEGADA à GEORGEO ALMEIDA ME (APRENDER.COM) a responsabilidade pela elaboração, aplicação, correção e avaliação de provas, julgamento de eventuais recursos decorrentes das provas e divulgação do Resultado Final do Concurso Público, Edital nº 001/2015 e Processo Seletivo, Edital nº 006/2015.

Parágrafo Único - A GEORGEO ALMEIDA ME (APRENDER.COM) poderá contar com o auxílio de bancas suplementares sob a supervisão da COMISSÃO ESPECIAL do CONCURSO PÚBLICO e PROCESSO SELETIVO.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 30 de novembro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 093/2015 - PP 061/2015 - COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0093/2015 - PML

Pregão nº 061/2015 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0093/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para coleta, transporte, tratamento através de auto-clave e destinação final de resíduos provenientes de serviços de saúde, para atendimento dos vários Programas e em todas as Unidades da Rede Municipal de Saúde, do município de Luzerna/SC e dos resíduos provenientes de serviços de saúde do Hospital São Roque Sociedade Beneficente (Lei n. 1408 de 17 de novembro de 2015), compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, peças, equipamentos, máquinas e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente os termos da minuta contratual (anexo), de acordo com demais anexos que fazem parte integrante deste edital e especificações e determinações a seguir.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* TUCANO GESTAO AMBIENTAL LTDA - EPP

- Valor total: R\$ 34.400,00

Luzerna (SC), 1 de dezembro de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

RESOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

O Presidente do Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Nº 945 de 12 de setembro de 2013 na alínea "c" do artigo 3º do Sistema Municipal de Ensino, e com fundamento na Resolução do CNE/CEB nº 04/2009 e CNE/CEB nº 04/2010,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Art. 1º As escolas integrantes do Sistema Municipal de Ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos hipercinéticos ou déficit de atenção com hiperatividade/impulsividade e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais de Atendimento Educacional Especializado da Rede Pública Municipal.

Art. 2º O AEE é uma atividade de caráter pedagógico e que tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação e aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, tecnologias assistivas, dos transportes e dos demais serviços.

Art. 3º A Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional.

Art. 4º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública e instituição sem fins lucrativos.

Parágrafo Único: Na Educação Infantil e no Ensino Fundamental de turno integral, o atendimento deverá ser, preferencialmente, no turno da escolarização regular.

Art. 5º Em casos de Atendimento Educacional Especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar, será ofertada aos alunos, pelo respectivo sistema de ensino, a Educação Especial de forma complementar ou suplementar.

Art. 6º Os alunos com altas habilidades/superdotação terão suas atividades de enriquecimento curricular desenvolvidas no âmbito de escolas públicas de ensino regular em interface com os núcleos de atividades para altas habilidades/superdotação e com as instituições de ensino superior e institutos voltados ao desenvolvimento e promoção da pesquisa, das artes e dos esportes.

CAPÍTULO II

ALUNOS DO AEE

Art. 7º Para fins destas Diretrizes, considera-se público-alvo do AEE:

I - Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo

prazo de natureza física, intelectual ou sensorial (visual, auditiva), em que a interação com diversas barreiras podem ter restringidas a sua participação plena e efetiva na escola e sociedade.

II - Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com espectro autista, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III - Alunos com transtornos hipercinéticos ou do déficit de atenção com hiperatividade/impulsividade – TDAH/I, sendo caracterizado pela combinação de comportamento hiperativo/impulsivo e com desatenção marcante.

IV - Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Art. 8º A matrícula do aluno no AEE é condicionada à matrícula no ensino regular ou Educação de Jovens e Adultos da rede pública, podendo ser:

- a) Matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais da mesma escola pública;
- b) Matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais de outra escola pública;
- c) Matrícula em classe comum e em Centro de Atendimento Educacional

Especializado de instituição de Educação Especial pública, privada e filantrópica.

Art. 9º Para receber AEE, o aluno deverá ser encaminhado pela Unidade Escolar para a Equipe Multiprofissional Intersetorial do AEE, que deverá realizar os procedimentos cabíveis para a comprovação de necessidade de AEE:

§ 1º O Diretor da unidade escolar deverá encaminhar o processo com os documentos constantes neste parágrafo para a equipe multiprofissional intersectorial do AEE:

I – Ofício de Encaminhamento (folha timbrada da escola e assinatura do Diretor da unidade escolar);

II – Documento Pessoal do Aluno:

- a) Certidão de Nascimento e/ou;
- b) Carteira de Identidade e/ou;
- c) CPF;

III - Comprovante de Matrícula que conste a ano, curso e turno de frequência do ensino regular, endereço e fone para contato com o responsável pelo aluno;

IV – Relatório pedagógico do Professor indicando as atividades educacionais desenvolvidas, as necessidades do aluno, as mediações realizadas no processo pedagógico, recursos e procedimento utilizados, dificuldades encontradas e avançadas pelo aluno;

V – Termo de ciência de encaminhamento para avaliação do AEE do responsável do aluno.

§ 2º A equipe multiprofissional intersectorial do AEE, receberá o processo e terá prazo de até 60 (sessenta) dias para analisar o processo e emitir seu parecer.

§ 3º Ao receber o processo, a equipe multiprofissional deverá realizar todos os encaminhamentos como exames, consultas, avaliações com especialistas de forma intersectorial entre a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

§ 4º Após a avaliação diagnóstica concluída, o parecer juntamente com toda a documentação, deverá ser entregue para o responsável

legal do aluno. Devendo a unidades escolar manter uma cópia.

§ 5º A equipe multiprofissional deverá solicitar ao responsável do aluno, quando o parecer for favorável, a ciência de autorização de encaminhamento do diagnóstico para o Diretor das Unidades Escolares.

§ 6º Com o parecer favorável à matrícula do aluno no AEE, a Unidade Escolar deverá realizar os procedimentos de orientação familiar. Art. 10 Com o parecer favorável, o aluno poderá ser matriculado na turma de Atendimento Educacional Especializado (APAE).

CAPÍTULO III

PROFESSOR DO AEE

Art. 11 Para atuação no AEE, o professor deverá ser preferencialmente efetivo, graduado em Pedagogia, com habilitação em educação especial e especialização em educação especial com experiência comprovada em educação especial, proficiência em Libras e Braille.

Parágrafo Único: Na falta do profissional com a referida exigência e formação, a escolha de outro profissional deverá levar em consideração a seguinte ordem crescente:

- I - Efetivo: graduado em Pedagogia com complementação em educação especial;
- II - Efetivo: graduado em Pedagogia com especialização em educação especial;
- III - Efetivo: graduado em pedagogia com experiência comprovada em educação especial;
- IV - Contratado: graduado em Pedagogia, com habilitação em educação especial e especialização em educação especial com experiência comprovada em educação especial;
- V - Contratado graduado em Pedagogia com complementação em educação especial;
- VI - Contratado graduado em Pedagogia com experiência comprovada em educação especial;
- VII - Contratado: graduado em Pedagogia com especialização em educação especial;
- VIII - Efetivo ou contratado com formação de nível médio magistério com experiência em educação especial;
- IX - Contratado cursando nível superior em licenciatura plena em pedagogia.

SUBSEÇÃO I

ATRIBUIÇÃO DO PROFESSOR DO AEE

Art. 12 São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

- I- Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II- Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, conforme as especificidades dos alunos, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III- Definir cronograma de AEE por áreas de deficiência;
- IV- Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V- Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI- Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII- Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII- Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares;
- IX- Participar ativamente de eventos de formação continuada voltados para o Atendimento Educacional Especializado;

X- Propor intervenções pedagógicas, em sala de aula, que possibilitem a efetiva participação dos educandos no ensino regular;

XI- Orientar e subsidiar o professor de sala de aula (ensino regular) e a turma na qual o aluno está matriculado;

XII- Registrar as assessorias feitas à rede regular, utilizando a ficha de presença, solicitando sempre a assinatura do diretor e professor da escola orientada, bem como todas as orientações dadas à escola e à família;

XIII- Participar de reuniões, pré-conselhos e conselhos de classes na unidade escolar onde o aluno está matriculado;

XIV- Promover palestras, encontros com professores, funcionários, alunos, pais;

XV- Participar da elaboração do projeto político-pedagógico;

XVI- Orientar o professor da classe regular quanto às adaptações curriculares no contexto da metodologia, avaliação e temporalidade;

XVII- Zelar pela conservação do espaço físico, dos equipamentos e materiais pedagógicos;

XVIII- Elaborar o planejamento de atividades pedagógicas, relatórios, cronograma de orientação para o ensino regular, avaliações e outras orientações que se fizerem necessárias;

XIX- Informar a equipe técnica e administrativa da escola do ensino regular quanto às características do serviço e as peculiaridades dos educandos atendidos no AEE;

XX- Solicitar, por escrito, assessoria técnica em educação especial, material específico para as atividades pedagógicas, reavaliação diagnósticas periódicas e outras orientações.

Art. 13 A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam no AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

SUBSEÇÃO II

CARGA HORÁRIA/ATENDIMENTO

Art. 14 O professor do AEE deverá ter carga horária de 40 horas semanais para atender até 24 alunos ou 20 horas para atender até 11 alunos;

Art. 15 A carga horária do professor deverá ser dividida em atendimento de alunos, orientação de professor, orientação familiar e planejamento:

I- Aos professores em exercício da docência no AEE será garantido 33% da jornada de trabalho, tempo reservado para os estudos, avaliação, planejamento e outras atividades complementares;

II- Aos professores do AEE de 40 horas semanais serão reservados 8 horas semanais, destinadas à orientação de professor, distribuídas em 2 turnos, para os professores de 20 horas semanais, serão reservadas 4 horas semanais destinadas a orientação de professor, distribuídas em 2 turnos;

III- Aos professores do AEE de 40 horas semanais serão destinadas 26 horas semanais de atividades com alunos; para os professores de 20 horas semanais serão destinadas 14 horas de atividades com alunos;

IV- No planejamento semestral os professores do AEE deverão prever atividades de orientação familiar com, no mínimo, dois atendimentos por família em cada semestre.

CAPÍTULO IV

ORGANIZAÇÃO DO AEE

Art. 16 A unidade escolar que ofertar o AEE, deverá possuir uma sala de uso exclusivo para o Atendimento Educacional Especializado, não podendo ser compartilhado com outros serviços.

§ 1º A rede Municipal de Educação poderá instituir Centros de Referência de Atendimento Educacional Especializado, que deverá realizar o atendimento dos alunos da própria unidade escolar e também das demais unidades que não possuem AEE.

§ 2º A unidade escolar que possuir demanda para a implantação de AEE de 20 ou 40 horas semanais, deverá encaminhar processo de estudo de viabilidade de implantação de AEE na unidade escolar,

conforme consta no artigo 17.

Art. 17 Para implantar o Atendimento Educacional Especializado ou desdobramento de classe é necessário que a Secretaria Municipal de Educação faça o levantamento de demanda deste serviço, através da identificação da necessidade e apresentação dos seguintes documentos:

- I- Ofício da escola, datado e assinado pelo Diretor, com Identificação da unidade escolar justificando a necessidade da implantação de AEE;
- II- Dados cadastrais dos alunos, enturmação, turno de atendimento;
- III- Relatório pedagógico atualizado das atividades educacionais desenvolvidas, elaborado pelo professor de classe comum, datado e assinado;
- IV- Laudo médico e/ou psicológico com diagnóstico, assinatura do profissional e carimbo com registro no Conselho Regional da categoria;
- V- Identificação do professor que irá trabalhar no Serviço de AEE, com a devida comprovação da habilitação na área da educação especial e cursos de formação nesta área, carga horária e o vínculo administrativo;
- VI- Planta baixa da escola, localizando o espaço que compreenderá o AEE, bem como suas dimensões como localização das aberturas e iluminação da sala;
- VII- Relação dos recursos materiais específicos e dos mobiliários já disponíveis, conforme a necessidade dos alunos.

SUBSEÇÃO I

FORMATO DE ATENDIMENTO

Art. 18 A composição das turmas não poderá exceder aos seguintes limites por grupo, nas salas de AEE:

- a) 04 (quatro) alunos, em se tratando de deficiência sensorial, intelectual e altas habilidades;
- b) 02 (dois) alunos, em se tratando de deficiência múltipla e TGD;
- c) Atendimento individualizado quando necessário.

Art. 19 A organização das turmas deverá levar em consideração o nível de desenvolvimento dos alunos, faixa etária e tipo de necessidade especial.

Art. 20 O aluno deverá ser atendido duas vezes por semana com carga horária mínima de 60 (sessenta) minutos e máximo de 90 (noventa) minutos em cada atendimento.

Parágrafo Único: O aluno com deficiência Visual ou Auditiva deverá ser atendido duas vezes por semana com carga horária mínima de 120 (cento e vinte) minutos e máximo de 240 (duzentos e quarenta) minutos em cada atendimento.

Art. 21 O atendimento deverá, obrigatoriamente, ocorrer no turno inverso da escolarização regular, exceto o aluno da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Integral.

SUBSEÇÃO II

REGISTRO DE ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Art. 22 O registro de acompanhamento e desenvolvimento pedagógico/frequência/orientação/plano de trabalho do Professor do AEE deverá ser registrado em sistema informatizado de gestão escolar.

Art. 23 O professor do AEE deverá manter atualizado os seguintes registros:

- I- Registro de frequência;
- II- Registro de atividades;
- III- Registro de orientação ao professor;
- IV- Registro de orientação familiar;
- V- Registro de encaminhamentos;
- VI- Registro de acompanhamento e desenvolvimento pedagógico individualizado do aluno.

Art. 24 O registro de acompanhamento e desenvolvimento pedagógico individualizado do aluno deverá ser realizado trimestralmente pelo professor do AEE, sendo que o registro deverá estar disponível para o professor do ensino regular.

Art. 25 O registro de acompanhamento e desenvolvimento

pedagógico individualizado do aluno, deverá abordar os seguintes itens:

- I. Adaptações curriculares: Detalhar os ajustes realizados para atender as necessidades do aluno, citando as metodologias que foram utilizadas para facilitar a aprendizagem e quais foram os resultados alcançados, bem como os objetivos propostos e objetivos alcançados;
- II. Participação nas atividades propostas: Descrever a forma de participação do aluno, detalhando as dificuldades apresentadas bem como o interesse ou desinteresse em sala de aula;
- III. Leitura e escrita: Descrever detalhadamente como o aluno faz uso e como se expressa em relação a leitura e escrita, bem como, qual é o apoio dado ao mesmo nestas atividades;
- IV. Autonomia: Relatar como e o que é trabalhado para promover a autonomia do aluno em todos os momentos, observando a evolução do processo pedagógico;
- V. Interação com os colegas: Descrever a forma do aluno se relacionar, nos diferentes grupos da escola e qual a intervenção para que a qualidade das interações se efetive.

CAPÍTULO V

PROJETO PEDAGÓGICO

Art. 26 O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:

- I- Sala de recursos multifuncionais: infraestrutura, espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
 - II- Matrícula no AEE por faixa etária e por etapa ou modalidade, matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
 - III- Cronograma de atendimento aos alunos, orientação familiar, orientação de docência;
 - IV- Plano do AEE coletivo e individualizado: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
 - V- Professores para o exercício da docência do AEE;
 - VI- Outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;
 - VII- Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE;
 - VIII- Registro de acompanhamento Pedagógico (descritivo), frequência;
 - IX- Plano de Formação Continuada.
 - X- Legislação Municipal e Federal
- Parágrafo único. Os profissionais referidos no inciso VI atuam com os alunos público-alvo da Educação Especial em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessários.

CAPÍTULO VI

DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Art. 27 As instituições de ensino da rede pública municipal e privada que matriculam alunos público alvo da Educação Especial, nas classes comuns do ensino regular, inclusive com oferta de serviços de Atendimento Educacional Especializado devem, obrigatoriamente, ao solicitar autorização para funcionamento ao Conselho Municipal de Educação, incluir no Projeto Político Pedagógico, na Proposta Curricular e no Regimento Escolar, informações sobre o trabalho pedagógico e curricular nestas classes e/ou em salas de recursos multifuncionais, caso existam.

§ 1º Para solicitar o ato de autorização para funcionamento, os estabelecimentos deverão apresentar toda a documentação exigida no capítulo V desta resolução.

§ 2º As instituições de ensino regular devem garantir na sua Proposta Curricular, parte integrante do Projeto Político Pedagógico, a flexibilização e/ou adaptação curricular que considere o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias

de ensino, recursos pedagógicos e de acessibilidade e processo avaliativo diferenciado para atender às necessidades educacionais específicas dos alunos, conforme estabelece a resolução do CME do ensino fundamental número 01/2014.

Art. 28 As unidades escolares em que houver classes de Atendimento Educacional Especializado devem regularizar a oferta do AEE apresentando a documentação exigida no capítulo V.

Art. 29 O Regimento Escolar deve ser elaborado de acordo com os procedimentos administrativos e pedagógicos da instituição.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30 O poder público e as instituições privadas da área de educação devem assegurar no seu planejamento os recursos necessários à oferta de materiais, equipamentos e mobiliários para assegurar a qualidade do atendimento aos alunos público-alvo da Educação Especial.

Art. 31 As escolas públicas e privadas ao garantir o acesso dos alunos público-alvo da Educação Especial às classes comuns no ensino regular, devem:

I- Promover a articulação entre o ensino regular e a Educação Especial;

II- Promover a participação da família no processo educacional e a interface com as demais áreas intersetoriais;

III- Assumir os custos de manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como os custos com os profissionais e recursos didáticos e pedagógicos para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, nas classes comuns e de Atendimento Educacional Especializado.

Art. 32 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Aprovado em sessão plenária realizado no dia 29 de outubro de 2015, homologada em 16 de novembro de 2015.

Maracajá/SC, 16 de novembro de 2015.

Lúcio Vânio Moraes

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Maravilha

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 090/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 090/2015. Partes: Município de Maravilha – SC e Sinaltec Tecnologia em Sinalização Ltda Me. Objeto: Execução de sinalização viária horizontal, no Município de Maravilha - SC. Vigência: 31/12/2015. Valor R\$ 49.263,96. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 30/11/2015. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Dirceu José Lamperti pela Contratada..

PROCESSO LICITATÓRIO N. 4.040/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 4.040/2015 – Modalidade de Pregão Presencial n. 042/2015.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação, a contratação de empresa para Locação de internet sem fio, para ambiente externo (rua coberta em frente ao prédio da prefeitura), menor preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 10.520/02, Lei n. 8.666/93, Lei Complementar n. 123/2006 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 09 horas do dia 11 de dezembro de 2015, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes de habilitação e propostas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 30 de novembro de 2015. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO 7-2015 TERMO ADITIVO 1-2015 - PREGÃO PRESENCIAL 3-2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 7/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 6/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE MARAVILHA E A EMPRESA PARANAS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MARAVILHA, inscrita no CNPJ sob o nº 78.485.224/0001-28, neste ato representada por seu Presidente Sr. Odair José Batistello; e de outro lado a empresa PARANAS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 72.371.609/0001-72, representada pelo Sr. André Parana de Oliveira, Diretor Administrativo, RG nº 6.308.087-0, CPF sob nº 020.145.459-95 resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 6/2015 para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo de entrega fixado no Contrato Administrativo nº 6/2015 fica prorrogado até o dia 11 de dezembro de 2015, sexta-feira, para que a empresa possa efetuar a entrega do Objeto contido naquele instrumento, tendo em vista que não conseguiu cumprir com o prazo inicialmente estipulado, conforme justificativa apresentada, e à bem do interesse da Câmara Municipal de Vereadores.

Cláusula Segunda DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Maravilha, 30 de novembro de 2015.

Odair José Batistello
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
CONTRATANTE

André Parana de Oliveira
Paranas Comércio e Serviços de
Informática Ltda
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Jean Carlos Ribeiro
CPF nº 073.623.839-59

Nome: Nei Guzatti
CPF nº 478.090.009-34

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº 3213 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3213 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o reajuste do valor da estrutura tarifária do serviço de abastecimento de água pela Prefeitura de Massaranduba.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais decreta:

Art. 1º Os preços pelo consumo mensal de água da estrutura tarifária constante no Decreto 3022/2014 passam a vigorar com os valores expressos em reais abaixo relacionados:

CATEGORIA	SUB CATEGORIA	FAIXAS (m³)	PREÇO COM REAJUSTE DE 8,36%	
RESIDEN- CIAL	Social	Até 10	R\$ 6,38	
		11 à 25	R\$ 1,79	
		26 à 50	R\$ 8,60	
		Maior que 50	R\$ 10,49	
	Normal	Até 10	R\$ 34,05	
		11 à 25	R\$ 6,24	
		26 à 50	R\$ 8,76	
		Maior que 50	R\$ 10,49	
COMERCIAL	Normal	Até 10	R\$ 50,25	
		11 à 50	R\$ 8,34	
		Maior que 50	R\$ 10,49	
INDUSTRIAL	Única	Até 10	R\$ 50,25	
		Maior que 10	R\$ 8,34	
PÚBLICA	Única	Até 10	R\$ 50,25	
		Maior que 10	R\$ 8,34	
SERVIÇOS			PREÇO COM REAJUSTE DE 8,36%	
TAXA ENTREGA FATURA VIA CORREIO			R\$ 1,07	
EMISSION DE 2ª VIA DE FATURA			R\$ 3,25	
LIGAÇÃO NOVA RESIDENCIAL DN 1/2" E 3/4"			R\$ 103,65	
LIGAÇÃO NOVA NÃO RESIDENCIAL DN 1/2" E 3/4"			R\$ 113,98	
LIGAÇÃO NOVA RESIDENCIAL SOCIAL DN 1/2" E 3/4"			R\$ 39,12	
RELIGAÇÃO DE CORTE CAVALETE			R\$ 29,37	
RELIGAÇÃO DE CORTE RAMAL			R\$ 84,30	
RELIGAÇÃO DE CORTE COM RETIRADA DE RAMAL/ CANCELADA			R\$ 103,65	
DESLOCAMENTO CAVALETE PU			R\$ 41,20	
COBRANÇA DE INFRAÇÃO VIOLAÇÃO DE LACRE			R\$ 58,76	

COBRANÇA DE INFRAÇÃO VIOLAÇÃO DE HIDRÔMETRO	R\$ 58,76
COBRANÇA DE INFRAÇÃO VIOLAÇÃO DE CAVALETE	R\$ 58,76
COBRANÇA DE INFRAÇÃO VIOLAÇÃO DE RAMAL	R\$ 111,32

Art. 3º Os valores constantes desde Decreto entram em vigor em 01 de janeiro de 2015.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba 27 de Novembro de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3212 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3212 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1718 de 27 de Novembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos- Educação
..... R\$ 96.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2040 – Apoio a Formação de Professores

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos- Educação
..... R\$ 10.000,00

0501.012.361.0081.2041 – Administração da Secretaria de Educação

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos- Educação
..... R\$ 25.000,00

0501.012.361.0083.2043 – Manutenção do Transporte Escolar

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos- Educação

..... R\$ 25.000,00

0501.012.365.0091.2049 – Manutenção da Educação Infantil Pré-Escola

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos- Educação

..... R\$ 30.000,00

0501.012.365.0093.2052 – Manutenção do Transporte Escolar do Pré-Escolar

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos- Educação

..... R\$ 6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3214 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 3214 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei nº 1.639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.305.0192.2105 – Promoção e Controle Epidemiológico

0602 – 33900000 – Aplicações diretas

0602 – 13808 – Epidemiologia e Controle de Doenças ECD

..... R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil reais), do programa e verba abaixo discriminado:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.305.0192.2105 – Promoção e Controle Epidemiológico

0602 – 44900000 – Aplicações diretas

0602 – 13808 – Epidemiologia e Controle de Doenças ECD

..... R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba em 27 de novembro de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente supra.

Viviane Hafemann Grabowski.

Gerente de Gabinete.

LEI Nº. 1718 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

LEI Nº. 1718 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos- Educação

..... R\$ 96.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2040 – Apoio a Formação de Professores

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos- Educação

..... R\$ 10.000,00

0501.012.361.0081.2041 – Administração da Secretaria de Educação

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos- Educação

..... R\$ 25.000,00

0501.012.361.0083.2043 – Manutenção do Transporte Escolar

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos- Educação

..... R\$ 25.000,00

0501.012.365.0091.2049 – Manutenção da Educação Infantil Pré-Escola

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos- Educação

..... R\$ 30.000,00

0501.012.365.0093.2052 – Manutenção do Transporte Escolar do Pré-Escolar

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receita de Impostos- Educação

..... R\$ 6.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 062-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 062/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 15/12/2015, às 08:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 062/2015, objetivando a AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016. A integral do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (048) 3537-8400.

Meleiro/SC, 30 de novembro de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 010-2015

PORTARIA n.º 010/2015
TRATA DA EXONERAÇÃO DE OPERADOR DE ESTAÇÃO (ETA/ETE).

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, o senhor CARLOS ALBERTO DA SILVA, do cargo de Operador de Estação (ETA/ETE), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº002/2011.

Meleiro, 30 de Novembro de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 411-2015

PORTARIA n.º 411/2015
CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de

03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:
CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias a servidora pública municipal FERNANDA FERREIRA – matrícula 863, ocupante do cargo de Assistente Social, referente ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01/12/2015.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.
Meleiro, 30 de Novembro de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.
JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 412-2015

PORTARIA n.º 412/2015
CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:
CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal Emerson Ricardo de Freitas da Silva – matrícula 10160, ocupante do cargo de Motorista - SAMU, referente ao período aquisitivo de 01/12/2014 a 30/11/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.
JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 413-2015

PORTARIA nº 413/2015

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal José Almicar Castro Soares – matrícula 10124, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem referente ao período aquisitivo de 01/09/2014 a 31/08/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 414-2015

PORTARIA n.º 414/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal ANTONIO SIMONI DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Engenheiro, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 30 de Dezembro de 2005 a 28 de Janeiro de 2010, conforme dispõe o caput do artigo 96 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 415-2015

PORTARIA nº 415/2015

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal João Batista Salvalaio – matrícula 332, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 416-2015

PORTARIA nº 416/2015

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal Vilmar Motta Tristão – matrícula 558, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, referente ao período aquisitivo de 02/06/2014 a 01/06/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0170/2015

PORTARIA Nº 0170/2015 de 27.11.2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LOURDES DORNHAUSER CENTA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal LOURDES DORNHAUSER CENTA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, conforme Decreto de nomeação nº 179/2007 de 04.10.2007, 30 (trinta) dias de PRÊMIO ASSIDUIDADE, conforme requerido e a que faz jus, de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 10/2007 a 10/2012, a ser usufruído no período de 01.12.2015 a 30.12.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 27 de novembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 0171/2015

PORTARIA Nº 0171/2015 de 27.11.2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLISE LINDEMANN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,
Considerando em especial a programação de férias do respectivo Departamento e requerimento da Servidora,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal relacionada abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Marlise Lindemann	03.02.2014 a 02.02.2015	07.12.2015 a 16.12.2015 (10 dias)
Marlise Lindemann	03.02.2014 a 02.02.2015	04.01.2016 a 23.01.2016 (20 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 27 de novembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 0173/2015

PORTARIA Nº 173/2015 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, RELATIVO A EXECUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO LAJEADO TIMBÓ, NA RUA DO COMERCIO – MODELO SC, CONTRATAÇÃO META 01, APROVADA PELA SEDEC/MI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais, em especial considerando a aprovação do plano de trabalho, meta 01, pela SEDEC/MI,

Resolve,

Art. 1º- Fica designada a Engenheira Civil LEANDRA FACINHI BOITA, CPF 048.331.219-30, inscrita no CREA nº 129788-3, para desempenho das funções de FISCAL DE CONTRATO, relativo ao contrato decorrente do Processo Licitatório 622/2015 – Modalidade: Tomada de Preços nº 005/2015 e Processo nº 651/2015 de Dispensa de Licitação nº 712/2015, com fundamento no artigo nº 24, inciso XXVI e demais da lei federal 8666/93 e Lei Federal 11.107/2005, para execução de ponte sobre o Rio Lajeado Timbó, localizada na Rua do Comercio, município de Modelo SC, vinculada as ARTs de projeto nº 5617273-1; 5621141-2; 5633645-4, Engenheiro Civil Rafael Cassol Basso .

Art. 2º - A obra para fiscalização, nos termo do artigo 1º desta Portaria, sendo de conformidade com a meta 01 do plano de trabalho aprovado pela SEDEC/MI.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Modelo SC, aos 30 de novembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Contadora

RESOLUÇÃO Nº 019/2015 CMS MODELO/SC
RESOLUÇÃO 19/2015 DE 23 de novembro de 2015

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, em sua reunião extraordinária realizada no dia 12/11/2015, , no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com a legislação em vigor, em especial a Lei Orgânica de Assistência à Saúde (LOAS) 8080/90, regulamentada pelo Decreto 7508/2011 de 28 de junho de 2011; fundamentada pela Lei Federal nº 8.142 de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeação dos novos membros do Conselho de Saúde de Modelo, sendo aprovados por unanimidade, composto pelos seguintes membros: BAIRRO FLORESTA-LURDES DOS SANTOS CANABARRO e SILVIO PROVENSI, BAIRRO ALVORADA-MARIVETE SANTOLIN e PAULO FRANZ, IGREJA-ADEMIR KRUG e TEREZA BILLIG, HOSPITAL-SERGIO KNORST e ADELIR SCATOLIN, AGRICULTURA-JORGE WARNIER e MARCIA RUDIGER, SOCIAL-ELOIR RUCKS e JULIANE ANTUNES, LIONS- MARCIA RIBOLI e RENI PANDOLFO, SINDICATO-ELIO BILLIG e SAMUEL DA SILVA, ASPUMO -LOVANI BARON e CLEITON ONGHERO, ESCOLA -JOANI WICKERT e MARINES REICHERT, ACIMO-NARA FRITZEN e DANIEL SOARES, IDOSOS-NELI FACCO REICHERT e ALBINA ROGOWSKI RAUBER, APAE-NADIA APARECIDA DEOTTI ALBANI e ELIANE MARA SEHNEM KOTHE, ADMINISTRAÇÃO- FRANCIELI PAVALICINI e JANICE MARTINI MULLER, SECRETARIA DE SAÚDE-ENRIQUETA REGLA DIAZ MUNOZ E MARCOS LUIZ BASSO VENDRUSCOLO, MARCIA JACOBY e ELISANGELA NEU, E ELIZANDRA PAIM EKERLY MONTIEL , MARLISE LINDERMAN E FELIPE AZZOLIN, ALBIO SCHILD FILHO E TARCI GEBERT, BARBARA BARON E ALIDIANE ZAMPROGNA .

Art. 2º - Eleição e aprovação da nova Diretoria do Conselho de Saúde de Modelo. Presidente- Márcia Terezinha Jacoby, Vice Presidente: Francieli Pavalicini, 1ª Secretária: Elizandra Paim, 2ª Secretária: Nara Fritzen, foi posta em votação e aprovada por unanimidade.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se disposições em contrário.

Modelo (SC) aos 23 de novembro de 2015.

Márcia Terezinha Jacoby
Secretária Municipal da Saúde
Gestora

Registrada e publicada em data supra>

RESOLUÇÃO Nº 020/2015 CMS MODELO/SC
RESOLUÇÃO 20/2015 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, em sua reunião extraordinária realizada no dia 12/11/2015, , no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com a legislação em vigor, em especial a Lei Orgânica de Assistência à Saúde (LOAS) 8080/90, regulamentada pelo Decreto 7508/2011 de 28 de junho de 2011; fundamentada pela Lei Federal nº 8.142 de 1990.

Considerando, a necessidade e reorganização do fluxo de atendimento as consultas na Secretaria de Saúde.

Considerando, que foi criado no ano de 2015 o "Programa a Saúde vai a sua Comunidade", onde foi apresentado a proposta e colhido sugestões de melhorias para o melhor funcionamento do atendimento, aprovado pela população;

Considerando, a avaliação dos indicadores do PMAQ, onde dois deles são referentes a consulta por demanda espontânea, e o número

de consultas por agendamento;

Considerando, que o valor recebido através do PMAQ, é o maior recurso vindo do Ministério da Saúde;

Considerando, que todos os pacientes da demanda espontânea, passarão por avaliação da equipe de enfermagem de acordo com o protocolo de urgência e emergência do Ministério da Saúde para atendimento;

Considerando, que desta forma o Médico terá maior tranquilidade para realizar anamnese necessária para um melhor diagnóstico do paciente.

RESOLVE:

Art. 1º - Implantação do agendamento das consultas médicas, e avaliação da demanda espontânea pela equipe de enfermagem seguindo o protocolo de risco do Ministério da Saúde.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se disposições em contrário.

Modelo (SC) aos 23 de novembro de 2015.

Márcia Terezinha Jacoby
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Secretária Municipal da Saúde

Registrada e publicada em data supra>

RESOLUÇÃO Nº 021/2015 CMS MODELO/SC
RESOLUÇÃO 21/2015 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, em sua reunião extraordinária realizada no dia 12/11/2015, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com a legislação em vigor, em especial a Lei Orgânica de Assistência à Saúde (LOAS) 8080/90, regulamentada pelo Decreto 7508/2011 de 28 de junho de 2011; fundamentada pela Lei Federal nº 8.142 de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - Foi aprovado que a Secretaria de Saúde de Modelo fará a Adesão ao 3º Ciclo do PMAQ, participando as duas equipes de ESF, NASF e Saúde Búcal.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se disposições em contrário.

Modelo (SC) aos 23 de novembro de 2015

Márcia Terezinha Jacoby
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Secretária Municipal da Saúde

RESOLUÇÃO Nº 022/2015 CMS MODELO/SC
RESOLUÇÃO 22/2015 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2105

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, em sua reunião extraordinária realizada no dia 12/11/2015, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com a legislação em vigor, em especial a Lei Orgânica de Assistência à Saúde (LOAS) 8080/90, regulamentada pelo Decreto 7508/2011 de 28 de junho de 2011; fundamentada pela Lei Federal nº 8.142 de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - Devido ao período de férias escolares (dezembro e janeiro), o Dr. Albio atenda na Unidade de Saúde. No mês de dezembro estará atendendo no turno da manhã, visto que o Dr. Nei Zanchett estará de licença, no mês de janeiro haverá atendimento odontológico com Dr. Álbio apenas no período vespertino, visto que o Dr. Nei e o Dr. Tarci estarão em férias. As férias do Dr. Álbio de acordo com sua solicitação foram marcadas para Fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se disposições em contrário.

Modelo (SC) aos 23 de novembro de 2105

Márcia Teresinha Jacoby
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Secretária Municipal da Saúde

Mondaí

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS Nº 059/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESA REGISTRADA: DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA – ME – R\$ 194.700,00.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de parques infantil destinados para Escolas da Rede Municipal de Ensino no Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 123/2015

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 29 de novembro de 2016.

Mondaí – SC, 30 de novembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 118/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 118/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA SAÚDE LTDA

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a Contratação serviços especializados em fonoaudiologia visando promover a estimulação e adequação da linguagem oral e escrita de educandos da rede municipal de educação.

ORIGEM: Tomada de Preços nº. 014/2015.

VALOR: R\$ 34,80 (trinta e quatro reais e oitenta centavos) por consulta, até o máximo de R\$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2015.

Mondaí – SC, 30 de novembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

PREGÃO ELETRONICO Nº 128/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178/2015

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico n.º 128/2015 – através do site www.cidadecompras.com.br

TIPO: menor preço (por item)

EDITAL: Disponível em www.cidadecompras.com.br

OBJETO: Aquisição de equipamentos AGRÍCOLAS destinados para MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE do Município de Mondaí, conforme CONTRATO DE REPASSE Nº 812229/2014/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA, PROCESSO Nº 2623.1021135-76/2014, de acordo com as especificações constante do ANEXO I, deste Edital.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até 08h45min do dia 11 de dezembro de 2015.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 11 de dezembro de 2015.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras1@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 30 de novembro de 2015.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

ADITIVO Nº 01/2015

ADITIVO Nº 01/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO N 46/2012

LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA FILTRAGEM DE ÁGUA

Das Partes:

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de direito público interno, estabelecida na Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551- Centro, nesta cidade de Monte Carlo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA.

CONTRATADO

SERGIO LUIZ VICENTE-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 81.359.929/0001-03 representada neste ato pelo Sr. SERGIO LUIZ VICENTE, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 10/r 1.912.173 SSP/SC, CPF nº 551.950.089-49;

Por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, tem entre si certo e ajustado a celebração deste contrato, referente a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de locação e operacionalização de um sistema automatizado de tratamento clarificação e purificação de água na comunidade da vila Imasa, com fornecimento dos equipamentos e produtos químicos necessários.

Nos termos do Processo Licitatório nº 51/2012, Pregão Presencial nº 33/2012, bem com, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2015, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/DEZEMBRO/2016.

Com validade a partir de 01/01/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, disposições, itens, subitens, parágrafos e demais regras permanecem inalteradas na sua forma original do contrato 46/2012 e do, Processo Licitatório nº 51/2012 Pregão Presencial nº 33/2012.

CLÁUSULA QUARTA- DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo-SC, 27 de Novembro de 2015.

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

SERGIO LUIZ VICENTE ME

SERGIO LUIZ VICENTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

ADITIVO Nº 01/2015

ADITIVO Nº 01/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO N 24/2014

RESPONSABILIDADE TÉCNICA COMO QUÍMICO DO DMAE

Das Partes:

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de direito público interno, estabelecida na Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551- Centro, nesta cidade de Monte Carlo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA.

CONTRATADO

NELCIDE JUSTINO DE FREITAS, cpf nº 087.472.268.38, e registro no CRQ-XIII sob o número 134.033.15; estabelecido na cidade de São Cristóvão do Sul- SC.

Por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, tem entre si certo e ajustado a celebração deste Contrato, referente prestação de serviços profissionais de assessoria técnica química pela qualidade, controle técnico e químico da água junto ao Departamento de Água e Esgoto- DMAE, do município.

Nos termos do contrato nº 24/2014 e das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2015, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/DEZEMBRO/2016, com o novo valor de 714,37 (setecentos e quatorze reais e trinta e sete centavos), mensais reajustado conforme INPC do mês de SET/2015 9,9038.

Com validade a partir de 01/01/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA- DOS REGISTROS E DESPESAS

As despesas referente taxas junto ao Conselho Regional de Química ficam a cargo do CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, disposições, itens, subitens, parágrafos e demais regras permanecem inalteradas na forma original do contrato nº 24/2014.

CLÁUSULA QUARTA- DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo-SC, 27 de Novembro de 2015.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

NELCIDE JUSTINO D FREITAS

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

ADITIVO Nº 01/2015

ADITIVO Nº 01/2015

CONVÊNIO DE SUBVENÇÃO N 01/2012
SERVIÇOS DE SAÚDE

Das Partes:

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de direito público interno, estabelecida na Rodovia SC 452 Km 24 , nº 1551- Centro , nesta cidade de Monte Carlo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA.

CONTRATADO

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS- HOSPITAL AN-JOS ORTIZ jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 95.991.113/0001-02, representada por seu superintendente MARCELO ANTONIO PASOLINI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 582.447.609-82, residente e domiciliado na Rua Arthur Formigueri, 154 Curitiba/SC.

Por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, tem entre si certo e ajustado a celebração do presente termo aditivo de convênio tem por finalidade o repasse de verbas pelo Município de Monte Carlo á Fundação Hospitalar de Curitiba para a manutenção e funcionamento dos serviços de saúde.

Nos termos do convênio, autorizado pela Lei Municipal n.864/2012; bem como das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, e da Lei 8.245/91 firmam o termo aditivo de contrato mediante as cláusulas e condições abaixo..

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2015, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/DEZEMBRO/2016.

Com validade a partir de 01/01/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, disposições, itens, subitens, parágrafos e demais regras permanecem inalteradas na sua forma original do contrato 01/2012.

CLÁUSULA QUARTA- DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo- SC, 27 de Novembro de 2015.

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTEMARCELO ANTONIO PASOLINI
SUPERINTENDENTE
CONTRATADOANDERSON RAFAEL SARTOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

TESTEMUNHAS:

ADITIVO Nº 02/2015

ADITIVO Nº 02/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO N 33/2013
SERVIÇOS DE ABRIGAMENTO

Das Partes:

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade

jurídica de direito público interno, estabelecida na Rodovia SC 452 Km 24 , nº 1551- Centro , nesta cidade de Monte Carlo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA.

CONTRATADO

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PROFESSORA GEORGETE , pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ de nº 79.368.858/0001-63, situada na rua Benemérita Bertha Eckel Reitmeyer, nº 260, na cidade de Mafra –SC, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. CARLOS EDUARDO SPOTTE, brasileiro, casado, portador da C.I.de nº 4.920.859-6 e do CPF de nº 924.676.529-04, residente e domiciliado na rua Henrique Weil, nº 202, na cidade de Rio Negro -PR , doravante denominado CONTRATADA.

Por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, tem entre si certo e ajustado a celebração desde Contrato, referente a prestação de serviços relativos ao abrigamento da menor LINDAMARA PAZ PADILHA , brasileira, nascida em 21 de junho de 1999, na cidade de Monte Carlo -SC .

Nos termos do Contrato Administrativo nº 33/2013, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Objeto do presente termo aditivo nº 02/2015, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/DEZEMBRO/2016.

Com validade a partir de 01/01/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, disposições, itens, subitens, parágrafos e demais regras permanecem inalteradas na sua forma original do contrato 33/2013.

CLÁUSULA QUARTA- DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo-SC, 27 de Novembro de 2015.

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTEASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PROFESSORA GEORGETE
CARLOS EDUARDO SPOTTE
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

ADITIVO Nº 03/2015

ADITIVO Nº 03/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO N 01/2013
LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Das Partes:

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de direito público interno, estabelecida na Rodovia SC 452 Km 24 , nº 1551- Centro , nesta cidade de Monte Carlo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA.

CONTRATADO

ELOY GARIPUNA, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade nº 11/R- 1.105.612- SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 418.740.569-00, residente e domiciliado nesta cidade, na qualidade

de proprietário, doravante denominado, CONTRATADO.

Por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, tem entre si certo e ajustado a celebração desde Contrato, referente a LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA FUNCIONAMENTO DA GARAGEM MUNICIPAL, PARA VEICULOS E MÁQUINAS DA FROTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Nos termos do Contrato Administrativo de aluguel nº 01/2013 bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Objeto do presente termo aditivo nº 03/2015, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 31/DEZEMBRO/2016.

Com validade a partir de 01/01/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, disposições, itens, subitens, parágrafos e demais regras permanecem inalteradas na sua forma original do contrato 02/2014.

CLÁUSULA QUARTA- DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo-SC, 27 de Novembro de 2015.

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ELOY GARIPUNA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2015

MUNICIPIO MONTE CARLO, estabelecida na Rod Sc 452 Km 24, nº 1551, Centro, no Município Monte Carlo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato Representado por seu Prefeito Municipal, Sr Marcos Nei Correa Siqueira, Inscrito no CPF sob o nº 850.169.429-00, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a pessoa Jurídica de direito privado ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO PLANALTO SUL DE SANTA CATARINA, estabelecida na rua sao joao batista, nº s/n, Bairro centro, no Município de Campos Novos-SC, neste ato representada pelo seu Procuradora e Secretaria Executiva Rosane Infeld, brasileira, secretaria executiva, inscrito no CPF sob o nº 906.842.579-04, doravante denominado CONTRATADO.

O presente contrato se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do objeto:

O objeto do contrato é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DAS PROVAS PARA SELEÇÃO DE PESSOAL MEDIANTE CONCURSO PUBLICO A SER REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, SC, PARA PROVIMENTO DE 34(trinta e quatro) CARGOS, sendo 17(dezessete) de nível superior; 10(dez) de nível médio; e, 7(sete) de nível fundamental, conforme itens e preços unitários e total abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA: Do Valor:

O contratado receberá o valor de R\$ R\$ 7.800,00(sete mil e

oitocentos reais)pela prestação dos itens objeto do presente termo, já descritos na Cláusula anterior.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do prazo:

O prazo de validade deste contrato é da data de assinatura do mesmo até a data de 31/12/2015, podendo ser Prorrogado nos termos do Art. 57 da lei Federal 8.666/93, até a data do encerramento do Concurso, que será na data da Homologação Final do resultado.

CLÁUSULA QUARTA: Das Dotações:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da dotação orçamentária abaixo descrito:

Orgão 03- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade-05

Proj./Atividade- 2.003

Elemento de Despesa 3.3.90.00.

Dotação orçamentária -8

CLÁUSULA QUINTA: Das Penalidades:

Pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou a não prestação do objeto sujeitara a CONTRATADA as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo a outras sanções previstas em outras Leis que norteiam a material.

CLÁUSULA SEXTA: Das Condições da proposta:

Por força do Artigo II do art. 24 da Lei Federal nº 8666/93, as condições de descrição técnica, preço, prazos, aplicação das provas escritas e práticas, bem como das correções, julgamentos de recursos, bem como o cumprimento de todas as etapas inerentes ao Concurso Público, ficam atreladas às condições do Presente Procedimento de Dispensa nº 18/2015 que originou o presente termo de contrato, que o representante legal da CONTRATADA dá plena aceitação e irretratabilidade pela assinatura infra.

CLÁUSULA SÉTIMA: Das Disposições Finais:

Fica nomeado o Sr. Valderi da Silva, Departamento de Informática para dar liquidação, bem como fica responsável pela fiscalização dos serviços ora contratados, assim como responsável pelo recebimento do resultado final, bem como fica responsável pela emissão dos atos administrativos necessários à execução do Concurso.

CLÁUSULA OITAVA: Do foro:

Fica eleito o Foro da Comarca de Fraiburgo-SC, por mais privilegiado que outros seja, para dirimir as questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato, em 02(duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo-SC 25 de novembro de 2015

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Pela Contratante

ROSANE INFELD

SECRETARIA EXECUTIVA

PELA CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 - _____

Vanderléia Alves Fernandes

CPF.: 077.361.879-16

1 - _____

Marielle Stratmann

CPF.: 099.087.109-66

Ass. Assessoria Jurídica : _____

DISPENSA 18/2015

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO PROCESSO LICITATÓRIO 121/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO 18/2015

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito do Município de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais instituídas pelo art. 104 da Lei Orgânica Municipal, e, em conformidade com o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/94, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Dispensa de Licitação n 18/2015, conforme segue:

Considerando a necessidade do Município de contratar servidores para a manutenção dos serviços essenciais a população, e, para as atividades operacionais e administrativas;

Considerando que o procedimento de contratação por Processo Seletivo é a exceção, e, que o procedimento de contratação de servidores públicos por Concurso Público é a regra;

Considerando que o Município de Monte Carlo é signatário do TAC Nº 006/2015, emitido pelo Ministério Público da Comarca de Fraiburgo, onde o município através de seu prefeito assumiu o Compromisso de lançar concurso público nos termos avençados;

Considerando a solicitação do Departamento de Recursos Humanos do Município de Monte Carlo, emitida pela servidora Liliane Maria Laeuffer, que é o responsável pelo referido setor;

Considerando que a municipalidade tem a necessidade de efetuar contratações temporárias, o que vem fazendo via Processo Seletivo, que diga-se de passagem é a exceção, sendo que o concurso é a regra, o que se pretende fazer para entrar o ano de 2016, ou nos primeiros meses de 2016.

Considerando que esta administração preza pela legalidade, com respeito as leis, respeito a Constituição Federal, e, no caso em tela ao TAC Nº 006/2015.

Considerando que o Inciso "II" do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 autoriza a aquisição do objeto em tela, nos casos já mencionados supra;

Considerando a existência de Recursos e Dotações Orçamentárias para o referido serviço;

Considerando a Autorização formal da autoridade superior, devidamente anexada ao presente procedimento administrativo;

Considerando que a pessoa jurídica que apresentou o menor orçamento é especializada neste ramo, possuindo inclusive esta atribuição no seu estatuto;

Considerando que o critério de escolha do Fornecedor se deu pelo preço ofertado através de orçamentos, não ferindo assim o Princípio da Impessoalidade;

Considerando ainda, que a referida pessoa jurídica já é conhecida na região pelo seu trabalho, especialmente o de realização de processos seletivos e concursos públicos com sucesso;

RESOLVE REALIZAR A CONTRATAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA DENOMINADA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO SUL DE SANTA CATARINA-AMPLASC, CONFORME OS TERMOS DA DISPENSA QUE SEGUEM:

1. OBJETO

O presente Processo de Dispensa de Licitação tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO DAS PROVAS E CORREÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO A SER REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, SC, PARA PROVIMENTO DE 34(trinta e quatro) CARGOS, sendo 17(dezessete) de nível superior; 10(dez) de nível médio; e, 7(sete) de nível fundamental, de acordo com o Anexo II (Termo de Referência).

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS

A contratante por força de sua contratação, obriga-se desde já a prestar os serviços de acordo com a Minuta de Contrato Administrativo (Anexo I), em todas as suas condições, e, em especial obriga-se igualmente a cumprir e agir em conformidade com o Termo de Referência deste Edital de Dispensa (Anexo II), onde desde já ficam todos vinculados na execução do objeto para todos os fins de direito.

Publique-se e Registre-se na forma da Lei .

Monte Carlo, 26 de novembro de 2015.

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2015

MUNICIPIO MONTE CARLO, estabelecida na Rod Sc 452 Km 24, nº 1551, Centro, no Município Monte Carlo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato Representado por seu Prefeito Municipal, Sr Marcos Nei Correa Siqueira, Inscrito no CPF sob o nº 850.169.429-00, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a pessoa Juridica de direito privado XXXXXXXXXXXXXXXX, estabelecida na rua XXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXXX, Bairro centro, no Município de XXXXXXXXXX-XX, neste ato representada pelo seu XXXXXXXXXXXXXXXX, Sr (a) xxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro (a), xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATADO.

O presente contrato se regerá pelas cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do objeto:

O objeto do contrato é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO DAS PROVAS E CORREÇÃO DE CONCURSO PUBLICO A SER REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, SC, PARA PROVIMENTO DE 34(trinta e quatro) CARGOS, sendo 17(dezessete) de nível superior; 10(dez) de nível médio; e, 7(sete) de nível fundamental, de acordo com o Anexo II (Termo de Referência), e as condições a seguir expostas:

CLÁUSULA SEGUNDA: Do Valor:

O contratado receberá o valor de R\$ XXXXXXXXXXX(XXXXXXXXXXXXXXXX)pela prestação dos itens objeto do presente termo, já descritos na Cláusula anterior, em conformidade com os orçamentos anexo ao processo de contratação através de Dispensa.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do prazo:

O prazo de validade deste contrato é da data de assinatura do mesmo ate a data de 31/12/2015, podendo ser Prorrogado nos termos do Art. 57 da lei Fedral 8.666/93, até a data do encerramento do Concurso, que sera na data da Homologação Final do resultado.

CLÁUSULA QUARTA: Das Dotações:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da dotação orçamentaria abaixo descrito:

Orgão 03- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade-05

Proj./Atividade- 2.003

Elemento de Despesa 3.3.90.00.

Dotação orçamentária -8

CLÁUSULA QUINTA: Das Penalidades:

Pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou a não prestação do objeto sujeitara a CONTRATADA as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuizo a outras sanções previstas em outras Leis que norteiam a material.

CLÁUSULA SEXTA: Das Condições da proposta:

Por força do Artigo II do art. 24 da Lei Federal nº 8666/93, as condições de descrição técnica, preço, prazos, aplicação da provas escritas e práticas, bem como das correções, julgamentos de recursos, bem como o cumprimento de todas as etapas inerentes ao Concurso Público, ficam atreladas as condições do Presente Procedimento de Dispensa nº 18/2015 que originou o presente termo de contrato, que o representante legal da CONTRATADA da plena aceitação e irretratabilidade pela assinatura infra, bem como ao total cumprimento do Edital de Concurso.

CLÁUSULA SÉTIMA: Das Disposições Finais:

Fica nomeado o Sr. Valderi da Silva, Secretário Municipal Da Fazenda Pública Municipal para dar liquidação, bem como fica responsável pela fiscalização dos serviços ora contratados, assim como responsável pelo recebimento do resultado final, bem como fica responsável pela emissão dos atos administrativos necessários a execução do Concurso.

CLÁUSULA OITAVA: Do foro:

Fica eleito o Foro da Comarca de Fraiburgo-SC, por mais privilegiado que outros seja, para dirimir as questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato, em 02(duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo-SC xxx de cccccccccc de 2015

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Pela Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PELA CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 - _____

Vanderléia Alves Fernandes

CPF.: 077.361.879-16

1 - _____

Marielle Stratmann

CPF.: 099.087.109-66

Ass. Assessoria Jurídica : _____

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ELABORAÇÃO DAS PROVAS, APLICAÇÃO DAS PROVAS, CORREÇÃO DAS PROVAS, JULGAMENTO DE RECURSOS, PROCEDIMENTOS VIA ON LINE DE INSCRIÇÕES ATRAVÉS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO E PAGAMENTO EM AGENCIA BANCÁRIA, CORREÇÃO E PUBLICAÇÃO DO EDITAL FORNECIDO PELO MUNICÍPIO CONTRATANTE, ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA QUE DEVERÁ SER APROVADO PELO PREFEITO MUNICIPAL E COMISSÃO MUNICIPAL DE CONCURSO, ELABORAÇÃO DA EMENTA PARA TODOS OS CARGOS, JULGAMENTOS DOS CASOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, JULGAMENTO DOS PEDIDOS DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS POR DEFICIENTES FÍSICOS, REALIZAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE NOTAS PARA AS PROVAS PRÁTICAS, DISPONIBILIZAÇÃO E PAGAMENTO DE EQUIPE DE FISCAIS DE PROVAS ESCRITAS E PRÁTICAS, CONFECCÃO DE RELATÓRIOS PARA SELEÇÃO DE PESSOAL, BEM COMO TODAS AS OUTRAS ATIVIDADES, RESPOSTAS OFICIAIS AOS ÓRGÃO JURISDICIONAIS E AO MINISTÉRIO PÚBLICO, QUE PORVENTURA SE FIZEREM NECESSÁRIOS, BEM COMO TODAS AS TAREFAS INERENTES E NECESSÁRIAS PARA A PERFEITA REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, SC, PARA PROVIMENTO DE DIVERSOS CARGOS.

2. RELAÇÃO DOS CARGOS A SEREM PORVIDOS:

2.1. CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR:

	cargo	Nº Vagas	Carga horária semanal	Valor Inscrição	Salário	Habilitação/formação
01	ARQUITETO	01 + CR	30 H	R\$ 180,00	R\$ 3.249,44	Curso Superior de Arquitetura.
02	ASSISTENTE SOCIAL	01 + CR	40 h	R\$ 180,00	R\$ 1.830,00	Curso Superior de Assistência Social, com registro no Conselho ou Órgão competente.
03	ASSESSOR DE PLANEJAMENTO	01 + CR	30 hs	R\$ 180,00	R\$ 3.249,44	Curso Superior de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Administração ou Gestão Pública.
04	COORDENADOR DO CRAS	01 + CR	40 hs	R\$ 180,00	R\$ 2.321,00	Curso Superior nas áreas contempladas pelo art. 3º da Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011 do CNAS.
05	ENFERMEIRO	01 + CR	40 h	R\$ 180,00	R\$ 2.790,00	Curso Superior de Enfermagem e registro no Conselho ou Órgão competente.
06	ENGENHEIRO CIVIL	01 + CR	20 h	R\$ 180,00	R\$ 2.867,16	Curso Superior em Engenharia Civil e registro no Conselho ou Órgão competente.
07	FARMACÊUTICO	01 + CR	40 h	R\$ 180,00	R\$ 3.077,02	Curso Superior em Farmácia e registro no Conselho ou Órgão competente.
08	FISIOTERAPEUTA	01 + CR	20H 30H	R\$ 180,00	R\$ 1.739,81 R\$ 2.609,71	Curso Superior em Fisioterapia e registro no Conselho ou Órgão competente.
09	FONOAUDIÓLOGO	01 + CR	20 h	R\$ 180,00	R\$ 2.060,85	Curso Superior em Fonoaudiologia e registro no Conselho ou Órgão competente.
10	MÉDICO	01 + CR	40H	R\$ 180,00	R\$ 12.594,10	Curso Superior em Medicina e registro no Conselho ou Órgão competente.
11	NUTRICIONISTA	01 + CR	40 h	R\$ 180,00	R\$ 2.276,61	Curso Superior em Nutrição e registro no Conselho ou Órgão competente.
12	ODONTÓLOGO	01 + CR	20H	R\$ 180,00	R\$ 2.255,48	Curso Superior em Odontologia e Registro no Conselho competente.
13	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	01 + CR	20 h	R\$ 180,00	1.092,77	Curso Superior em Educação Física e Registro no Conselho competente.
14	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	01 + CR	40 h	R\$ 180,00	R\$ 2.185,55	Graduado em Curso Superior/Educação Física Bacharelado. e Registro no Conselho competente.

15	PROFESSOR IV	01 + CR	20H	R\$ 180,00	R\$ 1.251,03	Curso Superior em Pedagogia, com especialização em qualquer área do magistério.
16	PSICÓLOGO	01 + CR	40hs	R\$ 180,00	R\$ 1.994,27	Curso Superior em Psicologia e registro no Conselho ou Órgão competente.
17	PSICOPEDADOGO	01 + CR	40	R\$ 180,00	R\$ 2.038,87	Curso Superior em Pedagogia com especialização em Psicopedagogia ou Curso Superior em Psicologia com especialização em Pedagogia.

2.2. CARGOS DE NÍVEL MÉDIO:

	Cargo	Nº Vagas	Carga horária semanal	Valor Inscrição	Salário	Habilitação/formação
18	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	01 + CR	40h	R\$120,00	R\$ 1.400,00	Ensino Médio completo e conhecimento em informática.
19	AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	01 + CR	40 h	R\$120,00	R\$ 862,53	Ensino Médio completo, Curso Profissionalizante e conhecimento em informática.
20	AUXILIAR TRIBUTÁRIO	01 + CR	40 h	R\$120,00	R\$ 862,53	Ensino Médio completo e conhecimento em informática.
21	FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS	01 + CR	40 H	R\$120,00	R\$ 1.172,60	Ensino Médio completo e conhecimento em informática. Carteira Nacional de Habilitação AB.
22	MECÂNICO	01 + CR	40 h	R\$120,00	R\$2.400,00	Ensino Médio completo.
23	INSTRUTOR DE MÚSICA	01 + CR	40 h	R\$120,00	R\$ 1.210,58	Ensino Médio Completo
24	PROFESSOR I	01 + CR	20h	R\$120,00	R\$ 1.005,84	Ensino Médio completo com formação específica em Magistério.
25	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01 + CR	40h	R\$120,00	R\$ 1.240,00	Ensino Médio completo Profissionalizante e conhecimento de informática

2.3. CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL:

	Cargo	Nº Vagas	Carga horária semanal	Valor Inscrição	Salário	Habilitação/formação
26	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01 + CR	40h	R\$ 90,00	R\$ 900,00	Alfabetizado.
27	COZINHEIRO	01 + CR	40 h	R\$ 90,00	R\$ 862,53	Alfabetizado.
28	MOTORISTA	01 + CR	40 h	R\$ 90,00	R\$ 1.200,00	Ensino Fundamental incompleto; Carteira Nacional de Habilitação "D".
29	OPERADOR DE MÁQUINA DE LIMPEZA URBANA	01 + CR	40 hs	R\$ 90,00	R\$ 1.430,00	Ensino Fundamental incompleto; Carteira Nacional de Habilitação "D".
30	OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	01 + CR	40 h	R\$ 90,00	R\$ 1.650,00	Ensino Fundamental incompleto; Carteira Nacional de Habilitação "D"
31	OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA	01 + CR	40 h	R\$ 90,00	R\$ 1.650,00	Ensino Fundamental incompleto; Carteira Nacional de Habilitação "D".
32	PINTOR	01 + CR	40 h	R\$ 90,00	R\$ 938,83	Alfabetizado.
33	SERVENTE	01 + CR	40h	R\$ 90,00	R\$ 862,53	Alfabetizado.
34	VIGIA	01 + CR	40 h	R\$ 90,00	R\$ 1.100,00	Alfabetizado.

3. CARGOS PARA PROVA PRÁTICA:

28	MOTORISTA	01 + CR	40 h	R\$ 90,00	R\$ 1.200,00	Ensino Fundamental incompleto; Carteira Nacional de Habilitação "D".
29	OPERADOR DE MÁQUINA DE LIMPEZA URBANA	01 + CR	40 hs	R\$ 90,00	R\$ 1.430,00	Ensino Fundamental incompleto; Carteira Nacional de Habilitação "D".
30	OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	01 + CR	40 h	R\$ 90,00	R\$ 1.650,00	Ensino Fundamental incompleto; Carteira Nacional de Habilitação "D"
31	OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA	01 + CR	40 h	R\$ 90,00	R\$ 1.650,00	Ensino Fundamental incompleto; Carteira Nacional de Habilitação "D".

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 154/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO, DEVIDAMENTE INSTALADOS, COM A FINALIDADE DE ATUALIZAR E AMPLIAR O SISTEMA PREVENTIVO DAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 11/12/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 11/12/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 30 de novembro de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

DECRETO 509 INSTITUI CENTRAL FUNERÁRIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 509 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

INSTITUI A CENTRAL FUNERÁRIA DE NAVEGANTES, CONFORME A LEI MUNICIPAL Nº 2842 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014 E DECRETO MUNICIPAL Nº 351 DE 17 DE ABRIL DE 2014.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, e de acordo com a lei 2842 de 14 de fevereiro de 2014,

DECRETA:

Art. 1 º Fica instituída a Central Funerária de Navegantes, visando à aplicação da lei nº 2842 de 14 de fevereiro de 2014, que será coordenada pelas concessionárias vencedoras do Certame Licitatório nº 79/2015 e terá por finalidade reunir e encaminhar os atendimentos aos óbitos de forma igualitária, ordenada e centralizada.

Art. 2 º Compete à Central Funerária:

I – organizar e garantir à comunidade um serviço funerário de fácil acesso;

II – prestar informações sobre o serviço funerário às famílias enlutadas, inclusive orientando-as como proceder para o registro e a documentação necessária;

III – propiciar à família enlutada opções e livre escolha da empresa funerária permissionária que prestará o serviço;

IV – informar aos familiares atendidos sobre a existência dos modelos e valores dos padrões de serviço funerário, conforme previsão contida na lei municipal e decreto;

V – emitir Ficha de Atendimento Funeral;

VI – manter banco de dados dos atendimentos efetuados através de sistema informatizado franqueando as informações ao Poder Concedente quando requisitado;

VII – manter atendimento ininterrupto, vinte e quatro horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados;

VIII - manter telefone fixo e celular de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas;

IX – proceder ao atendimento de famílias carentes e indigentes, nos termos da legislação municipal, através de sistema de rodízio entre as concessionárias;

X – atender às demais exigências legais ou solicitações do Poder Concedente.

Art. 3 º É obrigatória a emissão gratuita de Ficha de Atendimento Funeral para todo óbito atendido na central funerária, que deverá conter informações da declaração de Óbito e será emitida em 5(cinco) vias para as seguintes finalidades:

I – Guarda do responsável e/ou familiar do falecido;

II – Liberação do corpo junto ao local onde se encontra;

III – para a funerária concessionária, possibilitando o atendimento e o traslado do corpo;

IV – ao cemitério, permitindo o sepultamento;

V – Controle e arquivo na Central Funerária.

§ 1º No caso de traslado de corpo de outros municípios, deverá ser emitida Ficha de Atendimento específica para a realização de velórios e sepultamentos no Município de Navegantes.

§ 2 º Nenhum sepultamento poderá ser realizado sem a apresentação da Ficha de Atendimento emitida pela Central Funerária.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

§ 3 º Todo óbito que ocorrer no Município de Navegantes, seja em domicílio, casas hospitalares ou assemelhadas, rodovias, vias públicas, ou óbito de pessoa residente e domiciliada no Município de Navegantes, ou mesmo os pedidos de transladação de corpos deverão obrigatoriamente ser comunicados à Central de Luto para triagem e emissão de Ficha de Atendimento funeral.

Art. 4 º Sempre que possível, a Central Funerária organizará os atendimentos através de sistema de rodízio, observando a ordem inicial de atendimento e a concessionária da vez, salvo desejo diverso da família enlutada.

Parágrafo Único: Caso a família opte pela concessionária que não esteja na ordem de atendimento, caberá às concessionárias tomar as medidas internas para restabelecimento da divisão igualitária dos atendimentos.

Art. 5 º A Central Funerária será integralmente mantida pelas concessionárias, cabendo às mesmas deliberar sobre a realização dos trabalhos, funcionários, materiais e demais despesas decorrentes do funcionamento da Central Funerária.

Art. 6 º Todas as Unidades de Saúde, Hospitais, Polícia Militar, Civil e Corpo de Bombeiros do Município de Navegantes deverão, obrigatoriamente, encaminhar as famílias enlutadas à Central de Funerária visando à realização dos trâmites burocráticos relativos ao funeral.

Parágrafo Único: A liberação de corpos onde ocorrerem os óbitos e os sepultamentos nos cemitérios do Município de Navegantes fica condicionada à apresentação da Ficha de Atendimento Funeral.

Art. 7 º Visando a facilitar o atendimento à população, e desde que atendidas as exigências legais e os requisitos técnicos da Concorrência Pública nº 79/2015, poderão, as concessionárias,

estabelecer-se em prédio único.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 515 REGULAMENTA LEI 3019

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 515 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

REGULAMENTA A LEI Nº 3019 DE 18 DE AGOSTO DE 2015, QUE INSTITUI A EMAP – ESCOLA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com o artigo 9º da lei nº 3019 de 18/08/2015, DECRETA:

Art. 1º A contratação dos profissionais para a realização de cursos, palestras ou eventos similares, no âmbito da Escola Municipal de Administração Pública – EMAP, far-se-á através da Secretaria de Gestão e Controle, respeitando-se os ditames da lei federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e outras normas correlatas.

Art. 2º A Comissão de Extensão e Qualificação deverá definir os critérios para a pesquisa de demanda e promoverá reuniões para a identificação e definição de prioridades em relação a temas e públicos-alvo para a realização de cursos e capacitações, bem como deliberar sobre demais assuntos correlacionados.

§ 1º Para cada tema, a Comissão de Extensão e Qualificação poderá sugerir/indicar ministrantes, palestrantes, professores etc. devidamente qualificados, podendo, estes, serem servidores públicos do Município que se disponham a realizar os cursos/palestras ou prestadores de serviços.

§ 2º Para os casos em que os ministrantes, palestrantes ou professores sejam servidores públicos do Município, estes não serão remunerados nem perceberão quaisquer gratificações decorrentes do evento.

§ 3º Quando a sugestão/indicação de ministrantes, palestrantes ou professores, referir-se a terceiros, estes deverão ser profissionais renomados nacional ou regionalmente, de notória especialização.

§ 4º Não serão aceitas indicações de empresas de consultoria, ensino e quaisquer outras para os fins da realização de eventos no âmbito da EMAP.

Art. 3º A Comissão de Extensão e Qualificação deverá registrar atas das reuniões e produzir documentos relativos à indicação/sugestão do profissional que irá ministrar o curso, palestra, oficina, seminário, justificando a necessidade do evento e privilegiando informações acerca do Título do Curso, e a notória especialização do Profissional.

Parágrafo Único: Os documentos contendo os temas priorizados e as indicações deverão ser submetidos ao Secretário de Gestão e Controle e ao Prefeito para aprovação e definição de cronograma de eventos da EMAP.

Art. 4º Caberá à Secretaria de Gestão e Controle, com a antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, conferir ampla publicidade ao evento a ser promovido pela EMAP, através de publicação de Edital específico no sítio oficial do município e afixação em locais de amplo acesso aos servidores, e outros meios idôneos de divulgação.

§ 1º O edital do evento a ser realizado deverá prever, entre outras disposições:

a) O Título do Curso;

b) O Ministrante e suas qualificações;

c) Público alvo;

d) Período e local da inscrição;

e) Duração e local em que será realizado o evento;

f) Documentos a serem exigidos do servidor como forma de comprovar o vínculo com a Administração Pública;

g) Critérios e requisitos para a certificação.

Art. 5º Os certificados para os servidores participantes dos cursos e eventos promovidos pela EMAP, nos termos do artigo 5º da lei nº 3019 de 18/08/2015, serão por ela emitidos, mediante comprovação de frequência, observados a legislação pertinente e os seguintes requisitos mínimos a constarem do documento:

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

I - Indicação/cabeçalho da Escola Municipal de Administração Pública - EMAP;

II - Indicação do nome/título do curso e sua carga horária;

III - Referência ao ministrante do curso;

IV - Data/período e local de realização do curso;

V - Nome do participante;

VI - Conteúdo programático;

VII - Assinatura do Dirigente da Escola de Administração Pública - EMAP e do Ministrante do curso;

VIII - Registro do certificado na EMAP.

Art. 6º Poderão participar dos cursos, palestras, oficinas e seminários, entre outros, promovidos no âmbito da EMAP, todos os servidores públicos do Município, agentes políticos e ocupantes de cargos eletivos, salvo em caso de cursos destinados a um público alvo específico ou uma determinada classe profissional específica.

Parágrafo Único: Para os casos em que o evento destine-se a um público-alvo específico ou a uma classe profissional, os requisitos exigidos para participação deverão estar expressos no Edital.

Art. 7º Quando da realização de cursos, palestras, oficinas e seminários, entre outros, em horário de expediente do servidor, a sua participação estará condicionada à autorização prévia de seu superior imediato para ausentar-se do serviço.

Art. 8º É de responsabilidade da Secretaria de Gestão e Controle promover, através de convocação dos membros da Comissão de Extensão e Qualificação, a Primeira reunião para a consecução dos objetivos previstos na lei 3019 de 18 de agosto de 2015.

Art. 9º É também de responsabilidade da Secretaria de Gestão e Controle todo o aparato administrativo necessário ao funcionamento da EMAP, incluindo a Comissão de Extensão e Qualificação, bem como a guarda/arquivo de todos os documentos no âmbito da EMAP.

Art. 10 Os casos omissos não contemplados neste Decreto serão dirimidos através da Secretaria de Gestão e Controle, com o apoio

da Comissão de Extensão e Qualificação.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2015

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 516 PRORROGA PRAZO PARA ADEÇÃO AO REFIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 516 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

PRORROGA O PRAZO PARA ADEÇÃO AO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, III, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o § 2º do art. 2º da lei nº 2986 de 28 de abril de 2015,

CONSIDERANDO o incremento de receitas públicas municipais com o advento da lei municipal nº 2986/2015, que institui o Programa de Recuperação Fiscal no Município de Navegantes,

CONSIDERANDO que a implementação vem promovendo a regularização cadastral e a resolução de situações pendentes nos sistemas de informatização do Município de Navegantes;

CONSIDERANDO os benefícios que o Programa REFIS tem trazido às pessoas físicas e jurídicas que passam por algum tipo de dificuldade/crise financeira,

CONSIDERANDO que, de acordo com as informações repassadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, subsiste a possibilidade de mais contribuintes aderirem ao Programa,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado até o dia 23 de dezembro de 2015 o prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal no Município de Navegantes, previsto no art. 1º da lei municipal nº 2986/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE NOVEMBRO DE 2015

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de novembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 517 PRORROGA PRAZO DE ANISTIA DE JUROS E MULTAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 517 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

PRORROGA O PRAZO DO BENEFÍCIO INSTITUÍDO PELA LEI Nº 2987 de 28 DE ABRIL DE 2015, A QUAL AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER ANISTIA DE JUROS E MULTAS DOS DÉBITOS LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, III, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o art. 6º da lei nº 2987 de 28 de abril de 2015,

CONSIDERANDO o incremento de receitas públicas municipais com o advento da lei municipal nº 2987/2015, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder anistia de juros e multas dos débitos lançados em dívida ativa,

CONSIDERANDO que a implementação tem promovido a regularização cadastral e a resolução de situações pendentes nos sistemas de informatização do Município de Navegantes;

CONSIDERANDO os benefícios que a anistia concedida tem trazido às pessoas físicas e jurídicas que passam por algum tipo de dificuldade/crise financeira,

CONSIDERANDO que, de acordo com as informações repassadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, subsiste a possibilidade de mais contribuintes aderirem ao Programa,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado até o dia 23 de dezembro de 2015 o prazo para a concessão da anistia de juros e multa, previsto no art. 1º da lei municipal nº 2987 de 28 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de novembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº 237/2015.

/ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 237/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada...: TATICAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA.

CNPJ: 04.432.749/0001-69.

Valor : R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Vigência : Início: 27/11/2015 Término: 27/11/2016.

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 190/2012

Recursos : Dotação: 2.115 3.3.90.00.00.00 2.093 3.3.90.00.00.00.

Objeto : Contratação de agência de Publicidade e

Propaganda para prestação de serviços de criação, veiculação, planejamento, pesquisa, produção de material gráfico para televisão, rádio e internet, com o objetivo de divulgar serviços de qualquer natureza, difundir ideias e informar ao público em geral, para dar cumprimento ao TAC (termo de ajuste de conduta) firmado por esta administração junto ao Ministério Público, através do Fundo Municipal de Saúde e SESAN Secre. De Saneamento. Navegantes, 27 de Novembro de 2015.

LEI COMPLEMENTAR 275 PROGRAMA DE ADOÇÃO DE PRAÇAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 275 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015
INSTITUI O PROGRAMA DE ADOÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E DE ESPORTES E ÁREAS VERDES, ESTABELECE SEUS OBJETIVOS E PROCESSOS, SUAS ESPÉCIES E LIMITAÇÕES DAS RESPONSABILIDADES E DOS BENEFÍCIOS DOS ADOTANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Capítulo I

Do Programa

Art. 1.º Fica instituído o Programa de Adoção de Praças Públicas e de Esportes e Áreas Verdes no âmbito do município de Navegantes, com os seguintes objetivos, entre outros:

- I – promover a participação da sociedade civil organizada e das pessoas jurídicas na urbanização, nos cuidados e na manutenção das praças públicas, de esporte e áreas verdes do município de Navegantes, em conjunto com o Poder Público Municipal;
- II – levar a população vizinha às praças públicas, de esportes e áreas verdes a entenderem esses espaços como de responsabilidade concorrente com o Poder Público Municipal;
- III – incentivar o uso das praças públicas, de esporte e áreas verdes pela população, por associações desportivas, de lazer e culturais da área de abrangência das mesmas;
- IV – propiciar que grupos organizados da população elaborem projetos de utilização das praças públicas, de esporte e áreas verdes que atinjam as diversas faixas etárias e necessidades especiais da população.

Capítulo II

Do Processo de Adoção

Art. 2.º Podem participar do Programa quaisquer entidades da sociedade civil, associações de moradores, sociedade de amigos de bairro, pessoas físicas e pessoas jurídicas legalmente constituídas e cadastradas no município de Navegantes para o Programa.

Parágrafo Único: Ficam excluídas da participação pessoas jurídicas relacionadas a cigarros, bebidas alcoólicas e empresas poluidoras, bem como outras que possam ser consideradas impróprias aos objetivos propostos nesta lei.

Art. 3.º Para a participação no Programa, será necessária a assinatura de Termo de Parceria entre a entidade que vai assumir a adoção e o Poder Público Municipal, entendendo-se por Termo de Parceria o documento do qual constam as competências das partes estabelecidas nos artigos 6º e 8º desta lei.

Art. 4.º Para dar início ao processo de adoção com vistas à assinatura do Convênio referido no artigo anterior, a entidade ou a pessoa jurídica interessada em adotar determinada área pública objeto desta lei deve dar entrada à proposta de adoção, anexando o necessário projeto a ser desenvolvido.

Capítulo III

Das Espécies e Limitações da Adoção

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 5.º A adoção de uma praça pública, de esportes ou área verde pode-se destinar a:

- I – urbanização da praça pública ou de esportes de acordo com projeto elaborado pelo Departamento competente do Poder Executivo Municipal ou por ele aprovado;
- II – instalação dos diversos equipamentos esportivos ou de lazer em praça pública ou de esportes, de acordo com projeto elaborado pelo Departamento competente do Poder Executivo municipal ou por ele aprovado;
- III – conservação e manutenção da área adotada;
- IV – realização de atividades culturais, educacionais, esportivas ou de lazer, de acordo com projeto apresentado para aprovação e assinatura do Convênio.

Art. 6.º Caberá ao Poder Executivo municipal, através dos órgãos competentes:

- I – a elaboração dos projetos de urbanização e construção das praças públicas, de esporte e áreas verdes que venham a ser adotadas;
- II – a aprovação dos projetos de urbanização de construção das praças públicas, de esporte e áreas verdes que sejam elaborados fora dos órgãos do Poder Executivo municipal em função do Convênio estabelecido;
- III – a fiscalização das obras e do cumprimento do Convênio estabelecido.

Art. 7.º A adoção de praças públicas, de esporte e áreas verdes opera-se, sem prejuízo da administração das mesmas, pelo Poder Executivo municipal.

Art. 8.º O município se resguarda nos direitos de instalar equipamentos, lixeiras, bem como outros itens de interesse da população nas praças públicas e de esportes e áreas verdes.

Capítulo IV

Das Responsabilidades

Art. 9.º Caberá à entidade ou à pessoa física ou jurídica adotante do Programa instituído pela presente lei a responsabilidade:

- I – pela execução dos projetos elaborados pelo Poder Executivo municipal, com verba pessoal e material próprio;
- II – pela preservação e manutenção, conforme estabelecidos no Convênio e no projeto apresentado;
- III – pelo desenvolvimento dos programas que digam respeito ao uso da praça pública, de esportes ou área verde, conforme estabelecidos no projeto apresentado.

Art. 10 As entidades e pessoas físicas ou jurídicas que vierem a participar do Programa deverão zelar pela manutenção, conservação, recuperação e iluminação da área que adotarem, bem como a elaboração e execução dos trabalhos de arborização, com a adoção de sementes e mudas de árvores.

§ 1.º O adotante poderá optar, em se tratando de praças, bosques,

parques municipais e outras áreas de grande extensão, mantidas ou não pela Administração Pública Municipal, pela adoção parcial, construção ou restauração de prédios, abrigos, espaços ou nichos, conforme projetos elaborados pelo Departamento competente do Poder Executivo municipal ou por ele aprovado.

§ 2º A adoção poderá ser feita por intermédio de uma ou mais empresas ou consórcio – especialmente formalizado para esse fim –, sendo que a responsabilidade poderá ser solidária ou específica para cada ação empreendida.

§ 3º Com a aprovação do projeto e cumpridas as exigências desta lei, sua execução poderá dar-se por etapas, sendo, o gerenciamento, de responsabilidade do órgão competente no município, podendo ser transferido para empresas ou consórcio adotantes mediante sua autorização.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Capítulo V

Dos Benefícios pela Adoção de Praças Públicas, de Esportes e Áreas Verdes

Art. 11 A entidade ou pessoa jurídica adotante ficará autorizada, após a assinatura do Convênio, a afixar, na área adotada, uma ou mais placas padronizadas alusivas ao processo de colaboração com o Poder Executivo Municipal, bem como o objetivo da adoção, conforme modelo a ser estabelecido por Decreto regulamentador. Parágrafo Único: O ônus com relação à elaboração e colocação das placas será de inteira responsabilidade do adotante, observados os critérios estabelecidos pela legislação.

Art. 12 Caso a entidade adotante seja sociedade civil sem fins lucrativos, ela poderá usar dos espaços adotados para fins de publicidade a fim de arrecadar fundos para a consecução dos objetivos estabelecidos no Convênio, promover feiras de arte e de artesanato, exposições e shows beneficentes, desde que previamente autorizado pelo Poder Público municipal.

§ 1º Ficam excluídas da licença outorgada neste artigo as publicidades relacionadas a cigarros e bebidas alcoólicas, bem como outras que possam ser consideradas impróprias aos objetivos propostos nesta lei.

§ 2º Pela utilização e exploração dos meios de publicidade e propaganda previstos nos artigos 10 e 11 da presente lei, ficam, as entidades, pessoas físicas ou empresas privadas conveniadas, isentas do pagamento das respectivas taxas de licença para publicidade estabelecidas na legislação vigente.

Art. 13 O Convênio de adoção, em momento algum, deverá conceder qualquer tipo de uso à entidade adotante, a não ser aqueles estabelecidos nesta lei, principalmente no que diz respeito à concessão ou permissão de uso.

Art. 14 Esta lei deverá ser regulamentada por Decreto no prazo de sessenta dias a contar da sua publicação, no qual se estabelecerá, entre outras medidas:

- I – os órgãos responsáveis pela aprovação dos projetos citados no artigo 4º desta lei;
- II – a forma e tipo da placa padronizada estabelecida no artigo 10;
- III – a forma e tipo de publicidade estabelecida no artigo 11.

Art. 15 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 30 de novembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI COMPLEMENTAR 276 ALTERA LC 207

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 276 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 207 DE 24 DE JUNHO DE 2014

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O item III do artigo 1º da lei complementar n.º 207 de 24 de junho de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º
I -
II -
III – Operador de Equipamentos de Pequeno Porte.
.....”

Art. 2º O Anexo II da lei complementar n.º 207 de 24 de junho de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO II CARGOS E RESPECTIVA HABILITAÇÃO EXIGIDA

CARGO	CÓDIGO	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Operador de Equipamentos de Grande Porte	QP-TOSG	Ensino fundamental completo e curso básico de qualificação com no mínimo 80 horas, acrescido de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Categorias “C”, “D” ou “E”
Operador de Equipamentos de Médio Porte	QP-TOSG	Ensino Fundamental – séries iniciais- e curso básico de qualificação com 80 horas, acrescido de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Categorias “C”, “D” ou “E”
Operador de Equipamentos de Pequeno Porte	QP-TOSG	Ensino Fundamental – séries iniciais- e curso básico de qualificação com 80 horas, acrescido de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Categorias “C”, “D” ou “E”

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições da lei complementar n.º 207 de 24/6/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE NOVEMBRO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 30 de novembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 004/2015

Portaria 004/2015

Publica a listagem de projetos habilitados e inabilitados na primeira etapa da Seleção 2015 da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Navegantes.

A Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Navegantes,

Art. 1º - Publicar os projetos habilitados inabilitados na primeira etapa do processo de seleção do Edital da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Navegantes. Abaixo está a lista de projetos habilitados:

Protocolo	Projeto	Proponente	Situação
001/2015	6º Festival de Música Embarque no Som	Elson Maykow Toledo dos Santos	Habilitado
002/2015	Reciclando Ideias	Juliano Urbano Silva	Habilitado
003/2015	CD escreva sua história em minha vida	Isabela Dorneles Moraes Ranghetti	Habilitado
004/2015	Dança, escola e formação	Karla Demarchi	Habilitado
005/2015	Anaminase	Rony Hercilio Weber	Habilitado
006/2015	Choro na praça	Giovanni Sagaz	Habilitado
007/2015	Festival de Bandas Independentes	Rafael Sedrez da Silva	Habilitado
008/2015	História de causos e coisas	Gilberto Francisco de Oliveira	Habilitado
009/2015	Meu pé de laranja lima tem ?	Marcos Roberto dos Santos	Habilitado
010/2015	Documentário – Oficina de Vídeos	Caroline Westerkamp	Habilitado
011/2015	1º comunicAÇÃO	Gustavo Evangelista	Habilitado
012/2015	Ondular	Rubens Serafim	Habilitado
013/2015	Criando e pintando	Fernando João Gaya	Habilitado
014/2015	Seminário de Violão de Navegantes	Marta de Mello	Habilitado
015/2015	Essa rua é nossa, reciclando com arte, cultura e sustentabilidade	Priscila Ferrera	Inabilitado por não apresentar a CND municipal
016/2015	Contaçon de história musicada	Lilian Cristina Camilo	Habilitado
017/2015	Olhar navegante	Thainara Caetano de Camargo	Habilitado
018/2015	Um sonho a mais	Muller Benigno de Oliveira	Habilitado
019/2015	A menina que construía barcos	Rithielly Grigório da Silva	Habilitado
020/2015	As histórias que o povo conta	Ernandes Lopes Cabral	Habilitado
021/2015	Novo mundo	Luiz Felipe de Oliveira Mass	Inabilitado por não apresentar comprovante de residência valido
022/2015	Du Madeira e os cidadãos atômicos	Antônio Roberto Saber Junior	Habilitado
023/2015	Dançando além do céu	Bianca Alcântara Baldo	Habilitado
024/2015	Nada é cor de rosa	Gabriel de almeida	Inabilitado por não apresentar comprovante de residência valido
025/2015	Caique Lima – A volta	Carlos Henrique Souza de Lima	Habilitado

Art. 2º - A divulgação do resultado está prevista para ocorrer em até 60 dias após o término das inscrições, no blog: www.navegantescultural.blogspot.com e, posteriormente, no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 27 de novembro de 2015

Regina Célia Correia

Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes.

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 261/2015

DECRETO nº 261, de 30 de novembro de 2015.

Retifica o art. 1º do Decreto nº 057/2013, que concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público da servidora CACILDA SANTA DALRI FELLER e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º O art. 1º do Decreto nº 057/2013 fica retificado nos seguintes termos:

“Art. 1º Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 à servidora CACILDA SANTA DALRI FELLER, detentora da matrícula funcional nº 90, portadora do CPF n. 523.342.959-49, inscrita no PASEP n. 17007927015, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Esportes.”

Art. 3º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/06/2013, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, em 30 de novembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Moisés Cipriani
Diretor do IPREVENT

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2225-2015

DECRETO Nº 2.225, de 18 de novembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATO A Nº036 DE MARÇO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e

Considerando o que consta do processo licitatório n. 017/2015, na modalidade de Carta Convite n. 002/2015;

Considerando a comunicação do gestor e fiscal do contrato que informa inexecução do contrato desde o dia 08 de setembro de 2015;

Considerando que no processo licitatório 017/2015, o micro empreendedor individual Setembrino Carneiro, depois de regular habilitação e abertura de proposta, assinou contrato administrativo com o Município de Novo Horizonte de realizar os "Serviços de Mão de Obra prestados nos prédios, instalações e espaços utilizados para a execução das atividades inerentes à educação, à cultura e ao esporte, de acordo com o Memorial Descritivos nos locais a saber: Centro Educacional Municipal Novo Horizonte e ginásio de esportes, e desta cidade de Novo Horizonte; Escola Municipal Costa e Silva e ginásio de esportes de Linha Platanéia, interior deste município; Escola de Educação Básica Santo Agostinho e ginásio de esportes, da localidade de Linha Santo Agostinho, interior deste município".

Considerando que a contratada aceitou todas as normas e condições do certame;

Considerando o disposto no art. 77 da Lei 8.666/1993;

Considerando a existência de razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, bem como a previsão legal contida nos art. 78 e seguintes da Lei 8.666/93;

Considerando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e conveniência administrativa que norteiam os atos da administração;

DECRETA

Art. 1º. Fica rescindido administrativamente, de forma unilateral, o contrato administrativo nº 036/2015 de "Serviços de Mão de Obra prestados nos prédios, instalações e espaços utilizados para a execução das atividades inerentes à educação, à cultura e ao esporte, de acordo com o Memorial Descritivos nos locais a saber: Centro Educacional Municipal Novo Horizonte e ginásio de esportes, e desta cidade de Novo Horizonte; Escola Municipal Costa e Silva e ginásio de esportes de Linha Platanéia, interior deste município; Escola de Educação Básica Santo Agostinho e ginásio de esportes, da localidade de Linha Santo Agostinho, interior deste município: I – SETEMBRINO CARNEIRO MEI– Contrato Administrativo nº 036/2015;

Parágrafo único. A empresa que teve seu contrato rescindido deve ser intimada por via postal, com Aviso de Recebimento em Mãos Próprias – AR/MP, com cópia do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,
18 de novembro de 2015.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se

Márcio de Macedo
Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº. 009, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 009, de 27 de novembro de 2015.

CONCEDE ADICIONAL POR PROGRESSO FUNCIONAL A SERVIDORA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉIVANIR DALANORA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 9º, da Lei Complementar nº 025 de 30 de julho de 2003 e ata de avaliação de progresso funcional de 17 de novembro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, Adicional por Progresso funcional a Servidora, LOURDES DE MACEDO, tendo em vista que a mesma comprovou a realização de cursos de aperfeiçoamento, com carga horária total de 86 horas, fazendo jus, portanto, a progressão de número 01.

Parágrafo único – O adicional concedido será de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) e incidirá sobre o vencimento base da servidora, nos termos do art. 10, da Lei Complementar nº 025/2003, a partir do vencimento do mês de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 27/11/2015.

JOSÉ IVANIR DALLANORA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Ouro

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-138



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 138/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYT5771	55212670A	6769/0	09/12/2004	230 * XXII
MDT2510	55616665A	6599/0	08/12/2004	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-139

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 139/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IBJ5320	55212619A	5940/0	28/10/2004	R\$ 191,53	203 * III
IBJ5320	55212619A	6394/0	28/10/2004	R\$ 191,53	220 * XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-140

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 140/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYO2925	55212625A	6050/0	15/12/2004	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-141

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 141/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IDP5451	55212627A	6769/0	18/01/2005	230 * XXII
MBQ8395	55213210A	5185/0	21/12/2004	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-142

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 142/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IDP5451	54719137A	5010/0	20/01/2005	162 * I
LXX2678	55616666A	7234/0	09/02/2005	250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-143

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 143/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IDP1087	55212671A	6920/0	03/03/2005	233
KCP9091	55212823A	6050/0	05/02/2005	208
LWS6054	55212677A	6920/0	08/03/2005	233
LYD1536	55616762A	5061/0	27/01/2005	163 c/c 162 * I
LYD1536	55616763A	5010/0	27/01/2005	162 * I
LYF1801	55213211A	6050/0	09/01/2005	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-144

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 144/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXI6127	55212630A	5452/0	26/03/2005	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-145

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 145/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEA4755	55616671A	6564/0	10/04/2005	230 * II
IJP5505	55212684A	6920/0	10/03/2005	233
LXA5607	55616672A	5185/0	10/04/2005	167
LXF2084	55213057A	5169/0	24/04/2005	165
LXF2084	55213057A	5835/0	24/04/2005	195
LXF2084	55213057A	6599/0	24/04/2005	230 * V
LYW2015	55616680A	5193/0	10/04/2005	168
LZB4199	55616688A	5185/0	22/04/2005	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-146

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 146/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAH8125	55616952A	5967/0	02/05/2005	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-147

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 147/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWZ7880	55212826A	5207/0	04/03/2005	169
LWZ7880	55212826A	6050/0	04/03/2005	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-148

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 148/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BGF1965	55212629A	6190/0	13/03/2005	216
IJT9666	55616684A	5720/0	14/04/2005	186 * I
IJT9666	55616684A	5940/0	14/04/2005	203 * III
MCI8774	55616853A	5959/0	14/05/2005	203 * IV
MDR1480	55212827A	6955/0	16/03/2005	236

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-149

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 149/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHH3368	55616670A	5185/0	10/04/2005	R\$ 127,69	167
MBU0668	55616685A	7366/0	14/04/2005	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-150

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 150/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IDM6282	55616687A	5720/0	14/04/2005	R\$ 127,69	186 * I
IDM6282	55616687A	5967/0	14/04/2005	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-151

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 151/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCR5052	55212698A	5231/0	08/06/2005	172

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-152

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 152/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKU1451	55212622A	6912/0	03/12/2004	R\$ 53,20	232
LWY8921	55616663A	6670/0	31/08/2004	R\$ 127,69	230 * XIII
LXL6861	55212815A	6050/0	24/11/2004	R\$ 191,53	208
LXW2463	55616621A	6599/0	27/12/2004	R\$ 191,53	230 * V
LXW2463	55616621A	6653/0	27/12/2004	R\$ 127,69	230 * XI
LXW2463	55616621A	6912/0	27/12/2004	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-153

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 153/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEH0720	55212693A	5185/0	11/05/2005	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVENBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-154

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 154/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAA5419	55616624A	5967/0	19/06/2005	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-155

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 155/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYW6831	55616724A	5010/0	29/09/2004	R\$ 574,61	162 * I
MHH5610	55212633A	6564/0	30/04/2005	R\$ 191,53	230 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-156

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 268 156/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDN6280	55213212A	5010/0	09/06/2005	162 * I
MDN6280	55213212A	5169/0	09/06/2005	165
MDN6280	55213213A	5177/0	09/06/2005	166

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-157

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 157/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BOU7371	55212695A	6920/0	20/05/2005	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-158

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 158/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCW2362	55213063A	6050/0	06/08/2005	208
MDJ3928	55212636A	6220/0	12/08/2005	218 * I * b

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-159

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 159/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IHT4779	55616955A	6050/0	12/08/2005	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-160

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 160/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYP1929	55616695A	6670/0	12/08/2005	230 * XIII
MDE8619	54348912B	6122/0	08/08/2005	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-161

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 161/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEJ9285	54719146A	6920/0	18/10/2005	233
LYX8625	55213216A	5010/0	22/08/2005	162 * I
MBA7444	55616699A	6769/0	25/08/2005	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-162

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 162/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZS5348	54348908B	6920/0	25/07/2005	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-163

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 163/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXB5111	55212640A	6599/0	19/08/2005	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVENBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-164

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 268 164/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCN6701	55212637A	6211/0	12/08/2005	R\$ 127,69	218 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2005-165

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 268 165/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAV5466	55212638A	6050/0	30/10/2005	208
MCL9358	55212641A	5550/0	03/11/2005	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 24 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDREA BARETA

DIRETORA DE TRANSITO

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2692

DECRETO Nº. 2692/2015

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA FONTE 0135 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde - SC, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Mun. 919/2014, 02 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 19.327,57 (Dezenove mil, trezentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

12001 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OURO VERDE		
8 – Assistência Social		
244 – Assistência Comunitária		
804 – Assistência Comunitária Geral		
2.59 – Manutenção dos Programas do Fundo de Assistência Social		
Fonte – 0135 Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União		
Despesa – 134		
33900000 – Aplicações Diretas	R\$	19.327,57
TOTAL GERAL	R\$	19.327,57

Art. 2º - Para suplementação de que trata a presente, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recurso - 0135 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União, apuradas até o presente momento, conforme Balancete da Receita.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 24 de Novembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário Mun. de Administração e Gestão

DECRETO Nº2693

DECRETO Nº. 2693/2015

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NA FONTE DE RECURSO 0334 - Transf Conv. União (outros não rel. a Educ., Saúde e Assistência Social) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Inciso III do Artigo 10 da Lei Municipal nº. 919/2014, de 02

de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 33.476,54 (Trinta e três mil, quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), destinados a reforçar a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

17.001 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		
16-482-1602-1.76 – Desenv. de Ações e Projetos Hab. Urb. e Rurais		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0334	R\$	33.476,54
Total	R\$	33.476,54

Art. 2º - Os Créditos abertos por este Decreto ocorreu por conta de recursos Vinculados ao Superávit Financeiro apurando no Exercício Anterior na Fonte de Recurso 0334 - Transf Conv. União (outros não rel. a Educ., Saúde e Assistência Social).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 26 de novembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

EXTRATO ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO III DE REAJUSTE Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0003/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: POSTO OURO VERDE LTDA

Objeto: Registro de Preço para contratação de empresas para o fornecimento parcelado de combustível (óleo diesel especial S-10, gasolina, álcool hidratado) para todas a Secretaria do Município de Ouro Verde-SC. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 01 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

LEI Nº940

Lei Nº 940/2015 - LDO

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2016, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2016, de acordo com os princípios estabelecidos no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as metas fiscais;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária, e das disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º São anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- I - Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais;
- II - Anexo de Metas Fiscais - Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior;
- III - Metas Fiscais para os Exercícios de 2016, 2017 e 2018;
- IV - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- V - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VI - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- VII - Montante da Dívida;
- VIII - Meta Fiscal de Resultado Nominal;
- IX - Meta Fiscal de Resultado Primário;
- X - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;
- XI - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;
- XII - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;
- XIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previsitos para 2016;
- XIV - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

CAPÍTULO III

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Para os efeitos desta lei, considerar-se-á:

- I - Programa: o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - Ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Receita Ordinária: aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, sejam pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na partilha dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - Execução Física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - Execução Orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - Execução Financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa, identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias STN e MOG.

§ 2º As categorias de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O Orçamento abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional do Município.

Art. 7º A Lei Orçamentária evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão - MOG e da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 08/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 08/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº 08/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VII, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº 08/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo VIII, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº 08/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Anexo IX, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Indicação das Fontes de Financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

XII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no art. 22 da Lei 4.320/64;

XIV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF);

XV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 5º, I da LRF);

XVI - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados (art. 5º, III);

XVII - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal (art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos (art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio e demais legislações que versem sobre a receita e despesa pública.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN.

Art. 8º O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo e Fundos.

Art. 9º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa;

III - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

IV - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Corrente Líquida, Despesa com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento.

Art. 10º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e será de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11º O Orçamento Fiscal do Município e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e Fundos.

Art. 12º Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central ou na Entidade específica, dependendo de sua origem, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 6º, inciso X, desta Lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegado a servidor municipal ou secretário.

§ 2º No Exercício de 2016 o Fundo Municipal de Saúde será

estruturado na forma de Unidade Gestora e os Fundos Municipais de Assistência Social, Criança e Adolescente, Habitação e Cultura na forma de Unidade Orçamentária.

Art. 13º Os estudos para a definição dos Orçamentos da receita excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior.

Art. 14º Se a receita estimada, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15º Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

V - Eliminação das despesas com serviços extraordinários;

VI - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para a implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16º A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de despesas de caráter continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17º Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes nesta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18º O Orçamento de cada uma das unidades gestoras poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 1% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2016, poderão, excepcionalmente, ser utilizados mediante autorização legislativa para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19º Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20º O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21º Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320 de 1964 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único e art. 50, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22º Os descontos previstos em lei, para pagamento de tributos municipais, bem como a isenção da Taxa de Licença e Localização, não serão consideradas como renúncia de receita por já haverem sido impactadas na estimativa a menor da receita e conseqüentemente já impactada na despesa também.

Art. 23º A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto deste artigo as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 24º As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 25º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixada no inciso II, combinado com o parágrafo único do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26º Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27º Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes, com previsão de recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28º A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 29º O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 2% da receita estimada para o exercício de 2016 do orçamento de cada Unidade Gestora, utilizando como fontes de recursos:

a) o excesso ou provável excesso de arrecadação verificado na forma do § 3º e 4º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, apurado em cada fonte de recurso;

b) a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, observada a fonte de recursos;

c) o superávit financeiro do exercício anterior, na forma do § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo único. A transposição, remanejamento ou transferência de recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal, não sendo computados esses valores para fins de aplicação do percentual definido no inciso III deste artigo.

Art. 30º Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31º A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado o limite de endividamento nos termos da legislação aplicável.

Art. 32º A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33º Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 10 desta Lei.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 34º O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 35º A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 36º Nos casos de necessidade temporária, de excepcional

interesse público, devidamente justificados pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 37º O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000:

- I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;
- II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- V - disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38º Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades, ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Ouro Verde, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que não constitua atividade meio, e, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39º O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40º O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41º O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 31/12/2015. § 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no Parágrafo anterior, serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de lei específica, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2015, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais

previstos.

Art. 42º Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43º Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44º O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com os Governos Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Art. 45º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Ouro Verde – SC, em 24 de Novembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

LEI Nº941

Lei Nº 941/2015 - LOA

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE OURO VERDE PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, nos termos das Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica Municipal, Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Plano Plurianual 2014/2017 e Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016 faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral Consolidado do Município para o exercício de 2016 estima a receita e fixa a despesa R\$ 15.397.630,41 (quinze milhões, trezentos e noventa e sete mil, seiscentos e trinta reais e quarenta e um centavos), de acordo com as vinculações dos recursos previstos nos anexos que integram a presente lei.

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 2º. É estimada a receita em R\$ 14.692.832,80 (quatorze milhões, seiscentos e noventa e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais e oitenta centavos); fixada a despesa em R\$ 11.618.301,23 (onze milhões, seiscentos e dezoito mil, trezentos e um reais e vinte e três centavos); Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Saúde em R\$ 2.093.107,16 (dois milhões, noventa e três mil, cento e sete reais e dezesseis centavos); Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Social em R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais); Repasse Financeiro para a Câmara de Vereadores em R\$ 880.424,41 (oitocentos e oitenta mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta e um centavos).

§ 1º. A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	12.109.832,80
Receita Tributária	R\$	561.602,52
Receita de Contribuições	R\$	66.605,25
Receita Patrimonial	R\$	70.400,00
Receita Agropecuária	R\$	5.000,00
Receita de Serviços	R\$	23.600,00
Transferências Correntes	R\$	11.274.500,03
Outras Receitas Correntes	R\$	108.125,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.583.000,00
Alienação de Bens	R\$	15.000,00
Transferências de Capital	R\$	2.568.000,00
TOTAL	R\$	14.692.832,80

§ 2º. As Despesas serão realizadas de acordo com as Unidades Orçamentárias com a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	11.618.301,23
Gabinete da Prefeita e Vice Prefeito	R\$	669.378,63
Secretaria de Administração e Gestão	R\$	1.532.838,47
Secretaria da Educação e Esporte	R\$	2.948.823,58
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social	R\$	1.393.900,00
Secretaria da Agricultura	R\$	673.590,04
Secretaria de Infraestrutura	R\$	3.240.702,24
Secretaria do Meio Ambiente	R\$	358.068,27
Fundo da Criança e Adolescente	R\$	10.000,00
Fundo de Habitação	R\$	85.000,00
Fundo da Cultura	R\$	51.000,00
Fundo do Idoso	R\$	20.000,00
Encargos Gerais	R\$	630.000,00
Reserva de Contingência	R\$	5.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 3º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde estima a receita em R\$ 603.522,28 (seiscentos três mil, quinhentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos); fixa a despesa em R\$ 2.696.629,44 (dois milhões, seiscentos e noventa e seis mil, seiscentos e vinte e nove reais e quarenta e quatro centavos) e Transferências Financeiras do Município em R\$ 2.093.107,16 (dois milhões, noventa e três mil, cento e sete reais e dezesseis centavos).

§ 1º. A Receita do Fundo Municipal de Saúde será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	588.522,28
Receita Tributária	R\$	5.350,00
Receita Patrimonial	R\$	16.301,00
Transferências Correntes	R\$	564.731,28
Outras Receitas Correntes	R\$	2.140,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	15.000,00
Alienação de Bens	R\$	5.000,00
Transferências de Capital	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	603.522,28

§ 2º. As Despesas do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde serão realizadas de acordo com as Unidades Orçamentárias com a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	2.696.629,44
Fundo Municipal de Saúde	R\$	2.696.629,44

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Art. 4º. O Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social estima a receita em R\$ 101.275,33 (cento e um mil, duzentos e

setenta e cinco reais e trinta e três centavos); fixa a despesa em R\$ 202.275,33 (duzentos e dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e trinta e três centavos) e Transferências Financeiras do Município em R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais).

§ 1º. A Receita do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	101.275,33
Transferências Correntes	R\$	101.275,33

§ 2º. As Despesas do Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social serão realizadas de acordo com as Unidades Orçamentárias com a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	202.275,33
Fundo Municipal de Desenvolvimento Social	R\$	202.275,33

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 5º - O Orçamento da Câmara de Vereadores fixa a despesa e a Transferência Financeira do Município limitado em R\$ 880.424,41 (oitocentos e oitenta mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta e um centavos), os quais serão transferidos nos limites estabelecidos pelo Constituição Federal.

Parágrafo Único - As Despesas do Orçamento da Câmara de Vereadores serão realizadas de acordo com a seguinte Classificação Institucional:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	R\$	880.424,41
Câmara de Vereadores	R\$	880.424,81

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e superávit orçamentário.

Art. 7º. O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 2% (dois por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - superávit financeiro do exercício anterior;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas e os recursos provenientes de convênios celebrados com os Governos Estadual e Federal.

Art. 8º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 9º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal não se limitando ao previsto no art. 7º.

Art. 10. Durante o exercício financeiro de 2016 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar por Decreto o remanejamento do saldo de dotações orçamentárias existentes dentro da mesma "categoria econômica de despesa" ou "categoria diferente" desde que, dentro do mesmo projeto, atividade ou operação especial.

Art. 11. Durante o exercício de 2016 o Poder Executivo poderá realizar operações de crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, nos termos da legislação aplicável.

Art. 12. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 13. Durante o exercício de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 14. Na elaboração do Cronograma de Metas Bimestrais de Arrecadação, não serão consideradas as receitas de capital previstas, tendo em vista serem recursos vinculados a convênios e operações de crédito com fim específico.

Art. 15. Os anexos da Lei Orçamentária para o exercício de 2016 foram elaborados até o nível de modalidade de aplicação, sendo que a execução se dará em nível de elemento de despesa.

Art. 16. No exercício financeiro de 2016 a contabilidade do Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal do Desenvolvimento Social ficarão na forma de Unidade Gestora Independente e dos Fundos Municipais da Infância e Adolescência, Habitação, Cultura e Idoso na forma de Unidade Orçamentária.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, para produzir efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Ouro Verde SC, 24 de novembro de 2015.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

A presente lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

LEI Nº942

LEI Nº 942/2015

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional Suplementar pelo excesso de arrecadação na Fonte de Recurso - 0164 – Transferências de Convênios – Estado/Outros (FUNDAM) e da outras providências".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 467.930,75 (Quatrocentos e sessenta e sete mil, novecentos e trinta reais e setenta e cinco centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

70.01 – SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA	
15 – Urbanismo	

451 – Infraestrutura Urbana		
1501 – Urbanização de Vias Públicas		
1.36 – Construção de Obras de Infraestrutura Urbana		
Fonte – 0164 – Transferências de Convênios – Estado/Outros		
Despesa – 76 - 44900000 – Aplicações Diretas	R\$	467.930,75
TOTAL GERAL	R\$	467.930,75

Art. 2º - Para suplementação de que trata o presente, serão utilizados parte dos recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recurso - 0164 – Transferências de Convênios – Estado/Outros – Referente ao TERMO DE CONVENIO Nº 2014TR003507, firmado entre o Município de Ouro Verde e a Secretaria de Estado da Fazenda, por intermédio do FUNDAM – Processo nº SEF 19672/2014, conforme ordem bancária n. 02015000129.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 24 de Novembro de 2015.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

A presente lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

LEI Nº943

Lei nº 943/2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECAÇÃO NA FONTE 0108 – Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais. Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.776,45 (Cinco mil, setecentos e setenta e seis reais e quarenta e cinco centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

7001 – SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA		
15 – Urbanismo		
452 – Serviços Urbanos		
1502 – Serviços de Utilidade Pública		
2.37 – Manutenção dos Serviços Urbanos		
Fonte – 0108 Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP		
Despesa – 82		
33900000 – Aplicações Diretas	R\$	5.776,45
TOTAL GERAL	R\$	5.776,45

Art. 2º - Para suplementação de que trata o presente, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recurso - 0108 – Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP, apuradas até o presente momento, conforme Movimentação da Receita.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 24 de Novembro de 2015.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

A Presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

LEI Nº944

Lei Nº 944/2015.

“AUTORIZA REALIZAR DESPESAS DE CONFRATERNIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM COMEMORAÇÃO AO DIA DE NATAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas no valor de até 7.990,00 (sete mil e novecentos e noventa reais) anuais, destinado ao pagamento de despesas de confraternização dos servidores públicos Municipais de Ouro Verde, em comemoração ao Natal.

Art. 2.º - As despesas decorrentes com a execução desta Lei Correrão por conta de dotações consignadas para cada exercício financeiro vigente.

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 24 de Novembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

Palhoça

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

PORTARIA Nº 075/2015

PORTARIA Nº 075/2015

Concede pensão por morte, em caráter integral a Mauri Martins dependente presumido da servidora inativa falecida, Marlene Ondina de Quadros Martins, nos termos do art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal e dá outras providências.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

Resolve,

Art.1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal ao senhor Mauri Martins, inscrito no CPF nº 178.996.729-53 e portador do RG nº 144.303, dependente presumido da servidora inativa segurada do IPPA Marlene Ondina de Quadros Martins, falecida em 17/11/2015.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei Municipal nº 1.320/2001, correspondente a 100% (cem por cento) do valor do provento percebido na data do óbito, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

§ 2º A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos, eis que o falecimento ocorreu após publicação desta Emenda (31/12/2003).

Art. 3º Declarar extinta a aposentadoria por Invalidez em caráter Integral concedida a servidora falecida, nos termos da Portaria nº 079/2013.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 17/11/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça SC, em 27 de novembro de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espindola
Presidente da Autarquia

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos
Assistente administrativo
Matrícula 300010-01

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 147/15

DECRETO Nº 147/2015.

De 24 de novembro de 2015.

ESTABELECE DIRETRIZES PARA O CALCULO DO DECIMO TERCEIRO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DE PALMITOS, SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor.

CONSIDERANDO a elaboração e vigência do Decreto 088/2015, de 30 d julho de 2015, o qual estabelece diretrizes e providencias para a redução e otimização com as despesas de custeio e de pessoal no âmbito do poder executivo de Palmitos;

CONSIDERANDO a necessidade de esclarecer a forma de calculo do decimo terceiro a ser pago aos funcionários Públicos Municipais no mês de dezembro do corrente ano;

DECRETA:

Art.1º Fica estabelecido uma redução em 10% (dez por cento), nos valores dos vencimentos, exceto para o calculo e pagamento do décimo terceiro, de todos os cargos comissionados e dos agentes políticos;

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais medidas constantes no Decreto n. 088/2015.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com vigência até 31.12.2015, revogadas as disposições em contrário.

Palmitos, SC, 24 de novembro de 2015.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretario Municipal de Administração,
Finanças e Planejamento

DECRETO 148/15

DECRETO Nº 148/2015. De 24 de novembro de 2015.	ALTERA O INCISO VI, DO ARTIGO 1º, DO DECRETO Nº 142/2015, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pelas Leis Municipais nº. 3.122/2007, de 03 de setembro de 2007 e Lei nº. 3.278/2009, de 14 de maio de 2009.
--	---

CONSIDERANDO a indicação do estudante Gabriel de Jesus Endler, com 13 anos de idade, para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, na condição de representante dos

estudantes da educação básica pública;

CONSIDERANDO que, para integrar o referido conselho se faz necessário ter idade mínima de 14 anos de idade;

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente decreto alterado o inciso VI, do artigo 1º, do Decreto nº 142/2015, de 16 de novembro de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

“VI - Dois representantes dos estudantes da educação básica pública:

- Titular: Geovana Maria Worm;

- Titular: Gabriela Natasha Pedó

- Suplente: Kátia Thais Schena;

- Suplente: Laura Virginia Rodrigues .”

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 24 de novembro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

LEI 3.877/2015

LEI Nº. 3.877/2015. De 20 de novembro de 2015.	AUTORIZA O CHEFE DO PODE EXECUTIVO MUNICIPAL À Ceder MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL AOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA QUE DECLARAREM SITUAÇÃO DE EMERGENCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores, o seguinte Projeto de Lei:
---	--

Art. 1º Fica o Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a ceder máquinas, equipamentos e pessoal aos Municípios do Estado de Santa Catarina que declararem Situação de Emergência – SE ou Estado Calamidade Pública – ECP.

Parágrafo único. As máquinas, equipamentos e pessoal serão cedidos para o restabelecimento dos serviços públicos essenciais, tais como desobstrução e recuperação de vias limítrofes, estendendo-se também a setores de saúde, trânsito e segurança, a juízo do município cedente.

Art. 2º O Controle de Máquinas, equipamentos e pessoal cedido, serão de competência do Poder Executivo Municipal cedente, que deverá atuar conjuntamente com o órgão competente do município beneficiado com a presente lei.

Art. 3º As Despesas de locomoção das máquinas, equipamentos e

peçoal, até os municípios atingidos, correrão por conta de dotações orçamento municipal vigente.

Art. 4º O Executivo Municipal expedira decreto especificando as máquinas, os equipamentos e peçoal a serem cedidos, estipulando um prazo determinado pela cessão.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Palmitos/SC, em 20 de novembro de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

LEI 3.878/2015

LEI Nº. 3.878/2015. De 20 de novembro de 2015.	APROVA O PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – PMSAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores, o seguinte Projeto de Lei:
---	---

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PMSAN, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo I, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006.

Art. 2º São princípios do PMSAN:

I – universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação;
II – preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas;
III – participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional em todas as esferas de governo; e
IV – transparência dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados e dos critérios para sua concessão.

Art. 3º Os objetivos e ações previstas no PMSAN composto pelo Anexo I desta Lei serão cumpridos no prazo de vigência deste PMSAN, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º A execução do PMSAN e o seu cumprimento serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretarias Municipais de Educação, Agricultura e Assistência Social;
II - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMUSAN;

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 20 de novembro de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

LEI 3.880/2015

LEI Nº. 3.880/2015. De 20 de novembro de 2015.	ALTERA A LEI Nº 3.633/2013, DE 13 DE MARÇO DE 2013, QUE TRATA DO LOTEAMENTO CONSTRUTURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores, o seguinte Projeto de Lei:
---	--

Art. 1º O artigo 4º da Lei nº 3.633/2013, de 13 de março de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º. Ficam caucionados em favor do Município os lotes urbanos nos 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 da quadra T, com áreas de 240,00 m² cada; nº 10 da quadra T, com área de 494,58 m² (quatrocentos e noventa e quatro metros quadrados e cinquenta e oito decímetros quadrados); nº 11 da quadra T, com área de 409,77 m² (quatrocentos e nove metros quadrados e setenta e sete decímetros quadrados); nos 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da quadra U, com áreas de 240,00 (duzentos e quarenta metros quadrados) cada; nº 9 da quadra U, com área de 331,10 m² (trezentos e trinta e um metros quadrados e dez decímetros quadrados); nº 10 da quadra U, com área de 486,29 m² (quatrocentos e oitenta e seis metros quadrados e vinte e nove decímetros quadrados); nos 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10 e 11 da Quadra V; e, os lotes urbanos nos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 da quadra Z, com áreas respectivas de 241,10 m², 243,29 m², 245,49 m², 247,69 m², 249,88 m², 252,08 m², 254,28 m², 256,48 m², 258,67 m² e 260,87 m², perfazendo a área total de 12.101,98 m² (doze mil, cento e um metros quadrados e noventa e oito decímetros quadrados), pelo prazo de 02 (dois) anos a contar da data da publicação da presente Lei.”

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pela Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário

Município de Palmitos/SC, em 20 de novembro de 2015.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

PROCESSO 134/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 134/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 57/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA. Data da entrega dos envelopes: 15/12/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 15/12/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 30 de Novembro de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

PROCESSO 135/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 135/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 58/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE) E EMULSÃO RM1 - C E RR1-C. Data da entrega dos envelopes: 11/12/2015 até as 14:00 horas. Data da abertura: 11/12/2015 até às 14:30 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 30 de Novembro de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2015. Objeto: Aquisição de móveis sob medida para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Tipo: Menor Preço Global e Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 13:45hs do dia 14 de dezembro de 2015; Início da Sessão Pública: Às 14:00hs do dia 14/12/2015. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 30 de novembro de 2015
Dario Schicovski
Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2015. Objeto: Aquisição de medicamentos constantes do Guia da Farmácia necessários e imprescindíveis para atendimento a pessoas carentes do Município de Papanduva, para o exercício de 2016. Tipo: Major Percentual de Desconto e Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 15 de dezembro de 2015; Início da Sessão Pública: Às 08:45hs do dia 15/12/2015. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 30 de novembro de 2015
Marli dos Santos da Cunha Ramos
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Passos Maia

PREFEITURA

EDITAL N. 0062/2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0062/2015
PREGÃO PRESENCIAL N. 0041/2015
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0062/2015, Modalidade de Pregão Presencial n. 0041/2015 – Objeto: A presente licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de borracharia, conserto de pneus para veículos leves, caminhões, máquinas e ônibus da frota do município de Passos Maia – SC, conforme descrito no anexo I do edital. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 14:00 horas do dia 14 de dezembro de 2015, iniciando-se a Sessão Pública às 14:15 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 30 de novembro de 2015.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO N. 0002/2015 AO CONTRATO N. 0039/2014

TERMO ADITIVO 0002/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0039/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0020/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n. 0013/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade registrada sob o n. 1.510.345, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, à empresa CLINITRAUMA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DE LAGES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 01.703.234/0001-68, com sede à Rua Frei Rogério, n. 773, centro, Município de Lages – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Senhor ODAIR COMIN, brasileiro, solteiro, médico, inscrito no CNPJ sob o n. 882.021.860-72 e RG n. 105384907, residente e domiciliado à Rua Wenceslau Franklin, n. 141, Bairro Universitário, Município de Lages – SC, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, de comum acordo resolvem celebrar o Presente Termo Aditivo, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de

Licitação, na minuta do contrato que compõem o Edital e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em novas despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também poderia prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada, através dos profissionais que a integram, está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos usuários dos serviços, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 11 (onze) meses, sendo assim, vigorará até data de 30 de novembro de 2016.

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, inclusive no tocante ao preço estabelecido.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia - SC, 27 de novembro de 2015;

IVANDRE BOCALON	ODAIR COMIN
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA	CLINITRAUMA
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

EDSON SALVADEGO	DOUGLAS AIGNER
CPF n. 067.004.859-32	CPF n. 009.844.399-27

TERMO ADITIVO N. 0003/2015 AO CONTRATO N. 0001/2013

TERMO ADITIVO n. 0003/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0001/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0078/2012

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS n. 0004/2012

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade registrada sob o n. 1.510.345, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa BETHA SISTEMAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 00.456.865/0001-67, sediada na Rua João Pessoa, n. 134, 10º andar, centro, Cidade e Comarca de Criciúma - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JÚNIOR, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob o n. 004.770.259-19, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, de comum acordo resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso IV, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação e no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTICATIVA

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a sistemas de informática utilizados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em novas despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também poderia prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que os servidores municipais estão adaptados aos sistemas de informática fornecidos pela contratada;

Considerando que os programas de informática objeto da contratação são fundamentais para a gestão pública, sendo de suma importância a sua manutenção;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até data de 31 de dezembro de 2016.

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, inclusive no tocante ao preço estabelecido.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia - SC, 30 de novembro de 2015.

IVANDRE BOCALON

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA.

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

EDSON SALVADEGO

CPF n. 067.004.859-32

DOUGLAS AIGNER

CPF n. 009.844.399-27

TERMO ADITIVO N. 0003/2015 AO CONTRATO N. 0035/2013

TERMO ADITIVO 0003/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0035/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0016/2013

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n. 0011/2013

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade registrada sob o n. 1.510.345, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa INSTITUTO FAE S/C LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 04.844.284/0001-53, sediada na Rua da Consolação, n. 317, Bairro Matinho, Município de Xanxerê - Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. EDEGAR ANTONIO FELIPPE, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob o n. 552.419.309-06, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, de comum acordo resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso IV, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação e no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTICATIVA

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a sistemas de informática utilizados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em novas despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também poderia prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que os servidores municipais estão adaptados aos sistemas de informática fornecidos pela contratada;

Considerando que os programas de informática objeto da contratação são fundamentais para a gestão pública, sendo de suma importância a sua manutenção;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia

aumentar;

Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até data de 31 de dezembro de 2016.

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, inclusive no tocante ao preço estabelecido.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia - SC, 30 de novembro de 2015.

IVANDRE BOCALON	INSTITUTO FAE S/C LTDA
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA	CONTRATADA
CONTRATANTE	

TESTEMUNHAS:

EDSON SALVADEGO	DOUGLAS AIGNER
CPF n. 067.004.859-32	CPF n. 009.844.399-27

TERMO ADITIVO N.0002/2015 N. 0058/2014

TERMO ADITIVO n. 0002/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0058/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0032/2014

CONVITE n. 0002/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, com inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o n. 625.625.769-34, residente e domiciliado na cidade de Passos Maia, Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado Sra. SAMARA MARIANI, brasileira, enfermeira, inscrita no CPF sob o n. 081.888.799-08, residente e domiciliada na Rua Frei Caetano, n. 265, centro, Cidade e Comarca de Ponte Serrada – Estado de Santa Catarina, a seguir denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acertado o constante nas cláusulas a seguir enumeradas:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação, na minuta do contrato que compõem o Edital e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além

de implicar em novas despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também poderia prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada, através dos profissionais que a integram, está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos usuários dos serviços, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, sendo que vigorará até data de 30 de novembro de 2016.

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, inclusive no tocante ao preço estabelecido.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 27 de novembro de 2015.

IVANDRE BOCALON	SAMARA MARIANI
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA	CONTRATADA
CONTRATANTE	

TESTEMUNHAS:

EDSON SALVADEGO	DOUGLAS AIGNER
CPF n. 067.004.859-32	CPF n. 009.844.399-27

Penha

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - ASSISTENTE SOCIAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 04/12/2015, das 12:00hrs às 17:00hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
04º. 22070 LUCIMAR TIBUSKI

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 30 de novembro de 2015.
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2015.

ANEXO 2 DECLARAÇÃO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____
Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____, Cidade _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada Saída
() Efetivo Cargo: _____/_____/_____/_____/_____
() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/_____/_____/_____
_____/_____/_____/_____/_____

- www.diariomunicipal.sc.gov.br

Posse: _____ Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

Saída: _____ Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2015.

ANEXO 4

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não me encontro em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2015.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

ERRATA DE EDITAL PP41/2015 - PMP

ERRATA DE EDITAL

REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015 - PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2015 - PMP

ONDE SE LÊ:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUAN	PREVISÃO DE CUSTO R\$	
				UNIT.	GLOBAL
01	PLACAS 0,50 X 0,50 EM CHAPA GALVANIZADA AO FOGO MEDINDO 0,50X0,50 MTS COM BRAÇADEIRAS PARA FIXAÇÃO EM PEDESTAIS DE FERRO TUBULAR 2 POLEGADAS COM 3 MTS DE ALTURA + INSTALAÇÃO COM CONCRETO, PARA PLACAS DE: PROIBIDO VIRAR A ESQUERDA, PROIBIDO VIRAR A DIREITA, LOMBADAS E CICLOVIA.	UN	380	150,00	57.000,00
02	PLACAS 0,60X0,80 EM CHAPA GALVANIZADA AO FOGO MEDINDO 050X0,50 MTS COM BRAÇADEIRAS PARA FIXAÇÃO EM PEDESTAIS DE FERRO TUBULAR 2 POLEGADAS COM 3 MTS DE ALTURA + INSTALAÇÃO COM CONCRETO PARA PLACAS DE PROIBIDO ESTACIONAR E PARE. OBS: A empresa vencedora da licitação deverá instalar as placas nos locais designados pelo Município de Penha sem nenhum custo. Os locais serão determinados pela Secretaria de Planejamento bem como o cronograma de instalação das placas, sendo que a empresa deverá obedecer rigorosamente as determinações da referida Secretaria.	UN	50	270,00	13.500,00
	TOTAL				R\$ 70.500,00

LEIA-SE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUAN	PREVISÃO DE CUSTO R\$	
				UNIT.	GLOBAL
01	Placas de Sinalização, com sinais de PROIBIDO VIRAR A ESQUERDA, PROIBIDO VIRAR A DIREITA, LOMBADA E CICLOVIA, com as seguintes características: medidas 50X50cm, confeccionada em chapa de aço galvanizado nº. 18, com espessura de 1,25mm, com aplicação de fundo primer (fosfatização) E/OU pintura eletrostática, acabamento com pintura automotiva em ambos os lados, atrás da placa deverá ser preto fosco, deverá ter aplicação de revestimento em adesivo vinil reflexivo importado, apresentar selo de garantia de durabilidade de no mínimo 03 (três) anos. As formas padrão dos sinais de advertência e/ou regulamentação deverão obedecer às normas estabelecidas pelo DENATRAN. A placa deverá vir acompanhada de poste para sinalização viária, com as seguintes características: 2,0"x 2,00mm x 3,00m, confeccionada em aço galvanizado eletrolítico, sem emendas transversais, tampão de plástico (para uma das pontas). A placa deverá ser instalada, fixada em bloco de concreto e circunferência de 30 a 40 cm de profundidade.	UN	380	150,00	57.000,00

02	Placas de Sinalização, com sinais de PROIBIDO ESTACIONAR e PARE, com as seguintes características: medidas 50X50cm, confeccionada em chapa de aço galvanizado nº. 18, com espessura de 1,25mm, com aplicação de fundo primer (fosfatização) E/OU pintura eletrotática, acabamento com pintura automotiva em ambos os lados, atrás da placa deverá ser preto fosco, deverá ter aplicação de revestimento em adesivo vinil reflexivo importado, apresentar selo de garantia de durabilidade de no mínimo 03 (três) anos. As formas padrão dos sinais de advertência e/ou regulamentação deverão obedecer às normas estabelecidas pelo DENATRAN. A placa deverá vir acompanhada de poste para sinalização viária, com as seguintes características: 2,0"x 2,00mm x 3,00m, confeccionada em aço galvanizado eletrolítico, sem emendas transversais, tampão de plástico (para uma das pontas). A placa deverá ser instalada, fixada em bloco de concreto e circunferência de 30 a 40 cm de profundidade. OBS: A empresa vencedora da licitação deverá instalar as placas nos locais designados pelo Município de Penha sem nenhum custo. Os locais serão determinados pela Secretaria de Planejamento bem como o cronograma de instalação das placas, sendo que a empresa deverá obedecer rigorosamente as determinações da referida Secretaria.	UN	50	270,00	13.500,00
	TOTAL				R\$ 70.500,00

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 30 de novembro de 2015.

Daniele S. de S. Lunge

Secretária de Administração

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS - PROCESSO SELETIVO 05/2015 - AUXILIAR OPERACIONAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº. 05/2015 - AUXILIAR OPERACIONAL

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

ADRIANO VIEIRA
 ADOLFO HOWE
 ALINE LAMIM
 ALTINO TROFINO CORRÊA
 AURÉLIO DE BARROS
 CLEIDE MARIA SEVERINO
 DAURO VALÉRIO DE SOUZA
 GEONIR DE SOUZA
 INAJARA FREDERICO
 IVAN GUALBERTO GALVÃO
 IVAN REITER
 JAIR TRENTINI
 JANAINA LUIZA BERTOLDO
 JANDERSON HOWE
 JENS RUPRECHT
 JÉSSICA CRISTINA HOWE
 JOSÉ CELIO DA SILVA PEREIRA
 JOSÉ SILVEIRA DA ROSA
 JUVENAL GONÇALVES
 LUCAS MONTEIRA DA CUNHA
 MARCOS ANTONIO DE CARVALHO
 MARCOS ROGÉRIO DE CARVALHO
 MARIA DAS NEVES SILVA
 PAULO CESAR WAGNER
 TIAGO AGUIAR SANTIAGO
 VALDIR DIAS CORREIA
 VALDIVINO DA LUZ
 WANESSA SOLANGE DA SILVA

Penha, 30 de novembro de 2015

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 322/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 322/2015

COLOCAR A DISPOSIÇÃO: por tempo indeterminado, com base no que determina o art. 57 da lei nº 01/2005, ao funcionário AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, para ocupar o cargo de Secretário de Desenvolvimento Regional junto a Secretaria de Desenvolvimento Regional do Vale do Itajaí, sem percepção integral de seu vencimento. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 18/11/2015.

Penha/SC, 30 de novembro de 2015.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

PP44/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL PARA SER INSTALADO NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Abertura do Processo: 11/12/2015 às 16h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 30 de novembro de 2015.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA 49ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 49ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos dezessete de novembro de 2015. Ausente a Vereadora Maria Jura-cí Alexandrino devido viagem à Brasília, presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com a votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 453, 454 e 455/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 456, 464 e 465/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. Nº 457 e 462/2015 do Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI. Nº 458 E 468/2015 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 459 e 466/2015 do Vereador ÉDIO MARQUETTI. Nº 460, 461 e 463/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 467, 468 e 469/2015 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO. No GRANDE EXPEDIENTE - ART. 130 R.I. - Projeto de Resolução nº 13/2015 de autoria da Mesa Diretora: FIXA DIÁRIA PARA OS VEREADORES E SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENHA. Projeto De Lei Ordinária 43/2015 Do Executivo: AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PENHA A FIRMAR CONVÊNIO COM A AMFRI -ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO FOZ DO RIO ITAJAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Projeto de Lei Ordinária nº 34/2015 de autoria do Vereador SÉRGIO DE MELLO: ASSEGURA A PUBLICIDADE DAS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS DE LOCAÇÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. REQUERIMENTOS: - Nº 219/2015 do vereador CLÓVIS BERGAMASCHI: aprovado por unanimidade. Nº 229/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA, aprovado por unanimidade Nº 230/2015 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO: aprovado por unanimidade. Nº 231/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT: “ aprovado por unanimidade Nº 232/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO:” aprovado por unanimidade Nº 233/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO: aprovado por unanimidade MOÇÕES: Nº 67/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA, registra com pesar o falecimento da Senhora Cacilda, esposa do Sr. Aurino. Nº 68/2015 do Vereador ÉDIO MARQUETTI, registra com pesar o

falecimento da Senhora Luciana Gonçalves Cota, de família tradicional do Bairro ao Cristóvão. Nas Considerações Finais e acordo com o artigo 132 R.I. Fez uso da palavra pelo Tempo Regimental o Vereador Claudinei Ruduite Pressi cumprimentou a todos e registrou alguns assuntos, como o contrato de consórcio de águas, desejando que possam de fato acompanhar a fiscalização da empresa que tema responsabilidade de cumprir com o edital e contrato recém feito na questão de saneamento básico e distribuição de água, e que esta seja suficiente para todos, de outra forma, devem procurar as medidas cabíveis. Registrou solicitação feitas ao Executivo agradecendo pois hoje muitas estão se concretizando, em especial muitas ruas pavimentadas. Assim como faz críticas quando considera necessário, sabe também elogiar e agradecer as obras que vem realizando no município. Citou que os vereadores de situação podem comemorar a pavimentação de quatorze ruas no Bairro Gravatá. Em seguida, pronunciou-se em tribuna o Vereador Clóvis Bergamaschi, tecendo agradecimentos a administração municipal, em especial pela Emenda no orçamento para limpeza e desassoreamento do Rio Iriri, para que os pescadores possam usufruir com menos dificuldade, e também convênio com a AMFRI. Colocou que seria importante convocar as empresas que margeiam o Rio Iriri para discutirem sobre as possibilidades de cada um contribuir para a despoluição. O Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho, cumprimentou aos presentes e falou sobre os comentários na internet sobre a empresa que fecha os buracos da Empresa Águas do Itapocoroy, que parece fazer serviço contrário. Pediu a todos que contribuíssem para uma senhora que precisa fazer ressonância, pois tem câncer de mama e está há dois meses esperando liberação na Secretaria de Saúde. É indispensável que ela faça a ressonância para então poder fazer a cirurgia. Teceu agradecimentos ao Alex e à Patrícia, pelo apoio quanto a realização do torneio, com participação de aproximadamente 160 crianças. Este torneio contou com a participação de pessoas de bem com disposição para apoiar o esporte no município, independente o poder público. Em seguida fez uso da palavra a Vereadora Áurea Márcia dos Santos Pinheiro, teceu agradecimentos a emenda do Deputado Marco Tebaldi, destinando R\$395.000 para a saúde de Penha. Em seguida, referiu-se ao discurso do Vereador Antônio na sessão anterior, onde o mesmo teceu críticas severas ao seu trabalho, sendo que havia pedido recursos para academia ao ar livre, e o vereador sugeriu que deveria

ter sido pedido então remédios para atender esta necessidade da população. A Vereadora expôs que não é gestora de saúde e não admite esse tipo de crítica ao seu trabalho na sua ausência. O Vereador Antônio defendeu que seu discurso não foi denegrindo, e realmente considera mais importante a destinação para medicamentos. E por ser a Vereadora funcionária da área da saúde sabe dessa necessidade. O Vereador Claudinei em aparte contribui citando que o recurso vem para o município, mas o Prefeito administra a melhor destinação para este recurso. A vereadora Márcia solicitou que citem seu nome não na sua ausência, mas sim quando estiver presente, e sugeriu ao Vereador Antônio que ele próprio pode ir em busca de recursos para medicamentos junto aos seus deputados. Vereador retrucou que se a Vereadora quiser que citem seu nome somente na sua presença deveria começar a se fazer presente até o final da sessão, onde é o momento dos pronunciamentos. A vereadora retrucou que não admite politicagem envolvendo seu nome. Acalmados os ânimos, o Vereador Felipe passou a Presidência ao Vice Presidente Clóvis Bergamaschi e dirigiu-se à tribuna para seu pronunciamento. Cumprimentou a todos os munícipes que acompanham as sessões, agradeceu as contribuições e aos vereadores que ainda permanecem no plenário. Em seguida, explicou sobre as ações da Câmara de Vereadores de Penha quanto a promoção de debates de assuntos importantes para melhorias na qualidade de vida através de audiências públicas, como segurança pública e meio ambiente. Citou o desastre ambiental na Cidade de Mariana, a maior catástrofe ambiental dos últimos tempos, devido a exploração arcaica, retrógrada e ultrapassada de minério pela empresa responsável. Ato este permitido quando os organismos ambientais são complacentes na hora de controlar as licenças ambientais. Em seguida, citou a realização de audiência pública sobre Praia de São Miguel promovendo debates sobre saneamento básico e meio ambiente. Na próxima quarta-feira, teremos audiência também sobre a Lei anti-corrupção, visando a melhoria da política. Informou a agenda do Legislativo até o final de 2015, citando além das sessões ordinárias, a solenidade de diplomação dos vereadores mirins, solenidade de homenagem ao Padre Inácio com título de Cidadão honorário e sessão Itinerante no Bairro de Armação. Em seguida agradeceu a oportunidade desejando que Deus nos abençoe com o livramento diário e que possamos todos fazermos o melhor pelas pessoas da nossa cidade. Em seguida fez uso da palavra o Vereador Sérgio de Mello, pedindo a atenção da administração pública quanto aos sérios problemas do Cemitério do Bairro Gravatá relatados em mídia e rede social, quanto ao acúmulo de lixo e demais problemas sérios, inclusive com túmulo aberto e potes acumulando água. Prosseguiu citando outras necessidades do Bairro relatadas pelo Sr. Marcelo presente nesta noite. Em seguida, dirigindo-se ao Vereador Claudinei, afirmou que na administração do PMDB teve investimentos sim no Bairro Gravatá, sendo que a Praia de São Miguel foi rebaixado e pavimentado, ruas extensas foram pavimentadas como a Rua Timóteo Perfeito Fores, Rua São Miguel, pavimentadas em toda sua extensão um investimento altíssimo em relação a pequenas ruas. Expôs, a pedido de pessoas da comunidade, que a Prefeitura precisa adquirir um rolo compressor a ser utilizado após a macadamização para uniformizar o chão, dando condições de trafegabilidade aos ciclistas e pedestres. Abordou a situação crítica das ruas não Bairro Santa Lúcia, em especial no Jardim dos Navegantes que está intransitável que precisa de manutenção e colocação de tubulação. Em aparte o Vereador Claudinei defendeu que percebeu como o Vereador Sérgio aborda o assunto, com demagogia quando fala da administração anterior. O Vereador Sérgio rebateu respeitosamente ao comentário e prosseguiu seu discurso dizendo que não admite algumas colocações, pois entende que não é necessário desvalorizar as ações da administração passada como costumam fazer, para poder valorizar a administração atual. Nada mais havendo o exmo. Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores para próxima reunião no dia vinte e quatro de novembro as dezenove horas. E, para constar, Eu, Ivana da Costa, Secretária, lavrei a presente ata que após

aprovada segue assinada pelo exmo. Sr. Primeiro Secretário. Sala das Sessões, 17 de novembro de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT
Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA
1º Secretário

ATA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 50ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos vinte e quatro de novembro de 2015. Ausentes os Vereadores Édio Marquetti e Claudinei Ruduitte Pressi devido a viagem à Brasília, bem como os Vereadores Isac Hamilton da Costa e Jefferson Ademir Custódio devido a curso na Cidade de Curitiba e ainda o Vereador Clóvis Bergamaschi, por motivos de saúde. Presentes os demais Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com a votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. INDICAÇÕES: Nº 470, 471 e 472/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 473/2015 dos Vereadores MARIA JURACI ALEXANDRINO e SÉRGIO DE MELLO. Nº 474 e 475/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 476/ e 477/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. Nº 478, 479 e 480/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT. GRANDE EXPEDIENTE - ART. 130 R.I. - Leitura do Projeto de Lei Complementar nº 03/2015 do Executivo: ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2005 E LEI COMPLEMENTAR Nº 57/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Leitura do Projeto de Lei Nº 38/2015 do Legislativo de autoria do Vereador Felipe Rebello Schmidt: ESTABELECE BALCÃO DOS ADVOGADOS, CORRETORES DE IMÓVEIS E CONTADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. REQUERIMENTOS: Nº 234/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Aprovado por unanimidade dos presentes. Nº 235/2015 dos Vereadores MARIA JURACI ALEXANDRINO e SÉRGIO DE MELLO: Aprovado por unanimidade dos presentes. Nº 236/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT. Aprovado por unanimidade dos presentes. MOÇÕES: Nº 69/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO: Aprovado por unanimidade dos presentes. Nº 70/2015 dos Vereadores MARIA JURACI ALEXANDRINO e SÉRGIO DE MELLO: Aprovado por unanimidade dos presentes. Nº 71/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT: Aprovado por unanimidade dos presentes. Nas CONSIDERAÇÕES FINAIS - ART. 132 R.I.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 2015.
FELIPE REBELLO SCHMIDT
Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA
1º Secretário

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

A Câmara de Vereadores de Penha através do Presidente, no uso de suas atribuições legais RESOLVE:

Com fundamento ao inciso VI, do art. 43, da Lei nº 8.666/93, posteriores alterações e no termos da Lei nº 10.520/2002, confirmar a ADJUDICAÇÃO do objeto licitado em favor da Empresa TECTONER RECARGA DE TONER LTDA, CNPJ 01.027.088/0001-06, no valor de R\$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais) referente ao lote único, e HOMOLOGAR o Processo Licitatório Nº 10/2015, na modalidade Pregão Presencial Nº 06/2015, que tem por objeto a aquisição de suprimentos de informática, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do edital correspondente, apreciado no dia vinte e sete de novembro de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos na sede da Câmara de Vereadores de Penha.

Penha, 30 de novembro de 2015.
FELIPE REBELLO SCHMIDT
Presidente

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 340/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 340/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviço de link de internet dedicado na velocidade de 5MB e compreende o fornecimento, configuração e manutenção dos meios de transmissão necessários para prestação de Link de internet dedicado na velocidade de 5MB, através de Fibra Óptica e entregue via cabo Fast Ethernet.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 213/2015.

EMPRESA CONTRATADA: INFOPASA TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço total de R\$ 2.515,76 (dois mil quinhentos e quinze reais e setenta e seis centavos).

DATA DO CONTRATO: 12 de novembro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.024 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.024 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014 E TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item II e III e o Art.12º da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 2.014.238,00 (dois milhões quatorze mil duzentos e trinta e oito reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, no Fundo de Aposentadoria e Pensão de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados

ÓRGÃO: 16.000 – Fundo de Aposentadoria e Pensão de Pomerode
Unidade Orçamentária: 16.001 – Fundo de Aposentadoria e Pensão de Pomerode

Projeto/Atividade: 0009.0272.0170.2054– Encargos com a Aposentadoria e Pensões

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 – Recursos Ordinários R\$ 2.200,00

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03030000 – Contribuição para o RPPS R\$1.500.000,00

Projeto/Atividade: 0009.0272.0170.2055– Manutenção das Atividades do Fap

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03030000 – Contribuição para o RPPS R\$ 512.038,00

TOTAL R\$2.014.238,00

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DE POMERODE

Art. 2º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 987.962,00 (novecentos e oitenta e sete mil novecentos e sessenta e dois reais) do Orçamento em vigor, no Fundo de Aposentadoria e Pensão de Pomerode,, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada

ÓRGÃO: 16.000 – Fundo de Aposentadoria e Pensão de Pomerode
Unidade Orçamentária: 16.001 – Fundo de Aposentadoria e Pensão de Pomerode

Projeto/Atividade: 0009.0272.0170.2055– Manutenção das Atividades do Fap

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01030000 – Contribuição para o RPPS R\$ 987.962,00

TOTAL R\$ 987.962,00

Art 3º - Os valores resultantes das transposições do Art. 2º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias

abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 16.000 – Fundo de Aposentadoria e Pensão de Pomerode
Unidade Orçamentária: 16.001 – Fundo de Aposentadoria e Pensão de Pomerode

Projeto/Atividade: 0009.0272.0170.2055– Manutenção das Atividades do Fap

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01030000 – Contribuição para o RPPS R\$ 987.962,00

TOTAL R\$ 987.962,00

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 27 de novembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI MÔNICA SUSAN ZIMMER

Prefeito Municipal Secretária de Gestão Admin. e Faz.

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA AS VAGAS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO E CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA AS VAGAS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO E CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE

O Diretor Superintendente do Fundo de Aposentadoria e Pensões de Pomerode, Sr. Edoardo Riemer, torna público que encerrou o prazo para impugnação, que não fora apresentada impugnações e que, portanto, ficam homologadas as seguintes candidaturas para as vagas do Conselho Administrativo e para o Conselho Fiscal do Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município de Pomerode:

Para o Conselho Administrativo:

Nº Protocolo	Nome	Local Trabalho
871	Godofredo Burger	Sec. Educ e Formação Empreendedora
895	Alcino Siewert	Inativo
913	Silvana Maria Kienen	PSF - Ribeirão Clara
922	Clotilde Giliam Rostocvcev Krause	EBM Almirante Barroso
924	John Marcos Kielwagen	PSF - Centro
925	Aline Beatris Pruner	Sec. Educ e Formação Empreendedora

Para o Conselho Fiscal:

Nº Protocolo	Nome	Local Trabalho
891	Marlise Wiesner	Inativa
909	Sírio Jandre	Sec Agricultura, Indústria e Comércio
914	Eduardo José Pandolfo	Sec de Planejamento
923	Roberto Amorin Moreira	PSF - Centro
926	Joana Wachholz	Sec. Educação e Formação Empreendedora

927	Edson Amarildo Weidner	Sec de Planejamento
-----	------------------------	---------------------

Pomerode, 17 de outubro de 2011
EDOARDO RIEMER
Diretor Superintendente

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 128 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 128 / 2015

Processo Administrativo n.º 093 / 2015.
Pregão Presencial n.º 048 / 2015 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: RÉGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS PARA ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$13.574,20 (treze mil, quinhentos e setenta e quatro reais e vinte centavos) – Itens 03, 04, 07, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 29, 31, 32, 37, 38, 39, 40 e 41.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 25/11/2016.

Pomerode/SC, 25 de Novembro de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 129 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 129 / 2015

Processo Administrativo n.º 093 / 2015.
Pregão Presencial n.º 048 / 2015 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: BRUNEL DISTRIBUIDORA DE BRINQUEDOS LTDA ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS PARA ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$1.453,30 (um mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta centavos) – Itens 13 e 44.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 25/11/2016.

Pomerode/SC, 25 de Novembro de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 130 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 130 / 2015

Processo Administrativo n.º 093 / 2015.
Pregão Presencial n.º 048 / 2015 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: RSUL LTDA ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS PARA ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$3.101,00 (três mil e cento e um reais) – Itens 11, 12, 14, 16 e 45.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 25/11/2016.

Pomerode/SC, 25 de Novembro de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 131 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 131 / 2015

Processo Administrativo n.º 093 / 2015.
Pregão Presencial n.º 048 / 2015 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: ADL COMERCIAL EIRELI.
Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS PARA ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$2.220,00 (dois mil e duzentos e vinte reais) – Item 02.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 25/11/2016.

Pomerode/SC, 25 de Novembro de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 132 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 132 / 2015

Processo Administrativo n.º 093 / 2015.
Pregão Presencial n.º 048 / 2015 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: LBT – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS – EIRELI – EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS PARA ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO

INFANTIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor total registrado: R\$2.708,50 (dois mil, setecentos e oito reais e cinquenta centavos) – Itens 01, 06, 08, 10, 15, 17, 18, 19, 25 e 28.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 25/11/2016.

Pomerode/SC, 25 de Novembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 133 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 133 / 2015

Processo Administrativo n.º 093 / 2015.

Pregão Presencial n.º 048 / 2015 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: SCOTTY BRINQUEDOS EIRELI - ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS PARA ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$2.930,00 (dois mil e novecentos e trinta reais) – Itens 05, 34, 35 e 36.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 25/11/2016.

Pomerode/SC, 25 de Novembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 134 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 134 / 2015

Processo Administrativo n.º 093 / 2015.

Pregão Presencial n.º 048 / 2015 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: VERONICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS PARA ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$2.460,60 (dois mil, quatrocentos e sessenta reais e sessenta centavos) – Itens 09, 27, 30, 33, 42 e 43.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 25/11/2016.

Pomerode/SC, 25 de Novembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

LEI ORDINÁRIA Nº 2.777, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.777, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

cria CADASTRO PARA BLOQUEIO DE LIGAÇÕES DE TELEMARKE-
TING.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Pomerode, o Cadastro para o Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing.

Parágrafo Único: O Cadastro tem por objetivo impedir que as empresas de telemarketing, ou estabelecimentos que se utilizem deste serviço, efetuem ligações telefônicas não autorizadas para os usuários nele inscritos.

Art. 2º A partir do 45º (quadragésimo quinto) dia do ingresso do usuário no Cadastro, as empresas que prestam serviços relacionados ao parágrafo único do artigo 1º ou pessoas físicas contratadas com tal propósito, não poderão efetuar ligações telefônicas destinadas às pessoas inscritas no cadastro supra criado.

§ 1º Incluem-se nas disposições desta lei os telefones fixos e os aparelhos de telefonia móvel em geral.

§2º A qualquer momento o usuário poderá solicitar a sua exclusão do Cadastro.

Art. 3º Não se aplicam os dispositivos da presente lei às entidades filantrópicas e aquelas declaradas de utilidade pública que utilizem telemarketing para angariar recursos para financiamento de suas atividades.

Art. 4º A Prefeitura Municipal de Pomerode regulamentará essa Lei no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação no Diário Oficial do Município definindo, inclusive, o órgão municipal que será responsável pela manutenção do cadastro instituído pelo Artigo 1º desta Lei.

Art. 5º As empresas que fizerem ligações para os números relacionados no CADASTRO DE BLOQUEIOS DO RECEBIMENTO DE LIGAÇÕES DE TELEMARKE-
TING estarão sujeitas a multa de 300 UFM's, por ligação para número bloqueado.

Art. 6º Em caso de reincidência o valor será dobrado com relação a última infração Aplicada.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 30 de novembro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.778, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.778, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER, POR ADOÇÃO, A ADMINISTRAÇÃO DE LOCAIS INDICADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, por intermédio de adoção, a administração de praças, parques, jardins e demais logradouros e bem assim outros próprios do domínio público municipal, a empresas e demais pessoas jurídicas estabelecidas neste Município para fins de manutenção, conservação e melhoria dos equipamentos de lazer e cultura.

Art. 2º Entende-se por adoção, para fins desta Lei, o ato firmado por meio de Termo de Cooperação entre a Prefeitura Municipal e as empresas ou demais pessoas jurídicas interessadas, com o fito de administrar, nos termos do artigo anterior, logradouros públicos, assumindo estas os encargos decorrentes.

Art. 3º O regulamento da adoção será expedido pelo Chefe do Poder Executivo que fixará as normas de habilitação, de concessão, de responsabilidade e de participação financeira nas obras ou melhoramentos, obedecendo aos padrões estabelecidos pelo Poder Público, bem como as demais exigências administrativas necessárias à implantação, execução e fiscalização dos projetos aprovados.

Art. 4º As benfeitorias realizadas pelo adotante não poderão alterar a natureza de uso e gozo do bem público, nem gerar qualquer direito de ressarcimento das despesas realizadas pelo mesmo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 30 de novembro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 654/2015

DECRETO Nº 654/2015, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.
"REDUZ LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reduzida a Licença para Tratamento de Saúde do Funcionário Público Municipal Sr. ROQUE JOSE PRAMIO, matrícula 759, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - O benefício foi concedido até o dia 26 de agosto de 2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 31 DE AGOSTO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 658/2015

DECRETO Nº 658/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.
"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO CONFORME ESPECIFICA."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença gestação a Funcionária Pública Municipal Sra. PRICILA ALINE MAIER, Matrícula 6211, ocupante do cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestado médico em anexo, a contar do dia 01 de Setembro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE SETEMBRO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 660/2015

DECRETO Nº 660/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias a Servidora Pública Municipal Sra. CHEILA CORONETTI, ocupante do cargo em comissão de ASSESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo 11 de julho de 2013 a 10 de julho de 2014, para serem gozadas de 31 de agosto de 2015 a 14 de setembro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE SETEMBRO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 661/2015

DECRETO Nº 661/2015, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde ao Sr. JOSE ADMIR MARAFON, Matrícula 6038, CONSELHEIRO TUTELAR, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - O período do atestado médico é por tempo indeterminado, a contar do dia 21 de agosto de 2015, conforme cópia do atestado médico em anexo.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE SETEMBRO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 664/2015

DECRETO Nº 664/2015, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.
"PRORROGA LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. KATIA VICCARI ALVES DE CANDIDO, Matrícula 1586, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício foi concedido até o dia 15 de setembro de 2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE SETEMBRO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 667/2015

DECRETO Nº 667/2015, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.
"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. SONIA MARY NOVAKOSKI, matrícula 6313, ocupante do cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 03 de setembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE SETEMBRO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 668/2015

DECRETO Nº 668/2015, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.
"CONTRATA CONSELHEIRA TUTELAR."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a licença para tratamento de saúde do conselheiro tutelar José Admir Marafon;

CONSIDERANDO que o cargo de conselheiro tutelar é de caráter eletivo, tendo como pré-requisito classificação em prova teórica;

CONSIDERANDO a existência de suplentes eleitos através do Processo de Eleição n. 001/CMDCA/2012;

CONSIDERANDO que a primeira suplente eleita não possui interesse em assumir a vaga;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. SONIA MARY NOVAKOSKI, portadora do RG n. 1.071.306-9 e CPF n. 501.938.219-15 para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR com 40:00 horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE SETEMBRO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 669/2015

DECRETO Nº 669/2015, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. CIRLEIA APARECIDA OLIVEIRA, Matrícula 6289, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 10 de junho de 2014 a 09 de junho de 2015, para serem gozadas de 06 de julho de 2015 a 04 de agosto de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE SETEMBRO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 670/2015

DECRETO Nº 670/2015, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015.

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. IVANIR FERREIRA DA CRUZ, matrícula 6339, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 08 de setembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 683/2015

DECRETO Nº 683/2015, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. ROBERTO BARBOSA, Matrícula 5800, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2015, para serem gozadas de 01 de outubro de 2015 a 30 de outubro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 684/2015

DECRETO Nº 684/2015, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

"ALTERA CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO que a servidora, SONIA MARY NOVAKOSKI foi exonerada do cargo.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. SAIONARA DALLALIBERA, Matrícula 6183, PROFESSORA, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 10:00 horas semanais até o final do ano letivo.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de setembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 685/2015

DECRETO Nº 685/2015, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

"ALTERA CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO que a servidora PRICILA ALINE MAIER está em licença maternidade.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. MARA REGINA BATISTA DA SILVA COPPINI, Matrícula 6256, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 20:00 horas semanais até o final do ano letivo.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de setembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 688/2015

DECRETO Nº 688/2015, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.
"NOMEIA CHEFE DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. LEANDRA DA SILVA, portadora do CPF 008.693.869-05, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, Padrão "CC", Nível "05", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de setembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 689/2015

DECRETO Nº 689/2015, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. ANA MAFALDA RODRIGUES DE GREGORI, Matrícula 6295, ESTÁGIARIA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período dos atestado médico é de 31 (trinta e um) dias, a contar do dia de hoje, conforme cópia em anexo, podendo ser a licença prorrogada ou antecipada conforme decisão pericia médica a ser realizada pelo médico do INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 691/2015

DECRETO Nº 691/2015, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.
"ALTERA CARGA HORÁRIA COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a exoneração da servidora Raquel de Moura Cazuni.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. DIRCEIA SIQUEIRA, Matrícula 1592, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 20:00 horas semanais até o final do ano letivo.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 21 de setembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 692/2015

DECRETO Nº 692/2015, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.
"CONTRATA SERVIDORA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO que a servidora Pricila Aline Maier está em gozo de licença maternidade.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica contratada a Sra. GECI MALLMANN BORTOLAZZO, portadora do CPF 043.899.829-40, para ocupar o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de setembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 693/2015

DECRETO Nº 693/2015, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.
"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. ZELI APARECIDA DAMACENO, Matrícula 6190, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício com n. 6117750530 foi concedido até o dia 28 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE SETEMBRO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 694/2015

DECRETO Nº 694/2015, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.
"ALTERA CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO que a servidora ARLETE TEREZINHA DOS SANTOS CORREA está em licença para tratamento de saúde.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. TEREZINHA APARECIDA DIAS FERASSO, Matrícula 6240, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 10:00 horas semanais até o retorno da servidora.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 03 de setembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE SETEMBRO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 695/2015

DECRETO Nº 695/2015, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.
"ALTERA CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO que a servidora ARLETE TEREZINHA DOS SANTOS CORREA está em licença para tratamento de saúde.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. CIRLEIA APARECIDA OLIVEIRA, Matrícula 6289, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 20:00 horas semanais até o retorno da servidora.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 03 de setembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE SETEMBRO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 696/2015

DECRETO Nº 696/2015, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.
"ALTERA CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. SCHEILA MARIA ROSA DOS SANTOS, Matrícula 1564, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 10:00 horas semanais até o final do ano letivo.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de setembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE SETEMBRO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 697/2015

DECRETO Nº 697/2015, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora SIDINEIA MACIEL BOT-TOLI, matrícula 5806, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retro-ativo a partir do dia 01 de setembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 698/2015

DECRETO Nº 698/2015, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

"ALTERA CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. NOELI PALIANO AMPEZE, Matrícula 6235, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 10:00 horas semanais até o final do ano letivo.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de setembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE SETEMBRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO 85/2015

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

O município de PONTE SERRADA, SC, com sede na Rua Madre Maria Theodora, nº 264, Centro, cidade de Ponte Serrada, CEP 89.683/000, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.3236/0001-01, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09 HORAS do dia 14 de DEZEMBRO de 2015, tendo como local o CÂMARA DE VEREADORES, localizada na Rua Madre Maria Theodora, nº 264, Centro, Ponte Serrada, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162, JUCESC, para venda à vista de bens móveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou ainda pelos telefones (49) 3435 0122, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se a presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

PONTE SERRADA, SC, em 30 de novembro de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

EXTRATO CONTRATO 2015

CONTRATO Nº 0151/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: INSTITUTO O BARRIGA VERDE

CNPJ: 08.072.361/0001-55

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA DIVERSOS CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC.

VALOR: CONFORME PROPOSTA: Até 600 (seiscentas) inscrições – 100% do valor das inscrições para a Contratada. Acima de 601 (seiscentas e uma) inscrições – 10% do valor das inscrições será repassado para o Município de Ponte Serrada.

VIGÊNCIA: DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015 À 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

Porto Belo

PREFEITURA

1º RETIFICAÇÃO - CREDENCIAMENTO 001/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Porto Belo

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO – 001/2015 FUMTUR

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: "EDITAL DE CREDENCIAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO Nº 001/PMPB 2015 - ABRE INSCRIÇÕES PARA PESSOAS FÍSICAS E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, INTERESSADOS EM EXECUTAR O SERVIÇO DE COMÉRCIO TEMPORÁRIO EM QUIOSQUES NA PRAIA PARA A TEMPORADA 2015/2016 e 2016/2017, NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO".

Onde se lê:

Lei Municipal 1228/2001

Leia-se:

Lei Municipal 2146/2014

Onde se lê:

Caiaques

Leia-se:

Caiaques ou stand up (poderá optar pela modalidade)

Onde se lê:

Stand Up

Leia-se:

Caiaques ou stand up (poderá optar pela modalidade)

No item 2, inclui-se o subitem 2.13: Para a obtenção de alvará (ambulante) destinado a venda de picolé, será aceito inscrição para o credenciamento de pessoa jurídica, a qual poderá participar com o máximo de 4 carrinhos.

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação Credenciamento – 001/2015 FUMTUR.

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email licitacao@portobelo.sc.gov.br das 12:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 30 de novembro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.392, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 1.392, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

ALTERA O VALOR DA UFM-PB, CONFORME ESPECÍFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei Complementar

Municipal nº 052/2014 - Código Tributário,
DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, com uma correção de 0,82% (zero virgula oitenta e dois por cento), considerando o IPCA do mês de outubro de 2015, que passa a vigorar a partir de 1º de dezembro de 2015.

Art. 2º O valor da UFM-PB passará a ser de R\$ 2,5131.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 27 dias do mês de dezembro do ano de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.323, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.323, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PORTO BELO A RECEBER ÁREAS DE TERRAS EM DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Porto Belo autorizado a receber em doação as áreas descritas neste Artigo, de propriedade de Angela Maria da Silva Guedes, brasileira, viúva, portadora do RG nº 1.408.970-0 SSP/SC, inscrita no CPF/MF sob o nº 729.420.889-15; Roberto Gernan Guedes Neto, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG nº 5.283.605 e inscrito no CPF/MF nº 062.245.499-40, e Tibor Maximiliano Guedes, brasileiro, Portador do RG nº 05075176454 – Detran/SC, e inscrito no CPF/MF nº 062.245.419-65, ambos residentes e domiciliados na Avenida Atlântica, nº 2554, apto 251-A, Centro, Balneário Camboriu, com as seguintes medidas e confrontações:

I – Parte do imóvel matriculado no Registro de Imóveis de Porto Belo sob o nº 25.980, com a seguinte descrição: Um terreno rural, no Bairro Sertão do Valongo, município de Porto Belo, com área total de 3.625,05m², com a seguinte descrição: Frente ao Norte, do vértice A3 ao Vértice a2, medindo 452,98m, confrontando com a Área "a" terras de Angela Maria da Silva Guedes, Roberto German Neto e Tibor Maximiliano Guedes; Fundos ao Sul, do vértice B1 ao vértice B2, medindo 453,36, confrontando com a Área "B" terras de Angela Maria da Silva Guedes, Roberto German Neto e Tibor Maximiliano Guedes; Lado Direito ao Leste, do vértice A2 ao vértice B2, medindo 8,28m, confrontando com a Rua Marcelino Caetano; lado esquerdo ao Oeste, do vértice A3 ao vértice B1, medindo 10,57m, confrontando com a Rua Marcelino Caetano.

Art. 2º A presente doação destina-se a legalização de vias a décadas consolidadas.

Art. 3º A presente doação é a título gratuito, e em caráter irrevogável, irretratável e irrenunciável.

Art. 4º Serão de responsabilidade do Município as despesas decorrentes de escritura e despesas de registro no Ofício de Registro de Imóveis.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de novembro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.324, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.324, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015.

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de editais de licitação e respectivos contratos administrativos de prestação de serviços do Poder Executivo e Legislativo apresentar cláusula a respeito de capacitação dos trabalhadores envolvidos sobre o tema de Saúde e Segurança do Trabalho". Autor: Vereador Estevão Bertemes Guerreiro – Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Os órgãos e entidades da Administração Pública Direta do Município de Porto Belo deverão inserir nos editais de licitação, cujo objeto seja a contratação de obras ou serviços que envolvam o fornecimento de mão de obra, bem como nos correspondentes contratos administrativos, cláusula com exigência de capacitação de todos os trabalhadores, ministrada dentro da jornada de trabalho, sobre saúde e segurança do trabalho, conforme o tipo de atividade desenvolvida.

Parágrafo Único – Esta lei aplica-se a Segurança dos trabalhadores que prestem os serviços tanto ao Poder Executivo como ao Poder Legislativo.

Art.2º O conteúdo programático e a carga horária exigidos no caput do art. 1 serão definidos conforme o grau de risco da atividade e o tempo de duração do contrato e a capacitação deverá ser feita, exclusivamente, por pessoal da própria empresa contratada, sem oneração do contrato.

Parágrafo Único - A capacitação de que trata o caput servirá para todos os processos licitatórios que ocorrerem durante sua validade.

Art.3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de novembro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.325, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.325, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015.

Aprova o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de Porto Belo, e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de Porto Belo - SC, parte integrante desta Lei, em conformidade com a Lei Federal nº 12.305, de 12 de agosto de 2010 e Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010.

§ 1º. A Política Municipal de Resíduos Sólidos é orientada pelos princípios e objetivos contidos nos artigos 6º e 7º da Lei Federal nº 12.305, de 12 de agosto de 2010.

§ 2º. A íntegra do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de Porto Belo, encontra-se anexo a esta Lei.

Art. 2º. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de Porto Belo - SC deverá ser atualizado no

máximo a cada 4 (quatro) anos.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de novembro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.326, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.326, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016".

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, para a elaboração do orçamento do Município de Porto Belo, relativo ao exercício financeiro de 2016, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu art. 165, §2º, na Constituição Estadual no que couber na Lei Federal nº 4.320, de 1964 e na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, compreendendo:

I - as metas e prioridades da administração pública do Município de Porto Belo;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública Municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária do município, e

VII - disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Em consonância com o art. 165 § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2016, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2016, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, elaboradas a partir dos programas e ações estabelecidos no plano plurianual 2014-2017.

§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, de que trata o art. 4º da Lei Complementar 101/2000, são as identificadas nos Demonstrativos integrantes desta Lei, e que conterá ainda:

I - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências.

II - Demonstrativo 1 – Metas Anuais e Anexos Complementares;

III - Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

IV - Demonstrativo 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

V - Demonstrativo 4 – Evolução do Patrimônio Líquido;

VI - Demonstrativo 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VII - Demonstrativo 6 – Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
VIII – Demonstrativo 6.1 – Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
IX - Demonstrativo 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
X - Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - classificação institucional reflete a estrutura organizacional de alocação dos créditos orçamentários, e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgãos orçamentários e unidade orçamentária;
II - órgão, secretaria ou entidade desse mesmo grau, aos quais estão vinculadas as respectivas unidades orçamentárias. É o maior nível da classificação institucional;

III - unidade orçamentária, segmento da administração direta ou indireta a que o orçamento do Município consigna dotações específicas para a realização de seus programas de trabalho e respectivas ações, sobre os quais exerce o poder de disposição. É o menor nível da classificação institucional;

IV - função é representada pelos dois primeiros dígitos da classificação funcional e pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público;

V - subfunção é indicada pelos três últimos dígitos da classificação funcional, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções;

VI - programa é o instrumento de organização governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade. O programa é o módulo comum integrador entre o plano e o orçamento. O plano termina no programa e o orçamento começa no programa, o que confere a esses instrumentos uma integração desde a origem. O programa age como módulo integrador, e as ações, como instrumentos de realização dos programas.

VII – ações são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Incluem-se também no conceito de ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros Entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições e financiamentos, dentre outros.

VIII - atividade é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de governo;

IX - projeto é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

X - operações especiais são despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

XI - categoria econômica é a classificação das receitas e despesas em operações correntes ou de capital, objetivando propiciar elementos para uma avaliação do efeito econômico das transações do setor público;

XII - grupos de despesas constituem agrupamento de elementos com características assemelhadas quanto à natureza operacional do gasto;

XIII - modalidade de aplicação é a classificação da natureza da despesa que tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados;

XIV - receitas são recursos auferidos na gestão, a serem computados na apuração do resultado do exercício, desdobrados nas categorias econômicas de correntes e de capital; Ainda sob o enfoque orçamentário, são todos os ingressos disponíveis para a cobertura das despesas orçamentárias e para as operações que, mesmo sem o ingresso de recursos, financiem despesas orçamentárias, como é o caso das chamadas operações de crédito em bens e/ou serviços;

XV - execução física é a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XVI - execução orçamentária é a utilização dos créditos consignados no Orçamento Geral e nos créditos adicionais, mediante empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XVII - execução financeira trata do pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

XVIII - execução da despesa são os estágios da despesa orçamentária pública na forma prevista na Lei nº 4.320/1964 que são: empenho, liquidação e pagamento;

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, subfunção e programa às quais se vinculam.

Art. 4º A Lei Orçamentária para o exercício de 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos seus fundos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobrada as despesas por funções, subfunções, programas, projetos, atividades ou operações especiais e, quanto à natureza, por categoria econômica, grupos de natureza de despesas e modalidades de aplicações, de conformidade com as Portarias nº 42, de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão MOG, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I, do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei Federal nº 4.320, de 1964, Portaria Interministerial nº 163, de 2001, Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 2012, e alterações posteriores na forma dos seguintes anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei 4.320, de 1964, Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei 4.320, de 1964, Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

III - Demonstrativo da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/64 e Adendo III da SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

IV - Classificação da Despesa Quanto à sua Natureza – Resumo Geral (Anexo 4 da Lei 4.320, de 1964, Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

V - Demonstrativo das Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei 4.320, de 1964, Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

VI - Programa de Trabalho (Anexo 6 da Lei 4.320, de 1964, Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

VII - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320, de 1964, Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme o vínculo com os recursos (Anexo 8 da Lei 4.320, de 1964, Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei 4.320, de 1964, Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

X - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aqueles em que se elaborou a proposta, a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta e a receita prevista para o exercício a que se refere à proposta, conforme disposto no art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

XII - Demonstrativo da evolução da Despesa realizada no exercício imediatamente anterior ao da elaboração da proposta, a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta e a despesa prevista para o exercício a que se refere à proposta, conforme disposto no art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

XIII - Demonstrativo das Receitas e das Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (art. 165, § 5º da Constituição Federal);

Parágrafo único. Os Orçamentos dos fundos, das autarquias e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

Art. 5º A Estrutura do Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada, acrescida dos fundos especiais, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e outros criados por Lei, que recebam recursos do Tesouro Municipal e transferências intergovernamentais.

Art. 6º O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para o exercício de 2016 compreenderão a programação dos Poderes Legislativo e Executivo, dos fundos, e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde;
- Fundo Municipal de Assistência Social;
- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Fundo Municipal da Educação;
- Fundo Municipal de Saneamento Ambiental
- Fundo Previdenciário Capitalizado;
- Fundo Previdenciário Financeiro;
- Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros;
- Fundação Municipal da Cultural;
- Fundação Municipal de Esportes;
- Fundação Municipal de Turismo; e
- Fundação Municipal do Meio Ambiente.

Art. 7º A Lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 8º O projeto de Lei orçamentária que o Poder Executivo Municipal encaminhará ao Poder Legislativo Municipal e a respectiva Lei será constituída de:

- I - texto de lei;
 - II - quadros orçamentários consolidados;
 - III - discriminação da legislação da receita e da despesa.
- § 1º Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, são os seguintes:
- a) a receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aqueles em que se elaborou a proposta;
 - b) a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;
 - c) a receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;
 - d) a despesa realizada no exercício imediatamente anterior;
 - e) a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;
 - f) a despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.

§ 2º A mensagem que encaminhar o projeto de Lei orçamentária conterá no texto ou sob a forma de anexo:

- I - análise da conjuntura econômica do Município;

II - demonstração explicitando receitas e despesas, bem como os resultados primários e operacionais implícitos no projeto de Lei Orçamentária para 2016, os estimados para 2015 e os realizados em 2014;

III - quadro demonstrativo da evolução da receita dos exercícios de 2012, 2013 e 2014, previsão para 2015 e 2016, com justificativa da estimativa para 2016, acompanhado de metodologia e memória de cálculo;

IV - quadro demonstrativo da evolução da despesa, dos exercícios de 2012, 2013 2014, fixadas para 2015 e 2016;

V - quadro demonstrativo da dívida fundada por contrato, com identificação do credor, saldo em 31/12/14, desembolso do principal e acessório relativos ao último período encerrado imediatamente anterior ao da remessa da Proposta Orçamentária à Câmara de Vereadores;

VI - quadro demonstrativo da dívida fluante, com identificação sintética das contas e saldos relativos ao último período encerrado imediatamente anterior ao da remessa da Proposta Orçamentária à Câmara de Vereadores;

VII - quadro demonstrativo da composição do ativo financeiro referente ao último período encerrado imediatamente anterior a remessa da Proposta Orçamentária à Câmara de Vereadores;

VIII - quadro demonstrativo da receita corrente líquida dos exercícios de 2013, 2014 e previsão para 2015 e 2016;

IX - quadro demonstrativo da aplicação com despesas de pessoal e encargos sociais por Poder para o exercício de 2016, demonstrando o percentual de comprometimento previsto;

X - quadro demonstrativo dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e programação de aplicação para o exercício a que se refere à proposta orçamentária;

XI - quadro demonstrativo dos recursos destinados à saúde e a programação de aplicação referente ao exercício da proposta Orçamentária.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 9º A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2016 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 10. O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o previsto no art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 11. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas desenvolvidos pelo Poder Público Municipal, conforme trata a Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 12. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

Art. 13. A previsão das Receitas e a fixação das Despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 14. As receitas e as despesas serão estimadas tomando por base o comportamento da arrecadação dos últimos três exercícios encerrados.

§ 1º Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

Art. 15. Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Parágrafo único. A reestimativa da receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

Art. 16. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira.

Art. 17. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante necessário e comunicará ao Poder Legislativo, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida pelos Poderes será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias, fixadas na Lei Orçamentária de 2016, observadas as fontes de recursos, exceto:

I - custeadas com recursos de doações e convênios;

II - projetos já iniciados;

III - atividades caracterizadas como essenciais ao desempenho dos serviços públicos no âmbito da saúde, educação e assistência social;

IV - despesas fixas com pessoal e encargos sociais.

§ 2º Com base na informação a que se refere o caput deste artigo o Poder Executivo editará ato, até o 10º (décimo) dia subsequente a comunicação, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira de ambos os Poderes.

§ 3º O Poder Executivo deverá elaborar demonstrativo de acompanhamento das estimativas de receitas, no intuito de verificar o restabelecimento das metas de arrecadação.

§ 4º Comprovado o restabelecimento das metas de arrecadação o Poder Executivo poderá a qualquer tempo, editar ato de suspensão da limitação de empenho e movimentação financeira.

Art. 18. Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com ações que não sejam de competência exclusiva do Município.

Art. 19. Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta Lei.

Art. 20. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação, a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa.

Art. 21. A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo 8 desta Lei, observado o limite das respectivas dotações e de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 22. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências, anexo próprio desta Lei (art. 4º, § 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, com a limitação de empenhos e caso seja constatado, com o excesso de arrecadação e superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei ao Legislativo, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou não comprometidos.

Art. 23. O Orçamento para o exercício de 2016 destinará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício, destinada ao atendimento dos passivos contingentes e outros riscos fiscais.

Art. 24. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 25. Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2016, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais. (art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000);

II - desdobrar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2016, as receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação, com especificação em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa (art. 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000);

III - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas;

IV - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada semestre o relatório de gestão fiscal, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico, para verificação dos limites estabelecidos no art. 55 da Lei Complementar nº 101 de 2000;

V - os programas priorizados por esta lei, que estarão contidos no Plano Plurianual, e contemplados na Lei Orçamentária de 2016, serão desdobrados em metas trimestrais, para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública perante a Câmara de Vereadores até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento de seus objetivos, avaliar gastos e cumprimento das metas estabelecidas;

VI - os Planos, LDO, Orçamentos, Prestação de Contas, Parecer do TCE serão amplamente divulgados e ficarão à disposição da comunidade.

Art. 26. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito, transferências voluntárias, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados, se ocorrer seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, parágrafo único e art. 50, I da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Parágrafo único. Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito adicional suplementar, por ato do Chefe do Poder Executivo ou o crédito especial com autorização legislativa.

Art. 27. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2016, constantes do Anexo próprio desta Lei, não serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 28. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito (art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 29. O Poder Executivo poderá firmar convênio com outras esferas de Governo visando ao desenvolvimento de programas do governo.

Art. 30. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62. da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 31. Em conformidade com o art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a administração pública poderá destinar recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, autorizada por lei específica, desde que prevista na lei orçamentária anual ou em créditos adicionais.

Art. 32. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo (art. 4º, I, "f" e 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e art. 16 da Lei Federal nº 4.320, de 1964).

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas de acordo com o convênio firmado, na forma própria estabelecida pelo Controle Interno do Município (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

§ 2º Suas atividades deverão ser de natureza continuada de atendimento direto ao público, de forma gratuita.

§ 3º Para habilitar-se ao recebimento de contribuições, auxílios e subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2016, por autoridades locais, e comprovantes de regularidade de sua Diretoria e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social nas áreas de saúde, educação ou assistência social, expedida pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS ou por outro órgão competente das demais áreas de atuação governamental.

Art. 33. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da legislação federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 40% do orçamento aprovado, nos termos da legislação vigente, por decreto do Poder Executivo;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no item anterior (art. 167, VI da Constituição Federal);

V - abrir créditos adicionais suplementares, até o limite do valor apurado no Balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo;

VI - modificar as destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a unidade, a função, a sub-função, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

§ 2º Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro do exercício anterior, não serão considerados para apuração do limite de 40%, disposto neste artigo.

Art. 34. As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas para esta finalidade em atividades específicas na lei orçamentária anual.

Art. 35. O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o art. 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e desenvolvimento da educação básica e, no mínimo 15% (quinze por cento) em ações de saúde, nos termos estabelecidos no art. 7º, inciso III da Emenda Constitucional nº 29/2000.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB obedecerá ao disposto nas Emendas Constitucionais nº 14, de 1996 e nº 53, de 2006, e às Leis nº 9.424, de 1996 e 11.494, de 2007, e suas alterações.

Art. 36. Para efeito do § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites estipulados nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, e alterações dadas pela Lei Federal nº 9.648, de 1998.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 37. A lei orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de operação de crédito para atendimento de despesas de capital, observado o limite de endividamento previsto em Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 38. A contratação de operação de crédito deverá constar da Proposta Orçamentária e dependerá de autorização legislativa específica (art. 32. da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 39. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único. O montante da dívida pública no exercício de 2016 não excederá os limites estabelecidos no anexo de metas fiscais que integra esta Lei, sendo que em caso de ser ultrapassado, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira definidas nesta Lei. (art. 31, § 1º, II da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 40. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão conceder quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, e por ato administrativo efetuar admissões de pessoal aprovado em concurso público ou contratações de pessoal em caráter temporário na forma da lei, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, observados os limites e as regras da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000. (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento de 2016 ou em créditos adicionais.

§ 2º As alterações do quadro de cargos permanentes do Poder Executivo, nas quantidades legalmente fixadas somente serão possíveis nos casos de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade, novas atribuições recebidas no exercício de 2015 ou no decorrer de 2016, respeitando-se os requisitos para preenchimento.

Art. 41. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá aos limites estabelecidos no art. 20, III da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 42. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei

Complementar Federal nº 101, de 2000 (art. 22, parágrafo único, V da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

Art. 43. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000):

I - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - eliminação das despesas com horas extras;

IV - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão.

Art. 44. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores públicos de que trata o art. 18, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, serão contabilizados como "outras despesas correntes", no elemento de despesa 34 - outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização.

Art. 45. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput deste artigo, os contratos de serviços de terceiros relativos a atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares às atribuições legais do órgão ou entidade, na forma prevista em regulamento;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou sejam relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente; e

III - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 46. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 47. O Executivo Municipal, quando autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classe menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudo apresentando seu impacto orçamentário e financeiro no exercício que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes conforme disposto no Art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 48. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 49. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da receita, somente entrará em vigor após adoção de medida de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesa de valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício (art. 14, § 2º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000).

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 50. A execução da Lei Orçamentária de 2016 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação

de proposições legislativas em tramitação na Casa Legislativa.

Art. 51. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Parágrafo único. A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

Art. 52. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 53. As entidades públicas e privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 54. Serão consideradas legais as despesas com atualização monetária pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 55. O Executivo Municipal enviará proposta orçamentária à Câmara de Vereadores, até o dia 31/10/2015, sendo, apreciada e devolvida para sanção até o dia 15/12/2015, conforme dispõe a Lei Complementar nº 18/2007.

§ 1º As emendas à Lei do Orçamento, depois de aprovadas em segunda votação, serão encaminhadas ao Executivo Municipal, para processamento e reenvio dos respectivos relatórios ao Legislativo, para propiciar a preparação da Redação Final.

§ 2º A Câmara de Vereadores não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 3º Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Proposta Orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 4º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 56. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 57. Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de novembro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 812/2015

DECRETO Nº 812, de 30 de novembro de 2015.

Altera o Art. 4º do Decreto nº 338, de 25 de setembro de 2006, com redação dada pelo Decreto nº 277, de 27 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 4º do Decreto nº 338, de 25 de setembro de 2006, com redação dada pelo Decreto nº 277, de 27 de agosto de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º Será cobrado dos usuários das áreas incluídas no Programa de Estacionamento Rotativo o valor de R\$ 0,65 (sessenta e cinco centavos) por cartão unitário equivalente a 30 (trinta) minutos; R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) por cartão unitário equivalente a 01 (uma) hora e R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por cartão unitário equivalente a 02 (duas) horas.”

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 338, de 25 de setembro de 2006, com redação dada pelo Decreto nº 277, de 27 de agosto de 2013, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 30 de novembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 213/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 213/2015

Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviços Públicos 176/2013.

Partes: Município de Porto União e Sermog Ltda – ME.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

Concede-se reajuste de 24,56% (vinte e quatro vírgula cinquenta e seis por cento) na tarifa.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 19 de novembro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 556/2015 - RH

PORTARIA Nº 556 de 06 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 06 de julho de 2015 a 18 de dezembro de 2015 ou até a realização do concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, RENILDO DOS SANTOS, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe “01”, referência “A” previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver mais candidatos aprovados através de concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Distrito de Santa Cruz do Timbó, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 06 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 791/2015 - RH

PORTARIA Nº 791, de 20 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Maria Cristina Gan, das funções do cargo de Enfermeiro, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 13 de novembro de 2015.

Porto União - SC, em 20 de novembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 792/2015 - RH

PORTARIA Nº 792, de 20 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Neusa Maria Vier, das funções do cargo de Professor 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 19 de novembro de 2015.

Porto União - SC, em 20 de novembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 793/2015 - RH

PORTARIA Nº 793, de 27 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Aline Juliane Blattmann, das funções do cargo de Atendente Infantil, pertencente ao Grupo Ocupacional Isolado em Extinção – GIE, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de novembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 794/2015 - RH

PORTARIA Nº 794, de 27 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 182/2015, de Karina Maurer de Sousa Pinto, que exerce as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, no período de 13 de novembro a 01 de dezembro de 2015, em substituição à servidora efetiva Danieli Katchoroski que continua afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas

atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 13 de novembro de 2015.

Porto União - SC, em 27 de novembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 795/2015 - RH

PORTARIA Nº 795, de 27 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 13 de novembro a 01 de dezembro de 2015, a carga horária da professora efetiva Patrícia De Fatima Reisdorfer, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, em substituição à servidora efetiva Danieli Katchoroski que continua afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 13 de novembro de 2015.

Porto União, SC em 27 de novembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Presidente Nereu

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO AQUIS. DE PEÇAS TRANSP. ESCOLAR Nº44/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL nº44/2015

A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 14/12/2015 às 14:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor preço por item para o REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição de peças para recuperação parcial do transporte escolar do município de Presidente Nereu. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.presidentenereu.sc.gov.br, Link licitações.

Presidente Nereu, 30 de novembro de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

EDITAL Pregão Nº 44 /2015 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs

CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 04/2015 de 02/01/2015 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 44/2015, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame. AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 14 de dezembro de 2015.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00 horas
- e) Abertura do processo: dia 14/12/2015 às 14:15 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

1. III

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 44/2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 14 de dezembro de 2015 às 14:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

2. IV

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 Procuração ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).

3.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (Lei complementar 147/2014).

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

I

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2015, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2015 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte da Pregoeira, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

VII

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

- 6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;
- 6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- 6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;
- 6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);
- 6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;
- 6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;
- 6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).
- 6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.
- 6.1.13 Certidão Simplificada expedida pela Junta comercial do estado.
- 6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.
- 6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.
- 6.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.
- 6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.
- 6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.
- 6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.
- 6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;
- 6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

4. II

- 7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.
- 7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:
 - 7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
 - 7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
 - 7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
 - 7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:
 - 1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);
 - 2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);
 - 3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);
 - 4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente

subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

5. IX

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Pregoeira poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

6. X

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: XI

7. XI

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao)

encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, na internet página do município no link licitações.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO:XII

8. XII

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:XIII

14 XIII

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

05
001
0012
0361
1501
2019
33903039000000
01010000
05
001
0012
0361
1501
2019
33903039000000
01620200

XV - DO PAGAMENTO:

15 XIV

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:

16 XV

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:XVI

17 XVI

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO:XVII

18 XVII

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 16.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:XVIII

19 II

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo

por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:XIX

20 XIX

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item “16” deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA:

XX

21 XX

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22 XXI

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

23.5.1 Adiada a abertura da licitação;

23.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

XXII

23.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO II - Minuta do Contrato e ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Termo de referência;

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO).

ANEXO X - Modelo de Proposta (Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA).

23.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

23.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

23.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial do Estado, na internet página do município no link licitações

PRESIDENTE NEREU-SC, 30 de novembro de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____ e-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/20

PREGÃO PRESENCIAL Nº/20....

PROCESSO Nº/20

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 20____, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de _____, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº/20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para Prefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE

1º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

2º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

3º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NOS VEICULOS DASECRETARIA DE EDUCAÇÃO A SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

05
001
0012
0361
1501
2019
33903039000000
01010000
05
001
0012
0361
1501
2019
33903039000000
01620200

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados poderão ser reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.
- O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 44/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, de acordo com o art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal Pregoeiro

Assinaturas fornecedores

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 468.408.699-20 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa,
..... pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede
Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em
..... inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NOS VEICULOS DASECRETARIA DE EDUCAÇÃO A SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamentário:

05
001
0012
0361
1501
2019
33903039000000
01010000
05
001
0012
0361
1501
2019
33903039000000
01620200

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados poderão ser reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 44/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ROBERTO RAIZER
Assessor Jurídico
OAB/SC 16.203

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 44/2015

TERMO DE REFERÊNCIA

ITENS QTDAD E UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX

1	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO ONIBUS VOLARE V8 4X4	7.088,0000
.00001	10,00	UN	LONA DE FREIO	1.800,0000
.00002	4,00	UN	BUCHA OLHAL ESTABILIZADORA	120,0000
.00003	4,00	UN	BUCHA CENTRAL ESTABILIZADORA	128,0000
.00004	4,00	UN	CRUZETA	720,0000
.00005	4,00	UN	BUCHA JUMELO	360,0000
.00006	4,00	UN	AMORTECEDOR DIANTEIRO	1.000,0000
.00007	4,00	UN	AMORTECEDOR TRASEIRO	1.040,0000
.00008	4,00	UN	PASTILHA DE FREIO TRASEIRA	1.920,0000
2	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO ONIBUS VOLARE V8	3.588,0000
.00001	4,00	UN	LONA DE FREIO	700,0000
.00002	4,00	UN	BUCHA OLHAL ESTABILIZADORA	120,0000
.00003	4,00	UN	BUCHA CENTRAL ESTABILIZADORA	48,0000
.00004	4,00	UN	CRUZETA	700,0000
.00005	4,00	UN	BUCHA JUMELO	380,0000
.00006	4,00	UN	AMORTECEDOR DIANTEIRO	800,0000
.00007	4,00	UN	AMORTECEDOR TRASEIRO	840,0000
3	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA DUCATO PLACAS MFO 4775	6.816,0000
.00001	4,00	UN	AMORTECEDOR DIANTEIRO	1.360,0000
.00002	4,00	UN	AMORTECEDOR TRASEIRO	960,0000
.00003	4,00	UN	DISCO DE FREIO TRASEIRO	704,0000

.00004	4,00	UN	DISCO DE FREIO DIANTEIRO	520,0000
.00005	4,00	UN	SAPATA DE FREIO MAO	520,0000
.00006	4,00	UN	CABO DE FREIO DE MAO	360,0000
.00007	4,00	UN	PASTILHA DE FREIO TRASEIRA	432,0000
.00008	4,00	UN	BRACO AXIAL	400,0000
.00009	4,00	UN	TERMINAL DE DIRECAO	420,0000
.00010	4,00	UN	PIVU SUPENSÃO	540,0000
.00011	4,00	UN	BUCHA BANDEJA GRANDE	360,0000
.00012	4,00	UN	BUCHA BANDEJA PEQUENA	240,0000
4	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO ONIBUS VOLARE A5 ON	7.580,0000
.00001	10,00	UN	LAMPADA H4 24V.	260,0000
.00002	10,00	UN	LAMPADA H1 24V.	700,0000
.00003	10,00	UN	LAMPADA 1141 24 V	350,0000
.00004	10,00	UN	LAMPADA 69 24V.	90,0000
.00005	3,00	UN	IMPULSOR DE PARTIDA 1024	876,0000
.00006	3,00	UN	PORTA ESCOVA 1244-4	537,0000
.00007	3,00	UN	RELE DE PARTIDA 803	795,0000
.00008	3,00	UN	INDUZIDO DA PARTIDA 107	1.314,0000
.00009	3,00	UN	REGULADOR DE TENSÃO 787	525,0000
.00010	4,00	UN	PLACA RETIFICADORA 123224	1.012,0000
.00011	4,00	UN	ROLAMENTO 63042RS	140,0000
.00012	3,00	UN	ESTATOR 303	981,0000
5	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO ONIBUS MERCEDES PLACAS ICT 1534	7.948,00
.00001	2,00	UN	IMPULSOR DE PARTIDA 1022	320,0000
.00002	2,00	UN	PORTA ESCOVAS DE PARTIDA	158,0000
.00003	3,00	UN	RELE DE PARTIDA	870,0000
.00004	3,00	UN	INDUZIDO PARA MOTOR DE PARTIDA	1.770,0000
.00005	3,00	UN	REGULADOR DE TENSÃO	840,0000
.00006	3,00	UN	PLACA RETIFICADORA	930,0000
.00007	6,00	UN	ROLAMENTO NSK	210,0000
.00008	6,00	UN	ESTATOR 329	1.890,0000
.00009	2,00	UN	ROTOR 449	960,0000
6	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO ONIBUS IVECO CITY CLASS 70 C 17	9.360,0000
.00001	6,00	UN	IMPULSOR DE PARTIDA IVECO 70C17	1.680,0000
.00002	6,00	UN	PORTA ESCOVA IVECO 70C17	450,0000
.00003	6,00	UN	RELE DE PARTIDA IVECO 70C17	1.530,0000
.00004	6,00	UN	INDUZIDO DA PARTIDA IVECO 70C17	1.020,0000
.00005	6,00	UN	REGULADOR DE TENSÃO IVECO 70C17	1.410,0000
.00006	6,00	UN	PLACA REDIFICADORA IVECO 70C17	1.470,0000
.00007	6,00	UN	ROLAMENTO NB 107 IVECO 70C17	240,0000
.00008	6,00	UN	ESTATOR IVECO 70C17	1.560,0000
7	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO ONIBUS VOLARE A5	7.620,00
.00001	6,00	UN	IMPULSOR DE PARTIDA 0838	1.680,0000
.00002	6,00	UN	PORTA ESCOVA 1236	630,0000
.00003	6,00	UN	RELE DE PARTIDA 803	1.590,0000
.00004	6,00	UN	INDUZIDO DE PARTIDA 1385	2.340,0000
.00005	6,00	UN	REGULADOR DE TENSÃO 144154	1.380,0000
8	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO PARA VOLKSWAGEN KOMBI	7.640,0000
.00001	4,00	UN	IMPULSOR DE PARTIDA VOLKSVAGEN KOMBI	540,0000
.00002	4,00	UN	PORTA ESCOVA VOLKSVAGEN KOMBI	140,0000
.00003	6,00	UN	RELE DE PARTIDA 871	690,0000
.00004	6,00	UN	INDUZIDO DE PARTIDA 237 VOLKSVAGEN KOMBI	1.320,0000
.00005	6,00	UN	REGULADOR DE TENSÃO VOLKSVAGEN KOMBI	1.380,0000
.00006	6,00	UN	PLACA RETIFICADORA VOLKSVAGEN KOMBI	1.470,0000
.00007	6,00	UN	ROLAMENTO 63042RS VOLKSVAGEN KOMBI	210,0000
.00008	6,00	UN	ESTATOR VOLKSVAGEN KOMBI	1.890,0000
9	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO ONIBUS IVECO CITY CLASS 70C17	33.209,0000
.00001	4,00	UN	FEIXE DE MOLA TRAS.	14.800,0000
.00002	10,00	UN	TERMINAL TIRANTE	2.900,0000
.00003	4,00	UN	BRACO AXIAL	840,0000
.00004	5,00	UN	TERMINAL DE DIRECAO	995,0000
.00005	4,00	UN	AMORTECEDOR DIANTEIRO	1.280,0000
.00006	4,00	UN	AMORTECEDOR TRASEIRO	1.196,0000
.00007	20,00	UN	KIT BUCHA BANDEJA	3.960,0000

.00008	20,00	UN	PIVU SUSPENCAO	3.100,0000
.00009	2,00	UN	CABO DE FREIO DE MAO	258,0000
.00010	5,00	UN	PASTILHA DE FREIO DIANTEIRO	2.000,0000
.00011	4,00	UN	PASTILHA DE FREIO TRASEIRA	1.880,0000
10	4,00	UN	CABO DE FREIO DE MAO PARA VOLKSWAGEM KOMBI	184,0000

OBS: Os valores acima são o total de cada item.

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....

DATA

.....

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº./20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em _____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de

Preço nº./20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa , CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NOS VEICULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20, acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS QTDAD E UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VL. UNIT.VL. TOTAL

1	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO ONIBUS VOLARE V8 4X4		
.00001	10,00	UN	LONA DE FREIO		
.00002	4,00	UN	BUCHA OLHAL ESTABILIZADORA		
.00003	4,00	UN	BUCHA CENTRAL ESTABILIZADORA		
.00004	4,00	UN	CRUZETA		

.00005	4,00	UN	BUCHA JUMELO		
.00006	4,00	UN	AMORTECEDOR DIANTEIRO		
.00007	4,00	UN	AMORTECEDOR TRASEIRO		
.00008	4,00	UN	PASTILHA DE FREIO TRASEIRA		
2	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO ONIBUS VOLARE V8		
.00001	4,00	UN	LONA DE FREIO		
.00002	4,00	UN	BUCHA OLHAL ESTABILIZADORA		
.00003	4,00	UN	BUCHA CENTRAL ESTABILIZADORA		
.00004	4,00	UN	CRUZETA		
.00005	4,00	UN	BUCHA JUMELO		
.00006	4,00	UN	AMORTECEDOR DIANTEIRO		
.00007	4,00	UN	AMORTECEDOR TRASEIRO		
3	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DA DUCATO PLACAS MFO 4775		
.00001	4,00	UN	AMORTECEDOR DIANTEIRO		
.00002	4,00	UN	AMORTECEDOR TRASEIRO		
.00003	4,00	UN	DISCO DE FREIO TRASEIRO		
.00004	4,00	UN	DISCO DE FREIO DIANTEIRO		
.00005	4,00	UN	SAPATA DE FREIO MAO		
.00006	4,00	UN	CABO DE FREIO DE MAO		
.00007	4,00	UN	PASTILHA DE FREIO TRASEIRA		
.00008	4,00	UN	BRACO AXIAL		
.00009	4,00	UN	TERMINAL DE DIRECAO		
.00010	4,00	UN	PIVU SUPENSÃO		
.00011	4,00	UN	BUCHA BANDEJA GRANDE		
.00012	4,00	UN	BUCHA BANDEJA PEQUENA		
4	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO ONIBUS VOLARE A5 ON		
.00001	10,00	UN	LAMPADA H4 24V.		
.00002	10,00	UN	LAMPADA H1 24V.		
.00003	10,00	UN	LAMPADA 1141 24 V		
.00004	10,00	UN	LAMPADA 69 24V.		
.00005	3,00	UN	IMPULSOR DE PARTIDA 1024		
.00006	3,00	UN	PORTA ESCOVA 1244-4		
.00007	3,00	UN	RELE DE PARTIDA 803		
.00008	3,00	UN	INDUZIDO DA PARTIDA 107		
.00009	3,00	UN	REGULADOR DE VOLTAGEM 787		
.00010	4,00	UN	PLACA RETIFICADORA 123224		
.00011	4,00	UN	ROLAMENTO 63042RS		
.00012	3,00	UN	ESTATOR 303		
5	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO ONIBUS MERCEDES PLACAS ICT 1534		
.00001	2,00	UN	IMPULSOR DE PARTIDA 1022		
.00002	2,00	UN	PORTA ESCOVAS DE PARTIDA		
.00003	3,00	UN	RELE DE PARTIDA		
.00004	3,00	UN	INDUZIDO PARA MOTOR DE PARTDIDA		
.00005	3,00	UN	REGULADOR DE VOLTAGEM		
.00006	3,00	UN	PLACA RETIFICADORA		
.00007	6,00	UN	ROLAMENTO NSK		
.00008	6,00	UN	ESTATOR 329		
.00009	2,00	UN	ROTOR 449		
6	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO ONIBUS IVECO CITY CLASS 70 C 17		
.00001	6,00	UN	IMPULSOR DE PARTIDA IVECO 70C17		
.00002	6,00	UN	PORTA ESCOVA IVECO 70C17		
.00003	6,00	UN	RELE DE PARTIDA IVECO 70C17		
.00004	6,00	UN	INDUZIDO DA PARTIDA IVECO 70C17		
.00005	6,00	UN	REGULADOR DE VOLTAGEM IVECO 70C17		
.00006	6,00	UN	PLACA REDIFICADORA IVECO 70C17		
.00007	6,00	UN	ROLAMENTO NB 107 IVECO 70C17		
.00008	6,00	UN	ESTATOR IVECO 70C17		
7	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO ONIBUS VOLARE A5		
.00001	6,00	UN	IMPULSOR DE PARTIDA 0838		
.00002	6,00	UN	PORTA ESCOVA 1236		
.00003	6,00	UN	RELE DE PARTIDA 803		
.00004	6,00	UN	INDUZIDO DE PARTIDA 1385		

.00005	6,00	UN	REGULADOR DE VOLTAGEM 144154		
8	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO PARA VOLKSWAGEN KOMBI		
.00001	4,00	UN	IMPULSOR DE PARTIDA VOLKSVAGEM KOMBI		
.00002	4,00	UN	PORTA ESCOVA VOLKSVAGEM KOMBI		
.00003	6,00	UN	RELE DE PARTIDA 871		
.00004	6,00	UN	INDUZIDO DE PARTIDA 237 VOLKSVAGEM KOMBI		
.00005	6,00	UN	REGULADOR DE VOLTAGEM VOLKSVAGEM KOMBI		
.00006	6,00	UN	PLACA RETIFICADORA VOLKSVAGEM KOMBI		
.00007	6,00	UN	ROLAMENTO 63042RS VOLKSVAGEM KOMBI		
.00008	6,00	UN	ESTATOR VOLKSVAGEM KOMBI		
9	1,00	UN	PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO ONIBUS IVECO CITY CLASS 70C17		
.00001	4,00	UN	FEIXE DE MOLA TRAS.		
.00002	10,00	UN	TERMINAL TIRANTE		
.00003	4,00	UN	BRACO AXIAL		
.00004	5,00	UN	TERMINAL DE DIRECAO		
.00005	4,00	UN	AMORTECEDOR DIANTEIRO		
.00006	4,00	UN	AMORTECEDOR TRASEIRO		
.00007	20,00	UN	KIT BUCHA BANDEJA		
.00008	20,00	UN	PIVU SUSPENCAO		
.00009	2,00	UN	CABO DE FREIO DE MAO		
.00010	5,00	UN	PASTILHA DE FREIO DIANTEIRO		
.00011	4,00	UN	PASTILHA DE FREIO TRASEIRA		
10	4,00	UN	CABO DE FREIO DE MAO PARA VOLKSWAGEN KOMBI		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

LEI 1481/2015

LEI Nº 1481/2015, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

AUTORIZA SUPLEMENTAR E ANULAR DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA, FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO E FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIAA E ADOLESCENCIA.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte LEI:

Art. 1. – Fica o Poder Executivo autorizado a SUPLEMENTAR, o valor de R\$ 290.411,38 (Duzentos e noventa mil, quatrocentos e onze reais e trinta e oito centavos) no orçamento da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, na seguinte modalidade de aplicação:

02.001 – DEPARTAMENTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL

02.001.004.122.1201.2002 – MAN. DO GABINETE DO PREFEITO 3319000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 38.000,00

03.001 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.001.004.122.1301.2003 – MAN. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
3319000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 45.400,00

03.001 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.001.028.122.1301.0001 – PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS
3319000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 9.300,00

03.001 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.001.004.122.1301.2030 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

3319000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 8.000,00

05.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

05.001.012.361.1501.2010 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3319000000000000 – 1010000...Aplicações Diretas 70.000,00

05.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

05.001.012.361.1501.2019 – TRANSPORTE ESCOLAR

3319000000000000 – 1010000...Aplicações Diretas 20.000,00

05.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

05.001.012.365.1501.2020 – MANUTENÇÃO DO ENSINO PRE-ESCOLAR

3319000000000000 – 1010000...Aplicações Diretas 24.000,00

08.001 – DEPARTAMENTO TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.001.026.782.1801.2016 – MAN. DO DEP. MUN. ESTRADAS E RODAGENS

3319000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 70.000,00

08.001 – DEPARTAMENTO TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.001.026.782.1801.2031 – MAN. DOS SERVIÇOS URBANOS

3449000000000000 – 3890000...Aplicações Diretas 2.711,38

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

13.001 – FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

13.001.013.392.1503.2013 – APOIO E EXPLORAÇÃO DA CULTURA

3319000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 3.000,00

TOTAL GERAL SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 290.411,38

Art. 2. – Para suplementar o artigo 1.º, fica o Poder Executivo autorizado a ANULAR, o valor de R\$ 290.411,38 (Duzentos e noventa mil, quatrocentos e onze reais e trinta e oito centavos) no orçamento da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, na seguinte modalidade de aplicação:

PREFEITURA

03.001 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.001.008.241.1301.2035 – MANUTENÇÃO ATIVIDADES MELHOR IDADE

3339000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 12.000,00

05.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

05.001.012.361.1501.1001 – CONST. AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA REDE FISICA DA UNID DE EDUCAÇÃO BASICA

3339000000000000 – 1010000...Aplicações Diretas 4.300,00

3449000000000000 – 1010000...Aplicações Diretas 2.000,00

05.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

05.001.012.367.1501.2011 – MANUT. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

3339000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 5.000,00

07.001 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E TURISMO

07.001.023.695.1503.2014 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

3339000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 8.000,00

3449000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 3.000,00

07.001 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES E TURISMO

07.001.027.812.1502.2012 – APOIO AO DESPORTO AMADOR

3319000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 30.200,00

3449000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 4.800,00

08.001 – DEPARTAMENTO TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.001.006.182.1801.2032 – MAN. DO ORGAO DEFESA CIVIL MUNICIPAL

3319000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 1.000,00

3339000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 1.000,00

3449000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 1.000,00

08.001 – DEPARTAMENTO TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.001.015.451.1701.2029 – MAN. CASA MORTUARIA E CEMITERIO MUN.

3339000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 5.000,00

3449000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 1.500,00

08.001 – DEPARTAMENTO TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

08.001.026.782.1801.1013 – AQUIS. EQUIP. MAQ E VEICULOS - DMER.
3449000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 4.200,00

FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO

11.001 – FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
11.001.020.606.1401.1015 – AQUIS. EQUIP. TRATORES, MAQ E VEICULOS
3449000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 10.000,00

11.001 – FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
11.001.020.606.1401.2015 – ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL
3319000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 18.000,00
3339000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 30.000,00
3335000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 1.000,00
3449000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 16.000,00
3449000000000000 – 3890000...Aplicações Diretas 2.711,38

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

12.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
12.001.008.244.1602.2023 – MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DO FNAS – FORTALECIMENTO VINCULO
3319000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 42.200,00

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

13.001 – FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
13.001.013.392.1503.2036 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. CORAL MUNICIPAL
3339000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 3.000,00

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

09.001 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
09.001.008.243.1603.2005 – MANUTENÇÃO ESCOLA DE ESPORTES
3319000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 28.000,00
3339000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 6.000,00

09.001 – FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
09.001.008.243.1603.2024 – MAN. FUNDO MUN. INF. ADOLESCENTE
3339000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 6.000,00

09.001 – FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
09.001.008.243.1603.2027 – MAN. E EXEC. AÇÕES MEDIDAS SOCIO EDUC.
3339000000000000 – 1000000...Aplicações Diretas 44.5000,00

TOTAL GERAL ANULAÇÃO : R\$ 290.411,38

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 30 de Novembro de 2015.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 45/2015 AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL nº45/2015

A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 11/12/2015 às 14:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor preço por item para o REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição de ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA FROTA DO MUNICÍPIO de Presidente Nereu. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na site www.presidentenereu.sc.gov.br, Link licitações.

Presidente Nereu, 30 de novembro de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

EDITAL Pregão Nº 45/2015 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs
CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 04/2015 de 02/01/2015 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir

e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº /2015, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame. AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE E FILTRO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 11 de DEZEMBRO de 2015.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00 horas
- e) Abertura do processo: dia 11/12/2015 às 14:15 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

1. III

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 45 /2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 45 /2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 11 de DEZEMBRO de 2015 às 14:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

2. IV

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

- 3.1.1 Procuração ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;
- 3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.
- 3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.
- 3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;
- 3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).

3.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

- 4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;
- 4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;
- 4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;
- 4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
- 4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (Lei complementar 147/2014).

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

I

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir: Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2015 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte da Pregoeira, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

VII

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.

6.1.13 Certidão Simplificada expedida pela junta comercial estadual.

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

4. II

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

5. IX

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais

e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

6. X

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: XI

7. XI

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração

Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, na internet página do município no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO:XII

8. XII

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:XIII

14 XIII

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

00083
08
001
0026
0782
1801
2016
33903019000000
01000000

XV - DO PAGAMENTO:

15 XIV

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:

16 XV

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:XVI**17 XVI**

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO:XVII**18 XVII**

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências na lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:XVIII**19 II**

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:XIX**20 XIX**

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado neste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA:XX**21 XX**

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**22 XXI**

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço,

número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

23.5.1 Adiada a abertura da licitação;

23.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

XXII

23.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO II - Minuta do Contrato e ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Termo de referência;

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO).

ANEXO X - Modelo de Proposta (Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA).

23.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

23.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

23.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial do Estado, na internet página do município no link licitações

PRESIDENTE NEREU-SC, 30 de novembro de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. /20....

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____ e-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. /20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/20

PREGÃO PRESENCIAL Nº/20....

PROCESSO Nº/20

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Aos __ dias do mês de _____ do ano de 20__, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de _____, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº/20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para Prefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE

1º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

2º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

3º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE E FILTRO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

00083
08
001
0026
0782
1801
2016
33903019000000
01000000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME ENTREGA E APRESENTAÇÃO DE DOC FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados poderão ser reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 45/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, de acordo

com o art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.
....., ____ de _____ de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal Pregoeiro

Assinaturas fornecedores

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 468.408.699-20 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa,
..... pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede
Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em
..... inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE E FILTRO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamentário:

00083
08
001
0026
0782
1801
2016
33903019000000
01000000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME ENTREGA E APRESENTAÇÃO DE DOC FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados poderão ser reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, incluídas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 45/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ROBERTO RAIZER
Assessor Jurídico
OAB/SC 16.203

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

ITENS QTDAD E UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX

1	40,00	BD	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOZO ESPECIAL PARA MOTORES A DIESEL DE GRAU SAE 15W40 E QUE ATENDA A CLASSIFICACAO API CG4 EM BALDES DE 20 LITROS CADA.	7.600,0000
2	400,00	LT	OLEO LUBRIFICANTE ESPECIAL PARA MANUTENCAO DE MOTORES MOVIDOS A GASOLINA, ALCOOL E GNV DE GRAU SAE 20W50 E CLASSIFICACAO API SJ EM CAIXAS C 24 1L	4.680,0000
3	60,00	BD	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOZO PARA CAIXA E DIFERENCIAL API GLS SAE 90- BALDE DE 20 LTS.	12.360,0000
4	60,00	BD	OLEO PARA SISTEMA HIDRAULICO ISO VG 68 - BALDE 20 LTS	9.300,0000
5	50,00	BD	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOZO PARA SISTEMA HIDRAULICO API GL -4 SAE 10W30- BALDE 20 LTS	12.500,0000
6	120,00	UN	OLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DOIS TEMPOS A GASOLINA API TC SAE 30 FRASCO COM 500 ML	672,0000
7	120,00	LT	OLEO PARA SISTEMA HIDRAULICO ATF TIPO A SULFIXO A CAIXA COM 24X1 LT.	1.752,0000
8	60,00	UN	FLUIDO DE FREIO DOT 3 FRASCO COM 500 ML	882,0000
9	20,00	BD	GRAXA LUBRIFICANTE A BASE DE SABAO DE LITIO COM CALCIO RESISTENTE DO PONTO DE GOTA ACIMA DE 180 C QUE APRESENTE GARANTIAS DE EFICIENCIA NA LUBRIFICACAO DE MAQUINAS PESADAS E CARACTERISTICAS DE RESISTENCIA A OXIDACAO E A LAVAGEM POR AGUA.	5.400,0000

OBS: Os valores acima são para o total de cada item.

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
DATA.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº./20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. /20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. /20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa , CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE E FILTRO PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20 , acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS QTDAD UNID DESCRIÇÃO DO ITEM MARCA VL. UNIT.VL. TOTAL

1	40,00	BD	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO ESPECIAL PARA MOTORES A DIESEL DE GRAU SAE 15W40 E QUE ATENDA A CLASSIFICACAO API CG4 EM BALDES DE 20 LITROS CADA.
2	400,00	LT	OLEO LUBRIFICANTE ESPECIAL PARA MANUTENCAO DE MOTORES MOVIDOS A GASOLINA, ALCOOL E GNV DE GRAU SAE 20W50 E CLASSIFICACAO API SJ EM CAIXAS C 24 1L
3	60,00	BD	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO PARA CAIXA E DIFERENCIAL API GLS SAE 90- BALDE DE 20 LTS.
4	60,00	BD	OLEO PARA SISTEMA HIDRAULICO ISO VG 68 - BALDE 20 LTS
5	50,00	BD	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO PARA SISTEMA HIDRAULICO API GL -4 SAE 10W30- BALDE 20 LTS
6	120,00	UN	OLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DOIS TEMPOS A GASOLINA API TC SAE 30 FRASCO COM 500 ML
7	120,00	LT	OLEO PARA SISTEMA HIDRAULICO ATF TIPO A SULFIXO A CAIXA COM 24X1 LT.
8	60,00	UN	FLUIDO DE FREIO DOT 3 FRASCO COM 500 ML
9	20,00	BD	GRAXA LUBRIFICANTE A BASE DE SABAO DE LITIO COM CALCIO RESISTENTE DO PONTO DE GOTA ACIMA DE 180 C QUE APRESENTE GARANTIAS DE EFICIENCIA NA LUBRIFICACAO DE MAQUINAS PESADAS E CARACTERISTICAS DE RESISTENCIA A OXIDACAO E A LAVAGEM POR AGUA.

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

DECRETO 111/2015

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU
ESTADO DE SANTA CATARINA

83.102.699/0001-28

DECRETO Nº 00000111/2015
SUPLEMENTA DESPESA PREVISTA NO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2015

ASSUNTO - O(a) Ordenador(a) de despesa, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 00001481/2015

DECRETA

Art 1º - Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2015 a importância de R\$ 77.711,38 (SETENTA E SETE MIL E SETECENTOS E ONZE Reais E TRINTA E OITO Centavos), das dotações descritas a seguir:

FICHA	000000 03.001.000.0004.0122.1301.2030.0000.31900000000000.01000000		
UNIDADE	0300 DEPTO DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		
PROJ/ATIV.	2030 Manutenção do Conselho Tutelar Municipal		
ELEMENTO	31900000000000 APLICACOES DIRETAS		
VÍNCULO	100000 Recursos Ordinários	R\$	5.000,00
FICHA	000000 08.001.000.0026.0782.1801.2016.0000.31900000000000.01000000		
UNIDADE	0800 DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS		
PROJ/ATIV.	2016 Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodage		
ELEMENTO	31900000000000 APLICACOES DIRETAS		
VÍNCULO	100000 Recursos Ordinários	R\$	70.000,00
FICHA	000155 08.001.000.0026.0782.1801.2031.0000.44900000000000.03890000		
UNIDADE	0800 DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS		
PROJ/ATIV.	2031 Manutenção dos Serviços Urbanos		
ELEMENTO	44900000000000 APLICACOES DIRETAS		
VÍNCULO	389000 OAlienação Bens Dest.Outros Programas	R\$	2.711,38

Art 2º - Para cobertura das suplementações relacionadas no artigo anterior, serão utilizados os seguintes recursos: Transposição de Dotação : R\$77.711,38 (setenta e sete mil e setecentos e onze reais e trinta e oito centavos) das dotações descritas a seguir:

FICHA	000000 11.001.000.0000.0000.0000.1015.0000.44900000000000.01000000		
UNIDADE	1100 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO		
PROJ/ATIV.	1015		
ELEMENTO	44900000000000 APLICACOES DIRETAS		
VÍNCULO	100000 Recursos Ordinários	R\$	10.000,00
FICHA	000000 11.001.000.0000.0000.0000.2015.0000.31900000000000.01000000		
UNIDADE	1100 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO		
PROJ/ATIV.	2015		
ELEMENTO	31900000000000 APLICACOES DIRETAS		
VÍNCULO	100000 Recursos Ordinários	R\$	18.000,00
FICHA	000000 11.001.000.0000.0000.0000.2015.0000.33500000000000.10000000		
UNIDADE	1100 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO		
PROJ/ATIV.	2015		
ELEMENTO	33500000000000 TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		
VÍNCULO	10000000	R\$	1.000,00
FICHA	000000 11.001.000.0000.0000.0000.2015.0000.33900000000000.01000000		
UNIDADE	1100 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO		
PROJ/ATIV.	2015		

ELEMENTO 33900000000000 APLICACOES DIRETAS
VÍNCULO 100000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00
FICHA 000000 11.001.000.0000.0000.2015.0000.44900000000000.01000000

UNIDADE 1100 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
PROJ/ATIV. 2015
ELEMENTO 44900000000000 APLICACOES DIRETAS

VÍNCULO 100000 Recursos Ordinários R\$ 16.000,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU
ESTADO DE SANTA CATARINA

83.102.699/0001-28

DECRETO Nº 00000111/2015

FICHA 000000 11.001.000.0000.0000.2015.0000.44900000000000.03890000
UNIDADE 1100 FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO
PROJ/ATIV. 2015

ELEMENTO 44900000000000 APLICACOES DIRETAS
VÍNCULO 389000 OAlienação Bens Dest.Outros Programas R\$ 2.711,38

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO 112/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1481

Ano lei : 2015

Data Lei: 30/11/2015

DECRETO Nº 112, de 30 de novembro de 2014

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (tres mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	13.001.0013.0392.1503.2013.31900000000000.01000000	3.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação : R\$3.000,00 (tres mil reais)

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	13.001.0013.0392.1503.2036.33900000000000.01000000	3.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 30 de novembro de 2014

ANTONIO F. COMANDOLI
Prefeito Municipal

ALINE L. TILLMANN
Contadora

DECRETO 113/2015

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU
ESTADO DE SANTA CATARINA

83.102.699/0001-28

DECRETO Nº 00000113/2015
SUPLEMENTA DESPESA PREVISTA NO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2015

ASSUNTO - O(a) Ordenador(a) de despesa, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 00001481/2015

DECRETA

Art 1º - Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2015 a importância de R\$ 84.500,00 (OITENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS Reais), das dotações descritas a seguir:

FICHA	000000 02.001.000.0004.0122.1201.2002.0000.31900000000000.01000000		
UNIDADE	0200 DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL		
PROJ/ATIV.	2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito		
ELEMENTO	31900000000000 APLICACOES DIRETAS		
VÍNCULO	100000 Recursos Ordinários	R\$	38.000,00
FICHA	000000 03.001.000.0004.0122.1301.2003.0000.31900000000000.01000000		
UNIDADE	0300 DEPTO DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		
PROJ/ATIV.	2003 Manutenção das Atividades Administrativas		
ELEMENTO	31900000000000 APLICACOES DIRETAS		
VÍNCULO	100000 Recursos Ordinários	R\$	43.500,00
FICHA	000000 03.001.000.0004.0122.1301.2030.0000.31900000000000.01000000		
UNIDADE	0300 DEPTO DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS		
PROJ/ATIV.	2030 Manutenção do Conselho Tutelar Municipal		
ELEMENTO	31900000000000 APLICACOES DIRETAS		
VÍNCULO	100000 Recursos Ordinários	R\$	3.000,00

Art 2º - Para cobertura das suplementações relacionadas no artigo anterior, serão utilizados os seguintes recursos: Transposição de Dotação : R\$84.500,00 (oitenta e quatro mil e quinhentos reais) das dotações descritas a seguir:

FICHA	000000 09.001.000.0000.0000.0000.2005.0000.31900000000000.01000000		
UNIDADE	0900 FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANCA E ADOLESCENTE		
PROJ/ATIV.	2005		
ELEMENTO	31900000000000 APLICACOES DIRETAS		
VÍNCULO	100000 Recursos Ordinários	R\$	28.000,00
FICHA	000000 09.001.000.0000.0000.0000.2005.0000.33900000000000.00100000		
UNIDADE	0900 FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANCA E ADOLESCENTE		
PROJ/ATIV.	2005		
ELEMENTO	33900000000000 APLICACOES DIRETAS		
VÍNCULO	100000	R\$	6.000,00
FICHA	000000 09.001.000.0000.0000.0000.2024.0000.33900000000000.01000000		
UNIDADE	0900 FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANCA E ADOLESCENTE		
PROJ/ATIV.	2024		
ELEMENTO	33900000000000 APLICACOES DIRETAS		
VÍNCULO	100000 Recursos Ordinários	R\$	6.000,00
FICHA	000000 09.001.000.0000.0000.0000.2027.0000.33900000000000.01000000		
UNIDADE	0900 FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANCA E ADOLESCENTE		
PROJ/ATIV.	2027		

ELEMENTO	33900000000000000000 APLICACOES DIRETAS		
VÍNCULO	100000 Recursos Ordinários	R\$	44.500,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO 114/2015

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU
ESTADO DE SANTA CATARINA

83.102.699/0001-28

DECRETO Nº 00000114/2015
SUPLEMENTA DESPESA PREVISTA NO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2015

ASSUNTO - O(a) Ordenador(a) de despesa, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 00001481/2015

DECRETA

Art 1º - Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2015 a importância de R\$ 42.200,00 (QUARENTA E DOIS MIL E DUZENTOS Reais), das dotações descritas a seguir:

FICHA	000000 05.001.000.0012.0361.1501.2019.0000.31900000000000.01010000		
UNIDADE	0500 DEPTO DE EDUCACAO		
PROJ/ATIV.	2019 Transporte Escolar		
ELEMENTO	31900000000000000000 APLICACOES DIRETAS		
VÍNCULO	101000 Receitas de Impostos - Educação	R\$	20.000,00

FICHA	000000 05.001.000.0012.0365.1501.2020.0000.31900000000000.01010000		
UNIDADE	0500 DEPTO DE EDUCACAO		
PROJ/ATIV.	2020 Manutenção do Ensino Pré-Escolar		

ELEMENTO	31900000000000000000 APLICACOES DIRETAS		
VÍNCULO	101000 Receitas de Impostos - Educação	R\$	22.200,00

Art 2º - Para cobertura das suplementações relacionadas no artigo anterior, serão utilizados os seguintes recursos: Transposição de Dotação : R\$42.200,00 (quarenta e dois mil e duzentos reais) das dotações descritas a seguir:

FICHA	000000 12.001.000.0000.0000.0000.2023.0000.31900000000000.01000000		
UNIDADE	1200 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		

PROJ/ATIV.	2023		
ELEMENTO	31900000000000000000 APLICACOES DIRETAS		

VÍNCULO	100000 Recursos Ordinários	R\$	42.200,00
---------	----------------------------	-----	-----------

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO 115/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1481

Ano lei : 2015

Data Lei: 30/11/2015

DECRETO Nº 115, de 30 de novembro de 2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 83.000,00 (oitenta e tres mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
DEPTO DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	03.001.0004.0122.1301.2003.31900000000000.01000000	1.900,00
DEPTO DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	03.001.0028.0122.1301.0001.31900000000000.01000000	9.300,00
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0361.1501.2010.31900000000000.01010000	70.000,00
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0365.1501.2020.31900000000000.01010000	1.800,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação : R\$83.000,00 (oitenta e tres mil reais)

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
DEPTO DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	03.001.0008.0241.1301.2035.33900000000000.01000000	12.000,00
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0361.1501.1001.33900000000000.01010000	4.300,00
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0361.1501.1001.44900000000000.01010000	2.000,00
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0367.1501.2011.33900000000000.01000000	5.000,00
DEPTO DE ESPORTES E TURISMO	07.001.0023.0695.1503.2014.33900000000000.01000000	8.000,00
DEPTO DE ESPORTES E TURISMO	07.001.0023.0695.1503.2014.44900000000000.01000000	3.000,00
DEPTO DE ESPORTES E TURISMO	07.001.0027.0812.1502.2012.31900000000000.01000000	30.200,00
DEPTO DE ESPORTES E TURISMO	07.001.0027.0812.1502.2012.44900000000000.01000000	4.800,00
DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E	08.001.0006.0182.1801.2032.31900000000000.01000000	1.000,00
DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E	08.001.0006.0182.1801.2032.33900000000000.01000000	1.000,00
DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E	08.001.0006.0182.1801.2032.44900000000000.01000000	1.000,00
DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E	08.001.0015.0451.1701.2029.33900000000000.01000000	5.000,00
DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E	08.001.0015.0451.1701.2029.44900000000000.01000000	1.500,00
DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E	08.001.0026.0782.1801.1013.44900000000000.01000000	4.200,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 30 de novembro de 2015

ANTONIO F. COMANDOLI
Prefeito Municipal

ALINE L. TILLMANN
Contadora

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28
Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC
Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

ANTONIO F. COMANDOLI
Prefeito Municipal

ALINE L. TILLMANN
Contadora

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA DA REUNIÃO DO DIA 19/11/2015

Aos dezenove dias do mês de novembro de 2015, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sede provisória da Comissão Processante, designada pelo Decreto nº 4922, de 30 de setembro de 2015, publicada em 30 de setembro de 2015, se fizeram presentes os membros da COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: I – Fiscal Tributário da Secretaria Municipal da Fazenda: José Luiz do Nascimento; II – Advogado da Procuradoria Geral do Município: Jaison Fernando de Souza; III – Membro do Cadastro Multifinalitário da Secretaria Municipal da Fazenda: Patricia Soares; IV – Membro do Controle Interno do Município: Ronaldo da Rocha; V – Membro do Departamento de Arrecadação da Secretaria Municipal da Fazenda: Jonny Schmidt; VI – Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação: Ana Paula Nunes. Aberta a audiência, o Presidente questionou ao membro Jaison sobre o andamento da confecção do Regimento Interno. O membro Jaison destacou que, após as colocações da última Reunião da Comissão, ocorrida no dia 04/11/2015, o Regimento estava quase pronto e, uma reunião Extraordinária da Comissão para considerações finais e/ou adequações/complementações, seria necessária. Assim, ficou marcada para o dia 25/11/2015, às 8h30min, na Sala de Reuniões da Procuradoria do Município, a Reunião Extraordinária para finalização do Regimento Interno. O Presidente explicou ainda, sobre a necessidade de um “relatório de visita”, o qual deveria ser elaborado, para cada processo de solicitação do benefício da isenção. Após discussões dos procedimentos e a forma de colocação, em papel, dos dados levantados, o membro Jaison se prontificou à encaminhar uma sugestão/modelo para a Secretária distribuir aos demais membros. Os membros discutiram também sobre as dificuldades de levantamento de informações e a falta com a verdade em muitos dos solicitantes do benefício de isenção. Encerrada a sessão.

Ronaldo da Rocha
Presidente da Comissão

ATA DA REUNIÃO DO DIA 25/11/2015

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 2015, na Sala de Reuniões da Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sede provisória da Comissão Processante, designada pelo Decreto nº 4922, de 30 de setembro de 2015, publicada em 30 de setembro de 2015, se fizeram presentes os membros da COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: I – Fiscal Tributário da Secretaria Municipal da Fazenda: José Luiz do Nascimento; II – Advogado da Procuradoria Geral do Município: Jaison Fernando de Souza; III – Membro do Cadastro Multifinalitário da Secretaria Municipal da Fazenda: Patricia Soares; IV – Membro do Controle Interno do Município: Ronaldo da Rocha; V – Membro do Departamento de Arrecadação da Secretaria Municipal da Fazenda: Jonny Schmidt; VI – Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação: Ana Paula Nunes. Aberta a audiência, o Presidente passou a palavra ao membro Jaison, o qual apresentou o Regimento Interno, o lendo e complementando com as indicativas dos demais membros. O membro José Luiz, sugeriu que os processos de Revisão fossem protocolados conforme o Artigo 420 do Código Tributário Municipal, qual seja, isento de custas. Após discussões e elucidações, o Regimento Interno desta Comissão, foi aprovado em unanimidade por todos os membros presentes. O Presidente ficou incumbido de encaminhar o Regimento para aprovação do Prefeito Municipal. Encerrada a sessão.

Ronaldo da Rocha
Presidente da Comissão

DECRETO Nº 5025, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5025, de 27 de novembro de 2015.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica suplementada na importância de R\$ 18.758,64 (dezoito mil, setecentos e cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:		
20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
20.01	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
2.072	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	18.758,64
	TOTAL	R\$	18.758,64
Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, fica anulada na mesma importância de R\$ 18.758,64 (dezoito mil, setecentos e cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul:		
20.00	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		

20.01	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		
2.072	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	18.758,64
	TOTAL	R\$	18.758,64

Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

27 de novembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE LEILÃO 106/2015

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 106/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE rio do sul.

O município de RIO DO SUL, SC, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, cidade de Rio do Sul, CEP 89.160 900, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.574/0001-06, Telefone (47) 3531 1200, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 10:00 horas do dia 14 de DEZEMBRO de 2015, tendo como local o CENTRO DE EVENTOS HERMANN PURNHAGEN, Pavilhão 02, Rua Wenceslau Borini, nº 2950, B. Canta Galo, Rio do Sul, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Bel.Ulisses D. Ramos, matrícula AARC 309, para venda à vista de bens móveis inservíveis: LOTE 01 – AUTOMÓVEL VW Parati FLEX, Ano 2008 Modelo 2009, Placa MFX 9636, RENAVAL 990965988, Chassi nº 9BWGC05W69T106313, combustível álcool/gasolina, cor branca. LANCE INICIAL: R\$ 11.000,00. LOTE 02 – AUTOMÓVEL FORD FIESTA 1.6 FLEX, Ano 2010 Modelo 2011, Placa MHR 3431, RENAVAL 274.679.817, Chassi nº 9BFZF55P5B8125448, combustível álcool/gasolina, cor branca. LANCE INICIAL: R\$ 10.000,00. LOTE 03 - AUTOMÓVEL FORD FIESTA 1.6 FLEX, ano 2010 Modelo 2011, Placa MHR 3471, RENAVAL 274.683.156, Chassi nº 9BFZF55P7B8138685, cor Branca, combustível gasolina/Álcool. LANCE INICIAL: R\$ 10.000,00. LOTE 04 – 01 AUTOMÓVEL GM BLAZER, Ano/Modelo 2002, Placa MBZ 6147, RENAVAL 788.267.078, Chassi nº 9BG116AX02C411188, cor Preta, combustível gasolina. LANCE INICIAL: R\$ 12.500,00. LOTE 05 – AUTOMÓVEL GM BLAZER DLX, Ano/Modelo 2004, Placa MCE 8674, RENAVAL 830.434.046, Chassi nº 9BG116AX04C425186, combustível álcool/gasolina, Cor Branca. LANCE INICIAL: R\$ 15.300,00. LOTE 06 – AUTOMÓVEL GM MERIVA PREMIUM, Ano/Modelo 2007, Placa MDU 5831, RENAVAL 907.877.451, Chassi nº 9BGXM75G07C713382, cor Branca, combustível gasolina/Álcool. LANCE INICIAL: R\$ 12.500,00. LOTE 07 – CAMINHÃO BASCULANTE FORD, modelo F-14.000, Sapo, Ano/Modelo 2002, Placa MBU 0615, RENAVAL 788.602.632, chassi 9BFXK84F32B074421, Cor branca, combustível Diesel. LANCE INICIAL: R\$ 18.000,00. LOTE 08 - VEÍCULO VW KOMBI, Ano/Modelo 1992, Placa LZR 6165, RENAVAL 541.862.316, chassi 9BWZZZ23ZNP005521, cor Branca, combustível gasolina. LANCE INICIAL: R\$6.000,00. LOTE 09 - AMBULÂNCIA FORD TRANSIT, Ano/modelo 2010/10, Placa MHR 6438, RENAVAL 255.235.070, Chassi nº WFOXXXTAFATJ47323, Cor Vermelha, combustível Diesel. LANCE INICIAL: R\$ 17.500,00. LOTE 10 – MICROONIBUS I/HYUNDAI H100 GLS, Ano/modelo 2003/03, Placa MDW 0251, RENAVAL 822.413.566, Chassi nº KMJRD37BP3K562226, Cor Branca, combustível Diesel. LANCE INICIAL: R\$ 7.500,00. LOTE 11 – ROÇADEIRA RUGERI MAC MODELO RDMR 080612, pleno funcionamento, em operação. LANCE INICIAL: R\$1.000. LOTE 12 – ENSILADEIRA JUMIL, ANO 2005 MODELO JM 4100/9H, pleno funcionamento, em operação. LANCE INICIAL: R\$ 2.200,00. LOTE 13 – DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO JUMIL MODELO LIDER 20-50, pleno funcionamento, em operação. LANCE INICIAL: R\$ 2.100,00. LOTE 14 – CARRETA AGRÍCOLA MARCA TADEU/MAQUIPLAN, rodado simples, 4 toneladas, pleno funcionamento, em operação. LANCE INICIAL: R\$ 1.000,00. LOTE 15 – CARRETA AGRÍCOLA MARCA TADEU/MAQUIPLAN, rodado simples, 4 toneladas, pleno funcionamento, em operação. LANCE INICIAL: R\$ 1.000,00. LOTE 16- CARRETA AGRÍCOLA MARCA TADEU/MAQUIPLAN, rodado duplo, 06 Toneladas, pleno funcionamento, em operação. LANCE INICIAL: R\$ 1.500,00. LOTE 17 – TRATOR DE PNEUS MASSEY FERGUSON 283, ano 2006 com defeitos mecânicos na embreagem, em operação, Frota 271. LANCE INICIAL: R\$ 19.200,00. LOTE 18 - 01 TRATOR DE PNEUS MASSEY FERGUSON 283, ano 2006, com diferencial e caixa desmontados, Frota 276. LANCE INICIAL: R\$ 13.200,00. LOTE 19– TRATOR ESTEIRA MARCA KOMATSU, ano 1977, Modelo D65 A, com escarificador, possui defeitos mecânicos no rodante esquerdo – LANCE INICIAL: R\$ 35.000,00. LOTE 20 - GRADE COM 24 DISCOS. LANCE INICIAL: R\$ 1.500,00. LOTE 21 LOTE DE MOVEIS DIVERSOS CONTENDO: Mesas e escrivaninhas, mesas, cadeirinhas e bancos infantis; cadeiras diversas, carteiras escolares, berços, portas, janelas, mesas de refeitório, Ventiladores, antenas parabólicas, prateleiras, entre outros. LANCE INICIAL R\$ 250,00. LOTE 22: LOTE DE MOVEIS DIVERSOS CONTENDO: Aparelhos de ar Condicionado Split (completo), Biplax, freezers, balança, mesas, cadeirinhas e bancos infantis; cadeiras diversas, carteiras escolares, berços, louça sanitária, mesas e escrivaninhas, Ventiladores, antenas parabólicas, prateleiras, entre outros. LANCE INICIAL R\$ 1.200,00. LOTE 23: LOTE DE ELETRO DIVERSOS CONTENDO: fogões industriais, fogões de 4 bocas, geladeiras, freezers, calhas de iluminação, Extratores de suco de laranja, Liquidificadores, arquivos em aço, Bebedouros entre outros. LANCE INICIAL R\$ 350,00. LOTE 24: LOTE DE SUCATAS DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E FORNOS, CONTENDO: aparelhos de ar-condicionado, fornos de micro-ondas entre outros. LANCE INICIAL R\$ 550,00. LOTE 25: LOTE DE SUCATA DE INFORMATICA E ELETRO-ELETRONICOS CONTENDO: CPU´s, Monitores, Mouses, Teclados, Estabilizadores, impressoras e periféricos; aparelhos de Fax, fornos de micro-ondas, aparelhos de Ar condicionado; swit´s, aparelhos de Fax, Fotocopiadoras, scanner´s, aparelhos de Vídeo Cassete, Mimeógrafos, cabos, fios, entre outros. LANCE INICIAL R\$ 350,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou WWW.RIODOSUL.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones Fone (47) 3531 1200 ou 3531 1312, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

RIO DO SUL (SC), 30 de novembro de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL

PORTARIA 0941/2015

PORTARIA Nº. 0941/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso III do Art. 150, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, ao servidor público municipal JORGE ELPIDIO WISCHNESKI, portador do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem (40h), no período de 20/11/2015 a 26/11/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Papf

PORTARIA 0942/2015

PORTARIA Nº. 0942/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento no Art. 50, § 1º da Lei Complementar nº 207/2010, fica dispensado do registro de ponto diário o servidor municipal TEODORO LUIS DA SILVA, matrícula nº 970859, ocupante do cargo em comissão de Diretor da Defesa Civil, em razão das particularidades afetas ao cargo, conforme os termos do Protocolo nº 156699/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de novembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Papf

PREGÃO PRESENCIAL 096/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2015

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição parcelada de gêneros alimentícios para compor os coffes breaks realizados pela Secretaria de Assistência Social.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 11/12/2015, às 08:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 11/12/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, ou no site www.riodosul.sc.gov.br, Departamento de

Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 30 de novembro de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

MARIA HELENA ZIMMERMANN

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

PREGÃO PRESENCIAL 104/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2015

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição parcelada de cargas de gás e água mineral. Secretaria de Assistência Social.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 11/12/2015, às 11:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 12:00h do dia 11/12/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, ou no site www.riodosul.sc.gov.br, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 30 de novembro de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

MARIA HELENA ZIMMERMANN

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

RESUMO DO ADITIVO 093/2015

4º TERMO ADITIVO Nº 093/2015 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS NR. 145/2013, REFERENTE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA IPM INFORMÁTICA LTDA.

Aos três (03) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa IPM Informática Ltda., estabelecida na Avenida Trompowsky, 354, 7º andar, Centro, no município de Florianópolis/SC, CEP – 88.015-300, inscrita no CNPJ sob o nº 01.258.027/0001-41, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Diretor Executivo, Sr. Aldo Luiz Mees, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 074/2013, o Contrato original de Prestação de Serviços de Locação de Sistemas nº 145, datado de 22 de novembro de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso IV do Art. 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Oitava do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, com o seu término em 21 de novembro de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul
Contratante

IPM INFORMÁTICA LTDA

Sr. Aldo Luiz Mees
Contratada
Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO ADITIVO 094/2015

3º TERMO ADITIVO Nº 094/2015 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 082/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA EMÍLIO WUTZOW, BAIRRO CANTA GALO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI.

Aos vinte e sete (27) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 044/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 082, datado de 23 de maio de 2014, de acordo com parecer exarado

pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 24 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES

Terraplenagem Azza Eireli.
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO ADITIVO 105/2015

5º TERMO ADITIVO Nº 105/2015 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS NR. 145/2013, REFERENTE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA IPM INFORMÁTICA LTDA.

Aos vinte e três (23) dia do mês de novembro (11) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa IPM Informática Ltda., estabelecida na Avenida Trompowsky, 354, 7º andar, Centro, no município de Florianópolis/SC, CEP – 88.015-300, inscrita no CNPJ sob o nº 01.258.027/0001-41,

ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Diretor Executivo, Sr. Aldo Luiz Mees, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 074/2013, o Contrato original de Prestação de Serviços de Locação de Sistemas nº 145, datado de 22 de novembro de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no § 8º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Fica reajustado em 10.3308300% de acordo com o INPC, passando o valor contratual assumido constante da Cláusula Quarta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme demonstrativo anexa, para o valor de R\$ 36.237,52 (trinta e seis mil e duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e dois centavos) subdividindo-se em:

R\$ 236.171,85 software Prefeitura, R\$ 19.680,99 mensais;
R\$ 7.169,46 software Fundo de Assistência Social, R\$ 597,45 mensais;
R\$ 2.170,46 software Fundo da Infância e Adolescência, 180,88 mensais;
R\$ 3.872,78 software Fundo Municipal de Saúde, R\$ 322,73 mensais;
R\$ 5.362,31 software Fundo Municipal de Cultura, R\$ 446,85 mensais;
R\$ 8.659,00 software Fundo Municipal de Desportos, R\$ 721,58 mensais;
R\$ 111.305,64 valores pertinentes a licença de uso, suporte técnico operacional e provimento de datacenter para alocação dos sistemas, R\$ 9.275,47 mensais;
R\$ 45.467,99 valores pertinentes aos serviços técnicos de atendimento local ou via conexão remota, a serem realizados para atender as demandas não cobertas pelo contrato;
R\$ 14.671,01 valores pertinentes aos serviços técnicos de customização e personalização dos sistemas, para atender a demandas específicas do município;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

IPM INFORMÁTICA LTDA
Sr. Aldo Luiz Mees
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO CONTRATO 173/2015

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 173/2015

Pregão Presencial nº 100/2015

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Click Soluções Técnicas, Administrativas e Pedagógicas Ltda

Objeto: contratação de instituição de ensino superior ou empresa vinculada a instituição de ensino superior especializada em elaboração e aplicação de Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro Reserva para as funções de Professor e Pedagogo, em caráter temporário do Município de Rio do Sul, em conformidade com a Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores e Lei Complementar n. 075 de 20 de novembro de 2001 e alterações posteriores e Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações e demais disposições legais aplicáveis, em conformidade ainda com as especificações e condições do termo de referência (ANEXO 5) do edital.

Valor: R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)

Prazo de Execução: 80 (oitenta dias) corridos, a partir da assinatura do presente

Condições de Pagamento:

30% quando da publicação do edital;

30% quando da publicação das inscrições homologadas;

40% quando da publicação do Decreto de Homologação do Processo Seletivo.

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 20 de novembro de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Rio dos Cedros

PREFEITURA

ATA DEMONSTRAÇÃO DO RELATÓRIO FINANCEIRO TRIMESTRAL DAS ATIVIDADES DA SAÚDE - 2 E 3 TRIMESTRE 2015

Ata da Audiência Pública das Metas Fiscais Competência 2º e 3º Trimestre 2015

Ata da audiência pública do 2º TRIMESTRE e 3º TRIMESTRE DE DOIS MIL E QUINZE, em atendimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aos vinte e seis de novembro de dois mil e quinze no auditório do Salão Nobre Municipal (antiga Câmara Municipal de Rio dos Cedros), realizou-se a audiência pública do segundo e terceiro trimestre de dois mil e quinze às dezoito horas, estando presente a população de Rio dos Cedros. Abrindo a sessão o Secretário de Saúde, Sr. Fábio Castellain, justificou o atraso na audiência devido problemas com o sistema e atualizações necessárias do plano contábil, ocasionando o descompasso dos relatórios, seguindo apresentou como de costume os seguintes itens: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida, Execução Orçamentária, Metas de Arrecadação, Cronograma de Desembolso, Aplicação de Recursos na Saúde, Aplicação de Recursos na Educação, Aplicação de recursos recebidos do FUNDEB, Despesas com Pessoal. Após distribuir o relatório contendo o resumo dos resultados obtidos, detalhou item a item, e ressaltou índice de 21,84%(vinte e um pontos percentuais e oitenta e quatro décimos de por cento) do 3º Trimestre aplicados em ações da saúde, superando os quinze por cento preconizados pelo Artigo sétimo, parágrafo III da ADCT. Nada mais havendo a tratar, eu Eduardo Osti declarei encerrada a sessão, para constar, lavrei esta ata, e todos os membros da reunião assinaram a lista de presença, anexa a esta ata.

Eduardo Osti – Agente de Controle Interno

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 5/2015 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS - OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 5/2015

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS NOVOS, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 09/12/2015 - Hora: 10:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 09/12/2015 - Hora: 11:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 25 de novembro de 2015.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 116/2015

DECRETO Nº 116/2015 - DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.038 – MANUT. DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 60.000,00

Fonte: 1300.00000

RED: 153

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor DO SUPERAVIT FINANCEIRO do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 12 de Novembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 117/2015

DECRETO Nº 117/2015 - DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA

Projeto/Atividade: 2.027 – MAN. DA PREV. DO SERVIDOR PÚBLICO

Modalidade de Aplicação: 3190.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 1103.00000

RED: 1

Órgão: 04 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA

Projeto/Atividade: 2.027 – MAN. DA PREV. DO SERVIDOR PÚBLICO

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 1103.00000

RED: 3

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 12 de Novembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 118/2015

DECRETO Nº 118, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.
AUTORIZA A PERMISSÃO DE USO DE MÁQUINA AGRÍCOLA A GRUPO DE AGRICULTORES.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito do Município de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os artigos 27 e 34, § 3º, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso, DECRETA:

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal concede a título precário ao grupo de agricultores do município formado por Ademar João Pasin, Jair José Pasin, Neimar Luciano Simionato e Simone Pasin Borja a permissão de uso da máquina agrícola denominada Distribuidor de Dejetos com Bomba (capacidade 4.000 litros), cadastrada no patrimônio público sob o nº. 60.290.

Art. 2º. A permissão de uso da máquina agrícola acima discriminada, dar-se-á da data de assinatura deste Decreto até o dia 31/12/2016.

Art. 3º. O grupo de agricultores beneficiado se obriga a preservar e manter a máquina cedida em perfeitas condições de uso, comprometendo-se também a devolvê-la quando do término da permissão de uso, sendo de sua inteira e exclusiva responsabilidade tal devolução.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso (SC), 25 de novembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário de Administração e Finanças

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 090/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 090/2015 - Dispensa de Licitação 090/2015

Do Objeto: Locação de 02 (dois) imóvel, localizado à Rua Natalino Teixeira da Rosa nº 246- Edifício Trevisol, apartamentos 101 e 103 - Centro - Santa Rosa do Sul-SC, com área de 98,00m² cada, destinado a moradia. Conforme Lei municipal 934 de 12 de Novembro de 2013, para o "Programa Mais Médicos" disponibilizados no município.

PROPRIETÁRIO: MAURI TREVISOL.

Valor: R\$ 1.578,00(Um mil, quinhentos e setenta e oito reais)

Da Justificativa do Preço: Os preços estão de conformidade com os valores de mercado conforme confirma o laudo de avaliação expedido pelo corretor de imóveis Francisco dos Santos Farias, inscrito no CRECI: 010968.

Do Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

Assinatura: 30/11/2015

Vigência: 31/12/2015.

Joelson Farias Pereira

Diretor de Compras e Licitações

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 178/2015 FERIAS SIDIANE RODRIGUES

PORTARIA Nº 178/2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (TRINTA) dias, a servidora pública municipal Sra. SIDIANE RODRIGUES, matrícula nº11428/01 e ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE , lotado na Secretaria Municipal de SAUDE , relativamente ao período aquisitivo 02/05/2014 a 01/05/2015 a serem gozadas no período de 30/11/2015 a 29/12/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC,30 de Novembro 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 120/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 140/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 120/2015.
Objeto: Aquisição de equipamentos para utilização do destacamento da Polícia Militar, para aplicação dos recursos do convênio Nº. 079/2013 - Radiopatrulha.
Entrega dos Envelopes: 10:00 horas do dia 10 de dezembro de 2015.
Abertura dos Envelopes: 10:00 horas do dia 10 de dezembro de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 26 de novembro de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL 121/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 141/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 121/2015.
Objeto: Aquisição de câmaras de ar e protetor de aro para substituição nos equipamentos rodoviários utilizados nos serviços da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 11 de dezembro de 2015.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 11 de dezembro de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 27 de novembro de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 109/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 11 de dezembro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA A REALIZAÇÃO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 257/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 257/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 16 de dezembro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01(UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA NOVA ANO 2015. DESCRIÇÃO NO ANEXO I, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 816412/2015MDA/CAIXA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 07h30min às 12:00 horas e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 26 de novembro de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração – Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 258/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 258/2015

Menor preço por item

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 16 de dezembro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: Pregão para fabricação e instalação de cerca e portão para área de vistoria da Polícia Civil.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 26 de novembro de 2015.

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

DECRETO Nº 1152/2015

DECRETO Nº 1152, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Estabelece Valor da UFM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal - UFM fica estabelecida com o valor equivalente a R\$ 3,6685 a partir de 01 de dezembro de 2015, nos termos da Lei nº 1.486, art.1º, parágrafo único, inciso II, de 23 de dezembro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 1153/2015

DECRETO Nº 1153, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015
HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam homologadas as Resoluções nº 066, 067 e 068, de 16 de novembro de 2015, do Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

RESOLUÇÃO Nº 066, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO CEIM CASTELO ENCANTADO

O Conselho Municipal de Educação do Município de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011 e em conformidade com a Resolução/CME nº 048/2012, faz saber que, em sessão plenária ocorrida no dia 16 de novembro de 2015,

RESOLVEU:

Considerando que o CEIM Castelo Encantado, criado pela Lei nº 236, de 29 de junho de 1994, encontra-se em funcionamento desde então, integrado ao Sistema Municipal de Ensino de São Bento do Sul, por meio da Resolução/CME nº 030/2008,

Art. 1º – Conceder autorização de funcionamento da Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica, para turmas de Berçário, Maternal e Pré Escola – do Centro de Educação Infantil Municipal Castelo Encantado, localizado na Rua Alziro Carvalho, nº 51 – Colonial, São Bento do Sul.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de outubro de 2015.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2015.

Sueli dos Santos Lima

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 067, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO CHAPEUZINHO VERMELHO

O Conselho Municipal de Educação do Município de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei nº 2893 de 19 de outubro de 2011 e em conformidade com a Resolução/CME nº 048/2012, faz saber que, em sessão plenária ocorrida no dia 16 de novembro de 2015,

RESOLVEU:

Art. 1º – Conceder autorização de funcionamento da Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – do Centro de Educação Chapeuzinho Vermelho, pertencente a Rede Particular de Ensino, localizado na Rua Alfredo Diener, nº 22 – Bairro Oxford,

São Bento do Sul.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2015

Sueli dos Santos Lima

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 068, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015

CREDENCIA O "SESI ESCOLA – EDUCAÇÃO INFANTIL" PARA OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O Conselho Municipal de Educação do Município de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei nº 2893 de 19 de outubro de 2011 e em conformidade com a Resolução/CME nº 048/2012, faz saber que, em sessão plenária ocorrida no dia 16 de novembro de 2015,

RESOLVEU:

Art. 1º – Fica credenciado, como integrante do Sistema Municipal de Ensino de São Bento do Sul, o Centro de Educação Infantil SESI Escola – Educação Infantil, pertencente a Rede Particular de Ensino, situado a Rua Benjamin Constant, 99 – Centro, São Bento do Sul/SC.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor a contar da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de novembro de 2015.

Sueli dos Santos Lima

Presidente

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2015 FC

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE COREÓGRAFO PARA MINISTRAR OFICINA COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS, ESPECÍFICA DE COREOGRAFIAS FOLCLÓRICAS POLONESAS, REFERENTE CONVÊNIO 789346/2013 FIRMADO COM O IPHAN.

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

SÃO BENTO DO SUL, 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

MARLA HUEBL KAISER

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ROBSON RODRIGUES DA SILVA

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL.

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 20/2015

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: CONTRATAÇÃO DE COREÓGRAFO PARA MINISTRAR OFICINA COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS, ESPECÍFICA DE COREOGRAFIAS FOLCLÓRICAS POLONESAS, REFERENTE CONVÊNIO 789346/2013 FIRMADO COM O IPHAN.

II - Contratado: CHRISTIANE ANDREA GUIZ FABIAN DE ARAUJO.

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso V do art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: 1 – Realizadas 02 (duas) licitações do tipo Pregão Presencial, nos dias 10/09/2015 e 17/11/2015, através dos processos 10/2015 e 16/2015 respectivamente, nas quais não acudiram interessados

em apresentar propostas; 2 – Sendo o objeto desta dispensa, etapa integrante do convênio 789346/2013 firmado com IPAHN e, em função da proximidade do fim do prazo de vigência, não há tempo hábil para realização de novo certame nos mesmos moldes; 3 – Os orçamentos prévios realizados demonstram que não há prejuízos para Administração, pois, o preço praticado, está dentro da margem prevista no Termo de Referência do Convênio 789346/2103 é igual ao valor máximo previsto para os processos de compras que deram origem a esta dispensa.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A profissional contratada possui as qualificações necessárias, devidamente comprovadas, para a realização do serviço, estando o preço praticado, adequado ao valor de mercado e atende aos requisitos de documentação estabelecidos nos processos que deram origem a esta dispensa.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado está dentro da margem prevista no Termo de Referência do Convênio 789346/2103 é igual ao valor máximo previsto para os processos de compras que deram origem a esta dispensa.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

MARLA HUEBL KAISER

Presidente da Comissão de Licitação

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual.

ROBSON RODRIGUES DA SILVA

Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2015 EMHAB

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - EMHAB e a empresa RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a contratação de empresa jornalística com jornal de grande circulação estadual, com abrangência no Estado de Santa Catarina, para fins de publicação de atos oficiais do Município, pelo período de até 24 meses, com contrato de 12 meses renovável por mais 12 meses.

DO VALOR: R\$ 8.148,00 – Valor Total

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 17 de novembro 2015 até 16 de novembro de 2016, podendo ser prorrogado por outros períodos mediante Termo Aditivo, ficando adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários, limitado a 60 (sessenta) meses.

São Bento do Sul, 17 de novembro de 2015.

ASS: LUIZ CARLOS PEDROZO, pela Empresa Municipal de Habitação EMHAB

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A. como Contratada.

LEI Nº 3606/2015

LEI Nº 3606, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

RATIFICA DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificada a doação da Receita Federal do Brasil ao Município de São Bento do Sul dos veículos abaixo relacionados:

I – GM/Classic Life, placas AGE 8811, Chassi 9BGSA19109B239646;

II – VW/Kombi, placas MIY4348, Chassi 9BWMF07X7CP014983;

III – GM/Celta Life, placas ARO 6234, Chassi 9BGRA4810AG151143.

Parágrafo único. Os Atos de Destinação de Mercadorias nº 0097 de 24/09/2014 e nº 0478 de 12/09/2014, são parte integrante da presente Lei

Art 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3607/2015

LEI Nº 3607, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 44.900,00 (quarenta e quatro mil e novecentos reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

3.3.91.39.00.00.00 158 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 26.000,00

Atividade: 2.023 – Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental

3.3.91.39.00.00.00 158 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 16.315,00

3.3.91.39.00.00.00 358 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 2.585,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(566) 4.4.90.51.00.00.00 158 – Obras e Instalações R\$ 26.000,00

Atividade: 2.023 – Coordenação, manutenção e ampliação do

Ensino Fundamental
(513) 3.3.90.30.00.00.00 158 – Material de Consumo R\$ 13.006,00
(568) 4.4.90.51.00.00.00 158 – Obras e Instalações R\$ 2.910,00
(569) 4.4.90.51.00.00.00 358 – Obras e Instalações R\$ 2.585,00
(525) 4.4.90.52.00.00.00 158 – Equip. Material Permanente R\$ 399,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3608/2015

LEI Nº 3608, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

ALTERA O PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 104-A da Lei nº 1718 de 24 de novembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 104-A - A alíquota de contribuição do Município, suas autarquias, fundações e Câmara Municipal, para cobertura do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos segurados em atividade corresponderá a:

I – 4,91% (quatro vírgula noventa e um por cento) para a competência de 2015, sendo a partir daí o crescimento da alíquota constante de 1,18% (um vírgula dezoito por cento) a cada ano, nos próximos 20 anos, quando atinge a taxa de 28,51% no ano de 2035, vigorando esta até a competência de dezembro/2044.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3609/2015

LEI Nº 3609, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.201 – Ações Voltadas a Média e Alta Complexidade
4.4.90.52.00.00.00 189 – Equipamento e Material Permanente R\$ 90.000,00

Art. 2º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 529.405,63 (quinhentos e vinte e nove mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e três centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 – Empresa Municipal de Habitação

Projeto: 1.018 – Programa FNHIS

4.4.90.51.00.00.00 200 – Obras e Instalações R\$ 220.000,00

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.101 – Estratégia da Saúde da Família

(38) 3.1.90.11.00.00.00 002 – Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 80.000,00

(43) 3.1.91.13.00.00.00 002 – Obrig. Patronais – Op. Intra-Orçamento. R\$ 10.000,00

Atividade: 2.201 – Ações Voltadas a Média e Alta Complexidade

(50) 3.3.50.41.00.00.00 002 – Contribuições R\$ 36.000,00

(55) 3.3.90.39.00.00.00 265 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 180.405,63

Atividade: 2.202 – Operação e Manutenção do SAMU

(90) 3.1.91.13.00.00.00 002 – Obrig. Patronais – Op. Intra-Orçamento. R\$ 3.000,00

Art. 3º Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.030 – Manutenção e Melhorias em Vias Urbanas e Rurais

(366) 4.4.90.52.00.00.00 189 – Equip. Material Permanente R\$ 90.000,00

Órgão: 16 – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 02 – Fundo Rotativo Habitacional

Projeto: 1.017 – Investindo em Programas Habitacionais

(22) 4.4.90.61.00.00.00 200 – Aquisição de Imóveis R\$ 220.000,00

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 – Ações Voltadas a Atenção Básica

(20) 3.3.90.39.00.00.00 002 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 57.000,00

(27) 3.3.91.39.00.00.00 002 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 3.000,00

Atividade: 2.201 – Ações Voltadas a Média e Alta Complexidade

(54) 3.3.90.39.00.00.00 002 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 51.000,00

Atividade: 2.203 – Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico

(109) 3.3.90.30.00.00.00 265 – Material de Consumo. R\$ 20.000,00

Atividade: 2.401 – Atenção Farmacêutica

(33) 3.3.90.32.00.00.00 002 – Mat. Distribuição Gratuita. R\$ 18.000,00

Atividade: 2.501 – Ações Voltadas a Manutenção do CAPS

(57) 3.3.90.30.00.00.00 265 – Material de Consumo. R\$ 35.000,00

(58) 3.3.90.32.00.00.00 265 – Mat. Distribuição Gratuita. R\$

15.000,00

(59) 3.3.90.33.00.00.00 265 – Passagens e Desp. com Locomoção. R\$ 8.000,00

(60) 3.3.90.36.00.00.00 265 – Outros Serv. Terc. PF. R\$ 2.405,63

(61) 3.3.90.39.00.00.00 265 – Outros Serv. Terc. PJ. R\$ 60.000,00

(62) 4.4.90.52.00.00.00 265 – Equip. Material Permanente. R\$ 40.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3610/2015

LEI Nº 3610, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 21.239,23 (vinte e um mil, duzentos e trinta e nove reais e vinte e três centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 – Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(5) 3.1.91.13.00.00.00 100 – Obrig. Patr.-Op. Intra-Orçamentárias R\$ 14.157,23

(40) 3.3.90.30.00.00.00 300 – Material de Consumo R\$ 22,00

(15) 3.3.90.46.00.00.00 100 – Auxílio-Alimentação R\$ 4.950,00

(16) 3.3.90.47.00.00.00 100 – Obrig. Tributárias e Contributivas R\$ 2.110,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.061 – Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico, Artístico, Material e Imaterial

(20) 3.3.90.30.00.00.00 100 – Material de Consumo R\$ 18,24

(21) 3.3.90.36.00.00.00 100 – Outros Serv. Terc. PF R\$ 1.396,00

(22) 3.3.90.39.00.00.00 100 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 4.179,27

(23) 3.3.90.47.00.00.00 100 – Obrig. Tributárias e Contributivas R\$ 2.000,00

(24) 4.4.90.52.00.00.00 100 – Equip. Material Permanente R\$ 554,65

(45) 4.4.90.52.00.00.00 300 – Equip. Material Permanente R\$ 22,00

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Incentivo à Cultura

Atividade: 2.076 – Manutenção do Fundo Municipal

(25) 3.3.50.41.00.00.00 100 – Contribuições R\$ 11.069,07

(27) 3.3.90.36.00.00.00 100 – Outros Serv. Terc. PF R\$ 2.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3611/2015

LEI Nº 3611, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DENOMINA ALBERTO HÜMMELGEN ESTRADA DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de São Bento do Sul aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de Alberto Hümmelgen estrada do município, com extensão de 1.318,00 metros e largura de 12,00 metros, lateral da Estrada Adolfo Specht, bairro Serra Alta, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10521/2015

PORTARIA Nº 10521, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e nº 2966/2004 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 18 de novembro de 2015, DENISE GARCIA AROUCA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, da Classe A para Classe B.

São Bento do Sul, 27 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10522/2015

PORTARIA Nº 10522, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e nº 2966/2004 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Promover, a partir de 20 de novembro de 2015, LUIZ BUSCH, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível III, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Classe B para Classe C.

São Bento do Sul, 27 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10523/2015

PORTARIA Nº 10523, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores EDINA SONCINI DE LIMA, LUCIANE MARY KOCH SCATALON, MARCO AURÉLIO OLINISKY, JERRI AFONSO CRISTOFOLINI e CRISTIANE APARECIDA JANTSCH SESTREN, da Secretaria Municipal de Saúde, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial VW/Amarok, placas QHR 2665.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10524/2015

PORTARIA Nº 10524, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor REINALDO MEYER, ocupante do cargo de Assistente Social, na Secretaria Municipal de Saúde, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- GM/Corsa, placas MBI 0423
- Ford/Fiesta, placas PKP 3645
- GM/Montana, placas MJC 4066
- Fiat/Palio, placas MGX 5834
- Fiat/Uno, placas MCG 4284
- Motocicleta, placas MHP 5875
- Motocicleta, placas MCM 5592
- Motocicleta, placas MBM 4715

· Motocicleta, placas MDX 4852

· Motocicleta, placas MLU 6643

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10525/2015

PORTARIA Nº 10525, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor LUIS ALBERTO MUHLBAUER, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Acompanhamento de Convênios, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

· VW/Gol, placas MHQ 6962,

· GM/Celta, placas MCX 3636,

· Chevrolet/Corsa, placas MLB 4516.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10526/2015

PORTARIA Nº 10526, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor VANILSON MORGENROTH, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Agricultura e Pecuária, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

· GM/Corsa, placa LZS 2583

· GM/Corsa, placa MBI 0423

· GM/Corsa, placa MHW 3336

· GM/Celta, placa MMK 1823

· GM/Celta, placa MMJ 8823

· Fiat/Doblo, placa MFF 1106

· Fiat/Doblo, placa MFN 6248

· Ford/Fiesta, placa OKF 3715

· Ford/Fiesta, placa OKF 3645

· VW/Gol, placa MBL 6765

· VW/Gol, placa MFQ 9645

· VW/Gol, placa MFT 3739

· VW/Gol, placa MJS 2989

· GM/Montana, placa MJC 4066

· Fiat/Palio, placa MGX 5834

· Peugeot, placa MJZ 8342

- Fiat/Uno, placa MCG 4284
- Fiat/Uno, placa MFN 8302

- Fiat/Uno, placa MFN 8322

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10527/2015

PORTARIA Nº 10527, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Exonera Assessor Jurídico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 01 de dezembro de 2015, HERÁCLIO STEINBACH, do cargo de Assessor Jurídico, na Procuradoria Jurídica.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

RESULTADO EDITAL Nº 002/2015

RESULTADO

REMOÇÃO E OU LOTAÇÃO POR CONCURSO, REMOÇÃO POR PERMUTA E REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA
EDITAL Nº 002/2015

A Secretária Municipal de Educação, homologa e torna público a classificação dos inscritos no processo de remoção e ou lotação por concurso, resultado dos pedidos de remoção por permuta e redução de carga horária – Edital nº 002/2015.

Informa ainda que, conforme dispõe o Edital, o prazo para reconsideração será de 02 (dois) dias úteis, a partir da publicação, no local onde deu entrada em seu processo, através de requerimento devidamente preenchido e documento que justifique a solicitação de reconsideração.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

RESULTADO – EDITAL Nº 002/2015
REMOÇÃO E/OU LOTAÇÃO

ATENDENTE EDUCATIVO/AUXILIAR DE BERÇÁRIO					
CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	MARIA DA GRAÇA RIBEIRO DA SILVA	Auxiliar de Berçário	EP	292	
2º	LUCIANE BRUNEL SERAFIM	Atendente Educativo	MG/LP	114	

3º	JISELE DA SILVA VIEIRA	Atendente Educativo	MG/LP	106	
4º	MARIA ADRIANA SILVEIRA	Atendente Educativo	MG/LP	105	03/10/84
5º	VERANICE LIEBL	Atendente Educativo	MG/LP	105	03/04/87
6º	ROSELI DO CARMO DE OLIVEIRA	Atendente Educativo	MG/LP	94	
7º	MARISTELA GOMES	Atendente Educativo	MG/LP	84	
8º	NELCI CLARICE SIRENA	Atendente Educativo	EM	106	
9º	EVELISE GROBE	Atendente Educativo	EM	94	
10º	CLAUDIA MOKWA	Atendente Educativo	EM	81	
11º	BERENICE DOS PASSOS	Atendente Educativo	EM	68	
12º	LAÍSLA CADENA BATISTA	Atendente Educativo	EM	44	
13º	EMILIANE SZYMCAK SIQUEIRA	Atendente Educativo	EM	43	
14º	REGIANE CORDEIRO BAUM	Atendente Educativo	EM	38	
15º	JOANITA MAGUEROVSKI FERREIRA	Atendente Educativo	EM	35	06/06/78
16º	ROSANGELA APARECIDA ROSSI	Atendente Educativo	EM	35	28/09/80
17º	ELIANE DE JESUS LOVICKI GUEDES	Atendente Educativo	EM	33	
18º	ELISABETH MARIA WEIGMANN PEREIRA	Atendente Educativo	EM	32	28/08/78
19º	VIVIANE DE CAMPOS SCHREINER	Atendente Educativo	EM	32	08/03/82
20º	JUREMA BIAOBOCK	Atendente Educativo	EM	31	
21º	TATIANE DACOREGIO NOGUEIRA	Atendente Educativo	EM	30	
22º	ZENAIDE PIRES	Atendente Educativo	EM	29	
23º	ELISETE APARECIDA VAZ	Atendente Educativo	EM	22	06/12/70
24º	CLAUDINEIA PSCHIEDT MÜHLBAUER	Atendente Educativo	EM	22	16/02/79
25º	JOSELI SCHVARZ	Atendente Educativo	EM	22	09/02/80
26º	SHEILA PEREIRA DE SOUZA	Atendente Educativo	EM	22	22/07/87
27º	ANA PAULA PETREÇA	Atendente Educativo	EM	22	16/05/92
28º	NEUSA RODRIGUES DOS SANTOS	Atendente Educativo	EM	21	
29º	VALDETE SOFIA STUY DE ALMEIDA	Atendente Educativo	EM	20	
30º	ANA PAULA DRANKA TASCHKE	Atendente Educativo	EM	19	
31º	PATRICIA DE LIMA	Atendente Educativo	EM	18	
32º	RAQUEL CORREA LOPES	Atendente Educativo	EM	17	
33º	PATRICIA DE CAMPOS	Atendente Educativo	EM	16	
34º	GEANISE VIRGINIA MARTINS DE SOUSA	Atendente Educativo	EM	13	
35º	SHEILA DONISETTE AUGUSTIN NEPPEL	Atendente Educativo	EM	11	08/01/79
36º	CILIANE APARECIDA MARTINS FERREIRA	Atendente Educativo	EM	11	31/10/87
37º	ELIANE APARECIDA ROCHA	Atendente Educativo	EM	10	08/11/74
38º	MAGALI LEONICE DE CASTILHO	Atendente Educativo	EM	10	01/08/75
39º	CATIANE ALESSANDRA JABLONSKI VIEIRA	Atendente Educativo	EM	10	27/09/76
40º	ROSANE APARECIDA VASCONCELOS	Atendente Educativo	EM	10	13/06/81
41º	JANAINA APARECIDA WANTOWSKY DE PAULA	Atendente Educativo	EM	10	01/07/81
42º	ALESSANDRA BAPTISTA FRAGOZO	Atendente Educativo	EM	10	27/08/90
43º	TAILINE QUANDT	Atendente Educativo	EM	10	08/08/91
44º	GISLAINE MACZEWSKI DE SOUSA	Atendente Educativo	EM	10	22/05/92
45º	VERONICA GRACZECK	Atendente Educativo	EM	9	17/01/56
46º	MARLI DE SOUZA QUANDT	Atendente Educativo	EM	9	08/09/62
47º	IVONETE RIBEIRO TIBES PREISLER	Atendente Educativo	EM	9	08/09/73
48º	JUSSARA PINTO DA SILVEIRA PADILHA	Atendente Educativo	EM	9	07/05/78
49º	SHEILA RÜCKL WIELGOSZ	Atendente Educativo	EM	9	31/08/78
50º	TATIANA PSCHIEDT	Atendente Educativo	EM	9	10/10/85
51º	VANIA DE ANDRADE	Atendente Educativo	EM	9	23/07/87
52º	GABRIELA DE FÁTIMA KURLAPSKI	Atendente Educativo	EM	9	28/09/87
53º	DANIELI PEDROZO	Atendente Educativo	EM	9	08/10/87
54º	JOSANE LINHARES	Atendente Educativo	EM	8	28/01/78
55º	VIVIANE CRISTINA LEANDRO GONÇALVES HERBST	Atendente Educativo	EM	8	27/02/81
56º	ANDREIA BATTISTELLA	Atendente Educativo	EM	8	21/06/82
57º	ZENIRA APARECIDA DOS SANTOS	Atendente Educativo	EM	8	03/11/82

58º	MARISA DUMS LIEBL	Atendente Educativo	EM	8	23/10/83
59º	GILDILEI RODRIGUES DE SOUZA DA CRUZ	Atendente Educativo	EM	8	11/06/84
60º	ADRIANE MILDE	Atendente Educativo	EM	8	08/12/85
61º	CINTIA RODRIGUES SKONIECZNY	Atendente Educativo	EM	8	22/01/89
62º	BRUNA LUIZE KOTH	Atendente Educativo	EM	8	18/09/92
63º	VANESSA BONETT DE ANDRADE	Atendente Educativo	EM	5	
64º	JURACI TEKLER CORREA	Atendente Educativo	EM	4	24/05/67
65º	ADRIANE MARIA FERENS MALINOSKI	Atendente Educativo	EM	4	18/01/79
66º	CRISTINA DE LIMA TEIXEIRA	Atendente Educativo	EM	4	24/07/79
67º	NADJA SANTOS GALVÃO DA SILVA	Atendente Educativo	EM	3	27/09/73
68º	MICHELI ZANETTI NEPEL	Atendente Educativo	EM	3	11/05/78
69º	ELIANE MARIA LIMA	Atendente Educativo	EM	3	27/11/80
70º	PAULA TAISA SILVA OLIVEIRA CAMARGO	Atendente Educativo	EM	3	27/02/88

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS/EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	ELISETE MAIRA OSZIKA DYBAS	Anos Iniciais	EP	339	
2º	ORLANDA MULLER DOS SANTOS	Anos Iniciais	EP	325	
3º	VIVIANE APARECIDA PILAT GNOINSKY	Anos Iniciais	EP	318	
4º	SIOMARA GLADIS WRUBLEVSKI KAMINSKI	Anos Iniciais	EP	314	
5º	CLAUDIA PEDROZO ROPKE	Anos Iniciais	EP	307	
6º	MARISTELA NEUMANN	Anos Iniciais	EP	305	29/08/72
7º	IRACEMA BAYER ROSA	Anos Iniciais	EP	305	10/06/73
8º	MARIANE DIAS PILZ	Anos Iniciais	EP	304	
9º	JENI APARECIA KRZEZINSKI	Anos Iniciais	EP	299	
10º	ILSE MARIA SCHROEDER HEIDEN	Anos Iniciais	EP	298	03/01/66
11º	SIMONE RANK	Anos Iniciais	EP	298	22/09/74
12º	LUCIA UDETE ZAMBONI	Anos Iniciais	EP	297	03/02/69
13º	ANGELA CRISTINA FERREIRA DAS CHAGAS	Anos Iniciais	EP	297	08/02/74
14º	PATRICIA BEIER PASZEUK	Anos Iniciais	EP	296	
15º	ELIANE SIOMARA BRAND	Anos Iniciais	EP	291	
16º	ADRIANA BOTAPOFF RUDA	Anos Iniciais	EP	284	
17º	JANETE KINGERSKI LECK	Anos Iniciais	EP	272	
18º	IVONETE APARECIDA FURTADO REZENDE	Anos Iniciais	EP	269	
19º	SIRLENE LESNHAK MUNHOZ	Anos Iniciais	EP	266	
20º	SELMA APARECIDA BASILIO	Anos Iniciais	EP	264	
21º	SIMONE ARTELE FRANTZ ALMAGRO	Anos Iniciais	EP	262	
22º	ORLANDO PAITRA	Anos Iniciais	EP	261	
23º	ELISABETH SADOWSKY	Anos Iniciais	EP	256	23/09/72
24º	ROSANGELA PIRES CARDOSO	Anos Iniciais	EP	256	05/05/77
25º	LUZIA MARGARETE ALVES TIBES	Anos Iniciais	EP	254	
26º	IARA CRISTIANE VOGT	Anos Iniciais	EP	253	
27º	GLACIRA REISER	Anos Iniciais	EP	247	
28º	MARIA GORETI MEISTER	Anos Iniciais	EP	244	
29º	RENATA BRAGA TEIXEIRA DA SILVA SPITZNER	Anos Iniciais	EP	242	
30º	DEISI FURST ANDRADE	Educação Infantil	EP	152	
31º	MARIA IRACEMA FIUZA DE CARVALHO	Educação Infantil	EP	136	
32º	PATRICIA POPADIUK CORDOVA	Educação Infantil	EP	124	
33º	MARIA MARGARETE TSCHOKE DOS SANTOS	Educação Infantil	EP	121	
34º	ROSIMERE RIBEIRO ZACHARIAS	Educação Infantil	EP	112	
35º	IVONE MOREIRA BUENO	Educação Infantil	EP	109	
36º	LUANA JANSKASKY	Educação Infantil	EP	95	
37º	CATIA ROPELATO WIATEK	Educação Infantil	EP	94	
38º	LENI STREIT MORGENROTH	Educação Infantil	EP	32	
39º	LIANE BAYERL	Anos Iniciais	LP	286	
40º	SIMONE PREISLER MACHADO	Educação Infantil	LP	79	

41º	HELOIZA CRISTINA PAES	Educação Infantil	LP	72	
42º	GEOMARA SCHOEFFEL SPERB	Educação Infantil	LP	57	
43º	ANDREIA CLEA MARTINS CORREA CONCEIÇÃO	Educação Infantil	LP	56	17/12/73
44º	ELIANE APARECIDA DE FARIAS TSCHOKE	Educação Infantil	LP	56	03/02/81
45º	INES DAL PIZZOL DOS SANTOS	Educação Infantil	LP	55	
46º	ALINE GLORIA DE ALMEIDA CHAVES DE SOUZA	Educação Infantil	LP	52	
47º	DAIANE GONSALVES BATISTA TAMANINI	Educação Infantil	LP	47	
48º	IRENE DA SILVA MARTINS	Educação Infantil	LP	41	
49º	TATIANA STACHON	Educação Infantil	LP	37	
50º	MIRIAM MARIA BIAOBK SADOWSKI	Educação Infantil	LP	33	31/03/66
51º	FRANCISCA JULIANA SALES RODRIGUES	Educação Infantil	LP	33	03/03/78
52º	CARLA ANDREIA SCHIER	Educação Infantil	LP	31	
53º	MONICA PIECHONTCOSKI DOS SANTOS	Educação Infantil	LP	25	
54º	ARACELI LINZMEYER SHVARTZ	Educação Infantil	LP	24	
55º	SIUMARA APARECIDA GARCIA WALTER	Educação Infantil	LP	23	03/08/64
56º	LAIDE MENDES OLIVEIRA PSCHIEDT	Educação Infantil	LP	23	07/07/71
57º	ADRIANA DE MIRA CALDAS	Educação Infantil	LP	23	20/03/73
58º	VERA LUCIA LEMOS WEISS	Educação Infantil	LP	22	
59º	LUCIANE LOTTE	Educação Infantil	LP	21	07/08/73
60º	JOSIELE PSCHIEDT	Educação Infantil	LP	21	20/12/82
61º	JOSIANE REGINA IANKOSKI FERREIRA ZAMBELLO	Educação Infantil	LP	21	06/10/88
62º	THAMIRES ROBERTA LESNHAK	Educação Infantil	LP	20	
63º	ADRIANA LINZMEYER	Educação Infantil	LP	19	28/12/76
64º	JANAINA HUTTL	Educação Infantil	LP	19	06/02/87
65º	SIMONE SAUER RODRIGUES	Educação Infantil	LP	18	
66º	NAZIR ANTUNES FRAGA	Educação Infantil	LP	14	
67º	JOSLEINE TRAVINSKI	Educação Infantil	LP	11	28/02/79
68º	EDELTRAUD ONIVIA CUBAS FUCKNER	Educação Infantil	LP	11	23/06/79
69º	FERNANDA CISTINA PIONTKIEWICZ GONSCHOROVSKI	Educação Infantil	LP	10	
70º	DANIELLE FERNANDES	Educação Infantil	LP	9	06/09/80
71º	CLEIDIMARA NEIDERT	Educação Infantil	LP	9	29/06/82
72º	GESLAINE LUIZ DE OLIVEIRA DA SILVA E SOUZA	Educação Infantil	LP	7	
73º	CRICHIMA PAES DE LIMA	Educação Infantil	LP	5	24/12/75
74º	SIMONE TASCHEK ROBERTO	Educação Infantil	LP	5	01/03/77
75º	MARIAZINHA MARTINS FARDANHO	Educação Infantil	LP	4	17/09/74
76º	GISLAINE BAIL MAAHS MENGUE	Educação Infantil	LP	4	19/10/83
77º	ROSILEI DE CASSIA SANT'ANNA FRAGOZO	Educação Infantil	MG	108	
78º	ROSANE KOSMALA	Educação Infantil	MG	37	

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

ARTES

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	JANETE DE FATIMA PUCHIVAILO	PROFESSOR	EP	106	
2º	LUCINEIA KROHL SIQUEIRA	PROFESSOR	LP	44	
3º	SANDRA GUEDES KAUTZMANN MENDES	PROFESSOR	LP	21	
4º	CAROLINE ANGELICA PASINI ROESSLER	PROFESSOR	LP	20	29/05/78
5º	VITOR ALVES	PROFESSOR	LP	20	17/02/84

GEOGRAFIA

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	ANDRE LUIZ MEDEIROS DE MORAES	PROFESSOR	LP	106	
2º	IRACEMA CARVALHO DE LIMA	PROFESSOR	LP	35	
3º	REGINALDO MOURA SILVA	PROFESSOR	LP	11	

EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
--------	------	-------	-------	-------	--



1º	OCLAIR CARLOS SILVEIRA SOBRINHO	PROFESSOR	EP	284	
2º	ARLEI DAVID SILVEIRA BUBNIAK	PROFESSOR	EP	109	
3º	MARIO ANDRÉ MENDES	PROFESSOR	EP	105	
4º	ANDERSON MARTENHUK	PROFESSOR	LP	45	
5º	JULIANO FELIX DOS SANTOS	PROFESSOR	LP	33	
6º	KELLY MYUCHA MOES MESSIAS	PROFESSOR	LP	22	
7º	JEAN PAULO GOMES DA CONCEIÇÃO	PROFESSOR	LP	21	
8º	THIAGO HENRIQUE ANTONOWSKY	PROFESSOR	LP	13	

MATEMÁTICA

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	ALICE CRISTINA PSCHIEDT NOSSOL	PROFESSOR	LP	21	

INGLÊS/PORTUGUÊS

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	REGINA MÔNICA CIELINSKI	PROFESSOR	EP	298	
2º	MARCIA REGINA INNOCENTE	PROFESSOR	EP	142	03/08/62
3º	MARILAINÉ MULLER	PROFESSOR	EP	142	18/05/79
4º	IRILDES BIAOOCK COSTA	PROFESSOR	EP	128	
5º	MARI TERESINHA PICKOCZ CAMPOLINO	PROFESSOR	EP	118	
6º	MARGARETE ROESLER	PROFESSOR	EP	95	
7º	KARINA IVANA KEIL	PROFESSOR	EP	74	

INGLÊS

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	LINA BEATRIZ GROSSKOPF DA SILVA	PROFESSOR	LP	27	
2º	CRISLAINE SCHIFFER	PROFESSOR	LP	32	

CIÊNCIAS

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	RAGLI JAQUELINE BRANCO OLEINIK SOARES	PROFESSOR	EP	307	
2º	ANA LUCIANE PAZDA WOSSGARU	PROFESSOR	EP	259	

INFORMÁTICA

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	JOSIMARA SENN GOESTEMEIER	PROFESSOR	EP	105	

HSTÓRIA

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	ALBERTO ANTONIO BERTOTTO	PROFESSOR	EP	142	
2º	CINTIA BECKER CORDEIRO	PROFESSOR	LP	59	
3º	ADRIANA APARECIDA DO VALE SOUZA	PROFESSOR	LP	31	
4º	JOSE ALAOR MOREIRA BRANCO	PROFESSOR	LP	22	
5º	ARIANE LISETTE HINKE	PROFESSOR	LP	7	
6º	IVAN ROSA	PROFESSOR	LP	3	

ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	ANDRÉA APARECIDA CIELUSINSKI BAIER	Especialista em Assuntos Educacionais	EP	103	
2º	CRISLAINE KIEM COSTA	Especialista em Assuntos Educacionais	LP	45	
3º	JOICE SOFIA SCHWEDLER	Especialista em Assuntos Educacionais	LP	13	
4º	JANAINA DOERLITZ	Especialista em Assuntos Educacionais	LP	12	
5º	MARILIS VELLASQUES	Especialista em Assuntos Educacionais	LP	9	

AUXILIAR DE BIBLIOTECA

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.
1º	SILONE CARDOSO	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	4	185
2º	ECLEIA TEREZINHA GROSSKOPF	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	1	55
3º	EMELI ELISABETH BECKERT SCHIESSL	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	1	41

RESULTADO – EDITAL Nº 002/2015

REDUÇÃO CARGA HORÁRIA

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA ATUAL	CARGA HORÁRIA REQUERIDA	RESULTADO
ANA MARIELI KARACHINSKI	Professor Anos Finais	40	20	Deferido
CRISTIANI STOEBERL MACHADO	Professor Educação Infantil	40	20	Deferido
MARISE INES KOHLBECK BECKERT	Professor Anos Finais	30	20	Deferido

RESULTADO – EDITAL Nº 002/2015

REMOÇÃO POR PERMUTA

NOME	CARGO	CH	LOTAÇÃO	REMOÇÃO	RESULTADO
Andreia Bruske	Atendente Educativo	30	CEIM Nosso Mundo	EBM Pres. Castelo Branco	Deferido
Helen Neumann	Atendente Educativo	30	EBM Pres. Castelo Branco	CEIM Nosso Mundo	Deferido
Luana Augustin	Atendente Educativo	30	CEIM Pica Pau	CEIM Ver. Silvio Ivens Grossl	Deferido
Gabriela de Fátima Kurlapski	Atendente Educativo	30	CEIM Ver. Silvio Ivens Grossl	CEIM Pica Pau	Deferido
Maria Robes Gomes	Atendente Educativo	30	CEIM Pastor Adolf Prinz	CEIM Vera Lucia Drechsler Kitzberger	Deferido
Naiara Bonett de Andrade	Atendente Educativo	30	CEIM Vera Lucia Drechsler Kitzberger	CEIM Pastor Adolf Prinz	Deferido
Joseane Nossol Biernazki	Professor Anos Iniciais	40	EBM Pres. Castelo Branco – Pré Escola	EBM Pres. Castelo Branco	Deferido
Sandra Niesukowski Tureck	Professor Anos Iniciais	40	EBM Pres. Castelo Branco	EBM Pres. Castelo Branco – Pré Escola	Deferido
Mari Teresinha Pickocz Campolino	Professor Anos Finais	40	EBM Maria Waltrudes de Vasconcelos Kruger	EBM Pref. Antonio Tremi	Indeferido. Não há compatibilidade de habilitação.
Sirlene Rivelles	Professor Anos Finais	40	EBM Pref. Antonio Tremi	EBM Maria Waltrudes de Vasconcelos Kruger	Indeferido. Não há compatibilidade de habilitação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.

ALCIONE TERESINHA HINKE
Secretária Municipal de Educação

RESULTADO EDITAL Nº 003/2015

RESULTADO

ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO TEMPORÁRIO

EDITAL Nº 003/2015

A Secretária Municipal de Educação, homologa e torna pública a classificação dos inscritos no processo de atribuição de exercício temporário – Edital nº 003/2015.

Informa ainda que, conforme dispõe o Edital, o prazo para reconsideração será de 02 (dois) dias úteis, a partir da publicação, no local onde deu entrada em seu processo, através de requerimento devidamente preenchido e documento que justifique a solicitação de reconsideração.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.

ALCIONE TERESINHA HINKE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

RESULTADO – EDITAL Nº 003/2015

ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO TEMPORÁRIO

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	VIVIANE APARECIDA PILAT GNOINSKY	PROFESSOR	EP	318	
2º	SIOMARA WRUBLEVSKI KAMINSKI	PROFESSOR	EP	314	
3º	MARISTELA NEUMANN	PROFESSOR	EP	305	29/08/72
4º	IRACEMA BAYER ROSA	PROFESSOR	EP	305	10/06/73
5º	MARIANE DIAS PILZ	PROFESSOR	EP	304	
6º	JENI APARECIDA KRZEZINSKI	PROFESSOR	EP	299	
7º	ILSE MARIA SCHROEDER HEIDEN	PROFESSOR	EP	298	
8º	ANGELA CRISTINA FERREIRA DAS CHAGAS	PROFESSOR	EP	297	
9º	DINAI DAS GRAÇAS FABIAN STEINBACH	PROFESSOR	EP	281	
10º	JANETE KINGERSKI LECK	PROFESSOR	EP	272	
11º	CLEUSENIR CORDEIRO MACHADO	PROFESSOR	EP	269	
12º	SIRLENE LESNHAK MUNHOZ	PROFESSOR	EP	266	
13º	SELMA APARECIDA BASILIO	PROFESSOR	EP	264	
14º	SIMONE ARELETE FRANZ ALMAGRO	PROFESSOR	EP	262	
15º	ORLANDO PAITRA	PROFESSOR	EP	261	
16º	MARISOL HANNEMANN ITNER	PROFESSOR	EP	256	
17º	RENATA BRAGA TEIXEIRA DA SILVA SPITZNER	PROFESSOR	EP	242	

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

LINGUA PORTUGUESA

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.
1º	MARILAINÉ MULLER	PROFESSOR	EP	142
2º	KARINA IVANA KEIL	PROFESSOR	EP	74

GEOGRAFIA

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.
1º	IRACEMA SCHLOGEL	PROFESSOR	EP	143
2º	ANDRE LUIZ MEDEIROS DE MORAES	PROFESSOR	LP	106
3º	IRACEMA CARVALHO DE LIMA	PROFESSOR	LP	35

ARTES

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.
1º	ADRIANA DA SILVA	PROFESSOR	EP	295
2º	VERIDIANA BAYER GAUDET	PROFESSOR	EP	293

EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.
1º	KELLY MYUCHA MOES MESSIAS	PROFESSOR	LP	22

INGLÊS

CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.
1º	CRISLAINE SCHIFFER	PROFESSOR	LP	32
2º	LINA BEATRIZ GROSSKOPF DA SILVA	PROFESSOR	LP	27

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL					
CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.	
1º	GEOMARA SCHOEFFEL SPERB	PROFESSOR	LP	57	
2º	IRENE DA SILVA MARTINS	PROFESSOR	LP	41	
3º	LAIDE MENDES OLIVEIRA PSCHIEDT	PROFESSOR	LP	23	07/07/71
4º	ADRIANA DE MIRA CALDAS	PROFESSOR	LP	23	20/03/73
5º	VERA LUCIA LEMOS WEISS	PROFESSOR	LP	22	
6º	JOSIELE PSCHIEDT	PROFESSOR	LP	21	
7º	THAMIRES ROBERTA LESNHAK	PROFESSOR	LP	20	

ATENDENTE EDUCATIVO				
CLASS.	NOME	CARGO	NÍVEL	PONT.
1º	REGIANE CORDEIRO BAUM	ATENDENTE EDUCATIVO	EM	38
2º	ANA PAULA PETREÇA	ATENDENTE EDUCATIVO	EM	22
São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.				
ALCIONE TERESINHA HINKE				
Secretária Municipal de Educação				

RETIFICAÇÃO EDITAL Nº 003/2015

RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 003/2015 – DE ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO TEMPORÁRIO

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições, torna pública retificação ao item 1 – Do Objeto, do Edital nº 003/2015, que abre inscrições e baixa normas de processo de atribuição de exercício temporário do quadro de servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação de São Bento do Sul.

Considerando o que dispõe o item 2.7 do Edital nº 004/2015, que baixa normas para o processo de escolha de turmas, para o ano letivo de 2016, nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, a Secretaria Municipal de Educação resolve:

Art. 1º O item 1 do Edital nº 003/2015, passa a ter a seguinte redação:

“1 – DO OBJETO

(...)

I - ...

II - ...

III – Cargo de Professor Educação Infantil

IV – Cargo de Atendente Educativo”

Art. 2º A presente retificação entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015

Alcione Teresinha Hinke

Secretária Municipal de Educação

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 221, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 221, de 30 de novembro de 2015.

"ESTABELECE A COBRANÇA DO SERVIÇO DE EXPEDIENTE."

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º. Fica estabelecido em R\$ 2,44 o valor do serviço de expediente para a cobrança de mensalidade de clientes de empresas jornalísticas estabelecidas no Município e que sejam consumidores do SAMAE, mediante a autorização competente.

Art. 2º. O valor estabelecido pelo art. 1º sofrerá reajuste anualmente pelo índice do IGP-M ou outro índice que vier a substituí-lo conforme vigência do contrato.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

DEC 2108 DE 20 11 15 EXONERA A PEDIDO JOSIANE APARECIDA DE LIMA DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE PROGRAMAS

DECRETO Nº 2108, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a exoneração do Cargo Comissionado a Servidora Pública Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº. 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº. 0042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar 0045, de 06/11/12 atualizada; e:

· Considerando requerimento apresentado junto ao setor de pessoal solicitando exoneração do cargo, firmado pela servidora Josiane Aparecida de Lima, protocolo sob nº 2321, na data de 12 de novembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal Josiane Aparecida de Lima, do cargo comissionado de Coordenador de Programas deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a portaria nº 1794, de 15 de junho de 2015 no que diz respeito a servidora e portaria nº 1756 de 02 de março de 2015;

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 20 de novembro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

São João do Oeste

PREFEITURA

LEI 1659 - LOA 2016

LEI Nº 1.659/15, DE 25/11/2015.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou a presente Lei que fixa a receita e a despesa do município para o exercício de 2016.

Art. 1º – Orçamento Geral do Município de São João do Oeste, para o exercício financeiro de 2016, estima a RECEITA e fixa a DESPESA em R\$ 19.650.000,00 (dezenove milhões e seiscentos e cinquenta mil reais), discriminados pelos anexos desta Lei.

Art. 2º – O Orçamento da Prefeitura estima a Receita em R\$ 18.310.000,00 (dezoito milhões trezentos e dez mil reais), o Fundo Municipal da Saúde em R\$ 1.190.000,00 (um milhão cento e noventa mil reais), e o do Fundo Municipal da Assistência Social em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme demonstram os Anexos que compõe o presente.

Art. 3º – O Orçamento da Prefeitura fixa a Despesa em R\$ 14.448.760,00 (quatorze milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, setecentos e sessenta reais), o Fundo Municipal da Saúde em R\$ 4.001.240,00 (quatro milhões, um mil, duzentos e quarenta reais), o Fundo Municipal da Assistência Social em R\$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais), e a Câmara Municipal de Vereadores de São João do Oeste em R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), conforme demonstram os Anexos que compõe o presente.

Art. 4º – A RECEITA será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor e das especificações constantes no anexo nº. 2, da Lei nº. 4.320/64, de acordo com o seguinte desdobramento:

I - RECEITAS CORRENTES	R\$	19.540.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$	2.093.000,0
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R\$	150.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	R\$	107.500,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	R\$	5.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	R\$	50.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$	17.017.500,0
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$	117.000,00
II – RECEITAS DE CAPITAL	R\$	110.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	R\$	30.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	R\$	80.000,00
TOTAL DA RECEITA	R\$	19.650.000,00

Art. 5º – A Despesa será realizada na forma da legislação vigente, segundo a discriminação dos quadros “Programas de Trabalho” e “Natureza da Despesa”, integrantes desta Lei, que apresenta o seguinte desdobramento:

I – POR PROGRAMA		
0000 – Encargos Especiais	R\$	235.000,00
1010 – Processo Legislativo	R\$	630.000,00
1020 – Gestão Administrativa Superior	R\$	830.000,00
1030 – Administração Geral	R\$	859.225,00
1040 – Administração Financeira	R\$	500.000,00
1050 – Criança na Escola	R\$	1.799.535,00
1060 – Transportando o Futuro	R\$	998.000,00
1070 – Aprendendo com a Ludicidade	R\$	1.475.000,00
1080 – Alimentação Saudável	R\$	170.000,00
1090 – Qualificação Continuada	R\$	92.000,00
1100 – Viva a Cultura	R\$	500.000,00
1110 – Esporte é Vida	R\$	220.000,00
1120 – Saúde para Todos	R\$	4.001.240,00
1130 – Assistência Social Geral	R\$	810.000,00
1140 – Criança e Adolescente Assistido	R\$	30.000,00

1150 – Agricultura Forte	R\$	2.250.000,00
1160 – Serviços de Utilidade Pública	R\$	1.130.000,00
1170 – Abastecimento de Água	R\$	850.000,00
1180 – Habitação Popular	R\$	90.000,00
1190 – Estradas Vicinais	R\$	1.950.000,00
1200 – Crescimento Econômico	R\$	200.000,00
9999 – Reserva de Contingência	R\$	30.000,00
TOTAL	R\$	19.650.000,00

II – POR FUNÇÕES DE GOVERNO		
01 – LEGISLATIVA	R\$	630.000,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	R\$	2.189.225,00
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	R\$	90.000,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	840.000,00
09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$	28.000,00
10 – SAÚDE	R\$	4.171.240,00
12 – EDUCAÇÃO	R\$	4.364.535,00
13 – CULTURA	R\$	500.000,00
15 – URBANISMO	R\$	875.000,00
16 – HABITAÇÃO	R\$	90.000,00
17 – SANEAMENTO	R\$	850.000,00
18 – GESTÃO AMBIENTAL	R\$	120.000,00
20 – AGRICULTURA	R\$	2.130.000,00
22 – INDÚSTRIA	R\$	50.000,00
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$	150.000,00
25 – ENERGIA	R\$	165.000,00
26 – TRANSPORTE	R\$	1.950.000,00
27 – DESPORTO E LAZER	R\$	220.000,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	207.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	30.000,00
TOTAL	R\$	19.650.000,00

III – POR SUBFUNÇÕES		
031 – Ação Legislativa	R\$	630.000,00
121 – Planejamento e Orçamento	R\$	150.000,00
122 – Administração Geral	R\$	1.229.225,00
123 – Administração Financeira	R\$	500.000,00
124 – Controle Interno	R\$	85.000,00
131 – Comunicação Social	R\$	225.000,00
181 – Policiamento	R\$	60.000,00
182 – Defesa Civil	R\$	30.000,00
241 – Assistência ao Idoso	R\$	160.000,00
242 – Assistência ao Portador de Deficiência	R\$	25.000,00
243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	R\$	205.000,00
244 – Assistência Comunitária	R\$	450.000,00
271 – Previdência Básica	R\$	28.000,00
301 – Atenção Básica	R\$	3.606.240,00
302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$	250.000,00
304 – Vigilância Sanitária	R\$	65.000,00
305 – Vigilância Epidemiológica	R\$	80.000,00
306 – Alimentação e Nutrição	R\$	170.000,00
361 – Ensino Fundamental	R\$	2.469.535,00
362 – Ensino Médio	R\$	140.000,00
364 – Ensino Superior	R\$	80.000,00
365 – Educação Infantil	R\$	1.675.000,00
392 – Difusão Cultural	R\$	500.000,00
451 – Infra-Estrutura Urbana	R\$	200.000,00
452 – Serviços Urbanos	R\$	675.000,00
481 – Habitação Rural	R\$	40.000,00
482 – Habitação Urbana	R\$	50.000,00
512 – Saneamento Básico Urbano	R\$	850.000,00

541 – Preservação e Conservação Ambiental	R\$	120.000,00
606 – Extensão Rural	R\$	2.010.000,00
608 – Promoção da Produção Agropecuária	R\$	10.000,00
609 – Defesa Agropecuária	R\$	110.000,00
661 – Promoção Industrial	R\$	50.000,00
691 – Promoção Comercial	R\$	110.000,00
695 – Turismo	R\$	40.000,00
752 – Energia Elétrica	R\$	165.000,00
782 – Transporte Rodoviário	R\$	1.950.000,00
812 – Desporto Comunitário	R\$	220.000,00
846 – Outros Encargos Especiais	R\$	207.000,00
999 – Reserva de Contingência	R\$	30.000,00
TOTAL	R\$	19.650.000,00

IV- CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA		
DESPESAS CORRENTES	R\$	18.745.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$	9.710.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$	9.035.300,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	875.000,00
Investimentos	R\$	825.000,00
Inversões Financeiras	R\$	50.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	30.000,00
TOTAL	R\$	19.650.000,00

V – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA – CÂMARA	R\$	630.000,00
01.00 – CÂMARA DE VEREADORES	R\$	630.000,00
01.01 – Câmara de Vereadores	R\$	630.000,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA – PREFEITURA	R\$	14.448.760,00
02.00 – GABINETE DO PREFEITO	R\$	830.000,00
02.01 – Gabinete do Prefeito	R\$	830.000,00
03.00 – SECRET. ADM. FINANÇAS E PLANEJ.	R\$	1.359.225,00
03.01 – Depto. de Adm. Finanças e Planejamento	R\$	1.359.225,00
04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA	R\$	2.250.000,00
04.01 – Departamento da Agricultura	R\$	2.250.000,00
05.00 – SEC. EDUCAÇÃO, CULTURA E DESP.	R\$	5.254.535,00
05.01 – Setor do Ensino Fundamental	R\$	2.469.535,00
05.02 – Setor do Ensino Infantil	R\$	1.675.000,00
05.03 – Setor de Merenda Escolar	R\$	170.000,00
05.04 – Setor de Ensino Médio e Superior	R\$	220.000,00
05.05 – Fundo Municipal de Cultura	R\$	500.000,00
05.06 – Setor de Esportes	R\$	220.000,00
06.00 – SEC. DE PROMOÇÃO SOCIAL	R\$	270.000,00
06.01 – Atend. Diretos das Crianças e Adolescentes .	R\$	80.000,00
06.02 – Fundo Mun. dos Direitos da Pessoa Idosa	R\$	160.000,00
06.03 – Fundo Mun. para Infância e Adolescência	R\$	30.000,00
07.00 – SEC. TRANSP. OBRAS, URB/HAB.E AS	R\$	4.002.000,00
07.01 – Setor de Transportes	R\$	1.950.000,00
07.02 – Setor de Obras, Urbanismo e Saneamento	R\$	1.100.000,00
07.04 – Setor de Abastecimento de Água	R\$	850.000,00

	07.05 – Fundo Municipal de Habitação	R\$	90.000,00
	07.06 – Fundo Municipal para Defesa Civil	R\$	30.000,00
	08.00 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COM.	R\$	200.000,00
	08.01 – Setor de Indústria e Comércio	R\$	200.000,00
	09.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	R\$	235.000,00
	09.01 – Encargos Gerais do Município	R\$	235.000,00
	99.99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	30.000,00
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA – FUNDOS	R\$	4.571.240,00
	10.00 – FUNDO MUNIC. DA ASSIST. SOC.	R\$	570.000,00
	10.01 – Fundo Munic. da Assistência Social	R\$	570.000,00
	11.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	R\$	4.001.240,00
	11.01 – Fundo Municipal da Saúde	R\$	4.001.240,00
	TOTAL		19.650.000,00

Art. 6º – Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nos termos do Anexo III da Lei nº. 1.658/2015 – LDO para o exercício de 2016.

§ 1º Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2015.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara de Vereadores, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos.

Art. 7º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 8º Os recursos oriundos de convênios não previstos, ou subestimados no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais ou suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 10. O Município poderá realizar Operações de Crédito na medida em que demonstre capacidade de endividamento e se configurar eminente falta de recursos, como dispõe a legislação em vigor.

§ 1º As Operações de Crédito a serem realizadas pelo Município, no exercício de 2016, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na lei orçamentária anual, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo, observado o que dispõe a Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal ou outro ato que a venha substituir e legislação correlata.

§ 2º De acordo com o que determina o art. 35 da LRF, fica expressamente proibida a realização de operações de crédito com entes da federação.

Art. 11. Esta o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a realizar abertura de créditos adicionais até o limite de 40% (quarenta por cento) da despesa fixada na presente Lei, mediante edição de Decretos, dependendo da existência de recursos disponíveis, nos termos e limites da Lei Federal nº. 4.320/64 e alterações posteriores, criando, se necessário, elementos de despesa e fontes de recurso dentro de cada projeto ou atividade.

§ 1º – Os recursos disponíveis de que trata o artigo 11, são aqueles referidos no artigo 43, da Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964, pelo qual fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Movimentar o excesso de arrecadação, desde que comprovada a existência do excesso no período da abertura do crédito adicional, a ser apurado por fonte de recurso, observados os níveis de detalhamento das mesmas, conforme prevê o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64, combinado com o § 3º deste mesmo artigo.

II – Movimentar, as dotações orçamentárias de elementos de despesa dentro da mesma atividade ou projeto de programação, por decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto-Legislativo no âmbito do Poder Legislativo, desde que não comprometa as dotações de pessoal, encargos e outras consideradas prioritárias ao atendimento, principalmente as que dependem de limites mínimos legais, conforme previsto no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64.

III – Utilizar o superávit financeiro, verificado no balanço patrimonial do exercício financeiro imediatamente anterior, para suplementação de dotações orçamentárias, conforme prevê o § 1º, inciso I, do artigo 43 da Lei 4.320/64, combinado com o § 2º deste mesmo artigo.

IV – A suplementar, utilizando-se do Excesso de Arrecadação, verificado nas rubricas específicas dos convênios, utilizando para isto o repasse do respectivo convênio, cujo valor não fará parte do demonstrativo do quadro de excesso de arrecadação para efeitos de outras suplementações.

§ 2º – Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, ainda, aos que tiverem como fontes os recursos provenientes de operações de crédito, transferências voluntárias e de convênios a fundo perdido, aqueles destinados ao reforço das dotações do grupo de pessoal e encargos sociais.

Art. 12. O Executivo Municipal está autorizado assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhada cópia de todos os convênios firmados à Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

São João do Oeste, 25 de novembro de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

PP 72/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2015- exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 072/2015, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa para fornecer bandeja do trator de cortar grama, do Setor de Urbanismo do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 11 de dezembro de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 11 de dezembro de 2015 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 30 de dezembro de 2015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

São Joaquim

PREFEITURA

PROCESSO 32/2015- E PROCESSO 33/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Fundo Municipal da Saúde

Processo Nº 33/2015

Pregão Presencial Nº 26/2015- Registro de Preço

Objeto Aquisição de leites especiais para os pacientes do SUS.

Tipo: Menor Preço por item

Abertura: 13:15 min. do dia 17/12/2015

Valor estimado: R\$: 24.785,00

Processo Nº 32/2015

Pregão Presencial Nº 25/2015- Registro de Preço

Objeto Aquisição de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza para o Fundo Municipal de São Joaquim.

Tipo: Menor Preço por item

Abertura: 14:00 horas do dia 17/12/2015

Valor estimado: R\$: 53.675,80

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br/> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 30 de novembro de 2015.

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 5209/2015

DECRETO Nº 5250/2015

DEFERE ENQUADRAMENTO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS DA LEI Nº 5.357, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013, PARA LOJAS RENNER S/A.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, IV, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 7º da Lei nº 5.357, de 05 de dezembro de 2013, e considerando a documentação e os pareceres constantes no Processo Administrativo reconstituído nº 4.282/2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica deferido à empresa LOJAS RENNER S/A, filial CNPJ nº 92.754.738/0272-81, por ter implantado entreposto logístico na Avenida Osvaldo José do Amaral, s/n, Bairro Areias, neste Município, o enquadramento aos seguintes incentivos fiscais da Lei nº 5.357, de 05 de dezembro de 2013:

I – Isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, referente ao período de exercício de 2015 a 2024, conforme artigo 3º, inciso I, da Lei nº 5.357/13;

II – Taxas de Fiscalização para Localização e Funcionamento 'TFLF, referente ao período de exercício de 2015 a 2024, conforme artigo 3º, inciso IV, da Lei nº 5.357/13;

Parágrafo único. Os incentivos de que trata este artigo abrangem os imóveis cadastrados sob nº 27167662, 27167663, 27167664, 27167665, 27167666, 27167667, 27167668, 27167669 e 52509, inscritos no cadastro imobiliário sob nº 02.03.328.0052.0.000, 02.03.328.0064.0.000, 02.03.328.0076.0.000, 02.03.328.0088.0.000, 02.03.328.0100.0.000, 02.03.328.0112.0.000, 02.03.328.0124.0.000, 02.03.328.0185.0.000 e 02.03.471.0500.1.001, localizados na Av. Osvaldo José do Amaral, s/n, Areias, neste São José/SC, onde será exercida a atividade de entreposto logístico.

Art. 2º. A fruição dos benefícios listados neste Decreto fica condicionada ao cumprimento, pela empresa beneficiária, das normas definidas no artigo 2º da Lei nº 5.357/13.

Parágrafo único. A comprovada ausência de cumprimento das condições mencionadas no caput deste artigo acarretará a imediata cessação da fruição dos benefícios, bem como a exigência de pagamento daqueles já porventura utilizados.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de novembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário da Receita

FERNANDO ARTUR RAUPP

Procurador-Geral do Município

DECRETO Nº 5250/2015

DECRETO Nº 5250/2015

DEFERE ENQUADRAMENTO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS DA LEI Nº 5.357, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013, PARA LOJAS RENNER S/A.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, IV, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 7º da Lei nº 5.357, de 05 de dezembro de 2013, e considerando a documentação e os pareceres constantes no Processo Administrativo reconstituído nº 4.282/2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica deferido à empresa LOJAS RENNER S/A, filial CNPJ nº 92.754.738/0272-81, por ter implantado entreposto logístico na Avenida Osvaldo José do Amaral, s/n, Bairro Areias, neste Município, o enquadramento aos seguintes incentivos fiscais da Lei nº 5.357, de 05 de dezembro de 2013:

I – Isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, referente ao período de exercício de 2015 a 2024, conforme artigo 3º, inciso I, da Lei nº 5.357/13;

II – Taxas de Fiscalização para Localização e Funcionamento 'TFLF, referente ao período de exercício de 2015 a 2024, conforme artigo 3º, inciso IV, da Lei nº 5.357/13;

Parágrafo único. Os incentivos de que trata este artigo abrangem os imóveis cadastrados sob nº 27167662, 27167663, 27167664, 27167665, 27167666, 27167667, 27167668, 27167669 e 52509, inscritos no cadastro imobiliário sob nº 02.03.328.0052.0.000, 02.03.328.0064.0.000, 02.03.328.0076.0.000, 02.03.328.0088.0.000, 02.03.328.0100.0.000, 02.03.328.0112.0.000, 02.03.328.0124.0.000, 02.03.328.0185.0.000 e 02.03.471.0500.1.001, localizados na Av. Osvaldo José do Amaral, s/n, Areias, neste São José/SC, onde será exercida a atividade de entreposto logístico.

Art. 2º. A fruição dos benefícios listados neste Decreto fica condicionada ao cumprimento, pela empresa beneficiária, das normas definidas no artigo 2º da Lei nº 5.357/13.

Parágrafo único. A comprovada ausência de cumprimento das condições mencionadas no caput deste artigo acarretará a imediata cessação da fruição dos benefícios, bem como a exigência de pagamento daqueles já porventura utilizados.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de novembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário da Receita

FERNANDO ARTUR RAUPP

Procurador-Geral do Município

DECRETO Nº 5251/2015

DECRETO Nº 5251/2015

CONCEDE PENSÃO POR MORTE NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos IV, VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/1991 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e;

CONSIDERANDO despachos exarados no Processo protocolado sob n.º 19554/2015.

DECRETA:

Art. 1º – FICA CONCEDIDA, nos termos do artigo 40, § 7º e § 8º, da Constituição Federal, c/c os artigos 27 e 29, da Lei Complementar Municipal nº 005/2002, PENSÃO POR MORTE, a NORMA IZOLDE MARTINS, em decorrência do falecimento de seu esposo Manoel Luiz Martins, matrícula nº 744621-0, servidor aposentado em 22/12/1997 (Decreto nº 6499/1997).

Art. 2º - Os proventos decorrentes deste benefício deverão ser calculados sobre a integralidade da aposentadoria do ex-servidor, a contar de 23/08/2015, sendo 100% (cem por cento) de pensão, devendo ser arcado pelos cofres públicos do Município de São José (SC).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23/08/2015, revogadas disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de novembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5272/2015

DECRETO Nº 5272/2015

ALTERA O DECRETO Nº 3.088, DE 25 DE AGOSTO DE 2014, O QUAL NOMEIOU OS MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ – CMAS/SJ PARA O BIÊNIO 2014-2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e os artigos 8º e 9º, da Lei Municipal nº 4.308, de 06 de junho 2005,

CONSIDERANDO a substituição de membros provenientes da Secretaria Municipal de Educação e da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade;

DECRETA:

Art. 1º – O inciso II, do Parágrafo Primeiro e o inciso V do Parágrafo Segundo, todos do Artigo 1º do Decreto nº 3.088, de 25 de agosto de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - ”

§1º - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

[...]

II - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

[...]

b) Suplente: MIRELLA BORBA DA ROSA RODRIGUES.

[...]

§ 2º REPRESENTANTES TITULARES DA SOCIEDADE CIVIL:

[...]

V – ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DE FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL E DA COMUNIDADE

Representante: FABIANI ERLI WITT;” (NR)

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de novembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5273/2015

DECRETO Nº 5273/2015

ALTERA O DECRETO 4.468, DE 14 DE MAIO DE 2015, O QUAL NOMEIOU OS MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA/SJ NO PERÍODO DE 2015 A 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 28 da Lei Municipal nº. 5.482, de 11 de maio de 2015,

CONSIDERANDO a substituição de membros provenientes da Secretaria Municipal da Educação, da Secretaria Municipal de Saúde, do Centro Universitário Municipal de São José, da Fundação Municipal de Esporte e Lazer e a comunicação de substituição de membros provenientes da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade e da União Catarinense de Educação – Centro Social Marista São José;

DECRETA:

Art. 1º – As alíneas “a” e “b” do inciso II, a alínea “b” inciso III, as alíneas “a” e “b” do inciso IV e as alíneas “a” e “b” inciso VI do parágrafo 1º e os incisos V e VIII do parágrafo 2º, todos do Artigo 1º do Decreto nº 4.468, de 14 de maio de 2015, passam a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º - ”

§ 1º - ”

[...]

II - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

a) Titular: ANGELISE BEDIN;

a) Suplente: ANGELA GONÇALVES.

[...]

III - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

[...]

b) Suplente: ELENICE MOREIRA ARRUE.

IV – CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

a) Titular: WANDERLEA PEREIRA DAMÁSIO MAURÍCIO;

b) Suplente: ELISIANI CRISTINA DE SOUZA DE FREITAS NORONHA.

[...]

VI – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

a) Titular: ELIANE BOSCHETTI;

b) Suplente: ALINE CASTRO SILVESTRE.

[...]

§ 2º - ”

[...]

V – ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL E DA COMUNIDADE

Representante: MARIANE VICENTE DE AZEVEDO;

[...]

VIII – UNIÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO – CENTRO SOCIAL

MARISTA SÃO JOSÉ

Representante: CLEIBIANA SEIBEL;” (NR)

[...]

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de novembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5275/2015

DECRETO Nº 5275/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.02 – SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.15.451.0106.1.555 – Implantação e Revitalização, incluindo a Drenagem e Saneamento de Áreas Públicas de Lazer, Esportiva e de Convivência no Município de São José.

47750 – 3.3.90.39.00.00.0059 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos do Contrato PMSJ - CEF -192/2014

..... R\$ 4.000,00

Total deste Projeto

..... R\$ 4.000,00

Total do Órgão

..... R\$ 4.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar

... R\$ 4.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.02 – SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.15.451.0106.1.555 – Implantação e Revitalização, incluindo a Drenagem e Saneamento de Áreas Públicas de Lazer, Esportiva e de Convivência no Município de São José.

47753 - 4.4.90.51.00.00.0059 – Obras e Instalações,

Recursos do Contrato PMSJ - CEF -192/2014

..... R\$ 4.000,00

Total deste Projeto

..... R\$ 4.000,00

Total do Órgão

..... R\$ 4.000,00

Total da Anulação

..... R\$ 4.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de novembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 5276/2015

DECRETO Nº 5276/2015

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Conceder ao servidor DEIKO LIMA E SILVA, matrícula nº 13.697-2, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de novembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5277/2015

DECRETO Nº 5277/2015

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 29 DO DECRETO N.º 30.024/2009.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, IV da Lei Orgânica Municipal e com fulcro na Lei Municipal N.º 3.982, de 03 de janeiro de 2003,

DECRETA:

Art.1º - O artigo 29 do Decreto N.º 30.024, de 06 de março de 2009, que dispõe sobre o Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 29 – Os membros e os secretários das JARI’s farão jus a uma remuneração por sessão, correspondente a 45% (quarenta e cinco) por cento do piso mínimo salarial da Prefeitura Municipal.” (NR)

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto N.º 31.366, de 05 de abril de 2010.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de novembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5278/2015

DECRETO Nº 5278/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora IZABEL FERNANDA PAULI, matrícula: 22.204-6, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 27 de outubro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de novembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5279/2015

DECRETO Nº 5279/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora LUANA MARIA DOS SANTOS MACHADO, matrícula: 32.631-3, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 20 de novembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de novembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5280/2015

DECRETO Nº 5280/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25, 33 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica Aberto Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.243.0111.2.184 – PSB – Serv. De Convivência e Fortalecimento de Vínculos

1870 – 3.3.90.30.00.00.0023 – Material de Consumo,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social
..... R\$ 250.000,00

Total desta Atividade R\$ 250.000,00

Total do Órgão R\$ 250.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 250.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.243.0111.2.186 – PSEMC – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a famílias e Indivíduos (PAEFI) – CREAS

1896 – 4.4.90.51.00.00.0023 – Obras e Instalações,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social

..... R\$ 250.000,00

Total desta Atividade

..... R\$ 250.000,00

Total do Órgão

.. R\$ 250.000,00

Total da Anulação

. R\$ 250.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de novembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 5284/2015

DECRETO Nº 5284/2015

PRORROGA, DE FORMA EXCEPCIONAL, O PROGRAMA DE PARCELAMENTO COM BENEFÍCIOS – PPB – REFIS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, bem como pela Lei 5794, de 15 de julho de 2015 e:

CONSIDERANDO o elevado número de contribuintes que compareceram na sede da Prefeitura Municipal com o intuito de aderir ao Programa de Parcelamento com Benefícios – PPB – REFIS na data de 27 e 30 de novembro de 2015;

CONSIDERANDO a impossibilidade física e técnica de atendimento de todos estes contribuintes até a data de 30 de novembro de 2015; e

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a concessão do benefício a todos os contribuintes que comparecerem na sede da Prefeitura Municipal com o intuito de aderir ao Programa de Parcelamento com Benefícios – PPB – REFIS até o dia 30 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado até o dia 10 de dezembro de 2015 o prazo de adesão ao Programa de Parcelamento com Benefícios – PPB – REFIS, para os contribuintes que portarem a senha entregue pelo setor responsável até o dia 30 de novembro de 2015.

Parágrafo Único. A senha distribuída será acompanhada de marcação do nome e CPF ou CNPJ do contribuinte a ser atendido.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor nesta data.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de novembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário da Receita

FERNANDO ARTUR RAUPP
Procurador-Geral do Município

DECRETO Nº 5285/2015

DECRETO Nº 5285/2015

FIXA O VALOR DA UNIDADE DE REFERÊNCIA MUNICIPAL – URM PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto nos artigos 409 e 416 do Código Tributário Municipal aprovado pela Lei Complementar nº 021, de 20 de dezembro de 2005.

DECRETA:

Art. 1º. O valor da Unidade de Referência Municipal – URM, para o exercício de 2016, é fixado em R\$ 164,73 (cento e sessenta e quatro reais e setenta e três centavos), com base na variação nominal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o período de novembro de 2014 a outubro de 2015, no percentual de 9,9293% (nove inteiros e nove mil duzentos e noventa e três décimos milésimos por cento).

Parágrafo Único. Aplica-se a Unidade Financeira Municipal – UFM, o mesmo valor atribuído a URM.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de novembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário da Receita

FERNANDO ARTUR RAUPP
Procurador-Geral do Município

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 108/2015 – REABERTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 108/2015 – REABERTURA - Processo nº 352/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, NAS CENTRAIS DE GASES DE OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO, E NA REQUALIFICAÇÃO DOS CILINDROS PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, POLICLÍNICAS, SAMU/SJ E NOVAS UNIDADES A SEREM INAUGURADAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 01 de dezembro de 2015 às 18h00min até dia 15 de dezembro de 2015, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 15 de dezembro de 2015. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2015 - Processo nº 401/2015. Fornecedor: ACÁCIA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA – ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS (NACIONAIS E INTERNACIONAIS) E TERRESTRES PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES E AUTARQUIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Percentual desconto: lote I em 1,00% para o fornecimento de passagens aéreas. Valor: R\$ 194.900,00 – cento e noventa e quatro mil, novecentos reais. Cláudia Schweitzer Pflieger - Diretora de Compras.

TERMO ADITIVO/TA Nº 343/2013-01 – CC 002/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 343/2013-01 – CC 002/2013 - Processo 123/2013 – Contratado: PAM CONSTRUÇÕES LTDA-EPP. Objeto: EXECUÇÃO DAS REFORMAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BARREIROS, BELA VISTA, MORAR BEM, SERTÃO DO MARUIM, FORQUILHINHAS, PROCASA, SEDE E ZANELATO, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. Readequação Quantitativa – Supressão: Ficam suprimidos os itens do Contrato nº 343/2013 (conforme tabela de fls. 121/128), representando uma redução de 9,81%, o que corresponde a R\$ 93.610,83 (noventa e três mil, seiscentos e dez reais e oitenta e três centavos). Readequação Qualitativa: O Contrato nº 343/2013 contará com itens novos em seu projeto (conforme tabela de fls. 121/128), os quais representam 37,33% perfazendo a importância de R\$ 356.268,59 (trezentos e cinquenta e seis mil, duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos). Readequação Quantitativa – Acréscimo: O Contrato nº 343/2013 sofrerá um acréscimo quantitativo em seus itens (conforme tabela de fls. 121/128), os quais representam 16,32%, o que importa em R\$ 155.761,00 (cento e cinquenta e cinco mil, setecentos e sessenta e um reais). Valor do Contrato: Considerando-se todas as alterações ocorridas, os lotes passarão a ter os seguintes valores: Lote 01 – R\$ 216.173,60 (duzentos e dezesseis mil, cento e setenta e três reais e sessenta centavos), Lote 02 – R\$ 360.971,62 (trezentos e sessenta mil, novecentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos), Lote 03 – R\$ 306.177,32 (trezentos e seis mil, cento e setenta e sete reais e trinta e dois centavos) e Lote 04 – R\$ 335.003,83 (trezentos e trinta e cinco mil, três reais e oitenta e três centavos). O valor total do Contrato será de R\$ 1.218.326,37 (um milhão, duzentos e dezoito mil, trezentos e vinte seis reais e trinta e sete centavos). Prorrogação dos Prazos: A obra do Contrato está paralisada e a partir de sua data de reinício, por meio da assinatura do “Termo de Reinício”, seus prazos de vigência e de execução serão prorrogados por mais 180 (cento e oitenta) dias. Data da assinatura: 25 de novembro de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 178/2015**

PORTARIA Nº 178/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I. – EXONERAR – O Senhor JOÃO DAVID GARCIA, do cargo em comissão SECRETARIO PARLAMENTAR II, lotado no Gabinete do Vereador WALLACE AVANIR DE SOUZA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 30 de novembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila

Presidente

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 179/2015

PORTARIA Nº 179/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I – EXONERAR – O Senhor ALISSON MACHADO ANTONIO, do cargo em comissão SECRETARIO PARLAMENTAR II, lotado no Gabinete do Vereador WALLACE AVANIR DE SOUZA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 30 de novembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila

Presidente

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 180/2015

PORTARIA Nº 180/2015.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I – EXONERAR – A Senhora FERNANDA DE ANDRADE RIOS, do cargo em comissão SECRETARIO PARLAMENTAR II, lotado no Gabinete do Vereador WALLACE AVANIR DE SOUZA, conforme Lei nº 4.752 de 25.03.2009.

II.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

III.- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 30 de novembro de 2015.

Orvino Coelho de Ávila

Presidente

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.102/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº102/2015
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 102/2015, Edital de Pregão Nº 102/2015, para Registro de Preço, sendo o Objeto: registro de preço para contratação de horas de máquina para fins de realizar o serviço de silagem de grãos (milho e sorgo) a ser realizado aos agricultores do município, nos termos da lei municipal nº4.048/2013. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 09:00 horas do dia 14/12/2015. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 14/12/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/2015 - PR Nº 103/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 11/12/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2015. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 30 de novembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.252, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.252, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Permite o uso oneroso do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente à estrutura do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 75, inciso I, alínea 'g', da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido o uso oneroso do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente à estrutura do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, de São Lourenço do Oeste/SC, para a realização de apresentação cultural de dança, a ser realizada na data de 1º de dezembro de 2015, pela empresa Vanessa Garbin Sanagiotto 08268620986, inscrita no CNPJ sob o nº 14.855.804/0001-87.

Parágrafo único. Pela utilização a que se refere o caput, a empresa permissionária deverá efetuar o recolhimento do montante fixado em 30,39 UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal, correspondente a R\$ 2.835,08 (dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais e oito centavos).

Art. 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento de Permissão de Uso a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a Permissionária que promoverá o evento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de novembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.253, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.253, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 116.004,28 (cento e dezesseis mil, quatro reais e vinte e oito centavos), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
12.361.4505.1.085 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0032	45	Aplicações Diretas	R\$ 116.004,28	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de novembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.254, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.254, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Designa a Junta Médica Oficial do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO ESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com os artigos 31, §1º e 44 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010;

CONSIDERANDO a necessidade de substituição da servidora pública municipal, Dra. Silvia Carboni Scariote de Conto, ocupante do cargo de Médico, matrícula nº 3000/64, designada como membro da Junta Médica Oficial do Município através da Portaria nº 301, de 04 de março de 2015, em razão de sua exoneração;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os profissionais médicos a seguir relacionados, para comporem a JUNTA MÉDICA OFICIAL DO MUNICÍPIO:

I - Fernanda Majewsky, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Médico, matrícula nº 3001/81, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - Presidente;

II - Rafael Tulio Piai, médico clínico geral, inscrito no CRM-SC sob o nº 1.993, - Membro;

III - Julcimar Scariot, servidor público municipal, ocupante do cargo de Médico Especialista, matrícula nº 3000/63, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Membro.

§ 1º Os médicos nomeados no caput deste artigo, terão competência para emitir parecer em casos de requerimento de readaptação de função, com a respectiva recomendação periódica não superior a 01 (um) ano, bem como avaliar a necessidade de se conceder afastamento para tratamento de saúde, quando superior a 03 (três) dias e inferior a 16 (dezesesseis) dias, nos termos dos artigos 31 e 44 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010.

§ 2º A nomeação que versa o caput não gerará qualquer ônus ao Município.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 301, de 04 de março de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de novembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.255, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.255, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, e de acordo com o inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 945,05 (novecentos e quarenta e cinco e cinco centavos), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
12.365.4505.2.015 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0032	216	Aplicações Diretas	R\$ 945,05	

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191/2014 e o art.43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de novembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.256, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.256, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 783,88 (setecentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
12.365.4505.2.015 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0032	211	Aplicações Diretas	R\$ 783,88

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de novembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2015 - ICSL

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2015 - ICSL

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 013/2015 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 001/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO, PARA USO NAS ATIVIDADES DO NATAL 2015 ORGANIZADO PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

FORNECEDOR: PROJTEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME - CNPJ: 82.095.456/0001-47.

VALOR: R\$ 57.567,69 (cinquenta e sete mil, quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos).

TOTAL: R\$ 57.567,69 (cinquenta e sete mil, quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta e nove centavos).

DATA DE ASSINATURA: 27/11/2015.

VIGÊNCIA: 27/11/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136/2015

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 136/2015 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 019/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

FORNECEDOR: EDMAR DA SILVA ME - CNPJ: 11.354.002/0001-03.

VALOR: R\$ 415.324,00 (quatrocentos e quinze mil, trezentos e vinte e quatro reais).

TOTAL: R\$ 415.324,00 (quatrocentos e quinze mil, trezentos e vinte e quatro reais).

DATA DE ASSINATURA: 09/11/2015.

VIGÊNCIA: 09/11/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 011/2015, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 011/2015, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e Decreto nº 5.252, de 30 de novembro de 2015.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: Vanessa Garbin Sanagiotto 08268620986, CNPJ sob o nº 14.855.804/0001-87.

Objeto: Permissão de Uso Onerosa do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, localizado junto ao Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, situado na rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, em São Lourenço do Oeste/SC, em virtude da realização de evento que consiste em apresentação cultural de danças (ballet clássico e jazz dance), a ser promovida na data de 1º de dezembro de 2015.

Valor: R\$ 2.835,08 (dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais e oito centavo, correspondente a 30,39 UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal, conforme estabelecido no Decreto nº 5.252/2015.

Data de Assinatura: 30/11/2015.

Vigência: de 30/11/2015 a 02/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Permitente - e Vanessa Garbin Sanagiotto - pela Permissionária.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.480/2015 - FICA AUTORIZADO O CORTE DE 08 ÁRVORES DA ESPÉCIE LEGUSTRO, LOCALIZADA NA RUA RUI BARBOSA, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO

DECRETO Nº 8.480/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 08 árvores da espécie Legustro, localizada na Rua Rui Barbosa, Centro, neste Município, Devido ao fato de estarem danificando o passeio público, parte desta estão comprometidas e principalmente, por estar obstruindo as câmaras de monitoramento externa CFTV.

Art. 2º Como medida compensatória, estas árvores poderão ser substituídas, e no local deverão ser plantadas outros exemplares, as espécies a serem plantadas deverão ser arbóreas, não arbustivas, com altura mínima da muda de 1 (hum) metro, sendo sugeridas as espécies de Quaresmeira, Canelas, Pitangas, ou outras nativas de porte mais baixo. As atuais árvores deverão ser substituída no mesmo período de trabalho de plantio das novas espécies, devendo o solicitante saber que estará comprometido em plantar as novas espécies, sob pena de ser enquadrado no Código de Postura do Município e Leis de Crimes vigentes.

Art. 3º A Secretaria de Desenvolvimento Urbano se compromete a fazer o plantio das novas espécies.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 26 de novembro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.501/2015 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.501/2015 de 25 de novembro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 48.824,66 (quarenta e oito mil oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e seis centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ. Infantil - "Creches"

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 44.800,00

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Auxilio-Alimentacao R\$ 3.954,66

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.15.451.3003.2.369 - Manut. do Setor de Planejamento Urbano

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 70,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ. Infantil - "Creches"

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas R\$ 1.183,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 2.771,66

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.15.451.3003.2.369 - Manut. do Setor de Planejamento Urbano

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 70,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 25 de novembro de 2015.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.502/2015 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.502/2015 de 27 de novembro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL - ABERTOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.146/2015 de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.271,89 (dois mil duzentos e setenta e um reais e oitenta e nove centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.1.90.91.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Sentenças Judiciais R\$ 2.271,89

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.01 - SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO

03.01.99.999.3001.9.999 - Reserva de Contingência

9.9.99.99.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Reserva de Contingencia R\$ 2.271,89

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 27 de novembro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 404/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Errata do Extrato do Contrato nº. 404/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 169/2015 – PMS - Modalidade Pregão Presencial nº. 86/2015 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CLARO S.A., inscrita no CNPJ sob o nº. 40.432.544/0001-47, estabelecida na Rua Flórida nº 1970, Monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.565-0001, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Maik Mychel A. da Cruz, inscrito no CPF nº 150.944.348-70 e pela Senhora Adriana Virginia Pinto Soares, inscrita no CPF nº. 560.780.642-15

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a Contratação de operadora de telefonia móvel local de sistema GSM, para prestação de serviço móvel pessoal – SMP, com o fornecimento aproximadamente de 11.100 minutos mensais locais e longas distância e tarifa zero para linhas do grupo com minutos indeterminados, conforme anexo, para um grupo de 83 aparelhos celulares, com expansão ou redução de minutos e aparelhos, tipo pós-pago, disponibilizados em regime de comodato devidamente habilitados com abrangência em todo território nacional, para uso das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	QUANT. P/12 MESES	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Assinatura Mensal	LINHA	996	9,00	8.964,00
02	VC1-Fixo	MINUTO	34800	0,21	7.308,00
03	VC1-Própria Operadora	MINUTO	30000	0,21	6.300,00
04	VC1-Outras Operadoras	MINUTO	57600	0,21	12.096,00
05	VC2-Fixo	MINUTO	2400	0,50	1.200,00
06	VC2-Própria Operadora	MINUTO	2400	0,21	504,00
07	VC2-Outras Operadoras	MINUTO	2400	0,85	2.040,00
08	VC3-Fixo	MINUTO	1200	0,50	600,00
09	VC3-Própria Operadora	MINUTO	1200	0,21	252,00
10	VC3-Outras Operadoras	MINUTO	1200	0,85	1.020,00
11	SMS - mensagens de texto	UNIDADE	16800	0,20	3.360,00
12	MMS - mensagens de texto com imagem, som e vídeo	UNIDADE	360	0,60	216,00
13	Serviço Tarifa Zero IntraGrupo sem limite	LINHA	996	3,20	3.187,20
14	Gestor on-line	LINHA	996	4,90	4.880,40
15	Pacote de Internet 1GB.	UNIDADE	36	79,90	2.876,40
VALOR R\$ TOTAL					54.804,00

Valor do contrato: R\$ 54.804,00 (cinquenta e quatro mil, oitocentos e quatro centavos).

Data da Assinatura: 27/11/2015 – Vigência: 27/11/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº.26/2015 - FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº.26/2015 - FAS

Processo de licitação nº. 21/2015–FAS – Pregão Presencial nº. 07/2015–FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ESTÂNCIA RIBEIRÃO GRANDE LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 05.139.023/0001-03, estabelecida na Estrada Ribeirão Grande do Norte s/nº., sala 01, Ribeirão Grande do Norte, na Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.250-000

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada de pacote day use para encerramento do serviço de convivência do CRAS da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	<p>Pacote Day Use pra encerramento do serviço de convivência do CRAS, incluso: café da manhã, almoço, coffee breack executivo, utilização da infra estrutura de lazer e participação nas atividades de reação para acriança e adolescente do Grupo Skate 2015, valor por pessoa adulta e criança a partir de 13 anos.</p> <p>A unidade aonde será realizado o Day Use deve ter um raio de distancia de até 70km a contar do ponto de saída, sendo a Rua Paulo Jahn, 245, Centro, Schroeder/SC.</p> <p>A estrutura deve conter Complexo de Piscinas externa Passeios de charrete e a cavalo Pescaria esportiva Passeios de bicicleta Trilhas ecológicas (Mata Atlântica), Área esportiva com quadra de vôlei de areia, campo de futebol suíço, Playground externo Salão de Jogos, tênis de mesa, mesa de carteados e dominó, TV coletiva Espaço para crianças até 05 anos com piscina de bolinhas e brinquedos.</p> <p>RECREAÇÃO: Atividades recreativas com acompanhamento de monitores para crianças acima de 05 anos.</p>	10	Unidade	113,04	1.130,40
02	<p>Pacote Day Use pra encerramento do serviço de convivência do CRAS, incluso: café da manhã, almoço, coffee breack executivo, utilização da infra estrutura de lazer e participação nas atividades de reação para acriança e adolescente do Grupo Skate 2015, valor por criança de 07 a 12 anos.</p> <p>A unidade aonde será realizado o Day Use deve ter um raio de distancia de até 70km a contar do ponto de saída, sendo a Rua Paulo Jahn, 245, Centro, Schroeder/SC.</p> <p>A estrutura deve conter Complexo de Piscinas externa Passeios de charrete e a cavalo Pescaria esportiva Passeios de bicicleta Trilhas ecológicas (Mata Atlântica), Área esportiva com quadra de vôlei de areia, campo de futebol suíço, Playground externo Salão de Jogos, tênis de mesa, mesa de carteados e dominó, TV coletiva Espaço para crianças até 05 anos com piscina de bolinhas e brinquedos.</p> <p>RECREAÇÃO: Atividades recreativas com acompanhamento de monitores para crianças acima de 05 anos.</p>	64	Unidade	52,65	3.369,60
TOTAL R\$					4.500,00

Valor do contrato: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

Data da Assinatura: 25/11/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.246/2015, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 6.246/2015, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015
AUTORIZA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENCERRAMENTO DA SINDICÂNCIA Nº006/2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Autorizar a prorrogação em até 20 (vinte) dias, contados a partir desta data, do prazo para encerramento da Sindicância nº006/2015, de acordo com o Ofício nº007/2015-PS 006/2015, de 26 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 27 de novembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.247/2015, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº. 6.247/2015, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Lucélia Rhoden, com efeitos retroativos a partir de 29 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 30 de novembro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.248/2015, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº. 6.248/2015, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Irynna Natasha Soares de Alcântara, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 30 de novembro de 2015.
OSVALDO JURCK ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.249/2015, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 6.249/2015, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a servidora, Sra. Jeise Cristina Capelari Demathe, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 30 de novembro de 2015.
OSVALDO JURCK ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº. A94/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A94/2015 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 39/2013 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.074.175/0001-38 e inscrição Estadual nº. 108.244.683.111, estabelecida na Avenida das Nações Unidas, nº. 11711, Bairro Brooklin, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.578-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Paulo Roberto Martins, inscrito no CPF sob o nº. 637.090.827-49, portador da Carteira de Identidade nº. 04737397-2-FP/RJ.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 39/2013-PMS, celebrado em 09 de abril de 2013, proveniente Processo Licitatório nº. 16/2013 -PMS, Pregão Presencial nº. 07/2013-PMS, visando a contratação de prestadora de seguros para veículos e predial para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito, do Município de Schroeder/SC, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 57, c/c 65 ambos, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saúde de aditivo de prazo para o período 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, no valor total de R\$ 1.018,36 (um mil, e dezoito reais e trinta e seis centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição), para o novo período de 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, no valor total de R\$ 1.018,36 (um mil, e dezoito reais e trinta e seis centavos), referente ao abaixo descrito:

LOTE VI - SEGURO PREDIAL			
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
47	TERRENO CONTENDO 01 (UM) POSTO DE SAÚDE EM ALVENARIA COM METRAGEM TOTAL DE 1.095,40m², CONTENDO VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, LOCALIZADO RUA PAULO JAHN Nº 147 - CENTRO – SCHROEDER/SC.	1.018,36	1.018,36

COBERTURAS LOTE VI - SEGURO PREDIAL

Incêndio		R\$ 350.000,00
Recomposição de Documentos		R\$ 4.000,00
Impacto de Veículos/Queda de Aeronaves		R\$ 35.000,00
Danos Elétricos		R\$ 10.000,00
Vendaval		R\$ 20.000,00
Roubo/Furto de Bens		R\$ 10.000,00
Responsabilidade Civil Operações		R\$ 10.000,00
Responsabilidade Civil Danos Morais		R\$ 10.000,00
Assistência Empresarial		Contratar

Cláusula 2ª – Fica a partir deste a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 1.018,36 (um mil, e dezoito reais e trinta e seis centavos), alterando o valor total do contrato para R\$ 3.654,71 (três mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e setenta e um centavos).

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 39/2013-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 30 de novembro de 2015.

CONTRATADA:
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A
Paulo Roberto Martins
CPF nº 637.090.827-49

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal
T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A95/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A95/2015 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 283/2014 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA., doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.801-530, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, neste ato representada pelo senhor Ernesto Muniz de Souza Junior, inscrito no CPF sob o nº. 004.770.259-19 e Daniela Ramos Silva, inscrita no CPF sob o nº. 007.395.609-05.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 283/2014-PMS, celebrado em 03 de dezembro de 2014, proveniente Processo Licitatório nº. 233/2014-PMS, Pregão Presencial nº. 104/2014-PMS, visando a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 57, II e 65 ambos, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças de aditivo de prazo para o período 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, no valor total de R\$ 229.002,62 (duzentos e vinte e nove mil, e dois reais e sessenta e dois centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição), para o novo período de 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, no valor total de R\$ 229.002,62 (duzentos e vinte e nove mil, e dois reais e sessenta e dois centavos), e a cláusula quarta "do valor do contrato" no item 4.1, aditivado o valor R\$ 229.002,62 (duzentos e vinte e nove mil, e dois reais e sessenta e dois centavos), alterando o valor do contrato inicial para o valor de R\$ 434.157,87 (Quatrocentos e trinta e quatro mil, cento e cinquenta e sete reais e oitenta e sete centavos), referente ao abaixo descrito:

ITEM	DESCRIÇÕES	USUÁRIOS	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO ATUAL	VALOR R\$ UNITÁRIO REAJUSTADO	VALOR R\$ TOTAL
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS: PREFEITURA MUNICIPAL							
01	Planejamento Público	2	12	Mês	610,00	675,21	8.102,52
02	Contabilidade Pública	7	12	Mês	1.346,00	1.489,89	17.878,68
03	Compras e Licitações	4	12	Mês	510,00	846,78	10.161,36
04	Patrimônio Público	2	12	Mês	260,00	287,79	3.453,48
05	Folha de Pagamento	4	12	Mês	975,00	1.079,23	12.950,76
06	Tributação Municipal	11	12	Mês	2.702,00	2.990,84	35.890,08
07	Escrituração Eletrônica do ISS via internet	Ilimitado	12	Mês	1.148,00	1.270,72	15.248,64
08	Atendimento ao Cidadão via internet	Ilimitado	12	Mês	360,00	398,48	4.781,76
09	Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via internet	Ilimitado	12	Mês	1.626,00	1.799,82	21.597,84
10	Tesouraria Pública	2	12	Mês	206,00	228,02	2.736,24

11	Ponto Eletrônico	3	12	Mês	575,00	636,47	7.637,64
12	Almoxarifado Público	1	12	Mês	230,00	254,59	3.055,08
13	Recursos Humanos	3	12	Mês	530,00	586,66	7.039,92
14	Atendimento ao servidor público via internet	Ilimitado	12	Mês	210,00	232,45	2.789,40
15	Protocolo via internet	22	12	Mês	691,00	764,87	9.178,44
16	Gestão de Frotas Municipal	2	12	Mês	310,00	343,14	4.117,68
17	Portal da Transparência	Ilimitado	12	Mês	228,00	252,37	3.028,44
18	Gerenciamento Inteligente	1	12	Mês	400,00	442,76	5.313,12
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
19	Compras e Licitações	4	12	Mês	102,00	112,90	1.354,80
20	Contabilidade Pública	4	12	Mês	202,00	223,59	2.683,08
21	Tesouraria Pública	1	12	Mês	83,00	91,87	1.102,44
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS: FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE							
22	Compras e Licitações	4	12	Mês	102,00	112,90	1.354,80
23	Contabilidade Pública	4	12	Mês	202,00	223,59	2.683,08
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
24	Compras e Licitações	4	12	Mês	102,00	112,90	1.354,80
25	Contabilidade Pública	4	12	Mês	202,00	223,59	2.683,08
26	Tesouraria Pública	1	12	Mês	83,00	91,87	1.102,44
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO							
27	Compras e Licitações	1	12	Mês	85,00	94,09	1.129,08
28	Contabilidade Pública	1	12	Mês	120,00	132,83	1.593,96
SERVIÇOS TÉCNICOS: PREFEITURA E FUNDOS							
29	Serviços de implantação, migração e treinamento e bancos de dados.		1	Serv.	3.705,25	2.624,18	2.624,18
30	Hora Técnica para os serviços de suporte técnico e pós-implantação prestados na sede da entidade		300	Hora	65,00	71,95	21.585,00
31	Despesa com Deslocamento para os serviços de suporte técnico prestado na sede da entidade		12000	KM	0,65	0,72	8.640,00
32	Despesa com Estada e Alimentação para os serviços de suporte técnico prestado na sede da entidade		30	Diária	125,00	138,36	4.150,80
TOTAL R\$							229.002,62

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1 do contrato nº 283/2014-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 283/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 30 de novembro de 2015.

CONTRATADA:

BETHA SISTEMAS LTDA
Ernesto Muniz de Souza Junior
CPF nº. 004.770.259-19

Daniela Ramos Silva
CPF nº. 007.395.609-05

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A96/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A96/2015 – PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 42/2014-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: CLEITON ANDRÉ WELDT ME, inscrita no CNPJ sob o nº 05.561.966/0001-11, estabelecida na Rua Joaquim Francisco de Paulo, nº. 477, Bairro Chico de Paulo, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-710, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Cleiton André Weldt, inscrito no CPF sob o nº 035.205.319-41, portador da Carteira de Identidade nº 15/C 3.885.285-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 42/2014-PMS, celebrado em 20 de março de 2014, proveniente do Processo de Licitação nº. 27/2014 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 12/2014 – PMS, para contratação de empresa especializada para serviço de locação e de manutenção de máquinas multifuncionais incluindo instalação, assistência técnica, manutenção preventiva, manutenção corretiva dos equipamentos, fornecimento de peças e de todo o material de consumo, exceto papel, para as Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Saúde e Assistência Social; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças no valor total de R\$ 7.260,30 (sete mil, duzentos e sessenta reais e trinta centavos).

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, c/c 65 ambos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como nos termos da cláusula décima quarta do mesmo contrato, conforme parecer da Procuradoria.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) no item 01 aditivada a quantidade de 360.900 páginas, totalizando o valor do item R\$ 6.135,30 (seis mil, cento e trinta e cinco reais e trinta centavos), no item 02 aditivada a quantidade de 36.900 páginas, e no item 03 aditivada a quantidade de 38.100 páginas, totalizando o valor do item R\$ 1.125,00 (um mil, cento e vinte e cinco reais) e na Cláusula Quarta (do valor do contrato), item 4.1, alterando o valor do contrato para R\$ 60.502,50 (sessenta mil, quinhentos e dois reais e cinquenta), sendo:

LOTE	DESCRIÇÕES	QTDE. TOTAL	QTDE. ADITI- VADA	UNID.	VALOR R\$	VALOR R\$
					UNITÁRIO	TOTAL
1	Item 1 - 59 Multifuncionais Jato de Tinta Colorida para consumo de até 120.300 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 1.203.000 páginas para o período de 10 Meses	1.443.600	360.900	páginas/mês	0,017	6.135,30
	Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar, passar e receber fax). A velocidade de impressão preto(rascunho, A4) deve ser de no mínimo 32 páginas por minuto e colorido(rascunho, A4) mínimo de 32 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Jato de Tinta. Resolução de impressão em melhor qualidade preto 1200x600dpi, colorido 4800x1200dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 35 folhas. Opções de impressão frente e verso automático. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.					
	Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Base plana, alimentador automático de documentos. Resolução ótica de digitalização: até 4800 dpi. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4. Digitalização automática para Pen-Drive e Pasta de Rede Windows..					
	Especificações da copiadora: Velocidade de cópia (preto, qualidade de rascunho, A4): mínimo de 32 cópias por minuto. Resolução de cópia (texto em preto): mínimo 1200 x 600 dpi. Dimensionamento da copiadora mínimo: 50 até 200%.					
	Especificações de Fax: Velocidade de transmissão de fax: 33,6 Kbps (3 seg. por página). Páginas guardadas na memória: mínimo de 100 páginas.					
	Conectividade: Rede Ethernet, Wireless, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0), Fax RJ11 e Pen-Drive.					
	Sistema de abastecimento: as impressoras deverão estar adaptadas com "sistema de alimentação contínua" preto/color para grande autonomia de impressão.					

2	<p>Item 2 - 06 Multifuncionais Laser Preto/Branco para consumo de até 12.300 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 123.000 páginas para o período de 10 Meses</p> <p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar). A velocidade de impressão (preto, qualidade de rascunho, A4) deve ser de no mínimo 25 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser. Resolução de impressão de 1200 x 1200 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 30 folhas, Impressão frente e verso (duplex) automático, disponibilidade de bandeja frontal (by-pass) (multi-uso) ou 2ª bandeja, com capacidade de no mínimo 20 folhas e possibilidade de seleção de bandeja na impressão. O equipamento deverá ser compatível em ambas as bandejas para tamanho A4. Software incluso da fabricante para scanner em rede. Possuir Driver /Emulação para Windows PostScript ou BR-Script. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p> <p>Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Base plana, alimentador automático de documentos. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4. Digitalização automática para Pen-Drive e Pasta de Rede Windows.</p> <p>Especificações da copiadora: Dimensionamento da copiadora mínimo: 50 até 200%.</p> <p>Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0)</p>	147.600	36.900	páginas/mês	0,015	1.125,00
	<p>Item 3 - 02 Multifuncionais Laser Preto/Branco para consumo de até 12.700 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 127.000 páginas para o período de 10 Meses</p> <p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar). A velocidade de impressão (preto, qualidade de rascunho, A4) deve ser de no mínimo 40 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser. Resolução de impressão de 1200 x 1200 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 30 folhas, Impressão frente e verso (duplex) automático, disponibilidade de bandeja frontal (by-pass) (multi-uso) ou 2ª bandeja, com capacidade de no mínimo 20 folhas e possibilidade de seleção de bandeja na impressão. O equipamento deverá ser compatível em ambas as bandejas para tamanho A4. Software incluso da fabricante para scanner em rede. Possuir Driver /Emulação para Windows PostScript ou BR-Script. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p> <p>Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Duplex, Base plana, alimentador automático de documentos. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4. Digitalização automática para Pen-Drive e Pasta de Rede Windows. Velocidade de Digitalização mínima de 20ppm a 200ppi.</p> <p>Especificações da copiadora: Dimensionamento da copiadora mínimo: 50 até 200%.</p> <p>Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0)</p>	152.400	38.100	páginas/mês	0,015	
TOTAL R\$						7.260,30

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 42/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 30 de novembro de 2015.

CONTRATADA:

CLEITON ANDRÉ WELDT ME

Cleiton André Weldt

CPF no 035.205.319-41

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A97/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A97/2015 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 42/2014-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: CLEITON ANDRÉ WELDT ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.561.966/0001-11, estabelecida na Rua Joaquim Francisco de Paulo, nº. 477, Bairro Chico de Paulo, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-710, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Cleiton André Weldt, inscrito no CPF sob o nº. 035.205.319-41, portador da Carteira de Identidade no 15/C 3.885.285-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 42/2014-PMS, celebrado em 20 de março de 2014, proveniente do Processo de Licitação nº. 27/2014 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 12/2014 – PMS, para contratação de empresa especializada para serviço de locação e de manutenção de máquinas multifuncionais incluindo instalação, assistência técnica, manutenção preventiva, manutenção corretiva dos equipamentos, fornecimento de peças e de todo o material de consumo, exceto papel, para as Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Saúde e Assistência Social; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, de prorrogação da vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, e reajuste do contrato pelo IGPM (novembro/14 a outubro/15), totalizando o valor total de R\$ 40.660,50 (sete mil, duzentos e sessenta reais e trinta centavos).

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, c/c 65 ambos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como nos termos da cláusula décima quarta do mesmo contrato, conforme parecer da Procuradoria.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) no item 01 aditivada a quantidade de 1.804.500 páginas, totalizando o valor do item R\$ 34.285,50 (trinta e quatro mil, duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos), no item 02 aditivada a quantidade de 184.500 páginas, e no item 03 aditivada a quantidade de 190.500 páginas, totalizando o valor do item R\$ 6.375,00 (seis mil, trezentos e setenta e cinco reais) e na Cláusula Quarta (do valor do contrato), item 4.1, alterando o valor do contrato para R\$ 101.163,00 (cento e um mil, cento e sessenta e três reais), sendo:

LOTE	DESCRIÇÕES	QTDE. TOTAL	UNID.	VALOR R\$	VALOR R\$
				UNITÁRIO	TOTAL
1	Item 1 - 59 Multifuncionais Jato de Tinta Colorida para consumo de até 120.300 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 1.203.000 páginas para o período de 10 Meses	1.804.500	páginas/mês	0,019	34.285,50
	Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar, passar e receber fax). A velocidade de impressão preto(rascunho, A4) deve ser de no mínimo 32 páginas por minuto e colorido(rascunho, A4) mínimo de 32 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Jato de Tinta. Resolução de impressão em melhor qualidade preto 1200x600dpi, colorido 4800x1200dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 35 folhas. Opções de impressão frente e verso automático. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.				
	Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Base plana, alimentador automático de documentos. Resolução ótica de digitalização: até 4800 dpi. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4. Digitalização automática para Pen-Drive e Pasta de Rede Windows..				
	Especificações da copiadora: Velocidade de cópia (preto, qualidade de rascunho, A4): mínimo de 32 cópias por minuto. Resolução de cópia (texto em preto): mínimo 1200 x 600 dpi. Dimensionamento da copiadora mínimo: 50 até 200%.				
	Especificações de Fax: Velocidade de transmissão de fax: 33,6 Kbps (3 seg. por página). Páginas guardadas na memória: mínimo de 100 páginas.				
	Conectividade: Rede Ethernet, Wireless, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0), Fax RJ11 e Pen-Drive.				
	Sistema de abastecimento: as impressoras deverão estar adaptadas com "sistema de alimentação contínua" preto/color para grande autonomia de impressão.				

2	<p>Item 2 - 06 Multifuncionais Laser Preto/Branco para consumo de até 12.300 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 123.000 páginas para o período de 10 Meses</p> <p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar). A velocidade de impressão (preto, qualidade de rascunho, A4) deve ser de no mínimo 25 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser. Resolução de impressão de 1200 x 1200 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 30 folhas, Impressão frente e verso (duplex) automático, disponibilidade de bandeja frontal (by-pass) (multi-uso) ou 2ª bandeja, com capacidade de no mínimo 20 folhas e possibilidade de seleção de bandeja na impressão. O equipamento deverá ser compatível em ambas as bandejas para tamanho A4. Software incluso da fabricante para scanner em rede. Possuir Driver /Emulação para Windows PostScript ou BR-Script. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p> <p>Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Base plana, alimentador automático de documentos. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4. Digitalização automática para Pen-Drive e Pasta de Rede Windows.</p> <p>Especificações da copiadora: Dimensionamento da copiadora mínimo: 50 até 200%.</p> <p>Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0)</p>	184.500	páginas/mês	0,017	6.375,00
	<p>Item 3 - 02 Multifuncionais Laser Preto/Branco para consumo de até 12.700 páginas/mês compartilhado entre todas as máquinas – Total de 127.000 páginas para o período de 10 Meses</p> <p>Os equipamentos deverão ser: todos multifuncionais, ou seja, devem imprimir, copiar, digitalizar). A velocidade de impressão (preto, qualidade de rascunho, A4) deve ser de no mínimo 40 páginas por minuto. Tecnologia de impressão deve ser Laser. Resolução de impressão de 1200 x 1200 dpi. Bandeja de entrada para suportes de impressão com capacidade de no mínimo 250 folhas, alimentador automático para no mínimo 30 folhas, Impressão frente e verso (duplex) automático, disponibilidade de bandeja frontal (by-pass) (multi-uso) ou 2ª bandeja, com capacidade de no mínimo 20 folhas e possibilidade de seleção de bandeja na impressão. O equipamento deverá ser compatível em ambas as bandejas para tamanho A4. Software incluso da fabricante para scanner em rede. Possuir Driver /Emulação para Windows PostScript ou BR-Script. Devem acompanhar estabilizadores/transformadores se necessários para que o equipamento funcione em tensão de 220v.</p> <p>Especificações do scanner: Tipo de digitalização: Duplex, Base plana, alimentador automático de documentos. Tamanho da digitalização no scanner de mesa mínimo: A4. Digitalização automática para Pen-Drive e Pasta de Rede Windows. Velocidade de Digitalização mínima de 20ppm a 200ppi.</p> <p>Especificações da copiadora: Dimensionamento da copiadora mínimo: 50 até 200%.</p> <p>Conectividade: Rede Ethernet 10/100Base-T, USB Hi-Speed (compatível com especificações USB 2.0)</p>	190.500	páginas/mês	0,017	
VALOR TOTAL R\$					40.660,50

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta (da vigência) no item 14.1 do contrato nº 42/2014-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 42/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 30 de novembro de 2015.

CONTRATADA:

CLEITON ANDRÉ WELDT ME

Cleiton André Weldt

CPF no 035.205.319-41

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A98/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A98/2015 – PMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 108/2014-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: SETI segurança e tecnologia na internet Ltda. pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 05.348.924/0001-05, com sede na Rua Henrique Nagel, n.º 135, sala 02, Bairro Água Verde, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.254-560, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhor Carlos Eduardo Sabel, inscrito no CPF sob o nº 034.085.879-65, portador da Carteira de Identidade no 3.551.110-9-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 108/2014-PMS, celebrado em 23 de maio de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 77/2014 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 35/2014-PMS, para a locação de solução de software para definição de regras e políticas de uso da internet através de interface gráfica possibilitando monitoramento, gráficos, relatórios e administração de regras e usuários de até 150 usuários para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças para prorrogação de vigência do contrato para o período 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, e reajuste pelo IGPM (janeiro a outubro de 2015), totalizando o valor total de R\$ 7.935,56 (sete mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57 c/c 65, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" aditivando o valor total de R\$ 7.935,56 (sete mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) e na Cláusula Quarta "do valor do contrato", item 4.1, passando o valor total do contrato original para R\$ 19.572,90 (dezenove mil, quinhentos e setenta e dois reais e noventa centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REAJUSTADO	VALOR R\$ TOTAL ADITIVADO
01	Locação de solução de software para definição de regras e políticas de uso da internet através de interface gráfica possibilitando monitoramento, gráficos, relatórios e administração de regras e usuários de até 150 Usuários.	12	Meses	522,38	6.268,56
02	Valor Hora Técnico InLoco após Implantação	10	Hora	146,75	1.467,50
03	Deslocamento	175	KM	1,14	199,50
TOTAL R\$					7.935,56

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta "da vigência" no item 14.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016 a vigência do contrato.

Cláusula 3ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 108/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 30 de novembro de 2015.

CONTRATADA:

seti segurança e tecnologia na internet Ltda

Carlos Eduardo Sabel

CPF no 034.085.879-65

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A99/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A99/2015 – PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 294/2013-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 04.072.953/0001-16, estabelecida na Rua Major Navarro Lins, nº 692, Bairro Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-500, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhora Karla Janz, inscrita no CPF sob o nº 773.570.609-00, portadora da Carteira de Identidade no 5.552.294-7-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 294/2013-PMS, celebrado em 16 de dezembro de 2013, proveniente do Processo de licitação nº. 228/2013 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 105/2013-PMS, para a contratação de empresa especializada para cessão de uso de sistemas informatizados integrados para gestão escolar para a rede Municipal de Ensino para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para prorrogação de prazo da vigência do contrato para o período 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, no valor total R\$ 9.516,00 (Nove mil, quinhentos e dezesseis reais).

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, II, c/c 65 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” no item 01, aditivada a quantidade de 12, no valor mensal de R\$ 793,00 (setecentos e noventa e três reais), totalizando o valor total R\$ 9.516,00 (Nove mil, quinhentos e dezesseis reais) e na Cláusula Quarta “do valor do contrato”, item 4.1, alterando o valor total do contrato para R\$ 26.256,24 (vinte e seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO/REA- JUSTADO	VALOR R\$ TOTAL
01	Licença de uso e implantação de sistema informatizado integrado para todas as unidades escolares para gestão escolar na rede Municipal de Ensino para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC com vigência de 01/01/2014 a 31/12/2014 e capacitação dos servidores das unidades escolares e Secretaria de Educação, 2 servidores por unidade e mais 2 da Secretaria de Educação. Conforme Anexo 01 e 02.	12	UNID.	793,00	9.516,00
VALOR TOTAL R\$					9.516,00

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1, prorrogando-se para o período de 1º. de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016 a vigência do contrato.

Cláusula 3ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 293/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 30 de novembro de 2015.

CONTRATADA:

CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA

Karla Janz

CPF no 773.570.609-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

ATA TOMADA DE PREÇOS 15/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 15/2015 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 264/2015 Data do Processo: 28/10/2015
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 222/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria nas Áreas de Contabilidade Pública e Planejamento Governamental para a Prefeitura Municipal e seus Fundos, na sede do Município de Schroeder/SC para o exercício de 2016

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas SAPPPIA AUDITORES INDEPENDENTES, STIGMA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. - ME e DIGITAL TECNOLOGIA LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas SAPPPIA AUDITORES INDEPENDENTES, STIGMA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. - ME e DIGITAL TECNOLOGIA LTDA. - ME, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas SAPPPIA AUDITORES INDEPENDENTES, STIGMA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. - ME e DIGITAL TECNOLOGIA LTDA. - ME, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas SAPPPIA AUDITORES INDEPENDENTES e DIGITAL TECNOLOGIA LTDA. - ME apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Constatando que a empresa STIGMA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. - ME não apresentou Atestado de capacidade técnica com conhecimentos dos sistemas Betha, documento exigido no edital no item 8.1.2.8, sendo assim a empresa STIGMA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 07 de dezembro de 2015, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 08 de dezembro de 2015, às 11h para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata às empresas participantes.

Schroeder, 30 de Novembro de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro
Elair José Wendt	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Natália Kersten Brummüller	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

RENATO CRISTOFOLINI	- - Representante
---------------------	-------------------------

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO
Nr.: 15/2015 - TP**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 264/2015
Data do Processo: 28/10/2015

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 222/2015 (Sequência: 1)

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

MARCOS GERTLER - - Representante

WILKER BOEIRA DA ROSA - - Representante

Serra Alta

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 050/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 039/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	050/2015
Concedente:	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
	MARCIO LUIZ DETONI ME.
Concessio- nária:	Constitui objeto do presente contrato a Concessão de direito de uso remunerado de espaço público denominado QUIOSQUE/BAR situado no Parque Municipal da Feagrisa, centro do Município de Serra Alta/SC, com uma área total construída de 96m².
Objeto	Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Concorrência Pública nº 039/2015, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONCESSIONÁRIA.
Valor	Pela concessão de uso de bem público caracterizado na Cláusula Primeira – Do objeto do presente Contrato, o CONCESSIONÁRIO (A) pagará ao CONCEDENTE, em parcela única e à vista o valor de R\$ 510,00 (Quinhentos e dez reais).
Vigência....	01/12/2015 a 31/12/2016.
SERRA ALTA/SC, 01 de dezembro de 2015.	
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO	
PREFEITA DE SERRA ALTA EM EXERCÍCIO	

PORTARIA Nº 044/2015

PORTARIA Nº 044/2015 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e lei 692/2006 de 13/04/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de PATRICIA CEREZOLLI, CPF 058.192.649-83 e RG 4.891.534 do Cargo de PROFESSORA DE ARTESANATO, 20 HORAS SEMANAIS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, conforme Portaria de admissão Nº. 020/2015 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de Novembro de 2015.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita em exercício

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 045/2015

PORTARIA Nº 045/2015 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e lei 692/2006 de 13/04/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de CINARA MICHELS CARNEIRO, CPF 007.562.560-11 e RG 6.645.390 do Cargo de PROFESSOR II, 20 HORAS SEMANAIS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, conforme Portaria de admissão Nº. 021/2015 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de Novembro de 2015.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita em exercício

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 046/2015

PORTARIA Nº 046/2015 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e lei 692/2006 de 13/04/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de TATIANE ANTUNES DO AMARAL, CPF 058.342.809-60 e RG 5.215.801-2 do Cargo de COORDENADOR DO PETI, 40 HORAS SEMANAIS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, conforme Portaria de admissão Nº. 018/2015 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de Novembro de 2015.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita em exercício

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 048/2015

PORTARIA Nº 048/2015 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e lei 692/2006 de 13/04/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de KARINE ENGEL DA CUNHA, CPF 066.217.629-41e RG 5.543.786 do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FISICA, 20 HORAS SEMANAIS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, conforme Portaria de admissão Nº. 015/2015 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de Novembro de 2015.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita em exercício

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

PORTARIA Nº047/2015

PORTARIA Nº 047/2015 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e lei 692/2006 de 13/04/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de EVA KOMINKIEWICZ DE JESUS, CPF 017902579-13 e RG 3.713.393 do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 HORAS SEMANAIS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, conforme Portaria de admissão Nº. 022/2015 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de Novembro de 2015.
BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita em exercício

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 180/2015

DECRETO N.º 180 DE 15 DE NOVEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício RONI REMOR no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	03	Secretaria de Administração
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.005	Manutenção dos Recursos de Convênio com o Trânsito
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	105	

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 15 de novembro de 2015.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em exercício

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15

de novembro de 2015.

DECRETO Nº 181/2015

DECRETO N.º 181 DE 15 DE NOVEMBRO DE 2015

REGULAMENTA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONI REMOR, Prefeito em exercício do Município de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, VII, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº1.430/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Estabelece valores das taxas de hora máquina para realização de serviços em imóveis particulares, por máquinas e equipamentos da Administração Municipal, ou por meio de terceiro contratado:

I. Trator Agrícola R\$ 50,00 (cinquenta reais) à hora;

II. Retroescavadeira R\$ 80,00 (oitenta reais) à hora;

III. Escavadeira Hidráulica R\$150,00 (cento e cinquenta reais) à hora;

IV. Caminhão 10m³ R\$ 80,00 (oitenta reais) à hora;

V. Pá Carregadeira R\$100,00 (cem reais) à hora;

Art. 2º - Compete à Secretaria de Agricultura a organização e coordenação dos serviços, que serão prestados mediante requerimento dos interessados e disponibilidade de equipamentos do Município após emissão e devida quitação da DARM (Documento de Arrecadação Municipal) obedecendo aos preços fixados no Art. 1º deste decreto.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 15 de novembro de 2015.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de novembro de 2015.

DECRETO Nº 182/2015

DECRETO N.º 182 DE 15 DE NOVEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício RONI REMOR no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
RECURSO	5.064	Transferências de Convênios – Estado/Outros
PROJETO/ATIVIDADE	1.005	Pavimentação, Conservação e Recuperação de Ruas e Avenidas
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	88	

VALOR: R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos de Transferências de Convênios – Estado/Outros, no valor de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2014 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 15 de novembro de 2015.
RONI REMOR
Prefeito Municipal em Exercício

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de novembro de 2015.

Sombrio

PREFEITURA

224/2015

DECRETO Nº 224, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

ATUALIZA O VALOR VENAL DOS IMÓVEIS DE QUE TRATA AS TABELAS CONSTANTES DOS ANEXOS VIII E IX DA LEI Nº 780, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990, E O VALOR DE REFERÊNCIA PARA CÁLCULO DAS TAXAS E DO ISSQN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com o artigo 11 da Lei nº 780 de 28/12/1990, (Código Tributário Municipal) e inciso III, do artigo 41 da Lei nº 1869, de 26 de Abril de 2010.

DECRETA:

Art. 1º. Fica atualizada em 10,69% (Dez inteiros e sessenta e nove centésimos por cento), os valores venais dos imóveis de que tratam as tabelas constantes nos anexos VIII e IX, bem como, o valor de referência para cálculo do ISSQN, taxas constantes nos artigos 215 e 216, da Lei nº 780 de 28/12/1990 (Código Tributário Municipal) e taxa de Alvará Sanitário, (inciso III, do artigo 41 da Lei nº 1869, de 26 de Abril de 2010).

Parágrafo Único. O percentual de aumento corresponde a variações do IGP- M (Índice Geral de Preços de Mercado) nos últimos doze meses (período de dezembro de 2014 a novembro de 2015), conforme dispõe o artigo 11, Parágrafo Único da Lei nº 780 de 28/12/1990), artigo 1º da Lei nº 1275 de 18/01/2001 e artigo 76 da Lei nº 1869, de 26 de Abril de 2010.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus reais efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto 232, de 11 de novembro de 2014, e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio-SC, 27 de novembro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC. 225/2015

DECRETO Nº 225, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

ESTABELECE O CALENDÁRIO FISCAL DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, Lei Nº 780 de 28 de dezembro de 1990(Código Tributário Municipal), e Lei Nº 1869, de 26 de Abril de 2010, e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o Calendário Fiscal do Município de Sombrio, para pagamento dos tributos do exercício de 2016, autorizado pela Lei nº 780, de 28 de Dezembro de 1990, (Código Tributário Municipal), e Lei Nº 1869, de 26 de Abril de 2010, obedecendo o seguinte cronograma:

1 - IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano;

a) Pagamento em cota única com 10% de desconto 15/03/16

b) Para valor inferior ou igual a R\$ 200,00(duzentos reais), pagamento em quatro parcelas sem desconto:

1ª - Parcela 15/03/2016

2ª - Parcela 15/04/2016

3ª - Parcela 16/05/2016

4ª - Parcela 15/05/2016

c) Para valor superior a R\$ 300,00(trezentos reais), pagamento em seis parcelas sem desconto:

1ª - Parcela	15/03/2016
2ª - Parcela	15/04/2016
3ª - Parcela	16/05/2016
4ª - Parcela	15/06/2016
5ª - Parcela	15/07/2016
6ª - Parcela	15/08/2016

2 - TLF – Taxa de Licença e Funcionamento:

- Pagamento em cota única 10/03/2016

3 - ISSQN Fixo – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

- Pagamento em 04 (quatro) parcelas

1ª Parcela	10/03/2016
2ª Parcela	11/04/2016
3ª Parcela	10/05/2016
4ª Parcela	10/06/2016

4 – ISSQN Homologado;

- Vigésimo (20º) dia do mês subsequente.

5 - TAS – Taxa de Alvará Sanitário;

a) Pagamento em cota única (demais Estabelecimentos) 29/02/2016

b) Pagamento em cota única (Farmácias e drogarias) 29/04/2016

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus reais efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 233, de 11 de novembro de 2014, e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio-SC, 27 de novembro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC. 226/2015

DECRETO Nº 226 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

"FIXA OS VALORES DAS TARIFAS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando das atribuições que lhe conferem os dispositivos da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso VI e VIII, do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal de 06 de Abril de 1990, e Art. 218-A, da Lei nº 780, de 28/12/1990 (Código Tributário Municipal).

DECRETA:

Art. 1º - Os valores das tarifas dos serviços públicos concedidos, permitidos, autorizados e realizados pelo Município de Sombrio, obedecerão a seguinte tabela:

DISCRIMINAÇÃO:

I – Tarifas de Expediente:

1 – Atestado, Declaração e Certidão

a) Negativas de Tributos	R\$ 11.60
b) Habite-se	R\$ 31.00
c) Quaisquer outros, por lauda	R\$ 11.60

2 – Protocolização de requerimentos dirigidos a qualquer autoridade Municipal, para os demais fins
..... R\$ 0,00

3 – Emissão, Carnês ou guias de Arrecadação R\$ 3,90

II – Preços Públicos:

1 – De numeração e renumeração de prédios:

a) Pela numeração além de placas R\$ 11.60

b) Pela renumeração além de placas R\$ 11.60

2 – De alinhamento no perímetro Urbano:

a) Em terrenos meio de quadra R\$ 36.00

b) Terrenos de esquina R\$ 44.60

3 – Da liberação de bens apreendidos ou depositados:

a) De bens e mercadorias, por dia de fração R\$ 17.80

b) De cães, por cabeça, por dia ou fração R\$ 17.80

c) Outros animais, por cabeça e por dia de fração R\$ 17.80

4 - Remoções especiais de lixo, compreendendo entulho, detritos industriais, galhos de árvores, etc e ainda a remoção de lixo domiciliar quando realizado em horários especiais conforme previsto no artigo 79, § 1º da Lei nº 780 de 28 de Dezembro de 1990 (Código Tributário Municipal), por m3 R\$ 18.30

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus reais efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto 235, de 19 de novembro de 2014, e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio-SC, 27 de novembro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 208/2015

PORTARIA Nº. 208/2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. SIMONE TABORDA GÄLZER, ocupante de Cargo Comissionado de Diretora responsável pelos programas da Secretaria Municipal de Saúde, Matrícula nº. 403/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro 2014 a Janeiro de 2015, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 01 a 30 de Dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de dezembro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 167/2015

DECRETO Nº 167, de 25 de Novembro de 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 165.588,92 (cento e sessenta e cinco mil e quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos):

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2.006 – Manutenção do ensino básico
3.1.90.00.00.00.00.00.0088(31) – Aplicações Diretas
..... R\$ 165.588,92

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação da seguinte dotação:

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2.006 – Manutenção do ensino básico
3.1.90.00.00.00.00.00.0089(32) – Aplicações Diretas
..... R\$ 152.588,92
3.3.90.00.00.00.00.00.0089(36) – Aplicações Diretas
..... R\$ 13.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 25 de novembro de 2015.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 168/2015

DECRETO Nº 168 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXTINGUE PRÉ ESCOLAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam extintas as Pré Escolas Municipais abaixo relacionadas:

Pré- Escolar Manfredi Nápoli-Bairro São Luis
nº INEP: 42138604
Criação: Lei nº 1016/99-23/07/1999

Pré-Escolar Antonio Biava- Amola Faca
nº INEP: 42077885

Criação: Lei nº 10/17-23/07/1999

Pré Escolar Areia Branca-Areia Branca
INEP-42147611
Lei nº 11-29/03/2007

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 25 de novembro de 2015.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 169/2015

DECRETO Nº 169, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

EXTINGUE PRÉ ESCOLAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam extintas as Pré Escolas Municipais abaixo relacionadas:

Pré- Escolar Manfredi Nápoli-Bairro São Luis
nº INEP: 42138604
Criação: Lei nº 1016/99-23/07/1999

Pré-Escolar Antonio Biava- Amola Faca
nº INEP: 42077885
Criação: Lei nº 10/17-23/07/1999

Pré Escolar Areia Branca-Areia Branca
INEP-42147611
Lei nº 11-29/03/2007

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 25 de novembro de 2015.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 48/2015

PORTARIA Nº. 48, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORES MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições em atendimento ao que estabelece a Lei Orgânica Municipal e o Art. 57, da Lei Municipal nº 467 / 1988;

Resolve:

Art. 1º - Fica concedido aos servidores abaixo identificados, gozo de férias remuneradas, com 1/3 (um terço) a mais do que o vencimento normal, pelo período de 30 (trinta) dias; de 01/12/2015 à 30/12/2015.

NOME	Matrícula	Cargo	Período Aquisitivo
ANALOR PANATTO NÁPOLI	357	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	15/07/2013 a 14/07/2014
EDEVALDO BUZANELLO	847	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	01/03/2013 a 28/02/2014
FRANCISCO VISSSENTINI	306	ODONTÓLOGO	15/07/2013 a 14/07/2014
GERI ADRIANE CIRICO	2637	MOTORISTA	13/06/2013 a 12/06/2014
LUCIO VICENTE CARLESSI	2326	FISIOTERAPEUTA	23/02/2014 a 22/02/2015
MARILUCE ROVARIS	1014	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	01/07/2014 a 30/06/2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 27 de novembro de 2015.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 49/2015

PORTARIA Nº. 49, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.
CONCEDE LICENÇA PARA EXTRAÇÃO MINERAL DE CASCALHO

ECLAIR ALVES COELHO Prefeito Municipal de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pelo artigo 13º, Item XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - LICENCIAR o titular do processo de Licenciamento Mineral, a empresa "ARIGONI & BOZA LTDA ME", devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.227.416/0001-26, estabelecida na Rodovia SC 448, nº 775 km 43, bairro Livramento – Município de Turvo/SC, Estado de Santa Catarina, para EXTRAIR e BENEFICIAR a substância mineral "CASCALHO", pelo prazo de 30 (Trinta) anos, numa área de 49,99 (Quarenta e nove vírgula noventa e nove) hectares, no local denominado Rocinha, junto ao LEITO DO RIO SERRA VELHA, no município de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, conforme coordenadas geográficas abaixo:

VÉRTICES	LATITUDE	LONGITUDE
1	-28 48' 28,560	-49 54' 07,362
2	-28 48' 28,560	-49 53' 42,813
3	-28 48' 32,320	-49 53' 42,813
4	-28 48' 32,320	-49 53' 42,799
5	-28 48' 32,470	-49 53' 42,799
6	-28 48' 32,470	-49 53' 28,913
7	-28 48' 37,330	-49 53' 28,913
8	-28 48' 37,330	-49 53' 14,772
9	-28 48' 41,474	-49 53' 14,772
10	-28 48' 41,474	-49 53' 03,494
11	-28 48' 46,140	-49 53' 03,494
12	-28 48' 46,140	-49 52' 59,031
13	-28 48' 47,204	-49 52' 59,031
14	-28 48' 47,204	-49 52' 56,380
15	-28 48' 48,735	-49 52' 56,380

16	-28 48' 48,735	-49 52' 55,378
17	-28 48' 49,785	-49 52' 55,378
18	-28 48' 49,785	-49 52' 54,073
19	-28 48' 51,742	-49 52' 54,073
20	-28 48' 51,742	-49 52' 53,071
21	-28 48' 52,745	-49 52' 53,071
22	-28 48' 52,745	-49 52' 52,563
23	-28 48' 53,191	-49 52' 52,563
24	-28 48' 53,191	-49 52' 51,629
25	-28 48' 53,782	-49 52' 51,629
26	-28 48' 53,782	-49 52' 49,404
27	-28 48' 54,592	-49 52' 49,404
28	-28 48' 54,592	-49 52' 48,594
29	-28 48' 56,041	-49 52' 48,594
30	-28 48' 56,041	-49 52' 47,756
31	-28 48' 57,201	-49 52' 47,756
32	-28 48' 57,201	-49 52' 46,932
33	-28 48' 58,142	-49 52' 46,932
34	-28 48' 58,142	-49 52' 45,998
35	-28 48' 58,986	-49 52' 45,998
36	-28 48' 58,986	-49 52' 45,037
37	-28 49' 00,696	-49 52' 45,037
38	-28 49' 00,696	-49 52' 43,925
39	-28 49' 02,145	-49 52' 43,925
40	-28 49' 02,145	-49 52' 42,483
41	-28 49' 03,354	-49 52' 42,483
42	-28 49' 03,354	-49 52' 41,727
43	-28 49' 04,521	-49 52' 41,727
44	-28 49' 04,521	-49 52' 40,437
45	-28 49' 06,423	-49 52' 40,437
46	-28 49' 06,423	-49 52' 38,995
47	-28 49' 09,369	-49 52' 38,995
48	-28 49' 09,369	-49 52' 40,821
49	-28 49' 08,641	-49 52' 40,821
50	-28 49' 08,641	-49 52' 42,579
51	-28 49' 07,185	-49 52' 42,579
52	-28 49' 07,185	-49 52' 43,513
53	-28 49' 06,306	-49 52' 43,513
54	-28 49' 06,306	-49 52' 44,653
55	-28 49' 05,475	-49 52' 44,653
56	-28 49' 05,475	-49 52' 45,628
57	-28 49' 04,294	-49 52' 45,628
58	-28 49' 04,294	-49 52' 46,424
59	-28 49' 03,285	-49 52' 46,424
60	-28 49' 03,285	-49 52' 47,784
61	-28 49' 01,211	-49 52' 47,784
62	-28 49' 01,211	-49 52' 49,226
63	-28 48' 59,323	-49 52' 49,226
64	-28 48' 59,323	-49 52' 50,407
65	-28 48' 57,819	-49 52' 50,407

66	-28 48' 57,819	-49 52' 51,849
67	-28 48' 56,068	-49 52' 51,849
68	-28 48' 56,068	-49 52' 52,837
69	-28 48' 55,272	-49 52' 52,837
70	-28 48' 55,272	-49 52' 54,046
71	-28 48' 54,228	-49 52' 54,046
72	-28 48' 54,228	-49 52' 55,405
73	-28 48' 52,992	-49 52' 55,405
74	-28 48' 52,992	-49 52' 57,163
75	-28 48' 52,786	-49 52' 57,163
76	-28 48' 52,786	-49 52' 59,003
77	-28 48' 51,681	-49 52' 59,003
78	-28 48' 51,681	-49 53' 01,256
79	-28 48' 51,275	-49 53' 01,256
80	-28 48' 51,275	-49 53' 05,224
81	-28 48' 50,857	-49 53' 05,224
82	-28 48' 50,857	-49 53' 06,625
83	-28 48' 49,641	-49 53' 06,625
84	-28 48' 49,641	-49 53' 11,281
85	-28 48' 46,730	-49 53' 11,281
86	-28 48' 46,730	-49 53' 14,288
87	-28 48' 45,583	-49 53' 14,288
88	-28 48' 45,583	-49 53' 16,403
89	-28 48' 43,853	-49 53' 16,403
90	-28 48' 43,853	-49 53' 22,775
91	-28 48' 43,049	-49 53' 22,775
92	-28 48' 43,049	-49 53' 26,507
93	-28 48' 41,308	-49 53' 26,507
94	-28 48' 41,308	-49 53' 41,683
95	-28 48' 36,305	-49 53' 41,683
96	-28 48' 36,305	-49 54' 07,362
97	-28 48' 28,560	-49 54' 07,362

*Coordenadas geográficas em DATUM SIRGAS 2000

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor em 22/12/2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 27 de novembro de 2015.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

AVISO ERRATA TOMADA DE PREÇO N.º 116 2015 PMT

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 116/2015 – PMT
AVISO DE ERRATA

A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos informa aos interessados que no Edital de Tomada de Preço n.º 116/2015 PMT houve erro formal de digitação em relação ao valor informado na tabela constante do subitem 8.7, na coluna "Valor máximo", sendo correto o valor de R\$ 19.035,84, informado no início do subitem.

TIMBÓ/SC, 30/11/2015
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 11 2015 FUMTRAN - ESPARGIDOR DE PIMENTA (AGENTE QUÍMICO OC)

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão presencial Nº 11/2015 FUMTRAN

OBJETO: aquisição de espargidor de pimenta (agente químico oc - oleosin capsicum), visando atender as necessidades da 2ª Companhia de Polícia Militar de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h00min do dia 14 de dezembro de 2015. ABERTURA: dia 14 de dezembro de 2015 as 10h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 30/11/2015
FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 118 2015 PMT - CONFEÇÃO E IMPRESSÃO DE CARNÊS DE IPTU E ISS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão presencial Nº 118/2015 - PMT

OBJETO: contratação de empresa para confecção e impressão de carnês de tributos municipais para o exercício de 2016, especificados no Anexo I (Termo de Referência) para atender as necessidades da Secretaria da Fazenda e Administração (Divisão de Tributação e Fiscalização). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 14 de dezembro de 2015. ABERTURA: dia 14 de dezembro de 2015 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 30/11/2015
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

EXTRATO DE DISPENSA Nº 33 2015 FCT

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 33/2015
CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó
CONTRATADO: BELLOS EVENTOS LTDA EPP
OBJETO: LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE 01 (UM) PAVILHÃO COBERTO CONTENDO 400M².
VALOR TOTAL: R\$ 12.499,00 (doze mil quatrocentos e noventa e nove reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: de 22/11/2015 a 20/12/2015.

TIMBO (SC), 30/11/2015
JORGE R. FERREIRA
Diretor Presidente FCT

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 82/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 82/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: O objeto da presente licitação é a aquisição de um Sistema de Ensino, composto de Livros Didáticos para a Educação Infantil (04 e 05 anos), com Tecnologia Educacional em Ambiente Digital, e serviço de Formação Continuada destinada aos professores de Educação Infantil (Pré Escolar) e equipe diretiva da Secretaria Municipal de Educação do Município de Treze Tílias, de acordo com as especificações contidas no Anexo I e Anexo VI (termo de referência) do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 11/12/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Trombudo Central

PREFEITURA

109/2015

DECRETO 109/2015 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

INSTITUI HORÁRIO DE SOBREAVISO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o ponto facultativo decretado;

CONSIDERANDO o serviço essencial e de relevante interesse Público.

DECRETA:

Artigo 1º- Escala de sobreaviso dos motoristas da Secretaria Municipal de Saúde face a passagem de comemorações natalinas e de fim de ano 2015 e início de 2016.

Data de inicio	Horário de inicio	Data de termino	Horário de termino	Total de horas	Motorista
23 de Dezembro	1 hora	24 de Dezembro	13 horas	36 horas	Patricia
24 de Dezembro	13 horas	26 de Dezembro	1 hora	36 horas	Fabio
26 de Dezembro	1 hora	27 de Dezembro	13 horas	36 horas	Vagner
27 de Dezembro	13 horas	29 de Dezembro	1 hora	36 horas	Joacir
29 de Dezembro	1 hora	30 de Dezembro	13 horas	36 horas	Aldo
30 de Dezembro	13 horas	01 de Janeiro	1 hora	36 horas	Gerson
01 de Dezembro	1 hora	02 de Janeiro	13 horas	36 horas	Jose Machado
02 de Dezembro	13 horas	04 de Janeiro	1 hora	36 horas	Flavio

Artigo 2º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de novembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária Municipal de Saúde (Interina)

1898/2015

LEI 1898 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1594, 05 DE JUNHO DE 2009, QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE TROMBUDO CENTRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Esta Lei Complementar altera dispositivos da Lei Complementar nº 1594, de 05 de Junho de 2009, que institui o Plano Diretor Participativo de Trombudo Central e dá outras providências.

Art. 2º. O inciso II do artigo 64 da Lei Complementar nº 1594, de 05 de Junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.64
....."

II – ZR2- Zona Rural 2: são áreas próximas ao atual perímetro urbano, com característica urbanas e já consolidada. Deve ser incentivado nesta área além da regularização fundiária, o uso residencial de interesse social;

Art. 3º. Fica acrescido ao artigo 64 da Lei Complementar nº 1594, de 05 de Junho de 2009 o inciso V, com a seguinte redação:

“Art.64
.....

V - ZR4- Zona Rural 4: área destinada a implantação do parque de processamento de resíduos sólidos, do consórcio CIM/AMAVI.

Art. 4º. O artigo 90 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 1594, de 05 de Junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 90. Os afastamentos mínimos obrigatórios das edificações são determinados segundo a zona de uso que pertencem e estão determinados na tabela de índices urbanísticos – ANEXO 04.

§1º. Os afastamentos mínimos, lateral e posterior das edificações é de H/6, onde H é a altura total da edificação medida a partir do piso do pavimento térreo até a laje de cobertura do último pavimento, sendo o afastamento mínimo permitido de 1,50 metros quando existirem aberturas, salvo exigência maior conforme previsto no ANEXO 04.

§2º. Para efeito desta lei entende-se por parede cega, a parede construída sem qualquer tipo de abertura, devendo sempre respeitar o previsto no ANEXO 04.

Art. 5º. O artigo 104 da Lei Complementar nº 1594, de 05 de Junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 104. Quando o Poder Público Municipal, tanto executivo, como legislativo, tiver o interesse de ampliação do perímetro urbano do município de Trombudo Central, após a aprovação desta lei, deverá ser respeitado o que segue:

I – assegurar a participação da população e de entidades representativas dos vários segmentos, através da realização de audiência pública;

II – ter aprovação prévia do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT;

III – apresentar estudo de viabilidade técnica das concessionárias de saneamento que prestam serviços de infraestrutura ao município, garantindo condições de extensão das redes de abastecimento;

IV – realizar levantamento topográfico e cadastral das áreas que sofrerão ampliação, com coordenadas UTM;

V – prever a ampliação do sistema viário e do zoneamento urbano juntamente com a ampliação do Perímetro Urbano;

VI – ser área adjacente ao atual perímetro urbano, para garantir a continuidade da ocupação urbana e facilitar a expansão da infraestrutura dos futuros loteamentos, exceto quando se tratar de núcleos urbano-rurais isolados ou para permitir a regularização fundiária de áreas consolidadas;

VII – apresentar viabilidade técnica de ampliação de equipamentos públicos essenciais (escolas, creches, postos de saúde) e das linhas de transporte público;

VIII – delimitar as áreas de preservação ambiental existentes na área ampliada, assim como os trechos com restrições à urbanização e os trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais (áreas de risco);

Parágrafo Único. Maiores exigências podem ser solicitadas pelo Órgão Municipal de Planejamento, para eliminar ou minimizar possíveis impactos negativos a serem gerados pela ampliação da área urbana.

Art. 6º. Fica alterado o Anexo 01 – Mapa de Macrozoneamento, da referida Lei Complementar, de acordo com o mapa em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 7º. Fica alterado o Anexo 02 – Mapa de Zoneamento Municipal, da referida Lei Complementar, de acordo com o mapa em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 8º. Fica alterado o Anexo 03 – Mapa de Zoneamento Urbano, da referida Lei Complementar, de acordo com o mapa em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 9º. Fica alterado o Anexo 04 – Tabela de Índices Urbanísticos, da referida Lei Complementar, de acordo com a tabela em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de novembro de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI
Secretária de Administração e Finanças Interina

402/2015

PORTARIA 402/2015 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º - Fica PRORROGADO O PRAZO para mais 30 dias constante na Portaria 353/2015 que nomeou os membros da sindicância.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos á 21 de novembro de 2015 e demais disposições em contrário.

.

Trombudo Central, 30 de novembro de 2015.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária da Saúde Interina

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 1735/2015

Decreto nº 1.735/2015, de 27 de Novembro de 2015.

Homologação as inscrições do Edital de Processo Seletivo nº. 03/2015 e da outras providencias.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, homologa as inscrições relativas ao Edital de Processo Seletivo nº 03/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições do Processo Seletivo nº 03/2015 da Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 01 – MICRO ÁREA 04 Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
215131	Cleusa Schmidt	HOMOLOGADA
223995	Isolde Horn	HOMOLOGADA
215058	Janice Thums	HOMOLOGADA
211976	Sandra Kuhn	HOMOLOGADA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 02 – MICRO ÁREA 01 Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
230458	Janaina Wilges	HOMOLOGADA
221452	Janete Ines Kaefer	HOMOLOGADA
224522	Ligia Maria Kühlkamp Scheren	HOMOLOGADA

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 27 de Novembro de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

LEI 1242/2015

Lei nº 1242/2015 de 01 de dezembro de 2015.

Concede um Abono Salarial aos Servidores Públicos Municipais de Tunápolis, na folha de pagamento do mês de dezembro de 2015 e adota outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a conceder abono salarial aos Servidores Públicos Municipais de Tunápolis, do quadro de carreira, admitidos em caráter temporário e comissionados, exceto os agentes públicos que percebem subsídio (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais e Conselheiros Tutelares), na folha do mês de dezembro de 2015.

Art. 2º. O abono referido no artigo 1º desta Lei obedecerá a proporcionalidade da carga horária e o tempo de serviço no exercício de 2015, conforme valores constantes na tabela abaixo:

Carga Horária	10 Horas	20 Horas	30 Horas	40 Horas
Abono Salarial em Reais	42,50	85,00	127,50	170,00

Art. 3º O abono salarial previsto nesta Lei fica condicionado às condições legais de comprometimento dos limites de gastos com pessoal.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
em 01 de dezembro de 2015.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

LEI 1243/2015

Lei nº 1243/2015 de 01 de dezembro de 2015.

Altera a Lei nº 1.134/2013, que Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e as normas gerais para sua adequada aplicação.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 27 da Lei 1.134/2013, de 05 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 27 O processo de escolha dos membros do Conselho tutelar, em conformidade com as alterações promovidas pela Lei Federal nº 12.696/12, ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, sendo empossados em 10 de janeiro do ano seguinte.

Parágrafo único: Os Conselheiros em exercício no Município de Tunápolis –SC, cumprirão mandato de 05 (cinco) anos com término em 09 de janeiro de 2016, para alinhamento com as eleições nacionais em 2015.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
em 01 de dezembro de 2015.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

PORTARIA 3946/2015

PORTARIA Nº. 3.946/2015
Em 01 de Dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, ANDRÉIA DE ANDRADE MORAZ, no cargo efetivo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, progressão vertical do nível A-7 para o nível A-10, devido a comprovação de conclusão de curso pós-graduação em nível de mestrado.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 01 de Dezembro de 2015.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT
Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3947/2015

PORTARIA Nº. 3.947/2015
Em 01 de Dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, JANETE REMPEL BIEGER, no cargo efetivo de CONTADORA, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, progressão no nível ANS 3 B-7 para o nível ANS 3 C-8.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 01 de Dezembro de 2015.
ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO N. 02/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Processo Adm. Nº.: 02/2016	
Edital: CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº.: 02/2016	
Tipo : Menor Preço/Por item	
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA EM ENGENHARIA CIVIL.	
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 08 de Dezembro de 2015.	
Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 08 de Dezembro de 2015.	
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo fone (049) 3348 1202, e-mail: administracao@uniaodoeste.sc.gov.br	
União do Oeste - SC, 30 de dezembro de 2015.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

Urussanga

PREFEITURA

AVISO PR 48/2015/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 48/2015/PMU

Objeto: aquisição PARCELADA de recuperação de pneus. Recebimento dos envelopes: até as 09h dia 15/12/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 09h dia 15/12/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta-Pregoeira

CONTRATO N.º 215/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 215/2015/FMS

Data de assinatura: 25/11/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ZP EIRELLI ME

CNPJ/CPF: 18.195.665/0001-63

Objeto: material e serviços para construção de equipamentos que compõem a finalização do paisagismo na para o entorno da Unidade Básica De Saúde, no Bairro Rio América, Urussanga/SC.

Valor Global: R\$ 12.169,92

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 73/2015 - EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR 2016

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 73/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 73/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA O EXERCÍCIO DE 2016 A SER ENTREGUE PELO LICITANTE VENCEDOR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega IMEDIATA, mediante autorização de fornecimento.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 73/2015, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS e ABERTURA: Até o dia 11/12/2015, às 08:30 hrs.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos, 30 de novembro de 2015
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.566/15

DECRETO N.º 12.566/15, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 15.942/2015, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - FUNOESC;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais, conforme Parecer Técnico da Secretaria de Planejamento;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 04 (quatro) áreas, sendo área 01 com 1.115,395 m2 (um mil cento e quinze metros e trezentos e noventa e cinco metros quadrados), área 02 com 1.115,395 m2 (um mil cento e quinze metros e trezentos e noventa e cinco metros quadrados), área 03 com 1.115,395 m2 (um mil cento e quinze metros e trezentos e noventa e cinco metros quadrados), área 04 com 1.115,395 m2 (um mil cento e quinze metros e trezentos e noventa e cinco metros quadrados) de propriedade da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – FUNOESC, constante da matrícula nº 32.078, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo nº 15.942/2015.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário.

Videira, 25 de novembro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de novembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 208/2015

Ata de Registro de Preços nº: 208/2015

Data de Assinatura: 26.11.2015

Fornecedor....: Sinaltec Tecnologia em Sinalização Ltda.

Valor : R\$ 9.200,00

Licitação : Pregão Presencial nº 180/2015-PMV

Vigência : Início: 26.11.2015 Término: 26.11.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2015

Ata de Registro de Preços nº: 209/2015

Data de Assinatura: 26.11.2015

Fornecedor....: Videmang Comércio de Máquinas e Ferramentas Ltda.

Valor : R\$ 780,00

Licitação : Pregão Presencial nº 180/2015-PMV

Vigência : Início: 26.11.2015 Término: 26.11.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 210/2015

Ata de Registro de Preços nº: 210/2015

Data de Assinatura: 26.11.2015

Fornecedor....: Piatã Comércio de Peças Ltda – ME.

Valor : R\$ 2.770,00

Licitação : Pregão Presencial nº 180/2015-PMV

Vigência : Início: 26.11.2015 Término: 26.11.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 211/2015

Ata de Registro de Preços nº: 211/2015

Data de Assinatura: 26.11.2015

Fornecedor....: Cristiane Ines Schaurich-ME

Valor : R\$ 3.600,00

Licitação : Pregão Presencial nº 180/2015-PMV

Vigência : Início: 26.11.2015 Término: 26.11.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

EXTRATO RETIFICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 204/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

RETIFICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 204/2015

O Departamento de Licitações torna público a retificação do extrato da Ata de Registro nº 204/2015, veiculado na edição nº 1880 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, no dia 30/11/2015, devido a erro de digitação por este departamento, passando a ter a seguinte redação:

Ata de Registro de Preços nº: 204/2015

Data de Assinatura: 19.11.2015

Fornecedor....: Onevio Bettoni - EPP

Valor : R\$ 10.580,00

Licitação : Pregão Presencial nº 04/2015-FME

Vigência : Início: 19.11.2015 Término: 19.11.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL ESPORTIVO PARA OS TREINAMENTOS DAS MODALIDADES E ESCOLHINHAS MANTIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

EXTRATO RETIFICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 205/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

RETIFICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 205/2015

O Departamento de Licitações torna público a retificação do extrato da Ata de Registro nº 205/2015, veiculado na edição nº 1880 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, no dia 30/11/2015, devido a erro de digitação por este departamento, passando a ter a seguinte redação:

Ata de Registro de Preços nº: 205/2015

Data de Assinatura: 19.11.2015

Fornecedor....: VIDELIVROS COMÉRCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA

Valor : R\$ 837,00

Licitação : Pregão Presencial nº 04/2015-FME

Vigência : Início: 19.11.2015 Término: 19.11.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL ESPORTIVO PARA OS TREINAMENTOS DAS MODALIDADES E ESCOLHINHAS MANTIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

EXTRATO RETIFICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 206/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

RETIFICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 206/2015

O Departamento de Licitações torna público a retificação do extrato da Ata de Registro nº 206/2015, veiculado na edição nº 1880 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, no dia 30/11/2015, devido a erro de digitação por este departamento, passando a ter a seguinte redação:

Ata de Registro de Preços nº: 206/2015

Data de Assinatura: 19.11.2015

Fornecedor....: TOTAL SPORTS LTDA ME

Valor : R\$ 14.015,80

Licitação : Pregão Presencial nº 04/2015-FME

Vigência : Início: 19.11.2015 Término: 19.11.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL ESPORTIVO PARA OS TREINAMENTOS DAS MODALIDADES E ESCOLHINHAS MANTIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

EXTRATO RETIFICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 207/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

RETIFICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 207/2015

O Departamento de Licitações torna público a retificação do extrato da Ata de Registro nº 207/2015, veiculado na edição nº 1880 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, no dia 30/11/2015, devido a erro de digitação por este departamento, passando a ter a seguinte redação:

Ata de Registro de Preços nº: 207/2015

Data de Assinatura: 19.11.2015

Fornecedor....: KALINOSKI E KALINOVSKI LTDA.

Valor : R\$ 4.124,80

Licitação : Pregão Presencial nº 04/2015-FME

Vigência : Início: 19.11.2015 Término: 19.11.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MATERIAL ESPORTIVO PARA OS TREINAMENTOS DAS MODALIDADES E ESCOLHINHAS MANTIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 164/2015-PMV

O Município de Videira no mês 11/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2015 - PMV

PROCESSO Nº 216/2015

HOMOLOGAÇÃO: 04/11/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS UTILIZADOS NOS EQUIPAMENTOS DE SOLDA DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS E DO DEPARTAMENTO DE OBRAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: OXIGENIO JOACABA COM DE GASES ATM. PROD. P/ SAUDE

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.990,00 (nove mil novecentos e noventa reais)

CONTRATADO: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.508,25 (seis mil quinhentos e oito reais e vinte e cinco centavos)

CONTRATADO: JULIO SILVESTRI FILHO ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 105,00 (cento e cinco reais)

Videira, 30/11/2015

WILMAR CARELLI - Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 26/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 26/2015 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR REFORMA GERAL NO ALMOXARIFADO E DEPÓSITO DE ARMAZENAGEM DE ALIMENTOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ACORDO COM MEMORIAL E PROJETO ANEXO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E PLANEJAMENTO. As propostas e documentos serão recebidos até as 13h00min do dia 16 de dezembro de 2015. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link “Licitações”, sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Alvorada, no horário das 12h30min às 18h30min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 30 de novembro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 223/2015

PORTARIANº 223/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: SIMONE SARTOR

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, sendo 120 (cento e vinte) pelo período de 26/11/2015 a 24/03/2016, conforme Atestado Médico emitido pelo Dra. Iara Michel de Assis Magalhães – CRM/SC 12250, e 60 (sessenta) dias pelo período de 25/03/2015 a 23/05/2015, de acordo com o Art. 63, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13/05/2003.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 26 de novembro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 224/2015

PORTARIANº 224/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: SALESIO BOING

Cargo: SECRETÁRIO DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO

Do Quadro de Pessoal de provimento em comissão, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 11/11/2015 a 25/11/2015, sendo que a partir desta data, se necessário, o servidor deverá ser encaminhado ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando o servidor licenciado pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 11 de novembro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 225/2015

PORTARIANº 225/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com a Lei Orgânica, Lei Municipal Complementar n.º 049, de 23/12/2009 e suas alterações,

Nome: SIMONE SARTOR

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, a Função de Confiança FC, para exercer as funções de Coordenadora do Serviço de Informação ao Cidadão, a partir de 01 de dezembro de 2015, dentro da Secretaria de Administração e Finanças.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 059/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/ ____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 226/2015

PORTARIANº. 226/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: EDGAR BORGES VIEIRA

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, 10 (dez) dias de férias, pelo período de 30/11/2015 a 09/12/2015, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2013 a 30/11/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/ ____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 235/2015

DECRETO Nº AJG 235/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.713/2014, de 08.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte programação de despesa:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.2019 – Manutenção das atividades legislativas

01.0101.01.031.0101.2019.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo anterior será anulado parcialmente a seguinte programação de despesa:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.2019 – Manutenção das atividades legislativas

01.0101.01.031.0101.2019.31900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 25 de Novembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0026/2015

2º Aditivo ao Contrato nº 0026/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Deel Construções LTDA ME

Objeto: Tem por objeto os Serviços de Ampliação e adequações em acessibilidade na Escola Municipal Pequeno Príncipe.

Fica prorrogado a vigência do contrato acima por mais 90 dias, contados a partir de 02 de dezembro de 2015 vigorando até 29 de fevereiro de 2016.

Xanxerê-SC, 30 de novembro de 2015. Ademir J. Gasparini – Pref. Municipal.

LEI COMPLEMENTAR Nº AJG 3800/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº AJG 3800/2015

(Origem Projeto de Lei Complementar Nº AJG 009/2015)

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO PRIMEIRO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 3764/2015 DE 11 DE SETEMBRO DE 2015, QUE INSTITUI GRATIFICAÇÃO ESPECIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE PRESTAM SERVIÇOS EM UNIDADES DE SAÚDE DE

URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (PRONTO ATENDIMENTO), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 3764/2015, de 11 de setembro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 1º. Fica instituída gratificação especial aos servidores públicos municipais e aos contratados através da lei municipal nº 3402/2011, de 14.12.2011, que prestam seus serviços junto a unidades de saúde de urgência e emergência (Pronto Atendimento) na rede municipal de saúde de Xanxerê, na razão de 20% (vinte por cento) sobre o seu vencimento básico, a ser paga mensalmente.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

25 de Novembro de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

LEI Nº AJG 3795/2015

LEI Nº AJG 3795/2015

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 051/2015)

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - COMSAB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico – COMSAB, de caráter consultivo, sendo assegurada a representação de forma paritária das organizações nos termos da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, conforme segue:

1 - Governo Municipal:

I - Titulares de serviço:

a) um representante do Gabinete do Prefeito;

II - Representantes de órgãos do governo municipal relacionados ao setor de Saneamento Básico:

a) um representante da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços;

b) um representante da Secretaria Municipal de Saúde/Departamento de Vigilância Sanitária;

c) um representante da Secretaria Municipal de Políticas Ambientais;

d) um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

2 - Entidades não-governamentais, técnicas, prestadoras de serviços, usuários e de defesa do consumidor relacionadas ao setor saneamento básico:

I - Um representante da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC;

II - Um representante da Sociedade de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Alto Irani – SEAI;

III - Um representante da Companhia de Água e Saneamento – Casan Xanxerê;

IV - Um representante da União Xanxerense das Associações de Moradores - UXAN;

V - Um representante da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON Xanxerê.

§ 1º. Cada segmento, entidade ou órgão indicará um membro titular e um suplente para representá-lo no Conselho Municipal de Saneamento Básico, podendo, a qualquer tempo, propor substituição de seus representantes.

§ 2º. O mandato de membro do Conselho será de dois anos, podendo haver recondução.

§ 3º. Os membros do conselho serão nomeados através de Decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 4º. O desempenho das funções dos membros do COMSAB não será remunerado.

§ 5º. Os serviços prestados ao COMSAB, serão considerados como de relevante serviço público e comunitário.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Saneamento Básico terá como atribuição auxiliar o Poder Executivo na formulação da política municipal de saneamento básico.

Art. 3º. O Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico, será eleito por seus membros, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleito por mais um mandato.

Art. 4º. O Conselho deliberará em reunião própria suas regras de funcionamento que comporão seu regimento interno, a ser homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, onde constará entre outras, a periodicidade de suas reuniões.

Art. 5º. As decisões do Conselho dar-se-ão, sempre, por maioria absoluta de seus membros.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

25 de Novembro de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

LEI Nº AJG 3797/2015

LEI Nº AJG 3797/2015

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 054/2015)

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DESTINADO À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE XANXERÊ/SC.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, nos termos em Anexo, que fica fazendo parte integrante desta Lei, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para prestação dos serviços públicos municipais de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

§ 1º. O Poder Executivo Municipal de Xanxerê/SC e demais prestadores dos serviços de saneamento básico ficam obrigados ao cumprimento do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), nos termos do art. 19, da Lei Federal nº 11.445/2007.

§ 2º. O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver ações para o monitoramento, implementação e avaliação periódica do Plano instituído por esta Lei, através da criação de Grupo Técnico Executivo (GTE) que atuará em parceria com Grupo Técnico Executivo (GTE) a ser criado pelo operador do Sistema de Abastecimento de Água e do Sistema de Esgotamento Sanitário para este fim.

Art. 2º. O Plano Municipal de Saneamento Básico, será revisto com periodicidade não superior a quatro anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.

Art. 3º. A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser elaborada seguindo o que determina a Lei Federal nº 11.445/2007 e estar em compatibilidade com as diretrizes políticas, objetivos e metas:

I - das Políticas Federais e Estaduais de Saneamento Básico, de Saúde Pública e de Meio Ambiente;

II - dos Planos Federal e Estadual de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos;

III - das Políticas Municipais de Saneamento Básico.

Parágrafo Único - O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico à Câmara Municipal, devendo constar as alterações, caso necessárias, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal poderá, por ocasião da assinatura do Contrato de Programa com o operador, promover ajustes no Plano Municipal de Saneamento Básico com vistas a adequá-lo à realidade do momento da celebração deste instrumento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

25 de Novembro de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

LEI Nº AJG 3798/2015

LEI Nº AJG 3798/2015

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 055/2015)

ALTERA E INCLUI DISPOSITIVOS NA LEI Nº 3402/2011 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Fica alterada a redação do inciso III, do artigo 9º, da Lei nº 3402/2011, de 14 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º - ...

I - ...

II - ...

III – por insuficiência de desempenho, observada no decorrer do contrato, conforme relatório fundamentado da respectiva unidade administrativa e/ou escolar onde estiver atuando o contratado;

IV - ...

V - ..."

Art. 2º Fica alterado o Anexo Único – Quadro de Cargos para Contratação Temporária, da Lei nº 3402/2011, de 14 de dezembro de 2011, que passa a ser substituído pelo Anexo Único que acompanha a presente lei.

Art. 3º Os valores dos salários fixados no Anexo Único desta lei serão corrigidos nos mesmos percentuais e datas da revisão ou reposição salarial dos servidores públicos municipais.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

25 de Novembro de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE CARGOS PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Cargo	Carga Horária Semanal	Vagas	Salário
Professor Especial 1	20 h	25	R\$ 959,39
	40 h	30	R\$ 1.917,78
Professor 1	20 h	10	R\$ 1.270,81
	40 h	01	R\$ 2.550,26
Médico	40 h	02	R\$ 14.230,38
Médico	20 h	02	R\$ 7.115,19

LEI Nº AJG 3799/2015

LEI Nº AJG 3799/2015

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 056/2015)

CRIA O 1º CANTA XANXERÊ – FESTIVAL DA MÚSICA POPULAR E SERTANEJA DE XANXERÊ, AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A pagar premiações e despesas, E dá outras providências.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica criado o 1º Canta Xanxerê – Festival da Música Popular e Sertaneja de Xanxerê que será realizado pela Prefeitura de Xanxerê, através da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, nos dias 25, 26 e 27 de fevereiro de 2016, no Parque de Exposições Rovillo-Bortoluzzi, de acordo com as disposições previstas em regulamento.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a pagar as premiações do 1º Canta Xanxerê desenvolvido em duas categorias, conforme descrito abaixo:

I – Categoria Popular:

- a) 1º lugar – R\$ 2.500,00 + troféu;
- b) 2º lugar – R\$ 1.500,00 + troféu;
- c) 3º lugar – R\$ 1.000,00 + troféu;
- d) 4º lugar – R\$800,00 + troféu;
- e) 5º lugar – R\$600,00 + troféu;
- f) 6º ao 10º lugar – R\$ 300,00 cada (como ajuda de custo).

II – Categoria Sertaneja:

- a) 1º lugar – R\$ 2.500,00 + troféu;
- b) 2º lugar – R\$ 1.500,00 + troféu;
- c) 3º lugar – R\$ 1.000,00 + troféu;
- d) 4º lugar – R\$800,00 + troféu;
- e) 5º lugar – R\$600,00 + troféu;
- f) 6º ao 10º lugar – R\$ 300,00 cada (como ajuda de custo).

Art. 3º. Fica autorizado o pagamento da despesa de ajuda de custo aos jurados do 1º Canta Xanxerê no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) cada, bem como as despesas incluídas pela Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

Art. 4º. As despesas de que trata esta Lei correrão por conta dos recursos da Secretaria Municipal de Esportes e Cultura e Lazer.

Art. 5º. O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente lei no que for necessário para seu fiel cumprimento.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições e contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

25 de Novembro de 2015

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

TERMO DE COMPROMISSO DE LEILÃO LL 02-2015 PMXV - LOTE 01

TERMO DE COMPROMISSO

O Município de Xavantina/SC, compromete-se através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, ao final assinado e devidamente autorizado a entregar os bens arrematados nas condições descritas no Edital de Leilão nº 02/2015 PMVX do Município de Xavantina/SC.

Por outro lado o Arrematante ao final identificado declara ter efetuado lance no valor de R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais), para fins de arrematação do Lote nº 01 do Anexo I, do Edital de Leilão nº 02/2015 PMXV do Município de Xavantina/SC, e pelo fato de ter sido vencedor no certame, compromete-se em pagar o valor ofertado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, mediante depósito na conta corrente 5141339-6, agência 4601-9 (Banco do Brasil) do Município de Xavantina/SC.

A entrega do bem arrematado só será efetuada após a apresentação do respectivo comprovante de pagamento. Além deste requisito, o Município verificará a existência de débitos do arrematante perante a Fazenda Municipal, exigindo-se a regularização de eventual pendência perante a mesma para a entrega do bem arrematado.

O Arrematante declara ainda estar ciente das regras do presente leilão, inclusive quanto a multa de 70% (setenta por cento) do valor do lance, advertência, suspensão temporária de licitar e declaração de idoneidade, se o pagamento não for efetuado ou se for descumprida as normas do edital.

Estando de acordo, assinam o presente em duas vias de mesmo teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Arrematante:	CARLOS ANTONIO PASTRE
CPF ou CNPJ:	592.395.309-91
Endereço:	Distrito de Caraiba, s/n
Município	Seara/SC
CEP:	89.770-000
Telefone:	(49) 3452-3764

Xavantina/SC, em 30 de novembro de 2015.

CARLOS ANTONIO PASTRE Arrematante	MAURO JUNES POLETO Prefeito Municipal.
--------------------------------------	---

Testemunhas:

01. _____ Nome: Emerson Salvagni CPF: 053.898.389-20	02. _____ Nome: Joselino Luiz Naissinger CPF: 047.840.569-39
--	--

TERMO DE COMPROMISSO DE LEILÃO LL 02-2015 PMXV - LOTE 04

TERMO DE COMPROMISSO

O Município de Xavantina/SC, compromete-se através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, ao final assinado e devidamente autorizado a entregar os bens arrematados nas condições descritas no Edital de Leilão nº 02/2015 PMVX do Município de Xavantina/SC.

Por outro lado o Arrematante ao final identificado declara ter efetuado lance no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), para fins de arrematação do Lote nº 04 do Anexo I, do Edital de Leilão nº 02/2015 PMXV do Município de Xavantina/SC, e pelo fato de ter sido vencedor no certame, compromete-se em pagar o valor ofertado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, mediante depósito na conta corrente 5141339-6, agência 4601-9 (Banco do Brasil) do Município de Xavantina/SC.

A entrega do bem arrematado só será efetuada após a apresentação do respectivo comprovante de pagamento. Além deste requisito, o Município verificará a existência de débitos do arrematante perante a Fazenda Municipal, exigindo-se a regularização de eventual pendência perante a mesma para a entrega do bem arrematado.

O Arrematante declara ainda estar ciente das regras do presente leilão, inclusive quanto a multa de 70% (setenta por cento) do valor do lance, advertência, suspensão temporária de licitar e declaração de idoneidade, se o pagamento não for efetuado ou se for descumprida as normas do edital.

Estando de acordo, assinam o presente em duas vias de mesmo teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Arrematante:	VALENTINA TRANSPORTE FRETAMENTO LTDA
CPF ou CNPJ:	17.121.366/0001-11
Endereço:	Rua Linha das Palmeiras, 270
Município	Xavantina/SC
CEP:	89.780-000
Telefone:	(49) 3454-1593

Xavantina/SC, em 30 de novembro de 2015.

VALENTINA TRANSPORTE FRETAMENTO LTDA Gerson Centenaro Arrematante	MAURO JUNES POLETO Prefeito Municipal.
---	---

Testemunhas:

01. _____ Nome: Emerson Salvagni CPF: 053.898.389-20	02. _____ Nome: Joselino Luiz Naissinger CPF: 047.840.569-39
--	--

**TERMO DE COMPROMISSO DE LEILÃO LL 02-2015
PMXV - LOTE 05****TERMO DE COMPROMISSO**

O Município de Xavantina/SC, compromete-se através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, ao final assinado e devidamente autorizado a entregar os bens arrematados nas condições descritas no Edital de Leilão nº 02/2015 PMXV do Município de Xavantina/SC.

Por outro lado o Arrematante ao final identificado declara ter efetuado lance no valor de R\$ 10.833,33 (dez mil, oitocentos e trinta e três reais e três centavos), para fins de arrematação do Lote nº 05 do Anexo I, do Edital de Leilão nº 02/2015 PMXV do Município de Xavantina/SC, e pelo fato de ter sido vencedor no certame, compromete-se em pagar o valor ofertado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, mediante depósito na conta corrente 5141339-6, agência 4601-9 (Banco do Brasil) do Município de Xavantina/SC.

A entrega do bem arrematado só será efetuada após a apresentação do respectivo comprovante de pagamento. Além deste requisito, o Município verificará a existência de débitos do arrematante perante a Fazenda Municipal, exigindo-se a regularização de eventual pendência perante a mesma para a entrega do bem arrematado.

O Arrematante declara ainda estar ciente das regras do presente leilão, inclusive quanto a multa de 70% (setenta por cento) do valor do lance, advertência, suspensão temporária de licitar e declaração de idoneidade, se o pagamento não for efetuado ou se for descumprida as normas do edital.

Estando de acordo, assinam o presente em duas vias de mesmo teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Arrematante:	SERGIO PIAZZA
CPF ou CNPJ:	371.352.870-53
Endereço:	Rua Garibaldi, 366
Município	Frederico Westphalen/RS
CEP:	98.400-000
Telefone:	(55) 9167-6420

Xavantina/SC, em 30 de novembro de 2015.

SERGIO PIAZZA Arrematante	MAURO JUNES POLETO Prefeito Municipal.
------------------------------	---

Testemunhas:

01. _____ Nome: Emerson Salvagni CPF: 053.898.389-20	02. _____ Nome: Joselino Luiz Naissinger CPF: 047.840.569-39
--	--

**TERMO DE COMPROMISSO DE LEILÃO LL 02-2015
PMXV - LOTE 07****TERMO DE COMPROMISSO**

O Município de Xavantina/SC, compromete-se através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, ao final assinado e devidamente autorizado a entregar os bens arrematados nas condições descritas no Edital de Leilão nº 02/2015 PMXV do Município de Xavantina/SC.

Por outro lado o Arrematante ao final identificado declara ter efetuado lance no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para fins de arrematação do Lote nº 07 do Anexo I, do Edital de Leilão nº 02/2015 PMXV do Município de Xavantina/SC, e pelo fato de ter sido vencedor no certame, compromete-se em pagar o valor ofertado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, mediante depósito na conta corrente 5141339-6, agência 4601-9 (Banco do Brasil) do Município de Xavantina/SC.

A entrega do bem arrematado só será efetuada após a apresentação do respectivo comprovante de pagamento. Além deste requisito, o Município verificará a existência de débitos do arrematante perante a Fazenda Municipal, exigindo-se a regularização de eventual pendência perante a mesma para a entrega do bem arrematado.

O Arrematante declara ainda estar ciente das regras do presente leilão, inclusive quanto a multa de 70% (setenta por cento) do valor do lance, advertência, suspensão temporária de licitar e declaração de idoneidade, se o pagamento não for efetuado ou se for descumprida as normas do edital.

Estando de acordo, assinam o presente em duas vias de mesmo teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Arrematante:	SERGIO PIAZZA
CPF ou CNPJ:	371.352.870-53
Endereço:	Rua Garibaldi, 366
Município	Frederico Westphalen/RS
CEP:	98.400-000
Telefone:	(55) 9167-6420

Xavantina/SC, em 30 de novembro de 2015.

SERGIO PIAZZA Arrematante	MAURO JUNES POLETO Prefeito Municipal.
------------------------------	---

Testemunhas:

01. _____ Nome: Emerson Salvagni CPF: 053.898.389-20	02. _____ Nome: Joselino Luiz Naissinger CPF: 047.840.569-39
--	--

**TERMO DE COMPROMISSO DE LEILÃO LL 02-2015
PMXV - LOTE 08****TERMO DE COMPROMISSO**

O Município de Xavantina/SC, compromete-se através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, ao final assinado e devidamente autorizado a entregar os bens arrematados nas condições descritas no Edital de Leilão nº 02/2015 PMXV do Município de Xavantina/SC.

Por outro lado o Arrematante ao final identificado declara ter efetuado lance no valor de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais), para fins de arrematação do Lote nº 08 do Anexo I, do Edital de Leilão nº 02/2015 PMXV do Município de Xavantina/SC, e pelo fato de ter sido vencedor no certame, compromete-se em pagar o valor ofertado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, mediante depósito na conta corrente 5141339-6, agência 4601-9 (Banco do Brasil) do Município de Xavantina/SC.

A entrega do bem arrematado só será efetuada após a apresentação do respectivo comprovante de pagamento. Além deste requisito, o Município verificará a existência de débitos do arrematante perante a Fazenda Municipal, exigindo-se a regularização de eventual pendência perante a mesma para a entrega do bem arrematado.

O Arrematante declara ainda estar ciente das regras do presente leilão, inclusive quanto a multa de 70% (setenta por cento) do valor do lance, advertência, suspensão temporária de licitar e declaração de idoneidade, se o pagamento não for efetuado ou se for descumprida as normas do edital.

Estando de acordo, assinam o presente em duas vias de mesmo teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Arrematante:	RAQUEL COSMANN
CPF ou CNPJ:	064.205.499-14
Endereço:	Saída para Passo das Antas
Município	Xavantina/SC
CEP:	89.780-000
Telefone:	(49) 9972-3116

Xavantina/SC, em 30 de novembro de 2015.

RAQUEL COSMANN Arrematante	MAURO JUNES POLETO Prefeito Municipal.
-------------------------------	---

Testemunhas:

01. _____ Nome: Emerson Salvagni CPF: 053.898.389-20	02. _____ Nome: Joselino Luiz Naissinger CPF: 047.840.569-39
--	--

**TERMO DE COMPROMISSO DE LEILÃO LL 02-2015
PMXV - LOTE 09****TERMO DE COMPROMISSO**

O Município de Xavantina/SC, compromete-se através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, ao final assinado e devidamente autorizado a entregar os bens arrematados nas condições descritas no Edital de Leilão nº 02/2015 PMXV do Município de Xavantina/SC.

Por outro lado o Arrematante ao final identificado declara ter efetuado lance no valor de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais), para fins de arrematação do Lote nº 09 do Anexo I, do Edital de Leilão nº 02/2015 PMXV do Município de Xavantina/SC, e pelo fato de ter sido vencedor no certame, compromete-se em pagar o valor ofertado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, mediante depósito na conta corrente 5141339-6, agência 4601-9 (Banco do Brasil) do Município de Xavantina/SC.

A entrega dos bens arrematados só será efetuada após a apresentação do respectivo comprovante de pagamento. Além deste requisito, o Município verificará a existência de débitos do arrematante perante a Fazenda Municipal, exigindo-se a regularização de eventual pendência perante a mesma para a entrega do bem arrematado.

O Arrematante declara ainda estar ciente das regras do presente leilão, inclusive quanto a multa de 70% (setenta por cento) do valor do lance, advertência, suspensão temporária de licitar e declaração de idoneidade, se o pagamento não for efetuado ou se for descumprida as normas do edital.

Estando de acordo, assinam o presente em duas vias de mesmo teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Arrematante:	VALENTINA TRANSPORTE FRETAMENTO LTDA
CPF ou CNPJ:	17.121.366/0001-11
Endereço:	Rua Linha das Palmeiras, 270
Município	Xavantina/SC
CEP:	89.780-000
Telefone:	(49) 3454-1593

Xavantina/SC, em 30 de novembro de 2015.

VALENTINA TRANSPORTE FRETAMENTO LTDA Gerson Centenaro Arrematante	MAURO JUNES POLETO Prefeito Municipal.
---	---

Testemunhas:

01. _____ Nome: Emerson Salvagni CPF: 053.898.389-20	02. _____ Nome: Joselino Luiz Naissinger CPF: 047.840.569-39
--	--

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA 058/2015

Aviso de Dispensa de Licitação

O Município de Xaxim através de seu Prefeito comunica a presente dispensa, a saber:

Dispensa de licitação n. 058/2015

Processo licitatório n. 201/2015

Homologação: 30/11/2015

Fornecedor: Agua Rara Artigos Esportivos Ltda - ME

CNPJ: 05.602.108/0001-78

Contratante: Município de Xaxim

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para uso do 2º Pelotão de Bombeiros Militar de Xaxim - SC.

Vigência: 31/12/2015

Fundamento: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

Xaxim – SC, 30 de novembro de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Consórcios

AGIR

DECISÃO FINAL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 018/2015

DECISÃO FINAL

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 018/2015.

OBJETO: Reajuste para a tabela de tarifa de água e serviços prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau – SAMAE.

SOLICITANTE: SAMAE de Blumenau.

INTERESSADO: SAMAE e o município de Blumenau.

Relatório:

Depois de elaborados e submetidos à minha análise, o Parecer Jurídico nº e o Parecer Administrativo nº 09/2015, por força da abertura do Procedimento Administrativo nº 018/2015, que trata do pedido de reajuste para a tabela de tarifa de água e serviços prestados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Blumenau – SAMAE, o referido procedimento foi encaminhado para que fosse, tempestivamente, proferida a Decisão Final, por intermédio dessa Diretoria Geral.

Extraí-se da documentação acostada em 17 de novembro do corrente ano, que se apresenta como Ofício nº 315/2015/PRES., de 10 de novembro de 2015, o SAMAE/Blumenau apresenta seu pedido anual de reajuste da tarifa de água e ainda, um reajuste específico sobre parte da tabela de serviços. Transcrevo nessa Decisão e que por isso passa a integrar o mesmo, o relatado no Parecer Administrativo nº 09/2015 nos seguintes termos:

“A Autarquia divide o requerimento em dois itens:

1. Requer o reajuste das tarifas do SAMAE em 9,93% (nove vírgula noventa e três por cento), correspondente ao IPCA acumulado do período de novembro/2014 até outubro/2015, para o Anexo III e para os itens 1, 3, 4 e 5, do Anexo IV da Tabela de Serviços.
2. Requer ainda o reajuste de 15,48% (quinze vírgula quarenta e oito por cento) referente ao período de janeiro/2014 até outubro/2015 para o item 2 do Anexo IV da Tabela de Serviços, composta pelos serviços repassados ao SAMAE pela Concessionária Odebrecht Ambiental S/A, quando da assinatura do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Enfatizaram ainda que, este item não sofreu reajuste no ano passado.

Por fim, solicita a aprovação da nova Tabela de Preços, a qual anexou, com aplicação a partir da competência janeiro/2015.”

Ambos os Pareceres acima já destacados apontam os termos e textos legais aplicáveis, inclusive com a transcrição destes, que por si apontam para a legalidade e oportunidade do pleito, além de trazer ao conhecimento público, entendimentos doutrinários e jurisprudenciais. Também de modo didático e técnico os Pareceres fazem perfeita análise entre o que vem a ser um reajuste e o que se entende por revisão. Também apropriado para o presente relatório, o texto abaixo que é extraído do Parecer Administrativo nº 009/2015 e que assim se apresenta:

“Quanto ao requerimento nº 1, em destaque no Ofício Nº 315/2015/PRES, cumpre destacar que para o presente pleito, esta Diretoria Administrativa considerará o período de novembro/2014 até outubro/2015 (em razão do último reajuste concedido pela Autarquia ter compreendido o período de novembro/2013 até outubro/2014, conforme atesta a Decisão do Procedimento Administrativo nº 020/2014 desta Agência de Regulação, de 27 de novembro de 2014), acarretando em um índice de 9,93%.

Assim, para melhor demonstração do índice acumulado, trazemos ao presente Parecer a composição do IPCA acumulado de novembro/2014 até outubro/2015:

Quadro 1 – Evolução do IPCA Novembro/2014 até Outubro/2015.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA			
Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice	Percentual Acumulado
out/15	0,82	1,099293	9,9293
set/15	0,54	1,090352	9,0352
ago/15	0,22	8,449605	8,4496
jul/15	0,62	1,082115	8,21154
jun/15	0,79	1,075447	7,54476
maio/15	0,74	1,067018	6,70181
abr/15	0,71	1,0591802	5,918024
mar/15	1,32	1,0517130	5,171308
fev/15	1,22	1,0380113	3,8011336
jan/15	1,24	1,0255002	2,5500233
dez/14	0,78	1,0129397	1,293978
nov/14	0,51	1,0051	0,51

Fonte: Adaptado Portal Brasil. Disponível em: <[http://www.debit.com.br/consulta30.php?&indice= ipca](http://www.debit.com.br/consulta30.php?&indice=ipca)>. Acesso em: 18 nov. 2015.

Quanto ao requerimento nº 2, em destaque no Ofício Nº 315/2015/PRES, cumpre destacar que para o presente pleito, esta Diretoria Administrativa considerará o período de janeiro/2014 até outubro/2015 (em razão do último reajuste concedido pela Autarquia não ter alcançado o item 2 do Anexo IV da tabela, composta pelos serviços repassados ao SAMAE pela Odebrecht Ambiental S/A, quando da assinatura do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme atesta a Decisão do Procedimento Administrativo nº 020/2014 desta Agência de Regulação, de 27 de novembro de 2014, cuja tabela naquela oportunidade aprovada, não incluída naquela lista de serviços), acarretando em um índice acumulado de 15,48% (quinze vírgula quarenta e oito por cento).

[...]

Assim, para melhor demonstração do índice acumulado, trazemos ao presente parecer a composição do IPCA acumulado de janeiro de 2014 até outubro de 2015:

Quadro 2 – Evolução do IPCA Janeiro/2014 a Outubro/2015.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA			
Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice	Percentual
out/15	0,82	1,154789	15,4789
set/15	0,54	1,145397	14,5397
ago/15	0,22	1,139245	13,9245
jul/15	0,62	1,136744	13,6744
jun/15	0,79	1,129740	12,9740
maio/15	0,74	1,120885	12,0885
abr/15	0,71	1,112651	11,2651
mar/15	1,32	1,104807	10,4807
fev/15	1,22	1,090413	9,0413
jan/15	1,24	1,077271	7,7171
dez/14	0,78	1,064076	6,4076
nov/14	0,51	1,055841	5,5841
out/14	0,42	1,050483	5,0483
set/14	0,57	1,046090	4,6090
ago/14	0,25	1,040161	4,0161
jul/14	0,01	1,037567	3,7567
jun/14	0,4	1,037463	3,7463
maio/14	0,46	1,033330	3,3330
abr/14	0,67	1,028598	2,8598
mar/14	0,92	1,021752	2,1752
fev/14	0,69	1,012438	1,2438
jan/14	0,55	1,0055	0,55

Fonte: Adaptado Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.debit.com.br/consulta30.php?&indice=ipca>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

O quadro 3 abaixo, apresenta os serviços repassados ao SAMAE pela Concessionária Odebrecht Ambiental S.A., quando da assinatura do 3º Termo Aditivo Contratual. Assim, na coluna 1 apresenta-se a identificação do serviço, na coluna 2 os valores praticados desde janeiro/2014 e na coluna 3, o valor corrigido aplicando-se o percentual de 15,48%.

Quadro 3 – Serviços repassados ao SAMAE pela Odebrecht Ambiental S.A.

Serviços repassados ao SAMAE pela Odebrecht Ambiental S.A., quando da assinatura do 3º Termo Aditivo	Valor jan/14	Valor Corrigido
DESDOBRAMENTO CAVALETE PVC 3/4 C/REPOSIÇÃO PISO	174,63	201,66
DESDOBRAMENTO CAVALETE PVC 3/4 S/REPOSIÇÃO PISO	138,20	159,59
EMISSION DE 2a. VIA	2,72	3,14
ENTREGA DE AVISO DE CORTE	0,82	0,95
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REGISTRO DE METAL EM CAVALETE 3/4"	33,92	39,17
HIDROTESTE - 1/2 e 3/4	54,23	62,62
HIDROTESTE - 1";S"	120,21	138,82
RELIGAÇÃO CAVALETE	47,65	55,03

RELIGAÇÃO DESL. TEMPORÁRIO *	47,65	
RELIGAÇÃO RAMAL *	166,29	
REPARO PARCIAL EM CAVALETE ATE 2" COM QUEBRA E REPOSIÇÃO DE PISO	71,61	82,70
REPARO PARCIAL EM CAVALETE ATE 2" SEM QUEBRA DE PISP	40,32	46,56
TROCA DE HIDROMETRO 1/2 e 3/4"	109,64	126,61
TROCA DE HIDROMETRO 1";S"	287,87	332,43
TROCA DE HIDROMETRO 2";S"	2.888,46	3.335,59
TROCA DE HIDROMETRO 3";S"	4.074,05	4.704,71
TROCA OU ADEQ. DE CAVALETE PVC 3/4 C/REP PISO	150,76	174,10
TROCA OU ADEQ. DE CAVALETE PVC 3/4 S/REP PISO *	123,12	

Fonte: AGIR (2015).

* Serviços são objeto de revisão no Procedimento Administrativo nº 019/2015.

Este o relatório mínimo necessário. Passa-se então para a Decisão.

Decisão:

Analisado todo o conteúdo documental que instrumentaliza o Procedimento Administrativo nº 018/2015 que trata do pedido de reajuste da tarifa de água e serviços diversos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau – SAMAE, nos termos da Lei Federal nº 11.445/2007, pode-se concluir, sem medo de equívocos, que os pedidos vêm acomodados em todos os requisitos necessários e legais, permitindo o reconhecimento e deferimento do requerido. Mesmo, como já mencionado, todos os requisitos básicos e necessários estejam presente neste pedido, é por demais oportuno uma vez mais que seja atentado pelo SAMAE de Blumenau, que os pedidos de reajuste devem ser apresentados dentro de prazos mínimos, de modo que a ações da Agência possam ser tomadas sem que hajam pressões para a aplicação dos prazos legais mínimos obrigatórios para a validade e aplicação do reajuste. A necessidade da observação de tais prazos, na apresentação dos próximos pleitos deverá ser cumprida, sob pena de ocorrer a aplicação dos pedidos, com eventual perda parciais de índices e que, quando recuperados, não serão considerados como custos regulatórios.

Como já destacado, face a urgência dada ao pleito pela entrega em tempo exíguo do mesmo para análise desta Agência, reserva-se a Agência o direito de nos próximos meses, fazer todo trabalho técnico necessário para aferição do fluxo de caixa projetado da Autarquia, para uma verificação da sua saúde econômico-financeira e o atendimento e cumprimento das metas para o corrente ano.

Isso posto, DEFERE-SE E RECONHECE-SE os pedidos de reajustes, diante da legalidade, da razoabilidade e de serem praticáveis aos usuários, fazendo-o nos seguintes termos:

1 – Defere-se a aplicação do índice de 9,93 (nove vírgula noventa e três por cento) com base no IPCA dos últimos 12 (doze) meses, ou seja, de novembro/2014 até outubro/2015, aplicável a título de reajustamento tarifário aos serviços prestados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Blumenau – SAMAE, para o Anexo III e para os itens 1 (excetuando-se os serviços: Ligação de Água 1/2" e 3/4", e Mudança de Ligação, que são objeto de revisão no Procedimento Administrativo nº 019/2015), 3, 4 e 5, do Anexo IV – Tabela dos Preços de Serviços Complementares, nos termos artigo 37 da Lei nº 11.445/07.

2 – Da mesma forma, como bem demonstrado pelo Parecer Administrativo e tudo confirmado pelo Parecer Jurídico que baliza os contornos legais, aplique-se a título de reajustamento tarifário aos serviços prestados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Blumenau – SAMAE, para o item 2 do Anexo IV – Tabela dos Preços de Serviços Complementares (excetuando-se os serviços: Religação Desligamento Temporário, Religação de Ramal e Troca ou Adequação de Cavalete PVC 3/4" s/rep. Piso, que são objeto de revisão no Procedimento Administrativo nº 019/2015), composta pelos serviços repassados ao SAMAE pela Odebrecht Ambiental S.A., quando da assinatura do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o índice de 15,48% (quinze vírgula quarenta e oito por cento), com base no IPCA dos últimos 22 (vinte e dois) meses, ou seja, de janeiro/2014 até outubro/2015, conforme o demonstrado no Quadro 2 deste Parecer e, igualmente no Portal Brasil, nos termos artigo 37 da Lei nº 11.445/07.

3 – Referidos reajustes, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, para sua validade, ficam, concomitantemente condicionados às seguintes condições:

a) Emissão de ato normativo formalizador correspondente, em tempo hábil, para cumprimento de seus efeitos legais, nos termos da legislação municipal pertinente (decreto), inclusive com a publicação e comunicação aos seus usuários de forma ampla e oficial, num período não inferior a 30 (trinta) dias, para início da cobrança do novo regime tarifário em observação ao disposto no Artigo 39 da Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece: "Art. 39. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem tornados públicos com antecedência mínima de (30) dias em relação à sua aplicação" (grifo nosso);

b) Que seja encaminhado a esta Agência cópia da nova tabela tarifária, assim como das publicações realizadas pela Autarquia Municipal (incluindo a nova tabela), no prazo de 30 (trinta) dias após esses atos.

Expeçam-se os demais atos legais necessários, bem como o encaminhamento desta Decisão e os respectivos pareceres como de praxe, às partes interessadas.

A presente decisão entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), órgão oficial de publicidade da AGIR, além de também ser publicado no site da AGIR, qual seja www.agir.sc.gov.br.

Essa a decisão.

Blumenau (SC), em 30 de novembro de 2015.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral.

DECISÃO FINAL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 019/2015 DECISÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 019/2015.

OBJETO: Revisão dos preços e inclusão de novos serviços complementares prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau – SAMAE.

SOLICITANTE: SAMAE de Blumenau.

INTERESSADO: SAMAE e o município de Blumenau/SC.

Relatório:

Em data de 16 de novembro do corrente ano, a Agência recebeu o Ofício nº 314/2015/PRES., de 10 de novembro de 2015, que restou encaminhado pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau – SAMAE, objetivando a revisão de preços de serviços (conforme tabela anexada ao pedido) oriundos de situação pendente ainda em razão da assinatura do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Naquele instrumento foi acordado que a gestão comercial da concessão seria devolvida ao Poder Concedente, com todas as responsabilidades e obrigações implícitas. Dentre essas várias obrigações encontra-se a prestação de serviços complementares inerentes ao abastecimento de água, conforme a tabela abaixo:

Quadro 1 – Lista de serviços complementares para revisão.

Serviços	Preço Solicitado (R\$)
1 Ligação Nova ½ e ¾	576,73
2 Mudança de Ligação ½ e ¾	519,28
3 Mudança de Cavalete ½ e ¾	223,96
4 Desligamento Definitivo	445,13
5 Corte no Ramal	117,29
6 Corte no Cavalete	34,60
7 Religação no Ramal	115,04
8 Religação no Cavalete	34,52
9 Reposição de Piso (pavimentação asfáltica) m2	122,70
10 Reposição de Piso (Paralelepípedo, lajota, acimentado e jacaré) m2	36,40
11 Tubo PL ½ e ¾ metro	1,50

Fonte: Adaptado de SAMAE de Blumenau (2015).

Além da obrigação do Poder Concedente na prestação de tais serviços, também ficou constatado pelo mesmo a necessidade de alteração de denominação, bem como a inclusão de serviços não contemplados, mas necessários e indispensáveis, inclusive para melhoria no atendimento dos usuários.

Adota-se assim, como parte integrante deste relatório, o lavrado pelos Pareceres Administrativo e Jurídico da Procedimento em tela, que integra o mesmo, a partir "Da Análise".

Este o relatório mínimo necessário. Passa-se então para a Decisão.

Decisão:

Apresentado o Procedimento Administrativo nº 019/2015 para a Diretoria Geral para a Decisão sobre a revisão dos preços e inclusão de novos serviços complementares prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau – SAMAE, decorrente do Terceiro Termo Aditivo do Contrato de Concessão firmando entre essa Autarquia e a Odebrecht Ambiental S.A., emite-se a presente Decisão, DEFERINDO o pleito formulado, nos termos do Quadro 2, como apresentado, para reconhecer os novos serviços complementares e respectivos valores correspondentes:

Quadro 2 – Lista de serviços complementares para revisão.

Serviços	Preço Solicitado (R\$)
1 Ligação Nova ½ e ¾	574,34
2 Mudança de Ligação ½ e ¾	517,79
3 Mudança de Cavalete ½ e ¾	223,07
4 Desligamento Definitivo	444,43
5 Corte no Ramal	116,52
6 Corte no Cavalete	34,57
7 Religação no Ramal	114,31
8 Religação no Cavalete	34,49
9 Reposição de Piso (pavimentação asfáltica) m2	89,46
10 Reposição de Piso (Paralelepípedo, lajota, acimentado e jacaré) m2	38,4
11 Tubo PL ½ e ¾ metro	1,40

Fonte: Adaptado de SAMAE de Blumenau (2015).

Condiciona-se a eficácia e vigência dos serviços e preços acima elencados, as seguintes providências:

- Emissão de ato normativo formalizador correspondente, em tempo hábil, para cumprimento de seus efeitos legais, nos termos da legislação municipal pertinente, quando for o caso, inclusive com a publicação e comunicação aos seus usuários de forma ampla e oficial, num período não inferior a 30 (trinta) dias, para início da cobrança do novo regime tarifário em observação ao disposto no Artigo 39 da Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece: "Art. 39. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem tornados públicos com antecedência mínima de (30) dias em relação à sua aplicação" (grifo nosso);
- Que seja encaminhado a esta Agência cópia da nova tabela de serviços complementares, assim como as das publicações realizadas pela Autarquia Municipal (incluindo a nova tabela), no prazo de 30 (trinta) dias após esses atos.

- Atente-se a Autarquia para a revisão/adequação da tabela resumo da composição dos encargos sociais (Sistema "S"), no que for cabível e aplicável.

Expeçam-se os demais atos legais necessários, bem como o encaminhamento desta decisão e os respectivos pareceres como de praxe, às partes interessadas.

A presente decisão entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), órgão oficial de publicidade da AGIR, além de também ser publicado no site da AGIR, qual seja www.agir.sc.gov.br. Essa a decisão.

Blumenau (SC), em 30 de novembro de 2015.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral.

DECISÃO FINAL DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 022/2015**DECISÃO**

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 022/2015.

OBJETO: Apreciação do pedido de reajuste da taxa de coleta do lixo, prestada pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE.

SOLICITANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE.

INTERESSADO: SAMAE e o município de Gaspar.

Relatório:

Recebido o Ofício nº 079/2015, de 27 de novembro de 2015, já à destempo segundo as recomendações expedidas pela Agência Reguladora, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, encaminhou pedido de reajuste da taxa de coleta do lixo no município de Gaspar/SC. De posse do pedido, a AGIR instaurou o Procedimento Administrativo nº 022/2015, cujo objeto é a apreciação do pedido de reajuste da taxa de coleta do lixo, prestada pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE. Mediante o pleito, tanto o Setor Jurídico como o Administrativo, através de seus técnicos, elaboraram seus Pareceres com embasamentos técnicos e jurídicos que não, SMJ. merecem quaisquer outros comentários.

Adoto, em razão de sua tecnicidade, tanto o Parecer Administrativo como o Parecer Jurídico, este por suas razões de direito, como relatório integrante desta Decisão. Assim apresentado, esse o relatório mínimo para o embasamento Decisório a seguir.

Decisão:

A análise do pedido de reajuste tem como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulado dos últimos doze (12) meses, ou seja, de novembro/2014 até outubro/2015, conforme quadro abaixo extraído do Parecer Administrativo nº 012/2015 (Quadro 8):

Quadro 1 - Evolução do IPCA Novembro/2014 até Outubro/2015.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA			
Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice	Percentual Acumulado
out/15	0,82	1,099293	9,9293
set/15	0,54	1,090352	9,0352
ago/15	0,22	8,449605	8,4496
jul/15	0,62	1,082115	8,21154
jun/15	0,79	1,075447	7,54476
maio/15	0,74	1,067018	6,70181
abr/15	0,71	1,0591802	5,918024
mar/15	1,32	1,0517130	5,171308
fev/15	1,22	1,0380113	3,8011336
jan/15	1,24	1,0255002	2,5500233
dez/14	0,78	1,0129397	1,293978
nov/14	0,51	1,0051	0,51

Fonte: Adaptado Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.debit.com.br/consulta30.php?&indice=ipca>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

Como se extrai do referido quadro, o índice acumulado no período citado é de 9,9293, mas que para utilização desta decisão é fixado em 9,93% (nove vírgula noventa e três por cento) e este é o que deve ser aplicado, para atualização da taxa, que dever observar a atual fórmula vigente (Quadro 1, do Parecer Administrativo nº 12/2015) e demais comandos financeiros para apuração da TL (Taxa de lixo) e do CUP (Custo unitário por passada). O pleito preliminar da Autarquia aponta para um índice maior que o requerido, mas, tal apreciação passa necessariamente por uma revisão da taxa, a qual já está em andamento através do Procedimento Administrativo nº 014/2015, conforme apontado pelo Parecer Administrativo.

Assim, levando em consideração os estudos exarados pela Agência, DEFERE-SE o reajuste solicitado correspondente ao índice acumulado do IPCA no período de novembro de 2014 a outubro de 2015, que totaliza 9,93% (nove vírgula noventa e três por cento).

Aplicando-se este percentual, o valor da passada, passa de R\$ 1,37 (um real e trinta e sete centavos) para R\$ 1,51 (um real e cinquenta e um centavos). Os valores praticados e os propostos (reajustando 9,93%) estão mostrados no quadro abaixo, que é a reprodução do Quadro 7, do Parecer Administrativo:

Quadro 2 – Valores reajustados da taxa de coleta do lixo.

Número de passadas por semana	Média mensal de passadas	Valor praticado (R\$)	Valor proposto (R\$)
1	4,34	5,95	6,54
2	8,68	11,89	13,07
3	13,02	17,84	19,61
6	26,04	35,67	39,22

Fonte: Adaptado de SAMAE Gaspar (2015).

Por outro lado, por tratar-se de taxa e não de tarifa, cabe a Agência Reguladora manifestar-se na qualidade de órgão consultivo, restando ao SAMAE de Gaspar, acatar ou não a presente manifestação, uma vez que não possui essa Agência, competência em substituir no caso em tela, a autonomia e competência do Executivo e do Legislativo.

Destaca ainda a Agência, que é por demais salutar e urgente a proposta de uma nova metodologia para a apuração da taxa de lixo, para alteração da atual legislação municipal e assim, atender as determinações legais da sustentabilidade econômico-financeira deste serviço.

Referido reajuste, com vigência a partir do lapso temporal de noventa (90) dias, para sua validade e aplicação deve seguir ainda as seguintes condições:

a) Emissão de ato normativo formalizador correspondente, em tempo hábil, para cumprimento de seus efeitos legais, nos termos da legislação municipal pertinente (decreto), inclusive com a publicação e comunicação aos seus usuários de forma ampla e oficial, num período não inferior a 30 (trinta) dias, para início da cobrança dos valores da taxa observação ao disposto no Artigo 39 da Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece: "Art. 39. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem tornados públicos com antecedência mínima de (30) dias em relação à sua aplicação" (grifo nosso);

b) Que seja encaminhado a esta Agência cópia da nova tabela das taxas, assim como das publicações realizadas pela Autarquia Municipal (incluindo a nova tabela), no prazo de 30 (trinta) dias após esses atos.

Expeçam-se os demais atos legais necessários, bem como o encaminhamento desta Decisão e os respectivos pareceres como de praxe, às partes interessadas.

A presente decisão entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), órgão oficial de publicidade da AGIR, além de também ser publicado no site da AGIR, qual seja www.agir.sc.gov.br, respeitados os prazos legais aplicáveis. Essa a decisão.

Blumenau (SC), em 30 de novembro de 2015.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral.

ARIS

DELIBERAÇÃO 021/2015 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O REAJUSTE DAS TARIFAS DA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE COLETA DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA DA CONCESSIONÁRIA RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA, NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC

DELIBERAÇÃO n. 021/2015

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas da Concessão dos Serviços de Engenharia de Coleta de Resíduos e Limpeza Urbana da Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda, no Município de Penha/SC.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, II, 35, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício s/n, de 09 de novembro de 2015, no qual a concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda., requer autorização para reajuste da tabela tarifária dos Serviços de Engenharia de Coleta de Resíduos e Limpeza Urbana no Município de Penha/SC; e considerando o PARECER TÉCNICO n. 072/2015 da Diretoria de Regulação da ARIS, apresentado anexo ao procedimento administrativo n. 187/2015 vem:

1. Conceder o reajuste tarifário de 10,55%, com base no IGP-Di (FGV), compreendido no período de Novembro/2014 a Outubro/2015, conforme parecer da diretoria de regulação da ARIS, anexo ao procedimento administrativo n. 187/2015;
2. Sejam adequadas, as novas faixas tarifárias, conforme verificado pela diretoria de regulação, para os volumes superiores a 100(cem) litros.
3. Os novos valores de tarifa terão vigência a partir de 30 (trinta) dias contados da data desta deliberação além da publicação e divulgação pela Concessionária aos usuários;
4. A Concessionária deve encaminhar a esta agência reguladora, cópia da nova tabela tarifária, cópia da publicação da nota explicativa do reajuste em jornal de veiculação no município e no site da empresa.

Florianópolis, 30 de novembro de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

DELIBERAÇÃO 022/2015 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O REAJUSTE DAS TARIFAS DA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE COLETA DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA DA CONCESSIONÁRIA RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA, NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC

DELIBERAÇÃO n. 022/2015

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas da Concessão dos Serviços de Engenharia de Coleta de Resíduos e Limpeza Urbana da Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda, no Município de Balneário Piçarras/SC.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, II, 35, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício s/n, de 04 de novembro de 2015, no qual a concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda., requer autorização para reajuste da tabela tarifária dos Serviços de Engenharia de Coleta de Resíduos e Limpeza Urbana no Município de Balneário Piçarras/SC; e considerando o PARECER TÉCNICO n. 073/2015 da Diretoria de Regulação da ARIS, apresentado anexo ao procedimento administrativo n. 190/2015 vem:

1. Conceder o reajuste tarifário de 10,0985%, com base no IGP-M (FGV), compreendido no período de Novembro/2014 a Outubro/2015, conforme parecer da diretoria de regulação da ARIS, anexo ao procedimento administrativo n. 190/2015;
2. Os novos valores de tarifa terão vigência a partir de 30 (trinta) dias contados da data desta deliberação além da publicação e divulgação pela Concessionária aos usuários;
3. A Concessionária deve encaminhar a esta agência reguladora,

cópia da nova tabela tarifária, cópia da publicação da nota explicativa do reajuste em jornal de veiculação no município e no site da empresa.

Florianópolis, 27 de novembro de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

DELIBERAÇÃO 023/2015 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O REAJUSTE DAS TARIFAS DA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE COLETA DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA DA CONCESSIONÁRIA RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA, NO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA/SC

DELIBERAÇÃO n. 023/2015

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas da Concessão dos Serviços de Engenharia de Coleta de Resíduos e Limpeza Urbana da Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda, no Município de Barra Velha/SC.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, II, 35, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício s/n, de 09 de novembro de 2015, no qual a concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda., requer autorização para reajuste da tabela tarifária dos Serviços de Engenharia de Coleta de Resíduos e Limpeza Urbana no Município de Barra Velha/SC; e considerando o PARECER TÉCNICO n. 074/2015 da Diretoria de Regulação da ARIS, apresentado anexo ao procedimento administrativo n. 188/2015 vem:

1. Conceder o reajuste tarifário de 10,55%, com base no IGP-Di (FGV), compreendido no período de Novembro/2014 a Outubro/2015, conforme parecer da diretoria de regulação da ARIS, anexo ao procedimento administrativo n. 188/2015;
2. Os novos valores de tarifa terão vigência a partir de 30 (trinta) dias contados da data desta deliberação além da publicação e divulgação pela Concessionária aos usuários;
3. A Concessionária deve encaminhar a esta agência reguladora, cópia da nova tabela tarifária, cópia da publicação da nota explicativa do reajuste em jornal de veiculação no município e no site da empresa.

Florianópolis, 27 de novembro de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

DELIBERAÇÃO 024/2015 - DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O REAJUSTE DAS TARIFAS DA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE COLETA DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA DA CONCESSIONÁRIA RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES / SC

DELIBERAÇÃO n. 024/2015

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas da Concessão dos Serviços de Engenharia de Coleta de Resíduos e Limpeza Urbana da Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda, no Município de Navegantes/SC.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, II, 35, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício s/n, de 04 de novembro de 2015, no qual a concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda., requer autorização para reajuste da tabela tarifária dos Serviços de Engenharia de Coleta de Resíduos e Limpeza Urbana no Município de Navegantes/SC; e considerando o PARECER TÉCNICO n. 075/2015 da Diretoria de Regulação da ARIS, apresentado anexo ao procedimento administrativo n. 189/2015 vem:

1. Conceder o reajuste tarifário de 9,48%, com base no IGP-M (FGV), compreendido no período de Dezembro/2014 a Novembro/2015, conforme parecer da diretoria de regulação da ARIS, anexo ao procedimento administrativo n. 189/2015;
2. Negar o aumento no número de coletas semanais de duas para três, nos bairros solicitados pela concessionária, sendo que a mesma deve encaminhar estudo técnico para subsidiar a autorização por este órgão regulador.
3. Os novos valores de tarifa terão vigência a partir de 30 (trinta) dias contados da data desta deliberação além da publicação e divulgação pela Concessionária aos usuários;
4. A Concessionária deve encaminhar a esta agência reguladora, cópia da nova tabela tarifária, cópia da publicação da nota explicativa do reajuste em jornal de veiculação no município e no site da empresa.

Florianópolis, 30 de novembro de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 015/2015

Extrato do contrato nº 15/2015

Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados (auxiliar de serviços gerais) em um posto, referente ao Processo Licitatório nº 06/2015, Pregão Presencial nº 55/2015.

Contratada: ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: nº 02.531.343/0001-08

Valor: R\$ 3.588,06 (três mil quinhentos e oitenta e oito reais e seis centavos).

Florianópolis, 12 de novembro de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

CIMCATARINA**AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0024/2015 - CARTUCHOS DE TONER E CORRELATOS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0024/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0027/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Cartuchos de Toner e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Caçador, Curitibanos, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Tangará, Videira, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, durante o período de 02 de janeiro de 2016 à 30 de junho de 2016. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 01/12/2015 até às 09:00 horas do dia 15/12/2015. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 15/12/2015. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 15/12/2015. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bl.org.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 30 de novembro de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0029-2015

Resolução n. 029/2015

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o contrato por prazo determinado n. 0004/2013, tendo como contratado CLAUDINEI MARCIO MORSOLETTTO brasileiro, casado, brasileiro, casado, portador do RG n. 1.339.894, inscrito no CPF sob n. 486.453.209-59, residente e domiciliado na cidade de Fraiburgo, SC, na função pública de Analista Executivo, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, com remuneração, funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e Estatuto, até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de dezembro de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI**CONTRATO Nº 2015/028 - LICITAÇÃO Nº 010/2015 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS A APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULO TEATRAL NATALINO "NOSSO NATAL É ASSIM"**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2015/028

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Grupo Detalhe de Teatro e Produções Artísticas
OBJETO: Prestação de serviços relativos à apresentação do espetáculo teatral natalino "Nosso Natal é assim" para promoção cultural e divulgação regional, junto aos 12 (doze) municípios consorciados ao CIMVI.

VALOR: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2015.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos

Timbó, 26 de novembro de 2015.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente

LICITAÇÃO Nº 007/2015 - CARTA CONVITE - ATA DE CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DA CARTA CONVITE Nº 007/2015 - CIMVI

Às sete horas e trinta minutos, do primeiro dia, do mês de dezembro de dois mil e quinze, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 e alterações posteriores, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório – Carta Convite nº 007/2015 – CIMVI.

Tendo em vista que, o prazo estabelecido na Ata de Julgamento de Habilitação de 24/11/2015 transcorreu sem a interposição de recursos, a Comissão de Licitação leva ao conhecimento dos interessados que a sessão pública de abertura dos envelopes nº 02 – Proposta de Preços das empresas habilitadas, se realizará no dia 03 de dezembro de 2015, às 10 horas na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER Presidente	BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO Membro	PRISCILA MACEDO Membro
----------------------------------	--	---------------------------

LICITAÇÃO Nº 011/2015 - CONVITE - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TERRAPLANAGEM

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIM-VI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 011/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, que fará realizar Convite para contratação de empresa por empreitada global para execução de serviços especializados de terraplanagem, do tipo Menor Preço.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no escritório do CIMVI, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, em Timbó/SC, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira, e na internet em www.cimvi.sc.gov.br>Licitações.

Os envelopes (Habilitação e Proposta) serão recebidos até o dia 09 de dezembro de 2015, às 07h50min, na Central de Protocolos, Sala 04 na Prefeitura de Timbó - SC sita à Av. Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Timbó – SC – CEP 89.120-000; abertura dos envelopes às 08h00min no Auditório da Prefeitura de Timbó, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó(SC), 26/11/2015

Sergio Almir dos Santos

Presidente

LICITAÇÃO Nº 012/2015 - CONVITE - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO ARMADO PARA ACESSO AO ATERRO SANITÁRIO EM TIMBÓ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIM-VI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 012/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, que fará realizar Convite para contratação de empresa por empreitada global para execução de pavimentação em concreto armado para acesso ao Aterro Sanitário em Timbó/SC, do tipo Menor Preço.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no escritório do CIMVI, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, em Timbó/SC, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira, e na internet em www.cimvi.sc.gov.br>Licitações.

Os envelopes (Habilitação e Proposta) serão recebidos até o dia 09 de dezembro de 2015, às 10h50min, na Central de Protocolos, Sala 04 na Prefeitura de Timbó - SC sita à Av. Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Timbó – SC – CEP 89.120-000; abertura dos envelopes às 11h00min no Auditório da Prefeitura de Timbó, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó(SC), 30/11/2015

Sergio Almir dos Santos

Presidente

CIS NORDESTE**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2015**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISONORDESTE/SC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2015

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 038/2015

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISONORDESTE/SC.

Contratada: MAGAZINE LUIZA S/A (CNPJ: 47.960.950/0001-21)

Objeto: Aquisição de um purificador de água para o CISONORDESTE/SC.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23, § 8º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$379,05 (trezentos e setenta e nove reais e cinco centavos).

Data: 20 de novembro de 2015.

José Chaves

Prefeito Municipal de Garuva

Presidente do CISONORDESTE/SC

CONTRATANTE

CIS/AMUREL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AGO - 10/12/2015**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente do CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 10 de dezembro de 2015, às 13h00min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 13h15min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC).

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- I. Aprovação da Ata da Assembléia Anterior; (cópia entregue)
- II. Apreciação e Aprovação dos Registros Contábeis referentes ao 5º bimestre do ano de 2015;
- III. Eleição do Conselho Deliberativo, art. 39 do Protocolo de Intenções;
- IV. Orçamento para 2016;
- V. Assuntos Diversos.

Tubarão, 25 de novembro de 2015.

JORGE LEONARDO NESI
Presidente do CISAMUREL

CIS/AMURES

ATA Nº 08/2015 COMISSÃO LICITAÇÃO CIS AMURES

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMURES NO ANO DE 2015.

Aos vinte e três dias do mês de Novembro de dois mil e quinze, estiveram reunidos nas dependências do CIS/AMURES, a Comissão de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde, composta por Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão e Pregoeiro e equipe de apoio formado pelo senhor André Santos de Oliveira e pelas senhoras Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro e Denise Regina Alves. Foram analisadas as documentações recebidas para credenciamento das seguintes empresas: CLINIAR SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – EPP e RUBENS ALEXANDRE ALVES. Após análise e conferência dos documentos exigidos segundo os itens 5.1 (Cinco ponto hum) e 5.2 (Cinco ponto dois) do Processo de Inexigibilidade de Licitação de dois mil e quinze e Edital de Credenciamento de dois mil e quinze, foram consideradas habilitadas, eis que apresentaram toda a documentação para o credenciamento. Encerrado o processo de habilitação das empresas citadas, procedeu-se a declaração de inexigibilidade de licitação, o termo de ratificação e o extrato de inexigibilidade de licitação para publicação no Diário Oficial dos Municípios. Estiveram presentes: Guilherme Rangel Bianchini – Presidente da Comissão de Licitação (Pregoeiro); Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro; Denise Regina Alves; André dos Santos Oliveira (equipe de apoio)

GUILHERME RANGEL BIANCHINI
Presid. Comissão de Licitação CIS/AMURES

ANDRÉ DOS SANTOS OLIVEIRA
(Equipe de apoio)

NEIVA GLAUCIA FERNANDES RIBEIRO
(Equipe de apoio)

DENISE REGINA ALVES
(Equipe de apoio)

HOMOLOGAÇÕES CONTRATOS MÊS DE NOVEMBRO 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS

Edital de Credenciamento Nº 01/2015

HOMOLOGAÇÃO DE RENOVAÇÕES DE CONTRATOS

Empresa
ECO-ENDO MEDICINA LTDA
FISIOCLÍNICA FISIOTERAPEUTAS ASSOCIADAS LTDA
IMA - IMAGENS MÉDICAS AVANÇADAS LTDA
EDI - EXAMES DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM LTDA
CLINICA MÉDICA PONTIN LTDA
KRAEMER CLÍNICA E SERVIÇOS MEDICOS LTDA
TOMOGRAFIA LAGES LTDA
DERMASTO CLÍNICA MEDICA LTDA - ME
GASPAR CLINICAS LTDA
CARDONA OLARTE & CIA LTDA
JOALHERIA E ÓTICA AMORIM MATTOS LTDA ME
CLINICA IMAGGIO MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA

Lages, 30 de Novembro de 2015.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI

Presidente CIS/AMURES